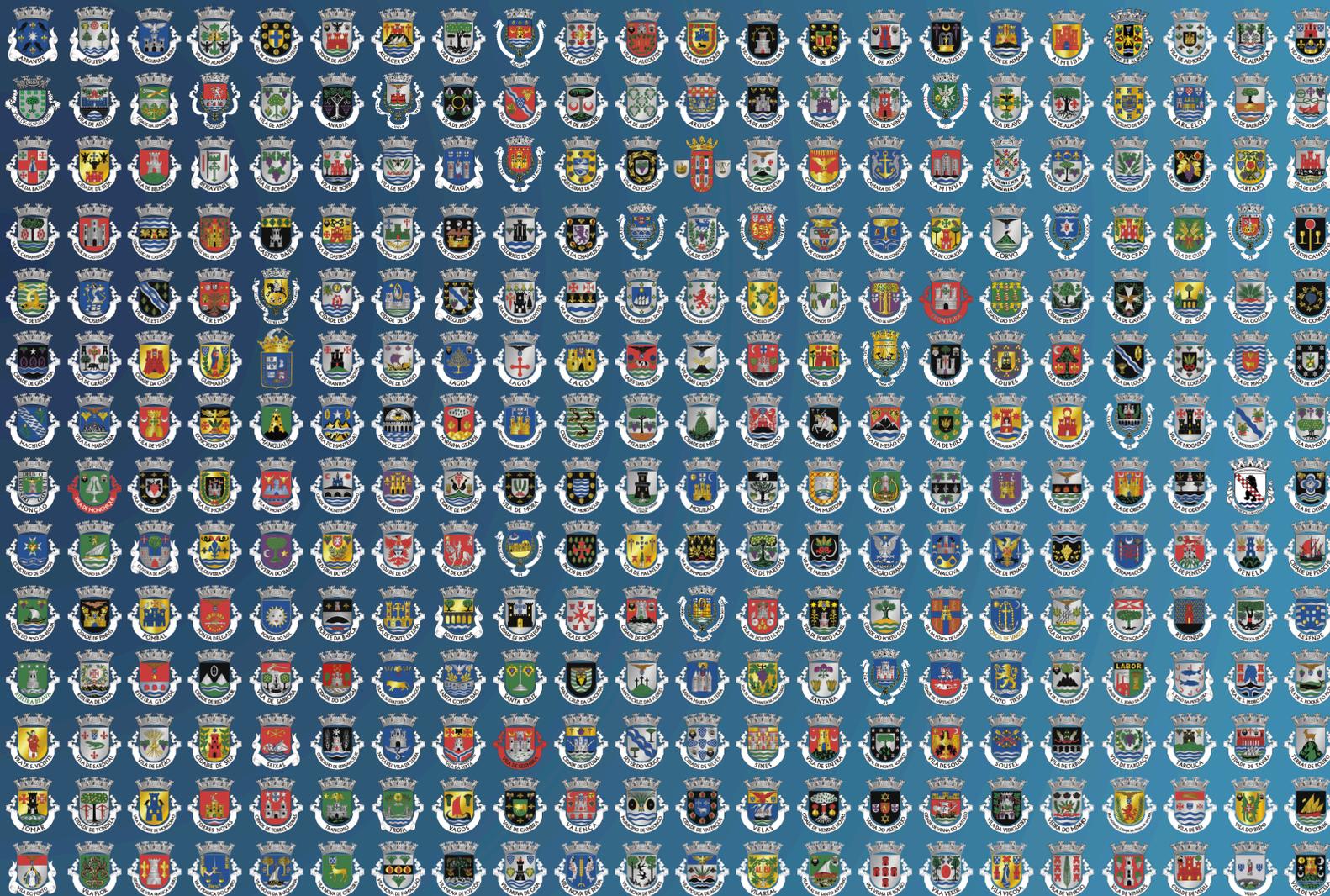


Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

2011 e 2012



Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**



Ficha Técnica

Autores

João Baptista da Costa Carvalho
Maria José da Silva Fernandes
Pedro Jorge Sobral Camões
Susana Margarida Faustino Jorge

Edição

Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, julho de 2013

Coordenação

Roberto Ferreira, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Capa

Duarte Camacho, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Paginação

Duarte Camacho, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas
Telma Ferreira, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Impressão: Final Solution, Lda.

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 228599/05

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de carácter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Presidentes e responsáveis financeiros das câmaras municipais que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
- Presidente do Tribunal de Contas, Guilherme d'Oliveira Martins;
- Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), Domingues de Azevedo;
- António Costa e Silva (Tribunal do Contas - Lisboa);
- Fernando Flor de Lima (Tribunal de Contas - Açores);
- Susana Silva (Tribunal de Contas - Madeira);
- Ana Rita Abreu, Maria José de Jesus e Renaldo Marques (Colaboradores do IPCA/CICF);
- Carla de Melo (Colaboradora do NEAPP);
- Ana Teixeira, coautora do livro “POCAL Explicado”.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da OTOC em todo este processo, que desde 2007, ano em que terminou o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, passou a ser o suporte financeiro para a recolha de dados e todas as tarefas subjacente permitindo a continuação de um projeto de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

O coordenador do Anuário Financeiro
João Baptista da Costa Carvalho

Índice

Ficha Técnica	2
Agradecimentos	3
Introdução	16
CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	19
1.1. O Setor Local	19
1.2. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios	20
1.3. Tipologias de municípios	22
1.4. A desconcentração de serviços – “Grupos Municipais”	23
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	37
2.1. Introdução	37
2.2. Receitas Municipais	37
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	38
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	48
2.2.2.1 Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	48
2.2.2.2. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal	57
2.3. Despesas Municipais	72
2.3.1. Classificação económica das Despesas	72
2.3.2. Execução global do Orçamento de Despesa	75
2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica	80
2.3.4. Principais Despesas Realizadas, por classificação económica	85
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	86
2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	91
2.3.4.3. Despesas com Transferências e Subsídios	94
2.3.4.4. Despesas com juros e outros encargos financeiros	99
2.3.4.5. Despesas com Investimentos e transferência de Capital	102
2.3.4.6. Amortização de empréstimos: passivos financeiros	107
2.3.5. Compromisso por pagar no final do ano económico e compromissos para anos futuros	110
2.4. Situação Financeira Global	118
2.4.1. Comparação da receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	118
2.4.2. Saldos Orçamentais	129
CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	133
3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	133
3.2. Ativo	136
3.3. Fundos Próprios e Proveitos diferidos	144
3.4 Passivo	147

3.4.1. Estrutura e variação do passivo	147
3.4.2. O passivo exigível dos municípios	150
3.4.3. Endividamento líquido	157
3.4.3.1. Cálculo do valor global	157
3.4.3.2. Limite do Endividamento Líquido	167
3.4.4. Dívidas a fornecedores	171
3.4.4.1. Razão entre a dívida a fornecedores e as receitas totais do ano anterior	171
3.4.4.2. Prazo Médio de Pagamentos	175
3.4.5. Empréstimos Bancário	179
3.4.5.1. Empréstimos bancários de curto prazo	179
3.4.5.2. Empréstimos bancários de médio e longo prazo	183
3.4.5.3. Limite da Dívida Bancária de Médio e Longo Prazo	187
3.5. Liquidez	191
3.6. Proveitos, custos e resultados económicos	196
3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos	196
3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	201
3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos	202
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS NO SETOR AUTÁRQUICO	209
Nota introdutória	209
4.1. Serviços Municipalizados	209
4.1.1. Estrutura do Ativo	211
4.1.2. Passivo dos SMs	213
4.1.3. Endividamento dos Serviços Municipalizados	214
4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados	217
4.1.4.1. Custos dos SMs	217
4.1.4.2. Proveitos dos SMs	219
4.1.4.3. Resultados económicos dos SMs	221
4.2. Sector Empresarial Local	223
4.2.1.1. Estrutura e Evolução do Ativo	225
4.2.1.2. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	233
4.2.1.3. Estrutura e Evolução do Passivo	235
4.2.2. Endividamento Líquido do Setor Empresarial Local	241
4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL	247
4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	247
4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	248
CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	261
5.1. Enquadramento e Metodologia	261
5.2. Evolução da Eficiência Financeira	263

5.3. Ranking Global dos municípios	264
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	267
6.1. A receita autárquica	267
6.2. Despesa autárquica	268
6.3. Saldos Orçamentais, Saldo Efetivo e Saldo Primário	268
6.4. Ativos e Passivos	269
6.5. Dívida bruta global, endividamento líquido e empréstimos bancários	269
6.6. Liquidez	270
6.7. Sobre as entidades do setor empresarial local	270
ANEXO I: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2011	273
ANEXO II: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2012	295
ANEXO III: LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES	317

Índice de quadros

Quadro 1.01 - Caracterização dos Municípios Portugueses em Perspetiva Comparada	21
Quadro 1.02 - Caracterização as regiões NUTS 2, considerando a dimensão dos municípios	22
Quadro 1.03 - Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	23
Quadro 1.04 - Independência Financeira em 2012	32
Quadro 1.05 - Outros indicadores relevantes para os Municípios	33
Quadro 2.01 - Classificação económica da Receita Autárquica	38
Quadro 2.02 - Orçamento e Execução da Receita Total	38
Quadro 2.03 - Variação da Receita (em valores absolutos)	40
Quadro 2.04 - Taxas de Variação da Receita	40
Quadro 2.05 - Comparação da Receita autárquica em 2011 e 2012 com os valores médios entre 2007/2012	40
Quadro 2.06 - Distribuição do número de municípios pelos diferentes graus de execução da receita	45
Quadro 2.07 - Receita Cobrada por natureza económica	48
Quadro 2.08 - Variação da Receita Corrente e da Receita de Capital	48
Quadro 2.09 - Evolução e Estrutura das receitas cobradas	49
Quadro 2.10 - Variação da receita cobrada por natureza económica	49
Quadro 2.11 - Transferências Correntes e de Capital	50
Quadro 2.12 - Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital	50
Quadro 2.13 - Principais Transferências de Capital	51
Quadro 2.14 - Execução orçamental da Receita cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica em 2011 e 2012	53
Quadro 2.15 - Níveis de inflacionamento da Receita Autárquica cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica - 2011	54
Quadro 2.16 - Níveis de inflacionamento da Receita Autárquica cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica - 2012	54

Quadro 2.17 - Montante de inflacionamento das receitas fiscais em 2011 e 2012	54
Quadro 2.18 - Estruturas das Receitas Previstas - 2011	56
Quadro 2.19 - Estruturas das Receitas Previstas - 2012	56
Quadro 2.20 - Municípios com variação da receita fiscal de maior impacto na receita total cobrada, em 2011	59
Quadro 2.21 - Municípios com variação da receita fiscal de maior impacto na receita total cobrada, em 2012	60
Quadro 2.22 - Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2011	61
Quadro 2.23 - Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2012	61
Quadro 2.24 - Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2012	61
Quadro 2.25 - Distribuição do número de municípios por intervalos de receita do IMI	69
Quadro 2.26 - Número de municípios com descida de IMI e IMT	72
Quadro 2.27 - Classificação económica da Despesa Autárquica	75
Quadro 2.28 - Orçamento e Execução das Despesas Municipais	75
Quadro 2.29 - Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada	75
Quadro 2.30 - Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada	76
Quadro 2.31 - Excesso da Despesa sobre a Receita	77
Quadro 2.32 - Compromissos a pagar em exercícios futuros, incluindo os que transitam de ano económico	79
Quadro 2.33 - Comparação do grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita	80
Quadro 2.34 - Despesa Realizada, Despesa Paga e Peso da Despesa Paga na Despesa Realizada	82
Quadro 2.35 - Estrutura da despesa realizada e da despesa paga	82
Quadro 2.36 - Taxas de Variação da Despesa Realizada	83
Quadro 2.37 - Taxas de Variação da Despesa Paga	84
Quadro 2.38 - Distribuição dos valores da Despesa realizada com Pessoal	91
Quadro 2.39 - Distribuição dos valores da Despesa realizada com Aquisição de Bens e Serviços	94
Quadro 2.40 - Distribuição dos valores da despesa com transferências correntes e de capital	97
Quadro 2.41 - Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa paga com subsídios	99
Quadro 2.42 - Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros	99
Quadro 2.43 - Distribuição dos valores da despesa com investimentos (aquisição de bens e serviços)	102
Quadro 2.44 - Número de municípios por intervalo de valores das amortizações de empréstimos bancários	110
Quadro 2.45 - Compromissos por Pagar por natureza económica da despesa	111
Quadro 2.46 - Variação dos Compromissos por Pagar	111
Quadro 2.47 - Número de municípios por intervalo de valores dos compromissos por pagar, no final do exercício	115
Quadro 2.48 - Número de municípios por intervalo de valores dos compromissos para anos futuros, incluindo os por pagar, no final do exercício	115
Quadro 2.49 - Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2012	119
Quadro 2.50 - Indicadores da Despesa e da Receita	122
Quadro 2.51- Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	124
Quadro 2.52 - Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)	129
Quadro 3.01 - Informação patrimonial e económica	133
Quadro 3.02 - Municípios sem registo de proveitos diferidos - 2011 e 2012	134
Quadro 3.03 - Municípios sem registo de amortizações do exercício - 2011 e 2012	134

Quadro 3.04 - Municípios que não apresentaram Dívidas a Receber de Clientes, Contribuintes e Utentes - 2011 e 2012	135
Quadro 3.05 - Componentes do Ativo do Balanço	136
Quadro 3.06 - Evolução do Ativo do Balanço	137
Quadro 3.07 - Componentes do Investimento financeiro	140
Quadro 3.08 - Variação dos Investimentos financeiros	140
Quadro 3.09 - Composição das Dívidas a Receber	140
Quadro 3.10 - Variação das componentes das Dívidas a Receber	141
Quadro 3.11 - Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros	142
Quadro 3.12 - Disponibilidades e disponibilidades reais	144
Quadro 3.13 - Variação das Disponibilidades	144
Quadro 3.14 - Composição dos Fundos Próprios	145
Quadro 3.15 - Variação das componentes dos Fundos Próprios	145
Quadro 3.16 - Componentes do Passivo	148
Quadro 3.17 - Estrutura do Passivo	148
Quadro 3.18 - Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros	149
Quadro 3.19 - Distribuição do número de municípios por valores de provisões para riscos e encargos	149
Quadro 3.20 - Endividamento líquido dos municípios	158
Quadro 3.21 - Variação do Endividamento líquido dos municípios	159
Quadro 3.22 - Municípios sem Endividamento Líquido, em 2011 e 2012	160
Quadro 3.23 - Municípios de Pequena Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais do ano anterior	172
Quadro 3.24 - Municípios de Média Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores superior a 50% das receitas totais do ano anterior	173
Quadro 3.25 - Municípios de Grande Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais do ano anterior	174
Quadro 3.26 - Variação do PMP de 2008 a 2012	176
Quadro 3.27 - Prazos Médios de Pagamento de 2008 a 2012	176
Quadro 3.28 - Passivo Financeiro de Curto Prazo em dívida no final do ano económico	180
Quadro 3.29 - Municípios que amortizaram, em 2012, a totalidade dos empréstimos de curto prazo utilizados no ano	181
Quadro 3.30 - Municípios com dívidas de empréstimos de curto prazo	182
Quadro 3.31 - Variação do <i>stock</i> da Dívida Bancária de MLP, entre 2008 e 2012	183
Quadro 3.32 - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de MLP, no quinquénio 2008 - 2012 (ordem alfabética)	184
Quadro 3.33 - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo no ano de 2012	185
Quadro 3.34 - Municípios que recorreram a empréstimos bancários de MLP, em 2012 e não recorreram em 2011	187
Quadro 3.35 - Liquidez Geral dos Municípios	192
Quadro 3.36 - Evolução dos Custos, no período de 2007 a 2012	197
Quadro 3.37 - Evolução dos Proveitos, no período de 2007 a 2012	201
Quadro 3.38 - Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios	203
Quadro 3.39 - Resultados económicos	203
Quadro 3.40 - Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos	204
Quadro 4.01 - Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	211
Quadro 4.02 - Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde	212

Quadro 4.03 - Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011	212
Quadro 4.04 - Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	213
Quadro 4.05 - Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011	213
Quadro 4.06 - Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados e do Global dos Municípios a que correspondem	215
Quadro 4.07 - Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011	215
Quadro 4.08 - Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	217
Quadro 4.09 - Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011	218
Quadro 4.10 - Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	219
Quadro 4.11 - Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011	220
Quadro 4.12 - Informação sobre estrutura económica	221
Quadro 4.13 - Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	221
Quadro 4.14 - Entidades que se extinguíram, fundiram ou das quais não foi possível recolher informação relativamente a 2011	223
Quadro 4.15 - Ativo, Passivo e Capital Próprio das 293 entidades do SEL em 2011	224
Quadro 4.16 - Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011	225
Quadro 4.17 - Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50M€ em 2011	226
Quadro 4.18 - Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2011	226
Quadro 4.19 - Entidades com “Participações Financeiras - MEP (Método de Equivalência Patrimonial)” em 2011	227
Quadro 4.20 - Entidades com “Outras Participações Financeiras” em 2011	228
Quadro 4.21 - Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” em 2010 e 2011	229
Quadro 4.22 - Entidades com valores inscritos na rubrica “Outros ativos financeiros” em 2010 e 2011	229
Quadro 4.23 - Evolução do ATIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011	230
Quadro 4.24 - Entidades Empresariais com maior variação positiva em “Outras Contas a Receber”	231
Quadro 4.25 - Entidades Empresariais com maior variação positiva em dívidas de “Clientes”	232
Quadro 4.26 - Entidades Empresariais com maior variação negativa em “Inventários”	232
Quadro 4.27 - Entidades com valores inscritos em “Ativos não correntes detidos para venda” em 2010 e 2011	232
Quadro 4.28 - Evolução do Capital Próprio de 2009 para 2011	234
Quadro 4.29 - Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011	235
Quadro 4.30 - Entidades com maior amortização de financiamentos obtidos de MLP entre 2010 e 2011	236
Quadro 4.31 - Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011	237
Quadro 4.32 - Entidades com maiores aumentos na rubrica financiamentos obtidos de CP entre 2010 e 2011	238
Quadro 4.33 - Endividamento Líquido das Entidades do SEL e do Global dos Municípios a que correspondem	241
Quadro 4.34 - Evolução do Endividamento Líquido das Entidades Empresariais Autárquicas (286 entidades)	241
Quadro 4.35 - Entidades do SEL sem endividamento líquido no final do exercício de 2011	242
Quadro 4.36 - Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011	247
Quadro 4.37 - Informação sobre estrutura económica dos Municípios e das Entidades do SEL - 2011	248
Quadro 4.38 - Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	248
Quadro 4.39 - Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local (286 entidades)	249
Quadro 4.40 - Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	252

Quadro 4.41 - Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	253
Quadro 4.42 - Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	253
Quadro 4.43 - Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b))	256
Quadro 4.44 - Entidades cujo resultado operacional, subtraído ao mesmo as amortizações e depreciações, é negativo nos últimos 3 anos (alínea c))	258
Quadro 4.45 - Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d))	259
Quadro 5.01 - Indicadores selecionados para ranking global	261
Quadro 5.02 - Pontuação média obtida pelos municípios por dimensão no período de 2008 a 2012	263
Quadro 5.03 - Pontuação média dos dez melhores municípios de cada dimensão	263

Índice de gráficos

Gráfico 1.01 - Peso percentual das Despesas Públicas Locais nas Despesas Totais do SPA, 1995 - 2012	21
Gráfico 1.02 - Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS 2	22
Gráfico 1.03 - Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios	29
Gráfico 1.04 - Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	29
Gráfico 1.05 - Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão	30
Gráfico 1.06 - Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	30
Gráfico 1.07 - Evolução da independência financeira dos Municípios (2006 a 2012)	31
Gráfico 2.01 - Evolução das Receitas	39
Gráfico 2.02 - Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2012	52
Gráfico 2.03 - Estrutura das receitas cobradas por grandes agregados económicos da receita entre 2006 e 2012	52
Gráfico 2.04 - Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2012	62
Gráfico 2.05 - Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2006 e 2012	76
Gráfico 2.06 - Compromissos a pagar no ano ou anos seguintes	79
Gráfico 2.07 - Taxas de Execução das Despesas	79
Gráfico 2.08 - Variação da Despesa Realizada e das Despesa Paga	83
Gráfico 3.01 - Estrutura do Ativo em 2012	137
Gráfico 3.02 - Evolução do valor patrimonial dos Bens de Domínio Público	138
Gráfico 3.03 - Evolução do valor do Imobilizado Corpóreo	139
Gráfico 3.04 - Evolução do Passivo	148
Gráfico 3.05 - Evolução da dívida bruta e da dívida líquida	158
Gráfico 3.06 - Número de municípios sem endividamento líquido	161
Gráfico 3.07 Número de municípios sem dívidas bancárias de curto prazo, no final do ano económico	161
Gráfico 3.08 - Evolução das Receitas próprias consideradas para efeitos do endividamento líquido e da dívida líquida	167
Gráfico 3.09 - Evolução do Rácio do Endividamento líquido	168
Gráfico 3.10 - N.º de Municípios com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais de n-1	172

Gráfico 3.11 - Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	176
Gráfico 3.12 - Evolução do Passivo Financeiro de Curto Prazo, utilizado e pago	180
Gráfico 3.13 - Evolução dos Empréstimos bancários de MLP	184
Gráfico 3.14 - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo entre 2008 e 2012	185
Gráfico 3.15 - Evolução da dívida bancária de médio e longo prazo	188
Gráfico 3.16 - Evolução do Rácio da Dívida Bancária	188
Gráfico 3.17 - Evolução da Liquidez Geral dos Municípios	192
Gráfico 3.18 - Evolução das componentes dos Custos	197
Gráfico 3.19 - Estrutura dos Custos em 2012	197
Gráfico 3.20 - Evolução das componentes dos Proveitos	202
Gráfico 3.21 - Estrutura dos Proveitos em 2012	202
Gráfico 3.22 - Evolução dos Resultados Económicos	203
Gráfico 3.23 - Evolução dos Resultados Económicos	204
Gráfico 4.01 - Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	212
Gráfico 4.02 - Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	214
Gráfico 4.03 - Evolução da Dívida de Curto e de Médio e Longo Prazo dos Serviços Municipalizados	214
Gráfico 4.04 - Comparação da dívida líquida e suas componentes, entre SMs e Municípios c/ SMs	215
Gráfico 4.05 - Evolução da dívida bruta e da dívida líquida	215
Gráfico 4.06 - Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	217
Gráfico 4.07 - Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	218
Gráfico 4.08 - Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	219
Gráfico 4.09 - Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	220
Gráfico 4.10 - Evolução dos Resultados Económicos	222
Gráfico 4.11 - Evolução dos grandes agregados do Balanço	224
Gráfico 4.12 - Estrutura do Ativo - 2009 a 2011 (286 entidades)	225
Gráfico 4.13 - Estrutura do Capital Próprio em 2009, 2010 e 2011	234
Gráfico 4.14 - Estrutura do Passivo - 2009 a 2011 (286 entidades)	235
Gráfico 5.01 - Evolução da pontuação média obtida	263
Gráfico 5.02 - Evolução da pontuação média dos dez melhores municípios	264

Índice de rankings

R1 - Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais) - 2012	35
R2 - Municípios que apresentam menor independência financeira (receitas próprias/receitas totais) - 2012	36
R3 - Municípios com maior grau de execução da receita cobrada em relação à receita prevista em 2011 e 2012	43
R4 - Municípios com grau de execução da receita cobrada, em relação à receita prevista, igual ou inferior a 50% em 2012 e 2012	44
R5 - Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2011 e 2012	46
R6 - Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2011 e 2012	47

R7 - Municípios com maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas, nas receitas totais cobradas, em 2011 e 2012	58
R8 - Municípios com maior aumento de IMI em 2011 e 2012	63
R9 - Municípios com diminuição de IMI em 2011	64
R10 - Municípios com diminuição de IMI em 2012	65
R11 - Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2011 e 2012	67
R12 - Municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2011 e 2012	68
R13 - Municípios com maior aumento de IMT em 2011 e 2012	70
R14 - Municípios com maior diminuição de IMT em 2011 e 2012	71
R15 - Municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2011 e 2012	73
R16 - Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2011 e 2012	74
R17 - Municípios que apresentam maior peso de despesas com pessoal, nas despesas totais	87
R18 - Municípios que apresentam menor peso de despesas com pessoal, nas despesas totais	88
R19 - Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas com pessoal em 2011 e 2012	89
R20 - Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas com pessoal em 2011 e 2012	90
R21 - Municípios que apresentam maior volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2011 e 2012	92
R22 - Municípios que apresentam menor volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2011 e 2012	93
R23- Municípios que apresentam maior volume de transferências correntes e de capital em 2011 e 2012	95
R24 - Municípios que apresentam menor volume de transferências correntes e de capital em 2011 e 2012	96
R25- Municípios que apresentam maior volume de subsídios compromissados, em 2011 e 2012 e respetivos pagamentos	98
R26 - Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2011 e 2012	100
R27 - Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2011 e 2012	101
R28 - Municípios que apresentam maior volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2011 e 2012	103
R29 - Municípios que apresentam menor volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2011 e 2012	104
R28.A - Municípios que apresentam maior soma de valor de investimentos com transferências de capital, em 2011 e 2012	105
R29.A - Municípios que apresentam menor soma de valor de investimentos com transferências de capital, em 2011 e 2012	106
R30 - Municípios que apresentam maior volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2011 e 2012	108
R31 - Municípios que apresentam menor volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2011 e 2012	109
R32 - Municípios que apresentam maior volume de compromissos por pagar, no final do ano económico (em euros)	113
R33 - Municípios com menor volume de compromissos por pagar, no final do ano económico	114
R34 - Municípios com maior volume de compromissos assinalados para anos seguintes, incluindo compromissos por pagar no exercício	116
R35 - Municípios com menor volume de compromissos assinalados para anos seguintes, incluindo compromissos por pagar no exercício	117
R36 - Municípios com maior diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas	125
R37 - Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas	126
R38 - Municípios com menor diferença positiva, entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas, em 2011 e 2012	128
R39 - Municípios com menor passivo exigível (dívida), referenciado a 2012	151
R40 - Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), reportado a 2012	153
R41 - Municípios com maior aumento do Passivo Exigível, em 2011 e 2012	154
R42 - Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2011 e 2012	156

R43 - Municípios com menor Endividamento Líquido reportado a 2012	162
R44 - Ranking dos Municípios com maior Endividamento Líquido, em 2012	164
R45 - Ranking dos Municípios com maior redução do Endividamento Líquido, em 2011 e 2012	166
R46 - Municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior	168
R47 - Municípios com maior índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior	170
R48 - Municípios com menor índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior	174
R49 - Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	177
R50 - Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	178
R51 - Municípios com menor peso da dívida bancária de médio e longo prazo sobre as receitas recebidos no ano anterior	188
R52 - Municípios com maior peso da dívida bancária de médio e longo prazo, nas receitas recebidas no ano anterior	190
R53 - Municípios com Maior Liquidez, referenciada a 2012	193
R54 - Municípios com menor liquidez, referenciada a 2012	194
R55 - Municípios com maior valor em amortizações	198
R56 - Municípios com maior valor em provisões	199
R57 - Municípios com maior valor em custos extraordinários	200
R58 - Municípios com Maiores Resultados Líquido (valores absolutos)	205
R59 - Municípios com Menores Resultados Económicos	206
R60 - Serviços Municipalizados sem endividamento líquido no final do exercício de 2011	216
R61 - Serviços Municipalizados com endividamento líquido no final do exercício de 2011	216
R62 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos em 2011	222
R63 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos em 2011	223
R64 - Entidades do SEL com menor Passivo Exigível (dívidas) em 2011	239
R65 - Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2011	240
R66 - Entidades do SEL com maior valor de endividamento líquido em 2011	246
R67 - Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2011	250
R68 - Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2010	251
R67.A - <i>Ranking</i> Global dos 15 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira - soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012	264
R67.B - <i>Ranking</i> Global 30 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira - soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012	265
R67.C - <i>Ranking</i> Global dos 50 melhores municípios de pequena dimensão, em termos de eficiência financeira - soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012	266

Glossário

CRP - Constituição da República Portuguesa

EEL - Entidades Empresariais Locais

M€ - Milhões de euros

MLP - Médio e Longo Prazo

NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro

OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PIB - Produto Interno Bruto

POC - Plano Oficial de Contabilidade

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

PPI - Plano Plurianual de Investimentos

SATAPOCAL - Serviço de Apoio Técnico à Implementação do POCAL

SEE - Setor Empresarial do Estado

SEL - Setor Empresarial Local

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SPA - Setor Público Administrativo

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos municípios relativamente aos exercícios económicos de 2011 e 2012.

Desde a publicação deste documento, que se iniciou em 2005 com a análise das contas dos municípios relativas ao ano económico de 2003, que se mantinha o desfasamento de um ano em relação período em análise. Esta situação decorria da impossibilidade de ter acesso à informação em tempo oportuno, pois, como é do conhecimento geral, as contas de um ano são aprovadas até final de abril do ano seguinte.

Pela primeira vez, graças à colaboração do Tribunal de Contas na cedência em tempo real da informação aí depositada, é possível apresentar a situação económica e financeira relativa a 2012 no início de julho de 2013. Por este motivo, os autores resolveram adiar a publicação relativa às contas de 2011 (prevista para fevereiro de 2013) e juntar agora num único documento a análise de 2011 e 2012.

Este é o quarto ano em que o anuário inclui também uma análise detalhada do setor empresarial local. No entanto, e apesar dos esforços junto do Tribunal de Contas e das próprias empresas, apenas foi possível obter informação contabilística, relativa ao fecho de contas do ano 2012, de 96 empresas de entre as 296 empresas existentes. Em relação ao ano de 2011, a informação obtida refere-se à totalidade das empresas municipais do universo do SEL. Assim, no presente anuário é feita a análise da situação económica e financeira do SEL relativa ao ano de 2011, e em relação a 2012, apresentada informação correspondente às empresas municipais em relação às quais foi possível obter os mapas de prestação de contas.

Com esta publicação concretiza-se o nono anuário financeiro dos

Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2012.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Universidade do Minho.

Entre 2004 e 2007 o Anuário era um dos outputs de um projeto de investigação aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia intitulado “A Eficiência no Uso dos Recursos Públicos dos Municípios Portugueses”, da responsabilidade do NEAAP (Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas, da Universidade do Minho). Findo o projeto, e considerando que o Anuário se afirmou como uma publicação de referência a nível nacional, contribuindo, decisivamente, para a valorização da informação contabilística pública autárquica, entenderam os autores continuar com a sua publicação, agora com apoio financeiro exclusivo da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).

Apresenta-se de seguida uma breve retrospectiva das edições do Anuário Financeiro dos Municípios, até à presente data.

1. Ano de análise: 2003 – publicado em 2005 com base numa amostra de 175 municípios. Objetivo central – analisar o grau de cumprimento do POCAL com base na informação recolhida nos relatórios e contas;
2. Ano de análise: 2004 – publicado em 2006 com base numa amostra de 289 municípios (sendo 278 do Continente, 6 do Açores e 5 da Madeira); para além dos relatórios e contas foram também analisadas as Atas que aprovam as contas bem como os Relatórios de Gestão;
3. Ano de análise: 2005 – publicado em 2007 com base na amostra total (308 municípios). Pela primeira vez, foi apresentado

um conjunto de *rankings* dos municípios em relação a diferentes aspetos financeiros, económicos e orçamentais;

4. Ano de análise: 2006 – publicado em 2008 com base numa amostra de 308 municípios. Pela primeira vez foi apresentado um *ranking* global dos 50 melhores municípios, tendo em conta uma combinação de 10 indicadores financeiros, económicos e orçamentais;

5. Ano de análise: 2007 – publicado em 2009 com base numa amostra composta pelos 308 municípios, bem como por alguns serviços municipalizados e algumas entidades do setor empresarial local;

6. Ano de análise: 2008 – publicado em 2010. Pela primeira vez foram analisadas as contas das empresas municipais (219 empresas) e de 30 serviços municipalizados.

7. Ano de análise: 2009 – Publicado em 2011. Pela segunda vez foram analisadas as contas das empresas municipais (286) e 29 serviços municipalizados.

8. Ano de análise: 2010 – Publicado em 2012. Pela terceira vez foram analisadas as contas das empresas municipais e serviços municipalizados.

Este 9.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012 analisa as contas de 308 municípios, 293 empresas municipais, e 29 serviços municipalizados e encontra-se organizado em seis capítulos.

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.

- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental, apresentando-se um conjunto de *rankings* sobre a execução

da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 5 anos. São também apresentados alguns *rankings*, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o endividamento líquido dos municípios, nos termos da legislação em vigor, bem como o cálculo do grau de utilização do limite de endividamento tendo em consideração os limites impostos. São também apresentados vários *rankings*.

- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial, dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2009 a 2011.

- No CAPÍTULO 5, à semelhança do procedimento adotado desde o anuário de 2006, é apresentado um *ranking* dos municípios melhor posicionados em relação a quinze indicadores selecionados pelos autores e referentes aos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2011 e 2012.

O presente documento termina com uma secção composta por três anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2011

- ANEXO II – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2012

- ANEXO III – Listagem dos municípios por número de habitantes com indicação do número de freguesias e densidade populacional.

CAPÍTULO 1.

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. O Setor Local

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), desenvolvendo-se as coordenadas em que aquele se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais” (art.º 235.º), definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art. 236.º), especificando ainda que “no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”, enquanto “as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios”¹. Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no continente e 19 na Região Autónoma dos Açores e 11 na Região Autónoma da Madeira.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de transferência de atribuições e competências, por um conjunto de princípios incitadores de um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º 6.º, o princípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a “capacidade

efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos”. Nesse sentido, as autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais, visando os interesses das respetivas populações.

Os municípios, legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos por ela eleitos, adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das decisões públicas locais. Esta afirmação do poder local tem conhecido uma considerável notoriedade com a crescente transferência de atribuições e competências para os municípios.

Atualmente, os municípios possuem atribuições nas seguintes domínios (art.º 13.º da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro): Equipamento rural e urbano; Energia; Transportes e comunicações; Educação; Património, cultura e ciência; Tempos livres e desporto; Saúde; Ação social; Habitação; Proteção civil; Ambiente e saneamento básico; Defesa do consumidor; Promoção do desenvolvimento; Ordenamento do território e urbanismo e Polícia municipal; e cooperação externa. A definição taxativa destas atribuições tem subjacente a concretização do princípio da subsidiariedade, ou seja, a prossecução das fun-

¹ Considerando que as regiões administrativas ainda não foram criadas, as autarquias locais das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira são compostas da mesma forma que em Portugal Continental, compreendendo, designadamente as freguesias e os municípios.

ções de interesse local pelo nível mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades. Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que toma as grandes decisões e define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 53.º da n.º Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro). A Assembleia Municipal tem uma composição mista com membros que são eleitos diretamente e uma outra parte que são membros por inerência. Por um lado, é constituída pelos presidentes das juntas de freguesia e, por outro, por membros eleitos em número igual ao daqueles mais um, não podendo, o número dos membros eleitos diretamente ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva Câmara Municipal (art.º 42.º da n.º Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro).

A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do município, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos assuntos do município. Entre outras funções, de acordo com o art.º 64.º da n.º Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas. A Câmara Municipal é constituída pelo presidente da câmara e por vereadores, cujo número varia consoante o número de eleitores da respetiva área (art.º 56.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Desta forma, os resultados da gestão dos recursos públicos locais resultam das ações da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, uma vez que à primeira compete definir as principais linhas de orientação das políticas públicas locais e à segunda fazer executar tais políticas. Naturalmente, a forma como são geridos estes recursos públicos tem importantes implicações no desempenho financeiro dos respetivos municípios.

Na administração municipal coexiste um setor administrativo com outros subsectores como os serviços municipalizados e, mais recente-

mente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto por empresas públicas municipais e pelas intermunicipais, que são sociedades comerciais, e por outras entidades empresariais municipais e intermunicipais, que são pessoas coletivas de direito público.

1.2. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios

Em termos de população, a dimensão média dos municípios portugueses é superior à da maioria dos países europeus. Como se observa no Quadro 1.01, a média portuguesa, cerca de 34,5 mil habitantes, é equivalente aos valores da Grécia, Suécia e Holanda e apenas é largamente ultrapassada pelos da Dinamarca e Reino Unido. Este dado é muito significativo no momento atual em que, no âmbito da reorganização da administração local, se discute a diminuição do número de municípios com o objetivo de aumentar a sua escala, à semelhança de processos de reorganização territorial que muitos países europeus adotaram (duas última colunas).

O mesmo quadro revela também que, embora a dimensão média seja alta, a percentagem de municípios muito pequenos (menos de 5000 habitantes) é anormalmente alta (20%). Senão vejamos, os países com dimensão municipal média equivalente à portuguesa têm apenas 3% (Dinamarca), 4% (Suécia) e 2% (Holanda) de municípios muito pequenos.

Da observação do Quadro 1.01 constata-se que a despesa global dos municípios portugueses corresponde, apenas, a 14,7% do PIB e que é o terceiro valor mais baixo apresentado no referido quadro. Este diminuto peso da despesa autárquica, no produto interno bruto, é indicador da centralização do serviço público.

Outro indicador revelador da forte centralização da actividade do Estado é o peso das despesas locais no total das despesas públicas. O Gráfico 1.01 permite observar a evolução, desde 1995, dos valores referentes a Portugal em comparação com os valores referentes à média da Zona Euro. O que se observa é apenas uma variação que parece cíclica entre um mínimo de cerca de 11% e um máximo de 16%. Desde 2008 até 2012 observa-se uma queda abrupta das despesas municipais, aproximando-se dos valores observados no ano de 1996. Tal fenómeno será atestado no capítulo 2, aquando da análise das despesas municipais, ao verificar-se a diminuição da despesa autárquica, nomeadamente em investimento.

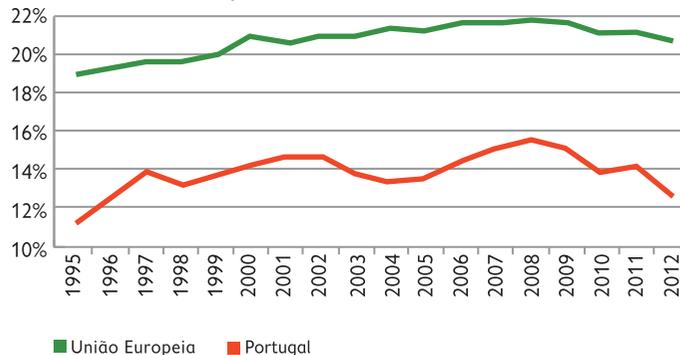
Quadro 1.01 – Caracterização dos Municípios Portugueses em Perspetiva Comparada

País	N.º Municípios	Dimensão Média (habitantes)	% Mun. Menos de 5,000 hab.	Despesas Locais (% total)	Despesas de Capital (% total)	N.º Mun. 1950	% Reforma 1950 - 2007
Áustria	2.357	3.550	91%	15,7%	6,8%	3999	-41%
Bélgica	589	18.320	14%	13,5%	12,1%	2669	-78%
Dinamarca	98	56.345	3%	63,9%	3,7%	1387	-93%
Finlândia	342	15.610	52%	40,6%	8,1%	547	-39%
França	36.682	1.760	95%	21,4%	19,5%	38814	-5%
Alemanha	12.104	6.765	77%	16,4%	11,5%	24272	-52%
Grécia	325	34.650	53%	5,8%	23,7%	5959	-95%
Itália	8.094	7.445	71%	32,1%	10,7%	7781	4%
Holanda	430	38.435	2%	34,2%	15,3%	1015	-59%
Portugal	308	34.520	20%	14,7%	22,4%	303	2%
Espanha	8.116	5.660	85%	53,4%	12,9%	9214	-12%
Suécia	290	32.210	4%	47,9%	7,5%	2281	-87%
Reino Unido	406	152.200	0%	27,4%	9,5%	2028	-80%

Nota: Estes valores dizem respeito ao nível municipal de governo (1st Tier), nos termos da classificação europeia do Comité das Regiões.

Fonte: CCRE/CEMR.EU *Subnational Governments: 2010 Key Figures. 2011/2012 Edition.*

Gráfico 1.01 – Peso percentual das Despesas Públicas Locais nas Despesas Totais do SPA, 1995 – 2012



FONTE: EUROSTAT, *Annual government finance statistics*

Portugal sendo um dos países com maior centralização das funções estaduais, na União Europeia, em que a média do peso das despesas locais no total das despesas públicas se situa na ordem dos 24%, demonstra desvalorização, ainda mais, da actividade dos municípios ao restringir a despesa dos mesmos para níveis semelhantes à década de 90. Poder-se-á apresentar três características marcantes da administração local portuguesa: (i) Elevada dimensão média dos

municípios; (ii) Grande amplitude e assimetria em função da dimensão; (iii) Forte subsidiariedade da despesa autárquica em relação à despesa da administração pública central.

Estas características apontam para a necessidade de proceder a uma reforma abrangente da administração local, com reforço do poder das autarquias, através da transferência de competências da administração central.

As duas últimas colunas do Quadro 1.01 mostram que a grande maioria dos países europeus há muito que procedeu a reformas territoriais que conduziram à diminuição drástica do número de municípios, enquanto que em Portugal o número de municípios, entre 1950 e 2007, aumentou² 2%.

² Todavia, em Portugal, começa a ser dominante o pensamento que defende uma maior transferência de competências da administração central para a local, com a competente transferência de meios financeiros, provendo-se uma real descentralização, acompanhada pela reestruturação do mapa territorial dos municípios, o qual passará pela fusão e redimensionamento dos mesmos, com vista à maior eficácia da gestão pública. Pese embora o quadro legal vigente permite que o poder descentralizado se promova através da regionalização, facto é que a mesma, por razões de mera ordem política nunca se concretizou. Todavia, e ainda, no quadro da lei vigente é possível que os municípios, através de associações dos mesmos (e das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa), consigam desenvolver projectos comuns com maior eficácia e competência, ultrapassando algumas das limitações existentes pela ausência do nível intermédio de gestão pública, que seriam as regiões.

1.3. Tipologias de municípios

Embora o Documento Verde aponte para a definição de escalões de dimensão municipal baseados na densidade populacional, o critério ainda mais frequentemente usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Porque as regras do Documento Verde ainda são propostas para discussão, porque as diferenças entre os dois critérios não são excessivamente significativas e para manter a comparabilidade com as edições anteriores, para efeitos de realização

Em termos de metodologia de análise, no presente Anuário, mantém-se o critério de classificação dos 308 municípios portugueses, de acordo com a sua integração em três categorias diferenciadas quanto ao número de habitantes:

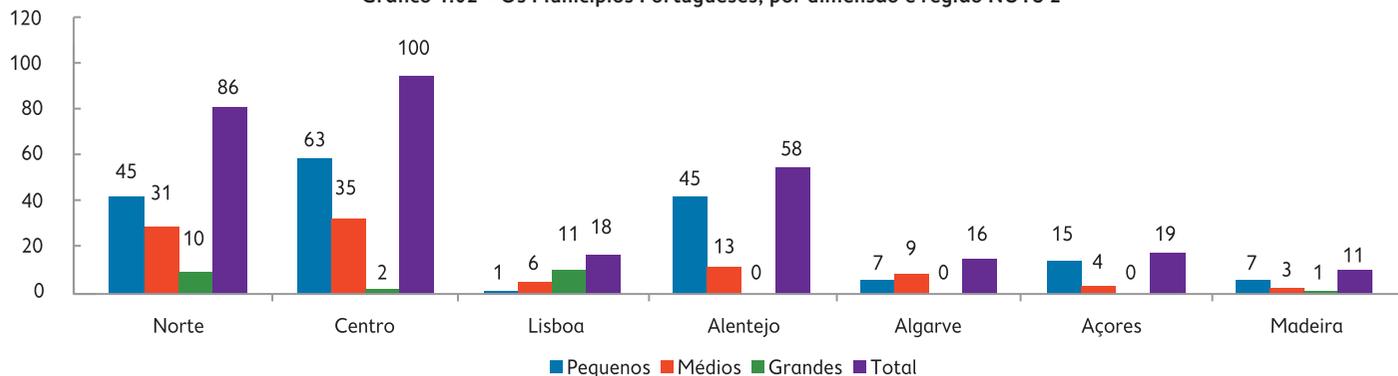
- **Municípios Pequenos** – com população menor ou igual a 20 000 habitantes;
- **Médios** – com população maior que 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes;
- **Grandes** – com população maior que 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2012 distribui-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes	
183 Municípios	101 Municípios	24 Municípios	
430 Habitantes (Corvo)	20 000 Habitantes	100 000 Habitantes	547 733 Habitantes (Lisboa)

A análise do Gráfico 1.02, conjugado com o Quadro 1.02, permite verificar que é no sul e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm um maior peso relativo. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são pequenos, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo. A Região Centro concentra 63% (63 em 100) de pequenos municípios do total daquela região. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região. Na figura das páginas 20 e 21 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos por todo o país.

Gráfico 1.02 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS 2



Quadro 1.02 – Caracterização as regiões NUTS 2, considerando a dimensão dos municípios

Percentagem	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	52%	63%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	36%	35%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	Serviços Municipalizados*			Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais				
		0	1	2	0	1	2	3	4	>4	0	1	2	3	4
Municípios Pequenos	181	180	1	0	114	49	17	0	0	1	97	71	12	1	0
Municípios Médios	103	83	20	0	47	28	13	4	9	2	45	47	10	1	0
Municípios Grandes	24	15	9	0	1	8	3	2	4	6	16	5	3	0	0
Total de municípios	308	278	30	0	162	85	33	6	13	9	158	123	25	2	0
Total de Empresas e SMs	322	29			272						21				

* Existe um Serviço Municipalizado pertencente a 2 municípios (Oeiras e Amadora).

1.4. A desconcentração de serviços – “Grupos Municipais”

A tendência relativamente recente dos municípios transferirem para entidades de natureza empresarial ou afins, competências que a lei lhe atribuiu, bem como, na maioria dos casos, a transferência de meios financeiros para a realização das mesmas, obrigou, logo que possível, à inclusão no anuário da análise da actividade financeira destas entidades³.

No Quadro 1.03, apresenta-se o número de autarquias que tinham, até ao ano de 2011, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Pela análise do Quadro 1.02 verifica-se que 146 municípios têm serviços descentralizados em uma ou mais empresas municipais, 150 participam pelo menos numa empresa intermunicipal e 30 possuem unidades autónomas de Serviços Municipalizados. Destas entidades, a maioria tem apenas uma empresa municipal, participam em apenas uma empresa intermunicipal e tem uma só unidade de serviços municipalizados.

Além disso, 162 municípios (114 pequenos, 47 médios e 1 grande) não possuem empresas municipais, sendo, na sua maioria, municípios de pequena dimensão.

³ No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, foi entretanto publicada a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o novo regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, revogando, assim, entre outros normativos, a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro. Assinala-se que, este diploma, determina uma configuração jurídica, substancialmente diversa da anteriormente existente para o sector empresarial local, obrigando à reestruturação do sector. Não se dispõe, ainda, do impacto desta lei na alteração do sector empresarial local, reconhecendo-se contudo que a mesma, ao criar novas regras de dissolução das empresas locais e novos critérios definidores de vigência das mesmas, obriga as autarquias a extinguir ou alienar as suas participações em parte delas.

Do exposto, e sem se contabilizar ainda a participação dos municípios em Fundações, Associações e outras entidades de direito público ou privado, que não estejam incluídas no SEL, verifica-se que se está perante 222 potenciais “grupos autárquicos”, em que o município será a designada “entidade – mãe”.

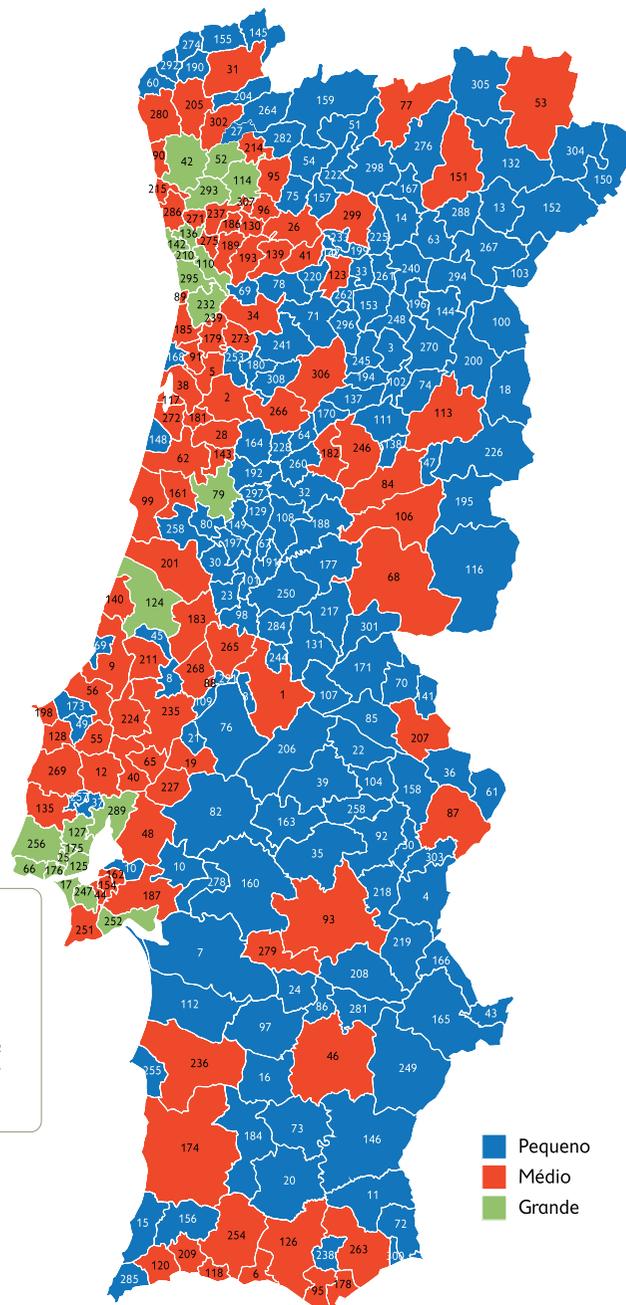
A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) impõe no seu art.º 6º, que os municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do SEL, devem apresentar o Balanço e a Demonstração dos Resultados Consolidados, com os respetivos anexos explicativos incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado, de médio e longo prazo. Foi entretanto publicada a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho que estabelece os critérios e procedimentos de consolidação das contas no SPA, tendo posteriormente, em abril de 2011, o SATAPOCAL emitido uma orientação para os municípios, definindo regras de consolidação para as contas do exercício de 2010, enquanto não for publicada regulamentação sobre o assunto aplicável às autarquias. No entanto, têm sido ainda poucos os municípios que apresentam contas consolidadas.

Acresce referir que a questão da consolidação de contas entre os municípios e outras entidades locais se tornou ainda mais específica a partir de janeiro de 2010, data em que entrou em vigor o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as entidades empresariais, públicas ou privadas. Efetivamente, a partir de 2010 todas as entidades do SEL passaram a implementar o SNC, continuando os municípios e os serviços municipalizados a implementar o POCAL. No âmbito de uma nova reforma da contabilidade pública que se perspectiva ocorrer

Mapa da distribuição dos municípios e sua dimensão

1 Abrantes	38 Aveiro	75 Celorico de Basto	112 Grândola	149 Miranda do Corvo	186 Paços de Ferreira
2 Águeda	39 Avis	76 Chamusca	113 Guarda	150 Miranda do Douro	187 Palmela
3 Aguiar da Beira	40 Azambuja	77 Chaves	114 Guimarães	151 Mirandela	188 Pampilhosa da Serra
4 Alandroal	41 Baião	78 Cinfães	115 Horta	152 Mogadouro	189 Paredes
5 Albergaria-a-Velha	42 Barcelos	79 Coimbra	116 Idanha-a-Nova	153 Moimenta da Beira	190 Paredes de Coura
6 Albufeira	43 Barrancos	80 Condeixa-a-Nova	117 Ílhavo	154 Moita	191 Pedrógão Grande
7 Alcácer do Sal	44 Barreiro	81 Constância	118 Lagoa (Algarve)	155 Monção	192 Penacova
8 Alcanena	45 Batalha	82 Coruche	119 Lagoa (R.A.A)	156 Monchique	193 Penafiel
9 Alcobaça	46 Beja	83 Corvo	120 Lagos	157 Mondim de Basto	194 Penalva do Castelo
10 Alcochete	47 Belmonte	84 Covilhã	121 Lajes das Flores	158 Monforte	195 Penamacor
11 Alcútem	48 Benavente	85 Crato	122 Lajes do Pico	159 Montalegre	196 Penedono
12 Alenquer	49 Bombarral	86 Cuba	123 Lamego	160 Montemor-o-Novo	197 Penela
13 Alfândega da Fé	50 Borba	87 Elvas	124 Leiria	161 Montemor-o-Velho	198 Peniche
14 Aljô	51 Boticas	88 Entroncamento	125 Lisboa	162 Montijo	199 Peso da Régua
15 Aljezur	52 Braga	89 Espinho	126 Loulé	163 Mora	200 Pinhel
16 Aljustrel	53 Bragança	90 Esposende	127 Loures	164 Mortágua	201 Pombal
17 Almada	54 Cabeceiras de Basto	91 Estarreja	128 Lourinhã	165 Moura	202 Ponta Delgada
18 Almeida	55 Cadaval	92 Estremoz	129 Lousã	166 Mourão	203 Ponta do Sol
19 Almeirim	56 Caldas da Rainha	93 Évora	130 Lousada	167 Murça	204 Ponte da Barca
20 Almodôvar	57 Calheta (R. A. A.)	94 Fafe	131 Mação	168 Murtosa	205 Ponte de Lima
21 Alpiarça	58 Calheta (R. A. M.)	95 Faro	132 Macedo de Cavaleiros	169 Nazaré	206 Ponte de Sor
22 Alter do Chão	59 Câmara de Lobos	96 Felgueiras	133 Machico	170 Nelas	207 Portalegre
23 Alvaiázere	60 Caminha	97 Ferreira do Alentejo	134 Madalena	171 Nisa	208 Portel
24 Alvito	61 Campo Maior	98 Ferreira do Zêzere	135 Mafra	172 Nordeste	209 Portimão
25 Amadora	62 Cantanhede	99 Figueira da Foz	136 Maia	173 Óbidos	210 Porto
26 Amarante	63 Carrizada de Ansiães	100 Figueira de Castelo Rodrigo	137 Mangualde	174 Odemira	211 Porto de Mós
27 Amares	64 Carregal do Sal	101 Figueiró dos Vinhos	138 Manteigas	175 Odivelas	212 Porto Moniz
28 Anadia	65 Cartaxo	102 Fornos de Algodres	139 Marco de Canaveses	176 Oeiras	213 Porto Santo
29 Angra do Heroísmo	66 Cascais	103 Freixo de Espada à Cinta	140 Marinha Grande	177 Oleiros	214 Póvoa de Lanhoso
30 Ansião	67 Castanheira de Pêra	104 Fronteira	141 Marvão	178 Olhão	215 Póvoa de Varzim
31 Arcos de Valdevez	68 Castelo Branco	105 Funchal	142 Matosinhos	179 Oliveira de Azeméis	216 Povoação
32 Arganil	69 Castelo de Paiva	106 Fundão	143 Mealhada	180 Oliveira de Frades	217 Prouença-a-Nova
33 Armamar	70 Castelo de Vide	107 Gavião	144 Meda	181 Oliveira do Bairro	218 Redondo
34 Arouca	71 Castro Daire	108 Góis	145 Melgaço	182 Oliveira do Hospital	219 Reguengos de Monsaraz
35 Arraiolos	72 Castro Marim	109 Golegã	146 Mértola	183 Ourém	220 Resende
36 Arronches	73 Castro Verde	110 Gondomar	147 Mesão Frio	184 Ourique	221 Ribeira Brava
37 Arruda dos Vinhos	74 Celorico da Beira	111 Gouveia	148 Mira	185 Ovar	222 Ribeira de Pena

223 Ribeira Grande	260 Tábua	297 Vila Nova de Poiares
224 Rio Maior	261 Tabuaço	298 Vila Pouca de Aguiar
225 Sabrosa	262 Tarouca	299 Vila Real
226 Sabugal	263 Tavira	300 Vila Real de Santo António
227 Salvaterra de Magos	264 Terras de Bouro	301 Vila Velha de Ródão
228 Santa Comba Dão	265 Tomar	302 Vila Verde
229 Santa Cruz	266 Tondela	303 Vila Viçosa
230 Santa Cruz da Graciosa	267 Torre de Moncorvo	304 Vimioso
231 Santa Cruz das Flores	268 Torres Novas	305 Vinhais
232 Santa Maria da Feira	269 Torres Vedras	306 Viseu
233 Santa Marta de Penaguião	270 Trancoso	307 Vizela
234 Santana	271 Trofa	308 Vouzela
235 Santarém	272 Vagos	
236 Santiago do Cacém	273 Vale de Cambra	
237 Santo Tirso	274 Valença	
238 São Brás de Alportel	275 Valongo	
239 São João da Madeira	276 Valpaços	
240 São João da Pesqueira	277 Velas	
241 São Pedro do Sul	278 Vendas Novas	
242 São Roque do Pico	279 Viana do Alentejo	
243 São Vicente	280 Viana do Castelo	
244 Sardoal	281 Vidigueira	
245 Sátão	282 Vieira do Minho	
246 Seia	283 Vila da Praia da Vitória	
247 Seixal	284 Vila de Rei	
248 Sernancelhe	285 Vila do Bispo	
249 Serpa	286 Vila do Conde	
250 Sertã	287 Vila do Porto	
251 Sesimbra	288 Vila Flor	
252 Setúbal	289 Vila Franca de Xira	
253 Sever do Vouga	290 Vila Franca do Campo	
254 Silves	291 Vila Nova da Barquinha	
255 Sines	292 Vila Nova de Cerveira	
256 Sintra	293 Vila Nova de Famalicão	
257 Sobral de Monte Agraço	294 Vila Nova de Foz Côa	
258 Soure	295 Vila Nova de Gaia	
259 Sousel	296 Vila Nova de Paiva	



a médio prazo, a alteração ao sistema de contabilidade autárquica terá o novo enquadramento normativo do SNC. Esta situação por si só evidencia a necessidade de se diligenciar no sentido de adaptação do POCAL e restantes Planos Contabilísticos Públicos às Normas Internacionais de Contabilidade Setor Público.

1.5. Reformas Administrativas e Controlo Financeiro

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foi introduzida um conjunto de reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses.

Relativamente à administração local, algumas das reformas impõem restrições acentuadas de natureza financeira que limitarão a actividade dos municípios. Algumas dessas restrições, integradas no programa de reajustamento do governo para a administração pública, são as que a seguir se apresentam:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as administrações local e regional, no âmbito do contributo deste subsector para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das administrações local e regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo do setor local, a fim de reduzir o grau de subsidiação, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo do setor local, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao SEE, extensíveis ao setor local;

- Elaborar um plano para reforçar a governação no SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto a questões de ordem financeira do SEE.

Na sequência destes objectivos de natureza eminentemente financeira, foi alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 1998. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada “atividade empresarial autárquica”. O atual diploma legal:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;
- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são, genericamente, as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por “entidades públicas participantes”);
- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais, e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios e, do mesmo passo, com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado a favor das associações de municípios.

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas, quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais.

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão

de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes.

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das empresas, sempre que, nos últimos três anos, i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; iii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo ou, ainda, quando; iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas.

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local, poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as respetivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória.

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2011, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, estão obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses a contar daquele dia. É também de seis meses, o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima.

Em 2012 foi também anunciada uma nova Lei das Finanças Locais⁴,

⁴ Este novo projecto, preconizando que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, transporta as regras da Lei de Enquadramento Orçamental para a Lei de Finanças Locais, nomeadamente no que concerne aos princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade nacional recíproca e da transparência orçamental. Neste campo, merece destaque o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado, a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira (CCF), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Este princípio não está, contudo, suficientemente detalhado. A proposta de LFL prevê, também, a criação de um quadro orçamental plurianual para os municípios, que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados au-

sendo para isso constituído um grupo de trabalho que apresentou uma proposta ao governo e cujos contornos já é possível conhecer, embora não em detalhe, e cujo objetivo expresso é “ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a administração central e local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira” (Preâmbulo da Proposta de Lei 609/2012, de 27 de setembro).

Alargando o programa de reajustamento financeiro aos municípios, para além das condicionantes referidas supra, o governo central, fez incidir os mecanismos de controlo e restrição dos pagamentos em atraso pelo setor público, implementado pelo novo regime dos compromissos e pagamentos em atraso (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e Decreto-Lei n.º 127/12 de 21 de Junho) na actividade financeira municipal.⁵

Na sequência desta lei, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local - PAEL (Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto), para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na DGAL à data de 31 de março de 2012. Este plano, com um montante global de 1000 milhões de Euros, permite aos municípios elegíveis estabelecerem contratos de empréstimos com o Estado, aprovados pelas respetivas assembleias municipais e apresentados no Tribunal de Contas para fiscalização prévia.

almente, para a despesa e as projeções da receita do município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em “articulação com as Grandes Opções do Plano” e submetido à Assembleia Municipal e tem natureza vinculativa.

Introduz, ainda, mecanismos bastante acentuados de intervenção na gestão local. Por um lado, prevê a redução, embora transitória, dos limites da dívida e das transferências financeiras através da Lei do Orçamento, isto é, de modo unilateral, o que consiste numa significativa limitação da autonomia. Por outro lado, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal, que corresponde a uma apropriação de 4% do FEF, e que se traduz num mecanismo de solidariedade financeira imposta. Acresce referir que a proposta propõe a extinção do IMT.

⁵ No essencial, as novas regras regulamentares sobre esta matéria, procura disciplinar os pagamentos em atraso, por via do controlo apertado da assunção de novos compromissos pelo limite dos fundos disponíveis a 90 dias, que passaram a ser apurados para o efeito. Foi também introduzida a responsabilização dos fornecedores do setor público, o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação, bem como o aprofundamento. Nos termos do artigo 16º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, os municípios com pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2011 teriam de apresentar à DGAL, num prazo de 90 dias, um plano de liquidação de pagamentos.

Os municípios aderem ao PAEL apresentando um Plano de Ajustamento Financeiro que, nos termos do art.º 6º da Lei n.º8/2012, contém “um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciem o restabelecimento da situação financeira do município, tendo em conta os seguintes objetivos:

- a. Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;
- b. Existência de regulamentos de controlo interno;
- c. Otimização da receita própria;
- d. Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL.”

Segundo dados da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, em fevereiro de 2013, 37 municípios tinham os seus contratos aprovados pelo Tribunal de Contas (162,7 milhões de euros) e outros 53 aguardavam esse visto prévio.

1.6. Independência financeira⁶

No presente Anuário mantém-se análise do rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais para se aferir o grau de independência financeira das autarquias. **Considera-se que existe independência financeira, nos casos em que as receitas próprias⁷ representem, pelo menos, 50% das receitas totais.**

Para melhor compreender a evolução deste indicador, apresenta-se de forma comparada para os anos compreendidos entre 2006 e 2012 e por grupos de municípios, o peso nas receitas totais das receitas próprias, das transferências e dos passivos financeiros. A análise é feita considerando os respetivos valores cobrados.

A observação do Gráfico 1.03 permite concluir que, neste período, a **independência financeira**, considerando a totalidade dos municípios, atingiu o seu maior peso em 2007 (36%) e o menor em 2009 (31%), o que correspondeu a uma significativa diminuição em apenas dois anos. O valor médio no período considerado foi de 33,7% para o universo total dos municípios. Em 2012, e em correlação com o aumento do peso das transferências, o peso das receitas próprias na receita total aumentou em relação a

2011, aproximando-se dos valores apresentados em 2006. O ano de 2009 aparece como um ano crítico, já que as receitas próprias e as transferências apresentam os valores mais baixos no período considerado, atingindo os passivos financeiros o peso mais elevado (11%).

Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, verifica-se que as receitas próprias assumem um maior peso nos **municípios de grande dimensão** (Gráfico 1.04)⁸; representando estas, na média de 2006 a 2012, 63,3% das receitas totais, isto é, mais 29,6% do que a média global. Neste grupo, o ano de 2007 foi o que apresentou melhor nível médio de independência financeira (68%), sendo que em 2010 ocorreu uma recuperação de 2% em relação aos anos de 2009 a 2010, que corresponderam ao pior nível anual (60%).

Nos **municípios de média dimensão** (Gráfico 1.05), as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram, nestes sete anos, quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente de 49,8% e 44,4%. O peso das transferências regista uma tendência crescente de 2008 (46%) a 2012 (54%). Já no caso do peso das receitas próprias observa-se uma tendência para a estabilidade.

Os recursos financeiros dos **municípios de pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependem significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁹, que representam neste período, em média, 70,4% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi apenas de 23,4%, o que significa que menos de ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. Em 2012, este indicador de independência cresceu 2% em relação a 2011, numa tendência que se iniciou em 2010.

⁸ Justificada pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Releva-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável (através do IRC).

⁹ Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 19.º da LFL), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e poderes locais.

⁶ Este conceito não se pode confundir com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 3.º da Lei das Finanças Locais.

⁷ Tal como nas edições anteriores do Anuário considera-se que as receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

Gráfico 1.03 – Evolução da Estrutura Financeira dos 308 Municípios

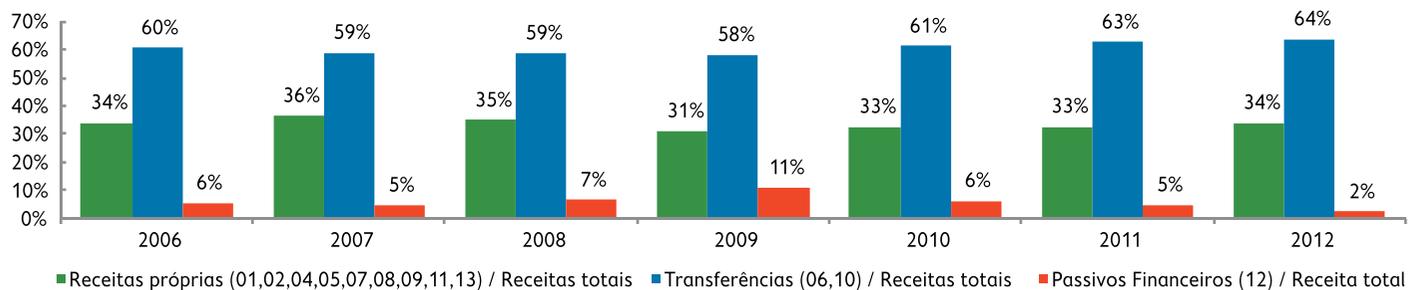


Gráfico 1.04 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

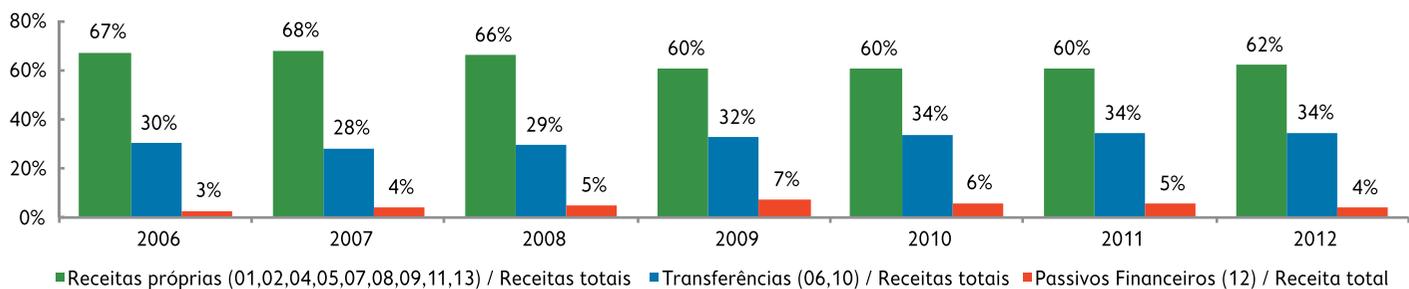


Gráfico 1.05 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Média Dimensão

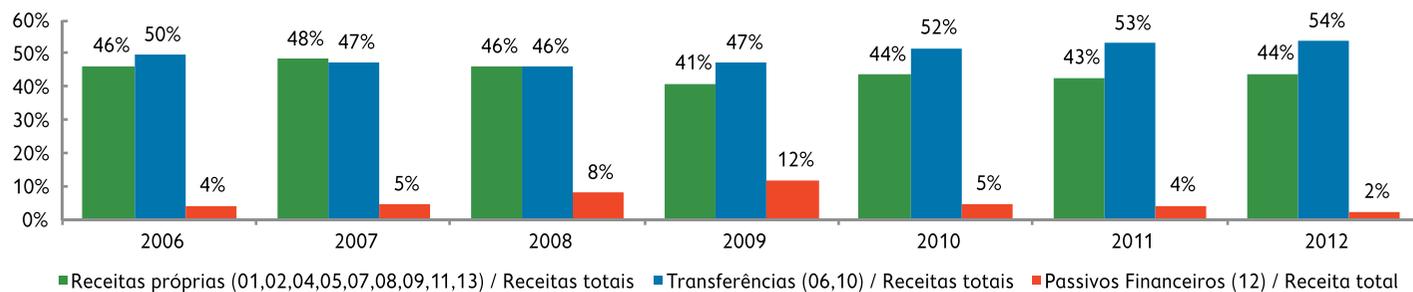


Gráfico 1.06 – Evolução da Estrutura Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão

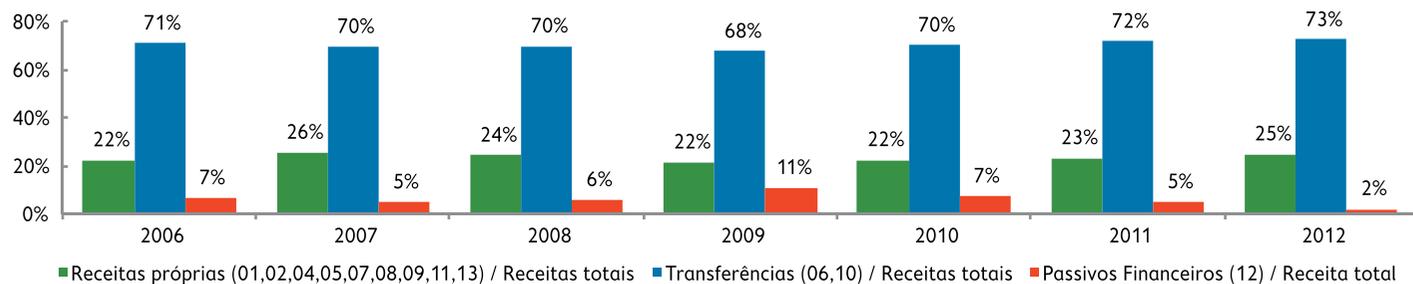
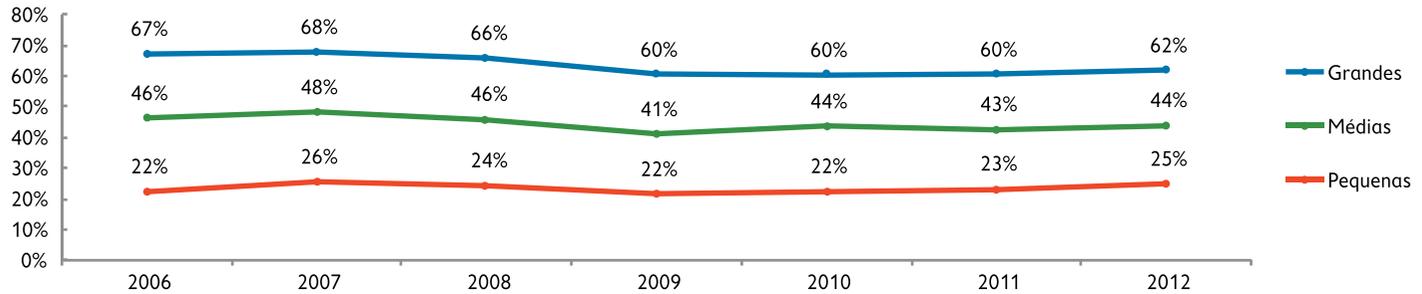


Gráfico 1.07 – Evolução da independência financeira dos Municípios (2006 a 2012)



O peso do recurso ao crédito (passivo financeiro) nas receitas totais baixou globalmente 9% entre 2009 e 2012, tendo diminuído 3% neste último período. A diminuição do recurso ao crédito foi mais expressiva no grupo dos municípios de média dimensão, onde a redução foi de 10% nesse período.

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2006 a 2012, por grupo de municípios. O valor do rácio da independência financeira, apresentou uma variação diminuta entre 2011 e 2012 em todos os grupos de municípios. Esta variação, foi ligeiramente maior no grupo dos municípios de pequena e grande dimensão (+2%) e nula para os municípios de média dimensão. Em suma, os municípios apresentaram em 2012, um nível de independência financeira, ainda, inferior ao manifestado entre 2006 e 2009.

Considerando a independência financeira nos termos que acabamos de expor relativamente ao universo total em análise, constata-se o seguinte pela análise do Quadro 1.04:

- A independência financeira dos municípios apresenta uma amplitude muito grande entre o máximo de 89% (município de Lisboa) e um mínimo de 1% (município do Corvo);
- Enquanto no grupo dos grandes municípios se verifica que a independência financeira varia entre o mínimo de 38% (Barcelos) e o

máximo de 89% (Lisboa), no agrupamento dos pequenos municípios uma amplitude situa-se entre 1% (Corvo) e 74% (Vila Real de S. António); já no grupo dos municípios de média dimensão, esta variação ocorre entre os 17% (Vila da Praia da Vitória) e os 85% (Albufeira);

- Em 2012, a média global do rácio de independência financeira do grupo dos municípios:

- de pequena dimensão foi de 25% (+2 que em 2011, +3% que em 2010 e 2009, +1% que em 2008 e -1% que em 2007);
- de média dimensão foi de 44% (igual a 2011, -1% que em 2010, igual a 2009, -3% que em 2008 e +5% que em 2007);
- de grande dimensão foi de 62% (+2% que em 2011, 2010 e 2009, -4% que em 2008, -6% em relação a 2007).

- Relativamente à dependência dos municípios das transferências de Estado em 2012, verifica-se que esta situou-se entre o mínimo de 10% (Lisboa) e o máximo de 99% (Corvo), sendo que o peso médio foi de 64% (+1 que em 2011 e +3% que em 2010). Contudo, considerando apenas o universo dos pequenos municípios, este indicador apresentou o valor médio de 73% (em 2007 e 2008 foi de 70%, em 2009 de 68%, 2010 de 70% e em 2011 de 72%). Nos grandes municípios a média foi de 34% (igual a 2011 e 2010). Nos municípios de média dimensão, este rácio apresentou um valor médio de 54% (+1% que em 2011 e +1% que em 2010).

Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2012

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Nº de municípios existentes	183	101	24	308
Nº de municípios analisados	183	101	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	25%	43%	62%	34%
% Mínima	1%	17%	38%	1%
	Corvo	V. Praia da Vitória	Barcelos	
% Máxima	74%	85%	89%	89%
	V. R. Santo António	Albufeira	Lisboa	
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	73%	54%	34%	64%
% Mínima	25%	15%	10%	10%
	Óbidos	Albufeira	Lisboa	
% Máxima	99%	80%	19%	99%
	Corvo	Tondela	Oeiras	
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	2%	2%	4%	2%
% Mínima	0%	0%	0%	0%
% Máxima	53%	20%	14%	53%
	Vila Franca do Campo	Ílhavo	Cascais	

• O peso médio dos passivos financeiros na receita total, considerando a globalidade dos municípios, foi de 2% em 2012, o que correspondeu a uma diminuição importante em relação aos valores de 2011 (5%), de 2010 (6%) e, principalmente, 2009 (11%). Existe também uma amplitude considerável, sobretudo nos municípios pequenos e médios, variando entre os que têm 0% de passivos financeiros e os que atingem os 53% (68% em 2011). A diminuição do peso relativo destas receitas correspondeu ao efetivo decréscimo do volume real de empréstimos utilizados pelos municípios, que

resultou, essencialmente, do controlo do limite de endividamento líquido municipal determinado no art.º 37.º da Lei das Finanças Locais, pese embora as Leis do OE de 2010 e 2011, no seu art.º 38.º, tenham excecionado dos limites de endividamento, empréstimos destinados ao financiamento de investimentos no âmbito da Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos e para aquisição de fogos ao IHRU. Ora, qualquer exceção ao limite de endividamento, poderia proporcionar um acréscimo de endividamento global, o que parece não ter sido o caso.

Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenas	6	11	13	5	9	7	8
	Médias	41	44	41	27	30	28	29
	Grandes	23	22	20	17	17	19	22
	Total	70	77	74	49	56	54	59
Nº de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenas	50	77	90	97	89	81	65
	Médias	1	2	1	5	3	4	1
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0
	Total	51	79	91	102	92	85	66
Nº de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenas	42	55	53	42	61	82	100
	Médias	26	26	19	16	31	36	46
	Grandes	5	9	6	4	6	3	5
	Total	73	90	78	62	98	121	151
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenas	45	37	47	35	50	56	57
	Médias	1	1	1	0	0	1	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0
	Total	46	38	48	35	50	57	57

• Da análise conjunta do Quadro anterior, conjugada com o Quadro 1.05, verifica-se que em 2012 são 59 (54 em 2011) os municípios que apresentam uma independência financeira igual ou superior a 50%. Destes, 22 são municípios de grande dimensão, 29 de média dimensão e 8 de pequena dimensão (Alcochete, Castro Marim, Grândola, Nazaré, Óbidos, Porto Santo, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António). Em 2012 verifica-se um ligeiro acréscimo no número de municípios de pequena (+1) e média dimensão (+1) que apresentam independência financeira igual ou superior a 50%. Adicionalmente, verifica-se uma tendência de estabilidade no nº de municípios pequenos com transferências superiores a 80% das receitas totais. Todavia, 2 municípios de grande dimensão apresentam um volume de receitas próprias inferior a 50% das receitas totais (Barcelos e Guimarães). Da apreciação do Quadro 1.05 pode concluir-se ainda o seguinte:

• Em 2012, face a 2011, houve 19 municípios (7 face a 2010) que deixaram de ter receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais. A diminuição global do número de municípios nesta

situação financeira poderá ser sintoma de uma progressiva consciencialização e prática de gestão pública conducente a uma maior consolidação financeira. A forte dependência financeira das receitas externas expressa por este indicador é essencialmente verificada nos municípios de pequena dimensão (64 em 2012 e 81 em 2011), pois só em 2 de média dimensão se verificou este rácio. Desde 2006 que nenhum município de grande dimensão apresenta esta situação de dependência financeira.

• Os municípios com maior dependência das transferências para equilíbrio do seu orçamento (valor superior a 80% das receitas totais) são maioritariamente os municípios de pequena dimensão, embora em 2011 apareça também um município de média dimensão (Cinfães). O aumento considerável, em 2010, do número de municípios de pequena dimensão nesta situação, (mais 15 no global, representando +43% que em 2009), acentuou-se com mais seis municípios a caírem nesta situação em 2011. Esta degradação poderá estar associada à descentralização de competências no domínio

da educação (art.º 34.º da Lei do OE de 2010), repercutindo-se as correspondentes transferências financeiras nos recursos financeiros destes municípios.

No *ranking* seguinte (R1) são apresentados os 50 municípios com maior independência financeira no ano de 2012, ainda que mostrando o valor do indicador para os anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias onde os impostos e taxas têm papel central e onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Em 2012, o município de Lisboa, com o rácio de independência financeira de 88,8%, reassumiu a hegemonia interrompida em 2009 por Oeiras, em 2010 por Vila Real de Santo António e em 2011 por Albufeira. O município de Lisboa encabeçou este *ranking* entre 2006 e 2008 com uma autonomia financeira sucessivamente de 87%, 87% e 86%¹⁰, mas já caiu para a terceira posição atrás de Lagoa.

O intervalo de variação deste rácio no período entre 2007 e 2012, para um *ranking* de 50 municípios com melhor performance, apresentou maior oscilação ao nível dos valores mais baixos do indicador. Assim, o atual 50.º município (Lourinhã) apresentou entre 2007 e 2012, respetivamente, os valores de 58,8%, 53,7%, 36,3%, 51,6%, 48,5% e 52,5%. As mais significativas alterações na estrutura da receita, foram mais visíveis a partir de 2009, resultante da diminuição dos proveitos advenientes dos impostos e taxas municipais e da grande variação das receitas creditícias. Centrando a observação em 2012, verifica-se que 5 novos municípios integraram este grupo de 50 (Figueira da Foz, Lourinhã, Matosinhos, Porto Santo, Santa Maria da Feira) e outros 5 saíram do mesmo (Alcochete, Espinho, Olhão, Ovar e Vila do Bispo).

Há municípios que apresentam um aumento relevante do valor deste rácio de 2011 para 2012, dos quais se nomeiam: com um aumento superior a 20% Figueira da Foz; com um aumento de cerca de 10% destacam-se Lisboa, Santa Cruz e Porto Santo.

Pela observação do *ranking* R1 verifica-se que há municípios que apresentam uma diminuição, embora não significativa, do valor do rácio da independência financeira de 2011 para 2012, dos quais destacamos Vila Nova de Gaia, Coimbra e Cascais. A explicação para

esta situação é diversa; ou porque a receita total aumenta, essencialmente à custa de transferências de verbas, ou porque a receita decaiu devido à descida das receitas próprias.

No *ranking* R2 figuram os 50 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Com a exceção de Vila da Praia da Vitória, são maioritariamente municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentam peso relevante na estrutura financeira, pese embora em termos de volume tenham menor relevância. Face a alterações na estrutura da receita dos municípios, fruto do aumento de receitas próprias ou da diminuição drástica das receitas creditícias ou, ainda, da variação no valor das transferências, de 2011 para 2012, saíram deste *ranking* 15 municípios e entraram outros 15. Saíram: Alpiarça, Castelo de Paiva, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fronteira, Meda, Miranda do Douro, Pedrógão Grande, Penamacor, São João da Pesqueira, Seia, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Trancoso e Vila Nova de Poiares. Entraram: Alandroal, Boticas, Crato, Manteigas, Mora, Mourão, Penalva do Castelo, Velas, Vieira do Minho, Vila da Praia da Vitória, Vila do Porto, Vila Flor, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova de Paiva e Vila Velha de Ródão.

Em 2012, o maior aumento do índice de independência financeira foi protagonizado pelos municípios de São Roque do Pico, Vila de Rei e Porto Moniz.

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados no *ranking*, verifica-se que em alguns casos baixou abruptamente a sua independência financeira em 2012, designadamente Vila da Praia da Vitória e, em menor escala, Boticas e Vila Velha de Rodão.

¹⁰ Chegando a atingir os 90% no ano de 2005.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias/receitas totais) - 2012

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Lisboa	G	86,8%	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%
2 Albufeira	M	84,9%	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%
3 Lagoa (Algarve)	M	79,9%	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%
4 Lagos	M	77,6%	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%
5 Oeiras	G	80,8%	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%
6 Seixal	G	81,7%	70,2%	73,3%	77,5%	72,1%	79,2%
7 Porto	G	77,6%	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%
8 Portimão	M	76,3%	63,2%	55,8%	73,3%	77,0%	76,1%
9 Vila Real de Santo António	P	68,4%	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%
10 Óbidos	P	68,0%	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%
11 Maia	G	71,7%	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%
12 Barreiro	M	65,7%	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%
13 Almada	G	76,5%	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%
14 Loulé	M	85,7%	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%
15 Aveiro	M	69,8%	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%
16 Póvoa de Varzim	M	73,0%	60,7%	53,2%	71,0%	68,2%	67,7%
17 Funchal	G	58,6%	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%
18 Setúbal	G	74,0%	77,4%	75,0%	71,6%	68,4%	66,3%
19 Palmela	M	77,9%	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%
20 Sesimbra	M	85,2%	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%
21 Cascais	G	79,7%	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%
22 Mafra	M	82,2%	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%
23 Faro	M	67,6%	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%
24 Valongo	M	62,2%	63,8%	47,8%	49,2%	56,2%	63,4%
25 Sintra	G	63,8%	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%
26 Santa Cruz	M	48,0%	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%
27 Odivelas	G	69,0%	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%
28 Loures	G	76,5%	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%
29 Castro Marim	P	51,3%	45,9%	43,6%	62,1%	56,2%	61,5%
30 Vila Nova de Famalicão	G	62,4%	62,5%	60,1%	55,3%	58,7%	61,3%
31 Silves	M	62,8%	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%
32 Tavira	M	69,5%	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%
33 Amadora	G	67,4%	67,4%	55,3%	55,9%	55,4%	60,6%
34 Montijo	M	66,8%	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%
35 Alcochete	P	71,3%	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%
36 Figueira da Foz	M	64,1%	61,2%	46,3%	54,0%	32,0%	58,9%
37 Nazaré	P	61,5%	61,6%	32,5%	50,1%	62,1%	58,5%
38 Marinha Grande	M	66,4%	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%
39 Vila Franca de Xira	G	67,6%	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%
40 Leiria	G	64,2%	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%
41 Moita	M	58,3%	49,7%	54,9%	57,4%	55,5%	56,2%
42 Coimbra	G	61,1%	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%
43 Benavente	M	72,1%	70,2%	55,0%	58,4%	57,3%	54,8%
44 Vila Nova de Gaia	G	51,6%	68,6%	61,7%	61,5%	63,0%	54,5%
45 Matosinhos	G	75,7%	62,4%	60,4%	55,2%	50,0%	53,9%
46 Porto Santo	P	35,3%	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%
47 Vila do Conde	M	72,5%	70,0%	49,2%	58,3%	53,9%	53,7%
48 Santa Maria da Feira	G	51,5%	44,8%	44,0%	43,9%	46,5%	52,8%
49 Caldas da Rainha	M	52,0%	57,4%	43,6%	49,5%	54,1%	52,8%
50 Lourinhã	M	58,8%	53,7%	36,3%	51,6%	48,5%	52,5%

R2 – Municípios que apresentam menor independência financeira (receitas próprias/receitas totais) - 2012

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Corvo	P	4,6%	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%
2 Nordeste	P	4,7%	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%
3 Barrancos	P	5,9%	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%
4 Pampilhosa da Serra	P	11,8%	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%
5 Santa Cruz das Flores	P	10,0%	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%
6 Vinhais	P	9,8%	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%
7 Lajes das Flores	P	5,2%	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%
8 Freixo de Espada à Cinta	P	18,1%	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%
9 Monforte	P	11,9%	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%
10 Cinfães	P	14,6%	16,0%	10,9%	8,5%	9,9%	10,7%
11 Alcoutim	P	13,2%	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%
12 São Vicente	P	8,2%	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%
13 Vimioso	P	6,0%	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%
14 Santa Cruz da Graciosa	P	12,6%	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%
15 Castanheira de Pêra	P	18,5%	21,3%	17,5%	17,1%	11,6%	11,4%
16 Carrazeda de Ansiães	P	16,5%	13,5%	9,2%	19,2%	14,7%	12,4%
17 Santana	P	7,5%	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%
18 Boticas	P	17,9%	18,4%	15,8%	17,4%	17,8%	12,8%
19 Mértola	P	11,7%	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%
20 Lajes do Pico	P	10,8%	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%
21 Alvito	P	18,7%	16,9%	11,9%	12,2%	12,5%	13,7%
22 Mondim de Basto	P	10,4%	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%
23 Almodôvar	P	15,1%	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%
24 Arronches	P	15,0%	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%
25 Porto Moniz	P	8,3%	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%
26 Penedono	P	20,6%	16,9%	13,6%	12,6%	14,2%	14,7%
27 Avis	P	17,3%	16,2%	16,1%	17,5%	15,7%	14,7%
28 Mogadouro	P	14,4%	15,7%	12,5%	13,0%	12,2%	14,8%
29 Vila Nova de Foz Côa	P	17,3%	16,7%	15,9%	16,4%	15,0%	15,0%
30 Paredes de Coura	P	23,8%	16,1%	16,9%	16,5%	15,3%	15,0%
31 Alandroal	P	21,3%	16,7%	16,8%	8,5%	18,8%	15,1%
32 Vila do Porto	P	17,0%	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%
33 Vila Velha de Ródão	P	20,9%	20,1%	14,1%	22,6%	20,6%	15,5%
34 Vila Franca do Campo	P	44,4%	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%
35 Velas	P	20,4%	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%
36 Murça	P	13,1%	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%
37 Vieira do Minho	P	19,2%	16,5%	20,8%	15,5%	18,3%	15,9%
38 Vila de Rei	P	13,6%	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%
39 Vila Flor	P	18,3%	13,6%	19,5%	19,3%	16,4%	15,9%
40 Ourique	P	18,1%	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%
41 Penalva do Castelo	P	14,7%	13,7%	14,5%	16,5%	16,6%	16,1%
42 Calheta (R. A. A.)	P	7,8%	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%
43 Manteigas	P	14,1%	12,7%	20,2%	16,1%	19,0%	16,2%
44 Vila da Praia da Vitória	M	22,7%	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%
45 Crato	P	15,2%	18,1%	15,5%	18,6%	21,5%	16,8%
46 Mourão	P	22,7%	13,9%	6,5%	17,1%	16,5%	16,8%
47 São Roque do Pico	P	15,4%	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%
48 Mora	P	14,8%	19,9%	21,1%	22,4%	19,7%	17,2%
49 Vila Nova de Paiva	P	20,0%	18,6%	15,5%	18,5%	16,6%	17,4%
50 Vila Nova da Barquinha	P	37,3%	40,1%	26,2%	19,3%	21,4%	17,4%

CAPÍTULO 2.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

Na continuidade dos anuários anteriores, pretende-se, neste capítulo, evidenciar a execução orçamental dos Municípios¹¹, apresentando referenciais financeiros e económicos reportados a 2011 e 2012 para o universo das 308 Autarquias municipais. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução para o período 2007/2012.

Na ótica da receita, analisa-se a previsão orçamental, a liquidação¹², a cobrança, bem como os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação são a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados, os compromissos para exercícios futuros e os compromissos por pagar.

Os montantes serão apreciados de forma agregada e global, por classificação económica, com especial atenção para a variação do peso de cada um na despesa ou na receita total e para a evolução dos valores absolutos no período compreendido entre 2007 e 2012. A informação está organizada por agrupamentos de municípios¹³

¹¹ A informação orçamental apresentada, neste capítulo, apenas agrega a atividade financeira e económica desenvolvida pela estrutura administrativa das autarquias em sentido estrito, **sem inclusão da atividade financeira e económica do setor empresarial local** e outras entidades afins.

¹² Receita liquidada reporta-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber.

¹³ No capítulo 2 no Anuário Financeiro de 2005, considerou-se que os municípios de grande dimensão eram 24 municípios. A partir do Anuário Financeiro de 2006 foi retirado do grupo dos municípios de grande dimensão o município do Funchal, que passou a ter 99 759 habitantes em 2006, continuando em 2010 com menos de 100.000 habitantes. Por outro lado, em 2007 a população de Coruche diminuiu de 20.191 para 19.898 habitantes, passando assim a município de pequena dimensão. Em 2009 o município de Cinfães passou à classificação de pequena dimensão (passou de 20.198 habi-

de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios adotados nos anteriores relatórios, com a subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão. Contudo, sempre que a situação assim o justifique, apresenta-se informação discriminada relativa a alguns municípios.

Apresentam-se, também, listagens hierarquizadas de municípios (*rankings*) relativas a rácios e indicadores da receita e despesa que possam facilitar o conhecimento de diferentes problemáticas do setor autárquico.

2.2. Receitas Municipais

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em: **receitas correntes**, **receitas de capital** e **outras receitas**. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta no Quadro 2.01.

tantes para 19.889, tendo em 2010 19.567 habitantes). Em 2010, Lousã e Amares passaram a ser municípios de média dimensão, com um aumento do número de habitantes de 19.721 para 20.181 e de 19.963 para 20.017, respetivamente. Por sua vez, em 2011, ano de Censos, voltaram a ser considerados 24 municípios de grande dimensão, devido ao aumento do nº de habitantes do município do Funchal que passou de 98.543 em 2010 para 111.892, 104 de média dimensão e 180 de pequena dimensão. Os municípios de Amares, Lousã, Mangualde e Soure passaram de média para pequena dimensão e os municípios de Celorico de Basto e Cinfães passaram de pequena para média dimensão. Em 2012 o nº de habitantes de Cinfães e de Celorico de Basto diminuiu para 19.953 e 19.952, sendo novamente considerados como municípios de pequena dimensão.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita Autárquica

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos	09- Venda de bens de investimento	15- Reposições não abatidas nos pagamentos
02- Impostos indiretos	10- Transferências de capital	16- Saldo da gerência anterior
04- Taxas, multas e outras penalidades	11- Ativos Financeiros	17- Operações extraorçamentais
05- Rendimentos de propriedade	12- Passivos Financeiros	
06- Transferências correntes	13 - Outras receitas de capital	
07- Venda de bens e serviços correntes		
08- Outras receitas correntes		

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

O quadro 2.02 resume o valor consolidado da receita (prevista, liquidada e cobrada), para o universo total dos municípios e no período 2007/2012.

O gráfico 2.01 complementa a informação prestada no quadro supra e permite, a imediata visualização da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2006¹⁴ e 2012.

¹⁴ Inclui-se este ano para melhor se perceber a variação das receitas a partir de 2007.

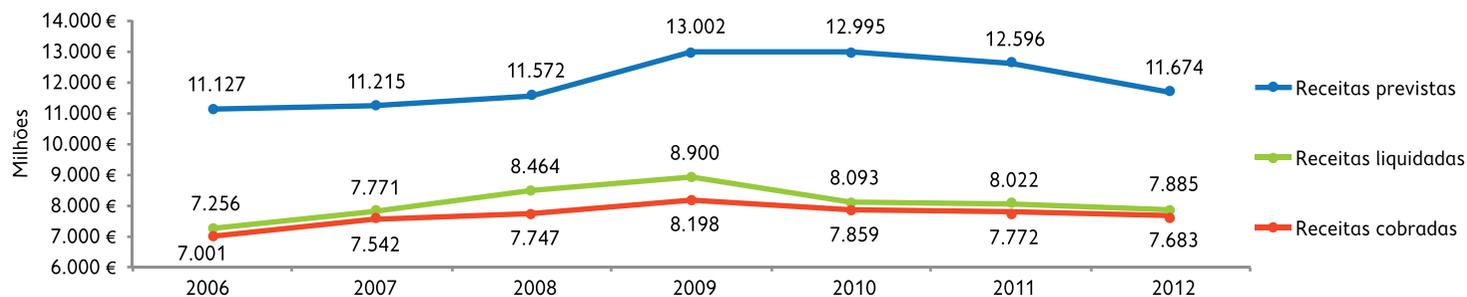
Quadro 2.02 – Orçamento e Execução da Receita Total*

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas previstas (a)	11.215,2	11.572,3	13.001,9	12.995,1	12.595,6	11.674,3
Receitas liquidadas (b)	7.770,5	8.463,7	8.899,5	8.092,9	8.021,8	7.885,3
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	69,3%	73,1%	68,4%	62,3%	63,7%	67,5%
Receitas por cobrar no início do ano (c)	542,6	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2
Receitas cobradas (d)	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	3.673,6	3.825,4	4.803,9	5.135,6	4.824,1	3.990,8
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	3.444,7	3.108,6	4.102,4	4.902,2	4.573,8	3.789,0
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8
Receitas cobradas/receitas liquidadas (d)/ (b+c)	90,7%	85,9%	86,2%	89,9%	89,0%	88,6%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) /a	62,4%	62,1%	58,3%	55,5%	56,0%	59,1%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas (e/a)	30,7%	26,9%	31,6%	37,7%	36,3%	32,5%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	45,7%	40,1%	50,0%	62,4%	58,9%	49,3%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	44,3%	36,7%	46,1%	60,6%	57,0%	48,1%

* A receita prevista, liquidada e cobrada não inclui o saldo da gerência anterior

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas*



* Não incluem o saldo da gerência anterior

Complementando a informação do quadro 2.02 e gráfico 2.01, apresentam-se os quadros 2.03 e 2.04 com a variação da receita prevista, liquidada e cobrada, para o período em apreço. Apresenta-se, ainda, o quadro 2.05, onde se comparam as Receitas Autárquicas de 2011 e 2012 com os valores médios do período entre 2007¹⁵/2012. Da observação dos quadros e gráfico antecedentes pode-se concluir que:

- Entre 2007 e 2012, a média anual da receita prevista para a globalidade dos Municípios foi de 12,2 mil milhões de euros e a média da receita liquidada¹⁶ de 8,2 mil milhões de euros. O setor autárquico apresentou, por isso, neste período, em média, **um excedente anual de receita prevista em relação à efetivamente liquidada no montante de 4 mil milhões de euros**, representando 32,7% da receita orçamentada. A manutenção desta situação ao longo dos anos transformou-se num dos maiores

problemas¹⁷ da gestão financeira municipal tornando-se evidente a necessidade de redução global dos orçamentos autárquicos, no mínimo, no valor deste excedente¹⁸.

- Só em 2008 houve uma maior aproximação entre **receita prevista e receita liquidada** (ver gráfico 2.01). Em 2010, a diferença entre estes dois indicadores atingiu o maior valor do período, ultrapassando os 4,9 mil milhões de euros. Em 2011, este excedente manteve-se a níveis superiores ao da média do período (4,1 mil milhões de euros), com 4,5 mil milhões de euros, tendo contudo, em 2012, baixado para 3,7 mil milhões de euros (-17,2%). Este valor repre-

¹⁵ Tomaram-se os valores de 2006 para obter a variação em 2007

¹⁶ A indexação da despesa à receita liquidada ao invés da receita cobrada justifica-se pelo facto da receita liquidada ter que ser sempre arrecada. Só não será assim em situações excecionais em que a cobrança não seja efetivada, sendo que, para garantir a sua cobrança as autarquias dispõem de mecanismos de cobrança coerciva. Para além disso, tal como as receitas arrecadadas, estas receitas contribuem para o cálculo do endividamento líquido, tal como definido na LFL, vigente a partir de 2007e em vigor, ainda, em 2012. Ou seja, as receitas liquidadas e não recebidas assumem-se como ativos de curto prazo que deduzem a dívida bruta da mesma natureza.

¹⁷ As regras vigentes em matéria de elaboração dos orçamentos das autarquias locais, para além de não integralmente respeitadas (de outra forma, não se verificariam os excedentes apresentados, nomeadamente, ao nível das receitas fiscais e passivos financeiros), não se apresentaram suficientes para evitar que os orçamentos fossem inflacionados do ponto de vista da receita, permitindo-se que, em termos de execução orçamental, a assunção de encargos tivesse sempre enquadramento na receita prevista (respeitando, numa perspetiva formal, apenas princípio do equilíbrio orçamental ex-ante), ainda que, posteriormente e em termos práticos, se viesse a verificar que a receita efetivamente liquidada e arrecadada não correspondia aos níveis previstos.

¹⁸ Em sede de elaboração do orçamento, assiste-se à tendência generalizada para a não consideração do Princípio da Prudência, o que leva a que não seja integrado no cálculo das estimativas orçamentais da receita, o montante correspondente ao grau de incerteza das cobranças demonstrado pelas sucessivas execuções orçamentais dos anos anteriores.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (em valores absolutos)

Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Variação da Receitas previstas	88,5	357,1	1.429,6	-6,8	-399,4	-921,4
Variação da Receitas liquidadas	514,1	693,2	435,8	-806,6	-71,1	-136,5
Variação da Receitas cobradas	540,6	205,3	451,1	-338,5	-87,9	-88,1

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas (%)	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009 /2010	2010/2011	2011/2012
Receitas previstas	0,8%	3,2%	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%
Receitas liquidadas	7,1%	8,9%	5,1%	-9,1%	-0,9%	-1,7%
Receitas cobradas	7,7%	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	-11,0%	4,1%	25,6%	6,9%	-6,1%	-17,3%
Excedente da receita prevista (receita prevista- receita liquidada)	-11,0%	-9,8%	32,0%	19,5%	-6,7%	-17,2%
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada	-10,4%	213,1%	-2,1%	-66,7%	7,2%	-19,3%

Quadro 2.05 – Comparação da Receita autárquica em 2011 e 2012 com os valores médios entre 2007/2012

Unidade: milhões de euros

Receitas	Valores médios 2007 a 2012	2011	Desvio	2012	Desvio
Receitas previstas (a)	12.175,7	12.595,6	419,9	11.674,3	-501,4
Receitas liquidadas (b)	8.188,9	8.021,8	-167,2	7.885,3	-303,7
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	67,4%	63,7%	-3,7%	67,5%	0,1%
Receitas por cobrar no início do ano (c)	644,7	713,5	68,8	789,2	144,4
Receitas cobradas (d)	7.800,2	7.771,6	-28,6	7.683,4	-116,7
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	4.375,6	4.824,1	448,5	3.990,8	-384,7
Excedente da receita prevista (e) = (a-b)	3.986,8	4.573,8	587,1	3.789,0	-197,8
Diferença entre receita liquidada e receita cobrada (b-d)	388,8	250,2	-138,6	201,8	-186,9
Receitas cobradas/receitas liquidadas (d)/ (b+c)	88,4%	89,0%	0,6%	88,6%	0,2%
Grau de execução da receita (f) = (d-c) /a	58,9%	56,0%	-2,9%	59,1%	0,2%
Peso do excedente de receita prevista, nas receitas previstas (e/a)	32,6%	36,3%	3,7%	32,5%	-0,1%
Peso do excedente de receita prevista na receita cobrada (e/d)	51,1%	58,9%	7,8%	49,3%	-1,8%
Peso do excedente de receita prevista na receita liquidada (e/b)	48,8%	57,0%	8,2%	48,1%	-0,7%

senta um risco potencial de crescimento da dívida de curto prazo¹⁹ transformando-a em dívida estrutural, face à impossibilidade da receita efetiva, mesmo a longo prazo, absorver a despesa realizada à custa deste excesso de previsão de receita²⁰.

- Ao avaliar-se o **excesso da receita prevista sobre a receita cobrada**, os valores elevam-se e progridem entre 2007 e 2010, agravando o cenário da sustentabilidade financeira do sector autárquico. Só em 2011 volta a baixar este diferencial, mantendo-se, contudo, acima da média do período em apreço (4,5 mil milhões de euros) e no montante de 4,8 mil milhões de euros, representando 56,9% da receita efetivamente arrecadada. Em 2012, a diferença entre a receita prevista e a receita cobrada, baixou 17,3%, fixando-se próximo dos 4 mil milhões de euros.

- Tendo o grau médio de execução das receitas nos últimos seis anos se situado nos 58,7% (56% em 2011 e 59,1% em 2012) exige-se uma avaliação mais rigorosa da estimativa de receitas na fase de elaboração dos orçamentos. De outra forma, dificilmente se contro-

lará o nível de endividamento de curto prazo²¹.

- Uma nota positiva a retirar da observação do gráfico 2.01 será a reaproximação, a partir de 2010, da receita cobrada à receita liquidada²². Neste ano, a redução do diferencial entre a receita liquidada e cobrada foi de 66,7%, mantendo-se muito próximas as duas linhas de registo destes valores em 2011 e 2012. Embora a fiabilidade da receita liquidada nunca tenha sido possível aferir por falta de informação, e em anteriores anuários se tenha chamado a atenção para o facto de os municípios não adotarem igual procedimento quanto à contabilização das receitas geradas por direitos financeiros adquiridos ou contratualizados a vencerem-se no ano económico em apreço, será de anotar o esforço das autarquias para uma melhor cobrança dos créditos disponíveis e contabilizados, refletido na aproximação dos valores entre receita liquidada e cobrada²³.

- Em relação aos anos de 2011 e 2012, destacam-se os seguintes pontos:

- A receita orçamentada²⁴, em cada um destes dois anos, bai-

¹⁹ Num cenário de empolamento das receitas em termos previsionais, os compromissos tendem a ser assumidos sem correspondência com as receitas efetivas, e muito para além destas, o que determina que o volume de despesas pagas seja inferior ao volume das despesas comprometidas. Este facto é a principal fonte geradora da dívida de curto prazo. O controlo, durante a execução orçamental, da dívida de curto prazo de natureza administrativa, deverá constituir um travão a esta situação, minimizando as possibilidades de ocorrência deste cenário.

O facto da legislação vigente, nomeadamente o POCAL, permitir que os Municípios, através dos seus orçamentos previsionais, aprovem despesa aferindo-a às dotações orçamentais inicialmente previstas e as assumam até ao limite dos 100% das mesmas, origina a contratualização de despesa manifestamente superior à receita executada, provocando graves estrangimentos ao nível da tesouraria e problemas estruturais de rutura financeira.

²⁰ A promulgação da **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso** (LCPA) e do respetivo Decreto-lei de regulamentação, surgem como uma medida de carácter conjuntural e de ação imediata, com vista estancar a autorização de despesas sem correspondência do lado da receita, garantindo uma aproximação da assunção de compromissos aos níveis de receita que estarão disponíveis para acautelar o seu cumprimento. Assim, pese embora, alguns municípios portugueses defendam a revogação da LCPA alegando, entre outros fundamentos, o excesso de burocracia, rigidez na aplicação, limitações ao nível da gestão financeira municipal e dúvidas quanto à constitucionalidade de algumas normas da LCPA, entende-se que a disciplina da assunção de compromissos prevista na LCPA comporta um conjunto de vantagens que não devem ser desconsideradas sem uma alternativa forte e coerente que garante um maior controlo na elaboração e execução dos orçamentos. Controlo esse que deverá ser suscetível de impedir autorização de despesas sem correspondência do lado da receita liquidada, através de mecanismos de permanente adequação da despesa à receita realizada e que proporcionem uma progressiva tendência para o Equilíbrio Orçamental *ex-post*.

²¹ O limite ao endividamento definido na **LFL** tem sido o principal indicador do controlo do endividamento autárquico. Contudo, se tem sido eficaz para o controlo da dívida de médio e longo prazo e dívida bancária de curto prazo, já não é suficiente para o controlo da dívida administrativa de curto prazo. A recente **LCPA** surge, essencialmente com esse objetivo: garantir uma aproximação da assunção de compromissos aos níveis de receita efetivamente cobrada ou garantidamente disponível, de modo a acautelar o seu cumprimento e um maior controlo de curto prazo no limite dos pagamentos em atraso. Resta avaliar, até à data, a real implicação da LCPA na assunção de encargos, na gestão autárquica, e o grau de utilização da exceção, para o cômputo dos Fundos Disponíveis, do artigo 4.º da LCPA, mesmo com a condicionante prevista no artigo 6.º do Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

²² O maior controlo da receita liquidada e não cobrada permite um maior controlo da capacidade de endividamento líquido.

²³ Em anteriores anuários tem-se apresentado nosso entendimento relativamente à aproximação entre as duas linhas de registo dos valores da receita liquidada e cobrada, apresentadas no gráfico 2.01. Pela análise dos elementos disponíveis concluiu-se que durante os primeiros anos de implementação do POCAL e até muito recentemente (até 2007), as autarquias não diferenciavam contabilisticamente a fase de liquidação da receita da fase de cobrança. Assim, cre-se que a partir de 2007, devido a exigências do cálculo do endividamento líquido, para o qual concorrem os créditos sobre terceiros ainda que não pagos, as autarquias apuraram a contabilização dos direitos sobre terceiros geradores de receita.

²⁴ Embora a crise financeira se tenha refletido fortemente na situação financeira do sector público, verifica-se que o montante global da receita estimada pelas autarquias aumentou progressivamente entre 2006 e 2009, atingindo uma taxa extraordinariamente alta neste último ano (+12,4%), mesmo numa situação de diminuição da taxa de crescimento das cobranças. Só as restrições orçamentais impostas pelo OE, nomeadamente a partir de 2009, terão feito infletir, ainda que insuficientemente, a partir de 2010, a tendência inflacionista dos orçamentos municipais.

xou, respetivamente 3,1% e 7,3%, embora, de forma ainda muito insuficiente para contrariar o efeito nefasto do excesso de orçamentação ainda visível neste biénio, como se comprovará com os níveis de endividamento de curto prazo apresentados em pontos subsequentes deste anuário. Assim, regista-se que, em 2011, apesar da referida descida, o montante global estimado se manteve acima da média do período em análise²⁵, em +419,9 M€ e, em 2012, embora tivesse baixado para valores inferiores àquela média (-501,4 M€), não absorveu as previsões já anunciadas de decréscimo abrupto de algumas das receitas fiscais e a diminuição do volume de crédito bancário exigido, para as autarquias, no OE.

– O decréscimo do montante global da receita cobrada pelos municípios é bem notório no gráfico supra apresentado. A brusca inversão da tendência evolutiva da receita municipal verificada a partir de 2010 fez com que, em 2011, se arrecadasse -88 milhões de euros (-1,1%), e em 2012, -88,1 milhões de euro (-1,1%), fixando-se em valores inferiores ao recebidos no ano de 2008.

Ilustrando as observações apresentadas aos quadros anteriores, apresentam-se as listagens ordenadas, *Ranking* R3²⁶ e R4, dos municípios com grau de execução de cobrança da receita, em 2011 e 2012, superior ou igual a 75%.

Da análise do *ranking* R3 conclui-se:

- Em 2011, apenas 59 municípios (mais 4 que em 2010), apresentaram uma execução da receita igual ou superior a 75%, sendo que a maior parte dos municípios, 249, apresentaram uma execução da

receita, inferior a este nível²⁷. Em 2012, 92 municípios apresentaram uma execução igual ou superior a 75% e os restantes 216, uma execução inferior.

- Em 2011, o município situado na 50.^a posição apresenta um grau de execução da receita na ordem dos 77,5%, o que demonstra uma ligeira melhoria de performance em relação a 2010²⁸. O mesmo se poderá referir em relação a 2012, cujo município na mesma posição apresenta uma taxa de execução de 81,2%

- Em 2011 há um município que apresenta o grau de execução de receita de 100% (Aguiar da Beira)²⁹ e nove municípios³⁰ com um nível de execução de cobrança superior a 90%, encontrando-se nesta situação três municípios de grande dimensão (Almada, Vila Franca de Xira e Porto)³¹ e dois de média dimensão (Mealhada e Marco de Canaveses). Em 2012, dois municípios apresentam um grau de execução superior a 100% (Marvão e Sever do Vouga) e 16 municípios, um grau de execução superior a 90%, encontrando-se entre estes cinco municípios de grande dimensão (Vila Franca de Xira, Almada, Sintra, Vila Nova de Famalicão e Lisboa).

²⁷ Face às regras de orçamentação impostas pelo POCAL e, subsequentemente, as sucessivas restrições orçamentais aprovadas em sede de OE com aplicação nos municípios, a situação deveria ser a inversa à detetada. Isto é, a maior parte dos municípios deveriam apresentar grau de execução da receita superior a 75%. Deveriam ser exceção, os municípios com grau de execução inferior a 75% e improvável o grau de execução inferior ou igual a 50%. Aliás, estas últimas situações deveriam ser auditadas e avaliadas pela tutela jurisdicional.

²⁸ Nesse ano, o último da lista dos 50 com melhor indicador de execução da receita estava ao nível de 76,9%

²⁹ Situação apenas demonstrada em 2008 (Sobral de Monte Agraço) e em 2007 (Benavente)

³⁰ O facto de só um número diminuto de municípios apresentarem elevada taxa de execução da receita ao nível das cobranças, no nosso entender, corresponderá não só a situações de desrespeito pelas normas e princípios orçamentais estabelecidos no POCAL, como refletirá insuficiência de normas orçamentais que regulamentem uma previsão mais rigorosa da receita autárquica de modo a prevenir orçamentos excessivamente excedentários. Seria, assim de equacionar de imediato, uma forma de controlo e acompanhamento da execução da receita que obrigasse a reajustamentos trimestrais da mesma de acordo com os graus de execução apresentados. O reforço de regras do POCAL a nível previsional, das receitas e a introdução, no mesmo diploma, de regras ao nível da respetiva execução, no sentido de se garantir uma aproximação da receita prevista à receita efetivamente liquidada, poderá constituir uma via imediata de combate ao inflacionamento da receita e ao aumento da dívida a fornecedores.

³¹ Em 2010, apenas Almada apresentava realização da receita com um grau de execução superior a 90%

²⁵ A previsão inflacionada de receitas, tem ocorrido pela conjugação da (i) ausência de regras previsionais, no POCAL, para o cálculo da estimativa de certas receitas com o (ii) incumprimento das regras e princípios existentes no mesmo. A previsão das receitas de capital provenientes da venda de imóveis enquadra-se na primeira hipótese. Já o inflacionamento, em sede de previsão orçamental, das receitas provenientes das participações comunitárias, das que resultam da celebração de contratos-programa com o Estado e até mesmo as que respeitam a empréstimos, refletem o desrespeito pelas regras estabelecidas e a ausência de controlo na aplicação das mesmas. Nessa medida, não bastará reforçar as normas de controlo orçamental, no âmbito do POCAL, mas exige-se a criação de procedimentos de controlo que garantam o cumprimento das regras já existentes.

²⁶ Nos anos anteriores este *ranking*, apenas assinalava os primeiros 50 municípios com melhor grau de execução. Todavia a constante referencia ao nível de 75% de execução, levou-nos a estabelecer para este *ranking*, como limite inferior, aquele nível de execução da receita

R3 – Municípios com maior grau de execução da receita cobrada em relação à receita prevista em 2011 e 2012

Município		Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Aguiar da Beira	P	100,0%	Marvão	P	103,0%
2	Santa Cruz das Flores	P	99,2%	Sever do Vouga	P	101,6%
3	Almada	G	99,1%	Esposende	M	97,7%
4	Fornos de Algodres	P	95,4%	Mealhada	M	97,4%
5	Proença-a-Nova	P	94,7%	Fornos de Algodres	P	96,0%
6	Marco de Canaveses	M	94,7%	Mortágua	P	95,2%
7	Vila Franca de Xira	G	94,5%	Vila Franca de Xira	G	94,8%
8	Mealhada	M	93,0%	Proença-a-Nova	P	93,2%
9	Mortágua	P	90,1%	Almada	G	93,1%
10	Porto	G	90,1%	Idanha-a-Nova	P	92,9%
11	Seia	M	89,0%	Vouzela	P	92,9%
12	Arronches	P	88,4%	Vila do Porto	P	92,9%
13	Mértola	P	88,1%	Elvas	M	92,9%
14	Pedrógão Grande	P	87,6%	Sintra	G	92,1%
15	Oleiros	P	87,4%	Vila Nova de Famalicão	G	91,8%
16	Alenquer	M	86,9%	Lisboa	G	91,4%
17	Castelo de Vide	P	85,9%	Santa Cruz das Flores	P	91,2%
18	Oliveira de Azeméis	M	85,7%	Marco de Canaveses	M	90,5%
19	Alpiarça	P	85,5%	Vila Velha de Ródão	P	89,6%
20	Lajes das Flores	P	85,2%	Aguiar da Beira	P	89,5%
21	Ponte de Lima	M	84,7%	Constância	P	89,5%
22	Benavente	M	84,5%	Cuba	P	89,5%
23	Almeirim	M	84,3%	Mértola	P	89,4%
24	Alvito	P	83,8%	Sobral de Monte Agraço	P	88,9%
25	Albergaria-a-Velha	M	83,7%	Benavente	M	88,1%
26	Bragança	M	83,5%	Moita	M	87,6%
27	Braga	G	83,3%	Castelo de Vide	P	86,9%
28	Figueira da Foz	M	83,0%	Pedrógão Grande	P	86,9%
29	Gouveia	P	82,6%	Maia	G	85,3%
30	Coruche	P	82,6%	Belmonte	P	85,1%
31	Amadora	G	82,1%	Carregal do Sal	P	84,7%
32	Vila de Rei	P	82,1%	Calheta (R. A. A.)	P	84,2%
33	Moita	M	81,8%	Arouca	M	83,4%
34	Idanha-a-Nova	P	81,6%	Arronches	P	83,2%
35	Castro Verde	P	81,6%	Boticas	P	83,1%
36	Celorico de Basto	M	81,5%	Mafra	M	83,1%
37	Vila Nova de Famalicão	G	81,2%	Amarante	M	83,1%
38	Torre de Moncorvo	P	81,1%	Murtosa	P	82,8%
39	Vouzela	P	80,4%	Amadora	G	82,8%
40	Almodôvar	P	79,6%	Bragança	M	82,8%
41	Crato	P	79,6%	Salvaterra de Magos	M	82,8%
42	Alcanena	P	79,4%	Gouveia	P	82,0%
43	Redondo	P	79,3%	Angra do Heroísmo	M	81,8%
44	Fafe	M	79,0%	Viseu	M	81,8%
45	Mafra	M	78,7%	Sátão	P	81,6%
46	Calheta (R. A. A.)	P	78,1%	Caminha	P	81,4%
47	Santa Marta de Penaguião	P	77,9%	Coruche	P	81,4%
48	Fronteira	P	77,7%	Portel	P	81,3%
49	Viana do Castelo	M	77,6%	Pampilhosa da Serra	P	81,2%
50	Cascais	G	77,5%	Castro Verde	P	81,2%

Fórmula: Receita cobrada/orçamento corrigido da receita

R4 – Municípios com grau de execução da receita cobrada, em relação à receita prevista, igual ou inferior a 50% em 2012 e 2012

Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012	
1	Portimão	M	23,8%	Portimão	M	21,0%
2	Trofa	M	24,2%	Trofa	M	23,3%
3	Cartaxo	M	28,6%	Cartaxo	M	23,5%
4	Nazaré	P	28,9%	Nazaré	P	29,6%
5	Ribeira Brava	P	31,4%	Vizela	M	31,6%
6	Nordeste	P	32,1%	Tabuaço	P	34,0%
7	Câmara de Lobos	M	34,2%	Câmara de Lobos	M	34,2%
8	Vizela	M	34,6%	Vila Real de Santo António	P	35,4%
9	Aveiro	M	36,3%	Machico	M	35,8%
10	Covilhã	M	37,4%	Castro Marim	P	35,8%
11	Alvaiázere	P	37,9%	Guarda	M	36,9%
12	Guarda	M	38,1%	Ribeira Brava	P	37,2%
13	Vila Pouca de Aguiar	P	39,4%	Paredes	M	38,5%
14	Tabuaço	P	39,4%	Mangualde	P	39,9%
15	Celorico da Beira	P	41,7%	Évora	M	40,0%
16	Peso da Régua	P	41,7%	Tomar	M	40,3%
17	Ourique	P	41,8%	Nordeste	P	40,6%
18	Alandroal	P	42,1%	Alvaiázere	P	40,8%
19	Paredes	M	42,2%	Covilhã	M	40,9%
20	Sines	P	43,0%	Chamusca	P	43,5%
21	Mangualde	P	43,3%	Peso da Régua	P	43,5%
22	Mirandela	M	43,7%	Calheta (R. A. M.)	P	43,7%
23	Entroncamento	M	44,1%	Espinho	M	44,0%
24	Trancoso	P	44,2%	Faro	M	44,1%
25	Vila Real de Santo António	P	44,2%	Celorico da Beira	P	45,2%
26	Torres Novas	M	44,4%	Paços de Ferreira	M	45,9%
27	Faro	M	44,8%	Alandroal	P	46,1%
28	Santa Cruz	M	45,9%	Alijó	P	46,4%
29	Viana do Alentejo	P	46,0%	Lamego	M	47,3%
30	Fundão	M	46,1%	Miranda do Douro	P	47,6%
31	Chaves	M	46,2%	Ribeira de Pena	P	47,7%
32	Moura	P	46,3%	Vila Pouca de Aguiar	P	47,8%
33	Machico	M	46,5%	Santa Cruz	M	48,0%
34	Castro Marim	P	47,0%	Tábua	P	48,2%
35	São Vicente	P	47,2%	Fundão	M	48,2%
36	Alijó	P	47,8%	Torres Novas	M	48,8%
37	Miranda do Douro	P	47,8%	Mourão	P	48,8%
38	Figueira de Castelo Rodrigo	P	48,1%	Mora	P	49,0%
39	Vimioso	P	48,1%	Vila Nova de Poiares	P	49,8%
40	Calheta (R. A. M.)	P	48,3%	Sines	P	50,0%
41	Tábua	P	48,8%	Vieira do Minho	P	50,0%
42	Castanheira de Pêra	P	48,9%			
43	Vila Franca do Campo	P	49,0%			
44	Santa Comba Dão	P	49,1%			
45	Chamusca	P	49,1%			
46	Alcobaça	M	49,2%			
47	Vila Nova da Barquinha	P	49,6%			
48	Freixo de Espada à Cinta	P	49,6%			
49	Manteigas	P	49,7%			
50	Mourão	P	49,9%			
51	Loulé	M	50,0%			
52	Monchique	P	50,0%			

Fórmula: Receita cobrada/orçamento corrigido da receita

- Em 2011, só 12,7% dos municípios (39) apresentam um nível de execução da receita superior a 80%, sendo seis (6) de grande dimensão, treze (13) de média dimensão e os restantes vinte (20) de pequena dimensão. Em 2012 estiveram nesta situação 56 municípios: 8 de grande dimensão, 14 de média dimensão e os restantes 33 de pequena dimensão.

- Apesar do exposto, note-se, no entanto, que um não elevado grau de execução de receita pode ser justificado por não cobrança de receitas consignadas e que também não originaram despesas.

Face à importância para a sustentabilidade financeira do município, e o controlo do grau de execução da sua receita, justifica-se apresentar a listagem dos municípios com grau de execução da receita igual ou inferior a 50% e, por isso, com maior dificuldade de controlo da despesa e da dívida de curto prazo³².

Da análise do *ranking* R4, conclui-se:

- Verifica-se que, pese embora as regras de elaboração do orçamento definidas no POCAL, nomeadamente no que se refere ao cálculo da previsão das receitas, limitem o excessivo inflacionamento das mesmas, ainda há municípios que se apresentam com níveis de execução de receita igual ou inferior a 50% dos valores previsionais. Em 2012, apesar de serem menos onze que em 2011 e menos 22 que em 2010, ainda se considera preocupante a existência de 41³³ municípios nesta situação. Destes, 18 são municípios de média dimensão, com um orçamento médio de 47 milhões de euros para uma média de receitas cobradas de 18,1 milhões de euros, sendo todos os restantes municípios de pequena dimensão.

Como complemento às listagens anteriores apresenta-se o seguinte quadro que, relativamente ao grau de execução da receita, resume os dados obtidos para os 308 municípios em 2011 e 2012

Quadro 2.06- Distribuição do número de municípios pelos diferentes graus de execução da receita

Grau de execução da receita prevista	Número de Municípios	
	2011	2012
Maior ou igual a 90%	10	18
Superior ou igual a 75% e inferior a 90%	49	74
Inferior a 75% e maior ou igual a 50%	190	175
Inferior a 50%	50	41

- Do quadro anterior verifica-se que, 240 municípios em 2011, e 216 municípios em 2012, apresentaram uma taxa de execução da receita inferior a 75% e que, em cada um daqueles anos, só 10 e 18 municípios, respetivamente, apresentaram uma taxa de execução da receita, igual ou superior a 90%. Esta última situação, que parece de excepção, deveria ser o normal. É ainda preocupante o número de municípios que apresentam uma execução orçamental da receita inferior em 50% : 50 municípios em 2011 e 41 municípios em 2012.

Apresentam-se, de seguida, dois *rankings*: um relativo aos 35 municípios com maior volume de receita, e o outro aos 35 municípios com menor volume de receita arrecadada.

De R5 conclui-se:

- O volume de receita arrecadada por Lisboa, em ambos os anos, destaca-se, de forma notória, da receita do resto dos municípios, recebendo mais do triplo do valor do município do Porto que se lhe sucede no *ranking* de 2011 e o quase o quintuplo do volume de receita arrecada por Sintra, que lhe sucede na listagem de 2012. Lisboa, em 2012, arrecadou um volume de receita superior em 43,6%, ao volume arrecadado em 2011, embora essa diferença corresponda a uma receita extraordinária.

- Dos municípios de grande dimensão o que menos receita arrecadou, em 2011 e 2012, foi o município de Barcelos, encontrando-se com receitas superiores às dele, oito municípios de média dimensão em 2011 e dois de média dimensão em 2012.

- Dos municípios de média dimensão constantes do *ranking* R5, destaca-se o município de Loulé face ao volume de receita recebida.

³² O facto da legislação vigente, nomeadamente o POCAL, permitir que os Municípios, através dos seus orçamentos previsionais, aprovem despesa aferindo-a às dotações orçamentais inicialmente previstas e as assumam até ao limite dos 100% das mesmas, origina a contratualização de despesa manifestamente superior à receita executada, provocando graves constrangimentos ao nível da tesouraria e problemas estruturais de rutura financeira.

³³ Pese embora as pressões do OE, para reajustamento das receitas previsionais aos níveis de cobrança dos anos anteriores.

R5 – Municípios com maior volume da receita cobrada, em 2011 e 2012

Unidades: euros

Município		Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	579.701.291	Lisboa	G	832.666.402
2	Porto	G	190.929.393	Sintra	G	167.535.394
3	Sintra	G	160.095.417	Porto	G	164.847.332
4	Cascais	G	153.953.892	Cascais	G	142.244.106
5	Vila Nova de Gaia	G	133.914.620	Vila Nova de Gaia	G	123.619.408
6	Matosinhos	G	117.087.294	Matosinhos	G	110.137.105
7	Oeiras	G	111.162.197	Oeiras	G	109.570.322
8	Loures	G	103.021.209	Loures	G	109.517.801
9	Guimarães	G	101.099.635	Coimbra	G	94.017.940
10	Coimbra	G	97.785.788	Guimarães	G	91.654.325
11	Amadora	G	90.626.292	Loulé	M	91.120.229
12	Loulé	M	89.377.818	Vila Nova de Famalicão	G	86.571.160
13	Braga	G	87.573.099	Amadora	G	84.526.479
14	Gondomar	G	86.729.131	Braga	G	84.166.068
15	Almada	G	82.854.306	Seixal	G	79.245.204
16	Vila Nova de Famalicão	G	82.439.666	Almada	G	78.593.908
17	Funchal	G	77.748.406	Funchal	G	74.229.100
18	Seixal	G	74.581.783	Gondomar	G	70.390.999
19	Vila Franca de Xira	G	69.109.435	Vila Franca de Xira	G	67.718.373
20	Figueira da Foz	M	65.915.992	Setúbal	G	66.324.518
21	Odivelas	G	64.281.981	Odivelas	G	61.892.911
22	Santa Maria da Feira	G	63.978.681	Maia	G	61.200.579
23	Seia	M	63.532.355	Albufeira	M	61.037.177
24	Paredes	M	62.155.994	Leiria	G	57.981.088
25	Setúbal	G	61.968.623	Santa Maria da Feira	G	57.386.848
26	Maia	G	61.814.950	Barcelos	G	56.165.224
27	Leiria	G	61.070.182	Castelo Branco	M	54.639.936
28	Albufeira	M	58.974.432	Paredes	M	51.763.983
29	Viana do Castelo	M	54.695.299	Viana do Castelo	M	50.757.348
30	Vila do Conde	M	53.998.517	Mafra	M	50.240.535
31	Viseu	M	53.955.169	Viseu	M	48.789.993
32	Barcelos	G	53.357.653	Torres Vedras	M	46.661.223
33	Torres Vedras	M	51.879.386	Vila do Conde	M	46.032.984
34	Santo Tirso	M	51.674.330	Sesimbra	M	42.888.221
35	Mafra	M	49.095.697	Pombal	M	41.660.367

R6 – Municípios com menor volume da receita cobrada, em 2011 e 2012

Unidades: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Corvo	P	3.225.308	Corvo	P	2.474.129
2	Lajes das Flores	P	3.344.670	Santa Cruz das Flores	P	2.777.221
3	Santa Cruz das Flores	P	3.650.257	Barrancos	P	3.571.423
4	Barrancos	P	4.018.765	Lajes das Flores	P	3.633.699
5	Calheta (R. A. A.)	P	4.094.239	Calheta (R. A. A.)	P	3.853.750
6	Mourão	P	4.651.168	São Roque do Pico	P	3.980.574
7	Vila do Porto	P	4.875.758	Porto Santo	P	4.315.548
8	Nordeste	P	5.116.734	Porto Moniz	P	4.488.553
9	Lajes do Pico	P	5.232.151	Alvito	P	4.614.460
10	Manteigas	P	5.409.101	Mourão	P	4.840.155
11	Porto Moniz	P	5.501.838	Povoação	P	5.015.673
12	Porto Santo	P	5.512.045	Fronteira	P	5.036.169
13	Santa Cruz da Graciosa	P	5.555.483	Vila do Porto	P	5.155.353
14	Velas	P	5.682.203	Vila de Rei	P	5.207.575
15	São Vicente	P	5.714.182	Penedono	P	5.249.414
16	Alvito	P	5.814.518	Velas	P	5.300.271
17	Madalena	P	5.910.486	Madalena	P	5.317.535
18	Sardoal	P	5.925.535	Santa Cruz da Graciosa	P	5.331.475
19	Cuba	P	6.055.557	Ponta do Sol	P	5.479.942
20	Castelo de Vide	P	6.134.772	Monforte	P	5.488.490
21	São Roque do Pico	P	6.139.237	Arronches	P	5.500.774
22	Viana do Alentejo	P	6.179.593	Nordeste	P	5.666.058
23	Mesão Frio	P	6.227.663	Marvão	P	5.736.877
24	Golegã	P	6.231.936	Fornos de Algodres	P	5.794.570
25	Monforte	P	6.388.276	Lajes do Pico	P	5.845.914
26	Penedono	P	6.511.136	Alpiarça	P	5.934.148
27	Fronteira	P	6.694.000	Castelo de Vide	P	5.971.015
28	Vila Nova de Paiva	P	6.758.603	Manteigas	P	5.997.370
29	Constância	P	6.797.557	Cuba	P	6.027.925
30	Arronches	P	6.840.696	Sardoal	P	6.178.406
31	Belmonte	P	6.876.282	Santana	P	6.222.041
32	Mora	P	6.959.475	Gavião	P	6.539.592
33	Santana	P	7.061.092	Vila Nova de Paiva	P	6.583.956
34	Fornos de Algodres	P	7.100.310	Belmonte	P	6.585.119
35	Ponta do Sol	P	7.130.649	Pedrógão Grande	P	6.590.592

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1 Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

No ponto anterior, ao analisar-se a evolução das receitas municipais em termos globais, verificou-se que a receita total cobrada tem diminuindo desde 2010 (-4,1% em 2010, -1,1% em 2011 e -1,1% em 2012).

Os quadros apresentados neste ponto discriminam a receita total cobrada de acordo com diferentes componentes de natureza económica, podendo-se aferir do impacto de cada uma na receita total arrecadada. O quadro 2.07 apresenta a **receita cobrada** desagregada pelos dois grandes grupos económicos: receita corrente e receita de capital. Acresce a estas duas categorias de receita, as reposições não abatidas aos pagamentos, embora com peso insignificante na execução da receita.

Quadro 2.07 – Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	Média 07 - 12	%
Receitas Correntes	5.653,4	75,0%	5.730,0	74,0%	5.745,8	70,1%	5.824,8	74,1%	5.645,6	72,6%	5.564,3	72,4%	5.694,0	73,0%
Receitas de Capital	1.876,5	24,9%	2.005,3	25,9%	2.446,2	29,8%	2.025,5	25,8%	2.112,9	27,2%	2.110,2	27,5%	2.096,1	26,8%
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	11,6	0,2%	11,5	0,1%	6,0	0,1%	9,2	0,1%	13,1	0,2%	9,0	0,1%	10,1	0,1%
Receitas Totais cobradas	7.541,5	100%	7.746,8	100%	8.198,0	100%	7.859,5	100%	7.771,6	100%	7.683,4	100%	7.800,1	100%

Quadro 2.08 – Variação da Receita Corrente e da Receita de Capital

Receitas	Variação da receita em M€					Taxa de variação da receita				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Receitas Correntes	76,6	15,8	79,0	-179,2	-81,3	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%
Receitas de Capital	128,8	440,9	-420,7	87,4	-2,7	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%

Da observação dos dois quadros antecedentes conclui-se para o período em observação:

- A **receita corrente** apresentou um peso médio de 73% e uma média de cobrança de 5,7 mil milhões de euros, enquanto a **receita de capital** representou, em média, apenas 26,8% do total da receita cobrada e uma arrecadação na ordem dos 2 mil milhões de euros. O valor das reposições não abatidas aos pagamentos representou, apenas, 0,1% do total arrecadado e não ultrapassaram, em média, os 10,1 milhões de euros.
- A receita corrente aumentou anualmente, entre 2007 e 2010, enquanto, que, em 2011 baixou 179 milhões de euros (-3,1%) e em 2012 baixou 81,3 milhões de euros (-1,4%).
- A receita de capital cresceu entre 2007 e 2009, baixou quase meio milhão de euros em 2010 (-420,7 milhões de euros, -17,2%), cresceu

em 2011 cerca de 87,4 milhões de euros (+4,3%) e em 2012 voltou a baixar 2,9 milhões de euros (- 0,1%).

O comportamento das receitas correntes e de capital só se compreenderá pela análise das suas componentes económicas. Nos quadros subsequentes apresenta-se a respetiva decomposição por sub rubricas orçamentais, pese embora se tenha optado, em certas situações, por agregação de algumas rubricas da mesma natureza, independentemente de serem receitas correntes ou de capital. No quadro 2.09 apresenta-se o montante cobrado por sub rubricas económicas da receita e o respetivo peso na receita total, entre 2007 e 2012. No quadro 2.10, apresenta-se a variação das mesmas componentes económicas da receita.

Quadro 2.09 – Evolução e Estrutura das receitas cobradas*

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%	Média 07 - 12	%
Impostos e taxas	2.878,6	38,2%	2.739,1	35,4%	2.537,6	31,0%	2.560,4	32,6%	2.482,0	31,9%	2.425,7	31,6%	2.603,9	33,4%
Rendimentos de propriedade	189,9	2,5%	238,7	3,1%	252,2	3,1%	258,4	3,3%	259,5	3,3%	266,3	3,5%	244,2	3,1%
Transferências recebidas	3.141,3	41,7%	3.250,0	42,0%	3.505,8	42,8%	3.588,6	45,7%	3.659,9	47,1%	3.584,0	46,6%	3.454,9	44,3%
Vendas de bens e serviços	692,1	9,2%	724,2	9,3%	709,4	8,7%	710,2	9,0%	704,7	9,1%	738,6	9,6%	713,2	9,1%
Outras receitas correntes	49,7	0,7%	67,1	0,9%	64,6	0,8%	67,0	0,9%	62,0	0,8%	62,0	0,8%	62,1	0,8%
Venda de bens duradouros	143,7	1,9%	134,9	1,7%	92,1	1,1%	117,1	1,5%	84,2	1,1%	68,8	0,9%	106,8	1,4%
Ativos financeiros	43,0	0,6%	33,6	0,4%	31,8	0,4%	10,8	0,1%	14,0	0,2%	18,6	0,2%	25,3	0,3%
Passivos financeiros	357,4	4,7%	528,8	6,8%	965,0	11,8%	516,4	6,6%	474,3	6,1%	220,1	2,9%	510,3	6,5%
Outras receitas de capital	34,3	0,5%	19,0	0,2%	33,5	0,4%	21,5	0,3%	17,8	0,2%	290,4	3,8%	69,4	0,9%
Reposições não abatidas aos pagamentos	11,7	0,2%	11,6	0,1%	6,0	0,1%	9,2	0,1%	13,1	0,2%	9,0	0,1%	10,1	0,1%
Total	7.541,6	100%	7.746,9	100%	8.198,0	100%	7.859,5	100%	7.771,6	100%	7.683,4	100%	7.800,2	100%
Por habitante	710 €		729 €		771 €		739 €		736 €		727 €		735 €	

* Não inclui o valor das reposições não abatidas aos pagamentos (ver Quadro 3.28). A diferença entre o total do Quadro 3.26 e o total do Quadro 3.27 é exatamente o valor cobrado e registado nesta classificação económica.

Quadro 2.10 – Variação da receita cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita					Taxa de variação da receita				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Impostos e taxas	-139,5	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	-4,8%	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%
Rendimentos de propriedade	48,8	13,5	6,2	1,2	6,8	25,7%	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%
Transferências recebidas	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%
Vendas de bens e serviços	32,1	-14,8	0,8	-5,5	33,8	4,6%	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%
Outras receitas correntes	17,4	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	35,1%	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%
Venda de bens duradouros	-8,8	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-6,1%	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%
Ativos financeiros	-9,4	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-21,8%	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%
Passivos financeiros	171,3	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	47,9%	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%
Outras receitas de capital	-15,4	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-44,7%	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	-0,1	-5,6	3,2	3,9	-4,1	-1,1%	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%
Total	205,2	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	2,7%	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%

Da observação dos quadros anteriores, poder-se-á concluir:

- O somatório das receitas fiscais, transferências, venda de bens e serviços (excluindo venda de bens de capital) e empréstimos bancários, representaram para o período em observação, em média, 94% das receitas totais com uma cobrança média anual de 7,3 mil milhões de euros.
- As **Transferências Correntes e de Capital** continuam a ser a receita mais representativa na estrutura da receita autárquica, representando, em média, 44,3% das receitas totais (26,5% as correntes e 17,8% as de capital). Esta receita é a única componente que apresentou crescimento contínuo entre 2007 e 2011, tendo ultrapassado, em 2011, 3,6 mil milhões de euros e, por isso, apresentando o peso de 47,1% na receita total. Nesse ano, as transferências correntes (2,1 mil milhões de euros) representaram 58,4% das transferências totais e as transferências de capital (1,5 mil milhões de euros), 41,6% das mesmas - valores muito próximos da média do período em observação³⁴. Relativamente a 2012, o montante recebido pelos municípios baixou 75,9 milhões de euros (-2,1%), totalizando um pouco mais que 3,5 mil milhões de euros.

- Ainda sobre estas receitas municipais, importa referir que as mesmas apresentaram um pico de crescimento em 2009³⁵, com um aumento de 255,8 milhões de euros (+7,9%), sendo que a taxa média de crescimento a partir de 2010 baixou para o nível dos 2%, continuando, todavia a crescer em termos absolutos. **Contudo, o crescimento, em 2011, deveu-se ao aumento das transferências de capital (+162,9 milhões de euros), pois que as transferências correntes baixaram 4,1% (-91,6 milhões de euros). Em 2012 baixaram as transferências correntes em 3,1% (- 65,5 M€) e as de capital em 0,7% (-10,3 M€).** Os quadros infra, 2.11 e 2.12, permitem distinguir o papel das transferências correntes das transferências de capital nos orçamentos autárquicos e ilustram os comentários apresentados no parágrafo anterior.
- Relativamente às **transferências de capital**, será de acrescentar que as mesmas se compõem fundamentalmente de **transferências do Orçamento de Estado e de fundos comunitários**, representando as primeiras, em média, 59,9% do total das transferências auferidas pelos municípios, isto é, uma média de 818,7 milhões de euros, e os segundos 31,3%, cerca de 434,2 milhões de euros.

³⁴ As transferências correntes representaram, em média no período entre 2006 e 2012, 58,8% das transferências totais e as transferências de capital representaram 41,2% das mesmas

³⁵ Sobre o aumento extraordinário das transferências correntes, em 2009, em +221,3 milhões de euros, é de referir que a mesma se ficou a dever, essencialmente, ao aumento das transferências correntes do Estado as quais cresceram 220,3 milhões de euros (+11,9%).

Quadro 2.11 – Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%	2012	%
06 – Transferências correntes	1.843,2	24,4%	1.960,9	25,3%	2.182,0	26,6%	2.228,9	28,4%	2.137,3	27,5%	2.071,8	27,0%
10 – Transferências de capital	1.298,0	17,2%	1.289,1	16,6%	1.323,8	16,1%	1.359,7	17,3%	1.522,6	19,6%	1.512,3	19,7%
Total transferências	3.141,3	41,7%	3.250,0	42,0%	3.505,8	42,8%	3.588,6	45,7%	3.659,9	47,1%	3.584,0	46,6%
Receita Total	7.541,6	100%	7.746,9	100%	8.198,0	100%	7.859,5	100%	7.771,6	100%	7.683,4	100%

Quadro 2.12 – Variação do volume de Transferências Correntes e de Capital

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€					Taxa de variação da receita				
	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012
06 – Transferências correntes	117,7	221,1	46,8	-91,6	-65,5	6,4%	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%
10 – Transferências de capital	-9,0	34,7	35,9	162,9	-10,3	-0,7%	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%
Total transferências	108,8	255,8	82,8	71,3	-75,9	3,5%	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%

As transferências do Estado têm diminuído sucessivamente desde 2010, tendo os municípios, na sua globalidade, recebido menos 29,7 milhões de euros (-3,4%) nesse ano, -66,5 milhões de euros (-7,9%), em 2011 e -54,4 milhões de euros em 2012 (-7%), ficando esta receita autárquica muito abaixo do valor médio dos últimos seis anos, conforme ilustra o quadro infra.

Quanto às transferências de fundos comunitários, os montantes recebidos pelos municípios baixaram em 2009 em 13,5% (-51,2 milhões de euros), mas voltaram a aumentar a partir de 2010, tendo este primeiro aumento superado, de imediato, o valor da descida anterior. O acréscimo de receita de fundos comunitários em 2011 foi de 194,9 milhões de euros (+46,7%) e em 2012 de 70,8 milhões de euros (+11,6%).

- O quadro 2.13 permite distinguir o valor das transferências de Estado das transferências provenientes dos fundos comunitários, para o sector autárquico, constatando-se que, em 2011, estes últimos atingiram um valor muito próximo do valor das transferências do Estado.

- As Receitas Fiscais, **Impostos e Taxas**, são a segunda receita mais importante dos municípios, apresentando, em 2011 e 2012, respetivamente, um decréscimo de 3,1% (-78,4 milhões de euros)³⁶ e de 2,3% (-56,3 milhões de euros)

Estas receitas, em 2010, apresentaram, excecionalmente, um acréscimo de 0,9%, (+22,8 milhões de euros). O valor médio desta coleta, entre 2007 e 2012 foi de 2,6 mil milhões de euros (33,4% das receitas totais). **Em 2011, a cobrança desta receita ficou muito abaixo dos valores médios, ao atingir, apenas, 2 482 milhões de euros**

³⁶ A diminuição desta receita já se manifestou em 2008 e 2009 apresentando taxas negativas de -4,8% (-139,5 milhões de euros) e de -7,4% (- 201,5 milhões de euros).

(31,9% da receita total). Em 2012, a cobrança realizada permaneceu abaixo dos valores médios dos últimos seis anos, fixando-se em 2 426 milhões de euros (31,6% da receita total).

No ponto 2.2.3.2 a seguir apresentado, analisa-se o impacto dos Impostos Municipais na Receita Autárquica, observando-se em maior pormenor a evolução das diferentes coletas fiscais.

- A venda de Bens e Serviços³⁷ incluindo bens duradouros, é a receita mais significativa dos municípios, a seguir às transferências e às receitas fiscais, apresentando um valor globalmente superior ao dos passivos financeiros e representando, em média, 10,5% da receita total³⁸. Contudo, a influência do volume de venda de bens e serviços correntes na estrutura da receita autárquica é bem diferente da influência da venda de bens de capital. A venda de bens e serviços correntes, representou, em média, 9,1% das receitas totais e a venda de bens duradouros representa, em média, 1,4%, entre 2007/2012

Em 2011, a cobrança desta receita, no montante de 788,9 milhões de euros, apresentou uma diminuição no valor de 38,4 milhões de euros (-4,6%) sendo o menor volume de cobrança desde 2007. Neste ano, o produto da venda, tanto de bens e serviços correntes como de bens de capital, baixou em relação ao ano anterior, apresentando, em ambos os casos, valores absolutos inferiores à média do período em observação. A primeira baixou 0, 8% (-5,5 milhões de euros) e a segunda, 28,1% (-32,9 milhões de euros).

Em 2012, a cobrança da venda de bens e serviços correntes e de capital, totalizou 807,4 milhões de euros, traduzindo um aumento

³⁷ Anota-se que estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços dos seus serviços, não se reflete nesta estrutura da receita o desenvolvimento da produção e venda de serviços desconcentrados no sector empresarial local ou nos serviços municipalizados.

³⁸ 11,1% em 2007, 11,1% em 2008, 9,8% em 2009, 10,5% em 2010.

Quadro 2.13 – Principais Transferências de Capital

Unidade: milhões de euros

Transferências de capital	Montantes Recebidos (M€)					Variação das Transferências(M€)				Taxas de Variação			
	2008	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Transferências de Estado	793,8	869	839,3	772,8	718,4	75,2	-29,7	-66,5	-54,4	9,5%	-3,4%	-7,9%	-7,0%
Fundos Comunitários	379,1	327,9	417,5	612,4	683,2	-51,2	89,6	194,9	70,8	-13,5%	27,3%	46,7%	11,6%

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2012

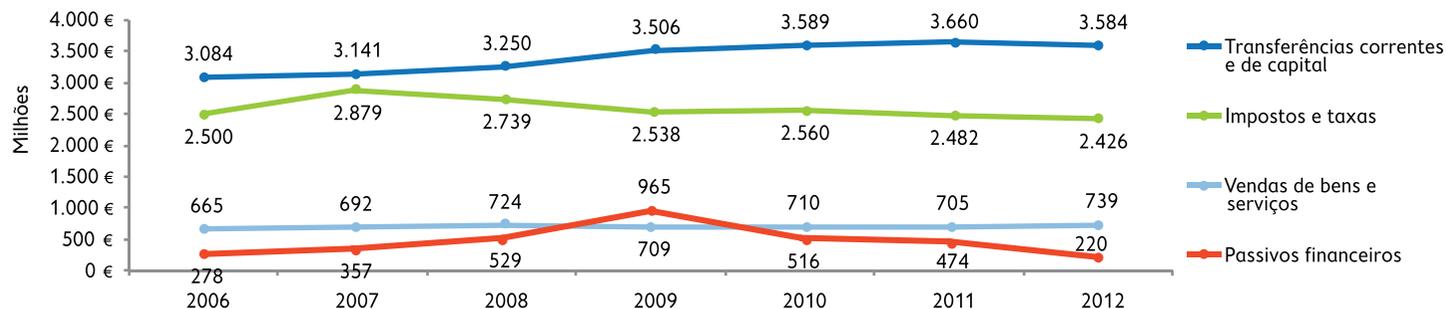
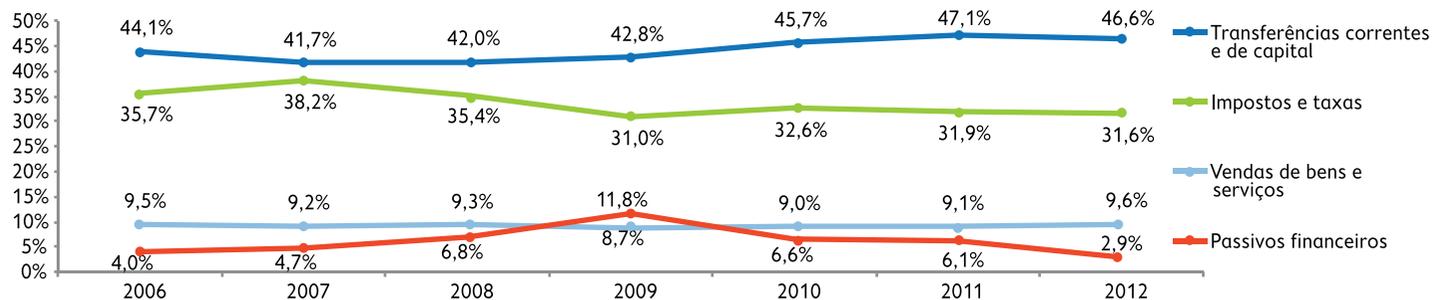


Gráfico 2.03 – Estrutura das receitas cobradas por grandes agregados económicos da receita entre 2006 e 2012



de receita de 18,5 milhões de euros (+2,4%), devido ao acréscimo de venda de bens e serviços correntes em 33,8 milhões de euros (+4,8%). Neste ano, a venda de bens duradouros, manteve a tendência para a descida de valor, tendo sido apurado o montante de 66,8 milhões de euros, menos 15,4 milhões de euros (-18,3%) que o obtido no ano anterior.

- O volume de **Empréstimos Bancários** (Passivos Financeiros) representou, entre 2007/2012, em média, 6,5% do total da receita arrecadada. Esta média está fortemente influenciada pelo volume de empréstimos utilizados em 2009, ano eleitoral em que os passivos financeiros cresceram extraordinariamente (+ 82,5%) atingindo o valor de 965 milhões de euros e representado 11,8% do volume de receita. A partir de 2009, a utilização de receita creditícia tem baixado progressivamente, tendo em 2010 apresentado uma diminuição de 46,5% (- 448,6 milhões de euros), em 2011, uma redução de -8,2% (42,1 milhão de euros) e em 2012, uma fortíssima redução

de 53,8% (-254,2 milhões de euros). Neste último ano, a redução do valor da receita creditícia foi superior ao valor utilizado de empréstimos bancários, o qual baixou para níveis inferiores ao verificado em 2007.

Face a estas reduções, o peso dos passivos financeiros no total da receita arrecada tem diminuído sucessivamente, ficando em 2011 ao nível de 6,1% e em 2012 ao nível de 2,9%.

Em complemento aos quadros anteriores, o Gráfico 2.02 ilustra a evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita, entre 2006 e 2012.

O peso de cada receita, no total da receita cobrada, embora associado ao volume de cobrança de cada uma delas está mais dependente do reflexo do volume de variação de umas em relação às outras. Assim, apresenta-se em complemento do gráfico 2.02, o gráfico 2.03 com a estrutura anual das receitas cobradas, por natureza económica, e reportado aos mesmos agregados.

Quadro 2.14 - Execução orçamental da Receita cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica em 2011 e 2012

Receitas	2011				2012			
	Pequenos	Médios	Grandes	Total	Pequenos	Médios	Grandes	Total
01 – Impostos diretos	89,6%	94,2%	93,9%	93,6%	92,8%	93,6%	98,3%	96,0%
02 – Impostos indiretos	55,2%	40,8%	56,0%	50,1%	63,7%	44,8%	57,5%	53,5%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	71,0%	68,6%	101,5%	85,1%	71,4%	61,6%	78,3%	71,1%
05 – Rendimentos de propriedade	54,1%	45,1%	74,4%	55,5%	55,0%	40,0%	69,8%	52,6%
06 – Transferências correntes	87,6%	87,5%	94,3%	89,3%	88,6%	86,5%	95,9%	89,6%
07 – Venda de bens e serviços	69,2%	75,0%	84,7%	76,2%	70,4%	70,0%	91,2%	75,8%
08 – Outras receitas correntes	19,4%	26,0%	59,1%	30,8%	24,1%	34,2%	79,5%	40,2%
Sub-Total receitas correntes	78,5%	79,5%	89,8%	83,2%	80,3%	78,1%	91,5%	83,6%
09 – Venda de bens de investimento	4,1%	4,4%	5,9%	4,9%	4,5%	3,8%	7,4%	5,3%
10 – Transferências de capital	53,8%	47,9%	45,4%	49,8%	58,6%	51,4%	48,7%	53,7%
11 – Ativos Financeiros	6,5%	9,8%	88,8%	22,4%	35,8%	17,9%	9,1%	13,0%
12 – Passivos Financeiros	62,9%	44,2%	58,3%	52,9%	40,5%	26,6%	37,8%	33,7%
13 – Outras Receitas de capital	7,0%	14,2%	100,3%	22,4%	30,6%	17,5%	5350,0%	397,9%
Sub-Total receitas de capital	44,2%	34,3%	30,6%	36,4%	46,6%	34,9%	49,3%	42,2%
15 – Reposições não abatidas nos pagamentos	166,5%	223,2%	239,6%	222,2%	169,4%	77,8%	31,9%	50,0%
16 – Saldo da Gerência anterior	82,3%	91,0%	49,6%	72,8%	80,5%	69,2%	79,1%	76,1%
Total	60,4%	58,4%	67,7%	61,9%	63,9%	59,2%	76,7%	66,1%

Importará conhecer a situação da execução orçamental da receita, nos anos de 2011 e 2012, nas suas diversas componentes. Pela observação dos quadros que a seguir se apresentam, verifica-se que os níveis de execução das diferentes receitas divergem, significativamente, demonstrando quais as que, em 2011 e 2012, em sede de elaboração do orçamento, apresentaram estimativas mais inflacionadas. Esta apresentação é ainda feita por grupos de municípios. Observando o quadro 2.14, conclui-se:

- Na generalidade, os municípios de pequena dimensão apresentam taxa mais baixa de execução da receita corrente (a média de 78,5%) e mais elevada na execução da receita de capital (44%). De qualquer modo, face aos seus orçamentos mais reduzidos, os municípios de pequena dimensão apesar do seu elevado número, contribuem relativamente menos para a formulação da taxa média de execução da receita autárquica, de natureza corrente.
- São os municípios de grande dimensão que apresentam melhor grau de execução das receitas correntes, tendo executado em média, em 2011 e 2012, respetivamente, 89,9% e 91,5% das receitas previstas. Contudo, no que respeita à execução das receitas de

capital, apresentam, em 2011, as taxas mais baixas de realização das mesmas (30,6%), sendo que, em 2012, voltam a ser o grupo de municípios com melhor realização deste tipo de receita, com uma execução de 49,3% das mesmas.

- Com impacto negativo na cobrança da receita, colocando-a a níveis de execução francamente baixos, estão quase todas as estimativas de receita de capital, nos três grupos de municípios, pese embora, o facto de as mesmas ter um peso diferenciado na receita total. Assim, pelo peso que representam no orçamento previsional e atentos à informação constante nos quadros infra, foram fatores de empolamento da receita global, em 2011, as seguintes receitas autárquicas: a Venda de Bens de Investimento em mais de 95,1% (+1 621 milhões de euros), Transferências a receber, em mais 32,9% (+1 791 milhões de euros) e Passivos Financeiros em mais 47,1% (+ 423 milhões de euros). Estas situações encontram-se evidenciadas nos quadros a seguir apresentados. Em 2012 mantêm-se inflacionadas as previsões das mesmas receitas, embora com valores ligeiramente inferiores aos de 2011, em termos absolutos, a saber: Transferências a receber em +30,2% (+1 547,4 milhões de euros);

Quadro 2.15 - Níveis de inflacionamento da Receita Autárquica cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica - 2011

Unidade: milhões de euros

Receitas	Previsão (a)		Execução (b)		Receitas inflacionadas	
	2011	%	2011	%	Valor (a-b)	(a-b)/a (%)
Impostos e taxas	2.800,5	22,2%	2.482,0	31,9%	318,5	11,4%
Rendimentos de propriedade	467,4	3,7%	259,5	3,3%	207,8	44,5%
Transferências recebidas	5.451,4	43,3%	3.659,9	47,1%	1.791,5	32,9%
Vendas de bens e serviços	924,4	7,3%	704,7	9,1%	219,7	23,8%
Outras receitas correntes	201,4	1,6%	62,0	0,8%	139,4	69,2%
Venda de bens duradouros	1.705,4	13,5%	84,2	1,1%	1.621,3	95,1%
Ativos financeiros	62,6	0,5%	14,0	0,2%	48,6	77,6%
Passivos financeiros	897,2	7,1%	474,3	6,1%	422,9	47,1%
Outras receitas de capital	79,5	0,6%	17,8	0,2%	61,7	77,6%
Reposições não abatidas aos pagamentos	5,9	0,0%	13,1	0,2%	-7,2	-122,2%
Total	12.595,6	100%	7.771,6	100%	4.824,1	38,3%

Quadro 2.16 - Níveis de inflacionamento da Receita Autárquica cobrada em relação à receita prevista, por rubrica económica - 2012

Unidade: milhões de euros

Receitas	Previsão (a)		Execução (b)		Receitas inflacionadas	
	2012	%	2012	%	Valor (a-b)	(a-b)/a (%)
Impostos e taxas	2.711,2	23,2%	2.425,7	31,6%	285,5	10,5%
Rendimentos de propriedade	505,9	4,3%	266,3	3,5%	239,6	47,4%
Transferências recebidas	5.131,4	44,0%	3.584,0	46,6%	1.547,4	30,2%
Vendas de bens e serviços	974,4	8,3%	738,6	9,6%	235,8	24,2%
Outras receitas correntes	154,2	1,3%	62,0	0,8%	92,2	59,8%
Venda de bens duradouros	1.309,2	11,2%	68,8	0,9%	1.240,4	94,7%
Ativos financeiros	143,9	1,2%	18,6	0,2%	125,2	87,0%
Passivos financeiros	653,2	5,6%	220,1	2,9%	433,1	66,3%
Outras receitas de capital	73,0	0,6%	290,4	3,8%	-217,4	-297,9%
Reposições não abatidas aos pagamentos	17,9	0,2%	9,0	0,1%	8,9	50,0%
Total	11.674,3	100%	7.683,4	100%	3.990,8	34,2%

Quadro 2.17 – Montante de inflacionamento das receitas fiscais em 2011 e 2012

Impostos	Montante de Inflacionamento (M€)	
	2011	2012
Impostos diretos	143,8	86,2
Impostos indiretos	133,9	117,4
Taxas, multas e outras penalidades	40,8	81,9
Total	318,5	285,5

Venda de Bens de Investimento em +94,7% (+1 240,4 milhões de euros) e Passivos Financeiros em + 66,3% (+ 423,1 milhões de euros).

Os quadros 2.15 e 2.16 mostram, por grandes grupos económicos, o montante de excedente de receita prevista em relação à receita executada³⁹, permitindo, para cada um destes anos, apreciar o montante de receita inflacionada⁴⁰ e o peso da mesma por natureza económica das receitas. Permitem, ainda, em termos globais, entender os níveis de execução.

- Constata-se, confrontando os quadros 2.18 e 2.19 com os quadros 2.16 e 2.17, que rubricas económicas da receita com grau de execução bastante baixo, têm menos influência no agravamento da sustentabilidade financeira dos municípios, que outras com graus de execução superior, face ao pouco peso que as mesmas apresentam na estrutura da receita. Será o peso que cada receita representa no total orçado, conjugado com o seu grau de realização, que determinará o impacto na situação financeira das autarquias.

- Assim, pelo peso que representam no orçamento previsional e atentos à informação constante nos quadros apresentados, foram **fatores significativos de empolamento da receita global**, em 2011, os valores orçados das seguintes receitas autárquicas: a Venda de Bens de Investimento em mais 95,1% (+1 621 milhões de euros), Transferências recebidas em mais 32,9% (+1 791 milhões de euros) e Passivos Financeiros em mais 47,1% (+ 423 milhões de euros). Estas situações encontram-se evidenciadas nos quadros a seguir apresentados. Em 2012, apesar do diferencial entre os valores orçados e valores executados terem sido, na generalidade, inferiores aos apresentados em 2011, continuou a verificar-se situações de forte empolamento de receitas nas mesmas rubricas do ano anterior, a

³⁹ Diferença substancial entre as receitas previstas e a receita executada, pela reiteração verificada ao longo dos anos acabou por se transformar num problema estrutural da gestão autárquica, originando em muitos municípios uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira

⁴⁰ Ver notas anteriores sobre esta matéria, nomeadamente as notas, 9 e 11. O facto da aprovação das despesas ser levada a efeito através da aferição das dotações orçamentais inicialmente previstas e não pelas dotações reajustadas aos níveis da execução efetiva da receita, permite a contratualização de despesa manifestamente superior à receita executada. Tal facto, para além dos constrangimentos que provoca ao nível da tesouraria, é suscetível de originar problemas estruturais de rutura financeira. É este excedente orçado que tem sustentado autorização de despesa para a qual, posteriormente, se vem a verificar insuficientes meios líquidos de pagamento.

saber: Transferências recebidas em mais 30,2% (+1 547,4 milhões de euros), Venda de Bens de Investimento em mais 94,7% (+1 240 milhões de euros) e Passivos Financeiros em mais 66,6%% (+ 433,1 milhões de euros).

- Acresce, ainda, referir que nos **Impostos e Taxas**, se verifica um excedente de orçamentação injustificável face às regras de cálculo de estimativa orçamental imposta pelo POCAL. Será o excesso de estimativa de receitas com taxas e licenças nos pequenos e médios municípios, os principais fatores de empolamento deste agregado económico da receita, não se podendo deixar de apontar o empolamento da rubrica impostos indiretos⁴¹, em todos os grupos municipais. O quadro 2.17 mostra o valor do excedente orçado de impostos e taxas, em 2011 e 2012.

Os quadros 2.18 e 2.19 dão a informação sobre o valor das receitas previstas em 2011 e 2012, por grupo de municípios, bem como a variação nestes dois anos da previsão das receitas por grupos económicos das mesmas

- As receitas autárquicas adquirem importância diferenciada nos três agrupamentos de municípios. Assim, para o **grupo de municípios de pequena dimensão** são vitais as receitas provenientes das transferências de capital⁴² e de transferências correntes, as quais representaram, em média e respetivamente, 36,2% e 26,5% da receita orçada em 2012, adquirindo uma importância menor as receitas fiscais ao representarem apenas 9,1% do valor orçado, isto é, menos que o peso da venda de bens de investimento, que foi estimado em 9,3% do montante orçado. A fragilidade dos orçamentos dos municípios de pequena dimensão reside, também, no empolamento desta última receita.

- Observando as estimativas orçamentais no **grupo dos municípios de média dimensão**, constata-se que são também as transferências de capital que representam a maior fatia na previsão de receitas, sendo-lhes atribuído o peso de 25,9% do orçado. Logo a

⁴¹ Trata-se de taxas e licenças cobradas a empresas privadas. O POCAL designa contabilisticamente a conta para registo das receitas resultantes da cobrança de taxas e licenças aplicadas a empresas, com o nome de “impostos indiretos”. Ora pelo facto de se registar numa determinada conta, para efeitos de registo contabilístico, não faz desta receita fiscal um imposto indireto. Pela análise das contas dos municípios, conclui-se que, muitos deles, nomeadamente o de Lisboa, não utiliza esta conta para este fim.

⁴² Tem papel fulcral as receitas provenientes do Fundo de Coesão.

Quadro 2.18 – Estruturas das Receitas Previstas - 2011

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Impostos e taxas	279,1	8,5%	1.009,2	19,2%	1.512,2	37,2%	2.800,5	22,2%
Rendimentos de propriedade	110,6	3,4%	224,4	4,3%	132,3	3,3%	467,4	3,7%
Transferências correntes	812,3	24,7%	969,2	18,5%	612,5	15,1%	2.394,0	19,0%
Vendas de bens e serviços	234,3	7,1%	428,3	8,2%	261,7	6,4%	924,4	7,3%
Outras receitas correntes	68,0	2,1%	90,7	1,7%	42,7	1,1%	201,4	1,6%
Total de Receitas Correntes	1.504,4	45,7%	2.721,8	51,9%	2.561,4	63,1%	6.787,6	53,9%
Venda de bens de investimento	334,2	10,2%	691,7	13,2%	679,6	16,7%	1.705,4	13,5%
Transferências de capital	1.204,3	36,6%	1.345,1	25,7%	508,1	12,5%	3.057,4	24,3%
Ativos financeiros	21,8	0,7%	29,9	0,6%	10,9	0,3%	62,6	0,5%
Passivos financeiros	196,6	6,0%	411,3	7,8%	289,3	7,1%	897,2	7,1%
Outras receitas de capital	27,8	0,8%	41,8	0,8%	9,9	0,2%	79,5	0,6%
Total de Receitas de Capital	1.784,7	54,2%	2.519,7	48,1%	1.497,7	36,9%	5.802,1	46,1%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,0	0,0%	1,8	0,0%	3,1	0,1%	5,9	0,0%
Total de Receitas	3.290,1	100%	5.243,3	100%	4.062,2	100%	12.595,6	100%
Saldo da Gerência anterior	76,1		86,3		99,3		261,7	
Total	3.366,2		5.329,6		4.161,5		12.857,3	

Quadro 2.19 – Estruturas das Receitas Previstas - 2012

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Total	
Impostos e taxas	268,1	9,1%	1.000,8	20,4%	1.442,4	37,7%	2.711,2	23,2%
Rendimentos de propriedade	103,8	3,5%	239,9	4,9%	162,2	4,2%	505,9	4,3%
Transferências correntes	782,3	26,5%	946,8	19,3%	583,8	15,3%	2.312,9	19,8%
Vendas de bens e serviços	240,8	8,2%	473,0	9,7%	260,6	6,8%	974,4	8,3%
Outras receitas correntes	59,1	2,0%	61,5	1,3%	33,6	0,9%	154,2	1,3%
Total de Receitas Correntes	1.454,0	49,3%	2.722,1	55,6%	2.482,6	64,9%	6.658,6	57,0%
Venda de bens de investimento	275,8	9,3%	561,4	11,5%	472,0	12,3%	1.309,2	11,2%
Transferências de capital	1.068,4	36,2%	1.266,5	25,9%	483,6	12,6%	2.818,5	24,1%
Ativos financeiros	12,6	0,4%	24,6	0,5%	106,7	2,8%	143,9	1,2%
Passivos financeiros	120,2	4,1%	269,1	5,5%	263,9	6,9%	653,2	5,6%
Outras receitas de capital	18,1	0,6%	49,7	1,0%	5,2	0,1%	73,0	0,6%
Total de Receitas de Capital	1.495,2	50,7%	2.171,2	44,3%	1.331,4	34,8%	4.997,7	42,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,4	0,0%	2,7	0,1%	13,7	0,4%	17,9	0,2%
Total de Receitas	2.950,6	100%	4.896,0	100%	3.827,7	100%	11.674,3	100%
Saldo da Gerência anterior	108,4		116,1		109,6		334,1	
Total	3.059,1		5.012,1		3.937,2		12.008,4	

seguir, é atribuído às receitas de impostos e taxas o papel de segundo contribuinte, com o peso de 20,4%, para o orçamento das autarquias. Em terceiro lugar e com uma importância muito próxima (19,3%), aparecem as receitas previsionais relativas a transferências correntes. O produto da venda de bens de investimento porque tem um grau de realização muito baixo, interessa anotar que representou, em sede de orçamentação, um peso relevante (11,5%), no conjunto dos municípios desta natureza. São as rubricas económicas com maior volume de inflacionamento, aquelas, que maior peso têm na estrutura orçamental destes municípios.

Observando o peso das componentes económicas da receita, nos **municípios de grande dimensão**, verifica-se que apresentam maior peso nas estimativas orçadas, as receitas fiscais (37,7%), as quais detêm o maior grau de execução orçamental, pese embora, adquiriram uma importância relevante outras receitas que surgem em sede de execução orçamental com elevados níveis de inflacionamento, como sejam as receitas de transferências correntes e de capital e a venda de bens de investimento. Estas últimas, com o peso excessivo de 12,3%, face ao baixo grau de realização apresentado.

2.2.2.2. Impacto dos Impostos Municipais na Receita Municipal

Face ao forte impacto na receita autárquica do valor dos impostos municipais, dedica-se um ponto autónomo à análise mais detalhada desta receita, por origem e por grupos de municípios.

O *ranking* R7 reflete os 35 municípios reportados, respetivamente, a 2011 e 2012, com maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, relativamente ao total das receitas.

Do *ranking* R7 anota-se:

- A liderar o *ranking* dos municípios com maior peso de receitas fiscais nas receitas totais, em 2012, surge o município do Seixal com o índice de 63,1%. Em 2011, tinha sido o município de Oeiras a apresentar melhor performance na execução destas receitas, com o peso 66% nas receitas totais.
- Do *ranking* em apreço, pode-se constatar que, em 2011, apenas 13 municípios apresentaram receitas fiscais que ultrapassaram os 50% das receitas totais (menos um que em 2010) e, em 2012, foram 14 os municípios nessa situação.

Os quadros a seguir apresentados ilustram as situações mais relevantes da variação do peso das receitas fiscais na receita total dos

municípios, nos anos 2011 e 2012, tendo em atenção os *Rankings*, supra apresentados:

- A análise do quadro 2.20 leva a concluir que as variações de peso das receitas fiscais, na receita total, nem sempre advêm da sua própria variação, sendo que muitas vezes se devem mais à variação das outras receitas autárquicas. Assim:

- A diminuição do peso das receitas fiscais, na receita total, em Lisboa, Cascais, Seixal, Loures, Sesimbra e Tavira, deveu-se claramente a uma diminuição do valor total da coleta arrecadada;
- A diminuição do peso relativo das receitas fiscais de Coimbra e Faro deveu-se exclusivamente ao maior aumento de outras receitas que não as fiscais, se bem que estas também aumentaram, mas em muito menor volume;
- A diminuição do peso das receitas fiscais em Vila Nova de Gaia e Matosinhos deveu-se à reação conjunta da diminuição da receita fiscal e ao aumento significativo de outras receitas autárquicas;
- O aumento do peso relativo das receitas fiscais em Sintra, deveu-se à maior diminuição das outras receitas autárquicas, uma vez que aquelas apresentaram diminuição, em termos absolutos.
- Também o aumento significativo do peso das receitas fiscais nas receitas totais de Aveiro, Óbidos e Valongo se deveu, essencialmente, à diminuição das restantes receitas autárquicas, e menos ao aumento absoluto daquela receita;
- O aumento do peso relativo das receitas fiscais em Lagos, deveu-se, exclusivamente ao aumento das próprias receitas fiscais.

- Anota-se que, em 2011, apenas 23 municípios (ver *ranking* R9) apresentaram diminuição do valor do IMI, sendo o município do Porto o único de grande dimensão nessa situação e com maior descida, em termos absolutos, desta receita (- 574 mil euros).

O quadro 2.21 mostra os municípios que sofreram maior variação de peso da receita fiscal em 2012.

- A análise deste quadro permite tecer as seguintes observações em relação a 2012:

- Com exceção dos municípios de Tavira, Seixal, Maia, Lagos, Montijo e Setúbal, cujo aumento de peso do peso das receitas fiscais, na receita total, se deve ao aumento de volume das mesmas, nos restantes municípios, o aumento de peso deveu-se fundamentalmente à diminuição do volume da receita total devido à diminuição de outras

R7 – Municípios com maior peso de receitas provenientes de impostos e taxas*, nas receitas totais cobradas, em 2011 e 2012

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Oeiras	G	66,0%	Seixal	G	63,1%
2	Lisboa	G	63,4%	Maia	G	62,2%
3	Maia	G	57,9%	Oeiras	G	61,6%
4	Cascais	G	57,9%	Portimão	M	60,2%
5	Seixal	G	56,4%	Cascais	G	57,4%
6	Loulé	M	55,8%	Porto	G	56,9%
7	Portimão	M	54,8%	Loulé	M	55,2%
8	Sintra	G	54,7%	Lagos	M	54,3%
9	Porto	G	54,2%	Faro	M	53,0%
10	Lagoa (Algarve)	M	53,5%	Lagoa (Algarve)	M	52,6%
11	Aveiro	M	53,2%	Almada	G	52,1%
12	Odivelas	G	51,8%	Porto Santo	P	51,5%
13	Lagos	M	50,5%	Sintra	G	50,8%
14	Almada	G	49,4%	Montijo	M	50,1%
15	Albufeira	M	48,8%	Aveiro	M	48,4%
16	Palmela	M	48,6%	Odivelas	G	48,4%
17	Loures	G	48,4%	Tavira	M	47,5%
18	Óbidos	P	48,2%	Barreiro	M	46,7%
19	Montijo	M	47,9%	Óbidos	P	46,7%
20	Barreiro	M	46,4%	Albufeira	M	46,3%
21	Setúbal	G	45,9%	Vila Nova de Gaia	G	46,3%
22	Coimbra	G	45,5%	Setúbal	G	46,1%
23	Faro	M	45,0%	Figueira da Foz	M	46,0%
24	Mafra	M	44,9%	Valongo	M	45,9%
25	Vila Nova de Gaia	G	44,6%	Palmela	M	45,5%
26	Leiria	G	43,7%	Mafra	M	45,1%
27	Braga	G	43,7%	Leiria	G	44,6%
28	Caldas da Rainha	M	43,6%	Loures	G	44,6%
29	Funchal	G	43,2%	Coimbra	G	43,9%
30	Vila do Conde	M	42,8%	Matosinhos	G	43,8%
31	Sesimbra	M	41,8%	Braga	G	42,5%
32	Valongo	M	41,7%	Lisboa	G	42,0%
33	Tavira	M	40,7%	Caldas da Rainha	M	41,9%
34	Matosinhos	G	40,5%	Vila Real de Santo António	P	41,4%
35	Benavente	M	39,9%	Santa Maria da Feira	G	41,1%

* (Impostos diretos, Impostos indiretos e taxas) / (Receitas Correntes + Receitas de Capital + Reposições).

Quadro 2.20 – Municípios com variação da receita fiscal de maior impacto na receita total cobrada, em 2011

Unidade: euros

Município	Dimensão	Variação do peso relativo dos impostos	Variação do valor das receitas totais	Variação do valor recebido de receitas fiscais*	Variações de impostos e taxas, com maior relevância**						
					IMI	IUC	IMT	Derrama	Impostos Indiretos	Taxas e licenças	
1	Óbidos	P	13,6%	-5.449.377	299.754	214.579	17.918	-404.926	0	811.927	-283.451
2	Sintra	G	11,1%	-41.428.794	-318.133	1.745.074	778.590	-5.934.764	-2.561.985	4.812.704	1.388.975
3	Aveiro	M	10,0%	-7.739.559	532.210	930.088	96.848	-791.334	557.626	-296.045	133.151
4	Vila do Conde	M	6,8%	1.894.566	4.351.180	394.583	90.132	3.069.487	1.649.882	1.525	-822.781
5	Lagos	M	6,0%	511.170	2.494.818	1.291.857	36.981	-1.648.314	217.004	922.379	1.376.279
6	Valongo	M	5,8%	-4.051.942	690.170	520.828	104.457	398.168	71.130	-406.840	32.330
7	Funchal	G	4,3%	-5.399.315	1.256.215	289.139	151.056	371.019	0	515.480	-70.480
8	Cascais	G	-3,2%	-5.808.510	-8.510.818	685.608	300.168	-5.542.244	-4.412.883	549.571	330.065
9	Coimbra	G	-3,2%	9.474.867	1.493.598	2.116.382	249.510	-1.214.674	793.414	69.762	-362.673
10	Loures	G	-4,7%	-4.292.123	-7.091.867	980.211	329.877	-4.169.264	-2.560.934	-1.744.028	-40.655
11	Lisboa	G	-5,1%	-20.996.949	-44.178.651	5.200.524	839.406	-14.043.529	-41.645.028	0	8.209.135
12	Benavente	M	-5,2%	1.291.447	-319.279	177.240	19.071	-427.152	6.768	-87.652	87.278
13	Seixal	G	-5,6%	-7.025.193	-8.531.874	1.036.272	143.188	-2.413.511	1.152.811	-8.175.910	-114.269
14	Matosinhos	G	-5,7%	11.596.217	-1.368.707	917.978	233.050	-1.375.918	-2.358.072	352.080	965.541
15	Vila Nova de Gaia	G	-6,5%	14.224.181	-1.418.033	2.095.244	328.721	-2.523.004	353.285	-1.924.294	441.784
16	Faro	M	-6,7%	10.010.482	2.413.058	1.298.834	113.188	562.792	300.381	81.942	181.040
17	Sesimbra	M	-6,9%	-1.336.123	-3.330.919	388.581	57.223	-3.569.678	98.426	84.309	-355.956
18	Tavira	M	-9,4%	-4.903.367	-4.681.091	318.273	40.129	-4.054.844	23.179	-791.163	-192.226

* O valor apresentado nesta coluna refere-se à variação resultante da receita de todos os impostos e não só dos que são apresentados com relevância material.

** Não fazem parte deste quadro, o valor registado na rubrica "impostos abolidos" nem a receita registada na rubrica "impostos diretos diversos", pelo que o total da variação dos montantes dos impostos apresentados não é igual ao valor apresentado na coluna da "variação do valor recebido de receitas fiscais".

receitas. São principais exemplos desta situação, o aumento relativo do peso das receitas fiscais nos municípios de Figueira da Foz, Porto Santo, Vila Real de Santo António, Faro, Portimão, Valongo, Matosinhos, Santa Maria da Feira, Almada, Porto e Vila Nova de Gaia;

- A relevante diminuição do peso relativo das receitas fiscais de Lisboa, deveu-se, fundamentalmente, ao grande aumento da receita total do município e menos à diminuição da receita fiscal, que foi relativamente pequena;
- De igual modo o grau de diminuição do peso da receita fiscal nos municípios de Loures e Sintra, deveu-se em grande parte ao aumento da despesa total, pese embora a receita fiscal tenha

diminuído. Todavia essa descida foi absorvida pelo aumento da receita total.

Face ao forte impacto na receita autárquica do valor dos impostos municipais, como se aprecia pela particularidade dos quadros 2.20 e 2.21 e, ainda, a forma diversa como cada receita fiscal se comportou nos últimos dois anos, apresentam-se nos quadros 2.22 e 2.23 o peso relativo de cada componente da receita fiscal no total desta coleta, por grupos de municípios.

- Verifica-se que tanto em 2011 como em 2012, o IMI pesa mais no grupo dos municípios de média dimensão, enquanto o IMT e o IUC

Quadro 2.21 – Municípios com variação da receita fiscal de maior impacto na receita total cobrada, em 2012

Unidade: euros

Município	Dimensão	Variação do peso relativo dos impostos	Variação do valor das receitas totais	Variação do valor recebido de receitas fiscais*	Variações de impostos e taxas, com maior relevância**					
					IMI	IUC	IMT	Derrama	Impostos indiretos	Taxas e licenças
1 Figueira da Foz	M	21,5%	-29.948.359	372.842	335.281	164.602	-655.570	845.555	-246.528	-70.523
2 Porto Santo	P	14,4%	-1.196.496	177.578	17.377	21.518	180.848	0	-35.370	-6.795
3 V.R. Santo António	P	8,3%	-7.445.094	-999.102	111.648	38.615	-398.978	0	-613.412	-137.095
4 Faro	M	8,1%	-7.845.950	-853.714	338.888	193.301	-1.314.353	272.046	-156.558	-246.741
5 Tavira	M	6,8%	1.576.060	2.367.099	244.403	47.510	756.041	-123.721	1.483.816	-18.313
6 Seixal	G	6,6%	4.663.421	7.890.585	1.443.166	348.556	-1.298.397	-696.589	5.384.079	2.631.638
7 Portimão	M	5,3%	-6.866.117	-1.696.992	961.396	132.001	-2.530.493	0	-116.711	-90.228
8 Maia	G	4,3%	-614.371	2.251.508	1.839.772	324.536	-52.693	527.083	-315.135	-60.188
9 Valongo	M	4,2%	-6.109.002	-1.256.145	380.821	195.022	-1.274.136	-254.910	-198.497	-91.314
10 Santa Maria da Feira	G	4,1%	-6.591.834	-99.199	726.292	350.299	-1.302.092	-50.666	-125.164	231.697
11 Lagos	M	3,9%	2.439.287	2.783.058	963.750	77.987	674.663	4.121	-23.426	1.082.507
12 Matosinhos	G	3,4%	-6.950.189	906.083	1.402.307	365.573	-1.093.330	1.751.118	-784.575	-651.106
13 Almada	G	2,7%	-4.260.398	9.406	1.040.997	313.416	-1.610.020	-266.363	1.102.208	-603.935
14 Porto	G	2,6%	-26.082.061	-9.791.443	3.161.994	517.226	-5.477.508	-3.747.783	-3.132.123	-907.431
15 Montijo	M	2,1%	1.385.114	1.244.405	363.495	108.249	660.081	187.180	204.183	-228.958
16 Vila Nova de Gaia	G	1,7%	-10.295.213	-2.486.765	2.894.201	674.637	-4.987.523	-640.356	-157.279	-39.123
17 Leiria	G	0,9%	-3.089.094	-838.203	790.305	410.115	-1.731.756	-354.993	435.063	-383.533
18 Barreiro	M	0,3%	946.813	541.159	328.885	117.747	-536.224	-485.846	273.082	830.345
19 Mafra	M	0,2%	1.144.838	604.250	778.673	228.058	-575.562	-183.853	328.935	49.104
20 Setúbal	G	0,2%	4.355.895	2.115.628	656.150	239.618	535.540	-14.370	733.901	-195.768
21 Cascais	G	-0,4%	-11.709.786	-7.369.685	3.843.731	731.679	-13.603.989	0	599.133	1.328.958
22 Loulé	M	-0,6%	1.742.411	413.420	3.966.947	276.476	-4.098.222	201.576	58.931	8.420
23 Lagoa (Algarve)	M	-0,9%	1.586.910	603.549	242.486	60.229	1.742.680	0	-395.953	-1.046.733
24 Braga	G	-1,2%	-3.407.031	-2.494.077	-423.092	426.249	-1.967.479	44.759	-303.812	-264.699
25 Óbidos	P	-1,5%	-50.810	-267.697	-18.980	32.059	-206.855	0	-24.748	-48.922
26 Coimbra	G	-1,6%	-3.767.848	-3.207.260	-73.063	302.292	-1.483.685	-722.683	-781.828	-411.124
27 Caldas da Rainha	M	-1,7%	-1.396.133	-1.001.546	-231.564	150.543	-180.258	-571.076	-124.916	-34.026
28 Albufeira	M	-2,5%	2.062.744	-518.576	528.368	83.420	-2.027.715	590.275	136.256	175.555
29 Palmela	M	-3,1%	14.975	-1.271.283	-12.346	172.545	500.841	635.582	-2.468.196	-122.970
30 Odivelas	G	-3,4%	-2.389.071	-3.354.472	684.539	278.309	-1.947.745	-424.149	62.692	-1.796.313
31 Loures	G	-3,8%	6.496.592	-1.052.235	1.126.958	347.971	-2.613.173	-262.750	890.884	-33.323
32 Sintra	G	-4,0%	7.439.977	-2.593.444	1.687.484	815.095	-1.119.216	176.260	-4.390.981	-508.412
33 Oeiras	G	-4,4%	-1.591.875	-5.829.577	1.656.340	449.009	-2.965.320	-1.597.873	1.684.963	-4.865.609
34 Aveiro	M	-4,8%	1.116.708	-1.324.427	285.162	173.323	-625.827	-444.938	-221.034	-499.749
35 Lisboa	G	-21,3%	252.965.111	-17.506.659	5.053.994	1.290.940	-23.194.219	21.072.423	0	-20.827.501

* O valor apresentado nesta coluna refere-se à variação resultante da receita de todos os impostos e não só dos que são apresentados com relevância material

** Não fazem parte deste quadro, o valor registado na rubrica "impostos abolidos" nem a receita registada na rubrica "impostos directos diversos", pelo que o total da variação dos montantes dos impostos apresentados não é igual ao valor apresentado na coluna da "variação do valor recebido de receitas fiscais"

Quadro 2.22 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2011

Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	54,9%	58,3%	53,4%	55,3%
IUC (Imposto Único de Circulação)	11,7%	9,4%	7,8%	8,7%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis)	24,6%	23,5%	23,8%	23,7%
Derrama	8,4%	8,5%	14,7%	11,9%
Impostos abolidos	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
Impostos diretos diversos	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%
Total	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.23 – Estrutura dos Impostos Diretos cobrados em 2012

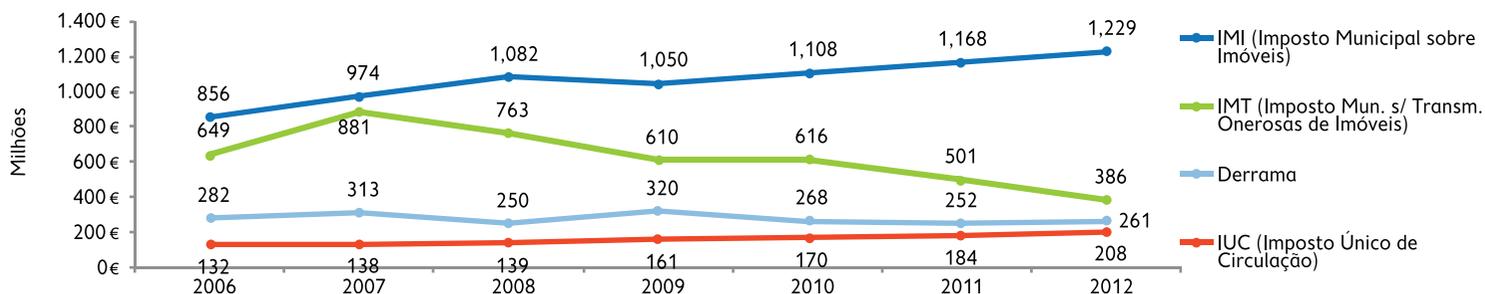
Impostos cobrados	Pequenos	Médios	Grandes	Total
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	58,1%	62,0%	56,9%	58,9%
IUC (Imposto Único de Circulação)	13,8%	10,8%	8,7%	10,0%
IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	20,2%	19,3%	17,7%	18,5%
Derrama	7,8%	7,7%	16,4%	12,5%
Impostos abolidos	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%
Impostos diretos diversos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.24 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2007 e 2012

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 10-11(%)	Variação 11-12(%)	Variação 07-12(%)
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	973,8	1081,6	1049,9	1.108,4	1.167,9	1.229,2	5,4%	5,2%	26,2%
IUC (Imposto Único de Circulação)	138,1	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	8,0%	13,1%	50,5%
IMT (Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas Imóv.)	881,2	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	-18,6%	-23,0%	-56,2%
Derrama	312,7	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	-6,1%	3,8%	-16,5%
Impostos abolidos	91,8	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	-45,7%	-54,0%	-96,3%
Impostos diretos diversos	2,6	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	-38,5%	-31,9%	-72,3%
Total Impostos diretos	2.400,3	2.278,8	2.167,9	2.177,8	2.113,2	2.088,3	-3,0%	-1,2%	-13,0%
IMT/ IMI	90,5%	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%			
IMI / Total Impostos Diretos	40,6%	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%			
(IUC+IMT+Derrama+outros) / Total Impostos Diretos	59,4%	52,5%	51,6%	49,1%	44,7%	41,1%			

Gráfico 2.04 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2006 e 2012



pesam relativamente mais no grupo de municípios de pequena dimensão. Estas diferenças, ainda que pouco relevante, acentuaram-se no ano de 2012.

- O peso da Derrama no total das receitas fiscais é significativamente maior nos municípios de grande dimensão, ultrapassando o dobro em 2012 do peso verificado nos restantes dois grupos de municípios.

A importância da receita dos Impostos Diretos leva a que se apresente, ainda, um quadro com a evolução da cobrança destes impostos entre 2007 e 2012, sendo que o Gráfico 2.04 permite uma visualização dessa mesma evolução.

- Há a assinalar, para a totalidade dos municípios, em 2011 e 2012, o **aumento global do IMI e do IUC**, enquanto que o **IMT apresentou diminuição** significativa de valor. A Derrama apresentou diminuição de valor em 2011 e um ligeiro aumento em 2012, não sendo suficiente para atingir o montante arrecadado em 2010.
- A razão entre o valor do IMT e o IMI que em 2007 era de 90,5%, foi diminuindo progressivamente, representando em 2011 e 2012,

respetivamente, 42,9% e 31,4%. Este facto deveu-se à conjugação do aumento progressivo do IMI⁴³ com a diminuição do IMT. O IMI que em 2007 representava 40,6% do total dos impostos diretos recebidos pelos municípios, com os aumentos verificados em 2011 e 2012, passou a representar, respetivamente, 55,3% e 58,9%.

- A partir de 2010 o valor do IMI apresenta-se superior à soma do valor dos outros impostos diretos recebidos pelos municípios. Efetivamente, enquanto o IMI até 2009 representou menos de 50% do total de impostos diretos recebidos, a partir daquele ano passou a representar mais de 50%, conforme se pode verificar no quadro supra.
- Quanto aos impostos abolidos e outros impostos diretos, é natural que diminuam e tenham a tendência para desaparecer. O *ranking* R8 elenca os 35 municípios que em 2011 e 2012 apresentaram maior aumento de IMI.

⁴³ Salvo raras exceções que são apresentadas em *Ranking* próprio, onde se elencam os 23 municípios com diminuição do IMI

R8 – Municípios com maior aumento de IMI em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Variação em 2011		Município	Dimensão	Variação em 2012	
			Valor	(%)			Valor	(%)
1	Lisboa	G	5.200.524	5,0%	Lisboa	G	5.053.994	4,6%
2	Marco de Canaveses	M	2.413.762	218,4%	Loulé	M	3.966.947	15,0%
3	Coimbra	G	2.116.382	9,5%	Cascais	G	3.843.731	9,2%
4	Vila Nova de Gaia	G	2.095.243	6,4%	Porto	G	3.161.994	7,5%
5	Oeiras	G	1.896.310	6,7%	Vila Nova de Gaia	G	2.894.201	8,3%
6	Sintra	G	1.745.074	3,7%	Maia	G	1.839.772	9,6%
7	Portimão	M	1.549.291	11,0%	Sintra	G	1.687.484	3,5%
8	Guimarães	G	1.468.514	10,4%	Oeiras	G	1.656.340	5,5%
9	Setúbal	G	1.444.760	10,2%	Seixal	G	1.443.166	7,4%
10	Faro	M	1.298.834	15,0%	Matosinhos	G	1.402.307	6,0%
11	Viseu	M	1.298.242	14,8%	Torres Vedras	M	1.390.200	17,5%
12	Lagos	M	1.291.857	14,7%	Vila Franca de Xira	G	1.332.566	8,9%
13	Braga	G	1.234.522	6,7%	Funchal	G	1.303.847	10,1%
14	Maia	G	1.127.956	6,3%	Loures	G	1.126.958	4,2%
15	Seixal	G	1.036.272	5,6%	Amadora	G	1.126.952	5,8%
16	Leiria	G	992.604	8,3%	Almada	G	1.040.997	4,2%
17	Loures	G	980.211	3,8%	Vila Nova de Famalicão	G	980.328	8,9%
18	Aveiro	M	930.088	10,6%	Lagos	M	963.750	9,6%
19	Matosinhos	G	917.978	4,1%	Portimão	M	961.396	6,2%
20	Mafra	M	882.863	9,0%	Évora	M	849.803	21,4%
21	Santa Maria da Feira	G	838.325	6,9%	Leiria	G	790.305	6,1%
22	Gondomar	G	703.226	4,8%	Mafra	M	778.673	7,3%
23	Cascais	G	685.608	1,7%	Santa Maria da Feira	G	726.292	5,6%
24	Palmela	M	677.440	8,2%	Odivelas	G	684.539	3,9%
25	Vila Nova de Famalicão	G	651.648	6,3%	Santarém	M	659.143	11,6%
26	Vila Franca de Xira	G	613.105	4,2%	Setúbal	G	656.150	4,2%
27	Odivelas	G	574.247	3,4%	Penafiel	M	631.215	16,5%
28	Barreiro	M	560.677	7,7%	Mirandela	M	572.615	55,8%
29	Valongo	M	520.828	6,7%	Albufeira	M	528.368	2,9%
30	Almada	G	475.581	2,0%	Vila do Conde	M	484.869	5,6%
31	Ourém	M	446.144	12,2%	Ourém	M	461.357	11,2%
32	Santarém	M	439.374	8,3%	Sesimbra	M	456.445	5,1%
33	Olhão	M	431.454	10,4%	Viana do Castelo	M	434.197	4,9%
34	Torres Vedras	M	409.149	5,4%	Ovar	M	413.535	6,7%
35	Vila do Conde	M	394.583	4,8%	Olhão	M	404.760	8,9%

R9 – Municípios com diminuição de IMI em 2011

Unidade: euros

Município	Dimensão	IMI					Variação 10 – 11	Variação 10 – 11 (%)	
		2007	2008	2009	2010	2011			
1	Porto	G	39.402.947	45.153.973	39.763.922	42.691.507	42.116.783	-574.724	-1,3%
2	Albufeira	M	17.271.507	18.368.852	19.821.059	18.377.385	18.129.852	-247.533	-1,3%
3	Alcochete	P	1.872.132	2.106.008	1.904.711	2.409.713	2.213.767	-195.946	-8,1%
4	Loulé	M	26.725.736	25.098.993	25.445.391	26.498.629	26.397.730	-100.899	-0,4%
5	Ponta do Sol	P	287.739	379.063	325.099	515.757	417.630	-98.128	-19,0%
6	Monchique	P	560.469	496.655	478.056	464.390	376.473	-87.917	-18,9%
7	Moura	P	554.413	627.412	605.632	727.001	645.392	-81.608	-11,2%
8	Câmara de Lobos	M	1.247.192	1.737.176	1.500.161	1.451.405	1.384.948	-66.457	-4,6%
9	Miranda do Corvo	P	466.474	476.695	444.809	600.131	536.848	-63.283	-10,5%
10	Felgueiras	M	3.363.732	3.590.739	3.441.549	3.647.247	3.584.949	-62.298	-1,7%
11	Carrizada de Ansiães	P	279.757	280.497	298.793	308.166	268.337	-39.828	-12,9%
12	Porto Santo	P	1.083.538	1.450.696	1.211.513	1.345.702	1.308.842	-36.860	-2,7%
13	Castro Marim	P	1.853.661	2.141.835	2.175.051	2.139.747	2.106.599	-33.148	-1,5%
14	Marvão	P	152.664	168.993	195.201	180.885	154.059	-26.826	-14,8%
15	Elvas	M	1.430.329	1.675.694	1.687.070	1.798.219	1.774.144	-24.075	-1,3%
16	Sines	P	1.850.202	1.996.294	1.787.873	1.924.464	1.904.435	-20.029	-1,0%
17	Estarreja	M	1.456.968	1.591.876	1.532.924	1.859.847	1.839.861	-19.985	-1,1%
18	Águeda	M	3.324.249	3.870.510	4.291.000	4.444.203	4.425.062	-19.141	-0,4%
19	Pedrógão Grande	P	226.665	230.314	279.769	301.423	284.555	-16.867	-5,6%
20	Santana	P	256.556	276.673	295.088	327.635	315.233	-12.402	-3,8%
21	Vinhais	P	207.200	174.176	195.427	180.941	177.654	-3.286	-1,8%
22	Lagoa (R.A.A)	P	639.524	593.318	614.868	718.196	715.574	-2.622	-0,4%
23	Mesão Frio	P	117.134	127.173	153.421	153.328	151.639	-1.689	-1,1%

R10 – Municípios com diminuição de IMI em 2012

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI						Variação 11 - 12	Variação 11 - 12 %	
		2007	2008	2009	2010	2011	2012			
1	Marco de Canaveses	M	1.874.295	2.126.687	2.073.096	1.105.187	3.518.949	2.483.931	-1.035.018	-29,4%
2	Castelo Branco	M	5.534.511	6.148.961	5.877.735	6.259.784	6.525.487	5.589.402	-936.085	-14,3%
3	Braga	G	16.174.167	17.637.509	17.462.569	18.490.034	19.724.557	19.301.464	-423.092	-2,1%
4	Caldas da Rainha	M	4.178.027	4.696.670	5.117.811	5.532.446	5.792.925	5.561.361	-231.564	-4,0%
5	Póvoa de Varzim	M	6.764.199	7.003.493	6.761.202	7.420.187	7.623.698	7.488.348	-135.350	-1,8%
6	Alandroal	P	228.295	256.049	232.091	231.560	262.235	160.505	-101.730	-38,8%
7	Coimbra	G	17.281.809	19.382.156	20.774.716	22.261.426	24.377.807	24.304.745	-73.063	-0,3%
8	Chaves	M	2.089.729	2.309.213	2.325.419	2.435.949	2.742.652	2.669.623	-73.029	-2,7%
9	Azambuja	M	1.649.668	1.766.799	1.828.998	2.033.749	2.051.749	1.984.429	-67.320	-3,3%
10	Moita	M	4.038.789	4.634.509	4.822.879	5.439.739	5.444.845	5.378.860	-65.985	-1,2%
11	Alcácer do Sal	P	948.335	907.271	928.919	995.656	1.151.793	1.094.028	-57.765	-5,0%
12	Ribeira Brava	P	430.925	401.563	405.532	478.031	496.425	439.928	-56.496	-11,4%
13	Lajes do Pico	P	55.831	59.288	66.663	77.530	180.576	124.839	-55.737	-30,9%
14	Vila Nova de Foz Côa	P	198.386	214.218	227.410	259.840	263.858	214.985	-48.873	-18,5%
15	Belmonte	P	367.178	348.149	396.627	382.743	448.297	410.989	-37.308	-8,3%
16	Alcanena	P	1.214.636	1.325.079	1.317.120	1.207.355	1.506.240	1.470.952	-35.289	-2,3%
17	Crato	P	174.761	219.756	244.517	155.764	167.259	138.589	-28.671	-17,1%
18	Santa Cruz da Graciosa	P	108.642	78.743	97.437	111.752	160.038	133.520	-26.518	-16,6%
19	Coruche	P	1.343.312	1.581.415	436.116	1.318.950	1.394.761	1.372.493	-22.268	-1,6%
20	Armamar	P	328.631	299.649	349.312	348.565	448.563	428.476	-20.087	-4,5%
21	Óbidos	P	1.899.571	1.901.670	2.092.166	2.241.998	2.456.577	2.437.597	-18.980	-0,8%
22	São João da Pesqueira	P	407.686	372.645	374.331	360.680	365.453	346.972	-18.482	-5,1%
23	Montalegre	P	675.952	806.037	733.390	679.683	803.472	786.677	-16.794	-2,1%
24	Carrazeda de Ansiães	P	279.757	280.497	298.793	308.166	268.337	251.805	-16.532	-6,2%
25	Chamusca	P	441.698	554.731	462.518	450.541	508.302	492.222	-16.079	-3,2%
26	Góis	P	277.399	294.373	305.020	321.401	352.898	337.590	-15.308	-4,3%
27	Campo Maior	P	328.689	358.172	432.721	273.566	356.647	342.979	-13.668	-3,8%
28	Palmela	M	7.926.752	8.674.890	8.293.540	8.273.936	8.951.376	8.939.030	-12.346	-0,1%
29	Arraiolos	P	278.618	304.343	308.621	315.110	357.432	346.228	-11.204	-3,1%
30	Penedono	P	59.871	66.804	81.681	81.804	100.237	89.224	-11.014	-11,0%
31	Portel	P	197.853	261.954	255.940	246.209	254.842	245.592	-9.250	-3,6%
32	Melgaço	P	431.388	449.201	387.872	400.353	514.118	505.337	-8.780	-1,7%
33	Constância	P	254.224	282.347	265.911	287.245	308.348	299.868	-8.480	-2,8%
34	Ourique	P	210.850	249.329	276.349	280.105	312.379	304.136	-8.243	-2,6%
35	Monforte	P	115.767	88.824	86.627	86.265	97.802	91.229	-6.573	-6,7%

Em 2011, dos 35 municípios que apresentaram maior aumento de IMI, 20 são municípios de grande dimensão. À cabeça, desta lista e com um aumento extraordinariamente superior, em termos absolutos, aparece Lisboa, com uma variação +5,2 M€, para uma coleta de 109,9 M€. Dos três municípios de grande dimensão que não constam deste *ranking*, dois deles, Amadora e Barcelos obtiveram um aumento de IMI inferior ao menor valor apresentado nesta listagem, respetivamente de + 252,6 milhares de euros (+1,3%) e + 329,5 milhares de euros (+5,2%). Porto foi o único município de grande dimensão que neste ano apresentou diminuição desta receita (ver *ranking* R9), mantendo-se, contudo, como terceiro município com melhor coleta deste imposto (ver *ranking* R11).

- Anota-se, no ano de 2011, o aumento significativo do montante de IMI arrecadado pelo município do Marco de Canaveses em +2,4 milhões de euros, o qual representou um acréscimo de coleta de 218,4% e em 2012, o acréscimo do IMI em 55,8%, do município de Mirandela.
- Em 2012, Lisboa continuou a encabeçar a listagem de aumento de IMI, embora com uma verba ligeiramente inferior e no montante de 5 M€. Neste ano fazem parte do *ranking* R8, 19 municípios de grande dimensão, incluindo Porto, Funchal e Amadora que não aparecem no *ranking* de 2011. Deixam de constar do *ranking* de 2012, embora constassem de 2011, os municípios de Gondomar, Braga, Guimarães e Coimbra.

Os *rankings* R9 e R10 relativos aos municípios com diminuição de IMI em 2011 e em 2012, têm alcance diferente, pois a listagem dos municípios nesta situação, reportados a 2011, abrange a totalidade dos mesmos (23 municípios), enquanto a listagem reportada a 2012, hierarquiza os 35 municípios com maior descida de IMI, uma vez que neste ano foram 48 os municípios nesta situação.

Relativamente à listagem reportado a 2011, há a referir:

- O Porto liderou a descida do valor da coleta do IMI com menos 574,7 milhões de euros, sendo que este valor apenas representou uma diminuição de 1,3%. Relativamente mais penalizador para a atividade autárquica serão as descidas superiores a 10% que seis dos municípios constantes deste *ranking* apresentaram. Todavia,

dos 308 municípios existentes, apenas 23 (7,5%) apresentaram, neste ano, descida do montante do IMI.

- Em 2011, dos 103 municípios de média dimensão apenas sete apresentaram diminuição do IMI.

Relativamente ao *ranking* R10 reportado a 2012, há a referir:

- O município de Marco de Canaveses liderou a descida do valor da receita do IMI, com -1 035 milhares de euros, representando uma quebra de receita de 29,4%. São de anotar as quebras de receita do IMI dos municípios de Castelo Branco, Braga, Caldas da Rainha, Póvoa de Varzim e Alandroal, pelos valores envolvidos. É ainda de relevar para além das descidas superiores a 10% a verificada para o município de Lajes do Pico (-30,9%).

Nos *rankings* R11 e R12, apresentam-se listagens hierarquizadas dos 35 municípios, respetivamente com maior e menor receita cobrada de IMI, em 2011 e 2012.

- Em 2011, o município com um valor de coleta de IMI imediatamente a seguir a Lisboa foi o de Sintra, com 48,4 milhões de euros, um montante muito aquém da receita de Lisboa. Todos os outros apresentaram valor inferior.
- Da listagem, apenas três municípios, em 2011, apresentaram diminuição de receita de IMI: Porto (-574 milhares de euros), Albufeira (-247 milhares de euros) e Loulé (-101 milhares de euros). Em 2012, estiveram nesta situação, os municípios de Coimbra (-73 milhares de euros) e Braga (- 423,1 milhares de euros).
- Em 2012, continuam a ser os municípios de Lisboa e Sintra a liderarem a cobrança de IMI, embora Sintra receba menos de metade de Lisboa. Cascais e Porto trocam de posição no *ranking* de 2012, em relação ao apresentado para 2011, passando todavia, o município do Porto a apresentar aumento desta receita.

R11 – Municípios com maior receita cobrada de IMI, em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Variação 10 – 11 %	Município	Dimensão	2012	Variação 11 - 12 %
1	Lisboa	G	109.860.845	5,0%	Lisboa	G	114.914.839	4,6%
2	Sintra	G	48.442.202	3,7%	Sintra	G	50.129.686	3,5%
3	Porto	G	42.116.783	-1,3%	Cascais	G	45.668.005	9,2%
4	Cascais	G	41.824.274	1,7%	Porto	G	45.278.777	7,5%
5	Vila Nova de Gaia	G	34.798.078	6,4%	Vila Nova de Gaia	G	37.692.279	8,3%
6	Oeiras	G	30.015.085	6,7%	Oeiras	G	31.671.424	5,5%
7	Loures	G	27.064.278	3,8%	Loulé	M	30.364.677	15,0%
8	Loulé	M	26.397.730	-0,4%	Loures	G	28.191.235	4,2%
9	Almada	G	24.639.564	2,0%	Almada	G	25.680.561	4,2%
10	Coimbra	G	24.377.807	9,5%	Matosinhos	G	24.619.612	6,0%
11	Matosinhos	G	23.217.305	4,1%	Coimbra	G	24.304.745	-0,3%
12	Braga	G	19.724.557	6,7%	Maia	G	20.945.767	9,6%
13	Amadora	G	19.549.027	1,3%	Seixal	G	20.934.099	7,4%
14	Seixal	G	19.490.933	5,6%	Amadora	G	20.675.979	5,8%
15	Maia	G	19.105.995	6,3%	Braga	G	19.301.464	-2,1%
16	Albufeira	M	18.129.852	-1,3%	Albufeira	M	18.658.220	2,9%
17	Odivelas	G	17.516.397	3,4%	Odivelas	G	18.200.936	3,9%
18	Setúbal	G	15.639.409	10,2%	Portimão	M	16.580.026	6,2%
19	Portimão	M	15.618.630	11,0%	Vila Franca de Xira	G	16.387.047	8,9%
20	Guimarães	G	15.600.068	10,4%	Setúbal	G	16.295.559	4,2%
21	Gondomar	G	15.486.336	4,8%	Guimarães	G	15.936.301	2,2%
22	Vila Franca de Xira	G	15.054.480	4,2%	Gondomar	G	15.838.409	2,3%
23	Santa Maria da Feira	G	12.975.905	6,9%	Funchal	G	14.205.367	10,1%
24	Leiria	G	12.961.418	8,3%	Leiria	G	13.751.723	6,1%
25	Funchal	G	12.901.520	2,3%	Santa Maria da Feira	G	13.702.197	5,6%
26	Vila Nova de Famalicão	G	11.042.787	6,3%	Vila Nova de Famalicão	G	12.023.115	8,9%
27	Mafra	M	10.658.465	9,0%	Mafra	M	11.437.138	7,3%
28	Lagos	M	10.075.547	14,7%	Lagos	M	11.039.297	9,6%
29	Viseu	M	10.068.514	14,8%	Faro	M	10.273.009	3,4%
30	Faro	M	9.934.121	15,0%	Viseu	M	10.189.372	1,2%
31	Aveiro	M	9.704.525	10,6%	Aveiro	M	9.989.687	2,9%
32	Palmela	M	8.951.376	8,2%	Torres Vedras	M	9.345.394	17,5%
33	Sesimbra	M	8.877.510	4,6%	Sesimbra	M	9.333.955	5,1%
34	Viana do Castelo	M	8.794.549	2,0%	Viana do Castelo	M	9.228.746	4,9%
35	Vila do Conde	M	8.642.201	4,8%	Vila do Conde	M	9.127.070	5,6%

R12 – Municípios com menor receita cobrada de IMI, em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Variação 10 – 11 %	Município	Dimensão	2012	Variação 11 - 12 %
1	Corvo	P	6.355	0,6%	Corvo	P	8.753	37,7%
2	Lajes das Flores	P	31.595	7,6%	Lajes das Flores	P	34.194	8,2%
3	Barrancos	P	40.305	5,5%	Barrancos	P	40.345	0,1%
4	Santa Cruz das Flores	P	59.400	15,9%	Santa Cruz das Flores	P	62.825	5,8%
5	Porto Moniz	P	80.531	17,7%	Porto Moniz	P	79.698	-1,0%
6	Monforte	P	97.802	13,4%	Penedono	P	89.224	-11,0%
7	Nordeste	P	99.102	9,2%	Monforte	P	91.229	-6,7%
8	Penedono	P	100.237	22,5%	Nordeste	P	102.911	3,8%
9	Alvito	P	102.444	4,4%	Alvito	P	105.724	3,2%
10	Freixo de Espada à Cinta	P	107.639	5,1%	Freixo de Espada à Cinta	P	108.799	1,1%
11	Calheta (R. A. A.)	P	124.071	6,4%	Lajes do Pico	P	124.839	-30,9%
12	Arronches	P	129.799	9,1%	Manteigas	P	128.369	-3,4%
13	Manteigas	P	132.828	0,1%	Arronches	P	131.200	1,1%
14	São Roque do Pico	P	133.217	13,8%	Santa Cruz da Graciosa	P	133.520	-16,6%
15	Vimioso	P	139.889	13,7%	Crato	P	138.589	-17,1%
16	Vila de Rei	P	142.787	3,1%	São Roque do Pico	P	142.188	6,7%
17	Mourão	P	151.281	10,2%	Vimioso	P	142.480	1,9%
18	Mesão Frio	P	151.639	-1,1%	Mesão Frio	P	156.394	3,1%
19	Marvão	P	154.059	-14,8%	Calheta (R. A. A.)	P	159.557	28,6%
20	Santa Cruz da Graciosa	P	160.038	43,2%	Alandroal	P	160.505	-38,8%
21	Crato	P	167.259	7,4%	Mourão	P	167.481	10,7%
22	Figueira de Castelo Rodrigo	P	174.187	8,4%	Vila de Rei	P	172.701	21,0%
23	Povoação	P	174.595	13,7%	Figueira de Castelo Rodrigo	P	175.209	0,6%
24	Vila do Porto	P	175.040	30,9%	Velas	P	179.436	0,2%
25	Vinhais	P	177.654	-1,8%	Vinhais	P	182.752	2,9%
26	Velas	P	179.050	57,1%	Boticas	P	183.159	0,3%
27	Lajes do Pico	P	180.576	132,9%	Povoação	P	188.659	8,1%
28	Boticas	P	182.672	60,6%	Penalva do Castelo	P	192.477	2,1%
29	Castanheira de Pêra	P	188.052	5,2%	Vila Flor	P	194.031	1,2%
30	Penalva do Castelo	P	188.545	11,4%	Marvão	P	194.982	26,6%
31	Fronteira	P	190.047	5,3%	Fronteira	P	196.706	3,5%
32	Vila Flor	P	191.669	11,8%	Castanheira de Pêra	P	201.543	7,2%
33	Oleiros	P	198.049	4,8%	Vila do Porto	P	203.598	16,3%
34	São Vicente	P	208.132	13,8%	Oleiros	P	205.977	4,0%
35	Cuba	P	209.887	6,7%	Madalena	P	209.650	-0,3%

Quadro 2.25 – Distribuição do número de municípios por intervalos de receita do IMI

Montante arrecadado de IMI	Número de municípios	
	2011	2012
Igual ou maior que 100 M€	1	1
Igual ou maior que 50 M€ e menor que 100 M€	0	1
Igual ou maior que 30 M€ e menor que 50 M€	5	5
Igual ou maior que 20 M€ e menor que 30 M€	5	7
Igual ou maior que 10 M€ e menor que 20 M€	18	16
Igual ou maior que 5 M€ e menor que 10 M€	25	25
Igual ou maior que 1 M€ e menor que 5 M€	94	97
Igual ou maior que 0,5 M€ e menor que 1 M€	50	46
Menor que 0,5 M€	110	110

- Nos 35 municípios elencados com menor cobrança do IMI, em 2011, estão apenas municípios de pequena dimensão, anotando-se que com uma receita inferior a 1 milhão de euros, para além destes 35, ainda se encontram, mais 125 municípios.

- Da listagem relativa a 2011, apenas três municípios apresentaram diminuição de receita do IMI: Mesão Frio (- 1,7 milhares de euros) Marvão (- 26,8 milhares de euros) e Vinhais (- 3,3 milhares de euros).

- Nos 35 municípios elencados com menor cobrança do IMI, em 2012, continuam a estar apenas municípios de pequena dimensão, anotando-se que com uma receita inferior a 1 milhão de euros, para além destes 35, ainda se encontram mais 121 municípios.

- Enquanto na listagem referente a 2011 apenas três municípios apresentaram descidas de receita, em 2012 são nove os que se encontram nessa situação.

O quadro 2.25 mostra o número de municípios incluídos em intervalos de valores de cobrança do IMI, em 2011 e 2012.

- Este quadro permite perceber o distanciamento de valores da coleta do IMI entre Lisboa e os restantes municípios. O grupo dos 5 municípios com receita mais próxima da de Lisboa, no *ranking* de 2011 (*Ranking* 13) são todos de grande dimensão e o que apresenta maior valor recebeu, apenas, 44,1% do valor cobrado por Lisboa. No grupo dos 5 municípios com receita entre 20 e 30 M€ apresenta-se um único município de média dimensão: Loulé.

Nos *rankings* R13 e R14 a seguir apresentados, apresentam-se listagens hierarquizadas dos 35 municípios, respetivamente com maior aumento e maior diminuição de receita cobrada de IMT, nos anos de 2011 e 2012.

- Em 2011, no *ranking* dos 35 municípios elencados com maior aumento de coleta do IMT, apenas constam dois municípios de grande dimensão: Funchal com mais 371 mil euros (+3,4%) e Leiria com mais 105 mil euros (+2%).

- Há municípios com um aumento de receita do IMT, em 2011, superior a 100%, sendo de anotar, ainda, os que apresentam aumento superior a 50%. Vila do Conde que encabeça o *Ranking* de 2011 apresenta um acréscimo muito significativo do volume de IMT (+3,1 milhões de euros).

- Em 2012, neste *ranking* dos 35 municípios elencados com maior aumento de coleta do IMT, apenas constam dois municípios de grande dimensão, sendo os restantes de pequena ou média dimensão.

- Amadora, que em 2012 apresentou o maior aumento de IMT (+3 M€, correspondente a +102,3%), constava em 2011 da lista dos municípios com maior quebra desta receita.

- Há, em 2012, oito municípios, com um aumento de receita do IMT superior a 100%, sendo de anotar, ainda, os que desta lista apresentam aumento superior a 50%.

R13 – Municípios com maior aumento de IMT em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Variação do IMT em 2011		Município	Dimensão	Variação do IMT em 2012	
			Valor	(%)			Valor	(%)
1	Vila do Conde	M	3.069.487	55,9%	Amadora	G	3.017.282	102,3%
2	Almeirim	M	1.244.567	182,5%	Lagoa (Algarve)	M	1.742.680	42,6%
3	Castro Marim	P	795.236	100,8%	Tavira	M	756.041	36,3%
4	Faro	M	562.792	16,7%	Grândola	P	746.287	52,5%
5	Lousada	M	529.279	75,5%	Castelo Branco	M	674.734	51,0%
6	Serpa	P	517.804	115,2%	Lagos	M	674.663	13,6%
7	Nisa	P	498.914	262,5%	Montijo	M	660.081	24,6%
8	Almodôvar	P	453.029	343,6%	Angra do Heroísmo	M	609.935	83,2%
9	Valongo	M	398.167	15,9%	Setúbal	G	535.540	12,7%
10	Funchal	G	371.019	3,4%	Vendas Novas	P	531.780	583,2%
11	Coruche	P	322.712	50,6%	Palmela	M	500.841	20,1%
12	Fundão	M	311.621	38,7%	Esposende	M	495.786	40,1%
13	Moura	P	306.090	93,9%	Machico	M	451.612	106,2%
14	Nazaré	P	256.696	25,8%	Elvas	M	433.935	62,8%
15	Celorico de Basto	M	212.465	89,7%	Idanha-a-Nova	P	403.404	155,1%
16	Soure	P	184.604	80,2%	Odemira	M	357.515	34,0%
17	Amarante	M	180.704	17,4%	Castelo de Paiva	P	331.144	155,2%
18	Alcácer do Sal	P	167.067	31,3%	Lamego	M	267.347	67,7%
19	Vila Velha de Ródão	P	165.322	402,5%	Aljustrel	P	264.295	97,0%
20	Marco de Canaveses	M	163.436	17,7%	Ourém	M	244.194	24,0%
21	Constância	P	161.644	258,7%	Penela	P	229.366	224,3%
22	Oliveira do Hospital	M	132.719	31,1%	Entroncamento	M	218.263	32,7%
23	Abrantes	M	129.478	14,7%	Chamusca	P	217.612	56,6%
24	Crato	P	123.371	35,9%	Portalegre	M	204.950	39,8%
25	Alijó	P	109.089	52,9%	Mação	P	202.735	--
26	Azambuja	M	108.862	14,5%	Rio Maior	M	197.503	39,6%
27	Odemira	M	106.869	11,3%	Seia	M	189.631	43,4%
28	Leiria	G	105.205	2,0%	Porto Santo	P	180.848	40,5%
29	Machico	M	104.439	32,5%	Reguengos de Monsaraz	P	179.830	55,6%
30	Bombarral	P	103.837	47,1%	Alter do Chão	P	161.563	127,9%
31	Viana do Alentejo	P	102.314	84,1%	Cuba	P	159.435	141,6%
32	Ansião	P	101.858	59,0%	Trofa	M	146.643	17,1%
33	Arganil	P	101.552	58,1%	Valença	P	138.907	45,1%
34	Vendas Novas	P	91.183	--	Espinho	M	129.815	19,8%
35	Sertã	P	90.440	32,3%	Condeixa-a-Nova	P	122.498	35,4%

R14 – Municípios com maior diminuição de IMT em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Variação do IMT em 2011		Município	Dimensão	Variação do IMT em 2012	
			Valor	(%)			Valor	(%)
1	Lisboa	G	-14.043.529	-14,0%	Lisboa	G	-23.194.219	-26,9%
2	Porto	G	-6.179.589	-20,6%	Cascais	G	-13.603.989	-44,0%
3	Sintra	G	-5.934.764	-37,1%	Funchal	G	-6.387.711	-56,1%
4	Cascais	G	-5.542.244	-15,2%	Vila do Conde	M	-5.652.319	-66,0%
5	Oeiras	G	-5.473.272	-32,1%	Porto	G	-5.477.508	-23,0%
6	Vila Franca de Xira	G	-4.334.335	-49,6%	Vila Nova de Gaia	G	-4.987.523	-44,8%
7	Loures	G	-4.169.264	-30,5%	Loulé	M	-4.098.222	-24,5%
8	Tavira	M	-4.054.844	-66,1%	Oeiras	G	-2.965.320	-25,6%
9	Odivelas	G	-4.051.548	-43,4%	Loures	G	-2.613.173	-27,5%
10	Loulé	M	-3.805.404	-18,5%	Portimão	M	-2.530.493	-37,7%
11	Sesimbra	M	-3.569.678	-52,0%	Albufeira	M	-2.027.715	-26,5%
12	Palmela	M	-3.238.737	-56,5%	Braga	G	-1.967.479	-25,3%
13	Vila Nova de Gaia	G	-2.523.004	-18,5%	Odivelas	G	-1.947.745	-36,8%
14	Seixal	G	-2.413.511	-33,5%	Almeirim	M	-1.853.516	-96,2%
15	Olhão	M	-2.376.688	-53,1%	Leiria	G	-1.731.756	-31,8%
16	Mafra	M	-2.079.993	-33,4%	Almada	G	-1.610.020	-23,8%
17	Setúbal	G	-2.026.722	-32,5%	Ponta Delgada	M	-1.503.712	-41,1%
18	Montijo	M	-2.004.769	-42,8%	Coimbra	G	-1.483.685	-18,3%
19	Amadora	G	-1.965.002	-40,0%	Viseu	M	-1.469.318	-39,6%
20	Barreiro	M	-1.817.593	-46,4%	Faro	M	-1.314.353	-33,4%
21	Alcochete	P	-1.732.212	-63,8%	Santa Maria da Feira	G	-1.302.092	-33,5%
22	Lagos	M	-1.648.314	-24,9%	Seixal	G	-1.298.397	-27,1%
23	Guimarães	G	-1.499.439	-26,9%	Valongo	M	-1.274.136	-44,0%
24	V.R. Santo António	P	-1.401.135	-46,7%	Barcelos	G	-1.273.717	-39,7%
25	Matosinhos	G	-1.375.918	-13,6%	Sintra	G	-1.119.216	-11,1%
26	Lagoa (Algarve)	M	-1.357.352	-24,9%	Matosinhos	G	-1.093.330	-12,5%
27	Maia	G	-1.279.615	-21,7%	Santo Tirso	M	-1.002.894	-43,4%
28	Almada	G	-1.218.943	-15,3%	Sesimbra	M	-928.112	-28,2%
29	Coimbra	G	-1.214.674	-13,0%	Vila Nova de Famalicão	G	-899.398	-22,3%
30	Alenquer	M	-1.192.955	-44,3%	Vila Franca de Xira	G	-838.807	-19,1%
31	Trofa	M	-1.071.997	-55,6%	Castro Marim	P	-810.340	-51,1%
32	Braga	G	-1.042.803	-11,8%	Ovar	M	-783.813	-42,7%
33	Moita	M	-924.148	-41,6%	Coruche	P	-765.394	-79,7%
34	Gondomar	G	-901.509	-21,3%	Ribeira Grande	M	-752.220	-77,2%
35	Ourém	M	-897.625	-46,8%	Serpa	P	-681.619	-70,5%

- Em 2011, lideraram a quebra de receita de IMT os municípios de Lisboa (- 14 M€) e Porto (- 6, 2 M€). Em 2012, mantém-se o município de Lisboa à frente na descida desta receita (- 23 M€), logo seguido pelo município de Cascais (- 13, 6 M€) que, mais que duplicou a descida de receita de IMT de 2011 para 2012.
- São dezanove (19) os municípios de grande dimensão que constam, tanto em 2011 como em 2012, da listagem dos 35 municípios que apresentam maior descida de IMT, embora não sejam nos dois anos os mesmos municípios.
- Comparando as listas homólogas da descida de IMT em 2011 e 2012 verifica-se uma descida muito mais acentuada, neste último ano, para a generalidade dos municípios elencados, O quadro infra apresenta o número de municípios que apresentaram em 2011 e 2012 descida da coleta do IMI, IMT e descidas conjugadas destas receitas.

Quadro 2.26 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios	
	2011	2012
Com diminuição do IMI	23	49
Com diminuição do IMT	188	228
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	17	36

- Em 2011, 23 municípios apresentaram descida do IMI, e 188 municípios descida do IMT, sendo que 17 municípios tiveram descida simultânea do IMI e IMT. Em 2012 o cenário foi mais gravoso para os municípios: 49 apresentaram descida do IMI, 228 municípios descida do IMT, e 36 municípios apresentaram descida simultânea de IMI e IMT.

Nos *rankings* R15 e R16 apresentam-se listagens hierarquizadas dos 35 municípios, respetivamente com maior e menor receita cobrada de IMT, nos anos de 2011 e 2012.

- Tanto no *ranking* dos municípios com maior receita de IMT como no *ranking* dos municípios com menor receita de IMT, que abaixo se apresenta, verifica-se que a coleta baixou significativamente, para a generalidade dos mesmos. No quadro anterior (quadro 2.29) já se tinha verificado que 188 municípios em 2011

e 228 municípios em 2012, apresentaram descida desta receita. Dos 35 municípios seriados, como sendo os que receberam maior receita de IMT, só seis apresentaram subida de valor em 2011 e só sete, em 2012.

- Atestando a fraca receita proveniente do IMI, constata-se que, em 2011, apenas 8 municípios apresentam um valor de IMT superior a 10 milhões de euros, sendo que, em 2012, só três municípios se encontram nesta situação.
- Anota-se a distância que separa o valor arrecadado por Lisboa (86 milhões de euros em 2011 e 53 milhões de euros em 2012) dos restantes municípios. O município a seguir a Lisboa, na listagem dos que mais recebem de IMT, tanto em 2011 -município de Cascais- como em 2012 - município do Porto- apenas conseguiram arrecadar, respetivamente, 30,9 milhões de euros e 18,4 milhões de euros.

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração está definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro). Este documento representou um enorme contributo para a transparência da informação⁴⁴, pois uniformizou, para todos os sectores da Administração Pública, a classificação das despesas públicas permitindo uma leitura transversal das mesmas e facilitando o processo de consolidação das contas, tanto de carácter horizontal como vertical.

As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada no quadro 2.27.

⁴⁴ Embora entendemos que o classificador económico devia estar mais próximo da classificação patrimonial, classes 3 a 7 ou vice-versa. Na verdade não existe uma correspondência directa entre os dois classificadores em contas similares, como por exemplo a relação entre diferentes despesas correntes e a conta 62-fornecimentos e serviços externos. Uma fusão ou aproximação das duas classificações seria uma vantagem no novo normativo contabilístico que se encontra em elaboração por parte da comissão de normalização contabilística.

R15 – Municípios com maior receita cobrada de IMT, em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Variação 10–11(%)	Município	Dimensão	2012	Variação 11–12 (%)
1	Lisboa	G	86.171.239	-14,0%	Lisboa	G	62.977.020	-26,9%
2	Cascais	G	30.945.600	-15,2%	Porto	G	18.354.224	-23,0%
3	Porto	G	23.831.732	-20,6%	Cascais	G	17.341.612	-44,0%
4	Loulé	M	16.756.549	-18,5%	Loulé	M	12.658.328	-24,5%
5	Oeiras	G	11.565.083	-32,1%	Sintra	G	8.958.727	-11,1%
6	Funchal	G	11.391.654	3,4%	Oeiras	G	8.599.763	-25,6%
7	Vila Nova de Gaia	G	11.143.366	-18,5%	Matosinhos	G	7.646.927	-12,5%
8	Sintra	G	10.077.943	-37,1%	Loures	G	6.878.707	-27,5%
9	Loures	G	9.491.880	-30,5%	Coimbra	G	6.620.486	-18,3%
10	Matosinhos	G	8.740.257	-13,6%	Vila Nova de Gaia	G	6.155.843	-44,8%
11	Vila do Conde	M	8.564.304	55,9%	Amadora	G	5.967.185	102,3%
12	Coimbra	G	8.104.170	-13,0%	Lagoa (Algarve)	M	5.829.393	42,6%
13	Braga	G	7.773.343	-11,8%	Braga	G	5.805.864	-25,3%
14	Albufeira	M	7.646.737	-6,2%	Lagos	M	5.650.021	13,6%
15	Almada	G	6.754.363	-15,3%	Albufeira	M	5.619.023	-26,5%
16	Portimão	M	6.703.328	-1,6%	Almada	G	5.144.343	-23,8%
17	Leiria	G	5.447.770	2,0%	Funchal	G	5.003.944	-56,1%
18	Odivelas	G	5.291.686	-43,4%	Setúbal	G	4.737.137	12,7%
19	Lagos	M	4.975.358	-24,9%	Maia	G	4.557.612	-1,1%
20	Seixal	G	4.786.389	-33,5%	Portimão	M	4.172.835	-37,7%
21	Maia	G	4.610.306	-21,7%	Aveiro	M	3.816.310	-14,1%
22	Aveiro	M	4.442.137	-15,1%	Leiria	G	3.716.014	-31,8%
23	Vila Franca de Xira	G	4.397.404	-49,6%	Guimarães	G	3.676.223	-10,0%
24	Setúbal	G	4.201.597	-32,5%	Mafra	M	3.576.049	-13,9%
25	Mafra	M	4.151.611	-33,4%	Vila Franca de Xira	G	3.558.597	-19,1%
26	Lagoa (Algarve)	M	4.086.713	-24,9%	Seixal	G	3.487.992	-27,1%
27	Guimarães	G	4.084.173	-26,9%	Odivelas	G	3.343.941	-36,8%
28	Vila Nova de Famalicão	G	4.025.621	-13,4%	Montijo	M	3.339.152	24,6%
29	Faro	M	3.931.683	16,7%	Vila Nova de Famalicão	G	3.126.223	-22,3%
30	Santa Maria da Feira	G	3.883.114	0,8%	Palmela	M	2.992.628	20,1%
31	Viseu	M	3.713.408	2,2%	Torres Vedras	M	2.912.392	-10,9%
32	Ponta Delgada	M	3.656.656	-17,1%	Vila do Conde	M	2.911.985	-66,0%
33	Gondomar	G	3.322.893	-21,3%	Tavira	M	2.838.242	36,3%
34	Sesimbra	M	3.292.223	-52,0%	Gondomar	G	2.678.672	-19,4%
35	Torres Vedras	M	3.267.522	-18,2%	Faro	M	2.617.330	-33,4%

R16 – Municípios com menor receita cobrada de IMT, em 2011 e 2012

Unidade: euros

Município	Dimensão	2011	Variação 10 - 11 (%)	Município	Dimensão	2012	Variação 11 - 12 (%)
1 Mação	P	0	-100,0%	Corvo	P	0	-100,0%
2 Corvo	P	5.167	104,1%	Barrancos	P	5.510	-73,3%
3 Barrancos	P	20.637	93,5%	Lajes das Flores	P	14.023	-60,1%
4 Porto Moniz	P	25.901	-23,0%	Arronches	P	16.395	-61,7%
5 Calheta (R. A. A.)	P	29.090	-58,6%	Santa Cruz das Flores	P	20.128	-76,4%
6 Lajes das Flores	P	35.171	68,7%	Manteigas	P	22.295	-59,2%
7 Alvitto	P	41.870	16,9%	Alcoutim	P	22.615	-48,9%
8 Arronches	P	42.858	15,3%	Vimioso	P	24.976	-69,3%
9 Castanheira de Pêra	P	43.003	17,2%	Castanheira de Pêra	P	25.257	-41,3%
10 Alcoutim	P	44.219	-29,9%	Marvão	P	26.010	-66,5%
11 Lajes do Pico	P	46.474	24,7%	Lajes do Pico	P	26.650	-42,7%
12 Vinhais	P	50.109	-29,6%	Calheta (R. A. A.)	P	28.858	-0,8%
13 Mourão	P	50.710	-15,7%	Penedono	P	30.057	-58,1%
14 Oleiros	P	54.012	-21,6%	Freixo de Espada à Cinta	P	30.139	-47,4%
15 Sernancelhe	P	54.448	23,5%	Castelo de Vide	P	36.388	-74,1%
16 Manteigas	P	54.606	102,7%	Vila de Rei	P	37.640	-37,5%
17 Penalva do Castelo	P	56.002	-56,4%	Vila Nova de Paiva	P	38.589	-34,7%
18 Freixo de Espada à Cinta	P	57.268	19,1%	Almeida	P	40.803	-42,7%
19 Vila Nova de Paiva	P	59.096	-21,3%	Sernancelhe	P	41.279	-24,2%
20 Aguiar da Beira	P	59.776	-28,8%	Vinhais	P	41.304	-17,6%
21 Vila de Rei	P	60.252	5,3%	Velas	P	41.812	-68,2%
22 São Vicente	P	63.956	-35,1%	Santa Cruz da Graciosa	P	41.912	-54,7%
23 Góis	P	64.233	-27,3%	Mesão Frio	P	43.112	-62,6%
24 Fronteira	P	64.449	6,4%	Alvitto	P	44.737	6,8%
25 Belmonte	P	67.366	-2,9%	Oleiros	P	44.992	-16,7%
26 Almeida	P	71.226	-20,4%	Mourão	P	45.085	-11,1%
27 Penedono	P	71.713	70,7%	Murça	P	45.379	-50,5%
28 Nordeste	P	71.846	-22,0%	Vila do Porto	P	45.899	-58,2%
29 Santana	P	73.104	-46,8%	Porto Moniz	P	46.649	80,1%
30 Marvão	P	77.573	-36,4%	Constância	P	48.230	-78,5%
31 Alvaiázere	P	78.381	-46,8%	Boticas	P	49.048	-37,7%
32 Boticas	P	78.688	-22,1%	Gavião	P	53.937	-76,9%
33 Ribeira de Pena	P	78.810	25,7%	Tabuaço	P	54.060	-55,7%
34 São Roque do Pico	P	79.433	-33,9%	Santa Marta de Penaguião	P	54.485	-48,8%
35 Vimioso	P	81.450	184,8%	Paredes de Coura	P	55.724	-41,1%

Quadro 2.27 – Classificação económica da Despesa Autárquica

Despesas correntes	Despesas de capital	Outras despesas
01- Despesas com o pessoal	07- Aquisição de bens de capital	12- Operações extra-orçamentais
02- Aquisições de bens e serviços	08- Transferências de capital	
03- Juros e outros encargos	09- Ativos Financeiros	
04- Transferências correntes	10- Passivos Financeiros	
05-Subsídios	11- Outras receitas de capital	
06- Outras despesas correntes		

2.3.2. Execução global do Orçamento de Despesa

O quadro 2.28 que a seguir se apresenta mostra a evolução das diferentes fases da despesa global municipal entre 2007 e 2012. Os

quadros subsequentes, 2.29 e 2.30 apresentam para o mesmo período as taxas de variação da despesa orçada, realizada e paga bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.28 – Orçamento e Execução das Despesas Municipais

Unidade: milhões de euros

Despesas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição 07-12 %
Despesas previstas (a)	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2	4,8%
Compromissos do exercício (b)*	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9	2,3%
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (c)	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1	2,4%
Compromissos do exercício por pagar (d)**= (b-c)	2.171,6	2.175,5	2.776,9	2.827,5	2.761,4	2.217,8	2,1%
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e.)***	1.655,3	1.891,7	2.927,3	3.167,9	4.042,8	4.912,8	196,8%
Grau de execução da despesa comprometida (b/a)	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	-2,4%
Grau de execução da despesa paga (c/b)	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	0,1%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista (c/a)	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	-2,3%
Despesa paga, por habitante	698 €	741 €	786 €	740 €	731 €	718 €	2,9%
Compromisso por pagar, por habitante	205 €	205 €	261 €	266 €	261 €	210 €	2,7%

* De acordo com o POCAL deverá incluir os compromissos não pagos que transitaram dos exercícios anteriores

** Compromissos do exercício, deduzidos das despesas pagas do exercício e dos exercícios anteriores.

*** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida mas apenas encargos assumidos.

Quadro 2.29 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada

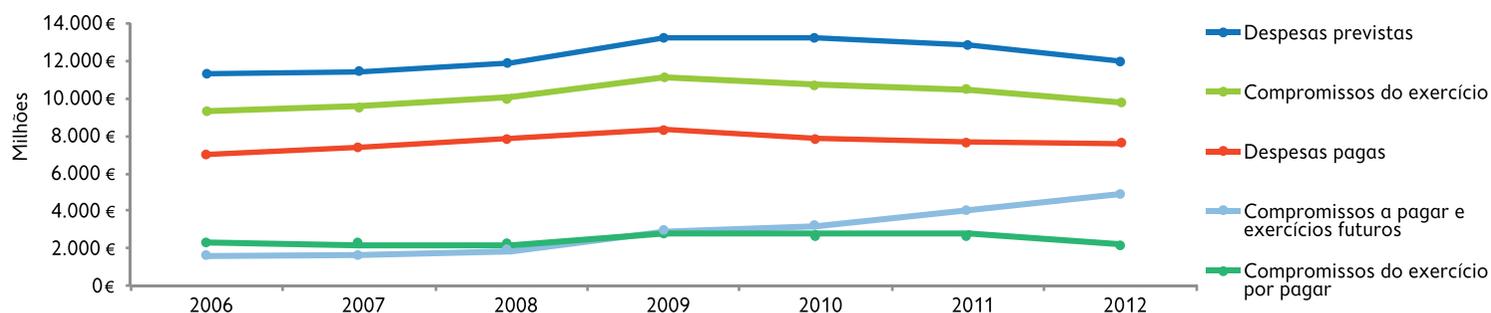
Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)				
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Despesas previstas (a)	459,0	1.339,2	-49,9	-354,7	-841,6
Compromissos do exercício (b)	469,5	1.083,6	-435,4	-218,0	-676,7
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores (c)	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1
Compromissos do exercício por pagar (d)	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e.)	236,5	1.035,5	240,6	874,9	870,0

Quadro 2.30 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Cobrada

Despesas	Variação da despesa (%)				
	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012
Despesa prevista	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%
Despesas pagas do exercício e exercícios anteriores	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%
Compromissos do exercício por pagar*	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%
Compromissos para exercícios futuros	14,3%	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%

* Compromissos que se previa pagar no exercício e não se pagaram.

Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2006 e 2012



Da observação do quadro e gráficos anteriores verifica-se:

- A **despesa prevista**, que tinha registado um crescimento até 2009, a partir desse ano começou a decrescer, embora ligeiramente, e com maior relevância em 2011 (-355 M€, -2,7%) e em 2012 (-841,6 M€, -6,6%) por via, essencialmente, da diminuição da despesa estimada com pessoal e passivos financeiros.
- A **despesa comprometida**⁴⁵ (compromissos assumidos e autorizados) acompanhou a diminuição da despesa prevista, tendo todavia esse decréscimo sido menor. Em 2011, diminuiu 218 M€ (-2%) e em 2012 baixou 676,7M€ (-6,5%) .
- A despesa paga continuou em 2011 e 2012 em decréscimo⁴⁶, em-

bora a ritmo inferior ao verificado em 2010. Em 2011 baixou 151,9 milhões de euros (-1,9%) e em 2012, diminuiu 133,1 M€ milhões de euros (-1,7%), fruto da quebra de receita arrecadada no mesmo período.

- É significativo o aumento dos **compromissos assumidos a pagar em exercícios futuros** valor que em 2012 se aproximava dos 5.000 milhões de euros, valor próximo de 60% da receita arrecadada num ano. Este valor é relevante uma vez que não inclui os vencimentos.

O quadro 2.31 mostra aos diversos níveis de despesa e o excedente destas sobre a receita homóloga, revelando as dificuldades estruturais do sistema financeiro autárquico proveniente da falta de regras de reajustamento da despesa à receita, conforme referido no ponto 2.2 dedicado à análise da receita municipal.

⁴⁵ Despesa autorizada

⁴⁶ Em 2010, a diminuição da despesa paga (-486,1 milhões de euros), foi superior ao aumento de pagamentos verificado em 2009 (482,2 milhões de euros).

Quadro 2.31 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas	Receitas previstas (a)	11.215,2	11.572,3	13.001,9	12.995,1	12.595,6	11.674,3
	Receitas liquidadas (b)	7.770,5	8.463,7	8.899,5	8.092,9	8.021,8	7.885,3
	Receitas cobradas (c)	7.541,6	7.746,9	8.198,0	7.859,5	7.771,6	7.683,4
	Receitas liquidadas por cobrar (créditos sobre terceiros)	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8
	Saldos do exercício anterior (d)	228,1	335,8	293,2	166,8	190,4	254,3
Despesas	Despesas previstas (e)	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.832,9	11.991,2
	Compromissos do exercício (f)	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9
	Despesa paga no exercício (g)	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas previstas+ Saldos do exercício anterior) - Despesas prevista ((a+d)-e)	4,0	9,8	57,6	-25,7	-46,8	-62,7
	(Receita liquidada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((b+d)-f)	-1.583,3	-1.251,9	-1.942,3	-2.439,9	-2.269,4	-1.665,3
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa comprometida ((c+d)-f)	-1.812,2	-1.968,7	-2.643,8	-2.673,3	-2.519,6	-1.867,1
	(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa paga ((c+d)-g)	359,4	206,8	133,1	154,2	241,8	350,6

Observando o quadro anterior, conclui-se:

- A partir de 2010, o volume da despesa orçamentada⁴⁷ em sede de prestação de contas⁴⁸, tem-se apresentado superior à receita orçada (acrescida do saldo de gerência anterior). Situação, em termos globais, de desequilíbrio orçamental que contraria as regras de execução orçamental⁴⁹. Nos anos de 2011 e 2012, esta diferença foi manifestamente superior, atingindo, respetivamente, o valor global

⁴⁷ Despesa prevista.

⁴⁸ Situação *ex-post*.

⁴⁹ A ausência de orçamentos plurianuais que reflitam as despesas plurianuais para além das despesas de investimento, isto é, as despesas correntes de natureza plurianual, bem como aquelas que sendo despesas correntes assumem natureza certa e permanente, retira a capacidade de projeção das despesas e sua adequação aos recursos financeiros certos e permanentes da Autarquia, sendo a causa fundamental da situação de desequilíbrio orçamental verificado e indutor do empolamento das receitas constatado no ponto anterior.

de 46,8 milhões de euros e de 62,7 milhões de euros.

- Comparando a **despesa comprometida**⁵⁰ com a **receita liquidada**⁵¹ (acrescida do saldo do exercício anterior), verifica-se um extraordinário excesso de despesa comprometida⁵² em rela-

⁵⁰ Despesa autorizada de acordo com as regras vigentes.

⁵¹ Numa ótica de equilíbrio orçamental da despesa e da receita, faz sentido comparar a despesa assumida, com a receita liquidada e não com a receita cobrada. A assunção de despesa muito acima da receita liquidada tem sido o fator determinante para a manutenção ou até aumento do endividamento líquido de curto prazo.

⁵² O facto da aprovação das despesas ser levada a efeito através da aferição das dotações orçamentais inicialmente previstas e não pelas dotações reajustadas aos níveis da execução efetiva da receita, permite a contratualização de despesa manifestamente superior à receita liquidada. Tal facto, para além dos constrangimentos que provoca ao nível da tesouraria, origina, inevitavelmente, problemas estruturais de rutura financeira. Se não considerarmos a LCPA, em implementação desde 2012, a legislação vigente, nomeadamente as regras de execução do POCAL, permite que os municípios, através dos seus orçamentos previsionais, assumam despesa até ao

ção à receita liquidada, durante todo o período em observação, atingindo o maior valor em 2010 (2,4 mil milhões de euros)⁵³. Esta diferença, que corresponde ao volume de despesa sem meios de pagamento, diminuiu em 2011 e 2012, mantendo-se, no entanto, acima, respetivamente de 2,2 mil milhões de euros e de 1,6 mil milhões de euros. Registe-se, contudo, a relevante diminuição do excesso de despesa realizada sobre a receita liquidada, em 2012 (-604,5 M€).

- Em consequência do ponto anterior, comparando a **despesa comprometida**⁵⁴ com a **receita cobrada**, verifica-se um excesso de despesa superior a 2,6 mil milhões de euros em 2009 e 2010 e, embora tenha diminuído, manteve-se superior a 2,5 mil milhões de euros em 2011, e superior a 1,8 mil milhões de euros em 2012, representando despesa executada sem o correspondente aprovisionamento de receita, colocando, por isso, os municípios em risco de incumprimento financeiro. Todavia, o facto de a despesa comprometida ter diminuído 6,5% em 2012, permitiu a redução deste excesso de despesa realizada sobre a receita cobrada, em 652,6M€

- Os **compromissos por pagar em cada exercício** apresentados no quadro 2.31 refletem também o excesso de despesa realizada sobre a receita cobrada. Aumentaram entre 2007 e 2010, começando a diminuir em 2011, fruto da ligeira contração da despesa, iniciada a partir desse ano. Contudo, em 2011 e em 2012, apesar dessa diminuição, os montantes mantiveram-

limite dos 100% do orçamento da receita prevista. Ora, a LCPA poderá ter o mérito de estancar este desfasamento. Em alternativa à vigência deste diploma, o problema poderá ser combatido mediante o estabelecimento de normas de execução orçamental (incluindo limitações e condicionantes às alterações orçamentais).

⁵³ O facto da aprovação das despesas ser levada a efeito através da aferição das dotações orçamentais inicialmente previstas e não pelas dotações reajustadas aos níveis da execução efetiva da receita, permite a contratualização de despesa manifestamente superior à receita liquidada. Tal facto, para além dos constrangimentos que provoca ao nível da tesouraria, origina, inevitavelmente, problemas estruturais de rutura financeira. Se não considerarmos a LCPA, em implementação desde 2012, a legislação vigente, nomeadamente as regras de execução do POCAL, permite que os municípios, através dos seus orçamentos previsionais, assumam despesa até ao limite dos 100% do orçamento da receita prevista. Ora, a LCPA poderá ter o mérito de estancar este desfasamento. Em alternativa à vigência deste diploma, o problema poderá ser combatido mediante o estabelecimento de normas de execução orçamental (incluindo limitações e condicionantes às alterações orçamentais).

⁵⁴ Despesa assumida e realizada.

-se superiores, respetivamente, a 2,7 mil milhões de euros e 2,2 mil milhões de euros. Para este nível de encargos por pagar⁵⁵, o sector autárquico municipal dispunha apenas de meios financeiros (saldos transitados e receita liquidada por cobrar) no valor, respetivamente, de 440,6 milhões de euros em 2011, e de 456,1 milhões de euros, em 2012. Destes compromissos por pagar, resultou o **deficit orçamental de 2,1 mil milhões de euros em 2011 e de 1,4 mil milhões de euros em 2012**⁵⁶

- Os municípios, na sua generalidade, assumiram, em cada ano económico, compromissos a pagar em exercícios futuros (quadro 2.32) de valor considerável. Estes encargos, a vencerem-se nos anos seguintes, têm crescido extraordinariamente, representando 52% das receitas a arrecadar, em 2011 e 63,9 % em 2012. Atingiram nestes dois anos, respetivamente, o valor de 4 mil milhões de euros e de 4,9 mil milhões de euros. Se a este valor for adicionado o montante de compromissos líquidos⁵⁷ por pagar no exercício, que transitam para o exercício seguinte (quadro 2.35), poder-se-á dizer que o **ano de 2011 se iniciou, no sector autárquico, com um volume de encargos para pagar, no valor de 5,6 mil milhões de euros (71,2% das cobranças prováveis), o ano de 2012 com um volume de encargos de 6,3 mil milhões de euros (82% das cobranças prováveis) e o ano de 2013 recebeu, para orçamentar, um volume de despesa já comprometida e para executar, de 6,6 mil milhões de euros.**

O gráfico 2.07 permite comparar as taxas de crescimento das diferentes fases da despesa e comparar as respetivas taxas de execução das mesmas.

⁵⁵ Que não incluem, ainda, os encargos assumidos para anos futuros.

⁵⁶ Estes cálculos não incluem as contas do Sector Empresarial Local, nem as contas de outras participadas das autarquias que não estejam, classificadas no sector empresarial.

⁵⁷ Deduzidos dos saldos de tesouraria e das receitas liquidadas por cobrar (créditos sobre terceiros de curto prazo)

Quadro 2.32 – Compromissos a pagar em exercícios futuros, incluindo os que transitam de ano económico

Unidade: milhões de euros

Compromissos a pagar em exercícios futuros	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Compromissos do exercício por pagar (a)	2.171,6	2.175,5	2.776,9	2.827,5	2.761,4	2.217,8
Compromissos para exercícios futuros (b)	1.655,3	1.891,7	2.927,3	3.167,9	4.042,8	4.912,8
(Receitas cobrada+ Saldos do exercício anterior) -Despesa paga (c)	359,4	206,8	133,1	154,2	241,8	350,6
Receitas liquidadas por cobrar (créditos sobre terceiros) (d)	228,9	716,8	701,5	233,4	250,2	201,8
Compromissos do exercício líquidos por pagar (e)= a-(c+d)	1.583,3	1.251,9	1.942,3	2.439,9	2.269,4	1.665,3
Total de compromissos a pagar nos exercícios futuros (f) =(b+e)	3.238,5	3.143,6	4.869,6	5.607,8	6.312,2	6.578,1
Compromissos para exercícios futuros*(b) / Receitas cobradas no exercício (%)	21,9%	24,4%	35,7%	40,3%	52,0%	63,9%
Total de compromissos a pagar nos exercícios futuros (f)/ Receitas cobradas	42,9%	40,6%	59,4%	71,4%	81,2%	85,6%

* Despesa assumida, mas que só nos exercícios seguintes ocasionará dívida

Gráfico 2.06 – Compromissos a pagar no ano ou anos seguintes

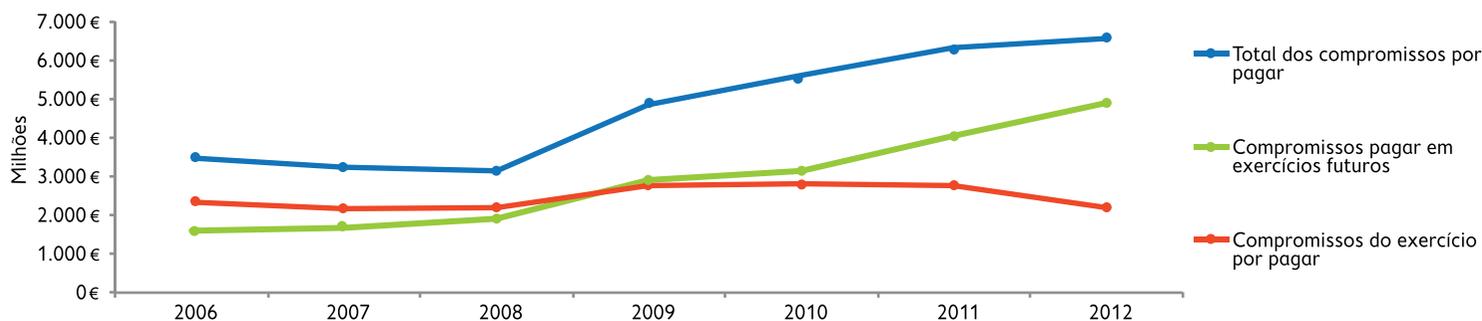
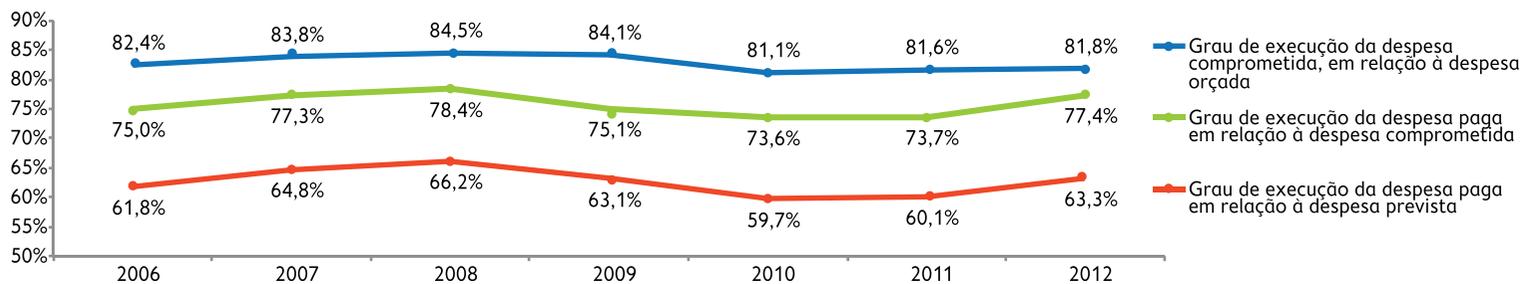


Gráfico 2.07 – Taxas de Execução das Despesas



Quadro 2.33 – Comparação do grau de Execução da Despesa com o Grau de Execução da Receita

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grau de execução da receita	Receita liquidada / Receita prevista (a)	69,3%	73,1%	68,4%	62,3%	63,7%	67,5%
	Receita cobrada / Receita prevista (b)	67,2%	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%
Grau de execução da despesa	Compromissos do exercício / Despesa prevista (c)	83,8%	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%
	Despesa paga / Despesa prevista (d)	64,8%	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%
Diferença de execução da despesa e da receita	(c) - (a)	14,5%	11,3%	15,7%	18,9%	18,0%	14,2%
	(d) - (b)	-2,5%	-0,7%	0,1%	-0,8%	-1,5%	-2,5%

No quadro 2.33 comparam-se os graus de execução da despesa com a receita

- O gráfico 2.07 e quadro 2.33 atestam a insuficiência das atuais normas orçamentais na execução dos orçamentos municipais. Efetivamente: (i) sendo a autorização da despesa aferida pelas dotações orçamentais até ao limite de 100% destas, com as retificações decorrentes das alterações efetuadas; (ii) sendo a despesa prevista aferida pela receita prevista⁵⁸; e, (iii) estando o orçamento de receita inflacionado, a realização da despesa (compromissos do exercício) resultará muito superior à realização da receita e com graus de execução, muito superiores aos da receita liquidada⁵⁹. Deste modo e em consequência do exposto, os elevados graus de execução da despesa e os sucessivos baixos níveis de concretização das cobranças, tornaram-se num problema financeiro estrutural e influenciaram o desenvolvimento da dívida bruta das autarquias sendo a causa do crescimento da dívida de curto prazo, como se apreciará em ponto dedicado, exclusivamente, à dívida autárquica. Pela comparação dos diferentes comportamentos destes níveis de execução conclui-se que, entre 2007 e 2012, **a realização da des-**

pesa foi, em média, superior em 15,4% à realização da receita e que em 2011 essa diferença era de 18%, tendo, em 2012, baixado para de 14,2%⁶⁰. Esta diferença terá que ser combatida por regras orçamentais que obriguem ao ajustamento da despesa⁶¹ à realização da receita, sob pena de se tornar insustentável a situação financeira das autarquias.

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

No presente sub capítulo apresenta-se a evolução da despesa autárquica entre 2007 e 2012, por rubrica económica, e nas suas diferentes fases de execução: **despesa realizada**⁶² ou **compromissos**

⁵⁸ Equilíbrio orçamental *ex-ante*.

⁵⁹ A adoção de orçamentos plurianuais de despesa, que reflitam para um período determinado (quatro ou cinco anos) todas as despesas autárquicas, independentemente de serem despesas de investimento, ou despesas correntes de natureza plurianual e orçamentos plurianuais de receita que apresentem as receitas estimadas para o mesmo período, será determinante para a capacitação de projeção das despesas e sua adequação aos recursos financeiros certos e permanentes da Autarquia. A ausência deste instrumento de planeamento financeiro, será a causa fundamental da situação de desequilíbrio orçamental verificado e do empolamento das receitas já constatado no ponto anterior.

⁶⁰ Pela impossibilidade dos pagamentos serem superiores aos recebimentos e pelas razões já apontadas para a existência, no final do exercício de saldos de tesouraria, o grau de execução da despesa tenderá, sempre, ser inferior ou igual ao grau de execução da receita, enquanto os orçamentos de receita se apresentarem inflacionados.

⁶¹ Os dados de 2012, demonstram que a LCPA, não produziu o efeito desejado e que se mostrou incapaz como instrumento de ajustamento da despesa à receita real das autarquias.

⁶² Chamar-se-á Despesa Realizada aos Compromissos do Exercício sendo o seu montante igual à soma das despesas pagas no exercício com os compromissos por pagar.

do exercício⁶³; despesa paga⁶⁴; compromissos por pagar⁶⁵; com-

⁶³ De acordo com o ponto 26.1 do POCAL, com o encerramento das contas, dever-se-ia fazer transitar para “Compromissos – exercícios futuros”, os compromissos assumidos no ano que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que, nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissos que não são do ano económico em causa mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida e por isso o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas), não se reflete na contabilidade orçamental mas sim na patrimonial e de custos. Ora, será o total das faturação recebida acrescida da transitada dos anos anteriores, por pagar, que constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos, para o ano económico em questão).

Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no mapa de execução orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece porém que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, caucões e os impostos retidos a favor do Estado. Expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de “Compromissos assumidos e não pagos” no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos previsionalmente assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que uma autarquia possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

⁶⁴ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas dos exercícios anteriores.

⁶⁵ São os Compromissos do exercício deduzidos das despesas pagas do exercício e dos exercícios anteriores. Anota-se, que os compromissos por pagar não incluem compromissos assumidos para exercícios futuros mas, somente, os compromissos que, em cada exercício, se constituíram como obrigação para o município ou que transitaram dos exercícios anteriores e que, por conseguinte, o seu não pagamento representará dívida de curto prazo.

promissos a pagar nos exercícios futuros⁶⁶.

O quadro 2.34 apresenta a evolução da despesa realizada⁶⁷ e despesa paga e o quadro 2.35 a estrutura de cada um destes tipos de despesa. O Gráfico 2.08 apresenta as respetivas taxas de crescimento.

- As despesas mais representativas na estrutura da despesa autárquica, na fase dos compromissos (despesa realizada) e, por ordem descendente têm sido: (i) Aquisição de bens de capital (em média, 33,6% do total das despesas); (ii) Aquisição de bens e serviços correntes (em média, 23,2% do total das despesas); (iii) Despesas com pessoal (em média, 22,3% do total das despesas). Na fase dos pagamentos a situação altera-se e, a importância de cada uma destas componentes da despesa, no total liquidado, passa a ser por ordem descendente, a seguinte: (i) Despesas com pessoal (em média, 29,2% do total das despesas); (ii) Aquisição de bens e serviços correntes (em média, 24,4% do total das despesas); (iii) Aquisição de bens de capital (em média, 22,4% do total das despesas).

- Observando-se o comportamento da despesa agregada em correntes e de capital, verifica-se que a despesa corrente realizada representou, em média⁶⁸, 55,9% do total da despesa assumida (em 2011, 58,3% e em 2012 59,2%), e a despesa corrente paga representou, em média, 63,3% da despesa total liquidada (em 2011, 65,2% e em 2012 63,3%). Quanto à **despesa de capital realizada**, verifica-se que a mesma representou, em média, 44,1% da despesa total comprometida (41,8% em 2011 e, 40,8% em 2012), mas que, ao nível das liquidações – **despesa de capital paga** – apenas representou, em média, 36,7% (34,8% em 2011 e, 36,7% em 2012) dos pagamentos. Isto é, **as opções de pagamento dos municípios incidiram, fundamentalmente, nas despesas correntes das quais foram pagas, entre 2007/2012, em média, 85,6% das mesmas. Das despesas de capital realizadas, apenas 62,9% foram liquidadas.**

- Entre 2007 e 2012, **as despesas pagas representaram, em média, 75,6% das despesas comprometidas ou realizadas.** Em 2011

⁶⁶ Tratam-se de despesas assumidas e contratualizadas num determinado ano económico, mas que só produzem efeitos financeiros em anos seguintes. Serão despesas associadas a atividades plurianuais.

⁶⁷ Despesa compromissada para o exercício.

⁶⁸ Para o período e 2007 a 2012

Quadro 2.34 – Despesa Realizada, Despesa Paga e Peso da Despesa Paga na Despesa Realizada

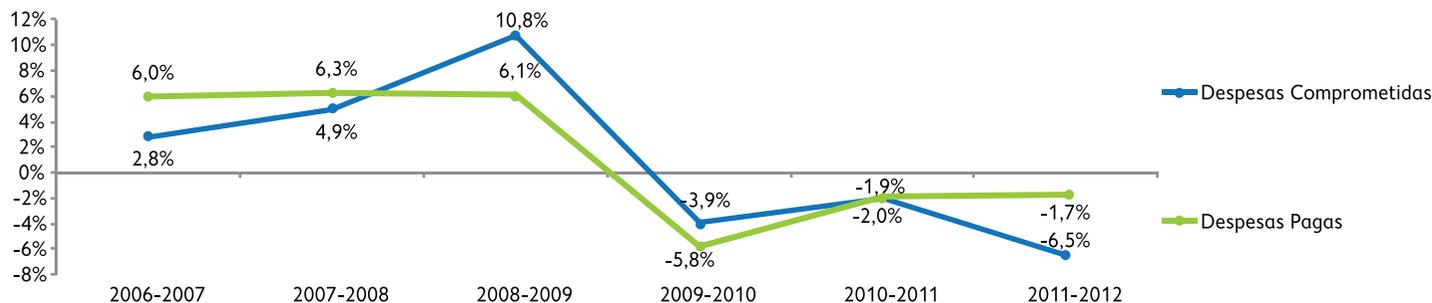
Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Despesas Realizadas						Despesas Pagas						Peso das Despesas Pagas nas Despesas Realizadas					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	2.095	2.184	2.429	2.486	2.396	2.125	2.073	2.154	2.399	2.451	2.365	2.090	99,0%	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%
Aquisição de bens e serviços	2.126	2.324	2.517	2.508	2.606	2.602	1.627	1.782	1.855	1.731	1.789	1.852	76,5%	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%
Juros e outros encargos	204	245	218	134	187	192	181	225	192	105	142	148	89,0%	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%
Transferências correntes	525	550	597	583	570	548	482	506	537	500	478	468	91,9%	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%
Subsídios	152	172	209	226	239	223	134	144	157	149	163	149	88,2%	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%
Outras despesas correntes	105	130	132	115	113	110	95	121	119	101	95	93	90,3%	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%
Total despesas correntes	5.207	5.605	6.103	6.051	6.111	5.801	4.593	4.933	5.260	5.037	5.033	4.801	88,2%	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%
Aquisição de bens de capital	3.461	3.496	3.832	3.444	3.188	2.614	1.987	2.089	2.064	1.782	1.670	1.536	57,4%	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%
Transferências de capital	445	501	548	498	465	390	375	426	432	369	335	285	84,4%	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%
Ativos financeiros	37	38	54	41	43	34	33	31	43	38	30	21	89,2%	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%
Passivos financeiros	400	358	466	583	626	906	396	353	460	577	615	890	98,9%	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%
Outras despesas de capital	33	54	132	84	49	60	27	44	100	68	37	55	81,9%	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%
Total despesas de capital	4.375	4.447	5.032	4.648	4.371	4.004	2.817	2.943	3.098	2.835	2.688	2.786	64,4%	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%
Total da Despesa	9.582	10.051	11.135	10.700	10.482	9.805	7.410	7.876	8.358	7.872	7.720	7.587	77,3%	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%

Quadro 2.35 – Estrutura da despesa realizada e da despesa paga

Despesas	Estrutura da Despesa Realizada						Estrutura da Despesa Paga					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	21,9%	21,7%	21,8%	23,2%	22,9%	21,7%	28,0%	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%
Aquisição de bens e serviços	22,2%	23,1%	22,6%	23,4%	24,9%	26,5%	22,0%	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%
Juros e outros encargos	2,1%	2,4%	2,0%	1,3%	1,8%	2,0%	2,4%	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%
Transferências correntes	5,5%	5,5%	5,4%	5,5%	5,4%	5,6%	6,5%	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%
Subsídios	1,6%	1,7%	1,9%	2,1%	2,3%	2,3%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%
Outras despesas correntes	1,1%	1,3%	1,2%	1,1%	1,1%	1,1%	1,3%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%
Total de despesas correntes	54,3%	55,8%	54,8%	56,6%	58,3%	59,2%	62,0%	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%
Aquisição de bens de capital	36,1%	34,8%	34,4%	32,2%	30,4%	26,7%	26,8%	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%
Transferências de capital	4,6%	5,0%	4,9%	4,7%	4,4%	4,0%	5,1%	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%
Ativos financeiros	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%
Passivos financeiros	4,2%	3,6%	4,2%	5,4%	6,0%	9,2%	5,3%	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%
Outras despesas de capital	0,3%	0,5%	1,2%	0,8%	0,5%	0,6%	0,4%	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%
Total de despesas de capital	45,7%	44,2%	45,2%	43,4%	41,7%	40,8%	38,0%	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Gráfico 2.08 – Variação da Despesa Realizada* e das Despesa Paga



* Despesa Comprometida para o Exercício

Quadro 2.36 – Taxas de Variação da Despesa Realizada

DESPESAS	Variação da Despesa Realizada (M€)					Variação da Despesa Realizada (%)				
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12
01 - Despesas com pessoal	89,6	245,1	56,3	-89,6	-271,4	4,3%	11,2%	2,3%	-3,6%	-11,3%
02 - Aquisição de bens e serviços	197,3	193,5	-9,5	98,7	-4,2	9,3%	8,3%	-0,4%	3,9%	-0,2%
03 - Juros e outros encargos	40,7	-26,1	-84,3	52,6	5,4	20,0%	-10,7%	-38,6%	39,2%	2,9%
04 - Transferências correntes	25,6	47,1	-13,9	-13,0	-22,2	4,9%	8,6%	-2,3%	-2,2%	-3,9%
05 - Subsídios	20,2	36,8	17,2	13,0	-15,6	13,3%	21,4%	8,3%	5,8%	-6,5%
06 - Outras despesas correntes	24,9	2,2	-17,7	-1,9	-2,4	23,6%	1,7%	-13,4%	-1,7%	-2,1%
Total de despesas correntes	398,3	498,4	-51,9	59,7	-310,4	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%
07 - Aquisição de bens de capital	35,6	335,7	-388,3	-256,0	-573,7	1,0%	9,6%	-10,1%	-7,4%	-18,0%
08 - Transferências de capital	55,9	47,1	-50,2	-33,2	-74,1	12,6%	9,4%	-9,2%	-6,7%	-16,0%
09 - Ativos financeiros	1,1	16,2	-13,3	2,4	-8,8	3,0%	42,9%	-24,6%	5,8%	-20,6%
10 - Passivos financeiros	-42,7	108,5	116,5	43,7	279,6	-10,7%	30,4%	25,0%	7,5%	44,6%
11 - Outras despesas de capital	21,4	77,8	-48,3	-34,6	10,8	65,4%	143,6%	-36,6%	-41,4%	22,0%
Total de despesas de capital	71,2	585,2	-383,5	-277,7	-366,3	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%
Total	469,5	1.083,6	-435,4	-218,0	-676,7	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%

Quadro 2.37 – Taxas de Variação da Despesa Paga

DESPEASAS	Variação da Despesa Paga (M€)					Variação da Despesa Paga(%)				
	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12
01 - Despesas com pessoal	81,0	244,4	52,3	-86,2	-275,2	3,9%	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%
02 - Aquisição de bens e serviços	155,5	72,6	-124,0	58,4	62,9	9,6%	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%
03 - Juros e outros encargos	43,3	-32,8	-87,3	36,8	7,0	23,9%	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%
04 - Transferências correntes	24,4	30,9	-37,4	-22,2	-10,1	5,1%	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%
05 - Subsídios	10,1	13,5	-8,2	14,4	-14,2	7,6%	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%
06 - Outras despesas correntes	25,4	-1,7	-17,7	-5,8	-2,0	26,6%	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%
Total de despesas correntes	339,7	327,0	-222,4	-4,6	-231,8	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%
07 - Aquisição de bens de capital	102,6	-25,5	-281,6	-112,1	-134,6	5,2%	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%
08 - Transferências de capital	50,2	6,5	-62,9	-34,0	-50,6	13,4%	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%
09 - Ativos financeiros	-1,4	11,7	-4,6	-8,2	-9,5	-4,3%	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%
10 - Passivos financeiros	-42,5	106,3	117,7	37,8	275,3	-10,7%	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%
11 - Outras despesas de capital	16,9	56,2	-32,2	-30,8	18,1	63,2%	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%
Total de despesas de capital	125,9	155,2	-263,7	-147,3	98,7	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%
Total	465,6	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%

foi pago 73,7% da globalidade dos compromissos assumidos (despesa realizada), mantendo-se a diferença de comportamento nos pagamentos das despesas correntes e despesas de capital. Das primeiras, foram pagas 82,3% e das segundas, foram pagas 61,3%. Em 2012 a situação foi similar: foram pagas na totalidade 77,4% das despesas realizadas, tendo sido liquidadas 82,8% das despesas correntes e 69,6% das despesas de capital

• Como seria de prever, as despesas realizadas e quase integralmente pagas no ano, **foram as despesas com pessoal e os passivos financeiros, ambos com níveis médios de pagamento de 98,7%. O diferencial para os 100%, na primeira situação, ou se trata de anulações de compromissos, por efetuar**⁶⁹, ou pagamentos de encargos com pessoal que se vencem no início do ano seguinte à sua realização. No caso de amortizações dos empréstimos, ou

⁶⁹ Como referimos, a existência de compromissos por pagar nestas situações estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos assumidos previsionalmente, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que uma autarquia possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal em dívida.

foram estimativas de pagamento, sobreavaliadas, que não foram retificadas ou situações de empréstimos de curto prazo cuja amortização ainda se poderia executar no ano económico seguinte, sem ultrapassar a anuidade do empréstimo⁷⁰.

• Em todo o período em análise, **foram as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com investimentos (aquisições de bens de capital), as despesas com níveis médios de pagamento mais baixos**⁷¹, respetivamente de 72,6% e 55,6%. No ano 2011, estes níveis atingiram os valores, respetivamente de 68,6% e de 52,2% e em 2012, respetivamente de 71,2% e 58,7%.

O gráfico 2.8 permite comparar as taxas de variação da despesa realizada e da despesa paga ao longo de período em observação.

• Se atentarmos na evolução das taxas globais de variação das despesas realizadas e despesas pagas (gráfico 2.08) verifica-se

⁷⁰ Como se poderá verificar no Capítulo 3 deste anuário, em 2011, 65 Municípios apresentaram compromissos por pagar em passivos financeiros, sendo que 29 municípios apresentaram empréstimos de curto prazo por liquidar, no final do ano económico de 2011. Em 2012 estiveram 60 municípios nesta situação.

⁷¹ Peso da Despesa Paga na Despesa Realizada, no Quadro 2.34

que as mesmas foram progressivas entre 2006 e 2009. Em 2010, tanto os compromissos como os pagamentos apresentaram taxas de variação negativas, respetivamente de -3,9% e -5,8%. Contudo, os pagamentos desceram mais que as despesas realizadas. Apesar de em 2011 tanto o volume de despesa autorizada como o volume de despesa paga tenha diminuído, certo é que baixaram muito menos que em 2010, isto é, apenas -1,9% e 2%, respetivamente. **Em 2012, as despesas realizadas baixaram 6,5% e as despesas pagas baixaram 1,7%.**

O Quadro 2.36 mostra as taxas de variação das despesas realizadas e pagas, por rubrica económica, permitindo verificar quais as rubricas mais sujeitas e variação.

- A observação dos dois últimos quadros não se poderá dissociar da ponderação do valor absoluto da cada rubrica e do correspondente peso da mesma na despesa total, apresentados nos quadros 2.37 e 2.38. Assim, pese embora se verifiquem rubricas com taxas elevadas de variação, as mesmas terão menor repercussão na gestão financeira municipal que outras taxas de muito menor valor, mas às quais correspondem variações de despesa de maior montante. Estão nesta situação as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e de bens de capital e, ainda, as transferências correntes e de capital. Assim, em 2011 são significativas as diminuições da despesa com pessoal em -3,6%, da aquisição de bens de capital em -7,4% e das transferências correntes e de capital, estas, respetivamente em -2,2% e -6,6%.

Em 2012, baixaram quase todas as despesas. Só não baixaram as despesas que não dependem do livre arbítrio dos executivos municipais, como são as despesas com juros e outros encargos financeiros e as amortizações de empréstimos bancários. Neste ano, anota-se, pelo peso dos valores envolvidos, a descida de despesa com pessoal (-11,3%), aquisição de bens de capital (-18%), transferências correntes, de capital e subsídios (em conjunto, - 26,4%) e de aquisição de bens e serviços (-0,3%).

- Face ao exposto e atentando-se na variação em termos absolutos, constata-se que a **despesa corrente global, em 2011, cresceu 61 milhões de euros** invertendo-se a descida verificada em 2010 de - 50 milhões de euros **e em 2012 voltou a baixar e em valor significativo: - 310,4 M€ (- 5,1%).** A variação

positiva da despesa corrente em 2011 deveu-se, essencialmente, ao aumento de 100 milhões de euros de encargos com aquisição de bens e serviços e de 53 milhões de euros de acréscimos de juros e outros encargos, sendo que, nesse ano, as despesas com pessoal baixaram 90 milhões de euros e as transferências correntes diminuíram 13 milhões de euros. No ano de 2012, o decréscimo do volume de despesa corrente deveu-se, essencialmente, ao valor da diminuição das despesas com pessoal no montante de 275,2 M€.

- **A despesa de capital** diminuiu em termos globais, 268 milhões de euros, em 2011, e 366,3 milhões de euros em 2012. Esta diminuição resultou, em 2011, essencialmente, da diminuição das despesas de investimento em -246 milhões de euros, embora o valor de encargos assumidos com transferências bancárias e com as outras despesas de capital tenham, também, diminuído, respetivamente, 33 milhões de euros e 35 milhões de euros. Em contrapartida, neste ano, o valor global comprometido com amortizações cresceu 43 milhões de euros. Em 2012 a variação da despesa de capital deveu-se, fundamentalmente, à diminuição do investimento em 573,7 M€ e à diminuição das transferências de capital em 74,1 M€. Parte da diminuição destas despesas foram absorvidas pelo aumento das amortizações de empréstimos bancários em 279,6 M€

2.3.4. Principais Despesas Realizadas⁷², por classificação económica

Neste ponto apresenta-se um conjunto de *rankings* para as principais despesas autárquicas, reportando-se o valor à despesa realizada no exercício, isto é, despesa comprometida, pois entende-se que só estes valores darão a real dimensão da despesa efetuada, já que os montantes pagos só excecionalmente cobrirão as despesas realizadas. Será exceção a esta situação, a informação apresentada quanto às despesas com juros e outros encargos financeiros e amortizações de empréstimos (passivos financeiros), a qual se refere aos pagamentos efetuados, por se entender que nestas rubricas económicas não podem existir montantes em débito no final do ano económico.

⁷² Compromissos assumidos no exercício

Porque a apresentação dos valores absolutos numa escala hierarquizada permite ter um conhecimento mais objetivo dos montantes de despesa em causa e da diferenciação da capacidade financeira dos municípios, se entendeu introduzir este ponto no presente anuário.

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

- Analisando com maior detalhe as despesa com pessoal, constata-se que as mesmas baixaram, pela primeira vez, em 2011, no montante de 89,6 milhões de euros (-3,5%)⁷³, tendo sido responsável por esta descida 249 municípios. Em 2012 essa variação foi de - 271,4 M€ (-11,6%) e deveu-se ao contributo de 303 municípios. Sendo a despesa com pessoal a mais representativa da despesa autárquica ao nível dos pagamentos (ao nível da despesa realizada é a terceira maior despesa), apresentam-se um conjunto de *rankings* que permitirão, melhor enquadrar esta despesa na atividade financeira das autarquias.
- Decorrente da análise efetuada e dos dados recolhidos dos documentos de prestação de contas dos municípios, listam-se, a seguir, os 35 municípios com maior e menor peso de despesa com pessoal (R17 e R18), em 2011 e 2012, no total dos pagamentos efetuados pelos municípios.
- Do *ranking* R17 constam três municípios de grande dimensão cujas despesas com pessoal, em 2011, absorvem mais que 40%, dos pagamentos totais: Seixal com 47,7% de despesa com pessoal, Setúbal com 42,6% de despesa e Lisboa com 42,6%. Em 2012, já nenhum destes municípios se encontram nesta situação, tendo baixado o peso das despesas com pessoal nas despesas totais.
- Pela análise da prestação de contas verificou-se que 148 municípios apresentaram, em 2011, despesa com pessoal superior a 30% das despesas totais e em 2012, estavam nessa situação, 114 municípios.
- No *ranking* R18 consta, no ano de 2011 e 2012, um município de grande dimensão – Leiria – cujo peso das despesas com pessoal, representa 20,5% e 19,9% respetivamente, da despesa total da estrutura orgânica da autarquia.
- Apresentam-se, de seguida, os *Rankings* (R19 e R 20) dos 35 mu-

⁷³ Todavia há 5 municípios que apresentam crescimento nas despesas com pessoal em 2011: Gondomar, Guimarães, Maia, Seixal e Vila Nova de Gaia

nicipios com maior e menor volume de despesa com pessoal⁷⁴ em 2011 e 2012.

- Da listagem dos municípios com maiores encargos de despesa com pessoal, referente a 2011, constam 22 municípios de grande dimensão (ficaram de fora os municípios de Barcelos e Leiria, com volume de despesa inferior ao último município da lista). Em 2012 são 21 os municípios de grande dimensão, constantes da mesma consta, tendo saído o município de Santa Maria da Feira e mantido os restantes.
- Na generalidade os municípios diminuíram as despesas com pessoal, em 2012, tendo não só o valor mais alto do *ranking*, referente a Lisboa baixado 33,4 M€, como o último município dos 35 listados, apresentado um valor inferior ao homólogo da lista de 2011.
- Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o seguinte quadro resumo de enquadramento de valores de despesa com pessoal.
- Da informação prestada no quadro anterior, verifica-se que para além dos valores máximos de despesa com pessoal ter diminuído significativamente⁷⁵, também, o número de municípios com despesa inferior a 5 M€, aumentou de 188 para 203.

⁷⁴ Estas despesas com pessoal, recorde-se, não incluem as despesas homólogas do sector empresarial autárquico

⁷⁵ A diminuição da despesa com pessoal, a partir de 2011 e mais acentuadamente em 2012, estará associada ao corte salarial na função pública imposto pelo governo central e eventualmente à não renovação de contratos a prazo, face às limitações impostas pelo OE, no capítulo das contratações de pessoal para a administração pública, os quais abrangem também a administração autárquica. Poderão, ainda, concorrer para esta situação de decréscimo de despesa, o aumento do número de reformas percebidas no sector público em geral ao qual não escapa o sector autárquico.

R17 – Municípios que apresentam maior peso de despesas com pessoal, nas despesas totais*

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Mourão	P	57,6%	Mourão	P	55,0%
2	Sardoal	P	55,5%	Barrancos	P	51,3%
3	Alcochete	P	55,4%	Alcochete	P	49,8%
4	Barrancos	P	52,6%	Povoação	P	49,3%
5	Montijo	M	52,4%	Montijo	M	47,8%
6	Seixal	G	47,7%	Sardoal	P	47,1%
7	Vendas Novas	P	46,8%	Vila Real de Santo António	P	46,3%
8	Évora	M	45,8%	Alpiarça	P	45,5%
9	Palmela	M	45,7%	Alvito	P	45,4%
10	Moita	M	45,7%	Moita	M	44,4%
11	Sesimbra	M	45,6%	Grândola	P	44,1%
12	Celorico da Beira	P	45,5%	Redondo	P	43,9%
13	Ourique	P	45,4%	Vila Viçosa	P	43,4%
14	São Pedro do Sul	P	44,9%	Monforte	P	42,5%
15	Borba	P	44,7%	Santiago do Cacém	M	42,0%
16	Castelo de Vide	P	44,6%	São Pedro do Sul	P	41,6%
17	Calheta (R. A. A.)	P	44,4%	Ferreira do Alentejo	P	41,2%
18	Vila do Bispo	P	44,4%	Ourique	P	41,0%
19	Ferreira do Alentejo	P	44,3%	Évora	M	41,0%
20	Monchique	P	44,0%	São Brás de Alportel	P	40,5%
21	Nelas	P	43,9%	Tarouca	P	39,9%
22	Portel	P	43,7%	Palmela	M	39,8%
23	Barreiro	M	43,6%	Azambuja	M	39,6%
24	Grândola	P	43,5%	Funchal	G	39,2%
25	Montemor-o-Novo	P	43,3%	Campo Maior	P	39,1%
26	Monforte	P	43,2%	Faro	M	38,9%
27	Campo Maior	P	42,7%	Vendas Novas	P	38,8%
28	Setúbal	G	42,6%	Seixal	G	38,4%
29	Santiago do Cacém	M	42,5%	Monchique	P	38,4%
30	Nazaré	P	42,0%	Olhão	M	38,3%
31	Avis	P	41,9%	Avis	P	38,3%
32	Lisboa	G	41,7%	Castelo de Vide	P	38,2%
33	São Brás de Alportel	P	40,8%	Silves	M	38,1%
34	Redondo	P	40,5%	Valongo	M	37,9%
35	Mirandela	M	40,4%	Barreiro	M	37,9%

* Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços autárquicos.

R18 – Municípios que apresentam menor peso de despesas com pessoal, nas despesas totais*

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Seia	M	10,2%	Vila Franca do Campo	P	9,7%
2	Vila Franca do Campo	P	12,1%	Castelo Branco	M	13,4%
3	Batalha	P	15,0%	Anadia	M	13,9%
4	São Roque do Pico	P	16,1%	Castanheira de Pêra	P	14,4%
5	Alvaiázere	P	16,3%	Alvaiázere	P	15,6%
6	Mogadouro	P	17,0%	Arouca	M	15,9%
7	Ribeira Brava	P	17,2%	Murtosa	P	16,0%
8	Pombal	M	17,4%	Lamego	M	16,0%
9	Lagoa (R.A.A)	P	17,6%	Mogadouro	P	16,2%
10	Castelo Branco	M	17,6%	Batalha	P	16,2%
11	São João da Pesqueira	P	18,1%	Ourém	M	16,6%
12	Corvo	P	18,3%	Vieira do Minho	P	16,7%
13	Fundão	M	18,3%	São João da Pesqueira	P	16,7%
14	Lamego	M	18,4%	Pombal	M	16,7%
15	Belmonte	P	18,4%	Fundão	M	17,1%
16	Torre de Moncorvo	P	18,9%	Belmonte	P	17,2%
17	Almeida	P	18,9%	Bragança	M	17,3%
18	Vila Nova de Poiares	P	19,1%	Montemor-o-Velho	M	17,4%
19	Figueira da Foz	M	19,2%	São Vicente	P	17,9%
20	Figueira de Castelo Rodrigo	P	19,5%	Covilhã	M	18,0%
21	Murça	P	19,6%	Alcobaça	M	18,0%
22	Sernancelhe	P	19,6%	Vila Nova de Foz Côa	P	18,4%
23	Castelo de Paiva	P	19,8%	Boticas	P	18,7%
24	Celorico de Basto	M	20,1%	Sernancelhe	P	18,9%
25	Esposende	M	20,2%	Ansião	P	18,9%
26	Ansião	P	20,3%	Ovar	M	19,0%
27	Penamacor	P	20,5%	Calheta (R. A. M.)	P	19,0%
28	Leiria	G	20,5%	Penamacor	P	19,0%
29	Pampilhosa da Serra	P	20,7%	Lagoa (R.A.A)	P	19,1%
30	Murtosa	P	20,9%	Oliveira do Bairro	M	19,2%
31	Ourém	M	21,1%	Lajes do Pico	P	19,3%
32	Santana	P	21,2%	Ílhavo	M	19,4%
33	Vila Real	M	21,2%	Esposende	M	19,6%
34	Bragança	M	21,4%	Santa Cruz da Graciosa	P	19,8%
35	Ferreira do Zêzere	P	21,4%	Leiria	G	19,9%

* Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços autárquicos.

R19 – Municípios que apresentam maior volume de despesas realizadas* com pessoal** em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	243.201.701	Lisboa	G	209.768.755
2	Porto	G	58.261.516	Porto	G	50.572.153
3	Sintra	G	45.431.763	Sintra	G	41.093.960
4	Loures	G	38.615.215	Loures	G	35.699.101
5	Seixal	G	35.920.368	Vila Nova de Gaia	G	31.354.573
6	Oeiras	G	34.393.248	Oeiras	G	30.822.274
7	Vila Nova de Gaia	G	34.229.576	Seixal	G	30.424.359
8	Cascais	G	33.916.731	Cascais	G	29.939.227
9	Matosinhos	G	31.207.174	Funchal	G	29.381.276
10	Funchal	G	30.124.550	Matosinhos	G	28.313.373
11	Loulé	M	29.353.359	Loulé	M	25.825.495
12	Coimbra	G	28.646.479	Coimbra	G	25.117.834
13	Amadora	G	28.008.606	Almada	G	25.052.633
14	Almada	G	27.994.628	Amadora	G	24.930.625
15	Setúbal	G	27.335.192	Setúbal	G	24.576.298
16	Braga	G	26.228.582	Gondomar	G	24.271.514
17	Gondomar	G	25.462.121	Braga	G	23.651.396
18	Guimarães	G	25.039.748	Guimarães	G	22.721.273
19	Albufeira	M	23.201.470	Odivelas	G	21.486.293
20	Odivelas	G	23.160.707	Albufeira	M	19.786.701
21	Maia	G	19.515.081	Maia	G	17.760.340
22	Évora	M	19.197.819	Vila do Conde	M	17.628.411
23	Vila Nova de Famalicão	G	18.801.702	Évora	M	17.378.057
24	Palmela	M	18.350.993	Palmela	M	16.644.843
25	Sesimbra	M	18.097.201	Vila Nova de Famalicão	G	16.298.644
26	Vila do Conde	M	17.548.158	Sesimbra	M	16.144.088
27	Viana do Castelo	M	17.201.649	Barreiro	M	15.845.460
28	Vila Franca de Xira	G	17.080.852	Viana do Castelo	M	15.516.855
29	Barreiro	M	16.428.829	Vila Franca de Xira	G	14.837.387
30	Portimão	M	16.044.052	Santarém	M	14.171.483
31	Santa Maria da Feira	G	15.488.460	Portimão	M	13.948.524
32	Faro	M	15.291.643	Mafra	M	13.739.639
33	Santarém	M	15.141.004	Paredes	M	13.367.785
34	Mafra	M	14.744.062	Moita	M	13.157.509
35	Paredes	M	14.420.592	Faro	M	12.843.846

* Despesas comprometidas.

** Não inclui as despesas com pessoal do setor empresarial autárquico ou de outras entidades similares da esfera financeira municipal.

R20 – Municípios que apresentam menor volume de despesas realizadas com pessoal em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Corvo	P	582.037	Corvo	P	522.925
2	São Roque do Pico	P	1.039.732	São Roque do Pico	P	939.937
3	Lajes das Flores	P	1.090.274	Belmonte	P	972.676
4	Santa Cruz das Flores	P	1.135.170	Santa Cruz das Flores	P	1.002.379
5	Santa Cruz da Graciosa	P	1.179.384	Lajes das Flores	P	1.047.125
6	Belmonte	P	1.188.808	Porto Moniz	P	1.066.741
7	Porto Moniz	P	1.200.593	Santa Cruz da Graciosa	P	1.076.028
8	São Vicente	P	1.406.339	São Vicente	P	1.184.472
9	Manteigas	P	1.410.712	Manteigas	P	1.220.929
10	Lajes do Pico	P	1.462.496	Lajes do Pico	P	1.296.556
11	Penedono	P	1.522.888	Santana	P	1.320.598
12	Porto Santo	P	1.557.530	Castanheira de Pêra	P	1.340.100
13	Santana	P	1.607.598	Velas	P	1.373.727
14	Ponta do Sol	P	1.643.387	Porto Santo	P	1.419.720
15	Velas	P	1.661.367	Penedono	P	1.424.391
16	Nordeste	P	1.676.590	Ponta do Sol	P	1.428.618
17	Castanheira de Pêra	P	1.697.589	Ribeira Brava	P	1.473.241
18	Arronches	P	1.704.135	Sernancelhe	P	1.507.066
19	Alvaiázere	P	1.705.140	Fronteira	P	1.515.450
20	Fronteira	P	1.712.475	Pedrógão Grande	P	1.523.966
21	Fornos de Algodres	P	1.720.458	Alvaiázere	P	1.530.827
22	Calheta (R. A. A.)	P	1.741.342	Murtosa	P	1.532.715
23	Ribeira Brava	P	1.752.555	Nordeste	P	1.536.995
24	Sernancelhe	P	1.760.530	Arronches	P	1.557.864
25	Vila do Porto	P	1.771.464	Fornos de Algodres	P	1.567.948
26	Murtosa	P	1.778.708	Calheta (R. A. A.)	P	1.576.243
27	São João da Pesqueira	P	1.807.604	São João da Pesqueira	P	1.608.048
28	Pedrógão Grande	P	1.819.962	Vila do Porto	P	1.617.416
29	Aguiar da Beira	P	1.865.724	Marvão	P	1.630.650
30	Madalena	P	1.900.758	Aguiar da Beira	P	1.662.625
31	Marvão	P	1.906.331	Batalha	P	1.675.603
32	Batalha	P	1.916.881	Madalena	P	1.775.954
33	Oleiros	P	1.974.590	Mesão Frio	P	1.789.283
34	Mesão Frio	P	1.984.168	Barrancos	P	1.846.755
35	Gavião	P	2.075.116	Sever do Vouga	P	1.850.302

Quadro 2.38 - Distribuição dos valores da Despesa realizada com Pessoal

Despesa com Pessoal	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 200 milhões de euros	1 (Lisboa com 243,2 M€)	1 (Lisboa com 209,8 M€)
Igual ou superior a 60 M€ e inferior ou igual a 200 M€	0	0
Igual ou superior a 55 M€ e inferior a 60 M€	1 (Porto com 58,3 M€)	0
Igual ou superior a 40 M€ e inferior a 55 M€	1 (Sintra com 45,4 M€)	2 (Porto com 50,6 M€ e Sintra com 41 M€)
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 40 M€	7	4
Igual ou superior a 20 M€ e inferior a 30 M€	10	12
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 20 M€	37	30
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	63	56
Superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	187	200
Inferior a 1 M€	1 (Corvo com 582 mil €)	3

2.3.4.2. Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

- No ponto 2.3.3 deste capítulo, constatou-se que a despesa com aquisição de bens e serviços correntes é a segunda despesa mais representativa em termos de assunção de encargos, realizando-se em valor superior ao montante de encargos com pessoal. Todavia, em 2011, dos 2,6 mil milhões de euros comprometidos pagaram-se, apenas, 1,7 mil milhões de euros, isto é 68,6%, ficando por pagar 31,4% da mesma. Em 2012 o comportamento foi semelhante: foi comprometido 2,6 milhões de euros de encargos, foi pago 1,8 milhões de euros (71,2%) e ficaram a dever 750 milhões de euros (28,8%).
- Constatou-se, ainda, que esta despesa cresceu 3,9% no ano de 2011 e baixou -0,2% no ano de 2012 (- 4 M€). Todavia, 119 municípios apresentaram em 2011, decréscimo nesta despesa e 153 em 2012, relevando-se desses, os seguintes municípios de grande dimensão: em 2011, Almada, Coimbra, Funchal, Lisboa, Maia, Odivelas, Seixal, Vila Franca de Xira e Vila Nova de Gaia, e em 2012, Amadora, Barcelos, Coimbra, Gondomar, Guimarães, Leiria, Lisboa, Loures, Maia, Matosinhos, Oeiras, Porto, Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia.
- Apresentam-se, de seguida, os *Rankings* (R21 e R 22) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa em aquisição de bens e serviços correntes, em 2011 e 2012.

- Do *ranking* R21 distingue-se o município de Lisboa com um valor de despesa superior ao dobro da despesa do município que logo lhe sucede nas listagens ordenadas tanto em 2011 como em 2012.
- Ficaram fora do *ranking* R21, em 2011, três municípios de grande dimensão, cujo compromisso de despesa em aquisição de bens e serviços é inferior ao último da lista apresentada. Esses municípios foram: Maia, Braga e Seixal. Em 2012 estiveram nessa situação Maia, Braga, Barcelos e Seixal.
- Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o quadro 2.39 resumo de enquadramento de valores de despesa com aquisição de bens e serviços.
- Excluindo Lisboa, que à semelhança das situações anteriores tem despesas incomparáveis com os restantes municípios, em 2011, 3 municípios apresentaram valores de despesa com aquisição de bens e serviços que ultrapassaram os 50 M€, sendo que 239 municípios apresentaram despesa inferior a 10 M€. Em 2012, foram 237 os municípios que apresentam despesa em aquisição de serviços, inferior a 10M€.

R21 – Municípios que apresentam maior volume de despesa realizada* em aquisição de bens e serviços em 2011 e 2012**

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	134.801.488	Lisboa	G	111.757.298
2	Cascais	G	63.007.658	Cascais	G	68.531.172
3	Vila Nova de Gaia	G	55.101.397	Albufeira	M	57.441.814
4	Loures	G	53.951.539	Vila Nova de Gaia	G	55.010.238
5	Porto	G	47.642.838	Loures	G	48.556.965
6	Matosinhos	G	46.890.139	Porto	G	46.769.753
7	Oeiras	G	46.530.840	Sintra	G	44.551.431
8	Albufeira	M	43.029.628	Oeiras	G	42.989.369
9	Loulé	M	42.903.016	Loulé	M	41.777.114
10	Sintra	G	40.998.688	Portimão	M	41.317.095
11	Amadora	G	37.070.864	Matosinhos	G	40.912.658
12	Portimão	M	36.416.936	Setúbal	G	39.022.149
13	Setúbal	G	31.270.968	Évora	M	38.887.807
14	Coimbra	G	28.375.002	Amadora	G	35.159.327
15	Santa Maria da Feira	G	27.359.175	Odivelas	G	27.840.706
16	Odivelas	G	27.026.526	Lagos	M	27.184.235
17	Vila Nova de Famalicão	G	24.036.336	Coimbra	G	26.986.090
18	Vila do Conde	M	23.923.853	Santa Maria da Feira	G	26.444.607
19	Guimarães	G	23.548.518	Vila do Conde	M	24.574.675
20	Leiria	G	23.540.161	Funchal	G	24.529.138
21	Alcobaça	M	23.031.413	Vila Nova de Famalicão	G	24.368.271
22	Mafra	M	22.097.543	Mafra	M	22.376.982
23	Lagos	M	22.092.057	Guimarães	G	21.321.694
24	Faro	M	20.759.987	Almada	G	21.298.922
25	Gondomar	G	20.667.482	Valongo	M	20.854.793
26	Almada	G	20.454.096	Leiria	G	20.533.889
27	Valongo	M	20.223.531	Paredes	M	20.093.186
28	Aveiro	M	19.986.838	Vila Franca de Xira	G	20.033.573
29	Funchal	G	19.054.429	Gondomar	G	20.010.183
30	Figueira da Foz	M	19.003.977	Alcobaça	M	19.890.191
31	Santarém	M	18.454.607	Palmela	M	19.492.859
32	Palmela	M	18.243.845	Santarém	M	19.421.894
33	Póvoa de Varzim	M	18.054.433	Sesimbra	M	18.719.309
34	Vila Franca de Xira	G	17.492.138	Barreiro	M	17.817.658
35	Barcelos	G	17.448.876	Trofa	M	17.729.800

* Despesa comprometida para o exercício

** Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica da autarquia

R22 - Municípios que apresentam menor volume de despesa realizada em aquisição de bens e serviços em 2011 e 2012

Unidade: euros

Município		Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Corvo	P	254.284	Corvo	P	253.451
2	Santa Cruz das Flores	P	537.141	Santa Cruz das Flores	P	519.030
3	São Roque do Pico	P	727.076	Barrancos	P	591.807
4	Santa Cruz da Graciosa	P	735.955	São Roque do Pico	P	760.135
5	Calheta (R. A. A.)	P	833.071	Calheta (R. A. A.)	P	778.131
6	Lajes do Pico	P	918.219	Santa Cruz da Graciosa	P	795.086
7	Lajes das Flores	P	923.996	Povoação	P	833.814
8	Madalena	P	1.012.522	Nordeste	P	865.813
9	Vila do Porto	P	1.017.146	Lajes das Flores	P	904.130
10	Barrancos	P	1.017.169	Alvito	P	992.894
11	Velas	P	1.060.088	Vila do Porto	P	994.961
12	Nordeste	P	1.077.227	Lajes do Pico	P	1.028.804
13	Alvito	P	1.094.138	Velas	P	1.143.896
14	Povoação	P	1.101.212	Madalena	P	1.178.645
15	Mesão Frio	P	1.134.723	Monforte	P	1.283.994
16	Arronches	P	1.178.009	Castelo de Vide	P	1.301.512
17	Castelo de Vide	P	1.203.768	Manteigas	P	1.389.942
18	Vidigueira	P	1.221.611	Marvão	P	1.401.578
19	Vila de Rei	P	1.378.471	Vila da Praia da Vitória	M	1.402.721
20	Marvão	P	1.419.830	Vila de Rei	P	1.432.318
21	Mora	P	1.489.744	Mesão Frio	P	1.440.008
22	Fronteira	P	1.493.426	Mora	P	1.458.877
23	Monforte	P	1.554.519	Arronches	P	1.459.333
24	Constância	P	1.561.084	São Vicente	P	1.496.431
25	Penedono	P	1.585.395	Cuba	P	1.501.794
26	Vila da Praia da Vitória	M	1.596.122	Fronteira	P	1.614.485
27	Penalva do Castelo	P	1.608.893	Vidigueira	P	1.630.465
28	Sardoal	P	1.610.762	Mortágua	P	1.644.742
29	Gouveia	P	1.627.768	Vila Velha de Ródão	P	1.653.175
30	Mortágua	P	1.643.224	Constância	P	1.661.293
31	Murtosa	P	1.702.891	Santana	P	1.674.523
32	Vila Velha de Ródão	P	1.734.374	Sousel	P	1.705.476
33	Vimioso	P	1.763.411	Penalva do Castelo	P	1.735.177
34	Mondim de Basto	P	1.765.426	Cabeceiras de Basto	P	1.765.576
35	Pedrógão Grande	P	1.771.638	Gouveia	P	1.775.151

Quadro 2.39 – Distribuição dos valores da Despesa realizada com Aquisição de Bens e Serviços

Despesa com Aquisição de Bens e Serviços	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 100 milhões de euros	1 (Lisboa com 134,8 M€)	1 (Lisboa com 111,8 M€)
Igual ou superior a 60 M€ e inferior ou igual a 100 M€	1 (Cascais com 63 M€)	1 (Cascais com 68,5 M€)
Igual ou superior a 50 M€ e inferior a 60 M€	2 (Loures e V. N. Gaia)	2 (Albufeira e V. N. Gaia)
Igual ou superior a 40 M€ e inferior a 50 M€	6	7
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 40 M€	3	3
Igual ou superior a 20 M€ e inferior a 30 M€	14	15
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 20 M€	42	42
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	76	74
Superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	156	152
Inferior a 1 M€	7	11

2.3.4.3. Despesas com Transferências e Subsídios

- Em 2011, dos 308 municípios, apenas 46 pagaram a totalidade das transferências correntes comprometidas, 79 as transferências de capital registadas em compromissos para o exercício e 114 os subsídios comprometidos. Em 2012, a situação foi a seguinte: 35 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes e 82 as de capital, sendo que apenas 105 pagaram o global dos subsídios compromissados.
- Os valores comprometidos em transferências correntes, em 2011, foram de 570 milhões de euros representando uma diminuição de 2,2% dos valores realizados no ano anterior. Destes apenas se pagaram 478 milhões de euros. Em 2012 os valores envolvidos foram, respetivamente 548 milhões de euros de transferências assumidas (-22,2 M€, -3,9%) e 468 milhões de euros de transferências pagas, traduzindo uma diminuição de pagamentos de 2,1 %.
- Os valores comprometidos em transferências de capital têm sido inferiores aos montantes homólogos na despesa corrente. Em 2011, o valor compromissado foi de 465 milhões de euros repre-

sentando uma diminuição de 6,7 % em relação ao valor do ano anterior. E daquele, apenas foram pagos 335 milhões de euros (74,2%). Em 2012 os valores envolvidos foram, respetivamente, 390 milhões de euros de transferências compromissadas, traduzindo uma diminuição de despesa de 16% (-74,1 M€) e 285 milhões de euros de transferências pagas (72,9%).

- Relativamente aos subsídios (transferências correntes para as empresas municipais), constatou-se que, em 2011, 150 municípios não apresentaram valores nesta rubrica e 89 aumentaram o montante comprometido. Nesse ano, foi assumido com as empresas municipais, o compromisso de 239 milhões de euros e pago 163 milhões de euros (68,5% da despesa realizada). Em 2012 o valor compromissado foi de 223 milhões de euros (-15,6 M€ e - 6,5%) e o pago de 149 milhões de euros (-14,2M€ e - 8,7%), representando 66,8% da despesa efetuada. Foi 137, o número de municípios que não apresentaram despesa nesta rubrica, em 2012, e de 79, o número de municípios que apresentaram aumento de valor.

R23- Municípios que apresentam maior volume de transferências correntes e de capital em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	67.373.938	Lisboa	G	83.389.607
2	Porto	G	44.202.054	Cascais	G	34.837.715
3	Sintra	G	39.337.138	Porto	G	29.835.767
4	Cascais	G	38.078.176	Sintra	G	28.225.047
5	Vila Nova de Gaia	G	24.896.082	Braga	G	21.135.414
6	Braga	G	22.539.249	Vila Nova de Gaia	G	20.701.025
7	Loures	G	18.690.216	Loures	G	16.855.704
8	Matosinhos	G	16.201.269	Portimão	M	15.920.784
9	Amadora	G	14.633.217	Matosinhos	G	14.681.094
10	Portimão	M	14.450.420	Viseu	M	14.284.712
11	Torres Vedras	M	14.197.463	Trofa	M	12.043.636
12	Barcelos	G	13.897.913	Torres Vedras	M	12.017.362
13	Viseu	M	13.678.495	Barcelos	G	11.869.816
14	Guimarães	G	13.295.291	Vila Franca de Xira	G	10.792.849
15	Coimbra	G	13.059.919	Amadora	G	10.756.110
16	Trofa	M	12.817.317	Vila Nova de Famalicão	G	10.672.828
17	Faro	M	12.516.064	Coimbra	G	10.502.064
18	Vila Real de Santo António	P	11.829.107	Guimarães	G	10.287.281
19	Aveiro	M	11.707.259	Santarém	M	10.228.053
20	Santarém	M	11.622.222	Loulé	M	9.758.011
21	Loulé	M	10.853.397	Oeiras	G	9.374.109
22	Oeiras	G	10.849.809	Viana do Castelo	M	9.268.975
23	Leiria	G	10.809.217	Odivelas	G	8.903.234
24	Vila Nova de Famalicão	G	10.269.617	Santa Maria da Feira	G	8.417.744
25	Odivelas	G	9.713.025	Santo Tirso	M	8.090.862
26	Vila Franca de Xira	G	9.266.410	Almada	G	7.955.604
27	Santa Maria da Feira	G	8.674.867	Fafe	M	7.797.925
28	Viana do Castelo	M	8.673.163	Castelo Branco	M	7.504.158
29	Santo Tirso	M	7.609.299	Ponte de Lima	M	7.449.289
30	Fafe	M	7.546.921	Leiria	G	7.337.505
31	Cartaxo	M	7.440.729	Cartaxo	M	7.293.495
32	Oliveira de Azeméis	M	7.378.273	Odemira	M	6.783.532
33	Mirandela	M	7.233.153	Faro	M	6.523.130
34	Setúbal	G	7.224.266	Guarda	M	6.418.805
35	Almada	G	6.905.958	Setúbal	G	6.385.514

R24 - Municípios que apresentam menor volume de transferências correntes e de capital em 2011 e 2012

Unidade: euros

Município		Dimensão	2011	Município		Dimensão	2012
1	Corvo	P	21.880	Corvo	P	21.199	
2	Calheta (R. A. A.)	P	90.905	Santana	P	32.474	
3	Fornos de Algodres	P	110.837	Fornos de Algodres	P	52.220	
4	Lajes das Flores	P	118.064	Calheta (R. A. A.)	P	58.195	
5	Fronteira	P	158.445	Porto Santo	P	133.411	
6	Castelo de Vide	P	184.160	Lajes das Flores	P	136.832	
7	Castanheira de Pêra	P	199.061	Castelo de Vide	P	170.696	
8	Marvão	P	219.227	Fronteira	P	179.440	
9	Mora	P	231.679	Alpiarça	P	194.686	
10	Mesão Frio	P	235.548	Sardoal	P	202.641	
11	Sardoal	P	238.790	Castanheira de Pêra	P	229.427	
12	Santana	P	241.508	Mora	P	274.560	
13	Monforte	P	271.336	Mesão Frio	P	281.966	
14	Redondo	P	295.890	Pedrógão Grande	P	305.436	
15	Porto Santo	P	298.437	Vila Nova de Poiares	P	307.600	
16	Mondim de Basto	P	333.749	Santa Cruz das Flores	P	308.342	
17	Vila Nova da Barquinha	P	334.412	Alvito	P	316.493	
18	Nordeste	P	344.478	Nordeste	P	323.639	
19	Vila de Rei	P	353.451	Oliveira de Frades	P	333.912	
20	Santa Cruz das Flores	P	358.257	Vila de Rei	P	353.944	
21	Alpiarça	P	384.558	Nazaré	P	357.804	
22	Alvito	P	390.630	Marvão	P	365.781	
23	Pedrógão Grande	P	397.915	Redondo	P	368.484	
24	Constância	P	410.517	Arruda dos Vinhos	P	369.841	
25	Nazaré	P	425.614	Santa Comba Dão	P	372.024	
26	Entroncamento	M	447.319	Celorico da Beira	P	379.959	
27	Celorico da Beira	P	452.457	Monforte	P	386.670	
28	Alvaiázere	P	459.596	Miranda do Corvo	P	394.974	
29	Arruda dos Vinhos	P	460.636	Golegã	P	416.485	
30	Gouveia	P	463.274	Ferreira do Zêzere	P	424.978	
31	Vila Viçosa	P	470.401	Santa Cruz	M	426.619	
32	Gavião	P	477.578	Machico	M	428.410	
33	Vila Nova de Poiares	P	482.409	Melgaço	P	434.835	
34	Mourão	P	485.247	Constância	P	437.549	
35	Sousel	P	496.701	Mondim de Basto	P	439.247	

Quadro 2.40 – Distribuição dos valores da despesa com transferências correntes e de capital

Despesa com transferências correntes e de capital	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 50 milhões de euros	1 (Lisboa com 63,4 M€)	1 (Lisboa com 83,4 M€)
Igual os superior a 40 M€ e inferior ou igual a 50 M€	1 (Porto com 44,2 M€)	0
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 40 M€	2 (Cascais e Sintra)	1 (Cascais com 34,8 M€)
Igual ou superior a 20 M€ e inferior a 30 M€	2 (Braga e V.N. Gaia)	4
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 20 M€	18	13
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	27	26
Superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	144	144
Inferior a 1 M€	113	119

- Apresentam-se, de seguida, os *rankings* (R23 e R24) dos 35 municípios com maior e menor volume de transferências correntes e de capital, em 2011 e 2012.

- Em relação a estas despesas, a discrepância entre Lisboa e os restantes municípios não é tão grande como em despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Lisboa e Porto são os municípios que maiores transferências fizeram para terceiros em 2011 e 2012, apresentando uma diferença de valores em cada um dos dois anos de, respetivamente, 23,2 milhões de euros e 48,5 M€.

- Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o quadro 2.40 resumo de enquadramento de valores de despesa com transferências correntes e de capital.

Apresenta -se, de seguida, o *ranking* R25 dos 35 municípios com maior volume de subsídios comprometidos com as empresas municipais em 2011 e 2012.

Da análise das contas, verifica-se que 126 municípios em 2011, e 137 em 2012, não apresentaram despesa nesta rubrica. Assim, entende-se que não é pertinente apresentar um *ranking* com os municípios que apresentam menor volume de despesa em subsídios.

- No *ranking* R25, com a listagem dos 35 municípios com maior despesa por económica, pela primeira vez não aparece o município

de Lisboa a encabeçar a mesma. É o município de Portimão que lidera os montantes comprometidos com as empresas municipais para despesas de funcionamento das mesmas. Lisboa apresenta-se em quinta posição, depois de Portimão, Sintra, Figueira da Foz e Porto. Todavia, observando-se os pagamentos efetuados pelos mesmos municípios, constata-se que Portimão pagou muito menos que o compromissado, nos dois anos, e que, tanto em 2011 como em 2012, o município que maior valor pagou de subsídios foi o município de Sintra.

- O quadro resumo 2.41 mostra o número de municípios distribuído por intervalos de valores de despesa com subsídios atribuídos às empresas municipais, sendo que o número total de municípios, com despesa considerada foi de apenas 179 em 2011 e de 170 em 2012.

R25- Municípios que apresentam maior volume de subsídios compromissados, em 2011 e 2012 e respetivos pagamentos

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011		Município	Dimensão	2012	
			Comprometido	Pago			Comprometido	Pago
1	Portimão	M	51.544.804	5.169.343	Portimão	M	57.320.127	4.743.657
2	Sintra	G	25.048.296	22.241.269	Sintra	G	22.788.909	22.788.909
3	Figueira da Foz	M	13.575.234	13.575.234	Lisboa	G	11.624.686	11.513.612
4	Porto	G	13.118.950	12.274.983	Trofa	M	7.776.567	1.235.481
5	Lisboa	G	12.131.678	12.108.928	Vila Nova de Gaia	G	7.596.070	6.945.000
6	Vila Nova de Gaia	G	10.329.075	10.073.005	Porto	G	7.126.307	7.126.307
7	Trofa	M	7.688.776	645.560	Guimarães	G	6.714.228	5.580.531
8	Coimbra	G	5.912.304	5.477.908	Coimbra	G	6.013.571	5.763.846
9	Guimarães	G	5.755.234	4.809.320	Lagos	M	5.477.184	3.698.381
10	Leiria	G	4.555.673	3.042.746	Olhão	M	4.649.356	1.748.200
11	Barcelos	G	4.522.671	3.520.415	Barcelos	G	4.201.119	3.667.369
12	Lagos	M	3.863.651	2.737.170	Matosinhos	G	3.864.303	3.864.303
13	Matosinhos	G	3.511.866	3.511.866	Leiria	G	3.449.064	3.419.996
14	Ponta Delgada	M	3.505.548	3.500.548	Vila Real	M	3.075.828	2.965.161
15	Santarém	M	3.157.644	1.359.093	Santo Tirso	M	3.070.000	3.070.000
16	Santo Tirso	M	3.066.000	3.066.000	Ponta Delgada	M	2.908.493	2.896.953
17	Olhão	M	2.841.901	362.826	Figueira da Foz	M	2.732.727	2.384.488
18	Covilhã	M	2.633.172	507.685	Covilhã	M	2.509.864	1.254.190
19	Maia	G	2.305.636	2.266.202	Braga	G	2.323.035	2.323.035
20	Vila Verde	M	2.270.277	700.380	Santarém	M	2.150.254	1.301.151
21	Aveiro	M	2.201.940	1.536.383	Maia	G	2.135.273	2.135.273
22	Santa Maria da Feira	G	2.014.083	2.014.083	Angra do Heroísmo	M	2.118.753	2.118.753
23	Torres Novas	M	1.758.325	964.371	Tavira	M	1.981.921	1.727.931
24	Tavira	M	1.652.258	839.311	Santa Maria da Feira	G	1.812.000	1.812.000
25	Sabugal	P	1.640.981	1.508.433	Sabugal	P	1.780.819	1.592.575
26	Braga	G	1.640.807	1.640.807	Guarda	M	1.712.981	1.186.268
27	Guarda	M	1.607.351	881.799	Aveiro	M	1.627.057	1.282.000
28	Vila Real	M	1.563.225	1.479.142	Torres Novas	M	1.620.937	1.168.313
29	Gouveia	P	1.459.130	1.459.080	Nazaré	P	1.602.055	1.272.221
30	Alcácer do Sal	P	1.367.811	1.367.811	Vila Verde	M	1.562.670	559.200
31	Angra do Heroísmo	M	1.233.536	1.233.536	Esposende	M	1.520.014	1.520.014
32	Seia	M	1.208.185	1.178.600	Felgueiras	M	1.485.594	1.127.488
33	Nazaré	P	1.182.952	946.397	Alcácer do Sal	P	1.391.793	1.391.793
34	Cabeceiras de Basto	P	1.160.898	1.160.898	Vila Pouca de Aguiar	P	1.303.838	1.287.727
35	Almada	G	1.116.113	1.116.113	Funchal	G	1.223.750	714.560

Quadro 2.41 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa paga com subsídios

Despesa paga com subsídios	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 20 milhões de euros	1 (Sintra com 22,2 M€)	1 (Sintra com 22,8 M€)
Igual os superior a 10 M€ e inferior ou igual a 20 M€	4	1
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	2	4
Igual ou superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	22	29
Igual ou superior a 0,5 M€ e Inferior a 1 M€	31	19
Inferior a 0,5 M€	119	116
Igual a zero	129	138

2.3.4.4. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Esta despesa será particularizada, apenas, na óptica dos pagamentos efetuados, pois os municípios não poderão encerrar o ano económico com dívidas desta natureza. Assim, considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga, conforme se verifica no quadro 2.37, resultará do facto de em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que neste caso será a despesa paga⁷⁶. Assim, da análise dos valores relativos aos pagamentos, pode-se concluir:

- Os valores pagos⁷⁷, em 2011, foram de 142 milhões de euros representando um acréscimo de encargos na ordem dos 35,2%, em relação aos pagamentos do ano anterior. Em 2012 os valores envolvidos foram de 148 milhões de euros traduzindo um aumento de despesa de 4,9%
- Anota-se que o montante dos juros e encargos financeiros pagos representou 23,1% das amortizações efetuadas em 2011, e 16,6% em 2012.
- 36 Municípios, em 2011, diminuiram a despesa com juros e outros encargos. Em 2012, esse número foi de 158 municípios.

Quadro 2.42 – Distribuição do número de municípios por intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros

Despesa com juros e outros encargos financeiros	Número de municípios	
	2011	2012
Igual ou superior a 10 milhões de euros	1 (Lisboa com 13,3 M€)	1 (Lisboa com 14,6 M€)
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	1 (Seia com 7,2 M€)	1 (V. N. Gaia com 5 M€)
Igual ou superior a 3 M€ e inferior a 5 M€	5	7
Igual ou superior a 1M€ e inferior a 3 M€	20	24
Igual ou superior a 0,5 M€ e Inferior a 1M€	44	37
Igual ou superior a 0,3M€ e Inferior a 0,5M€	48	46
Igual ou superior a 0,1 M€ e Inferior a 0,3M€	110	114
Inferior a 0,1 M€	78	77
Igual a zero	1 (Penedono)	1 (Penedono)

⁷⁶ Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de alterações de taxas de juros no sentido descendente em relação às previsões que libertaram valores compromissados e que não terão sido objeto de retificação, em sede de encerramento de contas.

⁷⁷ Consideram-se os valores pagos, pois os municípios não poderão encerrar o ano económico com dívidas nesta rubrica. O diferencial entre o comprometido e o pago dever-se-á, como se disse na nota anterior, à falta de regularização dos saldos das contas em sede de encerramento das contas.

R26 - Municípios que apresentam maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	13.273.868	Lisboa	G	14.621.842
2	Seia	M	7.233.078	Vila Nova de Gaia	G	5.010.170
3	Aveiro	M	4.390.666	Loures	G	4.726.512
4	Vila Nova de Gaia	G	4.007.829	Portimão	M	4.689.736
5	Sintra	G	3.790.258	Sintra	G	3.760.469
6	Porto	G	3.778.373	Porto	G	3.714.976
7	Portimão	M	3.594.039	Seia	M	3.506.350
8	Figueira da Foz	M	2.271.148	Figueira da Foz	M	3.356.177
9	Maia	G	1.751.285	Aveiro	M	3.086.101
10	Fundão	M	1.751.081	Vila Real de Santo António	P	1.953.422
11	Évora	M	1.670.912	Évora	M	1.898.239
12	Funchal	G	1.491.706	Vila Franca do Campo	P	1.744.350
13	Covilhã	M	1.440.476	Fundão	M	1.687.998
14	Coimbra	G	1.392.705	Ílhavo	M	1.512.403
15	Santarém	M	1.365.686	Faro	M	1.455.592
16	Loures	G	1.336.327	Cascais	G	1.449.103
17	Vila Real de Santo António	P	1.253.719	Coimbra	G	1.440.695
18	Braga	G	1.242.851	Santarém	M	1.418.080
19	Faro	M	1.241.180	Maia	G	1.415.641
20	Leiria	G	1.194.672	Guimarães	G	1.413.115
21	Fornos de Algodres	P	1.186.110	Paços de Ferreira	M	1.413.102
22	Cartaxo	M	1.172.967	Seixal	G	1.399.203
23	Guimarães	G	1.128.930	Braga	G	1.293.833
24	Castelo de Paiva	P	1.059.555	Vila Nova de Poiares	P	1.288.021
25	Santa Cruz	M	1.030.434	Odivelas	G	1.205.041
26	Paços de Ferreira	M	1.020.256	Matosinhos	G	1.193.116
27	Montemor-o-Velho	M	1.013.267	Covilhã	M	1.169.000
28	Matosinhos	G	997.561	Fornos de Algodres	P	1.125.202
29	Cascais	G	992.065	Santa Maria da Feira	G	1.111.348
30	Loulé	M	969.565	Guarda	M	1.076.991
31	Ribeira Brava	P	966.292	Funchal	G	1.060.296
32	Lagos	M	914.335	Loulé	M	1.039.919
33	Guarda	M	909.206	Montemor-o-Velho	M	1.037.017
34	Setúbal	G	898.462	Gondomar	G	998.927
35	Oliveira de Azeméis	M	893.831	Torres Vedras	M	958.465

R27 - Municípios que apresentam menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Penedono	P	0	Penedono	P	0
2	Redondo	P	11.280	Pampilhosa da Serra	P	13.366
3	Ponte de Sor	P	12.739	Redondo	P	14.178
4	Cinfães	M	15.262	Murtosa	P	14.862
5	Castelo de Vide	P	17.182	Castelo de Vide	P	15.596
6	Viana do Alentejo	P	17.441	Vila do Porto	P	16.987
7	Pampilhosa da Serra	P	17.921	Porto Santo	P	17.461
8	Porto Santo	P	19.548	Corvo	P	18.626
9	Alvito	P	20.139	Ponte de Lima	M	19.583
10	Vila do Porto	P	20.160	Alvito	P	20.657
11	Ponte de Lima	M	20.932	Lajes das Flores	P	22.186
12	Marvão	P	21.435	Elvas	M	22.441
13	Santa Cruz das Flores	P	21.552	Santa Cruz das Flores	P	22.607
14	Corvo	P	21.683	Marvão	P	22.716
15	Vila Velha de Ródão	P	22.307	Alcoutim	P	23.001
16	Murtosa	P	24.109	Vila Velha de Ródão	P	24.097
17	Elvas	M	25.172	Golegã	P	26.678
18	São Roque do Pico	P	26.268	Penacova	P	28.350
19	Alcoutim	P	26.310	Viana do Alentejo	P	29.895
20	Alter do Chão	P	29.651	Arronches	P	30.351
21	Lajes das Flores	P	31.404	São Roque do Pico	P	31.328
22	Arronches	P	32.658	Alter do Chão	P	31.624
23	Batalha	P	33.394	Sátão	P	33.574
24	Gavião	P	42.010	Cinfães	P	33.981
25	Sátão	P	44.428	Gavião	P	36.554
26	Castro Verde	P	46.407	Belmonte	P	37.590
27	Mação	P	47.578	Mealhada	M	45.871
28	Barrancos	P	49.006	Alcácer do Sal	P	47.888
29	Portel	P	49.300	Portel	P	48.919
30	Oleiros	P	51.228	Batalha	P	49.264
31	Vila Flor	P	54.295	Fronteira	P	49.787
32	Sernancelhe	P	54.607	Sernancelhe	P	49.868
33	Góis	P	54.938	São Brás de Alportel	P	50.954
34	Fronteira	P	55.291	Velas	P	51.054
35	São Brás de Alportel	P	55.928	Vila Flor	P	51.350

Apresentam-se, de seguida, os *Rankings* (R26 e R 27) com os 35 municípios com maior e menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos, em 2011 e 2012.

- No *ranking* R27 relativo aos municípios que menos juros e outros encargos financeiros pagaram, apresenta-se um único município, Penedono, sem despesa nesta rubrica.
- Apresenta-se o quadro resumo 2.42 de enquadramento do número de municípios em intervalos de valores de despesa com juros e outros encargos financeiros.

2.3.4.5. Despesas com Investimentos⁷⁸ e transferência de Capital

- Em 2011 as despesas de investimento totalizaram 3,2 mil milhões de euros, tendo sido pago, apenas, 1,6 mil milhões de euros (52,2% da despesa realizada). Apresentaram uma diminuição de compromissos na ordem dos 7,1% (- 246 milhões de euros). Anota-se, contudo, que em 2011, 129 municípios aumentaram a sua despesa na rubrica de aquisições de bens de capital.
- Em 2012 esta despesa totalizou 2,6 mil milhões de euros, dos quais foram pagos 1,5 mil milhões de euros (58,7%), representando uma diminuição de encargos na ordem dos 18% (-573,7 milhões de euros) e uma diminuição do volume de pagamentos de -134,6 mi-

lhões de euros (-8,1%). Em 2012, 68 municípios aumentaram a despesa compromissada, nesta rubrica.

Apresentam-se, de seguida, os *Rankings* (R28 e R29) dos 35 municípios com maior e menor volume de investimento realizado em 2011 e 2012.

- Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o quadro resumo 2.43 de enquadramento do número de municípios, em intervalos de valores de despesa com aquisição de bens de capital (investimentos).
- Em 2011, 67% dos municípios (206) apresentaram valores de investimento da responsabilidade dos serviços autárquicos, inferiores a 10 M€. Em 2012, foram 221 (72%) o número dos municípios com investimento abaixo deste valor.
- Dada a profusão de empresas municipais que executam, por delegação de competências, investimentos em substituição dos municípios, e ainda, o facto de existirem juntas de freguesia às quais foi também delegada competências para executar investimentos da responsabilidade do município, entende-se apresentar dois *rankings* homólogos aos dois anteriores, nos quais se adicionam às despesas de investimento da autarquia, as transferências de capital por estas efectuadas, sendo que haverá montantes transferidos que poderão não ser aplicados em investimentos. Face ao baixo peso das transferências de capital (pagas) em relação à despesa total realizada pela

⁷⁸ Referem-se a todas as despesas classificadas em “aquisição de bens de capital”. Os valores apresentados não incluem os investimentos realizados pelo sector empresarial local, mas apenas os que foram levados a efeito pelos serviços das câmaras municipais.

Quadro 2.43 – Distribuição dos valores da despesa com investimentos (aquisição de bens e serviços)

Despesa com Investimento	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 50 milhões de euros	6	3
Igual os superior a 40 M€ e inferior ou igual a 50 M€	2	1
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 40 M€	7	8
Igual ou superior a 20 M€ e inferior a 30 M€	20	11
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 20 M€	64	53
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	104	93
Superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	102	128
Superior a 0,5 M€ e Inferior a 1 M€	1	9
Inferior a 0,5 M€	2	2

R28 – Municípios que apresentam maior volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2011 e 2012*

Unidade: euros

Município		Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Paredes	M	75.866.070	Lisboa	G	90.586.646
2	Lisboa	G	70.274.902	Paredes	M	68.967.310
3	Loulé	M	64.360.812	Vila Nova de Gaia	G	59.272.917
4	Vila Nova de Gaia	G	61.307.467	Loulé	M	41.385.918
5	Matosinhos	G	57.944.453	Guimarães	G	35.573.956
6	Guimarães	G	53.730.264	Santa Maria da Feira	G	35.091.368
7	Santa Maria da Feira	G	41.387.028	Setúbal	G	34.667.152
8	Oeiras	G	41.145.536	Portimão	M	34.125.497
9	Covilhã	M	38.724.221	Castelo Branco	M	33.121.890
10	Gondomar	G	38.204.564	Matosinhos	G	32.684.125
11	Funchal	G	36.601.565	Pombal	M	31.792.528
12	Portimão	M	36.138.970	Covilhã	M	30.706.398
13	Aveiro	M	34.705.751	Oeiras	G	28.689.614
14	Cascais	G	34.197.025	Penafiel	M	28.372.854
15	Setúbal	G	30.522.429	Funchal	G	27.688.871
16	Sintra	G	27.057.882	Cascais	G	26.636.466
17	Seia	M	26.554.480	Fundão	M	26.618.493
18	Coimbra	G	25.929.659	Braga	G	25.056.789
19	Pombal	M	25.657.852	Vila Nova de Famalicão	G	22.805.487
20	Santo Tirso	M	25.303.781	Chaves	M	21.936.378
21	Paços de Ferreira	M	24.919.414	Viana do Castelo	M	21.718.823
22	Tomar	M	23.843.597	Vila Franca de Xira	G	21.581.362
23	Felgueiras	M	23.576.530	Santo Tirso	M	21.537.213
24	Penafiel	M	23.490.182	Mafra	M	19.989.794
25	Mafra	M	23.360.633	Águeda	M	19.906.690
26	Castelo Branco	M	23.332.617	Nazaré	P	19.753.829
27	Fundão	M	22.249.764	Felgueiras	M	19.734.726
28	Montemor-o-Velho	M	21.551.382	Espinho	M	18.617.945
29	Chaves	M	21.436.563	Ovar	M	18.601.717
30	Vila Nova de Famalicão	G	21.331.490	Sesimbra	M	17.439.950
31	Torres Novas	M	21.120.705	Ponte de Lima	M	17.104.978
32	Póvoa de Varzim	M	20.746.138	Barcelos	G	17.066.043
33	Seixal	G	20.429.346	Montemor-o-Velho	M	17.037.443
34	Vila Franca de Xira	G	20.136.229	Lamego	M	17.005.250
35	Nazaré	P	20.120.817	Coimbra	G	16.889.943

* Não inclui o investimento realizado pelo sector empresarial local.

R29 – Municípios que apresentam menor volume de investimentos (aquisição de bens de capital) em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Mourão	P	306.435	Mourão	P	232.985
2	Barrancos	P	482.146	Barrancos	P	303.542
3	São Brás de Alportel	P	817.752	Fornos de Algodres	P	678.745
4	Calheta (R. A. A.)	P	1.116.152	Alpiarça	P	738.590
5	Sardoal	P	1.211.155	São Roque do Pico	P	754.810
6	Aljezur	P	1.415.320	Santa Cruz das Flores	P	777.570
7	Vila do Porto	P	1.437.175	Sardoal	P	880.238
8	Santa Cruz das Flores	P	1.484.081	Monforte	P	951.040
9	Castelo de Vide	P	1.712.717	Alvito	P	954.008
10	Portel	P	1.724.897	Sobral de Monte Agraço	P	992.953
11	Madalena	P	2.010.197	Calheta (R. A. A.)	P	992.966
12	Carregal do Sal	P	2.010.736	São Brás de Alportel	P	1.294.908
13	Campo Maior	P	2.073.885	Ponta do Sol	P	1.345.653
14	Fornos de Algodres	P	2.121.920	Vila do Porto	P	1.359.675
15	Mortágua	P	2.153.130	Madalena	P	1.364.986
16	Monforte	P	2.202.665	Arronches	P	1.378.099
17	Golegã	P	2.235.889	Povoação	P	1.393.880
18	Arronches	P	2.270.007	Velas	P	1.447.220
19	Velas	P	2.282.532	Azambuja	M	1.495.663
20	Lajes das Flores	P	2.302.221	Marvão	P	1.548.044
21	Sobral de Monte Agraço	P	2.323.238	Porto Moniz	P	1.554.576
22	Penedono	P	2.372.936	Porto Santo	P	1.581.145
23	Viana do Alentejo	P	2.394.963	Vila de Rei	P	1.591.671
24	Cuba	P	2.401.034	Campo Maior	P	1.619.993
25	Ferreira do Alentejo	P	2.503.441	Murça	P	1.622.639
26	Marco de Canaveses	M	2.511.888	Corvo	P	1.707.173
27	Alfândega da Fé	P	2.593.848	Silves	M	1.711.074
28	Alvito	P	2.653.344	Mortágua	P	1.724.905
29	Corvo	P	2.658.469	Figueira de Castelo Rodrigo	P	1.773.426
30	São Roque do Pico	P	2.697.230	Mora	P	1.843.550
31	Fronteira	P	2.698.068	Viana do Alentejo	P	1.898.415
32	Santa Cruz da Graciosa	P	2.705.006	Benavente	M	1.925.848
33	Mora	P	2.752.561	Santa Marta de Penaguião	P	1.955.290
34	Horta	P	2.763.495	Figueiró dos Vinhos	P	2.001.227
35	Arruda dos Vinhos	P	2.823.261	Pedrógão Grande	P	2.003.670

R28.A – Municípios que apresentam maior soma de valor de investimentos* com transferências de capital**, em 2011 e 2012

	Município	Dim.	2011			Município	Dim.	2012		
			Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Capital + Invest.			Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Capital + Invest.
1	Lisboa	G	12.457.693	70.274.902	82.732.595	Lisboa	G	9.282.381	90.586.646	99.869.027
2	Paredes	M	407.805	75.866.070	76.273.875	Paredes	M	422.627	68.967.310	69.389.937
3	Vila Nova de Gaia	G	11.425.637	61.307.467	72.733.105	Vila Nova de Gaia	G	7.663.738	59.272.917	66.936.655
4	Loulé	M	3.886.006	64.360.812	68.246.818	Loulé	M	3.586.136	41.385.918	44.972.054
5	Matosinhos	G	6.429.998	57.944.453	64.374.451	Matosinhos	G	6.704.281	32.684.125	39.388.406
6	Guimarães	G	2.971.088	53.730.264	56.701.352	Braga	G	14.049.151	25.056.789	39.105.940
7	Santa Maria da Feira	G	2.331.004	41.387.028	43.718.032	Guimarães	G	2.572.301	35.573.956	38.146.257
8	Oeiras	G	2.375.519	41.145.536	43.521.054	Santa Maria da Feira	G	2.012.160	35.091.368	37.103.528
9	Cascais	G	7.365.586	34.197.025	41.562.611	Castelo Branco	M	3.910.039	33.121.890	37.031.929
10	Covilhã	M	1.720.556	38.724.221	40.444.777	Setúbal	G	94.808	34.667.152	34.761.960
11	Porto	G	33.090.480	7.116.111	40.206.591	Portimão	M	402.442	34.125.497	34.527.939
12	Gondomar	G	1.057.248	38.204.564	39.261.811	Pombal	M	2.416.682	31.792.528	34.209.210
13	Funchal	G	80.716	36.601.565	36.682.281	Cascais	G	5.870.300	26.636.466	32.506.766
14	Aveiro	M	1.727.370	34.705.751	36.433.121	Covilhã	M	1.332.689	30.706.398	32.039.087
15	Portimão	M	42.281	36.138.970	36.181.251	Oeiras	G	1.798.744	28.689.614	30.488.357
16	Sintra	G	6.184.632	27.057.882	33.242.514	Penafiel	M	1.286.654	28.372.854	29.659.508
17	Braga	G	17.468.154	14.435.274	31.903.428	V.N. Famalicão	G	5.650.956	22.805.487	28.456.443
18	Setúbal	G	1.043.500	30.522.429	31.565.929	Fundão	M	1.757.477	26.618.493	28.375.971
19	Coimbra	G	4.014.695	25.929.659	29.944.353	Funchal	G	414.117	27.688.871	28.102.988
20	Seia	M	1.292.850	26.554.480	27.847.330	Viana do Castelo	M	4.776.778	21.718.823	26.495.601
21	Santo Tirso	M	2.538.318	25.303.781	27.842.099	Porto	G	19.345.796	6.397.422	25.743.218
22	Castelo Branco	M	4.362.623	23.332.617	27.695.239	Vila Franca de Xira	G	2.808.633	21.581.362	24.389.995
23	Pombal	M	1.983.161	25.657.852	27.641.012	Barcelos	G	7.218.057	17.066.043	24.284.100
24	Paços de Ferreira	M	1.832.206	24.919.414	26.751.620	Santo Tirso	M	2.402.140	21.537.213	23.939.353
25	V.N. Famalicão	G	4.684.831	21.331.490	26.016.321	Chaves	M	1.071.966	21.936.378	23.008.345
26	Seixal	G	5.036.606	20.429.346	25.465.952	Águeda	M	865.851	19.906.690	20.772.542
27	Penafiel	M	1.378.381	23.490.182	24.868.563	Coimbra	G	3.568.149	16.889.943	20.458.092
28	Fundão	M	2.340.211	22.249.764	24.589.975	Maфра	M	384.749	19.989.794	20.374.543
29	Tomar	M	690.168	23.843.597	24.533.765	Felgueiras	M	469.190	19.734.726	20.203.917
30	Felgueiras	M	592.594	23.576.530	24.169.123	Lamego	M	3.110.695	17.005.250	20.115.945
31	Viana do Castelo	M	5.003.141	18.747.213	23.750.355	Nazaré	P	3.020	19.753.829	19.756.849
32	Maфра	M	198.945	23.360.633	23.559.578	Ponte de Lima	M	2.126.201	17.104.978	19.231.179
33	Chaves	M	1.309.619	21.436.563	22.746.182	Ovar	M	616.853	18.601.717	19.218.570
34	Viseu	M	5.761.438	16.940.730	22.702.168	Espinho	M	549.605	18.617.945	19.167.550
35	Lamego	M	2.704.746	19.382.073	22.086.819	Sintra	G	7.652.830	11.450.592	19.103.422

* Montantes compromissados em Aquisição de bens de capital

** Montantes pagos em transferências de capital.

R29.A – Municípios que apresentam menor soma de valor de investimentos com transferências de capital, em 2011 e 2012

Município	Dim.	2011			Município	Dim.	2012		
		Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Capital + Invest.			Transf. Capital (pago)	Investimentos	Transf. Capital + Invest.
1 Mourão	P	0	306.435	306.435	Mourão	P	10.541	232.985	243.526
2 Barrancos	P	150.022	482.146	632.168	Barrancos	P	193.471	303.542	497.013
3 São Brás de Alportel	P	118.250	817.752	936.002	Fornos de Algodres	P	8.976	678.745	687.721
4 Calheta (R. A. A.)	P	0	1.116.152	1.116.152	Alpiarça	P	0	738.590	738.590
5 Sardoal	P	26.642	1.211.155	1.237.797	Sardoal	P	67.737	880.238	947.975
6 Aljezur	P	237.319	1.415.320	1.652.638	Monforte	P	24.762	951.040	975.802
7 Castelo de Vide	P	25.719	1.712.717	1.738.436	Alvito	P	24.481	954.008	978.489
8 Santa Cruz das Flores	P	315.290	1.484.081	1.799.372	Calheta (R. A. A.)	P	10.150	992.966	1.003.116
9 Vila do Porto	P	537.000	1.437.175	1.974.175	Santa Cruz das Flores	P	262.000	777.570	1.039.570
10 Portel	P	352.200	1.724.897	2.077.097	Sobral de Monte Agraço	P	173.048	992.953	1.166.001
11 Campo Maior	P	17.628	2.073.885	2.091.512	São Brás de Alportel	P	73.824	1.294.908	1.368.732
12 Fornos de Algodres	P	1.500	2.121.920	2.123.420	Ponta do Sol	P	121.500	1.345.653	1.467.153
13 Monforte	P	30.487	2.202.665	2.233.152	Arronches	P	98.148	1.378.099	1.476.247
14 Carregal do Sal	P	223.711	2.010.736	2.234.447	São Roque do Pico	P	759.028	754.810	1.513.838
15 Golegã	P	168.357	2.235.889	2.404.246	Porto Santo	P	10.000	1.581.145	1.591.145
16 Lajes das Flores	P	106.793	2.302.221	2.409.014	Vila de Rei	P	14.800	1.591.671	1.606.471
17 Madalena	P	478.930	2.010.197	2.489.127	Campo Maior	P	5.000	1.619.993	1.624.993
18 Sobral de Monte Agraço	P	172.920	2.323.238	2.496.158	Marvão	P	86.218	1.548.044	1.634.262
19 Arronches	P	227.017	2.270.007	2.497.024	Madalena	P	270.344	1.364.986	1.635.330
20 Cuba	P	108.941	2.401.034	2.509.975	Silves	M	8.990	1.711.074	1.720.064
21 Viana do Alentejo	P	154.052	2.394.963	2.549.014	Corvo	P	18.499	1.707.173	1.725.672
22 Mortágua	P	425.756	2.153.130	2.578.886	Murça	P	155.883	1.622.639	1.778.522
23 Corvo	P	18.370	2.658.469	2.676.839	Porto Moniz	P	225.819	1.554.576	1.780.395
24 Fronteira	P	15.000	2.698.068	2.713.068	Mora	P	16.049	1.843.550	1.859.599
25 Alvito	P	78.282	2.653.344	2.731.626	Vila do Porto	P	524.161	1.359.675	1.883.836
26 Mora	P	8.842	2.752.561	2.761.403	Povoação	P	489.979	1.393.880	1.883.859
27 Ferreira do Alentejo	P	271.177	2.503.441	2.774.618	Pedrógão Grande	P	62.393	2.003.670	2.066.063
28 Santa Cruz da Graciosa	P	80.000	2.705.006	2.785.006	Fronteira	P	75.112	2.023.606	2.098.719
29 Penedono	P	478.949	2.372.936	2.851.885	Velas	P	680.442	1.447.220	2.127.662
30 Alfândega da Fé	P	266.303	2.593.848	2.860.151	Castelo de Vide	P	8.330	2.122.584	2.130.915
31 Velas	P	580.217	2.282.532	2.862.749	Redondo	P	1.365	2.134.533	2.135.898
32 Vila Viçosa	P	19.101	2.924.329	2.943.430	Santa Marta de Penaguião	P	188.750	1.955.290	2.144.040
33 Marco de Canaveses	M	488.279	2.511.888	3.000.168	Belmonte	P	85.359	2.124.455	2.209.814
34 Constância	P	35.975	2.966.367	3.002.343	Vouzela	P	178.138	2.092.588	2.270.726
35 Arruda dos Vinhos	P	186.591	2.823.261	3.009.852	Sabrosa	P	205.713	2.065.452	2.271.165

autarquia, entendeu-se, por bem, desprezar para esta análise, eventual valor de transferências que não foi aplicado em formação bruta de capital, ou o que o sendo, não foi aplicado em bens públicos, mas sim em benefício de interesses privados que obtiveram, contudo apoio (subsídio) para iniciativas da sua estrita responsabilidade, mas consideradas de interesse público.

- Reitera-se que com este cômputo não se está a concluir sobre o investimento total do município, pois há muitas empresas do sector empresarial local, nomeadamente as empresas de água e saneamento, que realizam investimentos prescindindo das transferências do município, ou porque têm capacidade de auto financiamento (muito provavelmente, a totalidade das empresas de água e saneamento) ou porque se candidataram directamente a fundos comunitários. Por isso será redutor induzir que com o alargamento do valor da aquisição de bens de capital às transferências de capital se abrange o leque total de investimentos municipais.

2.3.4.6. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

À semelhança da análise efetuada para a despesa com juros e encargos financeiros, esta despesa será particularizada, apenas, na óptica dos pagamentos efetuados, pois, também em relação a estes encargos, os municípios não poderão encerrar o ano económico com dívidas desta natureza. Também, em relação a esta rubrica orçamental, se considera que o excesso de compromissos sobre a despesa paga, conforme se verifica no quadro 2.37, resultará do facto de em sede de prestação de contas, raros municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que neste caso será a despesa paga. Assim, pela apreciação das contas, pode-se concluir:

- Em 2011, o sector autárquico amortizou⁷⁹ 615 milhões de euros, mais 6,6% (+38 M€) que no ano anterior. E em 2012 amortizou 890 milhões de euros, mais 44,8% (+ 275,3M€).
- Tratando-se de uma despesa que embora tenha um peso relativamente pequeno na despesa autárquica, 8% em 2011 e 11,7% em 2012, reveste um enorme significado, pois o volume de amortiza-

ções efetuadas, anualmente, será determinante para a definição anual da capacidade de financiamento bancário de médio e longo prazo, do sector autárquico.

- Em 2011, 146 municípios apresentaram aumento de passivos financeiros (amortização de empréstimos). Fazem parte deste grupo, os seguintes municípios de grande dimensão: Almada, Cascais, Coimbra, Guimarães, Leiria, Lisboa, Maia, Porto, Sintra, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia. Apresentaram diminuição no volume de amortizações, os seguintes municípios de grande dimensão: Amadora, Barcelos, Braga, Funchal, Gondomar, Loures, Matosinhos, Odivelas, Oeiras, Santa Maria da Feira, Seixal e Setúbal.

Em 2012, apresentaram aumento de passivos financeiros (amortização de empréstimos), 165 municípios, dos quais fazem parte os seguintes municípios de grande dimensão: Amadora, Coimbra, Funchal, Leiria, Lisboa, Loures, Maia, Matosinhos, Seixal, Setúbal e Sintra. Apresentaram diminuição no volume de amortizações, os seguintes municípios de grande dimensão: Almada, Barcelos, Braga, Cascais, Gondomar, Guimarães, Odivelas, Oeiras, Porto, Santa Maria da Feira, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão e Vila Nova de Gaia.

Nos *rankings*: R30 e R31 apresentam-se os 35 municípios com maior e menor volume de amortizações de empréstimos bancários, efetuadas em 2011 e 2012.

Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o quadro resumo 2.44 de enquadramento do número de municípios, em intervalos de valores de amortizações de empréstimos bancários.

- Atento ao volume de receita e de despesa do município de Lisboa, muito superior ao de qualquer outro município, o montante de amortização de empréstimos bancário distingue-se notavelmente, das amortizações dos restantes municípios. Excluindo Lisboa, o município que mais amortizou, em 2011, foi o de Vila Nova de Gaia (ver R30), abatendo à dívida, em 2011, 23,8 M€ e em 2012, foi o município de Sintra com 38,9M€. Neste ano, Vila Nova de Gaia foi o terceiro município que maior valor de amortização realizou, com um abate à dívida no valor de 22,7 M€.

⁷⁹ Dívida bancária de médio e longo prazo e empréstimos de curto prazo

R30 - Municípios que apresentam maior volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	96.184.011	Lisboa	G	345.289.264
2	Vila Nova de Gaia	G	23.816.969	Sintra	G	38.902.681
3	Sintra	G	17.725.679	Vila Nova de Gaia	G	22.767.098
4	Cascais	G	12.495.160	Loures	G	13.977.978
5	Porto	G	12.062.885	Coimbra	G	13.682.416
6	Coimbra	G	11.454.181	Cascais	G	11.728.341
7	Funchal	G	9.993.503	Funchal	G	10.024.662
8	Braga	G	9.348.221	Porto	G	9.542.841
9	Seia	M	8.378.861	Vila Franca do Campo	P	9.520.898
10	Vila Franca do Campo	P	7.688.388	Braga	G	9.340.830
11	Torres Vedras	M	7.599.974	Aveiro	M	9.290.418
12	Vila Nova de Famalicão	G	7.542.952	Leiria	G	7.723.131
13	Gondomar	G	7.464.844	Matosinhos	G	7.643.886
14	Maia	G	7.462.375	Maia	G	7.468.908
15	Vila do Conde	M	7.044.419	Évora	M	7.217.986
16	Loulé	M	7.007.627	Gondomar	G	7.065.736
17	Évora	M	6.626.295	Santarém	M	6.943.279
18	Leiria	G	6.214.628	Loulé	M	6.829.708
19	Odivelas	G	6.172.914	Setúbal	G	6.208.025
20	Santa Maria da Feira	G	6.165.029	Seixal	G	6.000.924
21	Matosinhos	G	6.077.409	Santa Maria da Feira	G	5.890.991
22	Loures	G	5.826.066	Vila do Conde	M	5.769.419
23	Barcelos	G	5.771.310	Guarda	M	5.702.903
24	Guarda	M	5.305.013	Oliveira de Azeméis	M	5.596.126
25	Guimarães	G	5.137.313	Barcelos	G	5.585.597
26	Castelo de Paiva	P	4.573.091	Guimarães	G	5.090.494
27	Setúbal	G	4.496.651	Sesimbra	M	4.848.358
28	Ourém	M	4.366.865	Odivelas	G	4.743.317
29	Figueira da Foz	M	4.092.660	Fundão	M	4.385.204
30	Santarém	M	4.087.520	Vila Nova de Famalicão	G	4.360.519
31	Fundão	M	4.004.771	Figueira da Foz	M	4.170.932
32	Torre de Moncorvo	P	3.894.264	Torres Vedras	M	4.141.403
33	Aveiro	M	3.882.603	Covilhã	M	3.672.768
34	Palmela	M	3.701.357	Ourém	M	3.599.885
35	Paredes	M	3.542.829	Faro	M	3.535.250

R31- Municípios que apresentam menor volume de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Penedono	P	0	Penedono	P	0
2	Fornos de Algodres	P	43.575	Vila do Bispo	P	59.049
3	Redondo	P	53.141	Cartaxo	M	102.627
4	Vila do Bispo	P	63.822	Campo Maior	P	105.875
5	Viana do Alentejo	P	85.852	Corvo	P	110.684
6	Corvo	P	109.808	Marvão	P	112.944
7	Campo Maior	P	110.216	Vila do Porto	P	118.512
8	Marvão	P	113.118	Viana do Alentejo	P	123.152
9	Cinfães	M	123.100	Oleiros	P	130.556
10	Oleiros	P	146.854	Elvas	M	153.287
11	Murtosa	P	157.102	Murtosa	P	162.398
12	Arronches	P	160.803	Vinhais	P	169.074
13	Proença-a-Nova	P	171.470	Ponte de Lima	M	172.707
14	Elvas	M	175.769	Alvito	P	178.273
15	Vila do Porto	P	176.453	Alter do Chão	P	185.729
16	Óbidos	P	179.317	Cadaval	P	190.763
17	Alcácer do Sal	P	190.569	Alcácer do Sal	P	190.815
18	Ponte de Lima	M	191.632	Cinfães	P	190.929
19	Santa Cruz das Flores	P	191.780	Batalha	P	191.161
20	Meda	P	194.400	Barrancos	P	202.403
21	Barrancos	P	200.269	Ponte de Sor	P	206.196
22	Alvito	P	200.936	Vila de Rei	P	206.433
23	Alvaiázere	P	203.057	Mação	P	209.718
24	Alter do Chão	P	206.080	Portel	P	218.916
25	Castelo de Vide	P	209.974	Gavião	P	219.117
26	Alcoutim	P	214.578	Castelo de Vide	P	220.074
27	Santa Cruz da Graciosa	P	216.509	Belmonte	P	220.733
28	Penacova	P	216.869	Sabugal	P	223.481
29	Portel	P	218.745	Meda	P	225.549
30	Ponte de Sor	P	221.209	Cuba	P	237.874
31	Porto Santo	P	222.181	Arronches	P	249.070
32	Sabugal	P	236.360	Porto de Mós	M	250.425
33	Vila Velha de Ródão	P	239.742	Nelas	P	250.585
34	Nelas	P	245.698	Redondo	P	250.711
35	Porto Moniz	P	246.022	Castanheira de Pêra	P	273.959

Quadro 2.44 – Número de municípios por intervalo de valores das amortizações de empréstimos bancários

Amortização de empréstimos bancários (passivos financeiros)	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 50 milhões de euros	1 (Lisboa com 96,2 M€)	1 (Lisboa com 345,3 M€)
Igual ou superior a 20 M€ e inferior a 50 M€	1 (V.N. de Gaia com 23,8 M€)	2 (Sintra e V.N. de Gaia)
Igual ou superior a 10 M€ e inferior a 20 M€	4	4
Igual ou superior a 5 M€ e inferior a 10 M€	19	19
Igual ou superior a 1 M€ e inferior a 5 M€	109	109
Igual ou superior a 0,5 M€ e Inferior a 1 M€	78	83
Inferior a 0,5 M€	95	89
Igual a zero	1 (Penedono)	1 (Penedono)

2.3.5. Compromisso por pagar no final do ano económico e compromissos para anos futuros

Passando o equilíbrio das finanças locais pelo controlo dos compromissos assumidos e pela diminuição drástica dos compromissos por pagar, aferindo-os pelo valor dos créditos de curto prazo sobre terceiros, importará anotar a composição e evolução dos compromissos por pagar e ter atenção a estrutura dos valores orçamentais⁸⁰ em dívida no final de cada período, por natureza económica da despesa e os respetivos pesos na despesa realizada.

Sendo uma carga para os orçamentos futuros os compromissos assumidos em anos anteriores e com execução financeira nos anos subsequentes⁸¹, importará, também, avaliar os montantes em causa, quando se acresce a estes os montantes de compromissos por pagar no final de cada ano económico⁸².

Com a apresentação do quadro 2.45, o qual mostra o valor das despesas compromissadas (realizadas) por pagar, no final de cada ano económico e o seu peso no volume de despesa realizada, pretende-se alertar para o volume de encargos que transitam para o

ano económico seguinte e, também, para o facto de rubricas económicas apresentarem encargos assumidos por pagar, quando os mesmos não deveriam existir. Estão nessa situação, as rubricas de juros e encargos financeiros e de passivos financeiros. A razão desta situação estará relacionada com o facto de não serem retificados os saldos das contas dos compromissos assumidos, quando estes se apresentam excedentários em relação ao valor efetivamente realizado. Presume-se que o registo dos compromissos, em algumas situações, nomeadamente, juros e encargos financeiros e despesas com pessoal, sejam efetuados na base de estimativas de pagamento que sofrem retificações ao longo da execução orçamental, por via, num caso, das variações das taxas de juro e no outro caso, devido aos ajustes dos cálculos remuneratórios às situações variáveis da gestão de pessoal. Também não será compreensível a existência de saldos finais nas contas de compromissos assumidos em passivos financeiros, pois as amortizações contratualizadas para cada ano económico não podem transitar em dívida. Trata-se, neste caso, de uma evidente falta de anulação de saldos excedentários. Como não é possível em sede de elaboração deste anuário, identificar, por município, se houve ou não o procedimento de retificação, em todas as contas de saldos excedentários de compromissos, não serão apresentados *rankings* associados aos montantes dos compromissos por pagar. Apenas se apresentará o quadro infra com valores globais por sub rubricas, alertando-se para a necessidade de cada município proceder, de futuro, a estas retificações.

⁸⁰ Registados nos mapas de execução orçamental.

⁸¹ Compromissos futuros.

⁸² A inexistência de orçamentos plurianuais, no mínimo para 4 anos (número de anos de um mandato), tanto para os orçamentos de despesa como para os orçamentos de receita, será a principal causa do sobre inflacionamento das despesas através dos encargos para anos seguintes. Será imprescindível a alteração das normas orçamentais, através da inclusão da exigência de elaboração de orçamentos plurianuais que plasmem a receita prevista e a despesa total prevista para, no mínimo, os três anos futuros

Quadro 2.45 – Compromissos por Pagar por natureza econômica da despesa (milhões de euros)

DESPESAS	Compromissos por pagar						Compromissos por pagar / Despesa Comprometida*					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	21,2	29,8	30,4	34,5	31,1	34,9	1,0%	1,4%	1,3%	1,4%	1,3%	1,6%
Aquisição de bens e serviços	499,4	541,3	662,1	776,6	816,9	749,8	23,5%	23,3%	26,3%	31,0%	31,3%	28,8%
Juros e outros encargos	22,4	19,8	26,4	29,4	**45,2	43,6	11,0%	8,1%	12,1%	21,9%	24,2%	22,7%
Transferências correntes	42,6	43,7	59,8	83,3	***92,5	80,5	8,1%	7,9%	10,0%	14,3%	16,2%	14,7%
Subsídios	17,9	28,0	51,3	76,7	†75,3	74,0	11,8%	16,3%	24,6%	34,0%	31,5%	33,2%
Outras despesas correntes	10,2	9,7	13,5	13,5	17,4	17,0	9,7%	7,4%	10,2%	11,8%	15,4%	15,4%
Total de despesas correntes	613,6	672,2	843,6	1.014,1	1.078,4	999,8	11,8%	12,0%	13,8%	16,8%	17,6%	17,2%
Aquisição de bens de capital	1.474,0	1.406,9	1.768,1	1.661,5	1.517,6	1.078,4	42,6%	40,2%	46,1%	48,2%	47,6%	41,3%
Transferências de capital	69,6	75,2	115,8	128,5	††129,4	105,8	15,6%	15,0%	21,1%	25,8%	27,9%	27,1%
Ativos financeiros	3,9	6,5	10,9	2,3	†††12,8	13,5	10,8%	17,1%	20,2%	5,6%	29,9%	39,5%
Passivos financeiros	4,5	4,2	6,5	5,4	††††11,2	15,6	1,1%	1,2%	1,4%	0,9%	1,8%	1,7%
Outras despesas de capital	5,9	10,4	32,0	15,8	12,0	4,7	18,1%	19,2%	24,2%	18,9%	24,5%	7,8%
Total de despesas de capital	1.558,0	1.503,3	1.933,3	1.813,4	1.683,0	1.218,0	35,6%	33,8%	38,4%	39,0%	38,5%	30,4%
Total da Despesa	2.171,6	2.175,5	2.776,9	2.827,5	2.761,4	2.217,8	22,7%	21,6%	24,9%	26,4%	26,3%	22,6%

* Despesa realizada

** Em 2011, foram 194 os municípios que apresentam saldos na conta de compromissos por pagar em juros e outros encargos. Daqueles, 18 são municípios de grande dimensão.

*** Em 2012 estiveram 209 municípios nessa situação, dos quais 16 são de grande dimensão.

† Em 2011, 262 municípios apresentam saldo nesta conta, presumindo-se que os mesmos não liquidaram a totalidade dos compromissos assumidos com terceiros, em matéria de transferências. Apenas 46 transferiram a totalidade do que comprometeram. Em 2012 foram 273 os municípios com saldo em transferências correntes comprometidas por pagar. Também neste caso, em 2011, 68 municípios não transferiram a totalidade do valor com que se comprometeram, na transferência de subsídios para as empresas municipais. Em 2012 encontraram-se 66 municípios nessa situação.

†† Foram, 229 os municípios que, em 2011, não transferiram a totalidade dos valores comprometidos em transferências de capital. Em 2012 foram 226.

††† Em 2011, 39 municípios não pagaram o total comprometido de ativos financeiros, e 28 em 2012.

†††† Em 2011, 58 municípios não amortizaram a totalidade do valor compromissado. Em 2012 não amortizaram a totalidade do valor compromissado 60 municípios

Quadro 2.46 – Variação dos Compromissos por Pagar (milhões de euros)

DESPESAS	Variação dos compromissos por pagar (M€)					Variação dos compromissos por pagar (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	8,6	0,6	4,0	-3,4	3,8	40,5%	2,1%	13,2%	-9,7%	12,3%
Aquisição de bens e serviços	41,9	120,9	114,4	40,3	-67,1	8,4%	22,3%	17,3%	5,2%	-8,2%
Juros e outros encargos	-2,6	6,7	3,0	15,8	-1,6	-11,6%	33,8%	11,3%	53,6%	-3,6%
Transferências correntes	1,1	16,1	23,5	9,2	-12,0	2,7%	36,9%	39,3%	11,0%	-13,0%
Subsídios	10,1	23,3	25,5	-1,4	-1,3	56,3%	83,3%	49,7%	-1,9%	-1,7%
Outras despesas correntes	-0,5	3,9	0,0	3,9	-0,4	-5,0%	39,9%	0,1%	28,5%	-2,1%
Total de despesas correntes	58,5	171,5	170,5	64,3	-78,6	9,5%	25,5%	20,2%	6,3%	-7,3%
Aquisição de bens de capital	-67,0	361,2	-106,7	-143,9	-439,2	-4,5%	25,7%	-6,0%	-8,7%	-28,9%
Transferências de capital	5,7	40,6	12,7	0,8	-23,5	8,1%	53,9%	11,0%	0,7%	-18,2%
Ativos financeiros	2,5	4,4	-8,6	10,6	0,6	63,7%	68,7%	-79,1%	464,4%	5,0%
Passivos financeiros	-0,3	2,2	-1,1	5,9	4,3	-6,2%	52,9%	-17,5%	109,7%	38,5%
Outras despesas de capital	4,5	21,6	-16,2	-3,8	-7,3	75,5%	206,9%	-50,6%	-24,1%	-61,0%
Total de despesas de capital	-54,7	430,0	-119,9	-130,4	-465,0	-3,5%	28,6%	-6,2%	-7,2%	-27,6%
Total da Despesa	3,9	601,5	50,6	-66,1	-543,6	0,2%	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%

Da leitura conjunta dos quadros 2.45 e 2.46 conclui-se o seguinte:

- No final de cada exercício económico, o peso dos compromissos por pagar, em relação à despesa realizada, foi, em média, durante o período em análise de 24,1% tendo esta percentagem subido para 26,3%, em 2011 e para 22,6% em 2012. Este rácio assume proporções muito mais elevadas nos encargos relacionados com o **Investimento** (Aquisições de Bens de Capital) e **Aquisição de Bens e Serviços** (correntes), com o peso médio, no primeiro caso, de 44,3% e no segundo de 27,4%. Isto é: em **cada ano económico, quase metade das despesas de investimento ficaram por pagar e mais de um quarto das despesas em aquisição de bens e serviços, também**. Em 2011, o peso destas despesas por pagar, foi respetivamente de 47,6% e 31,3%. **Em 2012, face à diminuição do volume de encargos por pagar, estes indicadores baixaram, respetivamente para 41,3% e 22,6%.**
- A soma do volume da despesa por pagar em investimentos com o da aquisição de bens e serviços, em 2011, ultrapassou os 2,3 mil milhões de euros, num total de encargos por pagar de mais de 2,7 mil milhões de euros. Em 2012, o somatório destas duas categorias de despesa por pagar, atingiu 1,8 mil milhões de euros, num total de encargos por pagar de 2,2 mil milhões de euros.
- Anota-se, contudo, que os compromissos por pagar baixaram, na globalidade, 1,9% em 2011 correspondendo a uma variação diminuta em termos absolutos (- 55 milhões de euros), embora, em termos relativos, tivesse sido igual à diminuição da despesa realizada. Releva-se, ainda, o facto de, nesse ano, as despesas de investimento por pagar, terem baixado 8,1% (- 134 milhões de euros). Em 2012 os compromissos por pagar baixaram em 19,7% (- 543,6 milhões de euros).
- Releva-se, ainda, o decréscimo, em 2012, do volume de todas as despesas por pagar⁸³, com especial relevância para a diminuição das dívidas com aquisição de bens de capital (-439,2 M€, -28,9%), com transferências de capital (-23,5M€, -18,2 M€) e com aquisição de bens e serviços (-67,1M€, -8,2%).

Como já se referiu anteriormente, não foi possível, em sede de elaboração deste anuário, identificar, por município, se houve ou não

⁸³ Conforme explicitado, nos pontos respetivos, não se relevam, como fidedignos, os encargos por pagar em juros e encargos financeiros e em passivos financeiros.

procedimentos contabilísticos de retificação dos saldos excedentários dos compromissos. Assim, os *rankings* a seguir apresentados terão que ser lidos à luz das observações acima referidas a propósito desta matéria, nomeadamente, sobre valores apresentados como montantes dos compromissos por pagar em certas rubricas orçamentais. Reitera-se a recomendação para que, cada município, proceda de futuro às retificações referidas, servindo a apresentação destes *rankings*, mais como alerta para este facto que como hierarquização dos municípios na matéria em apreço.

Da informação prestada nas contas de 2011 e 2012, apresenta-se o quadro 2.47 resumo de enquadramento do número de municípios, em intervalos de valores de compromissos por pagar.

Da observação do quadro 2.28 verifica-se que os municípios anualmente apresentam um volume elevado de encargos assumidos no exercício ou transitado de exercícios anteriores que só produzirão efeitos financeiros nos anos subsequentes. Este volume de encargos, que no referido quadro se denomina por “compromissos para exercícios futuros” comprometem inexoravelmente os orçamentos desses anos subsequentes, sem que no momento da sua assunção seja avaliado o impacto financeiro nesses orçamentos⁸⁴. Assim, considera-se pertinente a apreciação dos valores apresentados pelos municípios em sede de prestação de contas, sobre os montantes de encargos registados na contabilidade orçamental, como compromissos para anos futuros e observar o valor que resulta da sua soma aos compromissos por pagar, no final de cada período.

Reitera-se aqui a chamada de atenção para o facto de os *rankings* a seguir apresentados terem que ser lidos à luz das observações referidas a propósito das rubricas, para as quais não deveria haver dívidas transitadas, pese embora sobre as mesmas deva existir encargos para orçamentos futuros.

Também não é, ainda, possível, em sede de elaboração deste anuário, obter confirmação sobre a discriminação, por rubrica orçamental, do registo em anos futuros, de encargos contratualizados,

⁸⁴ Como se referiu, oportunamente, só a adoção de orçamentos verdadeiramente plurianuais tanto para a despesa como para a receita e obrigatoriedade da sua apresentação aquando da aprovação anual de cada orçamento, poderá o órgão deliberativo municipal, em consciência aprovar os orçamentos apresentados pelo executivo. De outra forma nunca saberá qual o real impacto das suas decisões sobre os orçamentos futuros.

R32 – Municípios que apresentam maior volume de compromissos por pagar*, no final do ano económico (em euros)

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Portimão	M	**126.878.577	Portimão	M	146.081.589
2	Vila Nova de Gaia	G	***83.222.090	Vila Nova de Gaia	G	79.309.721
3	Lisboa	G	68.314.616	Paredes	M	58.269.674
4	Loulé	M	67.523.813	Lisboa	G	56.714.327
5	Paredes	M	53.769.263	Setúbal	G	46.872.094
6	Aveiro	M	50.517.059	Évora	M	46.518.601
7	Trofa	M	45.099.924	Trofa	M	44.531.448
8	Matosinhos	G	44.085.897	Loulé	M	37.975.400
9	Setúbal	G	42.595.895	Cascais	G	35.761.240
10	Santa Maria da Feira	G	39.490.890	Santarém	M	34.669.656
11	Sintra	G	39.421.743	Santa Maria da Feira	G	34.326.380
12	Santarém	M	36.552.194	Albufeira	M	33.772.157
13	Faro	M	36.243.100	Cartaxo	M	32.256.515
14	Loures	G	36.207.832	Vila do Conde	M	30.307.146
15	Covilhã	M	33.889.760	Guarda	M	26.391.574
16	Cascais	G	33.458.900	Nazaré	P	26.286.829
17	Albufeira	M	31.924.346	Covilhã	M	25.451.746
18	Seixal	G	30.514.747	Fundão	M	25.064.707
19	Cartaxo	M	29.573.599	Paços de Ferreira	M	24.894.112
20	Guarda	M	29.073.678	Funchal	G	24.538.351
21	Guimarães	G	27.859.859	Vila Real de Santo António	P	23.036.778
22	Nazaré	P	26.705.836	Matosinhos	G	21.797.910
23	Oeiras	G	26.562.354	Lamego	M	19.980.387
24	Torres Novas	M	25.418.870	Valongo	M	19.916.277
25	Funchal	G	25.026.447	Loures	G	19.488.390
26	Valongo	M	23.688.754	Lagos	M	19.322.736
27	Vila Real de Santo António	P	22.491.610	Sesimbra	M	19.083.560
28	Odivelas	G	22.313.762	Chaves	M	19.073.800
29	Vila do Conde	M	20.994.681	Espinho	M	19.036.138
30	Fundão	M	20.974.651	Torres Novas	M	18.985.630
31	Coimbra	G	20.895.276	Pombal	M	18.672.342
32	Chaves	M	20.649.653	Vizela	M	17.498.622
33	Sesimbra	M	19.256.887	Aveiro	M	17.361.616
34	Mirandela	M	18.874.990	Santa Cruz	M	17.085.436
35	Ílhavo	M	18.745.150	Penafiel	M	17.013.364

* Informação assinalada no mapa de execução orçamental.

** Os montantes exageradamente altos apresentados por este município, prende-se com diferenciais muito elevados, entre a despesa comprometida e a despesa paga, nas seguintes rubricas e nos dois anos : subsídios, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital.

*** As rubricas económicas responsáveis por este grande volume de compromissos por pagar, são: (i) aquisição de bens de capital, cujos compromissos por pagar nesta foram, em 2011, de 40,8 M€ e em 2012 de 54,7 M€; aquisição de bens e serviços, cujos compromissos por pagar foram de 26,9 M€ em 2011 e de 29,4 M€ em 2012; (iii) transferências de capital (11.120.884€ em 2011 e 10.778.257€ em 2012).

R33 – Municípios com menor volume de compromissos por pagar, no final do ano económico

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Santa Cruz da Graciosa	P	2.357	Sernancelhe	P	0
2	Fornos de Algodres	P	14.439	Santa Cruz da Graciosa	P	84.136
3	Vimioso	P	19.498	São Roque do Pico	P	94.306
4	São Roque do Pico	P	45.457	Vila Franca do Campo	P	111.000
5	São João da Pesqueira	P	52.663	Santa Cruz das Flores	P	115.072
6	Sernancelhe	P	102.765	Vila do Porto	P	127.921
7	Pedrógão Grande	P	166.102	Vidigueira	P	128.040
8	Mortágua	P	183.109	Castanheira de Pêra	P	130.170
9	Santa Cruz das Flores	P	220.792	Mortágua	P	137.917
10	Fronteira	P	262.271	Alvito	P	151.619
11	Penedono	P	363.519	Carregal do Sal	P	181.481
12	São Brás de Alportel	P	440.370	Calheta (R. A. A.)	P	193.565
13	Alvito	P	445.677	Castelo de Vide	P	196.102
14	Corvo	P	476.689	Porto de Mós	M	231.278
15	Marvão	P	488.760	Mondim de Basto	P	242.070
16	Castelo de Vide	P	566.992	Constância	P	262.391
17	Portel	P	572.212	Pedrógão Grande	P	262.798
18	Santa Marta de Penaguião	P	589.162	Corvo	P	263.182
19	Constância	P	591.761	Barrancos	P	272.853
20	Carregal do Sal	P	616.868	Fornos de Algodres	P	305.961
21	Vidigueira	P	646.146	Vila de Rei	P	319.006
22	Arronches	P	666.350	Sever do Vouga	P	340.856
23	Mealhada	M	712.182	Campo Maior	P	349.519
24	Vila do Porto	P	715.001	Velas	P	365.761
25	Aguiar da Beira	P	773.276	Murça	P	392.681
26	Barrancos	P	798.337	Cuba	P	398.015
27	Aljezur	P	798.394	Sobral de Monte Agraço	P	398.731
28	Redondo	P	835.031	Vila Velha de Ródão	P	427.804
29	Madalena	P	880.921	Penamacor	P	444.059
30	Proença-a-Nova	P	899.016	Marvão	P	469.468
31	Murça	P	902.011	Monforte	P	470.319
32	Alpiarça	P	907.041	Benavente	M	484.595
33	Vila Velha de Ródão	P	936.347	Arronches	P	486.710
34	Calheta (R. A. A.)	P	950.648	Mora	P	502.312
35	Gavião	P	981.223	São Brás de Alportel	P	532.938

Quadro 2.47 – Número de municípios por intervalo de valores dos compromissos por pagar, no final do exercício

Compromissos por pagar, do exercício económico	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 100 milhões de euros	1 (Portimão com 126,9 M€)	1 (Portimão com 146,1 M€)
Igual os superior a 80 M€ e inferior ou igual a 100 M€	1 (Vila Nova de Gaia com 83,2 M€)	0
Igual ou superior a 60 M€ e inferior a 80 M€	2 (Lisboa com 68,3 M€ e Loulé com 67,5 M€)	1 (Vila Nova de Gaia com 99,3 M€)
Igual ou superior a 40 M€ e inferior a 60 M€	5	5
Igual ou superior a 20 M€ e Inferior a 40 M€	23	15
Igual ou superior a 10 M€ e Inferior a 20 M€	40	41
Igual ou superior a 5 M€ e Inferior a 10 M€	81	46
Igual ou superior a 1M€ e Inferior a 5 M€	120	132
Superior a zero e Inferior a 1 M€	35	66
Igual a zero	0	1(Sernancelhe)

Quadro 2.48 – Número de municípios por intervalo de valores dos compromissos para anos futuros, incluindo os por pagar, no final do exercício

Compromissos para anos futuros, incluindo compromissos por pagar no ano económico	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 1 000 milhões de euros	1 (Lisboa com 1.523 M€)	1 (Lisboa com 1.421,7 M€)
Igual os superior a 500 M€ e inferior ou igual a 1 000 M€	0	0
Igual ou superior a 100 M€ e inferior a 500 M€	9	8
Igual ou superior a 50 M€ e inferior a100 M€	13	22
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 50 M€	16	22
Igual ou superior a 20 M€ e Inferior a 30 M€	25	16
Igual ou superior a 10 M€ e Inferior a 20 M€	48	52
Igual ou superior a 5 M€ e Inferior a 10 M€	75	56
Igual ou superior a 1M€ e Inferior a 5 M€	95	96
Superior a zero e Inferior a 1 M€	26	34
Igual a zero	0	1

nomeadamente os que decorrem da assunção de empréstimos bancários de médio e longo prazo e dos respetivos juros, bem como dos contratos com pessoal e de fornecimentos contínuos⁸⁵. Será atento a estes condicionalismos que deverá ser lida a informação infra.

Apresenta-se no quadro 2.48 o resumo da distribuição do número de municípios por intervalos de valor de compromissos por pagar que transitam para o ano ou anos futuros. Este quadro permite ter uma ideia dos valores envolvidos e do número de municípios abrangidos.

⁸⁵ Da elaboração deste relatório decorrerá uma responsabilidade acrescida de alertar não só para estas questões, como para a necessidade de uma análise particular e mais fina das situações apresentadas em sede de prestação de contas. Tal exigirá que a informação seja prestada pelas autarquias, pelo que implicará adequação dos instrumentos de registo a estas necessidades, nomeadamente a adequação dos programas informáticos para a produção e controlo da informação.

R34 – Municípios com maior volume de compromissos assinalados para anos seguintes, incluindo compromissos por pagar no exercício*

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	1.523.540.922	Lisboa	G	1.421.707.682
2	Loures	G	360.394.726	Loures	G	328.729.406
3	Sintra	G	267.612.227	Mafra	M	244.579.000
4	Mafra	M	255.672.442	Portimão	M	228.094.980
5	Portimão	M	224.118.328	Matosinhos	G	156.176.763
6	Loulé	M	148.450.005	Funchal	G	155.802.657
7	Guimarães	G	128.080.608	Fundão	M	129.092.465
8	Matosinhos	G	120.838.595	Loulé	M	104.523.964
9	Vila Nova de Gaia	G	104.765.535	Seia	M	99.950.309
10	Maia	G	101.779.478	Cascais	G	97.365.118
11	Funchal	G	84.930.039	Guimarães	G	94.916.846
12	Oeiras	G	70.846.376	Vila Nova de Gaia	G	91.961.494
13	Santarém	M	68.275.822	Alcobaça	M	84.528.466
14	Seixal	G	62.671.679	Rio Maior	M	82.038.108
15	Ponta Delgada	M	62.084.626	Évora	M	79.194.984
16	Nordeste	P	59.737.001	Odivelas	G	78.829.833
17	Lagos	M	58.674.196	Aveiro	M	74.032.095
18	Vila Nova de Famalicão	G	58.202.808	Paredes	M	67.041.282
19	Aveiro	M	57.839.435	Santarém	M	63.829.444
20	Setúbal	G	55.677.881	Maia	G	63.595.918
21	Paredes	M	55.354.468	Vila Franca de Xira	G	61.455.473
22	Albufeira	M	51.984.963	Seixal	G	60.234.534
23	Guarda	M	51.196.931	Setúbal	G	59.289.883
24	Barcelos	G	49.957.782	Gondomar	G	57.958.295
25	Covilhã	M	49.513.449	Ponta Delgada	M	55.942.963
26	Coimbra	G	48.652.540	Espinho	M	55.295.100
27	Santa Maria da Feira	G	47.079.405	Oeiras	G	55.079.880
28	Trofa	M	45.099.924	Faro	M	54.381.121
29	Caminha	P	44.728.976	Vila Nova de Famalicão	G	52.364.857
30	Fundão	M	41.626.781	Paços de Ferreira	M	51.995.690
31	Fornos de Algodres	P	41.547.743	Sintra	G	50.975.806
32	Faro	M	41.051.265	Vila do Conde	M	49.013.751
33	Sines	P	34.541.386	Vila Real de Santo António	P	48.713.680
34	Cartaxo	M	33.907.452	Nordeste	P	46.147.595
35	Cascais	G	33.458.900	Torres Novas	M	46.143.179

* Compromissos por pagar no final do ano económico acrescidos dos compromissos para anos futuros.

R35 – Municípios com menor volume de compromissos assinalados para anos seguintes, incluindo compromissos por pagar no exercício

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Santa Cruz da Graciosa	P	2.357	Sernancelhe	P	0
2	Vimioso	P	19.498	Santa Cruz da Graciosa	P	84.136
3	São Roque do Pico	P	45.457	São Roque do Pico	P	94.306
4	São João da Pesqueira	P	52.663	Vila Franca do Campo	P	111.000
5	Sernancelhe	P	102.765	Vila do Porto	P	127.921
6	Santa Cruz das Flores	P	220.792	Castanheira de Pêra	P	150.130
7	Mortágua	P	250.994	Carregal do Sal	P	181.481
8	Fronteira	P	262.271	Castelo de Vide	P	196.102
9	Penedono	P	363.519	Calheta (R. A. A.)	P	210.849
10	Alvito	P	445.677	Mondim de Basto	P	257.036
11	Corvo	P	476.689	Alvito	P	269.771
12	Castelo de Vide	P	566.992	Sever do Vouga	P	340.856
13	Portel	P	572.212	Murça	P	392.681
14	Santa Marta de Penaguião	P	589.162	Cuba	P	398.015
15	Constância	P	591.761	Constância	P	433.033
16	Carregal do Sal	P	616.868	Arronches	P	486.710
17	Vidigueira	P	646.146	Sobral de Monte Agraço	P	508.997
18	Arronches	P	666.350	São João da Pesqueira	P	572.700
19	Vila do Porto	P	715.001	Mora	P	577.972
20	Aguiar da Beira	P	773.276	Vidigueira	P	589.543
21	Barrancos	P	798.337	Santa Cruz das Flores	P	611.424
22	Madalena	P	880.921	Sátão	P	646.438
23	Proença-a-Nova	P	899.016	Alpiarça	P	673.947
24	Murça	P	902.011	Madalena	P	709.259
25	Calheta (R. A. A.)	P	950.648	Vila Velha de Ródão	P	745.487
26	Gavião	P	999.673	Corvo	P	760.698
27	São Brás de Alportel	P	1.017.326	Pampilhosa da Serra	P	763.349
28	Redondo	P	1.019.248	Portel	P	806.429
29	Alpiarça	P	1.107.737	Vila de Rei	P	821.347
30	Sátão	P	1.149.415	Boticas	P	862.761
31	Campo Maior	P	1.150.217	Carrazeda de Ansiães	P	909.949
32	Lajes das Flores	P	1.152.438	Terras de Bouro	P	913.987
33	Vila de Rei	P	1.158.746	Redondo	P	914.822
34	Mealhada	M	1.227.786	Ponta do Sol	P	988.281
35	Figueiró dos Vinhos	P	1.269.169	Mesão Frio	P	988.410

2.4. Situação Financeira Global

2.4.1. Comparação da receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

O Quadro 2.49 permite comparar os montantes da receita liquidada e cobrada⁸⁶, com a despesa realizada⁸⁷ e paga⁸⁸, e melhor compreender o “estado de saúde financeira” dos municípios, na sua generalidade.

Através do quadro 2.49 e gráfico 2.09 confronta-se a evolução da despesa com a evolução da receita, podendo concluir-se o seguinte:

- **Os orçamentos previstos**, praticamente iguais para a receita (acrescida do saldo da gerência anterior) e para a despesa, **são bastante superiores aos valores da despesa comprometida e da receita liquidada**. Há uma situação persistente de não reconhecimento dos níveis reais de liquidação e cobrança das receitas verificadas em anos anteriores, em sede de elaboração dos orçamentos e uma persistente inclusão dos saldos de gerência nas dotações orçamentais de despesa, reforçando estas últimas em sede de revisões orçamentais. Esta ação de natureza orçamental, não deveria ser permitida enquanto se mantivesse um diferencial, tão acentuado, entre dotações previsionais e receitas liquidadas. Há ainda municípios que apresentam, em sede de prestação de contas, uma dotação global de despesa superior à dotação global de receita. Estão nesta circunstância, em 2011, os seguintes municípios Cabeceiras de Basto, Celorico da Beira, Elvas, Lousã, Paredes de Coura e Sátão. Em 2012, estão nesta situação os municípios de: Alfândega da Fé, Beja, Celorico de Basto, Miranda do Douro, Óbidos, Odemira, Penafiel, Porto Santo, Sernancelhe, Vale de Cambra, Viana do Castelo e Vimioso.

- **Ao analisar-se a evolução das taxas de variação da despesa prevista em 2011 e 2012 constata-se a ausência de resposta dos orçamentos de despesa às reduzidas taxas de execução da receita verificadas nos anos precedentes**. Mais se verifica que até 2009 as despesas previstas foram sempre apresentando taxas de crescimento apesar do grau reduzido da realização da receita em cada ano

⁸⁶ Incluindo empréstimos utilizados.

⁸⁷ Despesa autorizada e comprometida, para o ano económico em questão, incluindo a transitada de anos anteriores. Estão excluídos deste cômputo, os compromissos assumidos para anos futuros.

⁸⁸ No exercício económico em questão.

anterior. Contudo, apesar de a partir de 2010 o volume global da despesa prevista apresentar valores decrescentes (-0,4% em 2010; -2,7% em 2011 e - 6,6% em 2012), são ainda muito pouco significativas e insuficientes estas descidas de valores previsionais, para travar a execução excessiva de despesa em relação aos meios de pagamento disponibilizados pela execução orçamental.

- **O valor total da despesa realizada (comprometida) foi, sempre, ao longo do período 2007/2012 manifestamente superior ao valor da receita liquidada⁸⁹ (direito a receber)**. Este excesso de despesa relativamente à receita foi de: +1.583 milhões de euros em 2007; +1.252 milhões de euros em 2008; +1.942 milhões de euros, em 2009; + 2 440 milhões de euros em 2010; + 2 281 milhões de euros em 2011 e de + 1 665,3 milhões de euros, em 2012. Estes valores traduzem o real desequilíbrio orçamental ex-post, se não considerarmos a margem de endividamento líquido autorizada pela Lei das Finanças Locais (LFL). Com a capacidade atribuída às autarquias para o endividamento líquido, na LFL, constata-se que estes valores couberam, na generalidade, dentro dos limites concedidos por lei mesmo, como se demonstrará no capítulo dedicado ao endividamento⁹⁰.

- O excesso da despesa sobre a receita agrava-se quando se comparam os valores da despesa realizada com a receita cobrada⁹¹. Verifica-se que o sector autárquico municipal, pese embora as limitações orçamentais reforçadas pelos OE, **em 2011 e 2012 continuou a apresentar níveis de despesa⁹² muito superiores à**

⁸⁹ Incluindo o saldo da Gerência anterior.

⁹⁰ Esta constatação será a prova mais evidente que este limite ao endividamento não foi suficiente para travar não só os orçamentos inflacionados como a realização das despesas para além da capacidade financeira das autarquias. Terá, como se referiu nos pontos anteriores deste anuário, ser complementada com regras adicionais de elaboração dos orçamentos e de execução orçamental a plasmar no POCAL

⁹¹ Considerando a utilização dos empréstimos bancários e incluindo os saldos de gerência

⁹² Pese embora em valores absolutos, tenha sido no ano de 2009 que a se realizou o maior volume de despesa. Todavia, nesse ano o diferencial para a despesa cobrada, ainda assim, foi inferior ao verificado em 2010

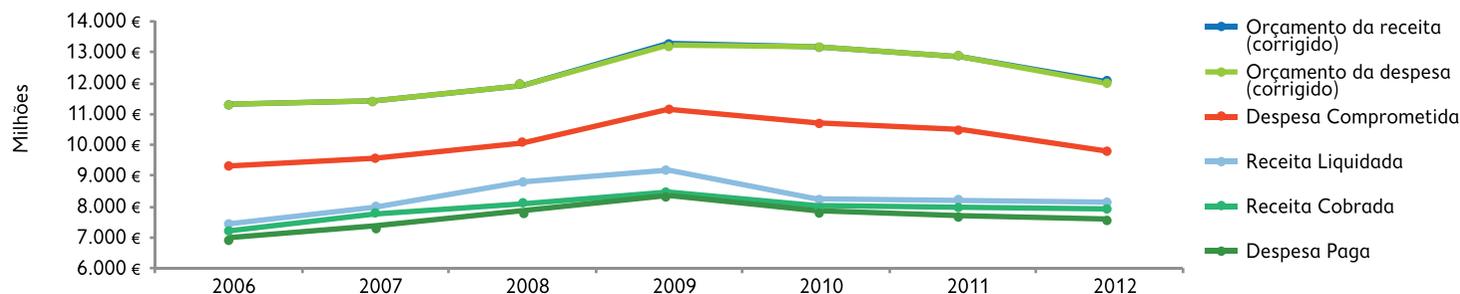
Quadro 2.49 – Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada* e Despesa Paga, nos exercícios de 2007 a 2012

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita	Prevista corrigida	11.443,7	11.908,0	13.295,2	13.161,8	12.857,3	12.008,4
	Variação	1,1%	4,1%	11,6%	-1,0%	-2,3%	-6,6%
	Liquidada	7.998,9	8.799,5	9.192,8	8.259,7	8.212,2	8.139,6
	Variação	7,4%	10,0%	4,5%	-10,2%	-0,6%	-0,9%
	Cobrada	7.769,7	8.082,6	8.491,1	8.026,2	7.962,0	7.937,7
	Variação	8,0%	4,0%	5,1%	-5,5%	-0,8%	-0,3%
	Corrente	5.653,4	5.730,0	5.745,8	5.824,8	5.645,6	5.564,3
	Variação	14,1%	1,4%	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%
	De Capital	1.876,5	2.005,3	2.446,2	2.025,5	2.112,9	2.110,2
	Variação	-8,0%	6,9%	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%
	Saldo gerência anterior + reposições não abatidas aos pagamentos	239,8	347,3	299,2	176,0	203,5	263,2
	Variação	19,7%	44,9%	-13,9%	-41,2%	15,6%	29,4%
Despesa	Prevista corrigida	11.439,3	11.898,3	13.237,5	13.187,6	12.840,7	11.991,2
	Variação	1,1%	4,0%	11,3%	-0,4%	-2,6%	-6,6%
	Comprometida (Realizada)	9.581,9	10.051,4	11.135,0	10.699,6	10.481,6	9.804,9
	Variação	2,8%	4,9%	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%
	Corrente Realizada	5.206,5	5.604,8	6.103,2	6.051,3	6.111,1	5.800,6
	Variação	7,9%	7,6%	8,9%	-0,9%	1,0%	-5,1%
	De Capital Realizada	4.375,4	4.446,6	5.031,8	4.648,2	4.370,5	4.004,2
	Variação	-2,7%	1,6%	13,2%	-7,6%	-6,0%	-8,4%
	Paga	7.410,3	7.875,9	8.358,1	7.872,0	7.720,2	7.587,1
	Variação	6,0%	6,3%	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%
	Corrente paga	4.592,9	4.932,6	5.259,6	5.037,2	5.032,7	4.800,8
	Variação	8,8%	7,4%	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%
	De Capital Paga	2.817,4	2.943,3	3.098,5	2.834,8	2.687,5	2.786,2
	Variação	1,7%	4,5%	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%
	Corrente por pagar	613,6	672,2	843,6	1.014,1	1.078,4	999,8
	Variação	1,6%	9,5%	25,5%	20,2%	6,3%	-7,3%
	De Capital por pagar	1.558,0	1.503,3	1.933,3	1.813,4	1.683,0	1.218,0
Variação	-9,6%	-3,5%	28,6%	-6,2%	-7,2%	-27,6%	

* Total da despesa autorizada que deu origem a obrigação a pagar no ano económico em apreço, mesmo que tenha transitado de anos económicos anteriores.

Gráfico 2.09 – Evolução da Receita Liquidada, Receita Cobrada, Despesa Realizada e Despesa Paga, nos exercícios de 2006 a 2012



receita cobrada, excedendo nestes dois anos, respetivamente 31,8%, e 24,3% a sua capacidade de pagamento⁹³ (durante o período de 2007 a 2012, este excesso andou, em média, nos 28,8% e atingiu o mínimo de 23,3% em 2007). Tratam-se⁹⁴ de situações deveras comprometedoras para a sustentabilidade financeira das autarquias.

- As receitas liquidadas e não cobradas têm um peso pouco significativo na estrutura financeira das autarquias, representando 3,1% da receita total liquidada (250,3 milhões de euros), em 2011, e 2,6% (201,8 milhões de euros) em 2012. Tratam-se de valores muito próximos dos saldos de gerência transitados.
- Da análise da evolução dos **pagamentos da despesa de capital**, verifica-se que, em média, ficam por pagar cerca de 37,1% da despesa realizada. Em 2011 e 2012, os montantes de despesa de capital por pagar embora tenham diminuído em relação aos anos transatos, respetivamente -8,1% e -29,4 %, mantiveram-se, ainda, em valores muito elevados representando, 47,8% e 41,3% da despesa de capital realizada, em cada um destes dois anos. A incapacidade

⁹³ Indicador que referencia a despesa autorizada à receita cobrada

⁹⁴ Com fortes implicações nos orçamentos de anos futuros.

de financeira dos municípios para pagar a totalidade das despesas realizadas, traduziu-se numa dívida a fornecedores de imobilizado⁹⁵ no valor de 1 527,5 milhões de euros, em 2011 e em 1 078,4 milhões de euros em 2012.

- Em 2010 o peso das despesas de investimento, nas despesas totais (quadro 2.52) decresceu abruptamente, mantendo-se esse decréscimo em 2011 e em 2012 com os valores percentuais, em ambos os anos, de 20%. Sobre este indicador⁹⁶ anota-se que todos os municípios de grande dimensão apresentaram, nestes dois anos, despesas de investimento inferiores a 30% da despesa total.

O quadro 2.50 mostra alguns indicadores relativos a despesas e

⁹⁵ O financiamento das autarquias à custa dos fornecedores, fragiliza-as retirando-lhes capacidade de negociação e torna-as mais dependentes do mercado de oferta.

⁹⁶ Todavia este indicador apenas se reporta às despesas de investimento realizadas pelos serviços da Câmara, não sendo considerado neste cômputo os investimentos efectuados por empresas municipais criadas para o efeito. Daí não se poder aferir, atualmente, com este dado o valor económico/financeiro dos investimentos realizados pelo município. É um indicador que perde importância neste contexto, devendo ser substituído por um outro que reporte ao investimento total do município incluindo todo o sector empresarial autárquico.

Gráfico 2.10 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2011

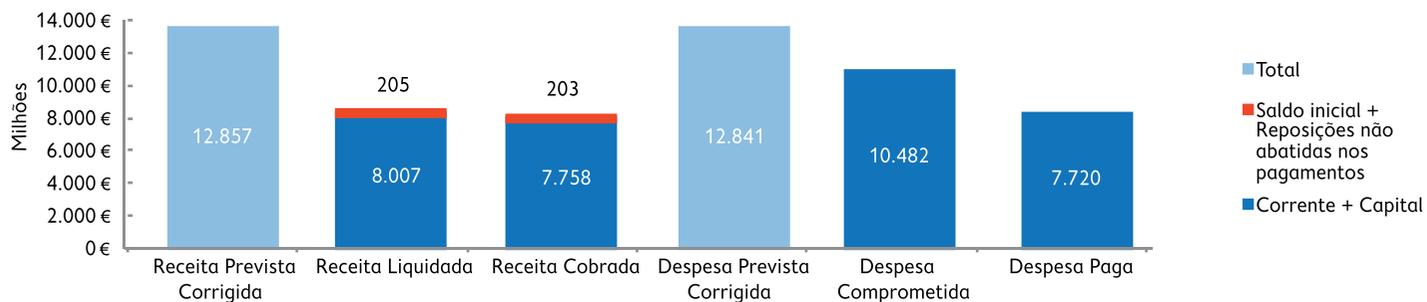
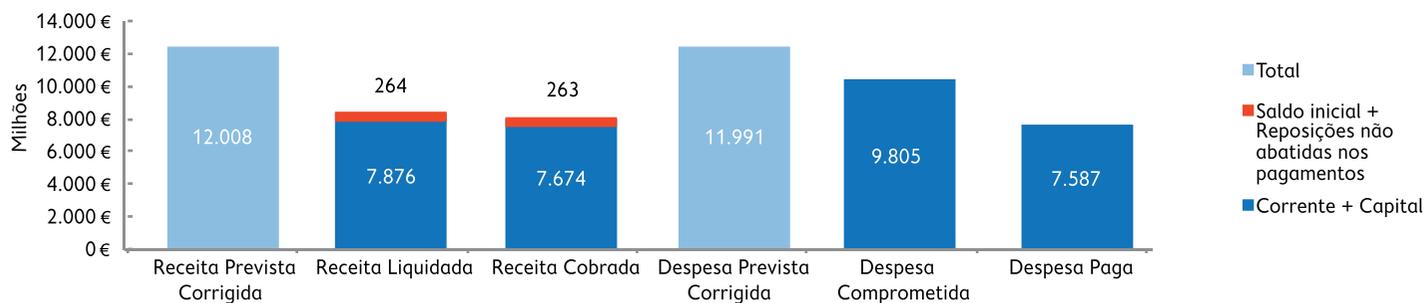


Gráfico 2.11 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada, em 2012



Quadro 2.50 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	25%	34%	28%	24%	24%	21%
		Aveiro	Castanheira de Pêra	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão
	Máximo	99%	94%	92%	95,3%	94,9%	94%
		Pombal	Mealhada	S. J. Pesqueira	S. J. Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres
Médio	65%	65%	62%	60%	61%	63%	
Grau de execução da Receita**	Mínimo	24%	35%	28%	28%	24%	21%
		Aveiro	Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão
	Máximo	118%	100%	93%	96%	100%	103%
		Albufeira	Sobral de Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. J. Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão
Médio	68%	67%	63%	62%	64%	67%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	53%	35%	44%	58%	60%	62%
		Funchal	Fundão	Fundão	Guarda	Guarda	Seixal
Médio	7%	4%	4%	5%	6%	6%	
Despesas de Investimento / despesas totais***	Mínimo	3%	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%
		Porto	Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba
	Máximo	69%	68%	55%	59%	54%	60%
		Ribeira Brava	Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa
Médio	28%	28%	28%	21%	20%	20%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	9%	9%	11%	5%	10%	10%
		Covilhã	Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca Campo
	Máximo	53%	58%	53%	55%	58%	55%
		Sardoal	Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão
Médio	28%	29%	29%	31%	30%	28%	

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/dotação previsional da receita (corrigida).

*** Razão entre as despesas de investimento pagas e o total das despesas pagas no ano. **A partir de 2010 foi considerado apenas o valor inscrito na rubrica 07.01-Investimentos, o que explica a diminuição dos valores** (nos anos anteriores apenas foi possível considerar o total na rubrica 07 - aquisição de bens de investimento)

receitas, evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos⁹⁷, referenciando os municípios responsáveis pelos extremos.

Os valores observados suscitam os seguintes comentários:

- A média do grau de execução do orçamento da despesa⁹⁸, no período 2007/2012 foi de 62,6%, isto é, – 2,2pp que a média do grau de execução do orçamento da receita⁹⁹, para o mesmo período, a qual se fixou em 64,8%. Verifica-se que a partir de 2009, o grau de execução da despesa e da receita se tem ficado abaixo da média do período, atingindo o nível mais baixo em 2010, com 60% de despesa paga em relação à despesa prevista e 62% de receita cobrada. Em 2011 o grau de cobrança média de receita foi de 64% e o da despesa de 61%¹⁰⁰, melhorando, ligeiramente em relação ao ano transato. Em 2012, o grau de execução da receita continuou a melhorar ligeiramente, atingindo os 67% de cobrança dos montantes estimados, mas mantendo-se ainda num valor muito reduzido¹⁰¹ e condicionando o grau de execução da despesa o qual se quedou pelos 63%, também, este, um valor insustentável para o equilíbrio financeiro das autarquias.
- Em 2011 o peso médio das despesas com pessoal, na estrutura total da despesa, foi de 30%. Todavia, nesse ano, 5 municípios apresentaram um índice de despesa com pessoal superior a 50% das despesas totais (Alcochete, Barrancos, Montijo, Mourão e Sar-

⁹⁷ A avaliação dos níveis de execução da despesa e da receita, conforme indicador definido em POCAL, não se pode dissociar da análise da evolução dos valores orçamentais da receita e respetivas cobranças. O grau de execução da receita poderá traduzir mais, a desproporção entre o volume de receita prevista e a capacidade real de cobrança, que, um decréscimo do volume global da receita executada.

⁹⁸ Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação previsional corrigida.

⁹⁹ Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/dotação previsional da receita (corrigida).

¹⁰⁰ Os valores dos indicadores de realização da despesa e da receita, conforme imposto pelo POCAL, tenderão a ser muito semelhantes, uma vez que se tratam de graus de execução ao nível de Caixa e referenciados a iguais montantes, como os são, o total da receita e o total da despesa. Tais indicadores apenas nos informam dos valores cobrados em relação à receita prevista, e dos montantes pagos em relação a iguais montantes previstos de despesa. Por isso, esta comparação pouco nos dirá sobre a situação financeira dos municípios. Contudo, ao verificar-se o volume de compromissos por pagar, transformados em dívida administrativa de curto prazo, logo se verifica que o verdadeiro indicador da realização da despesa terá que ser referenciado à despesa assumida (compromissos assumidos).

¹⁰¹ Por via do inflacionamento da receita

doal). Em 2012, estiveram nesta situação, apenas os municípios de Barrancos e de Mourão. Com despesa com pessoal, superior a 30% das despesas totais, mas inferior a 50% das mesmas, identificaram-se 148 municípios em 2011, dos quais 12 são de grande dimensão¹⁰² e 115 municípios em 2012, dos quais 10 são de grande dimensão¹⁰³.

Para melhor se compreender a conjuntura financeira em que moveram os municípios durante o período de 2007/2012, apresentamos no quadro 2.51 os valores médios e as variações extremas dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

Da observação do grau de realização da despesa realizada (assumida) e da receita liquidada, pode-se concluir:

- No período 2007/2012, para iguais valores de previsão da despesa e da receita, o grau médio de execução da despesa reportada aos compromissos assumidos, foi de 81,5%. Índice, manifestamente superior ao verificado para a receita liquidada, que foi de 65,4%. Esta diferença de 16% será o peso médio de despesa que, ao longo seis anos, nunca foi coberta pela receita¹⁰⁴.
- Em 2011, esta diferença acentuou-se com um nível de realização dos compromissos de 81,3% e um nível de liquidação da receita de 64,5%. Isto é, 16,8%¹⁰⁵ da despesa realizada, neste ano, foi assumida sem possibilidade de ser coberta por receita. Em 2012, a diferença entre a realização das despesas e a realização das receitas baixou

¹⁰² Almada, Amadora, Braga, Funchal, Lisboa, Loures, Maia, Odivelas, Oeiras, Porto, Seixal, Setúbal

¹⁰³ Lisboa, Almada, Amadora, Funchal, Gondomar, Loures, Maia, Odivelas, Porto, Seixal, Setúbal

¹⁰⁴ Mantendo-se o enquadramento legal, da possibilidade de ser autorizada despesa na base da previsão da receita e, não havendo mecanismo legislativo que obrigue ao reequilíbrio orçamental aferido à execução da receita, este diferencial de execução tornar-se-á crónico, e a despesa de curto prazo tenderá a aumentar face às restrições do acesso ao crédito bancário. A concretização da despesa, independentemente da realização ou não da receita, é a razão da falta de liquidez da generalidade dos municípios. Importaria, no mais curto espaço de tempo, que fossem adotadas medidas que, condicionassem a realização da despesa à execução do orçamento da receita.

¹⁰⁵ Admite-se este valor que traduz a diferença entre indicador da receita e o indicador da despesa, para traduzir o iato entre a despesa realizada e a capacidade de pagamento da mesma, face ao equilíbrio orçamental que, durante a execução orçamental se persiste manter, entre dotações globais da despesa e as dotações previsionais da receita

Quadro 2.51- Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grau de execução da despesa, ao nível dos compromissos	Mínimo	49,5%	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%
	Máximo	100,0%	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%
	Médio	83,0%	82,8%	82,2%	80,1%	81,3%	79,3%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações*	Mínimo	24,4%	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%
	Máximo	121,6%	101,2%	93,8%	97,5%	**109,3%	***109,8%
	Médio	67,8%	67,2%	63,7%	62,6%	64,5%	66,8%

* Fórmula: (Receitas Liquidadas – Liquidações Anuladas) / Receitas Previstas

** Este grau superior a 100% de realização das receitas liquidadas pertence ao município de Mealhada. Este município apresentou receitas previstas corrigidas de 18.089.956,56€ e receitas liquidadas no montante de 19.843.540,62€.

*** Este grau superior a 100% de realização das receitas liquidadas pertence ao município de Barcelos. Este município apresentou receitas previstas corrigidas de 71.152.766,97€ e receitas liquidadas no montante de 78.446.053,12€.

para 12,5%¹⁰⁶, ao verificar-se a diminuição do grau de realização dos compromissos para 79,3% e o aumento da liquidação das receitas para 66,8%.

O *ranking* R36 mostra os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas (realizadas). Esta comparação faz sentido observar, face ao equilíbrio orçamental ex-ante e à prática da sua não alteração, em sede de execução orçamental, mantendo-se as dotações globais da despesa iguais às dotações globais da receita prevista sem ajustamentos à receita liquidada e muito menos à cobrada. Quanto maior é esta diferença, maior é o impacto negativo deste sistema de execução orçamental no equilíbrio financeiro das autarquias.

- Com uma diferença de graus de execução da receita e da despesa superior a 30%, identificaram-se 60 municípios, em 2011, dos quais 3 são de grande dimensão (Setúbal, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira). Em 2012, estiveram 40 municípios nesta situação, sendo 3 de grande dimensão (Setúbal, Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira).

O *ranking* R37 mostra os municípios que, em 2011 e 2012, apresentaram um grau de realização da despesa igual ou inferior ao

¹⁰⁶ Uma diminuição, ainda, muito insuficiente para se ajustar a execução financeiras das autarquias a um nível de sustentabilidade económica das mesmas.

da receita. Serão os municípios que na sua gestão orçamental acautelaram a imprevisibilidade de cobrança da despesa realizada e menos propensão apresentam para a existência de dívida de curto prazo¹⁰⁷.

- Com uma diferença de grau de realização da despesa e da receita igual ou inferior a 10% encontram-se apenas 93 municípios, sendo que 33, em 2011, apresentaram esta diferença com sinal negativo, isto é, o volume de receita liquidada foi superior ao volume de despesa comprometida. Em 2012, o número de municípios nesta situação foram 149, dos quais 57 apresentaram sinal negativo.

- A listagem do *ranking* R37, em relação a 2011, esgota nos 33 municípios elencados, o número de municípios cujo grau de execução da receita liquidada foi superior ao grau de execução da despesa compromissada. Em 2012, verifica-se uma franca melhoria da capacidade de controlo das despesas por parte dos municípios e, por isso, já são 59 os que conseguem uma execução da receita superior à da despesa.

¹⁰⁷ Todavia, em 2011, seis destes municípios (Albergaria-a-Velha, Fronteira, Pedrógão Grande, Anadia, Seixal e Mora) apresentaram, na prestação de contas, um volume de dívidas a receber de curto prazo superior ao montante de saldo e caixa acrescido de depósitos à ordem, sendo que Anadia, Pedrógão Grande e Seixal apresentaram, ainda, dívidas de curto prazo superiores à soma das receitas liquidadas e não cobradas com o saldo final de caixa e com os depósitos à ordem. Em 2012, estiveram nesta situação os municípios de Barcelos, Elvas, Gavião, Horta e Vila Franca do Campo, dos quais apenas Barcelos não apresentou dívidas de curto prazo superiores à soma das receitas liquidadas e não cobradas com o saldo final de caixa e com os depósitos à ordem.

R36 – Municípios com maior diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas

Município	Dimensão	2011			Município	Dimensão	2012			
		Execução Despesa Comprom.	Execução Receita Liquidada	Diferença execução			Execução Despesa Comprom.	Execução Receita Liquidada	Diferença execução	
1	Portimão	M	89,99%	23,07%	66,9%	Portimão	M	98,86%	21,50%	77,36%
2	Nordeste	P	91,93%	32,13%	59,8%	Nazaré	P	89,97%	29,63%	60,34%
3	Trofa	M	81,75%	24,32%	57,4%	Nordeste	P	97,25%	40,62%	56,63%
4	Nazaré	P	84,73%	29,14%	55,6%	Trofa	M	77,37%	23,39%	53,98%
5	Machico	M	94,61%	46,31%	48,3%	Machico	M	86,40%	35,40%	51,00%
6	Cartaxo	M	75,71%	28,53%	47,2%	Cartaxo	M	73,65%	23,60%	50,05%
7	Penela	P	90,23%	43,72%	46,5%	Ribeira Brava	P	85,98%	37,24%	48,74%
8	Vizela	M	81,61%	35,24%	46,4%	VR Santo António	P	82,25%	35,63%	46,62%
9	VR Santo António	P	83,97%	37,61%	46,4%	Santa Cruz	M	92,88%	47,15%	45,73%
10	Santa Comba Dão	P	95,45%	49,16%	46,3%	Vizela	M	77,51%	31,94%	45,57%
11	Vieira do Minho	P	97,00%	51,54%	45,5%	Évora	M	85,59%	40,97%	44,63%
12	Santarém	M	95,88%	52,10%	43,8%	Paços de Ferreira	M	88,09%	43,88%	44,20%
13	Mirandela	M	89,34%	45,67%	43,7%	Paredes	M	82,21%	38,04%	44,16%
14	Celorico da Beira	P	84,99%	41,65%	43,3%	Santarém	M	96,36%	53,86%	42,49%
15	Castanheira de Pêra	P	91,07%	48,86%	42,2%	Chaves	M	81,24%	39,48%	41,76%
16	Santa Cruz	M	89,33%	47,40%	41,9%	Lamego	M	85,84%	44,12%	41,72%
17	Montemor-o-Velho	M	92,31%	50,48%	41,8%	Fundão	M	90,02%	49,62%	40,40%
18	Lamego	M	91,37%	50,59%	40,8%	Reguengos de Monsaraz	P	98,15%	58,68%	39,48%
19	São Vicente	P	87,25%	47,20%	40,0%	Guarda	M	69,98%	32,52%	37,47%
20	Peso da Régua	P	76,03%	36,44%	39,6%	Torres Novas	M	83,86%	46,82%	37,04%
21	Aveiro	M	74,62%	35,06%	39,6%	Vila do Conde	M	92,31%	56,18%	36,12%
22	Alijó	P	86,50%	47,76%	38,7%	Vieira do Minho	P	86,14%	50,40%	35,74%
23	Faro	M	79,54%	41,36%	38,2%	Valongo	M	96,73%	60,99%	35,73%
24	Nelas	P	99,74%	62,38%	37,4%	Borba	P	97,17%	61,51%	35,66%
25	Chamusca	P	86,08%	48,75%	37,3%	Alandroal	P	81,57%	46,26%	35,31%
26	Guarda	M	71,08%	33,85%	37,2%	Vagos	M	91,31%	56,08%	35,23%
27	Borba	P	98,40%	61,43%	37,0%	Alijó	P	81,40%	46,38%	35,02%
28	Fundão	M	78,98%	42,17%	36,8%	Mirandela	M	95,90%	61,03%	34,87%
29	Bombarral	P	90,33%	53,55%	36,8%	Santa Comba Dão	P	94,96%	60,67%	34,28%
30	Torres Novas	M	81,70%	45,11%	36,6%	Moimenta da Beira	P	94,01%	59,79%	34,23%
31	Ansião	P	91,19%	54,62%	36,6%	Vila Nova de Gaia	G	86,57%	52,64%	33,93%
32	Valongo	M	95,37%	59,49%	35,9%	Covilhã	M	73,88%	40,93%	32,96%
33	Vila Verde	M	85,46%	49,72%	35,7%	Setúbal	G	86,39%	54,04%	32,35%
34	Valpaços	P	94,34%	58,92%	35,4%	Câmara de Lobos	M	66,52%	34,24%	32,29%
35	Setúbal	G	91,46%	56,21%	35,2%	Espinho	M	75,24%	43,72%	31,52%

R37 – Municípios com Grau de execução de Despesas Comprometidas inferior ou igual ao Grau de execução de receitas liquidadas

Município		Dimensão.	2011			Município		Dimensão	2012		
			Execução Despesa Comprom	Execução Receita Liquidada	Diferença execução				Execução Despesa Comprom	Execução Receita Liquidada	Diferença execução
1	Arronches	P	53,9%	88,4%	-34,5%	Mortágua	P	55,10%	95,33%	-40,22%	
2	Mortágua	P	56,6%	89,5%	-33,0%	Arronches	P	43,26%	83,15%	-39,89%	
3	Mealhada	M	79,2%	109,3%	-30,1%	Marvão	P	72,50%	103,26%	-30,77%	
4	Aguiar da Beira	P	71,2%	100,1%	-28,9%	Aguiar da Beira	P	58,79%	89,54%	-30,75%	
5	Ponte de Lima	M	68,3%	84,7%	-16,4%	Coruche	P	64,81%	81,45%	-16,65%	
6	Vila Franca de Xira	G	83,4%	97,8%	-14,4%	Elvas	M	77,09%	92,80%	-15,71%	
7	Albergaria-a-Velha	M	86,4%	100,0%	-13,5%	Barcelos	G	95,21%	109,75%	-14,54%	
8	Santa Cruz das Flores	P	88,0%	99,2%	-11,2%	Sever do Vouga	P	87,54%	101,80%	-14,26%	
9	Ponte de Sor	P	73,0%	84,1%	-11,0%	Santa Cruz das Flores	P	78,22%	91,18%	-12,96%	
10	Marvão	P	65,3%	76,0%	-10,7%	Carregal do Sal	P	72,43%	84,81%	-12,38%	
11	Portel	P	66,0%	75,8%	-9,8%	Vila Franca de Xira	G	81,53%	93,13%	-11,60%	
12	Redondo	P	69,0%	77,8%	-8,8%	Pedrógão Grande	P	77,11%	87,87%	-10,76%	
13	Carregal do Sal	P	61,4%	69,4%	-7,9%	Alcoutim	P	60,17%	70,91%	-10,74%	
14	Almada	G	92,1%	99,9%	-7,7%	Portel	P	70,73%	81,41%	-10,68%	
15	Castelo de Vide	P	79,4%	86,0%	-6,6%	Mealhada	M	81,76%	92,01%	-10,25%	
16	Fronteira	P	75,2%	81,3%	-6,1%	Castelo de Vide	P	76,72%	86,74%	-10,02%	
17	Crato	P	80,7%	85,0%	-4,3%	Crato	P	66,44%	74,96%	-8,52%	
18	Porto	G	89,9%	94,1%	-4,2%	Figueira de Castelo Rodrigo	P	60,15%	68,25%	-8,10%	
19	Alpiarça	P	81,3%	85,0%	-3,7%	Pampilhosa da Serra	P	74,93%	82,26%	-7,33%	
20	Mértola	P	84,8%	88,3%	-3,5%	Almodôvar	P	76,39%	83,48%	-7,09%	
21	Coruche	P	79,8%	82,6%	-2,9%	Gavião	P	72,19%	79,02%	-6,83%	
22	Marco de Canaveses	M	92,1%	94,7%	-2,6%	Idanha-a-Nova	P	89,33%	95,47%	-6,14%	
23	Almodôvar	P	77,4%	79,8%	-2,4%	Ovar	M	76,10%	82,23%	-6,13%	
24	Santa Cruz da Graciosa	P	71,3%	73,0%	-1,7%	Oleiros	P	70,03%	76,00%	-5,97%	
25	Penedono	P	68,0%	69,4%	-1,4%	Mértola	P	85,47%	89,45%	-3,98%	
26	Castro Verde	P	88,0%	89,0%	-1,0%	Ponte de Sor	P	64,31%	67,94%	-3,63%	
27	Gavião	P	72,9%	73,9%	-1,0%	Corvo	P	80,04%	83,65%	-3,61%	
28	Pedrógão Grande	P	87,4%	88,3%	-0,9%	Horta	P	82,98%	86,57%	-3,59%	
29	Anadia	M	75,3%	75,9%	-0,6%	Porto	G	72,16%	75,48%	-3,32%	
30	Vimioso	P	47,5%	48,2%	-0,6%	Maia	G	81,46%	84,70%	-3,23%	

Município		Dimensão.	2011			Município		Dimensão	2012		
			Execução Despesa Comprom	Execução Receita Liquidada	Diferença execução				Execução Despesa Comprom	Execução Receita Liquidada	Diferença execução
31	Fornos de Algodres	P	95,1%	95,5%	-0,4%	Vila Velha de Ródão	P	86,38%	89,42%	-3,05%	
32	Seixal	G	87,6%	87,8%	-0,2%	Alvito	P	75,12%	78,14%	-3,02%	
33	Idanha-a-Nova	P	81,4%	81,5%	-0,1%	Calheta (R. A. A.)	P	82,60%	85,25%	-2,64%	
34						Campo Maior	P	51,61%	54,16%	-2,5%	
35						Vila Franca do Campo	P	74,79%	77,25%	-2,5%	
36						Constância	P	89,54%	91,95%	-2,4%	
37						Mondim de Basto	P	52,82%	55,13%	-2,3%	
38						Viseu	M	80,61%	82,85%	-2,2%	
39						Penalva do Castelo	P	64,25%	66,24%	-2,0%	
40						Salvaterra de Magos	M	81,77%	83,70%	-1,9%	
41						Vidigueira	P	59,97%	61,83%	-1,9%	
42						Porto de Mós	M	71,79%	73,49%	-1,7%	
43						São Brás de Alportel	P	72,47%	74,07%	-1,6%	
44						Tavira	M	59,52%	60,82%	-1,3%	
45						Belmonte	P	81,04%	82,30%	-1,3%	
46						Sobral de Monte Agraço	P	88,17%	89,27%	-1,1%	
47						Sernancelhe	P	65,90%	66,97%	-1,1%	
48						Proença-a-Nova	P	90,91%	91,85%	-0,9%	
49						Murtosa	P	82,34%	83,00%	-0,7%	
50						Esposende	M	97,05%	97,69%	-0,6%	
51						Cantanhede	M	68,88%	69,49%	-0,6%	
52						Angra do Heroísmo	M	82,42%	82,88%	-0,5%	
53						Albergaria-a-Velha	M	77,25%	77,58%	-0,3%	
54						Santa Cruz da Graciosa	P	80,42%	80,74%	-0,3%	
55						Anadia	M	64,16%	64,39%	-0,2%	
56						Vila do Porto	P	92,80%	92,97%	-0,2%	
57						Leiria	G	63,09%	63,15%	-0,1%	
58						Vila Nova de Famalicão	G	91,76%	91,80%	0,0%	
59						Sátão	P	81,82%	81,80%	0,0%	

R38 – Municípios com menor diferença positiva, entre o grau de execução de receitas liquidadas e o grau de execução de despesas comprometidas, em 2011 e 2012

Município		Dimensão	2011			Município	Dimensão	2012		
			Execução Despesa Comprom	Execução Receita Liquidada	Diferença execução				Execução Receita Liquidada	Diferença execução
1	Mora	P	60,1%	60,0%	0,1%	Moita	M	88,34%	88,24%	0,1%
2	Elvas	M	74,9%	74,7%	0,2%	Vouzela	P	93,31%	93,10%	0,2%
3	Proença-a-Nova	P	92,2%	91,6%	0,6%	Sintra	G	90,32%	90,02%	0,3%
4	São João da Pesqueira	P	72,3%	71,7%	0,6%	Alpiarça	P	79,87%	79,56%	0,3%
5	Ovar	M	74,0%	73,1%	0,8%	Redondo	P	64,89%	64,52%	0,4%
6	Constância	P	73,1%	72,2%	0,9%	Amadora	G	85,56%	84,86%	0,7%
7	Murça	P	78,5%	77,5%	1,0%	Sabugal	P	69,41%	68,62%	0,8%
8	Oleiros	P	81,6%	80,2%	1,4%	Batalha	P	71,19%	70,40%	0,8%
9	Angra do Heroísmo	M	79,2%	77,7%	1,5%	Condeixa-a-Nova	P	80,78%	79,83%	1,0%
10	São Brás de Alportel	P	72,1%	70,6%	1,5%	Meda	P	71,81%	70,79%	1,0%
11	Sardoal	P	79,7%	77,3%	2,3%	Castro Verde	P	78,56%	77,19%	1,4%
12	Cinfães	M	61,1%	58,6%	2,5%	Castanheira de Pêra	P	72,67%	71,29%	1,4%
13	Lajes das Flores	P	87,7%	85,2%	2,5%	Arouca	M	84,96%	83,51%	1,5%
14	Alcoutim	P	70,7%	68,0%	2,7%	Manteigas	P	58,42%	56,97%	1,5%
15	Sabugal	P	67,8%	65,0%	2,7%	Lisboa	G	94,72%	93,27%	1,5%
16	Vila Velha de Ródão	P	76,3%	73,1%	3,2%	Benavente	M	90,37%	88,74%	1,6%
17	Calheta (R. A. A.)	P	81,5%	78,1%	3,4%	São Roque do Pico	P	61,21%	59,21%	2,0%
18	Santa Marta de Penaguião	P	81,2%	77,8%	3,4%	Castelo de Paiva	P	58,22%	56,02%	2,2%
19	Águeda	M	75,3%	71,7%	3,6%	Cinfães	P	61,71%	59,21%	2,5%
20	Braga	G	87,0%	83,3%	3,7%	Penamacor	P	68,65%	66,05%	2,6%
21	Vouzela	P	84,2%	80,4%	3,9%	Amarante	M	86,64%	83,95%	2,7%
22	Amadora	G	88,2%	84,3%	4,0%	Silves	M	63,95%	61,20%	2,8%
23	Pampilhosa da Serra	P	78,0%	73,8%	4,2%	Cuba	P	92,14%	89,39%	2,8%
24	Vidigueira	P	64,6%	60,3%	4,3%	Fronteira	P	70,37%	67,59%	2,8%
25	Penalva do Castelo	P	60,7%	56,4%	4,3%	Marco de Canaveses	M	93,34%	90,51%	2,8%
26	Corvo	P	79,1%	74,7%	4,4%	Montalegre	P	72,47%	69,59%	2,9%
27	Lisboa	G	66,3%	61,7%	4,6%	Oeiras	G	73,13%	70,25%	2,9%
28	Góis	P	82,1%	77,3%	4,8%	Moura	P	65,21%	62,25%	3,0%
29	Castelo Branco	M	68,2%	63,3%	4,9%	Aljezur	P	80,17%	77,15%	3,0%
30	Celorico de Basto	M	86,5%	81,3%	5,2%	Fornos de Algodres	P	99,13%	96,06%	3,1%
31	Sernancelhe	P	72,2%	66,7%	5,5%	Santa Marta de Penaguião	P	72,37%	69,16%	3,2%
32	Aljezur	P	72,6%	66,9%	5,7%	Penacova	P	69,85%	66,29%	3,6%
33	Porto de Mós	M	81,3%	75,4%	5,8%	Alcochete	P	65,42%	61,75%	3,7%
34	Campo Maior	P	65,5%	59,2%	6,3%	Barrancos	P	80,26%	76,54%	3,7%
35	Almeirim	M	90,7%	84,3%	6,4%	Tondela	M	74,49%	70,58%	3,9%

2.4.2. Saldos Orçamentais

Quando se levanta a questão do déficit público e a contribuição ou não para o reforço do mesmo, por parte das autarquias, usa-se como referência o saldo global (saldo efetivo) da administração local, relacionado com as receitas efetivas¹⁰⁸ e despesas

efetivas¹⁰⁹.

O saldo global ou efetivo¹¹⁰ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe superavit, isto é, um excedente orçamental que se traduz na capacidade de financia-

Quadro 2.52 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos versus pagamentos)

Unidade: milhões de euros

Base de Caixa (recebimentos / pagamentos)		2007	2008	2009	2010	2011	2012
(a)	Receitas correntes	5.653	5.730	5.746	5.825	5.646	5.564
(b)	Saldo de gerência anterior + reposições não abatidas nos pagamentos	240	347	299	176	203	263
(c)	Despesas correntes	4.593	4.933	5.260	5.037	5.033	4.801
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	1.300	1.145	785	964	816	1.027
	N.º de municípios com corrente positivo	262	247	212	247	241	253
(e)	Receitas de capital	1.877	2.005	2.446	2.025	2.113	2.110
(f)	Despesas de capital	2.817	2.943	3.098	2.835	2.688	2.786
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-941	-938	-652	-809	-575	-676
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7.770	8.083	8.491	8.026	7.962	7.938
(c)+(f)	Despesas totais	7.410	7.876	8.358	7.872	7.720	7.587
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	359	207	133	154	242	351
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	244	198	214	215	232	248
(i)	Ativos financeiros (receitas)	43	34	32	11	14	19
(j)	Ativos financeiros (despesa)	33	31	43	38	30	21
(k)	Passivos financeiros (receita)	357	529	965	516	474	220
(l)	Passivos financeiros (despesas)	396	353	460	577	615	890
(m)	Receitas – AF – PF	7.369	7.520	7.494	7.499	7.474	7.699
(n)	Despesas – AF – PF	6.982	7.491	7.856	7.257	7.075	6.676
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	387	29	-361	243	399	1.023
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	181	225	192	105	142	148
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	569	254	-169	347	540	1.171
	N.º de municípios com saldo primário positivo	231	206	154	245	263	296

¹⁰⁸ Receita efectiva = receita correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efectivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se contudo, que há receitas e despesas efectivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações sobre os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida., ambas são despesa corrente.

¹⁰⁹ Despesa efectiva = despesas corrente + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efectivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída da amortização de capital (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

¹¹⁰ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas

Quadro 2.53 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Receita liquidada e Despesa realizada					
		2007	2008	2009	2010	2011	2012
(a)	Receitas correntes	5.881	6.392	6.382	6.003	5.845	5.761
(b)	Saldo de gerência anterior + reposições não abatidas nos pagamentos	236	348	305	176	205	264
(c)	Despesas correntes	5.207	5.605	6.103	6.051	6.111	5.801
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	910	1.145	584	127	-61	224
	N.º de municípios com corrente positivo	191	173	129	122	126	157
(e)	Receitas de capital	1.882	2.060	2.506	2.081	2.162	2.115
(f)	Despesas de capital	4.375	4.447	5.032	4.648	4.371	4.004
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2.493	-2.387	-2.526	-2.567	-2.208	-1.890
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	7.999	8.800	9.193	8.260	8.212	8.140
(c)+(f)	Despesas totais	9.582	10.051	11.135	10.700	10.482	9.805
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	-1.583	-1.242	-1.942	-2.440	-2.269	-1.665
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	34	46	21	22	37	68
(i)	Ativos financeiros (receitas)	38	34	31	11	16	19
(j)	Ativos financeiros (despesa)	37	38	54	41	43	34
(k)	Passivos financeiros (receita)	358	528	965	516	472	220
(l)	Passivos financeiros (despesas)	400	358	466	583	626	906
(m)	Receitas – AF – PF	7.602	8.238	8.197	7.733	7.724	7.901
(n)	Despesas – AF – PF	9.145	9.656	10.615	10.076	9.812	8.865
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	-1.543	-1.419	-2.418	-2.344	-2.088	-964
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	204	245	218	134	187	192
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	-1.339	-1.174	-2.199	-2.210	-1.902	-772
	N.º de municípios com saldo primário positivo	60	48	29	28	53	103

mento da administração local. Caso seja negativo, então há défice, isto é, há necessidade de financiamento.

Há, ainda, outros dois indicadores que interessa reter, pela importância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública. São a **despesa primária**¹¹¹ e o **saldo primário**¹¹².

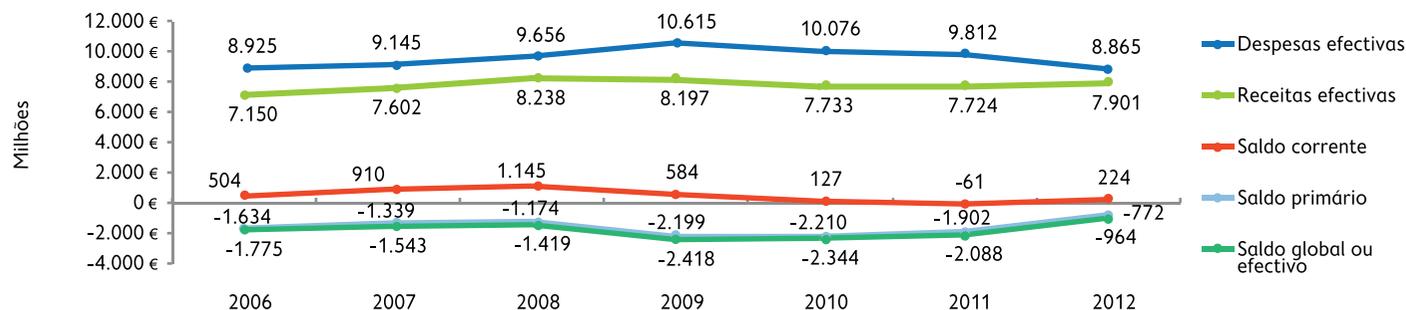
¹¹¹ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros

¹¹² Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias ou Saldo primário = saldo global + juros

Embora a informação do valor destes indicadores, na base dos recebimentos e pagamentos, tenha sido a mais frequentemente utilizada nas análises da evolução da situação financeira do sector, certo é que, face à crescente dívida de curto prazo a fornecedores e, face à possibilidade de com a implementação do POCAL se identificarem os créditos dos municípios sobre terceiros, entende-se que aqueles saldos não deverão ser avaliados na óptica de fluxos de caixa, mas mais na óptica financeira, na base dos reais fluxos económicos (receitas liquidadas e compromissos assumidos).

Apresenta-se o Quadro 2.52 – Saldos na Base de Caixa, mais a título informativo e apreciar-se-á, essencialmente, a informação pres-

Gráfico 2.12 – Evolução do saldo global efetivo, na base de compromissos



tada no Quadro 2.53 – Saldos na Base de Compromissos.

- Verifica-se que, para a globalidade do sector autárquico, o **saldo corrente**¹¹³ resultante das despesas assumidas e das receitas liquidadas foi negativo (-62 milhões de euros), pela primeira vez, em 2011, não se mantendo o equilíbrio orçamental corrente na situação ex post. Em 2012, este saldo, voltou a revelar-se positivo e no montante de 224 milhões de euros. Em 2011, só 126 municípios apresentaram **saldo corrente**¹¹⁴ positivo e em 2012, 157 municípios, estiveram nessa situação.
- Relativamente ao saldo corrente de caixa¹¹⁵, deveria o mesmo apresentar-se positivo para cada município e não apenas para a globalidade destes, como acontece. Verifica-se que em cada ano económico em análise, se detetaram municípios que não apresentaram saldo corrente de caixa positivo (46 municípios em 2007, 61 municípios em 2008, 96 municípios em 2009, 61 municípios em 2010, 67 municípios em 2011 e 55 municípios em 2012).

¹¹³ Diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes

¹¹⁴ Saldo corrente de compromissos

¹¹⁵ Quadro 2.52

- O facto de o **saldo de capital**¹¹⁶, ao nível dos compromissos, ser negativo (-2,2 mil milhões de euros em 2011 e -1,9 mil milhões de euros em 2012) não constituiria uma situação anómala, advindo da insuficiência crónica de recursos de capital, se o saldo corrente fosse suficientemente excedentário para cobrir o saldo negativo de capital. O facto de o saldo corrente se ter manifestado insuficiente para cobrir o saldo negativo de capital, tem resultado num permanente saldo global orçamental negativo¹¹⁷ para o sector autárquico (-2, 2 mil milhões de euros em 2011 e -1,6 mil milhões de euros em 2012).
- Observando o comportamento do **saldo global efetivo**, verifica-se que o mesmo foi ao longo do período sempre negativo. Cresceu entre 2007 e 2009 e a partir de 2010 começou a diminuir, ainda que ligeiramente, atingindo o valor de -2,1 mil milhões de euros, em 2011 e o valor de -964 milhões de euros em 2012. Dado que para o cálculo deste saldo contribuíram todas as receitas liquidadas¹¹⁸ e despesas

¹¹⁶ Diferença entre as receitas de capital e as despesas de capital

¹¹⁷ Diferença entre as receitas totais e as despesas totais

¹¹⁸ Toda a receita com exclusão dos ativos financeiros e passivos financeiros

assumidas¹¹⁹, poder-se-á concluir que o sector autárquico municipal, em 2011, assumiu mais de 2 mil milhões de euros de despesa e, em 2012, cerca de 964 milhões de euros, para além da sua capacidade financeira, não dispondo de meios de pagamento, nem disponíveis nem em créditos de curto prazo, para satisfazer estes compromissos, os quais traduziram o valor do défice do sector administrativo autárquico em cada um dos dois anos. Todavia, analisando o valor do saldo global efetivo apresentado em 2012, verifica-se que este melhorou extraordinariamente verificando-se um acréscimo positivo superior a 1,1 M€.

- Quanto ao **saldo primário**, na óptica dos compromissos, constatou-se que o mesmo diminuiu até 2010, com saldos negativos que ultrapassaram, naquele ano, os 2,2 mil milhões de euros. Em 2011, apesar de uma ligeira melhoria, manteve um saldo negativo, superior a 1,9 mil milhões de euros e **em 2012, melhorou extraordinariamente passando para -772 milhões de euros, embora se mantendo, ainda, negativo.**

¹¹⁹ Toda a despesa com exclusão dos ativos financeiros e passivos financeiros

CAPÍTULO 3.

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º 1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar à apresentada pelas empresas públicas e privadas antes da aplicação do novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios¹²⁰ (*accrual basis*).

¹²⁰ Base do acréscimo é uma forma mais completa de registo da informação contabilística. A base de caixa é mais limitada pois apenas se preocupa com a informação dos pagamentos e recebimentos. A base de compromissos regista também os compromissos assumidos. A base do acréscimo para além dessa informação permite também obter o valor dos custos, dos proveitos, dos ativos, dos passivos e dos resultados. Por exemplo, a aquisição

Analisando o Quadro 3.01, com informação resumida sobre o cumprimento do POCAL, no que se refere ao sistema de contabilidade patrimonial (Balanço e Demonstração dos Resultados), verificamos que houve uma evolução notável por parte dos municípios no cumprimento das obrigações decorrentes da introdução da contabilidade patrimonial. Face ao exposto, a fiabilidade na informação patrimonial e económica permite, com uma possível margem mínima de erro, apresentar os quadros e *rankings* constantes no capítulo deste Anuário.

Da evolução destes seis anos, podemos salientar o seguinte:

- Os mapas de prestação de contas, ao longo deste período evidenciam evolução do grau de cumprimento do POCAL no que respeita

de um computador, na base de caixa termina com o pagamento. Na base do acréscimo continua a registar as alterações do valor desse bem, como por exemplo as amortizações anuais.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Apresentam o Balanço e Demonstração de Resultados na Prestação de contas	307	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração de Resultados	295	299	305	304	306	306
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	306	308	308	308	308	308
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público, valor em terrenos	230	241	245	255	258	261
Têm no ativo, em Bens de Domínio Público, valor em património histórico artístico e cultural	152	166	171	176	183	189
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do ativo	257	267	270	268	275	282
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	288	290	288	290	292	293
Apresentam no Ativo valores de existências	215	235	245	259	265	271
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	127	143	155	165	180	183
Registaram proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	289	293	297	298	302	305
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	251	269	276	289	294	296

Quadro 3.02 - Municípios sem registo de proveitos diferidos – 2011 e 2012

2011		
Município		Dimensão
1	Carrazeda de Ansiães	P
2	Moita	M
3	Monchique	P
4	Ourique	P
5	Ponte da Barca	P
6	São João da Pesqueira	P

2012		
Município		Dimensão
1	Moita	M
2	Ourique	P
3	São João da Pesqueira	P

Quadro 3.03 – Municípios sem registo de amortizações do exercício – 2011 e 2012

2011		
Município		Dimensão
1	Ílhavo	M
2	Tabuaço	P

2012		
Município		Dimensão
1	Ílhavo	M
2	Tabuaço	P

o sistema de contabilidade patrimonial;

- Todos os municípios apresentaram o Balanço e a Demonstração de Resultados como documentos de prestação de contas;
- Desde 2008 verificamos que todos os municípios Portugueses incluem **Bens de Domínio Público** no Balanço. Em 2011, contudo, 50 municípios não apresentaram na conta 45 – «Bens de Domínio Público» valores relativos a terrenos e recursos naturais e em, 2012 estavam 47 municípios nesta situação.
- Relativamente ao cumprimento do **princípio da especialização do exercício**, no que respeita à contabilização dos **subsídios ou transferências recebidas e destinadas à aquisição de bens de investimento** (que devem ser registadas como proveitos diferidos e não como proveitos do exercício) verificamos que, em 2011 e 2012, apenas 6 e 3 municípios¹²¹, respetivamente, conforme o quadro 3.02, não apresentaram qualquer valor nesta rubrica do passivo.
- Apesar da obrigatoriedade do registo anual das amortizações do

exercício¹²², foram identificados 2 municípios, em 2011 e em 2012, que não efetuaram este registo contabilístico. Face à ausência de registo dos custos relativos à depreciação do Imobilizado, os ativos líquidos e os resultados económicos destes municípios encontram-se sobreavaliados. O quadro seguinte identifica para estes dois anos, os municípios nesta situação.

- Ainda em cumprimento com o princípio da especialização dos exercícios devem os municípios proceder ao registo de acréscimo de custos, para refletirem no ano os custos efetivos independentemente do seu pagamento ou recebimento¹²³. Verifica-se que, em 2011 e 2012, respetivamente, 14 e 12 municípios, não apresentaram qualquer valor nessa rubrica patrimonial. No período em análise, constata-se um decréscimo significativo do número de municípios com este tipo de incumprimento.
- Os princípios contabilísticos a aplicar pelas autarquias obri-

¹²¹ Esta situação apenas se justificará se os municípios não receberam subsídios para investimentos porque, de outra forma, estão a inflacionar os resultados económicos, pois as receitas eventuais (subsídios recebidos para investimentos) se não contabilizadas em “proveitos diferidos” serão (erradamente) contabilizadas como proveitos do exercício, distorcendo o verdadeiro resultado económico do exercício.

¹²² Em obediência ao princípio da especialização dos exercícios, o valor das aquisições dos bens inventariáveis são custos à medida que vão sendo depreciados ou desvalorizados. Em termos contabilísticos, o registo da desvalorização anual do imobilizado no POCAL designa-se por «Amortizações» e representa um custo que pesa cerca de 16% nos custos totais, dado o elevado valor dos ativos imobilizados. A ausência deste registo deturpa a análise do resultado económico do exercício.

¹²³ É exemplo desta situação a contabilização das férias e subsídios de férias devidas aos trabalhadores em N+1, sendo no entanto custo do ano N.

Quadro 3.04 - Municípios que não apresentaram Dívidas a Receber de Clientes, Contribuintes e Utentes – 2011 e 2012

2011			2012		
	Município	Dimensão		Município	Dimensão
1	Arronches	P	1	Arronches	P
2	Ferreira do Zêzere	P	2	Ferreira do Zêzere	P
3	Gavião	P	3	Gavião	P
4	Monforte	P	4	Marco de Canaveses	M
5	Nordeste	P	5	Monforte	P
6	Oeiras	G	6	Oeiras	G
7	Oleiros	P	7	Oleiros	P
8	Paços de Ferreira	M	8	Penalva do Castelo	P
9	Penalva do Castelo	P	9	Porto Santo	P
10	Porto Santo	P	10	Santa Cruz das Flores	P
11	Santa Cruz das Flores	P	11	Santana	P
12	Santana	P	12	Sátão	P
13	Sátão	P	13	Tondela	M
14	Tondela	M	14	Vidigueira	P
15	Vidigueira	P	15	Vila Nova de Poiares	P
16	Vila Nova de Poiares	P			

gam relativamente às dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora, à criação de uma provisão (atualmente no setor empresarial designada por “perda por imparidade”) para cobranças duvidosas (provisão de 50% se a dívida está em mora há mais de 6 meses e até 12 meses; provisão de 100% se a dívida está em mora há mais de 12 meses). Relativamente a esta conformidade contabilística, verificou-se uma melhoria do número de municípios que apresentaram registos nas respetivas contas patrimoniais. Assim, enquanto em 2007, apenas 127 municípios apresentaram registo de provisões, em 2011 e 2012, esse número subiu para 180 e 183, respetivamente. Apesar de esta evolução evidenciar uma significativa melhoria na utilização do princípio da prudência e cumprimento do definido no POCAL, 40,5% dos municípios ainda não cumprem com o POCAL no que se refere a este registo contabilístico anual¹²⁴.

¹²⁴ Esta situação pode ser justificada pelos seguintes fatores(i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança;

- Relativamente às **Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes** verifica-se que, em 2011 e 2012, 16 e 15 municípios, respetivamente, não apresentaram saldo nesta conta, no final do ano económico, podendo muito provavelmente significar que nesses municípios, conforme quadro 3.04, a liquidação da receita é registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL.
- Verifica-se, também, que 43 municípios em 2011 e 37 em 2012, não apresentaram qualquer valor na rubrica referente a **existências**. Contudo, esta ausência pode não significar incumprimento das regras contabilísticas, mas tão só o facto de os serviços produtivos estarem externalizados ou delegados em serviços ou empresas municipais¹²⁵.

(iii) uma parte das dívidas a receber referirem-se ao Estado e, de acordo com o POCAL, não poderem ser criadas provisões sobre dívidas de entidades do Setor Público.

¹²⁵ Analisados os Balanços de 293 empresas municipais e 29 serviços municipalizados, cuja atividade pressupõe a existência de stocks, verifica-se que 163 das 293 empresas municipais e 25 dos 29 serviços municipalizados apresentam saldo na conta de existências.

3.2. Ativo

No Quadro 3.05 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores poder-se-á concluir o seguinte:

- Em 2011 e 2012, o **imobilizado** (bens de domínio público, corpóreo e incorpóreo) representavam, respetivamente 89% e 88,8% do Ativo Total dos Municípios. Entre 2006 e 2012 o imobilizado aumentou 5 626 milhões de euros.
- Os **bens de domínio público**¹²⁶ e o **imobilizado corpóreo**, em

¹²⁶ Sendo as estradas, por imposição constitucional (artigo 34.º da Constituição da República Portuguesa), Bens de Domínio Público, e os museus, bibliotecas, arquivos, bens da mesma natureza, de acordo com o Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, facilmente se depreenderá que existe significativo desequilíbrio proporcional entre os Bens de Domínio Público e o outro Imobilizado Corpóreo. A razão desta situação deve-se ao facto de a maior parte das vias públicas, praças e jardins, e outros bens imóveis do domínio municipal não estarem inventariados ou avaliados. Verifica-se ser reduzido, também, o valor contabilístico reflectido no Activo nas contas de registo dos bens referentes a museus, bibliotecas ou arquivos municipais.

conjunto, representaram, em 2011 e 2012, respetivamente, 74,8% e 75,3% do total do imobilizado. Entre 2006 e 2012 o aumento bruto destas componentes do ativo, para a globalidade do setor autárquico, foi de 2 335 milhões de euros e de 3 849 milhões de euros, respetivamente. O montante de bens de domínio público apresentou um aumento de 3,9% em 2011 e um decréscimo de 3,1% em 2012. Foram 179 os municípios que apresentaram diminuição do valor de bens de domínio público, em 2012. O imobilizado corpóreo que em 2011 apenas cresceu 0,1%, em 2012 aumentou 3,1%. Esta situação pode estar mais associada à integração de imobilizado em curso, já que o investimento das autarquias tem diminuído desde 2010.

• O **imobilizado em curso** representou em 2011 e 2012, respetivamente 13,6% e 12,8% do imobilizado total do setor autárquico. A partir de 2010, tem apresentado uma progressiva diminuição de valor: -3,9% em 2010, -7,8% em 2011 e - 5,7% em 2012, que poderá estar associada à diminuição de investimento das autarquias.

Quadro 3.05 – Componentes do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bens de domínio público	11.369	11.279	12.164	12.839	13.613	14.146	13.704
Imobilizado incorpóreo	63	71	75	76	81	59	61
Imobilizado corpóreo	13.024	13.853	14.856	15.761	16.345	16.368	16.873
Imobilizado em Curso	5.739	5.926	5.913	6.201	5.958	5.494	5.182
Total do imobilizado	30.195	31.129	33.008	34.877	35.996	36.067	35.821
Investimentos Financeiros	1.110	1.198	1.338	1.419	1.613	1.713	1.708
Existências	143	118	116	119	120	136	130
Dívidas a Receber	816	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238
Títulos Negociáveis	37	60	35	15	14	16	16
Depósitos e Caixa	604	738	673	584	596	666	761
Acréscimos de proveitos	139	197	233	309	410	479	567
Custos diferidos	86	97	198	217	129	105	86
Total	33.130	34.355	36.675	38.622	40.075	40.509	40.326

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2012

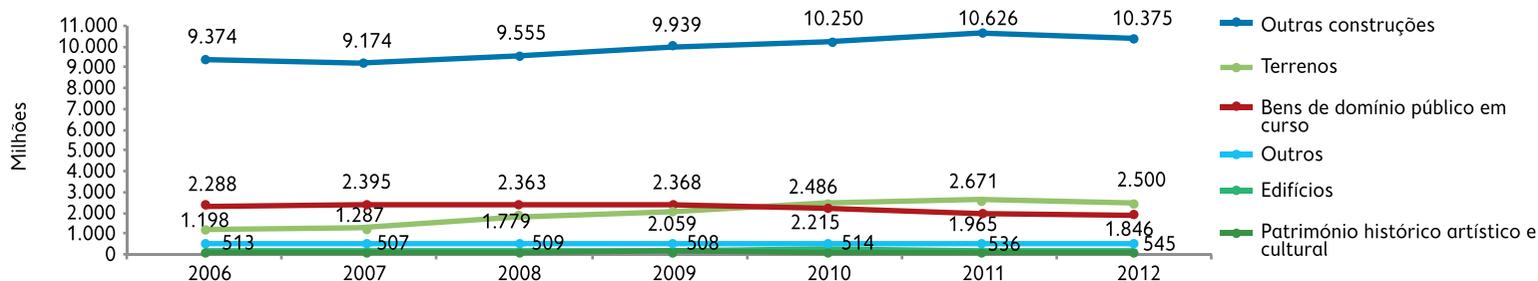


Quadro 3.06 – Evolução do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Variação em M€						Variação em %					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bens de domínio público	-90	885	675	774	533	-442	-0,8%	7,8%	5,5%	6,0%	3,9%	-3,1%
Imobilizado incorpóreo	8	4	1	5	-22	2	12,7%	5,6%	1,3%	6,6%	-27,2%	3,4%
Imobilizado corpóreo	829	1 003	905	584	23	505	6,4%	7,2%	6,1%	3,7%	0,1%	3,1%
Imobilizado em Curso	187	-13	288	-243	-464	-312	3,3%	-0,2%	4,9%	-3,9%	-7,8%	-5,7%
Total do imobilizado	934	1 879	1 869	1 119	71	-246	3,1%	6,0%	5,7%	3,2%	0,2%	-0,7%
Investimentos Financeiros	88	140	81	194	100	-5	7,9%	11,7%	6,1%	13,7%	6,2%	-0,3%
Existências	-25	-2	3	1	16	-6	-17,5%	-1,7%	2,6%	0,8%	13,3%	-4,4%
Dívidas a Receber	2	256	9	114	131	-90	0,2%	31,3%	0,8%	10,5%	10,9%	-6,8%
Títulos Negociáveis	23	-25	-20	-1	2	0	62,2%	-41,7%	-57,1%	-6,7%	14,3%	0,0%
Depósitos e Caixa	134	-65	-89	12	70	95	22,2%	-8,8%	-13,2%	2,1%	11,7%	14,3%
Acréscimos de proveitos	58	36	76	101	69	88	41,7%	18,3%	32,6%	32,7%	16,8%	18,4%
Custos diferidos	11	101	19	-88	-24	-19	12,8%	104,1%	9,6%	-40,6%	-18,6%	-18,1%
Total	1 225	2 320	1 948	1 452	435	-183	3,7%	6,8%	5,3%	3,8%	1,1%	-0,5%

Gráfico 3.02 – Evolução do valor patrimonial dos Bens de Domínio Público



• Como seria de esperar, o **imobilizado incorpóreo** tem uma fraca representatividade no ativo municipal, representando, em média, 0,2% na totalidade do imobilizado, tendo diminuído 27,2%, em 2011 e, apresentado um crescimento de 3,4% em 2012.

O gráfico 3.02 mostra a evolução do registo do valor patrimonial dos bens de domínio público.

• A rubrica de “**Outras Construções**” continua a ser a rubrica mais representativa dos bens de domínio público totalizando 75,1% do saldo total desta conta em 2011 e 75,7% em 2012. Face à diminuição dos investimentos já verificado no ponto anterior deste relatório, o valor da rubrica dos bens do domínio público em curso, diminuiu significativamente.

• Os **terrenos**¹²⁷ evidenciam as maiores variações de valor na estrutura dos Bens de Domínio Público, entre 2006 e 2012, reflectindo uma eventual regularização cadastral e a correspondente regularização contabilística.

No gráfico 3.03 é apresentada a estrutura do **Imobilizado Corpóreo**, o qual, em 2011 e 2012, representou, respetivamente, 40,4%

e 41,8% do activo total¹²⁸. As rubricas mais representativas são os terrenos, edifícios e o imobilizado em curso.

• Os **edifícios** são a componente de maior peso (66,7% em 2011 e 67,2% em 2012) continuando a apresentar aumento de valor no período em análise, em contra ciclo com a diminuição de investimento, devido à conclusão de obras em curso iniciadas em anos anteriores.

• Os **terrenos do domínio privado** das autarquias representaram 25,6% do valor total da rubrica do imobilizado corpóreo em 2011 e 25,5% em 2012. A diminuição do valor do mesmo poder-se-á dever à venda de bens de capital apresentado pelo sector autárquico, na execução orçamental.

• O **imobilizado em curso** respeitante a investimentos em bens do domínio privado municipal, apresenta um decréscimo, com alguma relevância desde 2010, face ao já referido abrandamento do investimento autárquico.

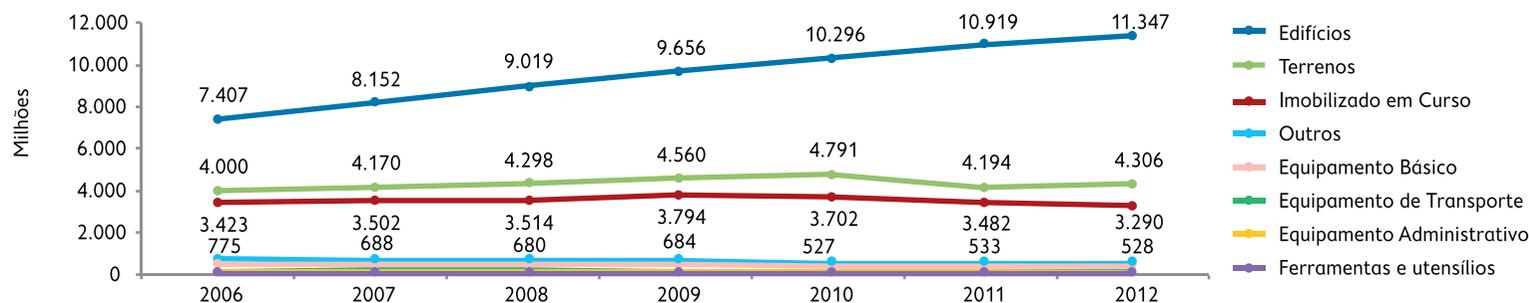
• O investimento em **equipamento básico**, será o menos relevante, se atentarmos ao facto de, tal como o investimento em **equipamento de transporte**, resultarem do exercício de competências mais residuais das autarquias.

Nos quadros 3.07 e 3.08 apresentam-se os valores dos **investimen-**

¹²⁷ Em sede de Balanço Inicial, os terrenos incluídos no Domínio Público foram uma das componentes do imobilizado de mais difícil contabilização devido à necessidade de correção do seu registo matricial e predial

¹²⁸ Incluiu, todavia, imóveis que pela sua funcionalidade não poderão ser alienados, mas que também não serão classificados Bens de Domínio Público.

Gráfico 3.03 – Evolução do valor do Imobilizado Corpóreo



tos financeiros e a respetiva taxa de variação no período em análise:

- Até 2011, as aquisições de **participações de capital** desceram drasticamente tendo apresentado, em 2012, um decréscimo de valor, face à liquidação de empresas municipais e fusão de outras¹²⁹.
- Os **investimentos em Imóveis** ainda aumentaram até 2011 mas, em 2012 apresentaram um decréscimo de 7,5%. De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em proveitos destinados a renda ou alugueres¹³⁰.
- Verifica-se também que, ao contrário de anos anteriores, em 2011 e 2012 já nenhum município apresenta adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros.
- Os investimentos financeiros em 2011 apresentam um crescimento de 6,1% (menos 7,6% que no ano de 2010) totalizando o valor de 1 712,5 milhões de euros. Em 2012, apresentam uma diminuição de 0,3% (-4,8 M€). Esta rubrica do Ativo teve sempre, um valor pouco significativo (em média 3,8%) no seu no total, sendo a componente mais relevante as participações em capital em ou-

¹²⁹ Entre 2010 e 2011 o número de empresas municipais diminuiu 3,6%, passando de 304 para 293.

¹³⁰ Refere o POCAL sobre esta conta "Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da entidade".

tras entidades, na sua grande maioria participações em empresas municipais.

Nos quadros 3.09 e 3.10 apresenta-se a composição das **dívidas a receber** e a respetiva taxa de variação no período em análise:

- O valor das **dívidas a receber** apresenta o seu valor máximo em 2011 com o total de 1 328 M€, traduzindo um aumento de 10,9%. Em 2012 baixa 90 milhões de euros (-6,8%) totalizando o valor de 1 238 M€.
- As duas componentes mais significativas dos créditos sobre terceiros são as dívidas de curto prazo constituídas sobre **Clientes contribuintes e utentes e Outros devedores**¹³¹. Em conjunto, representaram, em 2011, 81,6% do valor dos créditos a receber totalizando 1 084 M€ e, em 2012, 83,2% e o total de 1 030,2 M€. Os créditos provenientes de **Clientes contribuintes e utentes**¹³², em 2011

¹³¹ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo deverá ser uma situação a contrariar de futuro, pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado, na estrutura das dívidas a receber. Anota-se que esta rubrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo financeiro

¹³² Dispõe a lei que estes créditos com um período de mora superior a seis meses deverão originar uma provisão de 50% e às que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverá corresponder uma provisão de 100%.

Quadro 3.07 – Componentes do Investimento financeiro

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Partes de capital	871,6	951,8	1.021,3	1.083,8	1.256,0	1.334,0	1.326,3
Obrigações e títulos de participação	37,1	28,7	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2
Investimentos em Imóveis	176,7	163,9	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4
Outras aplicações Financeiras	4,3	33,4	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4
Imobilizações em Curso	13,5	14,6	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3
Adiantamentos	6,8	5,4	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0
Total	1.110,0	1.197,8	1.338,1	1.419,0	1.613,3	1.712,5	1.707,7

Quadro 3.08 – Variação dos Investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Investimentos Financeiros	Variação em M€						Variação em %					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Partes de capital	80,2	69,5	62,5	172,2	78	-7,7	9,2%	7,3%	6,1%	15,9%	6,2%	-0,6%
Obrigações e títulos de participação	-8,4	-2	6,1	-3,2	-3,8	35,4	-22,6%	-7,0%	22,8%	-9,8%	-12,8%	137,2%
Investimentos em Imóveis	-12,8	52,8	9,9	31,6	25,5	-21,3	-7,2%	32,2%	4,6%	13,9%	9,9%	-7,5%
Outras aplicações Financeiras	29,1	18	2,2	4,3	1,9	-11,4	676,7%	53,9%	4,3%	8,0%	3,3%	-19,1%
Imobilizações em Curso	1,1	1,8	2,9	-10,6	0,6	0	8,1%	12,3%	17,7%	-54,9%	6,9%	0,0%
Adiantamentos	-1,4	0,2	-2,7	0	-2,9	0	-20,6%	3,7%	-48,2%	0,0%	-100,0%	0,0%
Total	87,8	140,3	80,9	194,3	99,2	-4,8	7,9%	11,7%	6,0%	13,7%	6,1%	-0,3%

Quadro 3.09 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívidas a receber M/L prazo	35,9	37,0	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0
Empréstimos concedidos (curto prazo)	61,6	60,0	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5
Cientes contribuintes e utentes (curto prazo)	144,4	167,7	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	18,8	16,7	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3
Administração Autárquica (curto prazo)	52,9	75,2	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7
Adiantamentos (curto prazo)	21,4	13,3	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9
Outros devedores (curto prazo)	461,0	433,9	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0
Outros (curto prazo)	20,0	14,6	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1
Total de dívidas a receber em 31/12/N	816	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238

Quadro 3.10 – Variação das componentes das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Variação em M€						Variação em %					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívidas a receber M/L prazo	1,1	59	-4,5	-5,2	43,9	-1,2	3,1%	159,5%	-4,7%	-5,7%	50,9%	-0,9%
Empréstimos concedidos (curto prazo)	-1,6	-53,4	0,9	-0,2	-1,1	-0,7	-2,6%	-89,0%	13,6%	-2,7%	-15,1%	-11,3%
Clientes contribuintes e utentes (curto prazo)	23,3	10,9	-6,7	45,9	13,4	2,9	16,1%	6,5%	-3,8%	26,7%	6,2%	1,3%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	-2,1	1,4	0,8	3,7	6,1	-2,4	-11,2%	8,4%	4,4%	19,6%	27,0%	-8,4%
Administração Autárquica (curto prazo)	22,3	-11,4	19,4	1,9	-18,7	-30,7	42,2%	-15,2%	30,4%	2,3%	-22,0%	-46,2%
Adiantamentos (curto prazo)	-8,1	-2,3	-2,6	2,3	1,7	-1,5	-37,9%	-17,3%	-23,6%	27,4%	15,9%	-12,1%
Outros devedores (curto prazo)	-27,1	249,6	18,1	65,2	83,9	-54,7	-5,9%	57,5%	2,6%	9,3%	10,9%	-6,4%
Outros (curto prazo)	-5,4	1,3	-15,9	0	2,1	-2	-27,0%	8,9%	-100%	0,0%	100%	-95,2%
Total de dívidas a receber no final do ano económico	2	256	9	114	131	-90	0,2%	31,3%	0,8%	10,5%	10,9%	-6,8%

cresceram 6,2% (+13,4 M€), e em 2012, 1,3% (+ 2,9 M€) e traduzem o impacto da crise económica na actividade financeira dos municípios¹³³, mostrando a sua vulnerabilidade nas cobranças a terceiros dos serviços prestados.

- Verifica-se que 174 municípios em 2011 e 176 municípios em 2012, apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**, no total de 37,6 M€.
- As **dívidas a receber de M/L Prazo**, com o peso de 9,8% no total das dívidas a receber, em 2011 e o peso de 10,4% em 2012, apresentou um aumento significativo no primeiro destes dois anos (+50,9%, +43,9 M€), tendo, em 2012, diminuído em 0,9% (-1,2 M€). Em 2011, foram 31 os municípios que apresentaram registo de dívidas a receber a médio e longo prazo totalizando os 130,2 M€ apresentados no quadro infra. O número de municípios nesta situação, em 2012, foi de 22. Destes, e tal como aconteceu em anos anteriores, é o município de Vila Nova de Gaia que apresenta valor mais significativo (49.976.889 €), absorvendo 38,7% do total dos créditos a receber de MLP, por todo o sector autárquico.
- A **dívida do Estado** às autarquias refletirá, essencialmente, no

final de cada ano económico, a cobrança de impostos que o ministério das Finanças efetuou por conta das autarquias e que, ocorrendo no final do ano económico, a sua entrega aos municípios só se concretizará no ano económico seguinte. Poderá estar incluso neste valor, pagamentos de protocolos com os municípios, pelos quais o Estado possa estar em dívida. Contudo, não é possível determinar pelos dados recolhidos, qual a origem discriminada destes débitos. Anota-se que o valor, em 2011 e 2012 foi substancialmente superior ao registado nos anos anteriores, totalizando em cada um destes dois últimos anos, respetivamente o valor de 28,7 M€ e 26,3 M€.

- Apresenta alguma relevância a dívida de terceiros inscrita como **dívida da administração autárquica**, que, no entanto, em 2011 e 2012 apresenta uma diminuição de valores, respetivamente de -18,7 M€ (-22%) e - 30,7 M€ (-46,2%). Do valor global apresentado nestes dois anos, 40,4 M€ em 2011 e 18,9 M€ em 2012, dizem respeito ao município de Lisboa, e 6 M€ ao município de Alcobaca. No total, 32 municípios em 2011 e 31 em 2012 apresentaram dívidas.
- Da análise dos dois quadros anteriores (3.09 e 3.10), pode verificar-se que há municípios que apesar das dificuldades financeiras subjacentes à diminuição da receita autárquica, ainda têm créditos a receber de terceiros por empréstimos concedidos. Sendo possível

¹³³ Em 2010 o crescimento destas dívidas de terceiros às autarquias foi superior ao manifestado em 2011.

Quadro 3.11 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos a terceiros

Unidade: euros

Município	Dimensão	Empréstimos concedidos (curto prazo)						
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
1	Coimbra	G	2.073.891	2.187.801	2.171.736	1.555.210	1.567.145	1.571.069
2	Oeiras	G	0	2.175.996	1.875.996	1.875.996	1.434.744	1.434.744
3	Torres Vedras	M	314.653	311.725	321.135	365.210	368.560	373.488
4	Sintra	G	26.407	26.407	503.931	503.931	302.060	302.060
5	Viseu	M	109.185	0	268.888	268.888	268.888	268.888
6	Alpiarça	P	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258	194.258
7	Santiago do Cacém	M	0	28.385	71.326	94.592	92.040	175.468
8	Seixal	G	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000	170.000
9	Palmela	M	185.000	235.000	525.000	725.000	725.000	168.406
10	Évora	M	206.913	170.961	123.470	97.625	117.176	106.018
11	Setúbal	G	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000
12	Maia	G	0	23.008	39.470	78.809	81.255	71.969
13	Ferreira do Alentejo	P	0	0	0	0	0	65.948
14	Rio Maior	M	0	54.775	54.775	54.775	54.775	54.775
15	Melgaço	P	0	0	17.023	22.931	26.213	45.520
16	Paredes de Coura	P	0	0	26.859	26.859	26.859	26.859
17	Mértola	P	97.431	69.437	53.784	39.778	30.086	26.470
18	Montemor-o-Novo	P	45.489	38.520	37.817	31.595	25.647	23.897
19	Sever do Vouga	P	0	4.146	6.495	28.277	20.192	23.810
20	Figueira de Castelo Rodrigo	P	0	10.610	18.181	23.730	20.402	22.682
21	Cartaxo	M	43.597	50.862	39.751	31.648	26.052	20.851
22	Redondo	P	29.427	0	0	0	0	18.516
23	Baião	M	26.187	23.568	20.950	18.331	18.331	18.331
24	Batalha	P	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500
25	Moura	P	59.053	40.091	29.711	22.603	19.117	16.957
26	Soure	P	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775	16.775
27	Castelo Branco	M	0	0	0	0	16.750	16.750
28	Ponte de Lima	M	0	0	0	14.745	18.436	15.119
29	Oliveira de Azeméis	M	0	0	0	0	0	13.427
30	Vizela	M	0	0	13.781	20.325	16.898	13.298
31	Penedono	P	0	0	0	0	0	10.700
32	Portel	P	0	0	0	0	0	9.965
33	Oliveira do Bairro	M	0	9.000	7.732	6.259	4.786	9.407
34	Vendas Novas	P	28.769	12.235	10.419	15.315	12.832	9.302

Município	Dimensão	Empréstimos concedidos (curto prazo)						
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
35	Castelo de Paiva	P	0	0	0	9.000	9.000	9.000
36	Alvito	P	0	0	0	0	0	9.000
37	Campo Maior	P	0	0	3.200	2.244	1.628	8.574
38	Guarda	M	0	0	7.000	5.978	10.203	8.151
39	Tavira	M	10.404	0	0	0	0	7.902
40	Sesimbra	M	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634	7.634
41	Reguengos de Monsaraz	P	0	0	0	0	6.250	6.250
42	Marvão	P	0	8.868	11.822	9.601	8.411	5.809
43	Aljustrel	P	18.888	9.345	7.267	8.415	6.104	5.317
44	Coruche	P	2.715	5.127	12.371	9.827	8.044	4.735
45	Borba	P	23.230	13.960	8.489	4.197	4.197	4.197
46	Beja	M	109	109	2.041	1.804	1.677	4.001
47	Chamusca	P	7.125	5.875	4.750	3.625	2.500	2.000
48	Almeida	P	0	0	0	0	1.640	1.640
49	Lagos	M	727	727	727	727	727	727
50	Leiria	G	54.864.526	360.000	360.000	360.000	360.000	0
51	Almeirim	M	8.775	6.988	5.363	3.413	1.788	0

às autarquias conceder empréstimos verifica-se que embora não seja uma prática generalizada, há 44 autarquias que exerceram essa competência¹³⁴, em 2011 e 49 municípios em 2012. Trata-se, contudo, de um valor insignificante na estrutura global dos activos e no conjunto das dívidas a receber, representando, em média, o peso de 0,5%. Anota-se, contudo, que o volume destes empréstimos diminuiu em 2011 e 2012.

• No quadro 3.11, listam-se os municípios que apresentam em 2011 e 2012 valor nas contas de empréstimos a terceiros. Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos fica apenas o elenco dos municípios que praticaram este ato e o valor correspondente do saldo, no final de cada ano económico. Os municípios de Coimbra e Oeiras destacam-se pelo valor avultado de empréstimos concedidos. Há ainda municípios que concederam empréstimos, em 2012, pela primeira vez no período em análise. Foram eles: Ferreira do Alentejo, Oliveira de

Azeméis, Penedono, Portel e Alvito.

• As disponibilidades são a componente do Ativo cuja fiabilidade¹³⁵ será mais fácil de conferir, dado representarem os valores dos saldos em caixa, em instituições financeiras e o valor em títulos negociáveis. O peso desta componente no Ativo das autarquias situou-se entre o mínimo de 0,1% no Município de Portalegre, e o máximo de 19% no Município de Amadora, registando-se um peso médio global de 2,2%.

Os quadros 3.12 e 3.13 apresentam a composição das disponibi-

¹³⁴ Como se poderá verificar no quadro 3.10, alguns dos empréstimos referem-se a 2008 ou anos anteriores

¹³⁵ Contudo, a interpretação do valor das disponibilidades num município deverá ser efetuada com cuidado dado que o valor das mesmas inclui, para além das “reais” disponibilidades, outras, designadamente, as operações de tesouraria (cauções em bancos, de fornecedores ou clientes; impostos retidos a entregar ao Estado; etc.) que representam cobranças para terceiros ou de terceiros, não constituindo deste modo disponibilidades da entidade. Por outro lado, alguns valores de disponibilidades poderão estar consignados a projetos específicos, para os quais não se dispõem de informação. Assim, entende-se que será de toda a utilidade que a leitura do valor das disponibilidades seja efetuada em simultâneo com a informação obtida do Mapa de Fluxos de Caixa. Este distingue as disponibilidades em orçamentais e referentes a Operações de Tesouraria.

Quadro 3.12 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos em instituições financeiras e caixa	603,6	738,5	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2
Títulos negociáveis	37,2	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7
(1) Total de disponibilidades	640,8	798,0	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0
(2) Cauções de fornecedores e clientes	16,9	19,4	20,6	21,4	21,0	20,4	26,0
(3) Operações de Tesouraria 1	134,9	142,5	143,8	130,5	154,5	169,2	179,3
(4=1-2-3) Total de disponibilidades reais	489,0	636,1	543,3	446,5	434,0	492,0	571,7

Quadro 3.13 – Variação das Disponibilidades

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Variação em M€						Variação em %					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Depósitos em instituições financeiras e caixa	134,9	-65,3	-89,5	12,2	70,1	95,2	22,3%	-8,8%	-13,3%	2,1%	11,8%	14,3%
Títulos negociáveis	22,3	-25	-19,7	-1,1	1,9	0,1	59,9%	-42,0%	-57,1%	-7,4%	13,9%	0,6%
(1) Total de disponibilidades	157,2	-90,3	-109	11	72	95	24,5%	-11,3%	-15,4%	1,8%	11,8%	14,0%
(2) Cauções de fornecedores e clientes	2,5	1,2	0,8	-0,4	-0,6	5,6	14,8%	6,2%	3,9%	-1,9%	-2,9%	27,5%
(3) Operações de Tesouraria	7,6	1,3	-13,3	24	14,7	10,1	5,6%	0,9%	-9,2%	18,4%	9,5%	6,0%
(4=1-2-3) Total de disponibilidades reais	147,1	-92,8	-97	-13	58	80	30,1%	-14,6%	-17,8%	-2,8%	13,4%	16,2%

lidades¹³⁶ no final de cada ano económico e a respetiva variação.

- Estando incluso no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa montantes relativos a meras operações de tesouraria, para a real contabilização dos valores disponíveis, procedeu-se à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores e clientes, bem como o saldo de operações de tesouraria. Obteve-se o que se entende ser as reais disponibilidades dos municípios, no final de cada ano económico.

3.3. Fundos Próprios e Proveitos diferidos

No quadro 3.14 apresenta-se o valor global dos **Fundos Próprios** do universo total dos municípios.

¹³⁶ Informação obtida através do cruzamento dos Mapas de Fluxos de Caixa com os de Operações de tesouraria, expurgando estes saldos do saldo de fluxos de caixa.

Os fundos próprios¹³⁷ sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, **representam o património líquido de cada município**¹³⁸. No quadro 3.15 apresenta-se a respetiva variação de valores em milhões de euros. Com o início da implementação do POCAL, impôs-se às autarquias identificarem os seus Fundos Próprios a partir do Balanço Inicial.

¹³⁷ Os fundos próprios são constituídos por 4 grandes grupos: Fundo Patrimonial inicial ou património inicial; Fundo patrimonial adquirido, proveniente dos resultados dos diferentes exercícios; Subsídios de capital recebidos e doações recebidas; Reavaliações de imobilizado.

¹³⁸ Uma vez que o POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo embora não se trate de uma dívida a pagar, incluímos esse valor neste quadro. Contudo, na nossa opinião, o registo mais correto seria na conta 59 – Resultados Transitados. De facto a nota explicativa desta conta refere “Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Excepcionalmente, esta conta também poderá registar regularizações não frequentes e de grande significado que devam afectar, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício”.

Quadro 3.14 – Composição dos Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 10-11	Variação (%) 11-12
Fundo Patrimonial	19 682,7	20 173,5	20 704,0	21 576,6	21 392,4	21 636,4	-0,9%	1,1%
Reservas	883,8	1 122,5	1 205,1	1 348,6	1 446,6	1 626,7	7,3%	12,4%
Doações	433,8	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	4,6%	-20,8%
Subsídios + cedências + outros	172,2	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	18,1%	-39,1%
Resultados transitados	1 547,7	1 714,1	1 534,6	1 501,7	1 360,3	1 019,5	-9,4%	-25,1%
Resultados do exercício	484,7	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	40,6%	308,1%
Total dos Fundos Próprios	23 204,9	24 351,8	24 499,0	25 306,9	25 182,6	25 491,0	-0,5%	1,2%
Proveitos diferidos	3 895,8	4 440,0	4 871,0	5 299,7	6 049,8	6 575,3	14,2%	8,7%
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	27 100,7	28 791,8	29 369,9	30 606,6	31 232,4	32 066,3	2,0%	2,7%

Quadro 3.15 – Variação das componentes dos Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Variação em M€				
	2008	2009	2010	2011	2012
Fundo Patrimonial	490,8	530,5	872,6	-184,2	244,0
Reservas	238,7	82,6	143,5	98,0	180,1
Doações	41,3	51,8	56,9	26,8	*-126,9
Subsídios + cedências + outros	391,3	191,0	-560,3	35,1	-89,6
Resultados transitados	166,4	-179,5	-32,9	-141,4	-340,8
Resultados do exercício	-181,7	-529,2	328,2	41,4	441,7
Total dos Fundos Próprios	1 146,9	147,2	808,0	-124,3	308,3
Proveitos diferidos	544,2	431,0	428,7	750,1	525,5
Total dos Fundos Próprios e Proveitos diferidos	1 691,1	578,1	1 236,7	625,8	833,8

* Os municípios de Évora e Vila Franca de Xira foram os principais responsáveis desta diminuição

O fundo patrimonial (inicial) representou a diferença entre o Ativo e o Passivo no momento da elaboração do primeiro Balanço do município. Deste modo, o valor desta conta deveria ser igual ao longo dos anos em análise, o que não aconteceu, tendo o mesmo, apresentado um contínuo crescimento, o qual se deverá, essencialmente, ao facto de alguns municípios não terem, ainda, terminado o processo de inventariação e avaliação do seu imobilizado corrigindo e atualizando, anualmente, o Ativo por contrapartida da

conta Fundo Patrimonial.

Da análise do quadro supra relevam-se as seguintes observações às diferentes componentes dos fundos próprios:

- No final dos anos económicos de 2011 e 2012, os valores do **fundo patrimonial** foram, respetivamente, de 21,4 mil milhões de euros e de 21,6 mil milhões de euros, tendo no primeiro destes dois anos apresentado uma taxa de decréscimo de 0,9% (-184,2 M€) e no segundo um crescimento de 1,1% (244,0 M€). Em ambos

os anos foram 34 os municípios que apresentaram diminuição de valor nesta conta¹³⁹.

- Relativamente aos resultados líquidos do exercício, verifica-se que os mesmos em 2011 aumentaram 40,6% (+ 41,6 M€) e em 2012, aumentaram 441,7M€ (+308,1%).

- Os **subsídios recebidos** registados nos Fundos Próprios, em geral, apenas contêm os subsídios destinados a investimentos em bens não amortizáveis. O valor registado em 2011 apresenta um aumento de 18,1% (+35,1 M€) e em 2012 e uma diminuição de 39,1% (-89,6M€). Da análise das contas dos 308 municípios verificou-se que 99 municípios, em 2011, reconheceram subsídios nesta conta e em 2012 estiveram nessa situação, 105 municípios

- Pela análise das contas verifica-se que o valor considerado como **doações recebidas** é materialmente relevante. Em 2011 foi de 610,6M€, mais 26,8M€ (+4,6%) que o contabilizado em 2010, e em 2012 foi de 483,7 M€, tendo apresentado uma taxa de decréscimo de 20,8% (-126,9 M€). Foram 190, os municípios que apresentaram valores na rubrica “Doações” em 2011 e em 2012, registaram saldo nesta conta, 195 municípios, tendo apresentado maior decréscimo deste valor no último destes dois anos: Alter do Chão, Cartaxo, Évora e Vila Franca de Xira.

- As **reservas de reavaliação** resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados¹⁴⁰. O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias¹⁴¹ para o efeito. O impedimento dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo

prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, verifica-se que, em 2011, 25 municípios apresentaram valor nesta conta dos fundos próprios, totalizando o valor de 1 146,6 milhões de euros (+ 7,3 % que em 2010) e em 2012 foram também 25 os municípios (21 deles já identificados em 2011) que contribuíram para o valor desta rubrica, no total de 1 626,7 milhões de euros. No entanto, em nossa opinião, o tratamento mais correto seria registar esta “retificação” do valor contabilístico dos ativos na conta Resultados transitados.

- Os **resultados transitados** refletem os resultados líquidos de exercícios anteriores, pela aplicação da disposição do POCAL, sobre a aplicação de resultados. Em 2011 diminuíram em 141,4 milhões de euros (-9,4%), descida bastante inferior à apresentada em 2012, a qual foi de -340,8 milhões de euros (-25,1%). Conforme nota explicativa desta conta, a mesma pode ainda ser movimentada por retificações significativas a registos contabilísticos de anos anteriores, que, como referimos, podem estar nesta conta correções ao valor inicial da avaliação do imobilizado

- Os **proveitos diferidos** compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Esta conta, pelo volume de transferências destinadas ao investimento, tem assumido valores relevantes. Pelo seu próprio significado, não será uma verdadeira conta do passivo, embora, se encontre registada nesta parte do Balanço, por imposições de normalização contabilística aplicada ao setor público. Antes se deverá ler esta informação, como o montante de subsídios obtidos, a aplicar ou aplicados em investimentos, ainda não amortizados. Estavam nesta situação, no final de 2011, mais de 6 mil milhões de euros e em 2012, mais de 6,5 mil milhões de euros. Estes valores representaram um crescimento respectivo, de 14,2% (+750 milhões de euros) em 2011 e de 8,7% (+525,5 milhões de euros) em 2012¹⁴².

¹³⁹ Em 2011: Aljezur, Aljustrel, Azambuja, Boticas, Calheta (R. A. A.), Calheta (R. A. M.), Cascais, Castanheira de Pêra, Cinfães, Condeixa-a-Nova, Fundão, Golegã, Lagoa (Algarve), Lamego, Loulé, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Manteigas, Meda, Melgaço, Olhão, Oliveira de Frades, Ourique, Portalegre, Póvoa de Lanhoso, Sabugal, Santa Cruz, Santa Maria da Feira, Sesimbra, Setúbal, Sousel, Vila do Conde, Vila Nova da Barquinha e Vila Real. Em 2012 : Almada, Alvaizere, Aveiro, Avis, Benavente, Castanheira de Pêra, Espinho, Figueira da Foz, Idanha-a-Nova, Lagos, Loulé, Loures, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Maia, Marvão, Matosinhos, Murça, Penalva do Castelo, Penamacor, Penela, Redondo, Resende, Ribeira Grande, Rio Maior, Santarém, Sesimbra, Sines, Viana do Castelo, Vila Real e Vila Verde.

¹⁴⁰ Com exceção dos Investimentos Financeiros. Neste caso seriam «ajustamentos» positivos.

¹⁴¹ O que contraria, em parte, as atuais tendências da Contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pela designado justo valor ou valor de mercado.

¹⁴² O valor deste crescimento representará o montante de subsídios ao investimento recebido em cada um destes dois anos, pelo setor autárquico.

3.4 Passivo

3.4.1. Estrutura e variação do passivo

O quadro 3.16 mostra o valor das diferentes componentes do passivo¹⁴³ no período de 2006/2012 e a sua variação no biénio 2011/2012. No quadro 3.17 apresenta-se a estrutura das componentes do passivo exigível e o correspondente peso na dívida total.

- Em 2011 e em 2012 o **passivo exigível** baixou, respetivamente, 1,1% (- 89 M€) e 13,4% (-1 094,1 M€). Foram os dois primeiros anos de descida do passivo no sector autárquico desde 2006, tendo a descida, em 2012, representado um volume considerado de abate à dívida das autarquias. **Será este o número mais significativo da gestão municipal no biénio de 2011/2012.** Concorreu, significativamente mais, para a variação verificada em 2011 e 2012, a descida do passivo de médio e longo prazo o qual baixou 2,4% (-123,5 M€), no primeiro destes dois anos e -12,5% (-626,4 M€) no segundo. O passivo de curto prazo, em 2011, ainda apresentou uma taxa de crescimento de 1,1% (+34,3 M€), mas em 2012 já apresenta o decréscimo significativo de 14,7% (-467,7 M€). No final de 2011 o valor do passivo de médio e longo prazo era de 4 997,1 M€ e no final de 2012 de 4 370,7 M€. O passivo de curto prazo, foi no final do ano de 2011 de 3 189,4 M€ e no final de 2012 de 2 721,7 M€.

O **passivo não exigível** baixou 8,6% (-102,1 M€) em 2011 e cresceu 7,1 % (+77,3 M€) em 2012. Em 2011 contribuíram para a descida do valor registado, ambas as componentes deste passivo, tendo as provisões para riscos e encargos diminuído 6,5 M€ e o acréscimo de custos, baixado 95,6 M€. Relativamente à variação verificada em 2012, constata-se que ambas cresceram, tendo aumentado mais o valor das provisões (+67,6 M€) que o valor dos acréscimos de custos (+9,8 M€). Todavia, face aos valores avultados de provisões, carece de observação os municípios com valores mais representativos nes-

ta rubrica, nomeadamente o município de Lisboa que se distingue, notoriamente, dos valores dos restantes municípios com valores mais representativos.

Conforme já referido a propósito da análise da rubrica de créditos sobre clientes contribuintes e utentes, só 114 municípios, em 2011 e 143 municípios em 2012, apresentaram valores em “provisões para risco e encargos”. Contudo, para além da provisão a constituir obrigatoriamente para aquela rubrica do ativo, os municípios deveria constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal dos quais possa advir responsabilidades financeiras para as autarquias. Não é possível obter dos mapas de prestação de contas uma discriminação mais apurada da natureza destes registos de modo a obter-se uma informação mais completa sobre quais as provisões que estarão em risco de se transformarem em futuros custos. Apresenta-se a seguir um quadro que complementa a informação do quadro anterior, enquadrando os municípios por volume de provisões.

Quanto a acréscimos de custos, verifica-se que 14 municípios, em 2011, não registaram valor nesta rubrica, o mesmo acontecendo a 12 deles em 2012. A saber: em 2011 - Alcanena, Alcobaça, Amares, Cadaval, Monchique, Oleiros, Oliveira do Hospital, Ourique, Pedrógão Grande, Porto de Mós, Santana, São João da Pesqueira, Tondela e Vila Nova de Poiares; em 2012 - Amares, Cadaval, Carrazeda de Ansiães, Oleiros, Ourique, Pedrógão Grande, Portel, Porto de Mós, Santana, São João da Pesqueira, Tondela e Vila Nova de Poiares.

¹⁴³ O Passivo inclui três grandes componentes: Passivo exigível, ou sejam, as dívidas a pagar; Passivo não exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e os «Proveitos Diferidos»; Passivo possivelmente exigível refletido na conta «Provisões para riscos e encargos». Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros excluindo-se o passivo não exigível e as provisões para riscos e encargos. Incluir estas duas últimas componentes pode levar a análises financeiras erradas, nomeadamente no caso das entidades públicas, que, por regra têm valores significativos em “proveitos diferidos” devido a transferências e subsídios de capital registados como proveitos, durante a vida útil de bem, adquirido ou construído, com esse financiamento. Por esse motivo não se inclui no presente quadro o valor dos proveitos diferidos.

Quadro 3.16 – Componentes do Passivo*

Unidade: milhões de euros

Passivo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição (%) 10-11	Varição (%) 11-12
Dívidas a Médio e Longo Prazo	4.448,9	4.399,4	4.687,5	5.140,4	5.120,6	4.997,1	4.370,7	-2,4%	-12,5%
Dívidas a Curto Prazo ²	2.188,2	2.264,4	2.436,8	2.879,7	3.155,1	3.189,4	2.721,7	1,1%	-14,7%
Total de dívidas a terceiros	6.637,1	6.663,8	7.124,3	8.020,1	8.275,7	8.186,4	7.092,4	-1,1%	-13,4%
Provisões para riscos e encargos ³	134,7	309,6	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	-0,8%	8,8%
Acréscimos de Custos ⁴	194,0	280,3	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	-22,9%	3,0%
Passivo não exigível	328,7	589,9	758,5	1.231,6	1.192,2	1.090,1	1.167,4	-8,6%	7,1%
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	6.965,8	7.253,7	7.882,8	9.251,7	9.467,9	9.276,5	8.259,8	-2,0%	-11,0%

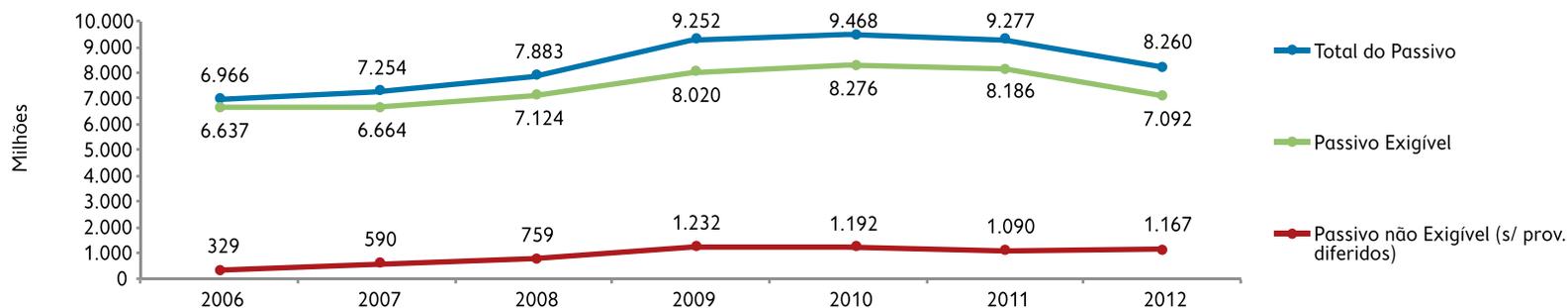
* Excluindo os proveitos diferidos

Quadro 3.17 – Estrutura do Passivo

Unidade: milhões de euros

Passivo	Estrutura (peso das componentes no total do passivo)							Estrutura da dívida a terceiros(peso de cada uma das duas componentes no valor da dívida a terceiros)						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dívidas a Médio e Longo Prazo	63,9%	60,7%	59,5%	55,6%	54,1%	53,9%	52,9%	67,0%	66,0%	65,8%	64,1%	61,9%	61,0%	61,6%
Dívidas a Curto Prazo	31,4%	31,2%	30,9%	31,1%	33,3%	34,4%	33,0%	33,0%	34,0%	34,2%	35,9%	38,1%	39,0%	38,4%
Total de dívidas a terceiros	95,3%	91,9%	90,4%	86,7%	87,4%	88,2%	85,9%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Provisões para riscos e encargos	1,9%	4,3%	3,9%	8,3%	8,2%	8,3%	10,1%							
Acréscimos de Custos	2,8%	3,9%	5,7%	5,1%	4,4%	3,5%	4,0%							
Passivo não exigível	4,7%	8,1%	9,6%	13,3%	12,6%	11,8%	14,1%							
Total do Passivo (sem proveitos diferidos)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%							

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo



Quadro 3.18 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 milhões de euros

Unidade: euros

Município		Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	439.185.125	Lisboa	G	414.569.899
2	Loures	G	64.005.025	Loures	G	67.772.510
3	Marco de Canaveses	M	40.156.008	Vila Nova de Gaia	G	43.914.951
4	Vila Nova de Gaia	G	33.300.000	Marco de Canaveses	M	40.156.008
5	Porto	G	24.185.689	Porto	G	30.982.291
6	Oeiras	G	10.491.332	Santarém	M	18.483.369
7	Bragança	M	9.272.162	Oeiras	G	17.034.041
8	Sintra	G	8.459.053	Sintra	G	14.995.132
9	Fundão	M	8.220.055	Matosinhos	G	13.395.043
10	Caminha	P	7.586.652	Coimbra	G	10.821.493
11	Trofa	M	6.944.475	Fundão	M	10.821.102
12	Coimbra	G	6.668.295	Bragança	M	9.746.282
13	Gondomar	G	6.317.705	Caminha	P	6.875.469
14	Faro	M	5.874.051	Almada	G	6.801.501
15	Almada	G	5.811.003	Gondomar	G	6.664.752
16	Cascais	G	5.094.079	Faro	M	5.825.297
17				Setúbal	G	5.505.495
18				Trofa	M	5.224.782
19				Guarda	M	5.112.637

Quadro 3.19 – Distribuição do número de municípios por valores de provisões para riscos e encargos

Provisões para riscos e encargos	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 200 milhões de euros	1	1
Igual os superior a 100 M€ e inferior ou igual a 200 M€	0	0
Igual ou superior a 50 M€ e inferior a 100M€	1	1
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 50 M€	2	3
Igual ou superior a 10 M€ e Inferior a 30 M€	2	6
Igual ou superior a 5M€ e Inferior a 10 M€	10	8
Superior a zero M€ e Inferior a 5 M€	98	124
Igual a Zero	194	165

3.4.2. O passivo exigível dos municípios

Sendo o passivo exigível (dívidas a pagar), uma das variáveis mais importantes da gestão financeira das autarquias, importa observar o comportamento dos municípios em relação à mesma. Assim, apresentam-se de seguida, os *rankings* dos 50 municípios com maior e menor passivo exigível (endividamento total), bem como os *rankings* dos municípios com maior variação (aumento ou redução) do passivo exigível. Apresentam-se, ainda, *rankings* com o indicador da dívida por habitante.

- Dos 50 municípios elencados no *ranking* R39 como sendo os que menor passivo apresentaram, em 2012, cinco (4) são de média dimensão (Mealhada, Elvas, Benavente e Ponte de Lima), sendo os restantes de pequena dimensão.
- Dos 50 municípios *ranking* R40 elencados como sendo os que maior passivo apresentaram em 2012, vinte e dois (22) são de grande dimensão, vinte e sete (27) de média dimensão e um (1) de pequena dimensão (Nazaré). Totalizaram uma dívida de 4.141,1 milhões de euros, que representou 58,4% do total da dívida dos 308 municípios, no final do ano económico de 2012, sendo que:
 - Lisboa, era o município com maior volume de dívida no final do ano de 2012, com mais de 659,7 M€ de passivo exigível, tendo contudo, consigo abater neste ano, mais de 400,1 M€, isto é 37,8% da dívida (cf. R55). Em 2011, tinha abatido, apenas 37,2 M€.
 - Vila Nova de Gaia é o município com maior endividamento global a seguir ao município de Lisboa, com uma dívida superior a 217,9 M€. Contudo, no biénio 2011/2012, abateu 45,1 M€ (cf. R56) tendo sido, a seguir a Lisboa, o município que maior volume de dívida abateu.
 - Portimão e Aveiro, dois municípios de média dimensão, aparecem, respetivamente, na terceira e quarta posição deste *ranking* relativo aos municípios com maior passivo exigível. Em 20.ª posição aparece o município de pequena dimensão, Vila Real de Santo António, com um volume de dívida de 69,7 M€.
- Face à evolução da dívida autárquica que apresentou, em 2012, uma diminuição de mais de 1 094 milhões de euros, apresentam-se a seguir os *rankings*, R41 e R42, dos municípios, respetivamente, com maior e menor aumento de passivo exigível, em 2011 e 2012.

Na apreciação da listagem de municípios apresentados em R40, dever-se-ia atentar, para além do montante de dívida em apreço e à respetiva taxa de crescimento da dívida, ao rácio do endividamento líquido de cada município, o qual não está disponível nos mapas de prestação de contas e que por isso não será fator de ponderação, nesta análise. Será de salientar o seguinte:

- Em 2011, mais 68 municípios que os elencados no *ranking* R41, apresentaram aumento de passivo exigível, totalizando, nesta situação, 118 municípios. Contudo, face às restrições do acesso ao crédito e aos apertados limites estabelecidos pelo OE, em 2012, apenas 31 municípios apresentaram aumento de passivo financeiro, estando neste número, apenas dois municípios de grande dimensão: Cascais e Seixal. Os restantes municípios de grande dimensão apresentaram diminuição da dívida.
 - Seixal liderou em 2011, a listagem dos municípios que mais se endividaram nesse ano, estando em 2.º lugar o município de Sintra. Contudo, este último município, em 2012, revelou um esforço extraordinário no abate da dívida com uma diminuição da mesma em 57,9 M€ (cf. R42).
 - O município de Santarém aparece em 3.º lugar no aumento do volume da dívida em 2011 o que contribuiu para que nesse ano ficasse na 11.ª posição no *ranking* dos municípios mais endividados (R40) e à frente da maior parte dos municípios de grande dimensão.
- Em termos percentuais, foi o município de Vila Nova da Barquinha que apresentou maior aumento da dívida, com um acréscimo de 80,2% da mesma. Logo de seguida aparecem os municípios Alcochete (+ 62,4%), Serpa (+ 53,9%), Seixal (+ 46,9%) e Nazaré (46,4 %).
- O município de Lisboa, amortizou a dívida global em mais de 400 M€. Tratou-se de uma redução extraordinária da dívida, a qual passou de mais de mil milhões de euros para cerca de 650 milhões de euros.

R39 – Municípios com menor passivo exigível (dívida), referenciado a 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Passivo Exigível					
			2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Penedono	P	76.029	99.573	161.925	187.023	213.999	218.080
2	Santa Cruz das Flores	P	1.472.867	1.353.629	1.322.124	1.152.024	1.056.527	796.832
3	Castelo de Vide	P	2.445.600	1.888.311	1.745.760	1.350.556	1.363.995	799.227
4	Redondo	P	1.048.149	771.201	592.994	1.472.060	1.136.958	859.995
5	Pampilhosa da Serra	P	2.277.578	2.113.072	1.796.933	1.548.333	1.431.501	977.181
6	Viana do Alentejo	P	1.310.182	1.085.466	875.263	1.374.950	1.443.379	1.052.254
7	Vila do Porto	P	1.661.088	1.449.161	1.520.439	1.722.404	1.290.681	1.129.066
8	Vila Velha de Ródão	P	1.852.493	2.520.427	2.074.735	1.872.594	1.393.505	1.148.796
9	Alvito	P	1.696.004	2.039.735	1.828.897	2.892.247	1.451.012	1.149.901
10	São Roque do Pico	P	2.263.266	1.905.901	2.928.466	3.032.628	1.497.352	1.201.197
11	Corvo	P	2.403.773	2.231.292	1.892.422	1.533.006	1.566.209	1.217.545
12	Penacova	P	1.657.536	1.403.755	2.943.396	3.763.875	2.640.265	1.337.160
13	Marvão	P	1.415.614	1.579.806	1.672.848	1.798.731	1.625.468	1.423.792
14	Cinfães	P	1.151.687	1.359.544	1.722.737	962.143	1.789.308	1.465.773
15	Alcoutim	P	2.819.681	2.713.207	2.402.689	2.283.967	1.978.454	1.657.557
16	Arronches	P	1.829.118	2.133.254	1.998.072	2.170.429	1.989.542	1.770.958
17	Campo Maior	P	1.474.242	1.416.135	1.731.678	2.813.068	1.931.640	1.815.447
18	Ponte de Sor	P	2.462.718	3.250.418	3.025.889	2.826.793	2.503.980	2.003.120
19	Alcácer do Sal	P	2.171.745	2.213.315	5.171.489	5.690.599	3.248.391	2.106.808
20	Gavião	P	2.078.018	3.132.551	2.981.374	2.713.071	2.398.919	2.148.087
21	Lajes das Flores	P	887.246	824.660	1.905.336	2.109.927	1.925.633	2.220.162
22	Santa Cruz da Graciosa	P	1.305.780	1.109.498	1.683.901	2.491.967	2.612.757	2.372.078
23	Vila de Rei	P	4.358.485	4.277.417	5.920.716	6.092.226	3.928.337	2.397.119
24	Mealhada	M	5.370.057	4.991.560	4.279.126	3.494.583	2.811.221	2.427.507
25	Elvas	M	4.112.631	4.015.476	4.325.114	2.856.417	2.759.877	2.443.311
26	Alter do Chão	P	2.570.832	2.602.635	3.212.922	3.114.418	3.372.385	2.582.092
27	Murtosa	P	2.045.095	2.598.435	2.479.179	3.335.775	2.956.500	2.658.512
28	Barrancos	P	2.957.176	3.658.243	4.394.908	3.600.703	3.237.672	2.677.036

Município		Dimensão	Passivo Exigível					
			2007	2008	2009	2010	2011	2012
29	Mação	P	4.185.730	2.941.231	3.792.778	3.318.016	3.410.937	2.785.248
30	Ponta do Sol	P	5.449.186	6.483.699	5.865.212	5.257.989	4.550.306	2.883.773
31	Portel	P	3.070.987	2.769.895	3.639.618	3.324.521	3.134.042	2.904.070
32	Oleiros	P	2.172.896	2.084.637	2.607.861	3.447.171	3.310.453	3.076.020
33	Golegã	P	3.226.258	3.400.288	4.252.291	3.902.500	3.506.923	3.133.866
34	Penalva do Castelo	P	4.883.973	4.717.063	4.372.133	3.735.801	3.156.381	3.217.148
35	Sernancelhe	P	4.252.775	4.573.046	4.041.824	3.533.706	3.127.102	3.229.704
36	Cuba	P	3.614.567	4.172.353	3.867.773	4.160.483	3.895.229	3.240.598
37	Sátão	P	6.321.429	6.155.493	5.079.387	4.894.075	4.544.322	3.257.469
38	Fronteira	P	5.004.578	4.517.825	4.481.001	3.793.751	3.492.101	3.284.528
39	São Brás de Alportel	P	2.916.310	3.345.076	4.136.913	4.744.995	3.758.948	3.395.765
40	Benavente	M	4.408.996	4.845.121	5.346.946	6.128.207	5.470.909	3.557.642
41	Batalha	P	1.736.525	2.154.100	2.300.566	4.619.898	4.556.164	3.585.051
42	Belmonte	P	2.574.020	2.709.857	3.688.137	3.983.390	4.046.098	3.666.451
43	Mora	P	6.198.989	5.485.492	5.565.999	4.375.057	4.712.913	3.683.235
44	Boticas	P	6.636.937	6.082.247	6.037.472	5.091.463	5.206.811	3.694.947
45	Vinhais	P	3.198.267	2.999.602	3.603.216	4.064.260	5.063.206	3.746.930
46	Pedrógão Grande	P	4.207.858	4.757.659	4.593.793	4.365.775	4.113.492	3.775.763
47	Ponte de Lima	M	4.378.599	4.471.254	4.762.179	5.177.905	4.612.259	3.920.617
48	Monforte	P	6.095.908	5.177.143	5.727.091	5.121.324	4.843.319	4.040.115
49	Cadaval	P	4.912.942	5.845.195	6.061.888	5.871.303	5.292.861	4.059.995
50	Santa Marta de Penaguião	P	2.382.504	3.249.714	4.937.596	4.430.358	4.367.412	4.061.394

R40 – Municípios com maior Passivo Exigível (Dívida), reportado a 2012

Unidade: euros

Município	Dimensão	Passivo Exigível					
		2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Lisboa	G	965.453.601	1.116.070.632	1.168.589.855	1.097.063.256	1.059.895.296	659.766.180
2 Vila Nova de Gaia	G	268.040.500	277.274.417	285.956.034	263.038.636	238.532.901	217.937.818
3 Portimão	M	30.503.316	58.007.031	92.204.774	147.925.098	159.119.756	166.560.019
4 Aveiro	M	121.835.696	136.159.806	154.707.774	161.908.874	146.687.456	130.627.247
5 Gondomar	G	109.395.069	117.454.159	127.614.102	130.153.798	125.726.610	115.668.684
6 Porto	G	177.265.109	150.153.325	132.949.369	141.323.003	121.837.785	111.049.636
7 Funchal	G	81.302.650	92.779.795	106.248.703	105.082.515	112.146.946	109.199.966
8 Seixal	G	50.910.309	60.057.433	72.113.574	68.399.465	100.464.374	104.770.339
9 Sintra	G	89.679.427	90.919.951	96.459.076	133.888.392	158.556.367	100.652.752
10 Cascais	G	37.773.210	37.406.819	63.725.956	92.799.765	85.211.904	98.979.242
11 Santarém	M	60.313.680	60.946.606	79.438.733	84.370.064	99.670.659	92.076.150
12 Setúbal	G	83.077.853	75.726.187	76.586.191	80.012.355	85.881.084	85.366.312
13 Loulé	M	37.286.760	33.923.995	63.838.838	95.569.939	101.517.959	83.239.339
14 Fundão	M	66.026.861	77.055.694	79.632.196	83.423.413	81.350.491	81.720.871
15 Braga	G	90.630.116	89.535.145	95.911.245	88.686.683	81.778.613	78.468.535
16 Guimarães	G	78.484.817	76.040.223	76.393.879	82.400.400	83.075.495	75.738.242
17 Évora	M	45.391.152	49.463.757	69.550.206	68.329.197	78.656.308	74.356.526
18 Covilhã	M	86.938.744	87.924.483	95.057.913	88.872.032	84.385.177	74.123.708
19 Coimbra	G	64.812.923	66.096.489	70.282.270	74.015.472	74.862.576	71.647.655
20 VR Santo António	P	10.517.569	21.522.426	48.142.261	60.942.897	67.036.666	69.703.805
21 Loures	G	75.907.375	79.594.322	85.434.601	85.332.191	81.976.315	69.388.661
22 Santa Maria da Feira	G	58.201.466	65.558.327	72.166.163	76.874.043	78.962.630	66.720.253
23 Vila do Conde	M	74.237.105	69.661.507	69.102.421	72.651.186	67.965.450	66.506.125
24 Paredes	M	14.958.277	18.988.941	34.754.561	53.021.096	60.660.202	64.816.221
25 Faro	M	53.746.000	62.048.361	67.577.117	71.725.954	67.732.266	62.830.501
26 Paços de Ferreira	M	33.615.121	35.971.885	44.495.961	64.653.422	64.014.081	60.874.382
27 Valongo	M	46.677.522	51.520.183	68.115.787	70.462.495	65.768.679	60.679.906
28 Matosinhos	G	55.816.382	57.338.196	72.725.519	80.155.008	79.671.112	60.430.552
29 Maia	G	105.469.708	92.995.969	90.333.121	81.638.784	70.318.813	58.700.521
30 Seia	M	48.004.101	48.831.773	54.278.966	57.742.457	57.850.776	58.112.669
31 Leiria	G	81.141.552	81.771.098	86.093.864	81.523.544	70.746.494	56.965.971
32 Albufeira	M	22.933.983	22.210.617	38.326.669	56.185.102	66.020.471	56.485.644
33 Figueira da Foz	M	58.580.525	57.192.505	62.335.255	62.056.421	59.827.675	54.946.371
34 Lagos	M	14.408.230	16.128.530	42.693.374	49.665.583	52.385.846	51.820.195
35 Oeiras	G	65.503.008	71.474.019	71.475.379	65.929.441	56.437.633	49.296.850

Município	Dimensão	Passivo Exigível						
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
36	Guarda	M	47.493.066	52.418.492	54.286.619	61.608.241	53.950.436	48.324.437
37	Almada	G	42.893.470	41.496.230	36.464.408	42.412.673	51.136.044	48.144.526
38	Odivelas	G	62.966.095	59.999.901	65.387.699	63.424.614	54.752.818	47.758.547
39	Espinho	M	36.604.173	38.816.231	40.721.905	41.977.606	44.209.874	46.771.812
40	Portalegre	M	40.847.976	45.582.199	51.649.866	52.905.610	48.328.238	45.508.373
41	Cartaxo	M	27.927.111	30.849.186	37.866.244	41.745.721	44.607.728	44.668.647
42	Amadora	G	56.677.438	57.846.396	58.989.890	55.279.245	47.480.321	43.245.947
43	Chaves	M	34.955.848	34.140.648	41.042.953	45.263.290	42.852.410	41.220.000
44	Santa Cruz	M	28.167.758	26.091.087	32.884.570	43.045.214	43.482.692	41.111.506
45	Trofa	M	16.133.799	29.007.157	39.735.630	42.117.217	44.045.223	40.756.181
46	Nazaré	P	17.415.047	16.450.839	23.990.791	29.220.961	42.791.716	39.895.921
47	Oliveira de Azeméis	M	55.185.169	52.335.301	51.734.951	49.481.046	47.685.633	39.570.503
48	Barreiro	M	33.227.494	34.443.357	36.951.891	36.750.343	43.933.031	38.429.970
49	Vila Nova de Famalicão	G	45.434.931	42.511.887	46.275.186	45.379.393	43.284.562	38.150.988
50	Sesimbra	M	18.275.284	24.204.440	31.066.828	32.837.729	36.161.482	37.357.075
Total do endividamento dos 50 municípios mais endividados							4.842.320.541	4.141.142.280
Total do endividamento de todos os municípios							8.186.422.614	7.092.357.977

R41 – Municípios com maior aumento do Passivo Exigível, em 2011 e 2012

Unidade: euros

Aumento da Dívida em 2011				Aumento da Dívida em 2012				
Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	
1	Seixal	G	32.064.909	46,9%	Cascais	G	13.767.339	16,2%
2	Sintra	G	24.667.975	18,4%	Portimão	M	7.440.263	4,7%
3	Santarém	M	15.300.595	18,1%	Seixal	G	4.305.965	4,3%
4	Nazaré	P	13.570.755	46,4%	Paredes	M	4.156.019	6,9%
5	Portimão	M	11.194.657	7,6%	Vizela	M	4.005.801	24,3%
6	Évora	M	10.327.111	15,1%	VR Santo António	P	2.667.139	4,0%
7	Albufeira	M	9.835.370	17,5%	Espinho	M	2.561.938	5,8%
8	Almada	G	8.723.371	20,6%	Sever do Vouga	P	2.200.546	43,4%
9	Mirandela	M	7.761.721	36,8%	Águeda	M	1.778.978	14,3%
10	Paredes	M	7.639.106	14,4%	Vieira do Minho	P	1.463.531	10,3%
11	Barreiro	M	7.182.687	19,5%	Palmela	M	1.316.025	4,6%
12	Machico	M	7.127.038	29,7%	Sesimbra	M	1.195.593	3,3%
13	Funchal	G	7.064.431	6,7%	Anadia	M	1.047.255	14,8%
14	V.R. Santo António	P	6.093.769	10,0%	Serpa	P	818.465	7,6%

Aumento da Dívida em 2011				Aumento da Dívida em 2012				
Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	
15	Tomar	M	5.970.859	18,3%	Freixo de Espada à Cinta	P	758.626	4,6%
16	Loulé	M	5.948.020	6,2%	Alandroal	P	606.544	3,1%
17	Setúbal	G	5.868.729	7,3%	Pombal	M	459.519	3,9%
18	Alcochete	P	5.451.628	62,4%	Fundão	M	370.380	0,5%
19	Vila Nova da Barquinha	P	5.271.556	80,2%	Lajes das Flores	P	294.528	15,3%
20	Vagos	M	4.103.686	26,2%	Baião	M	272.642	4,0%
21	Amares	P	3.974.731	30,7%	Seia	M	261.894	0,5%
22	Serpa	P	3.768.646	53,9%	Santo Tirso	M	160.114	0,5%
23	Macedo de Cavaleiros	P	3.474.884	17,1%	Almodôvar	P	128.340	1,8%
24	Torres Vedras	M	3.456.208	8,7%	Góis	P	113.339	2,6%
25	Sesimbra	M	3.323.754	10,1%	Sernancelhe	P	102.602	3,3%
26	Nordeste	P	3.316.848	21,8%	Cartaxo	M	60.919	0,1%
27	Ribeira Brava	P	2.977.618	16,3%	Penalva do Castelo	P	60.767	1,9%
28	Nelas	P	2.902.826	20,7%	Alvaiázere	P	38.107	0,5%
29	Cartaxo	M	2.862.007	6,9%	Aguiar da Beira	P	30.595	0,7%
30	Abrantes	M	2.834.012	15,0%	Reguengos de Monsaraz	P	22.061	0,1%
31	Sines	P	2.736.533	11,6%	Penedono	P	4.082	1,9%
32	Lagos	M	2.720.262	5,5%				
33	Porto Santo	P	2.489.944	33,8%				
34	Torre de Moncorvo	P	2.457.551	13,3%				
35	Grândola	P	2.417.710	20,5%				
36	Vizela	M	2.410.327	17,1%				
37	Vila Franca do Campo	P	2.400.019	8,7%				
38	Estremoz	P	2.392.574	18,9%				
39	Cabeceiras de Basto	P	2.235.012	20,2%				
40	Espinho	M	2.232.268	5,3%				
41	Vila do Bispo	P	2.176.678	20,3%				
42	Celorico da Beira	P	2.131.184	9,4%				
43	Arcos de Valdevez	M	2.120.705	11,4%				
44	Santa Maria da Feira	G	2.088.586	2,7%				
45	Entroncamento	M	2.039.463	13,0%				
46	Calheta (R. A. M.)	P	1.981.333	15,6%				
47	Trofa	M	1.928.006	4,6%				
48	Castro Daire	P	1.783.780	21,6%				
49	Felgueiras	M	1.555.101	6,6%				
50	Oliveira de Frades	P	1.543.889	25,5%				

R42 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2011 e 2012

Unidade: euros

Diminuição da Dívida em 2011				Diminuição da Dívida em 2012				
Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	
1	Lisboa	G	-37.167.960	-3,40%	Lisboa	G	-400.129.116	-37,80%
2	Vila Nova de Gaia	G	-24.505.734	-9,30%	Sintra	G	-57.903.614	-36,50%
3	Porto	G	-19.485.218	-13,80%	Vila Nova de Gaia	G	-20.595.083	-8,60%
4	Aveiro	M	-15.221.418	-9,40%	Matosinhos	G	-19.240.560	-24,10%
5	Maia	G	-11.319.971	-13,90%	Loulé	M	-18.278.620	-18,00%
6	Leiria	G	-10.777.050	-13,20%	Aveiro	M	-16.060.209	-10,90%
7	Oeiras	G	-9.491.808	-14,40%	Leiria	G	-13.780.523	-19,50%
8	Odivelas	G	-8.671.795	-13,70%	Loures	G	-12.587.653	-15,40%
9	Amadora	G	-7.798.924	-14,10%	Santa Maria da Feira	G	-12.242.376	-15,50%
10	Guarda	M	-7.657.805	-12,40%	Maia	G	-11.618.292	-16,50%
11	Cascais	G	-7.587.862	-8,20%	Porto	G	-10.788.149	-8,90%
12	Braga	G	-6.908.070	-7,80%	Silves	M	-10.729.569	-38,30%
13	Vila Real	M	-6.075.741	-19,50%	Povoação	P	-10.675.252	-33,50%
14	Caminha	P	-5.156.962	-31,10%	Covilhã	M	-10.261.469	-12,20%
15	Viseu	M	-5.089.919	-12,90%	Gondomar	G	-10.057.926	-8,00%
16	Valongo	M	-4.693.816	-6,70%	Barcelos	G	-9.552.422	-24,30%
17	Vila do Conde	M	-4.685.736	-6,40%	Albufeira	M	-9.534.827	-14,40%
18	Portalegre	M	-4.577.373	-8,70%	Oliveira de Azeméis	M	-8.115.130	-17,00%
19	Covilhã	M	-4.486.855	-5,00%	Alcobaça	M	-7.729.779	-28,50%
20	Marco de Canaveses	M	-4.449.571	-10,50%	Santarém	M	-7.594.509	-7,60%
21	Gondomar	G	-4.427.189	-3,40%	Guimarães	G	-7.337.254	-8,80%
22	Póvoa de Varzim	M	-4.245.592	-11,30%	Oeiras	G	-7.140.783	-12,70%
23	Faro	M	-3.993.688	-5,60%	Torres Vedras	M	-7.092.673	-16,50%
24	Lamego	M	-3.903.247	-10,70%	Odivelas	G	-6.994.272	-12,80%
25	Barcelos	G	-3.781.348	-8,80%	Póvoa de Varzim	M	-6.883.679	-20,60%
26	Povoação	P	-3.422.655	-9,70%	Montemor-o-Velho	M	-5.764.989	-16,50%
27	Ribeira Grande	M	-3.383.608	-15,50%	Vila Nova da Barquinha	P	-5.730.665	-48,40%
28	Loures	G	-3.355.877	-3,90%	Guarda	M	-5.625.999	-10,40%
29	Penafiel	M	-3.262.457	-8,60%	Lousada	M	-5.603.047	-26,50%
30	Caldas da Rainha	M	-3.188.943	-25,90%	Barreiro	M	-5.503.061	-12,50%
31	Ílhavo	M	-3.174.121	-9,30%	Penafiel	M	-5.333.675	-15,40%
32	Alcobaça	M	-3.085.610	-10,20%	Amares	P	-5.283.016	-31,20%
33	Mafra	M	-3.033.248	-9,70%	Vila Real	M	-5.148.055	-20,60%

Diminuição da Dívida em 2011				Diminuição da Dívida em 2012			
Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %	Município	Dimensão	Variação em valor	Variação em %
34 Nisa	P	-2.837.898	-20,60%	Vila Nova de Famalicão	G	-5.133.574	-11,90%
35 Castro Marim	P	-2.800.394	-25,70%	Valongo	M	-5.088.773	-7,70%
36 Alenquer	M	-2.563.187	-10,10%	Montijo	M	-5.042.546	-25,60%
37 Lourinhã	M	-2.556.554	-8,30%	Alenquer	M	-4.904.983	-21,60%
38 Silves	M	-2.549.837	-8,30%	Faro	M	-4.901.764	-7,20%
39 Montalegre	P	-2.533.856	-22,80%	Figueira da Foz	M	-4.881.304	-8,20%
40 Alcácer do Sal	P	-2.442.208	-42,90%	Viseu	M	-4.719.322	-13,70%
41 Chaves	M	-2.410.879	-5,30%	Mafra	M	-4.653.448	-16,40%
42 Chamusca	P	-2.387.186	-17,90%	Tavira	M	-4.430.458	-16,30%
43 Vila Pouca de Aguiar	P	-2.342.426	-19,20%	Abrantes	M	-4.411.329	-20,30%
44 Figueira da Foz	M	-2.228.746	-3,60%	Lagoa (Algarve)	M	-4.368.712	-28,50%
45 Sertã	P	-2.202.233	-20,30%	Évora	M	-4.299.782	-5,50%
46 Lagoa (R.A.A)	P	-2.201.268	-17,00%	Amadora	G	-4.234.374	-8,90%
47 Vale de Cambra	M	-2.197.781	-9,70%	Tomar	M	-4.225.217	-10,90%
48 Vila de Rei	P	-2.163.889	-35,50%	Moita	M	-4.155.556	-13,50%
49 Ponta Delgada	M	-2.137.578	-6,50%	Felgueiras	M	-4.116.343	-16,40%
50 Tarouca	P	-2.137.473	-12,30%	Santana	P	-4.060.551	-27,30%

3.4.3. Endividamento líquido

3.4.3.1. Cálculo do valor global

O quadro 3.20 apresenta a evolução do endividamento líquido global dos municípios¹⁴⁴ (não englobando o endividamento líquido das associações, das entidades do setor empresarial local e dos serviços municipalizados), bem como a evolução da dívida bruta global.

Dado que o endividamento líquido resulta da diferença aritmética entre o passivo e os ativos circulantes¹⁴⁵, requererá esta análise de mais elementos de confrontação que permitissem aferir da ra-

zoabilidade dos valores inscritos no ativo, em dívidas de terceiros. Por outro lado, entende-se que as dívidas de terceiros que por lei exigem provisões¹⁴⁶, não deveriam contribuir para o rácio do endividamento, na parte que deveria ser provisionada. De igual modo, os créditos sobre terceiros, utentes do serviço público autárquico, devedores há mais de doze meses, não deveriam ser relevados para este fim, pois requerem provisões a 100%. Também não consideramos o valor das existências dado que, ao contrário das empresas, por regra estas existências não se destinam a venda ou produção. Atendendo ao facto de, para o cálculo do limite de endividamento líquido de cada município, só contribuir o endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial lo-

¹⁴⁴ De acordo com a Lei das Finanças Locais, o endividamento líquido é calculado pela diferença entre as dívidas a pagar e as disponibilidades e dívidas a receber. As dívidas à EDP, consolidadas até dezembro de 1988 são excecionadas ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art. 61.º da LFL. Em termos do artigo 36º da LFL, deve ser considerado o endividamento líquido de todo o setor autárquico. De qualquer modo, a dívida do setor empresarial só será considerada para cômputo do limite de endividamento, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

¹⁴⁵ Com exclusão da conta 27- Acréscimos e Diferimentos e da conta 3 – Existências.

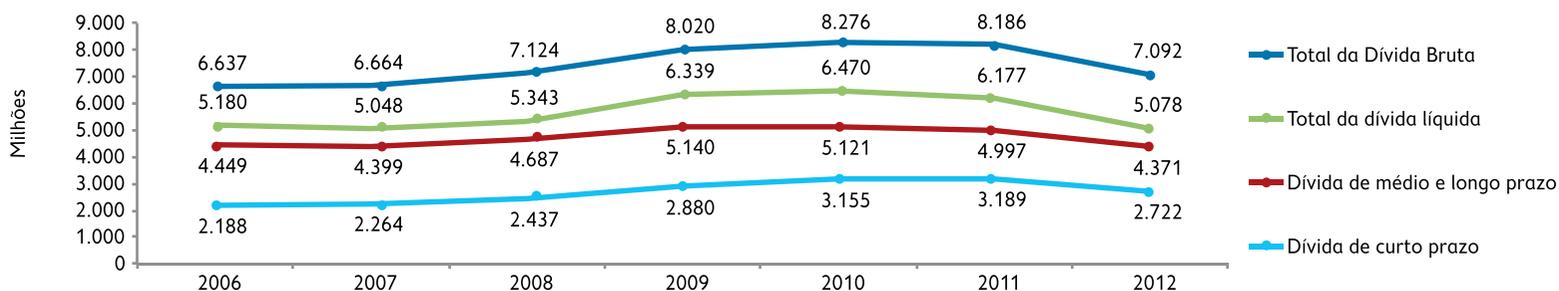
¹⁴⁶ Estão nesta situação as dívidas dos utentes/clientes a mais de seis meses que requerem provisões em 50%.

Quadro 3.20 – Endividamento líquido dos municípios

Unidade: milhões de euros

		2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo	Dívidas a Receber	818	1.074	1.083	1.197	1.328	1.238
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	798	708	599	610	682	777
	Total (a)	1.616	1.781	1.682	1.806	2.009	2.015
Passivo	Dívidas a Pagar de curto prazo	2.264	2.437	2.880	3.155	3.189	2.722
	Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	4.399	4.688	5.140	5.121	4.997	4.371
	Total (b)	6.664	7.124	8.020	8.276	8.186	7.092
Endividamento Líquido (b-a)		5.048	5.343	6.339	6.470	6.177	5.078

Gráfico 3.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida



cal¹⁴⁷ em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial¹⁴⁸, os indicadores apresentados neste capítulo e referentes ao endividamento líquido de setor autárquico, não incluem o setor empresarial local, por ausência de informação que permita identificar os casos sujeitos a englobamento¹⁴⁹.

Dos quadros 3.20 e 3.21 e gráfico 3.05 conclui-se:

- A dívida bruta global¹⁵⁰ dos municípios¹⁵¹ cresceu até 2010. Em 2011 apresentou uma diminuição de 90 M€ (-1,1%) e, em 2012, uma descida abrupta de 1 094 M€ (-13,4%), sendo que cerca de 40% deste valor corresponde à diminuição da dívida de Lisboa. Assim, a dívida global das autarquias que, no final de 2011 era de 8 186 M€, passou para 7 092 M€ no final do ano económico de 2012. Anota-se que, 190 municípios em 2011 e 277 municípios em 2012 apresentaram descida da dívida bruta (passivo exigível)
- Em 2011, contribuiu para a descida da dívida das autarquias, o

¹⁴⁷ Proporcional à participação do município no seu capital social.

¹⁴⁸ Artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

¹⁴⁹ Anota-se, que com a consolidação das contas este problema de análise ficará ultrapassado. De qualquer modo, a dívida do setor empresarial só será considerada para cômputo do limite de endividamento, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

¹⁵⁰ Total da dívida de curto, médio e longo prazo, incluindo dívida bancária, fornecedores e outros.

¹⁵¹ Excluindo o setor empresarial autárquico.

Quadro 3.21 – Variação do Endividamento líquido dos municípios

Unidade: milhões de euros

		Variação (M€)					Variação (%)				
		2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Ativo	Dívidas a Receber	256	9	114	131	-90	31,3%	0,8%	10,5%	10,9%	-6,8%
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	-90	-109	11	72	95	-11,3%	-15,4%	1,8%	11,8%	13,9%
	Total (a)	165	-99	124	203	6	10,2%	-5,6%	7,4%	11,2%	0,3%
Passivo	Dívidas a Pagar de curto prazo	173	443	275	34	-467	7,6%	18,2%	9,5%	1,1%	-14,6%
	Dívidas a Pagar de médio e longo prazo	289	452	-19	-124	-626	6,6%	9,6%	-0,4%	-2,4%	-12,5%
	Total (b)	460	896	256	-90	-1 094	6,9%	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%
Endividamento Líquido (b-a)		295	996	131	-293	-1 099	5,8%	18,6%	2,1%	-4,5%	-17,8%

abate da dívida de médio prazo¹⁵² em 124 M€, pois que a dívida de curto¹⁵³ continuou a crescer nesse ano, tendo aumentado 34 M€. Em 2012, desceram significativamente ambas as componentes da dívida, pese embora a dívida de médio prazo tenha descido mais, em valor absoluto (-626 M€), que a dívida de curto prazo (-467 M€).

• Dispondo, os municípios, de créditos a receber e disponibilidades em caixa, que abateram à dívida bruta, a avaliação da dívida autárquica, far-se-á, essencialmente, pela análise da dívida líquida daí resultante. Assim, em 2011, os municípios abateram à dívida bruta global 2 009 M€ de ativo circulante (+ 11,2% que em 2010) e em 2012 abateram 2 015M€ (+ 0,3%) com a mesma origem.

• Assim, face ao aumento dos ativos disponíveis para pagamento e face ao decréscimo da contração de novas dívidas, **a dívida líquida dos municípios, em 2011 e 2012, baixou respetivamente 4,5% e 17,8%, pelo que, no final de 2011, a dívida líquida municipal era de 6.1770 M€ (-293 M€ que em 2010) e no final de 2012 era de**

5 078M€ (-1 099 M€ que em 2011), não incluindo, como referimos, a dívida dos serviços municipalizados e do setor empresarial local.

• Pela análise das contas municipais verifica-se que há municípios que apresentaram um ativo circulante (dívidas a receber + disponibilidades) superior ao passivo de curto, médio e longo prazo e, que por isso mesmo, não só não têm dívida líquida como apresentaram excedentes orçamentais. Em 2011, estiveram 22 municípios nessa situação e 27 municípios em 2012. No quadro 3.22 apresentam-se os municípios¹⁵⁴ em apreço, para os anos de 2011 e 2012

Relativamente aos municípios supra, pela particularidade que reveste a sua situação financeira, importa referir alguns aspetos relativos à situação presente:

• Em 2011, apenas um município de grande dimensão – Amadora apresentou uma situação de inexistência de endividamento líquido. Em 2012, a este município juntou-se o município de Barcelos.

• Com exceção de três municípios em 2011 (Alcácer do Sal, Óbidos e São João da Madeira) e de três em 2012 (Alcácer do Sal, Barcelos e São João da Madeira), em que as dívidas a pagar de curto prazo foram superiores às disponibilidades e em relação às quais a cobertura das mesmas se fez pelo valor das dívidas a receber, nos restan-

¹⁵² A análise da principal componente desta dívida, os empréstimos bancários de médio e longo prazo serão objeto de análise pormenorizada num ponto específico deste capítulo.

¹⁵³ De igual modo, as componentes desta dívida: empréstimos de curto prazo e dívidas a fornecedores, serão objeto de análise em pontos específicos deste capítulo. De qualquer modo anota-se, desde já, que em 2011, 152 municípios apresentaram aumento de dívida de curto prazo e, em 2012, só 73 estiveram na mesma situação.

¹⁵⁴ Não foi considerado para o cálculo, conforme explicação dada no preâmbulo, a situação do setor empresarial e serviços municipalizados

Quadro 3.22 – Municípios sem Endividamento Líquido, em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Ponte de Lima	M	-21.325.466	Amadora	G	-31.225.402
2	Castelo Branco	M	-19.195.403	Castelo Branco	M	-29.210.972
3	Amadora	G	-17.350.687	Ponte de Lima	M	-18.601.755
4	Anadia	M	-16.326.072	Elvas	M	-16.001.963
5	Elvas	M	-14.331.346	São João da Madeira	M	-9.307.951
6	São João da Madeira	M	-10.356.603	Ponte de Sor	P	-8.969.728
7	Ponte de Sor	P	-10.319.374	Mealhada	M	-6.561.124
8	Mealhada	M	-4.343.678	Penedono	P	-4.090.733
9	Penedono	P	-4.009.742	Arronches	P	-3.550.533
10	Redondo	P	-2.690.268	Redondo	P	-3.395.308
11	Arronches	P	-2.559.526	Barcelos	G	-2.845.087
12	Ovar	M	-2.128.812	Ovar	M	-1.964.064
13	Portel	P	-1.475.655	Mortágua	P	-1.720.179
14	Cinfães	M	-883.983	Marvão	P	-1.696.766
15	Marvão	P	-732.744	Portel	P	-1.551.055
16	Pampilhosa da Serra	P	-659.462	Coruche	P	-1.430.935
17	Óbidos	P	-632.241	Pampilhosa da Serra	P	-1.161.036
18	Viana do Alentejo	P	-599.059	Aguiar da Beira	P	-1.160.693
19	Alcácer do Sal	P	-502.050	Cinfães	P	-988.412
20	Mortágua	P	-388.465	Alcoutim	P	-987.594
21	Aguiar da Beira	P	-255.794	Gavião	P	-811.181
22	Gavião	P	-16.320	Anadia	M	-673.980
23				Alcácer do Sal	P	-655.019
24				Viana do Alentejo	P	-595.916
25				Castelo de Vide	P	-360.922
26				Penalva do Castelo	P	-306.561
27				Vila Velha de Ródão	P	-266.448

Gráfico 3.06 – Número de municípios sem endividamento líquido

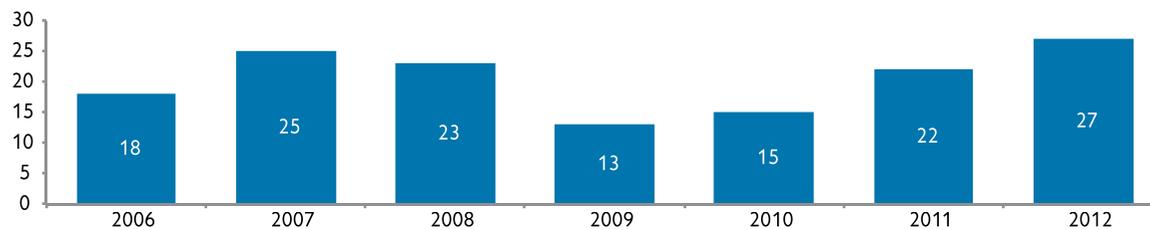
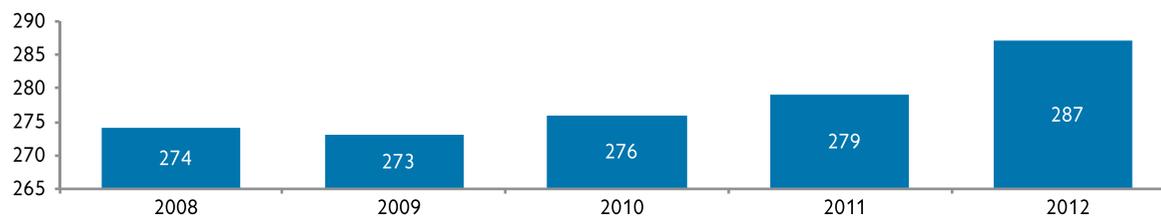


Gráfico 3.07 Número de municípios sem dívidas bancárias de curto prazo, no final do ano económico



R43 – Municípios com menor Endividamento Líquido reportado a 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição 11-12	Varição 09-12
1	Santa Cruz das Flores	P	1.272.251	1.088.070	600.173	542.212	293.791	94.992	-67,7%	-84,2%
2	Penacova	P	-521.986	-945.029	2.546.478	3.129.571	1.948.921	376.307	-80,7%	-85,2%
3	Alvito	P	515.553	1.234.165	-1.342.258	822.316	949.747	387.210	-59,2%	-128,8%
4	Caldas da Rainha	M	6.832.809	6.079.446	13.628.455	10.541.789	4.807.169	552.180	-88,5%	-95,9%
5	Óbidos	P	3.710.266	4.283.745	9.621.891	8.375.918	-632.241	589.402	193,2%	-93,9%
6	Corvo	P	1.949.832	2.041.829	1.656.452	1.311.690	1.260.232	762.231	-39,5%	-54,0%
7	Vila do Porto	P	1.318.973	902.935	882.329	1.229.341	952.185	771.798	-18,9%	-12,5%
8	Oleiros	P	441.414	-669.994	1.246.511	977.850	455.251	846.153	85,9%	-32,1%
9	São Roque do Pico	P	1.839.308	1.383.922	-1.410.140	-14.384	588.027	913.497	55,3%	-164,8%
10	Campo Maior	P	-976.852	-409.348	816.354	1.936.320	1.594.937	939.159	-41,1%	15,0%
11	Murtosa	P	1.508.443	1.870.752	1.031.979	1.444.140	1.471.578	1.052.541	-28,5%	2,0%
12	Vinhais	P	-256.472	374.280	1.486.716	1.832.145	2.268.611	1.063.097	-53,1%	-28,5%
13	Ponta do Sol	P	2.249.397	5.810.195	5.182.489	3.870.569	3.356.002	1.339.117	-60,1%	-74,2%
14	Carrazeda de Ansiães	P	9.500.637	10.251.617	7.237.585	5.934.239	4.540.181	1.520.841	-66,5%	-79,0%
15	Lajes das Flores	P	330.955	87.564	1.213.387	756.837	872.132	1.639.679	88,0%	35,1%
16	Alter do Chão	P	2.021.582	1.830.967	2.217.488	2.228.292	2.299.411	1.674.547	-27,2%	-24,5%
17	Albergaria-a-Velha	M	6.464.546	7.706.867	7.368.478	4.258.844	2.217.997	1.742.230	-21,5%	-76,4%
18	Belmonte	P	857.490	733.153	3.235.877	3.540.509	2.844.357	1.745.843	-38,6%	-46,0%
19	Idanha-a-Nova	P	3.428.630	3.860.764	6.216.575	6.099.682	2.938.153	1.768.294	-39,8%	-71,6%
20	Vila de Rei	P	3.966.555	4.084.475	5.246.514	4.476.532	3.395.806	1.973.942	-41,9%	-62,4%
21	São Brás de Alportel	P	382.549	1.593.016	2.892.559	4.087.871	2.766.798	1.978.129	-28,5%	-31,6%
22	Castro Verde	P	3.407.341	345.220	2.554.344	3.625.272	2.808.856	2.007.685	-28,5%	-21,4%
23	Fronteira	P	3.991.349	3.631.736	3.512.239	3.256.921	2.291.059	2.091.257	-8,7%	-40,5%
24	Pedrógão Grande	P	3.553.862	3.716.950	3.756.616	3.989.853	3.309.623	2.103.396	-36,4%	-44,0%
25	Batalha	P	1.155.484	1.612.597	1.222.710	3.759.472	3.381.162	2.116.043	-37,4%	73,1%
26	Sernancelhe	P	3.046.888	3.994.325	2.667.039	2.578.739	2.628.230	2.166.234	-17,6%	-18,8%
27	Santa Cruz da Graciosa	P	1.084.440	926.572	1.249.375	2.388.227	2.423.928	2.168.564	-10,5%	73,6%
28	Pombal	M	7.257.458	5.999.110	6.201.627	8.496.805	4.313.972	2.228.259	-48,3%	-64,1%
29	Arouca	M	4.025.048	5.215.550	5.205.139	4.516.647	4.206.218	2.262.971	-46,2%	-56,5%
30	Sátão	P	5.808.060	5.661.089	4.481.468	4.226.489	3.952.465	2.279.736	-42,3%	-49,1%
31	Mora	P	4.307.925	4.296.420	4.622.211	3.198.123	2.479.981	2.316.666	-6,6%	-49,9%
32	Horta	P	7.458.816	5.058.698	7.876.694	6.322.398	6.204.938	2.330.654	-62,4%	-70,4%
33	Mação	P	3.578.687	2.525.867	3.375.461	3.012.341	3.057.488	2.354.923	-23,0%	-30,2%
34	Boticas	P	5.784.795	5.729.036	5.466.666	4.004.474	3.999.455	2.367.492	-40,8%	-56,7%
35	Porto Moniz	P	2.795.177	2.861.911	7.351.306	5.069.882	3.605.897	2.374.049	-34,2%	-67,7%

Município		Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 11-12	Variação 09-12
36	Vila Flor	P	3.944.241	4.397.966	4.336.501	3.544.893	3.757.177	2.395.126	-36,3%	-44,8%
37	Tondela	M	8.898.649	9.103.264	9.850.429	6.258.597	6.171.120	2.451.135	-60,3%	-75,1%
38	Barrancos	P	2.638.751	3.463.455	4.229.494	3.409.916	3.001.970	2.451.387	-18,3%	-42,0%
39	Condeixa-a-Nova	P	3.879.407	4.258.256	8.096.506	6.638.620	4.599.237	2.545.342	-44,7%	-68,6%
40	Vimioso	P	5.410.513	4.170.656	4.936.250	4.769.294	4.083.664	2.564.947	-37,2%	-48,0%
41	Góis	P	3.508.179	3.223.000	3.394.719	2.703.310	2.579.286	2.749.654	6,6%	-19,0%
42	Cuba	P	3.142.385	3.852.802	3.344.038	3.810.574	3.166.272	2.770.236	-12,5%	-17,2%
43	Cadaval	P	3.157.834	4.135.126	5.099.067	4.940.313	4.323.461	2.778.059	-35,7%	-45,5%
44	Benavente	M	565.591	945.398	2.945.316	4.799.881	4.616.754	2.830.398	-38,7%	-3,9%
45	Salvaterra de Magos	M	977.824	3.268.920	5.933.984	5.034.877	4.127.701	2.837.024	-31,3%	-52,2%
46	Marinha Grande	M	2.574.736	4.013.231	6.798.112	6.618.647	5.983.985	3.036.083	-49,3%	-55,3%
47	Golegã	P	2.974.559	2.880.915	4.024.617	3.661.067	3.341.576	3.042.971	-8,9%	-24,4%
48	Carregal do Sal	P	3.376.577	4.637.235	4.493.372	4.802.786	4.039.929	3.302.698	-18,2%	-26,5%
49	Sever do Vouga	P	5.521.694	5.995.958	5.298.763	4.160.145	2.853.983	3.330.914	16,7%	-37,1%
50	Proença-a-Nova	P	-1.840.933	-456.775	1.487.543	3.300.918	3.339.563	3.444.086	3,1%	131,5%

tes municípios, as dívidas a pagar de curto prazo, foram inferiores a 50% das disponibilidades¹⁵⁵.

- O número de municípios sem endividamento líquido aumentou consideravelmente em 2012. O gráfico seguinte mostra a evolução desta situação nos últimos anos.
- Contudo, o facto de endividamento líquido ser inferior a zero, não significa que as autarquias não apresentem, no final do ano económico, dívidas de curto prazo tanto a fornecedores como a bancos, com empréstimos de curto prazo a transitar de ano¹⁵⁶ e endividamento de médio e longo prazo. Efetivamente, dos municípios listados no quadro 2.33, em 2011 e 2012, apenas o município de Penedono não apresentou endividamento bancário de médio e longo prazo. Também em relação às dívidas de curto prazo a fornecedores, se pode verificar pela análise das respetivas contas que só o município de Alcoutim não apresenta dívidas a fornecedores, no final de 2011. Em 2012, todos estes municípios apresentam dívidas a fornecedores

¹⁵⁵ Elvas apresenta o maior valor de disponibilidades em títulos negociáveis em ambos os anos.

¹⁵⁶ Conforme se pode verificar nos pontos 3.4.5 e 3.4.6.

de curto prazo e dívida bancária de médio e longo prazo.

- O gráfico abaixo apresentado é elucidativo da situação global das autarquias quanto à ausência de dívida bancária de curto prazo. O *ranking* R43 apresenta os 35 municípios com menor endividamento líquido, reportado ao ano de 2012.

Da listagem que se acaba de apresentar, há a referir o seguinte:

- Face à menor dimensão económica dos municípios de pequena dimensão, é natural que sejam estes a preencher quase a totalidade do *ranking* dos municípios com menor endividamento líquido. Esta situação é uma consequência inerente à capacidade económica dos municípios, não se podendo da mesma concluir sobre o ato de gestão ou decisões de política financeira das autarquias.
- Apesar de se tratar de municípios que na generalidade já detinham um baixo nível de endividamento, verifica-se que a maior parte deles apresentam descida significativa do mesmo, no biénio 2011/2012, ultrapassando em alguns casos, uma quebra de 80% e na maioria os 50%.
- A propósito desta lista será pertinente referir, ainda, que do total dos 308 municípios, 198 em 2011 e 264 municípios, em 2012, conse-

R44 – Ranking dos Municípios com maior Endividamento Líquido, em 2012

Unidade: euros

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição 11-12	Varição 09-12
1 Lisboa	G	842 959 952	849 974 863	833 161 119	776 589 168	709 547 975	308 814 884	-56,5%	-62,9%
2 Portimão	M	21 753 731	51 933 740	88 637 861	141 472 225	153 844 357	147 910 327	-3,9%	66,9%
3 Vila Nova de Gaia	G	232 002 249	177 244 262	198 116 194	174 701 399	150 904 987	144 743 834	-4,1%	-26,9%
4 Aveiro	M	115 759 052	122 342 587	135 870 627	145 922 405	137 993 763	122 159 477	-11,5%	-10,1%
5 Gondomar	G	100 615 564	111 152 104	124 026 729	120 446 700	118 193 091	108 848 840	-7,9%	-12,2%
6 Cascais	G	4 552 562	2 625 776	59 621 053	89 771 684	76 276 054	88 838 317	16,5%	49,0%
7 Porto	G	153 531 307	122 110 962	110 658 448	127 023 125	105 564 580	87 862 685	-16,8%	-20,6%
8 Santarém	M	52 617 260	57 805 673	75 378 251	80 315 989	95 044 012	86 160 397	-9,3%	14,3%
9 Funchal	G	59 111 097	79 452 968	88 225 192	83 638 705	85 966 547	80 121 995	-6,8%	-9,2%
10 Sintra	G	68 817 325	74 678 352	82 120 950	86 975 487	111 349 153	77 985 691	-30,0%	-5,0%
11 Braga	G	80 906 925	80 569 363	86 118 604	79 784 425	68 480 238	73 540 725	7,4%	-14,6%
12 Seixal	G	26 908 035	32 477 555	49 834 687	36 625 485	43 103 433	68 935 086	59,9%	38,3%
13 Évora	M	33 008 563	36 721 941	58 718 313	62 490 906	71 742 765	68 253 821	-4,9%	16,2%
14 Loulé	M	7 475 536	9 911 233	54 408 661	85 397 482	83 275 266	67 083 890	-19,4%	23,3%
15 Guimarães	G	70 208 845	65 257 420	71 280 466	77 084 475	76 344 400	66 018 299	-13,5%	-7,4%
16 Fundão	M	56 035 485	62 557 329	64 035 523	63 377 945	64 503 149	64 023 661	-0,7%	0,0%
17 Vila do Conde	M	67 422 825	62 566 709	61 794 193	67 404 446	62 471 051	60 852 751	-2,6%	-1,5%
18 Setúbal	G	65 823 971	59 242 110	58 064 174	62 018 507	63 431 845	58 651 348	-7,5%	1,0%
19 S ^o M ^o Feira	G	41 751 733	53 800 289	64 387 668	66 367 914	69 776 565	58 263 943	-16,5%	-9,5%
20 Valongo	M	43 017 214	48 540 895	64 722 274	67 000 261	63 805 505	57 856 269	-9,3%	-10,6%
21 Faro	M	51 433 130	59 658 607	62 015 551	65 034 175	63 018 824	57 820 094	-8,2%	-6,8%
22 VR Santo António	P	7 282 930	-8 379 549	20 085 799	42 990 167	53 508 262	57 149 021	6,8%	184,5%
23 Seia	M	46 142 171	47 652 649	53 606 127	56 888 755	56 780 556	56 641 509	-0,2%	5,7%
24 Loures	G	37 224 221	45 536 636	66 653 070	69 846 608	64 031 186	54 654 451	-14,6%	-18,0%
25 Paredes	M	11 365 882	15 670 678	30 822 659	41 483 145	46 296 040	52 144 663	12,6%	69,2%
26 Covilhã	M	77 579 619	63 701 089	77 207 154	74 491 961	53 417 568	49 556 233	-7,2%	-35,8%
27 Leiria	G	18 919 134	72 094 199	75 291 230	73 955 935	64 885 434	49 009 342	-24,5%	-34,9%
28 Figueira da Foz	M	54 414 770	52 363 062	57 194 722	56 302 847	54 202 385	48 845 370	-9,9%	-14,6%
29 Lagos	M	4 449 534	12 624 036	37 650 806	42 049 820	50 232 243	48 618 932	-3,2%	29,1%
30 Coimbra	G	45 032 645	46 522 795	53 022 478	50 645 297	47 991 736	43 916 695	-8,5%	-17,2%
31 Albufeira	M	-7 534 580	-1 979 969	30 590 564	46 671 133	55 033 996	43 698 035	-20,6%	42,8%
32 Paços de Ferreira	M	26 040 332	30 434 158	37 717 746	44 515 542	44 409 068	43 014 136	-3,1%	14,0%
33 Maia	G	92 904 847	79 755 156	80 048 556	70 297 109	59 009 358	42 377 418	-28,2%	-47,1%
34 Espinho	M	36 150 095	36 972 698	38 557 913	39 055 803	40 582 519	42 067 136	3,7%	9,1%

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 11-12	Variação 09-12
35 Odivelas	G	55 206 854	54 628 977	59 406 981	58 995 128	46 723 275	38 376 886	-17,9%	-35,4%
36 Trofa	M	13.546.041	27.952.178	38.123.544	40.808.813	42.427.103	37.848.482	-10,8%	-0,7%
37 Oeiras	G	57.957.019	64.664.035	64.090.818	60.303.976	48.478.083	36.899.387	-23,9%	-42,4%
38 Barreiro	M	28.688.403	29.366.447	32.574.466	33.475.631	40.816.252	34.635.748	-15,1%	6,3%
39 Santa Cruz	M	14.180.064	16.027.527	22.086.819	30.435.083	34.112.173	34.303.372	0,6%	55,3%
40 Portalegre	M	27.741.728	28.728.658	33.194.791	33.125.255	34.210.208	33.615.058	-1,7%	1,3%
41 Guarda	M	35.099.497	32.493.490	36.158.200	39.207.793	35.602.592	33.560.172	-5,7%	-7,2%
42 Fornos de Algodres	P	31.493.368	34.132.238	34.632.611	33.626.794	33.760.359	33.336.267	-1,3%	-3,7%
43 Oliveira de Azeméis	M	46.067.612	44.617.633	46.059.896	44.359.608	40.945.937	33.295.732	-18,7%	-27,7%
44 Viana do Castelo	M	15.640.633	23.722.450	29.389.497	35.172.591	33.554.766	32.573.257	-2,9%	10,8%
45 Marco de Canaveses	M	40.354.830	42.459.771	41.369.430	40.719.747	34.622.214	32.027.567	-7,5%	-22,6%
46 Torres Vedras	M	9.233.554	13.895.177	24.500.915	34.971.325	36.609.175	31.939.685	-12,8%	30,4%
47 Chaves	M	27.362.278	27.894.615	31.881.194	24.858.229	35.428.879	31.450.829	-11,2%	-1,3%
48 Santo Tirso	M	20.272.787	23.454.170	33.110.003	25.535.885	27.543.993	31.257.557	13,5%	-5,6%
49 Torres Novas	M	32.103.816	27.856.766	30.647.860	32.447.410	33.574.971	31.038.152	-7,6%	1,3%
50 Lamego	M	14.985.838	19.171.484	25.852.112	32.261.488	29.726.016	30.756.315	3,5%	19,0%

guiram baixar a dívida líquida.

- O *ranking* a seguir ordena os municípios pelo maior montante de endividamento líquido. Contudo, para a avaliação da saúde financeira da autarquia releva menos o total da dívida e mais o peso da mesma, no total de receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento líquido¹⁵⁷.

Da observação da listagem anterior verifica-se:

- Em 2012, desta lista de 35 municípios, 26 baixaram o nível de endividamento. Assim, apesar de se apresentarem como municípios com maior montante de endividamento, o mesmo diminuiu em alguns casos mais de 20% no biénio 2011/ 2012 – Lisboa, Porto, Loures, Covilhã, Leiria, Maia e Odivelas. Em termos de valor absoluto, releva-se o esforço de redução da dívida, neste biénio, dos seguintes

municípios: Lisboa (-467,7 M€), Porto (- 39,1M€), Vila Nova de Gaia (-29,9 M€), Maia (-27,9 M€), Covilhã (-24,9 M€), Leiria (-24,9 M€), Aveiro (-23,7 M€) e Odivelas (-20,6 M€).

- A última coluna apresenta a variação da dívida entre 2009 e 2012 ou seja relaciona a dívida no ano de entrada dos novos autarcas, com a situação atual. Da lista apresentada, verifica-se que 29 diminuíram a dívida em relação ao ano de entrada do novo executivo, destacando-se os municípios de Lisboa, Maia e Oeiras e 21 aumentaram essa dívida destacando-se os municípios de Vila Real de Santo António, Portimão, Paredes e Santa Cruz.

- Nesta listagem de municípios, referenciada a 2012, ocorreram aumentos de endividamento líquido que, pelo seu peso e montante significativo não poderemos deixar de anotar. Assim, com acréscimos de endividamento líquido superior a 20% apresentam-se: Seixal (+88,2% e 32,3M€), Vila Real de Santo António (32,9% e 14,5M€), Paredes (25,7% e 10,6M€) e Lagos (15,6% e 6,5M€).

¹⁵⁷ Nas situações em que o valor da dívida bancária de médio ou longo prazo ultrapasse os 100% das receitas consideradas para o efeito, ou o endividamento de curto prazo ultrapasse 10% das mesmas ou ainda, o endividamento líquido global, de um qualquer município ultrapasse 125% dessas mesmas receitas, então sim, serão aplicadas as sanções previstas na LFL e poderá, até, ser desencadeado um processo de saneamento financeiro da autarquia ou de reequilíbrio financeiro da mesma.

R45 – Ranking dos Municípios com maior redução do Endividamento Líquido, em 2011 e 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	-67.041.193	Lisboa	G	-400.733.091
2	Matosinhos	G	-32.252.167	Sintra	G	-33.363.462
3	Vila Nova de Gaia	G	-23.796.412	Barcelos	G	-30.793.665
4	Porto	G	-21.458.545	Porto	G	-17.701.896
5	Covilhã	M	-21.074.392	Matosinhos	G	-17.241.399
6	Angra do Heroísmo	M	-14.007.726	Maia	G	-16.631.940
7	Cascais	G	-13.495.630	Loulé	M	-16.191.376
8	Vila Franca de Xira	G	-12.730.816	Leiria	G	-15.876.092
9	Anadia	M	-12.628.978	Aveiro	M	-15.834.286
10	Odivelas	G	-12.271.854	Sesimbra	M	-14.481.404
11	Oeiras	G	-11.825.893	Amadora	G	-13.874.715
12	Olhão	M	-11.809.217	Viseu	M	-12.468.562
13	Braga	G	-11.304.187	Oeiras	G	-11.578.696
14	Maia	G	-11.287.751	Santa Maria da Feira	G	-11.512.622
15	Leiria	G	-9.070.501	Albufeira	M	-11.335.961
16	Óbidos	P	-9.008.159	Silves	M	-10.992.311
17	Amadora	G	-8.461.338	Povoação	P	-10.606.754
18	Aveiro	M	-7.928.642	Vila Nova de Famalicão	G	-10.438.973
19	São João da Madeira	M	-7.580.062	Guimarães	G	-10.326.102
20	Penafiel	M	-6.793.278	Castelo Branco	M	-10.015.569
21	Ponte de Lima	M	-6.330.475	Loures	G	-9.376.735
22	Marco de Canaveses	M	-6.097.533	Gondomar	G	-9.344.250
23	Loures	G	-5.815.422	Santarém	M	-8.883.615
24	Caldas da Rainha	M	-5.734.620	Odivelas	G	-8.346.389
25	Viseu	M	-5.509.587	Oliveira de Azeméis	M	-7.650.205
26	Caminha	P	-5.479.449	Ourém	M	-6.487.406
27	Ponte de Sor	P	-5.458.536	Tavira	M	-6.249.844
28	Vila do Conde	M	-4.933.395	Barreiro	M	-6.180.504
29	Mealhada	M	-4.695.049	Vila Nova de Gaia	G	-6.161.153
30	Felgueiras	M	-4.373.107	Vila Franca de Xira	G	-6.068.949
31	Águeda	M	-4.262.479	Lourinhã	M	-5.993.246
32	Pombal	M	-4.182.833	Valongo	M	-5.949.236
33	Castelo Branco	M	-4.132.881	Portimão	M	-5.934.030
34	Ribeira Grande	M	-4.116.820	Alcobaça	M	-5.885.833
35	Vila Real	M	-4.112.117	Funchal	G	-5.844.552

3.4.3.2. Limite do Endividamento Líquido¹⁵⁸

- Considerando que a dívida líquida da totalidade dos municípios foi de 6.177.159 M€ em 2011, e de 5.078 M€ em 2012, e que o total das receitas próprias legalmente consideradas como referencia¹⁶⁰ para o cálculo do limite de endividamento, para cada um destes dois anos, foi, respetivamente, de 5.449 M€ e de 5.261 M€, poder-se-á determinar o índice médio do endividamento líquido, respetivamente, de 113,4% para 2011 e de 96,5% para 2012 e concluir que, em termos globais, **o endividamento autárquico ficou abaixo do máximo (125%) permitido pela Lei das Finanças Locais, em cada um destes dois anos.**
- O gráfico a seguir apresentado demonstra a evolução do endividamento líquido para a totalidade dos municípios, em comparação

¹⁵⁸ De acordo com a Lei das Finanças Locais o endividamento líquido, em cada ano, não pode ser superior a 125% da receita arrecadada no ano anterior e resultante dos impostos municipais das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local.

¹⁵⁹ A dívida bruta foi de 8.276M€

¹⁶⁰ O n.º 1 do artigo 37º da Lei das Finanças Locais dispõe: "O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de dezembro de cada ano, não pode exceder 125 % do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior"

com a evolução das correspondentes receitas próprias consideradas para o cômputo do mesmo.

- Acrescerá, ainda, referir que desta avaliação global, para efeitos do cálculo deste rácio, não foi expurgada a dívida correspondente a empréstimos bancários¹⁶¹ que, pela sua finalidade, deveriam ser excluídos do cálculo do limite de endividamento (o que beneficiaria o valor do rácio). Também não foi considerado o endividamento líquido dos grupos municipais, uma vez que a LFL no seu artigo 36º refere que apenas deverá ser incluído, para efeitos de cálculo do endividamento líquido da autarquia, a dívida do setor empresarial em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

- O gráfico a seguir apresentado mostra a evolução do rácio do endividamento líquido para a totalidade dos municípios, comparando-o com o limite do endividamento líquido.

¹⁶¹ Há empréstimos que não são considerados para este fim, nomeadamente aqueles que ao abrigo da anterior Lei das Finanças Locais, não contavam para a capacidade de endividamento (designadamente empréstimos destinados à habitação social, ao financiamento de ações financiadas pelo Quadro Comunitário de Apoio e ações de reabilitação urbana). Assim, não possuindo informação discriminada destes empréstimos, a análise servirá como indicador de situações extremas

Gráfico 3.08 – Evolução das Receitas próprias consideradas para efeitos do endividamento líquido e da dívida líquida

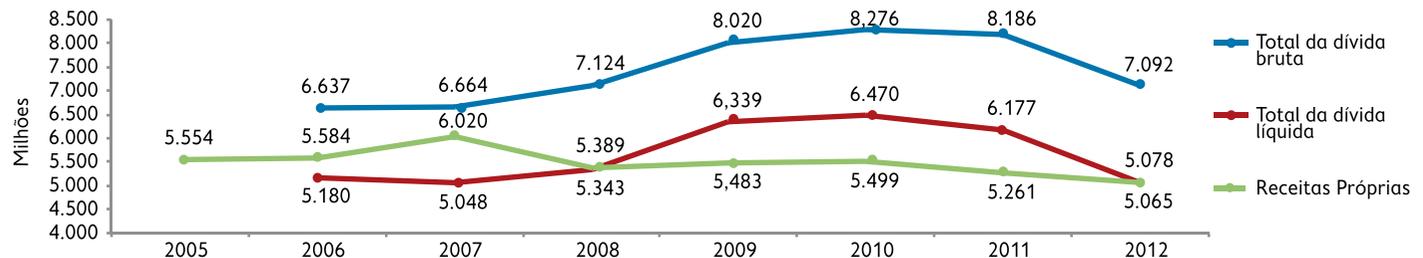
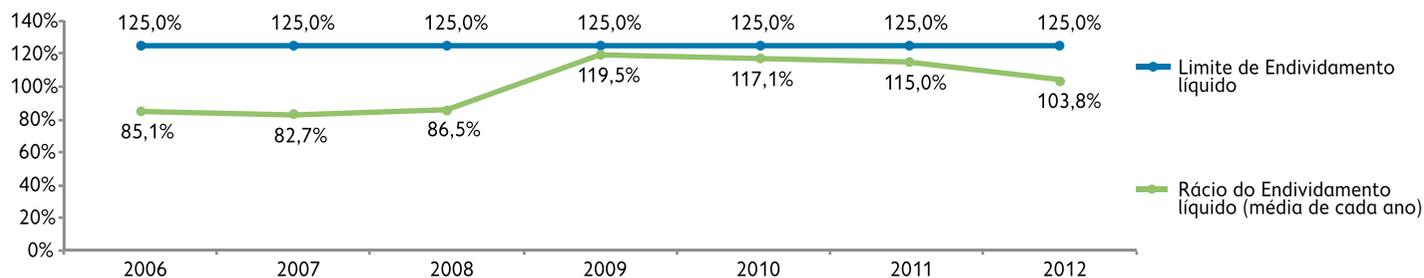


Gráfico 3.09 – Evolução do Rácio do Endividamento líquido



Apresentam-se a seguir dois *rankings* (R4 6 e R47) com a indicação respetivamente dos 50 municípios com menor índice de endividamento líquido¹⁶², e os 50 municípios com o maior índice de endividamento líquido, nos mesmos termos.

Não se consideraram neste R46 os 27 municípios apresentados no quadro 3.22 por terem endividamento líquido negativo. Isto é, não estão endividados e apresentam excedentes orçamentais, pelo que este rácio não se lhes deve ser aplicado.

¹⁶² Calculado nos termos da Lei das Finanças Locais.

R46 – Municípios com menor índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior*

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Caldas da Rainha	M	29,7%	22,3%	58,7%	53,9%	24,3%	2,9%
2	Santa Cruz das Flores	P	29,4%	36,6%	23,8%	22,1%	11,5%	3,3%
3	Penacova	P	-6,3%	-10,7%	32,2%	39,1%	23,8%	4,9%
4	Óbidos	P	34,0%	26,4%	76,1%	63,1%	-5,7%	5,3%
5	Vila Franca de Xira	G	31,4%	26,5%	43,1%	44,7%	19,1%	8,3%
6	Pombal	M	30,6%	21,5%	27,1%	37,7%	18,6%	10,0%
7	Vinhais	P	-2,2%	3,1%	14,9%	18,0%	22,3%	10,8%
8	Alvito	P	14,9%	34,5%	-36,6%	18,4%	24,2%	10,8%
9	Almada	G	-34,2%	-21,6%	21,9%	15,2%	15,6%	11,5%
10	Oleiros	P	5,6%	-8,4%	18,3%	13,4%	6,4%	12,4%
11	Idanha-a-Nova	P	24,5%	26,2%	46,5%	46,1%	22,0%	13,7%
12	Campo Maior	P	-15,7%	-6,2%	12,6%	28,6%	25,4%	14,1%
13	Albergaria-a-Velha	M	63,1%	64,4%	72,1%	42,2%	21,1%	16,3%
14	Tondela	M	43,0%	41,7%	62,0%	39,4%	38,6%	16,3%
15	Matosinhos	G	50,4%	52,4%	77,4%	83,6%	39,8%	17,4%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
16	Vila do Porto	P	17,6%	20,6%	20,3%	28,9%	21,6%	17,9%
17	Murtosa	P	23,8%	26,7%	18,9%	25,0%	26,0%	19,8%
18	Arouca	M	30,4%	39,9%	46,5%	38,1%	36,2%	20,1%
19	Carrazeda de Ansiães	P	121,1%	138,3%	115,6%	76,9%	58,2%	20,8%
20	Fafe	M	56,0%	48,4%	60,0%	31,2%	30,2%	22,5%
21	Benavente	M	3,8%	5,9%	19,3%	35,0%	35,8%	22,9%
22	Águeda	M	59,1%	42,8%	54,1%	45,6%	28,2%	23,1%
23	Marinha Grande	M	20,8%	28,2%	45,7%	51,3%	45,4%	23,6%
24	Viseu	M	18,9%	3,3%	26,4%	71,2%	54,9%	23,6%
25	Castro Verde	P	38,0%	3,0%	21,0%	41,2%	31,2%	26,3%
26	São Roque do Pico	P	54,9%	40,8%	-41,1%	-0,4%	16,2%	26,6%
27	Ponta do Sol	P	27,0%	92,2%	109,0%	81,5%	62,1%	27,6%
28	São Brás de Alportel	P	5,1%	20,2%	39,1%	53,4%	32,2%	27,7%
29	Batalha	P	15,5%	21,2%	17,6%	52,9%	43,4%	30,3%
30	Montemor-o-Novo	P	65,4%	70,2%	61,5%	49,8%	41,5%	31,4%
31	Horta	P	80,8%	64,7%	103,4%	86,6%	84,0%	32,1%
32	Sátão	P	72,9%	77,3%	61,5%	57,9%	54,2%	32,2%
33	Porto de Mós	M	33,8%	56,0%	72,7%	50,8%	40,7%	32,4%
34	Mação	P	45,9%	32,7%	42,2%	39,3%	41,0%	32,7%
35	Vila Flor	P	60,0%	59,4%	65,1%	45,7%	50,9%	32,8%
36	Mértola	P	70,3%	79,5%	80,6%	69,0%	45,3%	33,0%
37	Alter do Chão	P	36,8%	30,6%	47,5%	45,6%	47,2%	34,8%
38	Salvaterra de Magos	M	11,4%	33,9%	65,4%	52,9%	46,4%	34,9%
39	Amarante	M	39,7%	37,1%	52,7%	43,6%	40,8%	34,9%
40	Sernancelhe	P	49,8%	53,0%	43,9%	40,4%	42,2%	35,5%
41	Montalegre	P	98,9%	113,8%	94,8%	69,3%	49,5%	36,1%
42	Belmonte	P	15,6%	13,4%	68,0%	74,0%	51,5%	36,2%
43	Boticas	P	82,3%	68,8%	86,0%	60,6%	60,9%	36,4%
44	Condeixa-a-Nova	P	52,3%	54,4%	118,4%	91,5%	61,9%	36,5%
45	Abrantes	M	89,0%	88,0%	89,5%	66,8%	64,8%	37,2%
46	Vimioso	P	69,7%	44,4%	73,0%	68,3%	59,6%	38,3%
47	Bragança	M	43,8%	46,0%	62,8%	52,7%	39,3%	38,4%
48	Cadaval	P	36,2%	53,7%	70,3%	69,9%	60,8%	39,4%
49	Caminha	P	70,9%	39,2%	91,7%	108,3%	58,7%	39,8%
50	Oeiras	G	55,3%	58,9%	62,2%	53,6%	51,1%	40,1%

* Apenas foi possível discriminar as receitas provenientes transferências do Estado (excetuando-se, assim, as transferências comunitárias e dos fundos autónomos) a partir de 2008.

R47 – Municípios com maior índice de endividamento líquido em relação às receitas do ano anterior

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Fornos de Algodres	P	--	625,0%	741,3%	663,5%	674,8%	683,0%
2	Vila Franca do Campo	P	308,7%	342,1%	338,4%	428,3%	504,1%	502,3%
3	Povoação	P	224,2%	270,1%	772,6%	704,1%	676,0%	502,0%
4	Vila Real de Santo António	P	42,7%	-40,2%	139,9%	371,2%	413,4%	485,8%
5	Portimão	M	56,7%	113,5%	216,5%	371,2%	511,6%	471,6%
6	Fundão	M	280,8%	311,0%	400,2%	407,2%	406,4%	401,9%
7	Aveiro	M	331,8%	337,0%	437,7%	507,4%	447,3%	399,3%
8	Seia	M	286,5%	309,5%	384,5%	379,3%	398,7%	386,2%
9	Vila Nova de Poiares	P	174,1%	248,7%	321,9%	299,3%	343,0%	358,8%
10	Nazaré	P	144,7%	126,5%	199,1%	235,5%	363,4%	339,3%
11	Nordeste	P	149,9%	172,5%	208,8%	294,6%	345,0%	338,9%
12	Santarém	M	183,0%	193,6%	274,1%	253,2%	317,4%	293,2%
13	Freixo de Espada à Cinta	P	198,3%	178,3%	239,3%	175,8%	255,2%	292,5%
14	Celorico da Beira	P	261,7%	252,6%	306,7%	299,5%	295,6%	292,2%
15	Alandroal	P	156,9%	159,0%	228,7%	225,9%	255,1%	288,7%
16	Santa Cruz	M	82,0%	88,4%	169,4%	255,1%	272,3%	284,0%
17	Alijó	P	154,9%	157,1%	216,3%	236,5%	278,7%	277,7%
18	Alfândega da Fé	P	176,9%	192,9%	255,0%	261,5%	280,6%	277,5%
19	Santa Comba Dão	P	217,6%	167,2%	235,1%	285,9%	307,6%	272,5%
20	Cartaxo	M	36,3%	-131,9%	-47,8%	48,9%	301,3%	266,6%
21	Portalegre	M	127,2%	159,0%	254,0%	249,8%	241,6%	259,7%
22	Montemor-o-Velho	M	187,6%	189,9%	213,1%	255,5%	273,6%	258,0%
23	Espinho	M	197,2%	204,9%	258,1%	239,0%	242,8%	257,2%
24	Mondim de Basto	P	175,4%	183,1%	321,4%	273,3%	248,0%	251,9%
25	Mourão	P	198,3%	186,8%	241,6%	222,0%	209,5%	250,8%
26	Castanheira de Pêra	P	270,4%	310,2%	342,6%	305,3%	273,8%	249,7%
27	Trofa	M	89,0%	156,3%	250,5%	244,6%	252,3%	247,9%
28	Mesão Frio	P	206,5%	194,2%	262,9%	222,4%	216,3%	236,8%
29	Lamego	M	112,6%	123,8%	179,2%	236,0%	221,6%	236,6%
30	Évora	M	114,5%	111,9%	226,1%	219,6%	239,2%	236,6%
31	Ribeira Brava	P	-23,1%	16,5%	97,4%	48,6%	264,5%	223,0%
32	Reguengos de Monsaraz	P	167,8%	162,8%	217,9%	195,9%	181,7%	218,3%
33	Murça	P	176,6%	175,2%	231,4%	211,5%	217,2%	218,2%
34	Paços de Ferreira	M	143,2%	144,7%	216,5%	225,6%	220,8%	216,9%
35	Covilhã	M	296,8%	289,5%	365,7%	316,3%	239,7%	215,3%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
36	Valongo	M	141,2%	161,9%	230,7%	232,5%	229,9%	213,9%
37	Borba	P	184,6%	219,9%	287,5%	230,0%	222,5%	212,0%
38	Tabuaço	P	142,3%	149,2%	188,3%	228,8%	207,8%	208,4%
39	Melgaço	P	134,9%	136,1%	234,2%	213,7%	205,8%	207,7%
40	Calheta (R. A. A.)	P	212,9%	177,4%	292,2%	240,0%	215,8%	206,3%
41	Alcanena	P	175,1%	216,7%	248,6%	217,6%	221,8%	200,3%
42	Lagos	M	12,2%	31,5%	114,9%	156,1%	230,9%	198,5%
43	Gondomar	G	199,4%	217,6%	262,2%	199,1%	220,2%	197,6%
44	Nelas	P	40,8%	56,1%	138,5%	164,0%	210,1%	195,4%
45	Alpiarça	P	206,2%	183,4%	232,5%	195,3%	208,3%	195,2%
46	Tarouca	P	131,2%	147,3%	211,2%	210,4%	200,3%	194,5%
47	Cantanhede	M	85,7%	161,7%	241,5%	229,6%	208,0%	186,7%
48	Vizela	M	46,4%	61,0%	111,0%	129,3%	146,6%	186,1%
49	Faro	M	184,0%	216,5%	258,4%	222,7%	227,8%	184,1%
50	Mirandela	M	100,1%	103,6%	135,0%	126,6%	163,4%	181,9%

- De notar que no *ranking* anterior (municípios com menor índice de endividamento) constam três municípios de grande dimensão – Vila Franca de Xira, Almada e Matosinhos.
- Pela análise das contas, verificou-se que, em 2012, 103 municípios¹⁶³ apresentaram um endividamento líquido superior a 125% das receitas consideradas para o efeito. Do *ranking* R47 apenas constam os 50 municípios com maior valor deste rácio. Contudo, relativamente à listagem apresentada, os valores indicados basearam-se na totalidade dos empréstimos bancários, incluindo eventualmente, aqueles que a lei permite excluir do limite de endividamento, pois não se dispõe de informação relativamente ao volume de empréstimos excluídos do cômputo do limite de endividamento. Assim, os rácios obtidos servirão como indicador de situações limite de endividamento sem se poder concluir, daí, que tenha havido assunção de empréstimos à revelia dos limites impostos por lei. Deste modo, podem não coincidir com os valores apresentados pela DGAL.

¹⁶³ O n.º 2 do citado art. 37.º da LFL, dispõe que “Quando um município não cumpra o disposto no número anterior, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido”.

3.4.4. Dívidas a fornecedores

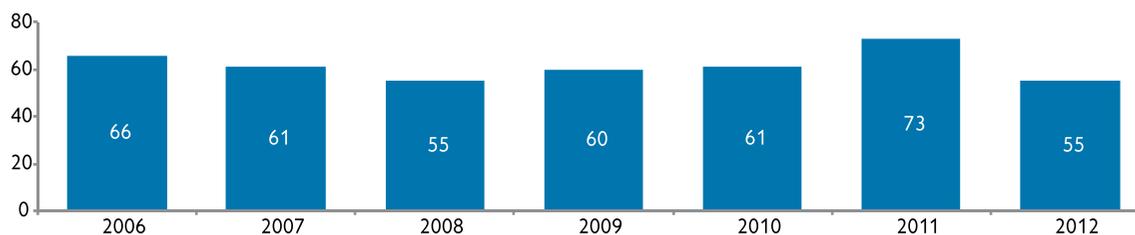
3.4.4.1. Razão entre a dívida a fornecedores e as receitas totais do ano anterior

Nos termos do disposto no artigo 41.º da LFL, um município com dívidas a fornecedores de montante superior a 50% das receitas totais do ano anterior, será declarado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira¹⁶⁴ Assim, procedeu-se à simulação da situação dos municípios, comparando o valor das dívidas a fornecedores em 2012, com as receitas totais do ano anterior. Para este cálculo incluiu-se a totalidade da dívida a fornecedores de curto e médio prazo.

Da análise das contas, constata-se que 55 municípios apresentaram, em 31 de dezembro de 2012, um valor de dívidas a fornecedor-

¹⁶⁴ Nos termos da LFL, a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de rutura financeira pode ser, subsidiariamente, declarada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutela as autarquias locais após comunicação da Direção-Geral das Autarquias Locais, sempre que se verifique a situação referida no artigo 41.º da LFL. Contudo não houve até à presente data, qualquer situação cuja iniciativa de declaração de rutura financeira tivesse partido da tutela inspetiva.

Gráfico 3.10 – Nº de Municípios com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais de n-1



Quadro 3.23 – Municípios de Pequena Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais do ano anterior

Unidade: euros

Município	Índice				2012		
	2008	2009	2010	2011	Dívidas a Fornecedores	Receitas Cobradas n-1	Índice
1 Vila Real de Santo António	54,6%	104,0%	176,2%	106,2%	60.640.067	25.088.847	241,7%
2 Nazaré	117,2%	115,4%	82,7%	192,7%	30.590.754	13.114.950	233,3%
3 Nordeste	18,1%	34,8%	109,6%	167,3%	10.480.678	5.233.549	200,3%
4 Porto Santo	4,5%	51,7%	86,3%	153,6%	6.768.523	5.512.045	122,8%
5 Celorico da Beira	113,9%	105,9%	102,8%	91,9%	11.087.334	9.261.105	119,7%
6 Ribeira Brava	45,6%	47,2%	41,8%	121,5%	10.050.566	9.800.148	102,6%
7 Vila do Bispo	3,7%	54,4%	77,2%	98,0%	9.620.097	9.810.216	98,1%
8 Velas	45,3%	50,8%	29,7%	91,5%	4.962.305	5.792.556	85,7%
9 Borba	102,7%	45,0%	51,9%	92,0%	6.831.422	8.182.916	83,5%
10 Alijó	127,3%	43,5%	43,6%	85,8%	9.456.344	11.636.469	81,3%
11 Vieira do Minho	27,0%	46,3%	60,0%	58,9%	8.572.545	10.845.420	79,0%
12 Freixo de Espada à Cinta	53,3%	37,5%	31,4%	58,8%	7.343.093	10.368.190	70,8%
13 Alandroal	78,2%	112,1%	43,4%	31,6%	7.233.479	10.254.626	70,5%
14 Reguengos de Monsaraz	38,2%	34,9%	47,6%	65,7%	9.468.387	13.876.972	68,2%
15 Santa Comba Dão	63,9%	43,6%	46,4%	72,7%	5.367.484	8.290.625	64,7%
16 Calheta (R. A. M.)	0,0%	20,3%	56,6%	85,0%	7.019.060	11.167.545	62,9%
17 Moimenta da Beira	51,9%	40,8%	30,8%	57,4%	5.972.197	10.224.719	58,4%
18 Penamacor	79,2%	86,9%	73,2%	82,0%	5.881.585	10.219.099	57,6%
19 Alcochete	27,9%	21,9%	23,9%	54,2%	7.635.330	13.283.657	57,5%
20 São Vicente	37,9%	21,9%	28,9%	81,9%	3.160.390	5.714.182	55,3%
21 Manteigas	25,9%	30,3%	36,0%	53,0%	2.884.487	5.409.101	53,3%
22 Miranda do Douro	37,1%	20,2%	46,9%	69,7%	6.279.328	11.896.755	52,8%
23 Macedo de Cavaleiros	34,1%	24,2%	25,1%	46,1%	9.489.954	18.020.913	52,7%
24 São Pedro do Sul	31,4%	29,5%	44,2%	48,6%	7.737.330	14.895.537	51,9%

Quadro 3.24 – Municípios de Média Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores superior a 50% das receitas totais do ano anterior

Unidade: euros

	Município	Índice				2012		
		2008	2009	2010	2011	Dívidas a Fornecedores	Receitas Cobradas n-1	Índice
1	Portimão	65,3%	98,1%	205,9%	277,5%	137.971.947	45.596.590	302,6%
2	Fundão	125,9%	125,4%	35,9%	171,6%	49.344.346	29.316.426	168,3%
3	Santa Cruz	43,2%	54,3%	146,0%	156,9%	30.344.948	18.535.160	163,7%
4	Santarém	114,2%	87,4%	74,3%	114,6%	62.093.395	39.932.785	155,5%
5	Espinho	104,8%	111,0%	56,5%	134,4%	37.540.969	25.250.543	148,7%
6	Évora	56,9%	90,1%	68,1%	107,3%	53.345.179	41.796.828	127,6%
7	Cartaxo	31,7%	45,5%	118,6%	104,2%	21.734.314	18.160.617	119,7%
8	Vizela	19,7%	43,1%	69,0%	94,6%	15.756.043	13.534.226	116,4%
9	Machico	45,2%	39,9%	85,7%	157,7%	16.799.133	14.478.962	116,0%
10	Valongo	99,6%	129,5%	107,3%	107,7%	41.604.931	37.235.881	111,7%
11	Mirandela	38,5%	39,3%	38,0%	87,4%	19.039.883	17.786.761	107,0%
12	Paços de Ferreira	56,3%	51,8%	98,2%	120,5%	37.555.893	35.090.491	107,0%
13	Lagos	5,6%	50,2%	72,5%	94,7%	36.589.647	38.838.389	94,2%
14	Chaves	45,2%	58,9%	86,8%	86,0%	26.529.679	29.897.880	88,7%
15	Câmara de Lobos	52,9%	50,4%	66,4%	67,2%	11.433.990	13.852.328	82,5%
16	Lamego	38,6%	38,4%	80,9%	81,7%	19.392.999	24.271.600	79,9%
17	Faro	65,5%	65,5%	74,0%	98,0%	32.103.021	42.572.848	75,4%
18	Paredes	31,2%	40,6%	74,3%	88,0%	45.582.339	63.198.311	72,1%
19	Vagos	39,5%	49,1%	63,2%	81,7%	9.245.044	12.980.840	71,2%
20	Guarda	102,4%	52,6%	59,8%	88,4%	22.777.254	33.703.515	67,6%
21	Vila do Conde	49,0%	37,5%	52,4%	56,3%	32.173.097	53.998.517	59,6%
22	Barreiro	18,3%	23,7%	33,5%	55,2%	21.909.628	36.836.099	59,5%
23	Covilhã	59,0%	35,6%	85,8%	24,5%	20.112.112	35.372.979	56,9%
24	Torres Novas	72,2%	33,2%	36,8%	60,8%	16.012.293	29.888.356	53,6%
25	Vila Verde	55,1%	54,6%	53,0%	60,6%	13.461.484	25.740.203	52,3%
26	Sesimbra	26,4%	41,8%	43,1%	50,4%	20.255.661	38.772.116	52,2%
27	Trofa	17,8%	50,8%	62,5%	45,6%	9.772.311	18.963.490	51,5%

Quadro 3.25 – Municípios de Grande Dimensão com um valor de dívidas a fornecedores, superior a 50% das receitas totais do ano anterior

Unidade: euros

Município	Índice				2012		
	2008	2009	2010	2011	Dívidas a Fornecedores	Receitas Cobradas n-1	Índice
1 Seixal	16,9%	25,8%	28,6%	66,7%	64.786.867	74.581.783	86,9%
2 Funchal	42,3%	52,0%	65,6%	77,2%	66.244.225	77.748.406	85,2%
3 Setúbal	17,0%	21,5%	34,2%	51,0%	34.771.200	61.968.623	56,1%
4 Lisboa	111,2%	108,9%	85,5%	90,1%	315.859.503	609.474.325	51,8%

R48 – Municípios com menor índice de dívidas a fornecedores relativamente às receitas do ano anterior

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Marvão	P	9,9%	4,4%	3,2%	3,0%	1,6%	0,3%
2 Mortágua	P	1,8%	0,9%	6,0%	1,2%	0,2%	0,4%
3 Corvo	P	31,7%	27,1%	15,5%	5,9%	12,8%	0,4%
4 Anadia	M	2,5%	3,1%	4,2%	2,4%	2,0%	0,4%
5 Arronches	P	3,7%	0,7%	0,4%	0,5%	0,6%	0,8%
6 Aguiar da Beira	P	0,3%	0,7%	0,1%	0,3%	0,1%	0,8%
7 Santa Cruz das Flores	P	0,5%	2,8%	0,6%	0,5%	0,5%	1,0%
8 Castelo de Vide	P	7,3%	2,5%	4,5%	2,6%	7,0%	1,0%
9 Amarante	M	4,2%	5,0%	15,6%	4,9%	3,9%	1,1%
10 Vila Franca do Campo	P	108,6%	6,2%	15,0%	79,8%	43,5%	1,1%
11 São Roque do Pico	P	2,4%	0,4%	26,5%	17,8%	0,7%	1,3%
12 Alvito	P	1,9%	4,5%	3,4%	24,8%	3,5%	1,3%
13 Penalva do Castelo	P	5,9%	2,8%	2,2%	1,5%	1,4%	1,3%
14 Mértola	P	11,4%	12,8%	5,8%	3,0%	4,7%	1,4%
15 Murça	P	26,4%	39,1%	48,7%	62,0%	2,2%	1,4%
16 Elvas	M	4,4%	7,2%	4,7%	1,4%	2,0%	1,5%
17 Vila de Rei	P	41,6%	41,1%	49,5%	46,5%	23,5%	1,6%
18 Vila Velha de Ródão	P	3,8%	5,9%	3,4%	4,7%	1,8%	1,6%
19 Redondo	P	13,1%	6,6%	6,0%	5,3%	1,8%	1,6%
20 Cinfães	P	2,5%	3,9%	6,2%	2,1%	6,1%	1,7%
21 Portel	P	3,9%	1,8%	2,8%	1,9%	2,3%	2,1%
22 Santa Marta de Penaguião	P	0,8%	0,6%	8,6%	2,3%	1,2%	2,1%
23 Mora	P	13,3%	9,4%	12,8%	3,4%	10,8%	2,2%
24 Fafe	M	11,8%	11,3%	7,5%	3,1%	5,0%	2,3%
25 Santa Cruz da Graciosa	P	1,7%	0,5%	0,9%	3,8%	0,5%	2,5%
26 Carrazeda de Ansiães	P	26,5%	45,4%	20,8%	17,9%	18,2%	2,6%
27 Vila Franca de Xira	G	8,3%	5,2%	4,3%	4,9%	4,2%	2,7%
28 Pampilhosa da Serra	P	1,8%	2,0%	1,7%	1,7%	3,2%	2,7%
29 Vouzela	P	73,0%	4,0%	15,9%	16,4%	9,0%	2,7%
30 Vila Real	M	6,0%	25,0%	31,4%	33,3%	17,0%	2,7%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
31	São Brás de Alportel	P	6,2%	2,9%	2,6%	5,0%	2,4%	2,8%
32	Castelo Branco	M	8,6%	3,1%	2,2%	0,7%	2,7%	2,9%
33	Alpiarça	P	32,8%	68,9%	65,9%	50,9%	17,8%	2,9%
34	Coruche	P	9,8%	9,3%	10,1%	6,7%	6,6%	3,0%
35	Penedono	P	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	3,4%	3,0%
36	Almodôvar	P	4,7%	4,2%	4,5%	4,7%	0,5%	3,4%
37	Mondim de Basto	P	74,5%	115,8%	195,8%	32,8%	3,2%	3,4%
38	Porto	G	8,8%	6,9%	7,4%	6,2%	3,5%	3,4%
39	Mogadouro	P	19,7%	14,5%	12,7%	3,5%	2,3%	3,5%
40	Mealhada	M	2,3%	2,7%	2,4%	2,2%	2,3%	3,5%
41	Gavião	P	4,9%	5,4%	4,0%	5,4%	4,7%	3,7%
42	Alcoutim	P	2,8%	3,7%	3,1%	4,9%	0,3%	3,7%
43	Constância	P	1,4%	4,6%	8,4%	3,3%	7,5%	3,8%
44	Sintra	G	14,1%	10,8%	17,2%	16,9%	12,9%	3,8%
45	Amadora	G	5,0%	8,9%	11,1%	9,4%	5,0%	3,9%
46	Marinha Grande	M	9,1%	8,9%	11,6%	14,4%	2,9%	4,0%
47	Viseu	M	6,9%	8,6%	12,4%	13,6%	7,8%	4,0%
48	São João da Pesqueira	P	2,8%	1,4%	1,8%	0,8%	0,6%	4,2%
49	Porto de Mós	M	9,0%	13,7%	15,0%	16,0%	7,7%	4,3%
50	Albergaria-a-Velha	M	20,6%	13,9%	15,0%	6,4%	4,1%	4,4%

(Rácio: Dívidas a fornecedores/Receitas n-1)

res¹⁶⁵ superior a 50% das receitas totais do ano anterior, sendo que 24 foram municípios de pequena dimensão, 27 municípios de média dimensão e 4 municípios de grande dimensão.

A listagem que a seguir se apresenta (R48) hierarquiza os 50 municípios com menor índice de dívida a fornecedores em 2012, relativamente às receitas totais recebidas em 2011.

- De entre os 50 municípios referenciados, no *ranking* anterior com melhor saúde financeira, encontra -se um município de grande dimensão - Vila Franca de Xira.

3.4.4.2 Prazo Médio de Pagamentos⁴⁷

No seguimento do ponto anterior, apresenta-se, de forma global, a adesão dos municípios ao Programa de Pagamento a Tempo e

Horas a partir de 2007, avaliando-se a sua situação no que se refere ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP).

A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.” (DGAL), que refere o seguinte:

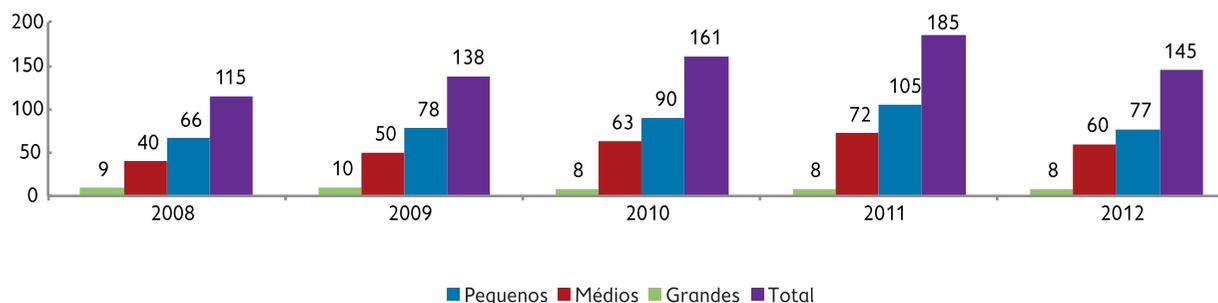
“n.º 4 - É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

¹⁶⁵ Considerámos Dívidas a fornecedores: Dívidas a fornecedores c/c, Dívidas a Fornecedores de Imobilizado; Fornecedores de Leasing; Dívida a outros credores, independentemente da dívida se encontrar no Balanço (Passivo) como dívida a curto ou a médio e longo prazo.

¹⁶⁶ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no *site* da Direção Geral das Autarquias Locais. No Anuário anterior esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para este Anuário foi possível obter dados definitivos. Daí que os valores históricos agora apresentados diferem dos constantes do anuário anterior

Gráfico 3.11 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias*



* Não foi possível obter o prazo médio de pagamentos a 31/12/2012 de 7 municípios sendo eles: Calheta (R.A.A.), Crato, Faro, Montemor-o-Novo, Serpa, Torres Novas e Vimioso.

Quadro 3.26 – Variação do PMP de 2008 a 2012

Dimensão		2008	2009	2010	2011	2012
Pequenos	N.º de municípios existentes	180	181	179	181	181
	N.º de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	77
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	42,5%
Médios	N.º de municípios existentes	105	104	106	103	103
	N.º de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	60
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	58,3%
Grandes	N.º de municípios existentes	23	23	23	24	24
	N.º de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%
Total	N.º de municípios existentes	308	308	308	308	308
	N.º de municípios que apresentam um PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	145
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	47,1%

Quadro 3.27 – Prazos Médios de Pagamento de 2008 a 2012

	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012
Média do PMP dos municípios que detêm um PMP superior a 90 dias	192,1	183,6	210,1	227,7	303,9
Média do PMP do total dos municípios	95,8	105,2	131,0	151,2	165,9

R49 - Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012
1	Anadia	M	6	8	5	3	0
2	Alcoutim	P	5	3	3	5	1
3	Ovar	M	21	7	13	5	2
4	Pampilhosa da Serra	P	3	2	4	6	3
5	Portel	P	4	6	4	10	3
6	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3
7	Terras de Bouro	P	36	64	3	0	3
8	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4
9	Arronches	P	10	4	5	17	4
10	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4
11	Mealhada	M	7	9	9	11	4
12	Mortágua	P	15	31	40	6	4
13	Almodôvar	P	9	11	9	9	5
14	Porto de Mós	M	47	51	59	55	6
15	Santa Cruz da Graciosa	P	3	4	7	8	6
16	São Roque do Pico	P	2	32	68	19	6
17	Castanheira de Pêra	P	233	172	707	816	7
18	Penalva do Castelo	P	11	18	12	10	7
19	Aljezur	P	35	65	27	10	9
20	Sabugal	P	16	16	23	39	9
21	Vila do Porto	P	3	29	5	40	9
22	Marvão	P	42	4	13	16	10
23	Murça	P	108	174	283	118	10
24	Murtosa	P	28	5	6	12	10
25	Almada	G	9	16	9	15	11
26	Sernancelhe	P	20	13	24	21	11
27	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12
28	Castro Marim	P	21	43	66	43	12
29	Celorico de Basto	P	100	148	106	29	12
30	Elvas	M	43	27	36	20	12
31	São Brás de Alportel	P	6	4	12	16	12
32	Vila Franca de Xira	G	23	15	32	13	12
33	Mértola	P	17	29	44	52	13
34	Ponte de Lima	M	15	12	17	17	13
35	Santa Marta de Penaguião	P	11	25	9	8	13

Fonte: DGAL (<http://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico>) consultado em 16/5/2013

R50 - Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Município	Dimensão	2008	2009	2010	2011	2012
1 Porto Santo	P	3	151	1.228	668	2.412
2 Portimão	M	97	189	420	899	1.970
3 Nordeste	P	120	110	125	331	1.875
4 Nazaré	P	287	394	435	518	1.464
5 Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1.284
6 Machico	M	370	245	357	347	648
7 São Vicente	P	205	134	81	230	647
8 Barreiro	M	170	136	160	391	617
9 Santarém	M	174	211	259	99	601
10 Trofa	M	113	235	441	758	585
11 Seixal	G	43	118	178	234	575
12 Évora	M	166	156	524	425	541
13 Cartaxo	M	362	309	347	292	521
14 Santa Cruz	M	241	196	221	363	518
15 Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511
16 Funchal	M	142	160	248	295	488
17 Mirandela	M	229	238	207	532	473
18 Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470
19 Guarda	M	245	190	95	138	462
20 Porto Moniz	P	130	158	608	641	443
21 Calheta (R. A. M.)	P	119	115	319	263	437
22 Espinho	M	150	204	193	293	430
23 Albufeira	M	8	16	87	238	409
24 Vila do Conde	M	251	336	217	219	404
25 Borba	P	71	216	751	593	380
26 Alandroal	P	443	324	288	290	377
27 Azambuja	M	83	58	98	241	372
28 Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370
29 Chamusca	P	215	294	325	144	367
30 Lamego	M	92	194	68	178	363
31 Ponta do Sol	P	78	134	86	211	354
32 Mourão	P	115	206	118	222	343
33 Ansião	P	159	113	221	212	341
34 Valongo	M	91	104	236	324	332
35 Sabrosa	P	170	99	217	105	331

Fonte DGAL: (<http://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico>) consultado em 16/5/2013

em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.”

O gráfico a seguir apresentado, permite apreciar a situação existente no final de cada ano económico entre 2008 e 2012.

Constata-se que, entre 2008 e 2010 aumentou o número de municípios com prazo médio de pagamento superior 90 dias, passando de um total de 115 autarquias que em 2008 não cumpriram os prazos exigidos, para 138 municípios em 2009 e 161 municípios em 2010.

- Constata-se que, em 2011, aumentou o número de municípios com prazo médio de pagamento superior 90 dias (+24), passando a estar nessa situação 185 municípios e que, em 2012, esse número baixou para 145 municípios.

- O gráfico anterior evidencia o agravamento dos problemas de tesouraria que, a globalidade dos municípios, começaram a sentir a partir de 2008 e com maior impacto em 2011. Efetivamente, nesse ano, 60,1% dos municípios (mais de metade) apresentaram prazos de pagamento a fornecedores, superiores a 90 dias.

No quadro a seguir apresenta-se o número de municípios, por grupo dimensional, que apresentam um PMP superior a 90 dias.

O quadro 3.27, a seguir apresentado, mostra que, de 2010 para 2012, além de ter aumentado o prazo médio de pagamento superior a 90 dias, em mais 93,8 dias, passando de 210,1 dias para 303,9 dias, também aumentou o prazo médio de pagamento em 34,9 dias, neste biênio.

3.4.5. Empréstimos Bancário

Na sequência da análise da evolução do endividamento líquido do setor autárquico e a forma como contribuíram para a sua formação as diferentes componentes da dívida global das autarquias, faz sentido abordar a utilização de empréstimos bancários no período abrangido por este anuário (2010/2012), discriminando-os de acordo com a sua temporalidade: curto e médio ou longo prazo.

Se os empréstimos bancários de médio e longo prazo geram dívida que releva para o cálculo de endividamento, já os empréstimos de curto prazo só relevarão para esse efeito caso o capital em dívida não seja liquidado dentro do ano económico em que é utilizado.

Para melhor conhecimento da situação dos municípios relativamente ao recurso a receitas creditícias, e respetiva dívida daí resultante, sub-

dividir-se-á este sub capítulo em duas partes: uma dedicada aos empréstimos de curto prazo e outra dedicada aos de médio e longo prazo.

3.4.5.1. Empréstimos bancários de curto prazo

O gráfico a seguir apresentado mostra a evolução dos montantes utilizados de crédito bancário de curto prazo entre 2008 e 2012, bem como os correspondentes montantes de amortização. Verifica-se que, em 2011, o montante global de crédito utilizado foi notoriamente superior ao valor amortizado. Contudo, em 2012 o volume de amortização foi superior ao montante utilizado, cobrindo valores transitados em débito do ano anterior. Todavia, como se poderá verificar pelo quadro 3.27, no final desse ano, ainda se permaneceu em dívida, transitando para o ano de 2013, o montante de 19,6 M€. Em 2012, 76 municípios contraíram empréstimos bancários de curto prazo (12 municípios de grande dimensão, 25 municípios de média e 39 municípios de pequena dimensão). Destes, 62 municípios liquidaram, no mesmo ano económico, o crédito utilizado. Os restantes 14 municípios transitaram de ano económico, com empréstimos de curto prazo por liquidar.

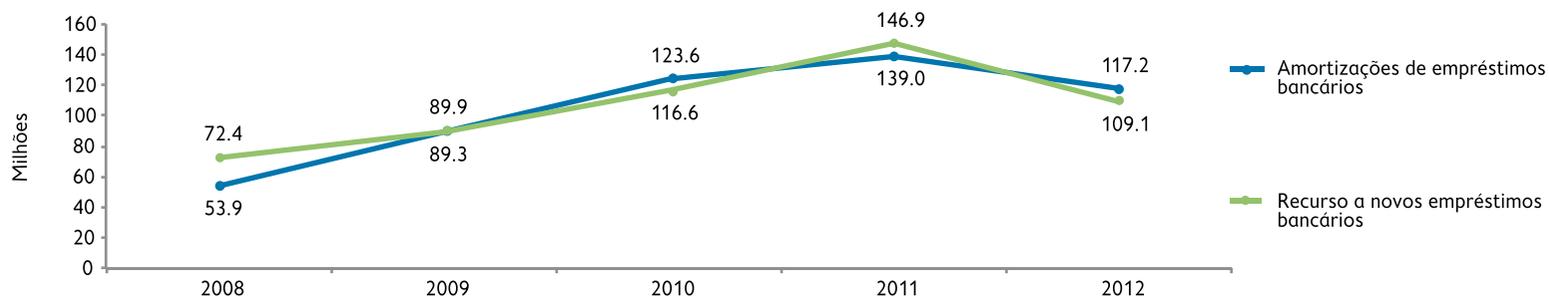
No quadro 3.28 apresenta-se o montante de empréstimos de curto prazo transitado em dívida no final de cada ano, entre 2008 e 2012.

- Da observação deste quadro resulta a constatação de que em 2012, tanto o grupo dos pequenos municípios como o grupo dos grandes, amortizaram um valor de empréstimos de curto prazo, superior ao utilizado no ano, amortizando dívida de curto prazo consolidada e contribuindo deste modo para o decréscimo da mesma. O grupo dos municípios de média dimensão, pelo contrário, utilizou maior volume de empréstimos bancários que o montante amortizado da mesma natureza, contribuindo para o acréscimo de dívida em montante superior a 2,2 M€.

- No quadro 3.29, apresentam-se os 67 municípios que em 2012 amortizaram empréstimos de curto prazo. 62 municípios, empréstimos utilizados no ano e 5 municípios, os empréstimos de curto prazo transitados do ano anterior.

- No quadro 3.30, apresentam-se os municípios que em 2011 (29 municípios) e 2012 (21 municípios) transitaram de ano económico com empréstimos de curto prazo por liquidar. Em 2012, sete destes municípios transitaram com dívidas de empréstimos de curto prazo, utilizado já em ano anterior.

Gráfico 3.12 – Evolução do Passivo Financeiro de Curto Prazo, utilizado e pago



Quadro 3.28 – Passivo Financeiro de Curto Prazo em dívida no final do ano económico

Unidade: euros

Municípios	Evolução do Passivo Financeiro de Curto Prazo*					
	Passivo em dívida no final de 2008	Passivo em dívida no final de 2009	Passivo em dívida no final de 2010	Passivo em dívida no final de 2011	Passivo em dívida no final de 2012	Varição do passivo de curto prazo 2011-2012
Pequenos	12.627.121	9 453 337	9.829.335	10 208 578	6 939 728	-3 268 850
Médios	13.572.500	17.014.701	10.557.064	10 372 684	12 671 347	2 298 663
Grandes	0	1.000.000	0	9 250 000	0	-9 250 000
Total	26.199.621	27.468.038	20.386.399	29 831 262	19 611 075	-10 220 187

* Informação obtida dos Mapas de Empréstimos de Curto Prazo.

Quadro 3.29 – Municípios que amortizaram, em 2012, a totalidade dos empréstimos de curto prazo utilizados no ano

Pequenos		Médios	Grandes
1	Alcanena	Benavente	Barcelos
2	Alfândega da Fé	Chaves	Braga
3	Almeida	Espinho	Cascais
4	Ansião	Esposende	Coimbra
5	Arruda dos Vinhos	Guarda	Funchal
6	Bombarral	Lamego	Gondomar
7	Borba	Loulé	Leiria
8	Chamusca	Lourinhã	Loures
9	Freixo de Espada à Cinta	Mafra	Matosinhos
10	Golegã	Montemor-o-Velho	Santa Maria da Feira
11	Grândola	Montijo	Seixal
12	Horta	Oliveira de Azeméis	Sintra
13	Lagoa (R.A.A)	Ourém	Vila Nova de Famalicão
14	Lousã	Paços de Ferreira	Vila Nova de Gaia
15	Macedo de Cavaleiros	Palmela	
16	Melgaço	Paredes	
17	Mesão Frio	Portalegre	
18	Miranda do Douro	Póvoa de Lanhoso	
19	Moimenta da Beira	Rio Maior	
20	Monção	Sesimbra	
21	Monchique	Vagos	
22	Nazaré	Vila da Praia da Vitória	
23	Nisa		
24	Oliveira de Frades		
25	Paredes de Coura		
26	Penacova		
27	Ponte da Barca		
28	Santa Comba Dão		
29	Sines		
30	Terras de Bouro		
31	Vendas Novas		

Quadro 3.30 – Municípios com dívidas de empréstimos de curto prazo

Unidade: euros

2011		
Município	Dimensão	Valor
1 Seixal	G	4.000.000
2 Funchal	G	3.500.000
3 Portimão	M	3.000.000
4 Évora	M	2.210.000
5 Setúbal	G	1.750.000
6 Celorico da Beira	P	1.467.100
7 Fundão	M	1.422.684
8 Sesimbra	M	1.300.000
9 Vila Real de Santo António	P	1.092.727
10 São Pedro do Sul	P	900.000
11 Cartaxo	M	740.000
12 Miranda do Douro	P	700.000
13 Montijo	M	700.000
14 Reguengos de Monsaraz	P	700.000
15 Horta	P	670.000
16 Alandroal	P	601.220
17 Rio Maior	M	600.000
18 Avis	P	540.000
19 Vendas Novas	P	500.000
20 Amares	P	495.000
21 Santa Comba Dão	P	450.000
22 Armamar	P	420.000
23 Lagoa (R.A.A)	P	400.000
24 Lamego	M	400.000
25 Monforte	P	366.530
26 Ourique	P	321.000
27 Vila Viçosa	P	280.000
28 Povoação	P	205.000
29 Alfândega da Fé	P	100.000

2012		
Município	Dimensão	Valor
1 Portimão	M	3.000.000
2 Santarém	M	2.350.000
3 Évora	M	2.205.000
4 Vila do Conde	M	2.000.000
5 Fundão	M	1.400.000
6 Vila Real de Santo António	P	1.092.727
7 Cartaxo	M	1.016.347
8 Vila Nova de Poiares	P	930.000
9 Celorico da Beira	P	861.100
10 São Pedro do Sul	P	825.000
11 Reguengos de Monsaraz	P	700.000
12 Torres Vedras	M	700.000
13 Alandroal	P	400.000
14 Armamar	P	385.000
15 Monforte	P	366.530
16 Amares	P	348.212
17 Ourique	P	300.000
18 Vila Viçosa	P	300.000
19 Avis	P	220.000
20 Povoação	P	205.000
21 Valença	P	6.158

3.4.5.2. Empréstimos bancários de médio e longo prazo

No quadro 3.31 apresenta-se a variação líquida da dívida bancária de MLP (novos empréstimos deduzidos das amortizações do ano) para o período entre 2008 e 2012.

- No final do ano de 2012, o *stock* da dívida à banca de MLP¹⁶⁷ diminuiu 662,2 M€ fruto da conjugação do aumento do capital amortizado em 297,1M€ e a diminuição do recurso ao crédito em 216,5 M€. Reforçou-se, em 2012, a alteração radical na política gestão e acesso ao crédito bancário já manifestada no ano de 2010.
- **O montante da dívida bancária de MLP, no final de 2012, no valor de 4 090 milhões de euros, era inferior ao valor apresentado, pelo conjunto dos municípios, no final de 2008, em 47,8 M€ e inferior ao volume de dívida apresentada no final de 2010, em 505,8 M€. O esforço dos municípios para a redução da dívida bancário foi, no biénio 2011/ 2012, notável.**
- O gráfico 3.13, mostra a evolução da dívida bancária de MLP, entre 2008 e 2012 comparando-a com percurso do volume das amortizações e da utilização anual de novos empréstimos.

¹⁶⁷ Anota-se que não há conformidade entre os valores apresentados nos mapa de execução orçamental e o mapa de empréstimos bancários, no que se reporta ao valor de capital amortizado e ao montante de empréstimos utilizados. Refere-se ainda, que os mapas de empréstimos, em anos consecutivos, não estão em conformidade de informação. Face à impossibilidade de aferição de valores conformes, decidiu-se utilizar a informação relativa a amortizações de dívida e a utilização de empréstimos, a prestada para efeitos de contabilização, isto é a dos mapas de controlo orçamental Já o valor obtido para reconhecimento do stock da dívida, retém-se a informação do mapa de empréstimos, pois a contabilização de encargos futuros, de onde se poderia obter o stock da dívida não absorve a totalidade do valor dos contratos de empréstimos.

No quadro 3.32 elencam-se os municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo no período do 2008 a 2012.

O Quadro 3.33 lista os 199 municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo no ano de 2012. Em 2011 estiveram nesta situação 166 municípios.

No Quadro 3.34 apresenta-se a listagem dos 30 municípios que recorrendo a empréstimos bancários de MLP, em 2012, não o fizeram em 2011. Em 2011 estiveram nesta situação 166 municípios.

O gráfico a seguir apresentado, mostra o número de municípios que em cada ano, entre 2008 e 2012, não utilizaram empréstimos bancários para suporte financeiro da sua atividade.

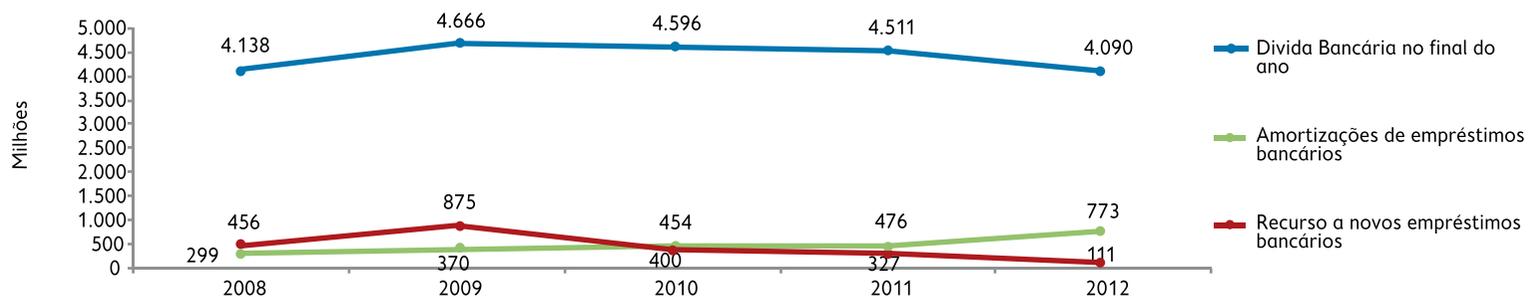
Quadro 3.31 – Variação do stock da Dívida Bancária de MLP*, entre 2008 e 2012

Unidade: milhões de euros

Empréstimos bancários		2008	2009	2010	2011	2012
A	Recurso a novos empréstimos bancários	456,3	875,1	399,8	327,4	110,9
B	Amortizações de empréstimos bancários	299,4	370,3	453,6	476,0	773,1
A-B	Variação do Stock da Dívida à Banca	157,0	504,9	-53,7	-148,6	-662,2

* Informação obtida do Mapa de Empréstimos

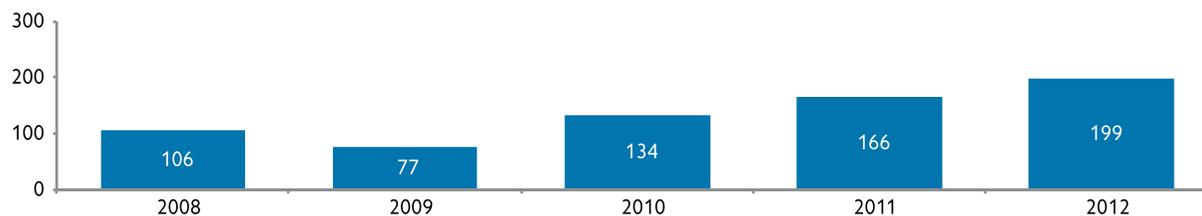
Gráfico 3.13 – Evolução dos Empréstimos bancários de MLP



Quadro 3.32 - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de MLP, no quinquénio 2008 – 2012 (ordem alfabética)

Município		Dimensão
1	Alcácer do Sal	P
2	Alcoutim	P
3	Castelo de Vide	P
4	Corvo	P
5	Elvas	M
6	Fronteira	P
7	Mafra	M
8	Marco de Canaveses	M
9	Marinha Grande	M
10	Mealhada	M
11	Monchique	P
12	Odivelas	G
13	Pampilhosa da Serra	P
14	Penacova	P
15	Penedono	P
16	Ponte de Lima	M
17	Ponte de Sor	P
18	Porto Santo	P
19	Trancoso	P
20	Trofa	M
21	Velas	P
22	Viana do Alentejo	P

Gráfico 3.14 – Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prwazo entre 2008 e 2012



Quadro 3.33 - Municípios que não recorreram a empréstimos bancários de médio e longo prazo no ano de 2012

Pequenos			Médios		Grandes
1	Alandroal	64	Montemor-o-Novo	Águeda	Amadora
2	Alcácer do Sal	65	Mora	Albergaria-a-Velha	Barcelos
3	Alcanena	66	Mortágua	Albufeira	Braga
4	Alcoutim	67	Mourão	Alenquer	Gondomar
5	Alfândega da Fé	68	Murça	Amares	Guimarães
6	Alijó	69	Murtosa	Angra do Heroísmo	Leiria
7	Almeida	70	Nazaré	Aveiro	Maia
8	Alpiarça	71	Nelas	Azambuja	Odivelas
9	Alter do Chão	72	Nisa	Benavente	Seixal
10	Alvaiázere	73	Nordeste	Bragança	Sintra
11	Alvito	74	Oleiros	Caldas da Rainha	
12	Ansião	75	Ourique	Câmara de Lobos	
13	Arganil	76	Pampilhosa da Serra	Cantanhede	
14	Armamar	77	Pedrógão Grande	Cartaxo	
15	Arronches	78	Penacova	Castelo Branco	
16	Barrancos	79	Penamacor	Elvas	
17	Batalha	80	Penedono	Entroncamento	
18	Belmonte	81	Ponta do Sol	Espinho	
19	Borba	82	Ponte de Sor	Esposende	
20	Boticas	83	Portel	Évora	
21	Calheta (R. A. A.)	84	Porto Moniz	Fafe	
22	Calheta (R. A. M.)	85	Porto Santo	Faro	
23	Caminha	86	Povoação	Felgueiras	
24	Campo Maior	87	Proença-a-Nova	Figueira da Foz	
25	Carrazeda de Ansiães	88	Redondo	Lagoa (Algarve)	

Pequenos		Médios		Grandes
26	Carregal do Sal	89	Reguengos de Monsaraz	Lagos
27	Castelo de Paiva	90	Resende	Lamego
28	Castelo de Vide	91	Ribeira Brava	Lourinhã
29	Castro Marim	92	Ribeira de Pena	Lousã
30	Celorico da Beira	93	Sabrosa	Machico
31	Celorico de Basto	94	Sabugal	Mafra
32	Chamusca	95	Santa Comba Dão	Mangualde
33	Coruche	96	Santa Cruz da Graciosa	Marco de Canaveses
34	Corvo	97	Santa Cruz das Flores	Marinha Grande
35	Ferreira do Alentejo	98	Santana	Mealhada
36	Ferreira do Zêzere	99	São Brás de Alportel	Mirandela
37	Figueira de Castelo Rodrigo	100	São João da Pesqueira	Moita
38	Figueiró dos Vinhos	101	São Roque do Pico	Montemor-o-Velho
39	Fornos de Algodres	102	São Vicente	Montijo
40	Fronteira	103	Sátão	Olhão
41	Gavião	104	Sernancelhe	Oliveira de Azeméis
42	Golegã	105	Serpa	Oliveira do Bairro
43	Grândola	106	Sines	Oliveira do Hospital
44	Horta	107	Sobral de Monte Agraço	Ourém
45	Idanha-a-Nova	108	Tabuaço	Penafiel
46	Lagoa (R.A.A)	109	Terras de Bouro	Ponte de Lima
47	Lajes das Flores	110	Torre de Moncorvo	Portimão
48	Lajes do Pico	111	Trancoso	Póvoa de Varzim
49	Macedo de Cavaleiros	112	Valpaços	Santa Cruz
50	Madalena	113	Velas	Santarém
51	Manteigas	114	Vendas Novas	São João da Madeira
52	Marvão	115	Viana do Alentejo	Silves
53	Meda	116	Vila de Rei	Tavira
54	Melgaço	117	Vila do Porto	Tomar
55	Mesão Frio	118	Vila Flor	Tondela
56	Mira	119	Vila Nova da Barquinha	Trofa
57	Miranda do Corvo	120	Vila Nova de Foz Côa	Vagos
58	Miranda do Douro	121	Vila Nova de Poiares	Vale de Cambra
59	Mogadouro	122	Vila Pouca de Aguiar	Valongo
60	Moimenta da Beira	123	Vila Real de Santo António	Vila do Conde
61	Monchique	124	Vila Viçosa	Vila Real
62	Mondim de Basto	125	Vimioso	Vila Verde
63	Montalegre	126	Vouzela	Vizela

Quadro 3.34 – Municípios que recorreram a empréstimos bancários de MLP, em 2012 e não recorreram em 2011

Pequenos		Médios	Grandes
1	Aguiar da Beira	Abrantes	Setúbal
2	Aljustrel	Alcobaça	
3	Avis	Almeirim	
4	Bombarral	Anadia	
5	Castro Daire	Arcos de Valdevez	
6	Crato	Baião	
7	Estremoz	Barreiro	
8	Gouveia	Chaves	
9	Monforte	Ílhavo	
10	Penalva do Castelo	Ovar	
11	Penela	Paços de Ferreira	
12	Sertã	Porto de Mós	
13	Sever do Vouga	Ribeira Grande	
14	Tarouca	Vila da Praia da Vitória	
15	Vila Velha de Ródão		

3.4.5.3. Limite da Dívida Bancária de Médio e Longo Prazo

Para a globalidade dos municípios, a dívida total bancária de médio e longo prazo em 2012, foi de 4.090M€¹⁶⁸ (em 2011, foi de 4 511 M€), o que significou uma taxa de diminuição de 9,3% (menos 420,6 M€ que em 2011).

O gráfico a seguir apresentado, mostra o número de municípios que em cada ano, entre 2008 e 2012, não utilizaram empréstimos bancários para suporte financeiro da sua atividade.

- Considerando, para efeitos de cálculo do limite de endividamento, a receita¹⁶⁹ recebida em 2011, no montante de 5.261 M€, o peso da dívida bancária de médio e longo prazo sobre as referidas receitas foi, no final do ano de 2012, de 77,7% (-4,3% que em 2011). Assim, constata-se que no biénio 2011/2012 o índice de endividamento para a globalidade dos municípios, foi manifestamente, inferior ao limite de 100% estabelecido como limite legal. Contudo, só poderá

¹⁶⁸ Informação obtida do Mapa de Empréstimos

¹⁶⁹ Receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, recebidas no ano anterior ao que se reporta o cálculo do limite do endividamento.

ser apreciado como valor médio já que, este rácio, para efeitos de controlo de endividamento, só poderá ser aplicado individualmente a cada município.

- O gráfico a seguir apresentado mostra a evolução, entre 2008 e 2012, do índice de dívida bancária de MLP, reportada às receitas próprias do ano anterior, de acordo com o critério imposto pela LFL.
- Verifica-se que o rácio da dívida bancária se aproximou mais do limite autorizado para assunção de dívida bancária de MLP, em 2009, e se começou a afastar, desse limite, em 2010, com maior diferencial em 2012.
- No *ranking* R51 são apresentados os 50 municípios com menor peso da dívida bancária de médio e longo prazo nas receitas próprias definidas nos termos da LFL.
- A análise das contas dos municípios permitiu obter a informação de que 240 municípios apresentaram, em dezembro de 2012, um stock da dívida bancária inferior ao limite legal de 100% das receitas próprias, tal como definido na LFL.
- No *ranking* R52 são apresentados os 50 municípios, reportados ao ano de 2012, com maior peso da dívida bancária de médio e longo

Gráfico 3.15 – Evolução da dívida bancária de médio e longo prazo

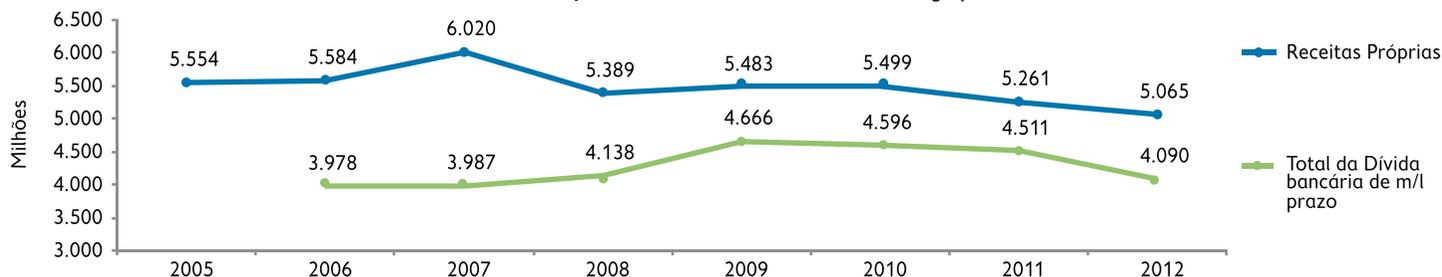
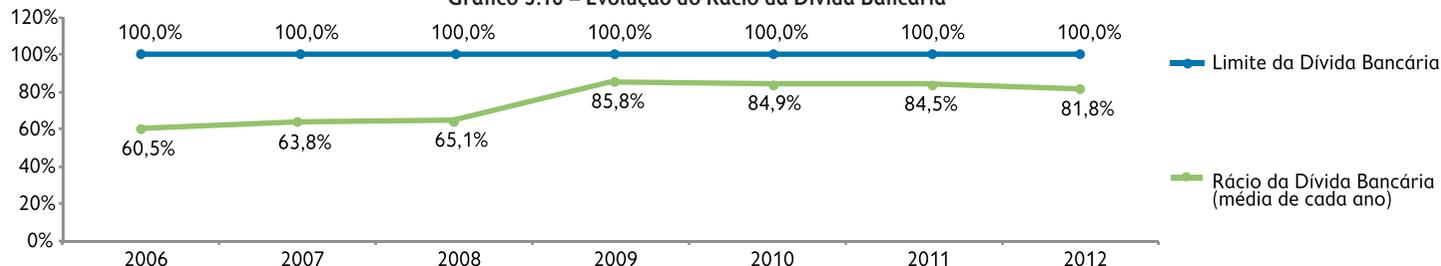


Gráfico 3.16 – Evolução do Rácio da Dívida Bancária



R51 – Municípios com menor peso da dívida bancária de médio e longo prazo* sobre as receitas recebidos no ano anterior

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Penedono	P	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2 Penacova	P	15,6%	12,3%	11,0%	8,1%	5,3%	2,8%
3 Ponte de Sor	P	12,3%	11,0%	9,8%	6,9%	5,3%	3,9%
4 Alcácer do Sal	P	12,5%	10,6%	8,4%	7,7%	5,2%	4,7%
5 Campo Maior	P	16,4%	15,8%	13,8%	11,5%	10,6%	8,4%
6 Ponte de Lima	M	13,4%	10,6%	12,6%	10,4%	9,1%	8,6%
7 Pampilhosa da Serra	P	25,6%	21,3%	23,0%	17,0%	14,2%	8,6%
8 Redondo	P	0,0%	0,0%	0,0%	15,5%	13,9%	10,0%
9 Viana do Alentejo	P	19,0%	13,7%	11,5%	14,7%	13,4%	11,2%
10 Cinfães	P	8,1%	5,7%	4,5%	4,0%	4,7%	11,5%
11 Mealhada	M	58,2%	44,4%	0,0%	29,5%	18,7%	13,9%
12 Elvas	M	15,2%	12,2%	15,4%	14,3%	14,0%	14,0%
13 Castelo de Vide	P	36,8%	38,7%	29,4%	24,2%	19,2%	15,3%
14 Vila Velha de Ródão	P	25,3%	39,7%	34,5%	25,3%	22,4%	17,2%
15 Montemor-o-Novo	P	29,7%	0,0%	25,7%	21,4%	18,4%	17,2%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
16	Vila do Porto	P	19,8%	29,0%	29,4%	25,3%	20,5%	18,2%
17	Alcoutim	P	31,1%	30,4%	31,7%	27,0%	22,1%	18,3%
18	Maфра	M	27,4%	24,8%	25,1%	24,5%	18,0%	19,1%
19	Benavente	M	20,4%	18,4%	24,9%	27,1%	24,0%	19,3%
20	Idanha-a-Nova	P	12,5%	15,2%	32,9%	28,9%	24,2%	20,6%
21	Caldas da Rainha	M	20,1%	20,2%	18,5%	30,9%	25,4%	20,9%
22	Fafe	M	48,6%	42,4%	51,8%	31,4%	25,1%	21,1%
23	Lagoa (Algarve)	M	23,6%	18,4%	19,0%	26,4%	23,4%	21,6%
24	Belmonte	P	27,2%	30,3%	36,7%	33,3%	37,3%	22,4%
25	Sertã	P	0,0%	31,4%	32,8%	24,0%	25,0%	23,4%
26	Vinhais	P	19,8%	16,1%	15,9%	20,6%	22,9%	24,9%
27	Chamusca	P	48,8%	40,8%	59,3%	49,6%	36,0%	25,4%
28	Santa Cruz das Flores	P	33,1%	41,5%	50,9%	45,3%	39,5%	25,5%
29	Vila do Bispo	P	6,9%	4,7%	15,5%	26,0%	23,6%	26,3%
30	Coruche	P	36,9%	42,9%	41,3%	37,7%	29,5%	26,4%
31	Mação	P	33,2%	29,7%	25,0%	22,5%	26,6%	28,8%
32	Mira	P	54,1%	40,4%	52,4%	38,7%	34,5%	29,1%
33	Alvito	P	45,9%	50,3%	44,3%	31,8%	31,2%	29,3%
34	Oleiros	P	16,6%	15,2%	15,5%	32,1%	30,7%	30,4%
35	Ovar	M	49,8%	47,7%	50,8%	46,1%	37,9%	31,2%
36	Castelo Branco	M	31,4%	45,7%	48,5%	42,3%	34,8%	31,3%
37	Vila Nova de Foz Côa	P	29,0%	22,1%	38,8%	30,4%	35,5%	32,1%
38	São Roque do Pico	P	64,5%	55,7%	48,3%	46,2%	38,6%	32,5%
39	Sátão	P	31,6%	57,3%	51,4%	44,2%	37,7%	33,0%
40	Oeiras	G	28,6%	34,1%	33,3%	28,0%	34,0%	33,0%
41	Bragança	M	39,3%	37,5%	44,7%	43,5%	38,4%	34,5%
42	Murtosa	P	19,4%	16,4%	34,3%	37,3%	35,2%	34,5%
43	Portel	P	37,5%	34,9%	46,6%	37,6%	35,5%	34,6%
44	Marvão	P	18,7%	29,8%	38,2%	57,4%	35,8%	34,8%
45	Vila Flor	P	53,3%	50,7%	51,9%	41,0%	38,8%	35,2%
46	Valpaços	P	45,3%	41,4%	45,4%	43,1%	38,5%	35,6%
47	Gavião	P	31,2%	50,1%	49,0%	42,6%	38,1%	35,7%
48	Porto de Mós	M	26,5%	26,7%	32,5%	31,7%	35,8%	36,1%
49	Miranda do Corvo	P	51,7%	66,2%	68,5%	55,9%	53,6%	36,6%
50	São Pedro do Sul	P	87,8%	72,1%	76,2%	57,6%	43,5%	37,1%

* O limite legal da dívida bancária de médio e longo prazo, indexado aos recursos próprios recebidos no ano anterior é, por definição da LFL, 100% desta mesma receita.

R52 – Municípios com maior peso da dívida bancária de médio e longo prazo, nas receitas recebidas no ano anterior*

Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1 Fornos de Algodres	P		229,5%	262,8%	669,5%	677,4%	681,7%
2 Vila Franca do Campo	P	207,0%	369,3%	325,3%	341,9%	482,9%	544,7%
3 Seia	M	192,0%	110,8%	117,6%	102,7%	357,8%	357,1%
4 Vila Nova de Poiares	P	96,3%	111,4%	198,3%	172,2%	318,0%	324,1%
5 Castanheira de Pêra	P	109,4%	111,0%	113,1%	95,4%	158,5%	269,3%
6 Mondim de Basto	P	80,2%	62,4%	72,8%	242,1%	244,3%	266,6%
7 Alfândega da Fé	P	97,9%	76,7%	155,6%	279,3%	266,9%	255,4%
8 Aveiro	M	127,2%	199,7%	265,0%	280,0%	234,6%	243,2%
9 Mesão Frio	P	134,7%	111,3%	137,3%	231,2%	215,7%	240,2%
10 Murça	P	150,7%	136,4%	177,2%	155,0%	231,6%	232,2%
11 Portalegre	M	74,2%	184,8%	265,4%	255,5%	224,0%	220,5%
12 Calheta (R. A. A.)	P	91,0%	60,0%	260,9%	238,2%	218,0%	218,1%
13 Alpiarça	P	131,6%	114,1%	152,8%	124,8%	237,2%	217,9%
14 Santa Comba Dão	P	128,0%	95,5%	208,1%	210,2%	214,7%	201,9%
15 Cartaxo	M	104,1%	246,8%	259,0%	231,4%	217,3%	191,2%
16 Alandroal	P	53,8%	57,1%	57,3%	180,2%	185,4%	191,1%
17 Montemor-o-Velho	M	95,2%	82,4%	189,0%	204,7%	200,5%	187,6%
18 Vouzela	P	106,0%	203,8%	233,1%	218,5%	195,7%	184,5%
19 Torre de Moncorvo	P	110,6%	116,3%	145,9%	117,4%	186,0%	182,1%
20 Alcanena	P	135,1%	143,8%	164,6%	136,9%	194,7%	179,3%
21 Mourão	P	81,7%	68,2%	207,5%	167,5%	170,8%	178,7%
22 Figueira da Foz	M	72,3%	73,5%	111,8%	94,6%	210,2%	178,4%
23 Alijó	P	80,5%	0,0%	195,5%	184,9%	185,6%	176,0%
24 Freixo de Espada à Cinta	P	147,0%	150,6%	232,8%	160,8%	178,4%	173,0%
25 Tarouca	P	85,1%	99,0%	118,4%	185,7%	179,1%	170,7%
26 Ribeira Brava	P	46,0%	39,8%	205,7%	193,8%	175,1%	169,0%
27 Fundão	M	142,4%	159,4%	243,6%	0,0%	189,0%	166,5%
28 Lajes do Pico	P	94,5%	89,7%	95,0%	206,6%	184,3%	165,0%
29 Celorico de Basto	P	65,1%	65,4%	85,7%	120,3%	179,9%	163,3%
30 Marco de Canaveses	M	241,8%	202,5%	226,8%	201,9%	208,8%	162,8%
31 Tabuaço	P	54,2%	49,5%	67,5%	173,6%	157,6%	160,8%
32 Castelo de Paiva	P	56,8%	42,3%	154,1%	128,9%	170,3%	160,4%
33 Covilhã	M	171,9%	215,6%	211,2%	176,7%	179,5%	158,0%
34 Vila Nova de Gaia	G	206,5%	179,3%	209,7%	193,8%	166,4%	155,3%

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
35	Angra do Heroísmo	M	151,0%	158,5%	164,5%	171,2%	157,9%	153,6%
36	Lourinhã	M	81,0%	73,0%	169,9%	172,6%	147,2%	151,0%
37	Rio Maior	M	130,2%	131,3%	173,3%	154,2%	148,8%	150,0%
38	Nelas	P	30,4%	30,9%	53,9%	143,6%	146,1%	146,8%
39	Cantanhede	M	72,5%	98,8%	101,9%	166,6%	161,2%	144,1%
40	Oliveira de Azeméis	M	55,5%	165,7%	169,2%	162,3%	138,0%	138,8%
41	Figueiró dos Vinhos	P	0,0%	74,7%	75,3%	66,8%	145,1%	136,3%
42	Povoação	P	196,1%	175,9%	174,0%	148,6%	137,5%	131,1%
43	Nordeste	P	148,2%	155,3%	173,3%	147,8%	134,8%	130,3%
44	Machico	M	55,9%	112,4%	150,8%	148,3%	136,7%	125,0%
45	Entroncamento	M	67,6%	56,8%	104,5%	114,8%	105,3%	124,6%
46	Lagoa (R.A.A)	P	127,1%	133,5%	145,3%	139,4%	124,4%	122,7%
47	Melgaço	P	146,4%	114,0%	170,9%	151,9%	133,2%	120,1%
48	Ílhavo	M	81,2%	77,7%	125,9%	113,6%	81,3%	119,4%
49	Amares	P	92,5%	98,1%	120,4%	125,6%	125,7%	119,0%
50	Trofa	M	46,1%	104,9%	124,5%	111,3%	108,2%	116,8%

* Embora a LFL, exclua deste limite os empréstimos para reabilitação urbana, para financiamento de projetos com participação de fundos comunitários e os financiamentos na recuperação de infraestruturas municipais afetadas por situações de calamidade pública, para o cálculo apresentado nesta listagem, não se procedeu a estas exclusões por ausência discriminada dessa informação. Assim, estes valores são apresentados por excesso, tendo em conta os limites estabelecidos pela lei. Sem esta limitação aplicou-se o n.º 2 do artigo 39.º da LFL.

prazo, nas receitas cobradas no ano anterior. Estes municípios apresentaram um *stock* da dívida bancária muito acima dos 100% das receitas próprias, estando nesta situação, em 2012, 68 municípios (menos 4 que em 2011).

3.5. Liquidez

O quadro 3.35 apresenta a evolução da liquidez¹⁷⁰ geral dos municípios, no período entre 2007 e 2012, apresentando-se a mesma sempre negativa. Isto é, as **dívidas a terceiros de curto prazo foram**

sempre superiores aos ativos de curto prazo¹⁷¹, acentuando-se essa diferença entre 2009 e 2011.

- O gráfico 3.17 mostra a evolução, entre 2006 e 2012, da liquidez dos municípios, revelando a degradação deste indicador ente 2009 e 2011, com uma retoma extraordinária em 2012, mantendo-se, contudo, negativa em 836 M€
- Acresce referir que a análise dos balanços das autarquias permitem verificar que:
 - Em 2012, faltava liquidez a 58% dos municípios portugueses para pagarem as suas dívidas, pois 179 municípios apresentaram situação de liquidez negativa (208 em 2011).

¹⁷⁰ Calculada do seguinte modo: (Disponibilidades + Títulos negociáveis+ Dívidas a receber de curto prazo) – Dívidas a pagar a curto prazo. Uma entidade que tenha uma liquidez positiva, significa que o valor e disponibilidades e as dívidas a receber a curto prazo são suficientes para pagar os compromissos assumidos também a curto prazo. A liquidez mede a capacidade que uma entidade tem para solver os seus compromissos a curto prazo

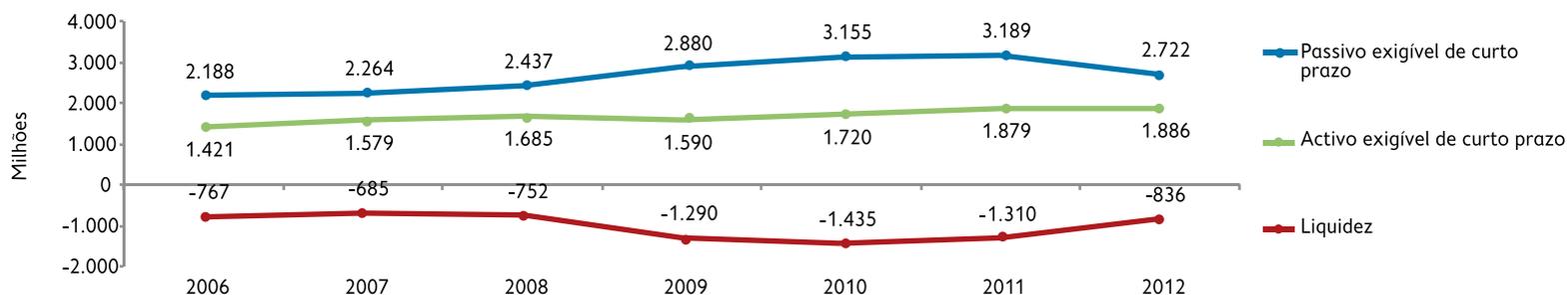
¹⁷¹ Considerando o total das dívidas a receber e as outras disponibilidades, mas não se incluindo o valor das existências.

Quadro 3.35 – Liquidez Geral dos Municípios

Unidade: milhões de euros

Liquidez geral dos municípios		2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Depósitos em instituições financeiras e caixa	738,5	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2
2	Títulos negociáveis	59,5	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7
3	Dívida a receber de curto prazo	781,4	977,5	991,5	1.110,3	1.197,7	1.108,7
4	Total 1+2+3	1.579,4	1.685,2	1.590,0	1.719,9	1.879,3	1.885,7
5	Dívida a pagar de curto prazo	2.264,4	2.436,8	2.879,7	3.155,1	3.189,4	2.721,7
6	Liquidez (6 = 4-5)	-685,0	-751,6	-1.289,6	-1.435,2	-1.310,1	-836,0

Gráfico 3.17 – Evolução da Liquidez Geral dos Municípios



• Entre os 129 municípios que apresentaram liquidez positiva em 2012, 10 eram municípios de grande dimensão (6 em 2011), 37 municípios de média dimensão (29 em 2011) e 82 municípios de pequena dimensão (65 em 2011). Isto é: só 42% dos municípios portugueses, em 2012, possuíam liquidez para pagar as suas dívidas.

Nas duas listagens que a seguir se apresentam, hierarquizam-se, em cada uma delas, 50 autarquias de acordo com o maior ou menor nível de liquidez.

• Os municípios de média dimensão dominam o *ranking* anterior sendo em número de 17, os que apresentam melhor performance no indicador de liquidez. A seguir pontuam os municípios de pequena dimensão, apresentando-se 9, com melhor situação de liquidez, sendo em número de oito, os municípios de grande dimensão elencados nesta listagem.

A análise do *ranking* seguinte que relaciona os municípios com menor liquidez em 2012, permite conhecer os 50 municípios que mais contribuíram para o desequilíbrio estrutural do setor, face à falta de liquidez detetada. Lidera este *ranking*, o município de Portimão com uma liquidez negativa na ordem dos 135,8 M€. Contam do mesmo, 6 municípios de grande dimensão, 26 de média dimensão e 3 são de pequena dimensão.

R53 – Municípios com Maior Liquidez, referenciada a 2012

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Amadora	G	62.001.568	59.618.922	50.556.755	51.632.070	56.789.725	67.109.199
2	Castelo Branco	M	20.925.524	18.379.276	24.472.991	28.896.805	30.870.333	38.683.413
3	Almada	G	59.543.702	51.306.987	20.424.851	29.632.424	28.021.580	32.956.535
4	Matosinhos	G	11.723.943	2.899.041	-13.610.463	-25.084.649	19.637.883	32.479.392
5	Vila Franca de Xira	G	11.837.036	16.073.245	9.799.646	8.721.778	19.950.377	26.700.834
6	São João da Madeira	M	5.058.408	6.718.213	8.791.191	15.352.559	23.605.201	20.517.604
7	Ponte de Lima	M	20.843.303	28.086.150	10.526.843	17.178.851	23.317.693	20.421.421
8	Elvas	M	15.805.377	14.104.010	9.505.825	13.084.959	16.125.881	17.643.211
9	Viseu	M	21.999.477	26.973.522	13.198.668	-1.440.682	2.558.468	12.932.620
10	Ponte de Sor	P	6.534.745	5.250.936	5.633.471	6.204.785	11.415.707	9.771.148
11	Coimbra	G	7.193.485	4.088.579	1.394.499	4.573.910	5.714.830	8.715.299
12	Ovar	M	4.137.449	5.595.500	5.216.438	13.473.569	9.597.043	8.242.984
13	Mealhada	M	5.799.910	2.423.581	-2.645.417	2.727.158	6.733.860	7.902.396
14	Anadia	M	3.833.764	5.445.269	5.173.812	10.675.692	22.552.244	7.774.285
15	Pombal	M	1.145.620	1.601.047	2.334.335	-1.234.850	2.448.991	6.873.706
16	Lisboa	G	-266.203.019	-202.251.387	-130.044.002	-121.177.458	-89.265.807	6.836.080
17	Abrantes	M	1.223.420	2.053.714	10	1.695.594	1.567.879	6.227.689
18	Mortágua	P	3.140.355	5.102.455	1.771.055	2.623.563	4.926.880	5.929.468
19	Óbidos	P	-948.409	-1.876.288	-5.764.872	-2.527.733	6.768.896	5.720.724
20	Coruche	P	-482.421	1.089.544	186.807	555.441	2.322.794	5.532.550
21	Vila Nova de Famalicão	G	3.660.397	824.716	-4.993.056	-3.210.812	-4.077.068	5.455.280
22	Aguiar da Beira	P	625.187	711.274	1.431.927	4.185.597	4.417.309	5.267.667
23	Arronches	P	3.763.887	3.983.242	2.452.076	2.980.607	4.481.123	5.223.058
24	Entroncamento	M	1.629.381	-157.780	-4.580.401	508.142	3.140.869	5.044.564
25	Covilhã	M	-6.546.414	8.721.803	-1.345.942	1.951.972	6.844.317	4.635.426
26	Albergaria-a-Velha	M	-37.498	-1.056.441	-1.228.949	1.712.487	4.755.612	4.452.834
27	Portel	P	3.245.482	4.058.323	3.344.830	3.763.480	4.430.113	4.321.512
28	Penedono	P	2.348.355	2.581.181	2.989.230	3.486.969	4.009.742	4.090.733
29	Redondo	P	5.892.081	5.479.543	4.461.148	4.747.306	3.493.595	3.968.277
30	Sintra	G	-9.416.077	-18.179.750	-24.225.335	12.721.351	-16.433.255	3.617.120
31	Lousada	M	200.282	-758.553	8.022.793	4.616.892	4.038.183	3.473.234
32	Caldas da Rainha	M	-2.199.400	-563.872	-9.328.434	-4.494.697	194.806	3.440.835
33	Horta	P	-1.419.442	1.328.158	-890.179	149.183	90.234	3.425.400

Município		Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
34	Tondela	M	2.169.801	2.047.659	965.941	2.868.850	1.275.977	3.413.879
35	Águeda	M	-2.481.760	-951.304	-2.965.842	-3.004.343	2.649.831	3.303.167
36	Penalva do Castelo	P	559.343	199.939	383.074	2.376.305	2.302.643	3.289.470
37	Carrazeda de Ansiães	P	-2.358.608	-3.824.249	512.158	709.884	1.105.357	3.173.954
38	Porto	G	-26.496.068	-3.014.159	-4.197.857	-21.926.057	-5.660.812	3.152.230
39	Celorico de Basto	P	-3.285.772	-4.072.389	-3.549.265	-2.509.171	2.466.340	3.103.025
40	Marvão	P	457.428	711.728	1.433.084	1.278.618	2.190.535	3.043.928
41	Caminha	P	-3.200.643	-444.118	-2.985.825	-4.020.066	1.877.377	2.965.017
42	Amarante	M	2.946.785	1.123.446	-2.527.849	729.879	1.832.989	2.930.461
43	Sever do Vouga	P	-1.390.693	-2.576.521	-887.628	-323.206	428.752	2.924.580
44	Cabeceiras de Basto	P	810.670	2.204.905	1.254.882	2.135.096	2.466.375	2.883.312
45	Gavião	P	203.008	32.004	302.280	816.723	2.074.307	2.650.050
46	Lourinhã	M	-9.725.585	-10.605.625	-1.728.624	-2.239.223	-2.584.072	2.600.065
47	Maia	G	-30.563.632	-23.604.332	-19.807.373	-17.731.100	-14.118.896	2.509.865
48	Odemira	M	7.114.603	3.462.925	-3.744.748	-634.075	-761.755	2.422.753
49	Almodôvar	P	279.907	252.660	1.036.059	304.979	1.750.061	2.397.533
50	Olhão	M	-1.271.421	-26.420.926	-15.402.791	-10.756.047	-11.282.670	2.314.350

R54 – Municípios com menor liquidez, referenciada a 2012

Unidade: euros

Município		2007	2008	2009	2010	2011	2012	
1	Portimão	M	-7.732.205	-29.676.594	-60.204.024	-86.930.903	-114.589.266	-135.867.105
2	Évora	M	-12.890.040	-19.145.197	-31.234.577	-36.667.823	-49.955.977	-51.135.019
3	Vila Real de Santo António	P	-4.394.752	13.997.401	-10.773.194	-32.902.570	-44.771.013	-49.557.095
4	Cascais	G	14.463.299	13.948.160	-33.856.777	-60.267.735	-39.273.601	-43.375.051
5	Vila Nova de Gaia	G	-29.036.963	-27.261.493	-50.021.537	-38.829.746	-33.841.573	-37.961.305
6	Santarém	M	-18.853.630	-29.019.743	-33.133.943	-37.712.956	-39.478.118	-36.751.133
7	Paredes	M	-3.486.625	-8.664.796	-16.975.366	-30.091.779	-28.048.357	-35.783.058
8	Vila do Conde	M	-28.440.267	-25.094.305	-18.238.385	-33.814.160	-31.111.442	-35.100.196
9	Lagos	M	8.806.656	1.771	-21.852.611	-26.516.827	-34.382.470	-33.822.685
10	Funchal	G	-11.380.349	-22.463.304	-24.384.835	-21.862.608	-31.122.745	-33.583.598
11	Seixal	G	9.686.966	13.480.975	-2.948.737	6.792.337	-1.572.034	-29.404.611
12	Faro	M	-16.849.118	-23.741.645	-21.595.340	-28.266.091	-29.731.844	-28.147.831
13	Santa Cruz	M	-2.824.069	479.216	-6.942.558	-15.173.419	-20.491.612	-22.589.171
14	Valongo	M	-4.860.689	-11.960.085	-20.645.867	-23.160.088	-25.822.232	-22.307.352

		Município	2007	2008	2009	2010	2011	2012
15	Nazaré	P	-11.783.788	-10.808.111	-7.944.998	-9.634.707	-22.956.006	-20.805.182
16	Trofa	M	-6.520.085	-9.189.160	-18.994.106	-22.185.776	-24.232.339	-20.020.548
17	Paços de Ferreira	M	-11.372.281	-12.985.767	-11.790.271	-19.597.793	-20.309.076	-20.019.809
18	Lamego	M	-6.953.103	-8.696.360	-11.625.744	-17.978.702	-17.136.214	-19.861.808
19	Loulé	M	16.577.507	12.760.581	-15.502.526	-32.525.144	-31.060.556	-17.348.888
20	Albufeira	M	26.635.203	19.786.527	-1.892.866	-15.431.110	-24.677.926	-16.318.709
21	Mirandela	M	-7.702.257	-7.676.571	-8.395.710	-8.719.843	-14.874.521	-15.631.652
22	Torres Novas	M	-16.398.631	-13.403.432	-5.843.069	-11.091.847	-14.345.622	-15.145.006
23	Aveiro	M	-36.714.677	-27.148.236	-29.299.957	-35.090.879	-40.759.963	-14.667.874
24	Torres Vedras	M	-3.959.191	-3.405.006	-11.774.053	-17.028.950	-18.010.612	-14.647.195
25	Santa Maria da Feira	G	-10.140.187	-14.771.380	-20.483.644	-20.104.832	-22.095.719	-14.247.853
26	Celorico da Beira	P	-8.058.658	-8.775.080	-10.323.894	-8.677.771	-13.510.050	-14.041.729
27	Espinho	M	-8.435.963	-7.842.904	-10.516.775	-12.343.155	-14.751.235	-14.015.165
28	Vizela	M	-822.519	-2.560.925	-4.650.740	-7.808.119	-10.083.520	-13.757.230
29	Guarda	M	-8.755.802	-8.544.517	-1.630.035	-9.155.347	-11.200.998	-12.847.788
30	Penafiel	M	-16.483.295	-21.099.625	-21.255.265	-20.879.815	-14.201.245	-11.895.490
31	Chaves	M	-10.734.771	-8.552.998	-12.726.019	-6.932.420	-13.426.363	-11.648.561
32	Santo Tirso	M	-2.684.926	-5.188.480	-10.700.694	-3.134.719	-5.381.336	-11.564.655
33	Barreiro	M	-4.892.586	-1.979.841	-6.448.672	-10.842.202	-19.872.630	-11.405.437
34	Setúbal	G	-155.683	4.993.852	3.857.396	-4.626.197	-10.538.307	-10.143.587
35	Vila Verde	M	2.390.245	1.416.391	554.877	5.761.920	714.544	-9.998.908
36	Póvoa de Varzim	M	-87.147	-7.198.292	-11.019.609	-13.884.040	-15.159.591	-9.813.769
37	Nordeste	P	-101.018	-932.125	-1.650.984	-7.029.736	-10.224.756	-9.663.791
38	Ourém	M	-13.692.839	-9.210.022	-73.102	-11.084.491	-12.065.534	-9.501.375
39	Reguengos de Monsaraz	P	-5.601.807	-5.476.102	-5.289.693	-6.874.936	-7.111.990	-9.459.272
40	Odivelas	G	-4.233.433	-6.904.142	-15.640.709	-19.902.836	-12.303.897	-8.700.825
41	Tomar	M	-2.627.408	-2.082.289	2.032.609	-3.534.213	-10.103.281	-8.551.337
42	São Pedro do Sul	P	-13.203.001	-2.860.486	-7.237.611	-8.178.082	-9.270.032	-8.436.315
43	Viana do Castelo	M	-2.414.772	-6.298.968	-8.447.868	-11.283.294	-6.958.519	-8.290.360
44	Macedo de Cavaleiros	P	-3.701.265	-6.052.108	-2.063.094	-2.731.345	-8.162.433	-8.198.315
45	Cartaxo	M	7.749.340	37.511.071	27.886.932	17.456.485	-8.041.516	-8.173.739
46	Alijô	P	-6.649.086	-7.704.863	-1.757.631	-4.429.066	-7.640.546	-7.952.682
47	Fundão	M	-27.620.448	3.903.439	8.436.360	6.382.226	-8.691.328	-7.630.028
48	Montemor-o-Velho	M	-11.178.739	-13.561.793	-2.997.127	-6.115.341	-8.426.087	-7.616.491
49	Vieira do Minho	P	-1.118.892	-1.979.877	-5.812.794	-4.904.373	-6.172.577	-7.539.704
50	Alenquer	M	-4.911.408	-6.691.938	-12.114.188	-13.689.816	-11.059.177	-7.309.642

3.6. Proveitos, custos e resultados económicos¹⁷²

3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos

No quadro 3.36 é apresentada a evolução dos custos, entre 2007 e 2012, considerando os valores totais dos 308 municípios. Nas últimas colunas apresenta-se a variação das principais componentes dos custos entre 2009 e 2012, ou seja, entre o último ano do mandato anterior e a situação atual (31 de dezembro de 2012). Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (gráfico 3.18) destas componentes dos custos, permitindo a visualização mais fácil da sua evolução, bem como a estrutura dos custos para o ano de 2012 (gráfico 3.19)

Do quadro e gráficos anteriores pode-se concluir:

- Entre 2006 e 2012, os custos totais considerando o universo dos 308 municípios, cresceram 159,7 M€, totalizando em 2012, 6 678,4 M€. **No biénio 2011/2012 os custos totais baixaram 544,8M€ (- 7,5%).**
- Das componentes dos custos destacam-se os custos com pessoal, por serem os de maior volume, representando na estrutura dos custos autárquicos, no biénio 2011/2012, um peso médio, de 32, % e os **fornecimentos e serviços externos**, com um volume de gastos logo, imediatamente, a seguir e representando, em média, 26,1% dos gastos totais.
- No biénio 2011/2012, face às restrições colocadas ao aumento de despesa com pessoal, os **custos com pessoal** foram os que apresentaram maior decréscimo de volume tendo diminuído 355,4 M€ (-14,5%), nesses dois anos. Estes custos tinham apresentado crescimento até 2010.
- Os custos com os **fornecimentos e serviços externos**, apresentaram uma descida de 81,7 M€ (-4,4%), entre 2011e 2012, na continuidade da descida destes custos já verificada em 2010.
- As **transferências e subsídios** é outra componente dos custos que começando a baixar em 2010, acentuou essa tendência no biénio 2011/2012, com uma descida global de no montante de 105 M€ (-15,2%)
- A inventariação e registo dos valores de imóveis ainda em curso, e a retificação dos registos contabilísticos devido à regularização

cadastral dos imóveis municipais, serão as principais razões do aumento dos valores com **amortizações**. O valor destas aumentou, entre 2011 e 2012, 52,9 M€ (-4,6%). Tratando-se de um custo que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, apresenta um peso médio nos custos municipais de 17,4%, terá forte repercussão nos resultados económicos pelo que, a sua variação positiva, poderá ter um peso significativo na imagem da eficácia financeira do município.

O *ranking* a seguir apresentado apresenta os 35 municípios com maior valor em amortizações. Os municípios do Porto, Lisboa, Matosinhos e Maia lideram o referido *ranking*, tanto em 2011 como em 2012. Alguns valores relativamente baixos para a dimensão dos municípios poderá significar que o processo de inventariação dos imóveis ainda está em curso.

- De igual modo, se o melhor controlo das dívidas de clientes e utentes permitiu um melhor conhecimento dos créditos sobre terceiros, também obrigou à constituição de **provisões** as quais também se apuraram com a necessidade de registo das obrigações que poderão decorrer de responsabilidades, nomeadamente as inerentes a processos judiciais. Tais situações justificarão um aumento real destes custos, entre 2010 e 2012, em + 59,4 M€ (+40,1%). Será outra variável a ter em conta quando se analisar os resultados do exercício, pela influência que a mesma apresentará na formulação daquele valor.

O *ranking* a seguir apresentado apresenta os 35 municípios com maior valor em provisões. O município de Lisboa apresenta no referido *ranking*, tanto em 2011 como em 2012, valores extraordinariamente superiores aos dos restantes municípios. No valor das provisões estão incluídas as provisões para cobrança duvidosa, as provisões para riscos e encargos e as provisões para depreciação de existências.

- Os custos financeiros, é outra componente que apresentou um aumento significativo em 2011/2012. Aumentou 56,2 M€ (+39,3%), em grande parte devido à subida das taxas de juro, já que a dívida bancária desceu no mesmo período.
- De igual modo os custos extraordinários, que pesaram, em média, na estrutura de custos 7%, apresentaram, entre 2010 e 2012, um decréscimo global de 155,5M€ (-26 %), tendo por isso influenciado o total dos custos municipais e pelas mesmas razões os resultados líquidos. É um custo que carecerá de análise particular pela

¹⁷² Os resultados económicos de um município representam a diferença entre os Proveitos e os Custos e são apresentados de uma forma resumida na “Demonstração de Resultados por Natureza”. A “Demonstração de Resultados por Funções” não é obrigatória no sistema de contabilidade autárquica preconizado pelo POCAL. O modelo da Demonstração de Resultados por Natureza é muito similar ao utilizado na contabilidade empresarial (modelo POC), dividindo os custos, os proveitos e os resultados em «operacionais», «financeiros», «correntes» e «extraordinários», admitindo assim o balanceamento entre custos e proveitos do exercício para as várias categorias.

manipulação que da mesma poderá resultar para os resultados do exercício. No *ranking* a seguir apresentado pode verificar-se que, apesar do decréscimo de valor deste custo, ainda há municípios que

apresentam valores extraordinariamente altos nesta conta. Carecerá de fundamento em sede de relatório de apresentação de contas a fundamentação de tais valores.

Quadro 3.36 – Evolução dos Custos, no período de 2007 a 2012

Unidade: milhão de euros

Custos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Varição (M€) 09-12	Varição (%) 09-12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	146,2	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	-22,6	-11,9%
Fornecimentos e serviços externos	1 680,1	1 796,2	1 898,6	1 836,3	1 809,7	1 754,6	-144,0	-7,6%
Custos com Pessoal	2 057,0	2 156,0	2 418,8	2 443,6	2 279,6	2 088,2	-330,7	-13,7%
Transferências e Subsídios Concedidos	612,4	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	-137,3	-19,0%
Amortizações	960,2	1 034,3	1 086,6	1 155,9	1 167,1	1 208,8	122,3	11,3%
Provisões	241,0	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	40,2	24,0%
Outros Custos Operacionais	20,8	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	-3,4	-11,6%
Custos Financeiros	246,1	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	-4,8	-2,4%
Custos Extraordinários	554,9	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	-167,6	-27,5%
Total de custos	6 518,7	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	-647,9	-8,8%

Gráfico 3.18 – Evolução das componentes dos Custos

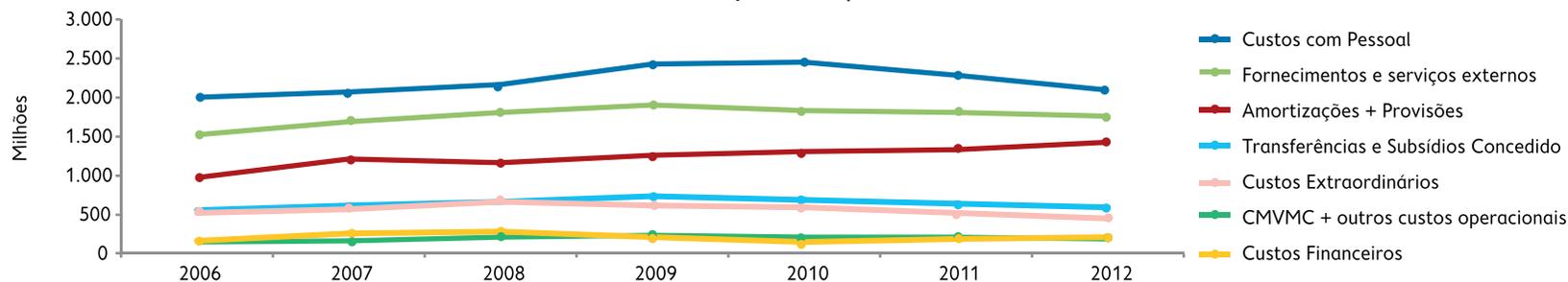


Gráfico 3.19 – Estrutura dos Custos em 2012



R55 - Municípios com maior valor em amortizações

Unidade: euros

Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1 Porto	G	35.211.915	Porto	G	36.069.834
2 Lisboa	G	28.080.238	Lisboa	G	29.706.043
3 Matosinhos	G	27.244.035	Matosinhos	G	24.647.929
4 Maia	G	16.034.985	Maia	G	16.055.120
5 Vila Nova de Gaia	G	14.588.719	Gondomar	G	14.504.225
6 Barcelos	G	14.280.815	Barcelos	G	13.917.572
7 Paredes	M	13.763.861	Vila Nova de Gaia	G	13.911.127
8 Mafra	M	13.134.359	Paredes	M	13.537.514
9 Gondomar	G	12.910.184	Guimarães	G	13.484.615
10 Covilhã	M	12.437.606	Mafra	M	13.399.123
11 Guimarães	G	11.930.065	Covilhã	M	12.474.814
12 Oeiras	G	11.336.058	Valongo	M	11.546.487
13 Valongo	M	11.258.986	Funchal	G	11.281.494
14 Vila Verde	M	10.976.711	Oeiras	G	11.266.361
15 Figueira da Foz	M	10.898.201	Vila Verde	M	11.075.764
16 Ourém	M	10.639.805	Figueira da Foz	M	11.000.843
17 Tavira	M	10.537.442	Vila Franca de Xira	G	10.915.629
18 Vila Franca de Xira	G	10.426.379	Ourém	M	10.782.461
19 Loulé	M	10.423.666	Loulé	M	10.422.917
20 Évora	M	10.394.730	Tavira	M	10.361.639
21 Felgueiras	M	10.164.078	Sintra	G	10.304.367
22 Sintra	G	9.917.628	Felgueiras	M	10.300.137
23 Albufeira	M	9.486.534	Évora	M	9.416.025
24 Palmela	M	9.478.674	Albufeira	M	9.229.429
25 Aveiro	M	9.142.400	Palmela	M	9.192.664
26 Montalegre	P	8.808.812	Aveiro	M	8.854.836
27 Loures	G	8.805.179	Montalegre	P	8.785.280
28 Ponta Delgada	M	8.529.907	Ponta Delgada	M	8.380.016
29 Póvoa de Varzim	M	8.350.268	Lourinhã	M	8.305.243
30 Castelo Branco	M	8.326.008	Santo Tirso	M	8.121.788
31 Santo Tirso	M	8.151.760	Coimbra	G	8.054.827
32 Lourinhã	M	8.141.581	Oleiros	P	8.052.208
33 Amadora	G	8.014.812	Amadora	G	7.797.564
34 Oleiros	P	7.896.758	Vila Nova de Famalicão	G	7.617.003
35 Funchal	G	7.733.139	Vila do Conde	M	7.611.044

R56 – Municípios com maior valor em provisões

Unidade: euros

	Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1	Lisboa	G	64.355.663	Lisboa	G	100.008.463
2	Chaves	M	9.985.593	Matosinhos	G	15.563.224
3	Vila Nova de Gaia	G	9.826.803	Vila Nova de Gaia	G	10.629.903
4	Porto	G	6.670.994	Oeiras	G	7.147.117
5	Loures	G	5.756.615	Loures	G	6.754.889
6	Seixal	G	4.732.748	Porto	G	4.930.794
7	Sintra	G	3.793.391	Sintra	G	4.590.855
8	Vila do Conde	M	3.403.678	Seixal	G	4.141.310
9	Ourém	M	3.258.665	Guarda	M	4.001.386
10	Caminha	P	2.879.953	Santarém	M	3.152.156
11	Maia	G	2.501.455	Chaves	M	2.253.328
12	Oeiras	G	2.496.578	Santa Maria da Feira	G	2.232.102
13	Valongo	M	2.281.137	Reguengos de Monsaraz	P	1.887.677
14	Tomar	M	2.123.515	Évora	M	1.849.325
15	Vila Franca do Campo	P	1.939.289	Setúbal	G	1.687.164
16	Funchal	G	1.845.634	Mourão	P	1.621.949
17	Viseu	M	1.539.935	Coimbra	G	1.484.603
18	Albufeira	M	1.481.864	Fundão	M	1.418.494
19	Vagos	M	1.468.251	Cascais	G	1.316.963
20	Sabugal	P	1.441.070	Alcobaça	M	1.316.024
21	Amadora	G	1.042.408	Torres Novas	M	1.217.633
22	Leiria	G	1.038.706	Vila Verde	M	1.167.765
23	Santa Maria da Feira	G	972.473	Castelo Branco	M	942.245
24	Faro	M	969.911	Castro Marim	P	795.658
25	Fundão	M	942.652	Alijó	P	780.102
26	Cascais	G	935.100	Almada	G	763.298
27	Guimarães	G	868.920	Albufeira	M	739.202
28	Vila da Praia da Vitória	M	821.408	Figueira de Castelo Rodrigo	P	722.420
29	Óbidos	P	784.138	Leiria	G	712.487
30	Coimbra	G	765.331	Ourém	M	662.652
31	Olhão	M	749.847	Sabugal	P	646.010
32	Torres Novas	M	692.153	Nisa	P	624.671
33	Bombarral	P	597.837	Portimão	M	591.814
34	Guarda	M	569.021	Miranda do Douro	P	582.491
35	Mealhada	M	565.098	Sines	P	544.818

R57 – Municípios com maior valor em custos extraordinários

Unidade: euros

Município	Dimensão	2011	Município	Dimensão	2012
1 Lisboa	G	40.341.950	Lisboa	G	32.249.176
2 Cascais	G	30.854.842	Almada	G	15.728.792
3 Braga	G	19.296.659	Barcelos	G	15.397.528
4 Santarém	M	14.370.495	Seixal	G	14.714.157
5 Vila Nova de Gaia	G	11.703.107	Braga	G	13.328.141
6 Seixal	G	9.709.297	Vila Nova de Gaia	G	12.701.519
7 Sintra	G	8.980.252	Cascais	G	12.303.635
8 Porto	G	8.783.147	Matosinhos	G	7.319.751
9 Loures	G	8.660.286	Porto	G	7.290.422
10 Faro	M	8.233.178	Santa Cruz	M	6.827.740
11 Aveiro	M	7.477.554	Portimão	M	6.814.350
12 Lamego	M	7.315.873	Viana do Castelo	M	6.321.011
13 Coimbra	G	6.997.954	Vila Nova de Famalicão	G	6.011.217
14 Santa Cruz	M	6.865.548	Loures	G	6.000.040
15 Barcelos	G	6.542.873	Sintra	G	5.693.228
16 Vila Nova de Famalicão	G	6.267.721	Oeiras	G	5.004.030
17 Maia	G	5.875.955	Lagos	M	4.686.748
18 Viana do Castelo	M	5.474.478	Maia	G	4.522.771
19 Portimão	M	5.054.063	Viseu	M	4.341.732
20 Fafe	M	4.757.172	Fafe	M	4.217.560
21 Castelo Branco	M	4.628.492	Guimarães	G	3.867.957
22 Torres Vedras	M	4.618.915	Espinho	M	3.841.327
23 Loulé	M	4.617.725	Coimbra	G	3.840.119
24 Vila Franca do Campo	P	4.376.774	Vila da Praia da Vitória	M	3.802.145
25 Angra do Heroísmo	M	4.294.133	Évora	M	3.722.633
26 Évora	M	4.236.959	Odivelas	G	3.659.216
27 Viseu	M	4.107.779	Fundão	M	3.573.999
28 Odivelas	G	4.065.504	Lamego	M	3.440.680
29 Santa Maria da Feira	G	3.957.387	Vila Franca de Xira	G	3.387.989
30 Guarda	M	3.810.977	Santa Maria da Feira	G	3.331.955
31 Bragança	M	3.656.574	Castelo Branco	M	3.296.509
32 Fundão	M	3.646.126	Sines	P	3.222.771
33 Matosinhos	G	3.619.146	Aveiro	M	3.138.721
34 Figueira da Foz	M	3.611.065	Cantanhede	M	3.028.393
35 Guimarães	G	3.488.639	Loulé	M	2.949.974

3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O quadro 3.37 apresenta a evolução dos proveitos, no período entre 2007/2012.

- O total dos proveitos em 2012 foi de 7 263, M€, isto é, - 61,6 € (-0,8%) que os proveitos obtidos em 2010. Contudo, aquele valor refletiu uma subida global de 2011 para 2012, no montante de 166,2 M€ (+2,3%).
- De acordo com a análise efetuada no ponto relativo às receitas municipais, seria de prever que os proveitos mais relevantes decorressem da entrada das receitas fiscais e das transferências do Estado provenientes do FEF. Efetivamente, estas duas categorias de receita são a fonte das duas principais componentes dos proveitos: **Impostos e Taxas e Transferências e Subsídios Obtidos**, cujo peso médio, nos proveitos totais, em 2012, foi respetivamente de, 33,7% e 38,4%. Isto é, juntas representaram 72,1% dos proveitos obtidos.
- Ora, observando o quadro 3.37, constata-se que o volume de **impostos e taxas** recebidos pela globalidade dos municípios diminuiu, entre 2007 e 2012, em cerca de 474,2 M€ (-16,2%), tendo no triénio 2010/2012, baixado 212,1 M€ (-8%). Apenas no ano 2010, estes proveitos apresentaram taxa de crescimento e no valor de 3,1% (+79 €).

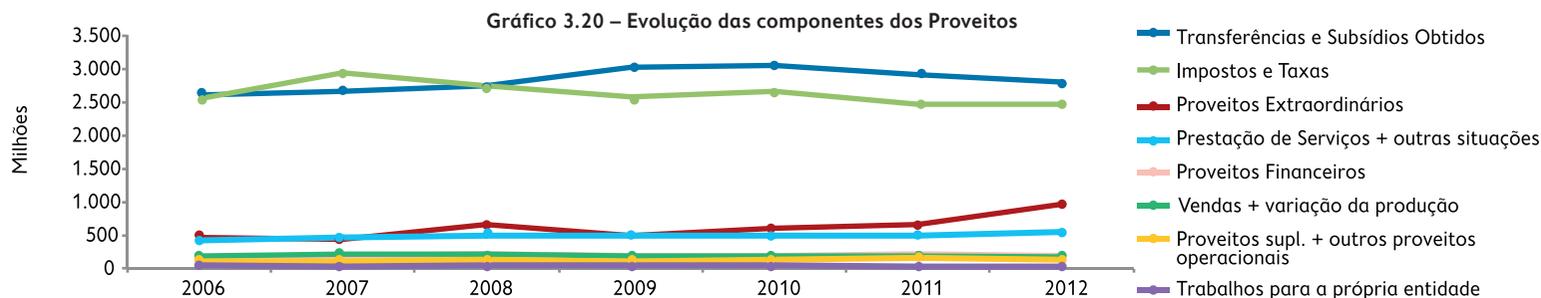
Em todos os restantes anos do período em apreço apresentaram diminuição de proveitos.

- Quanto às **transferências e subsídios obtidos**, os mesmos baixaram no biénio 2010/2012, em 257,9 M€ (-8,5%), tendo a maior descida deste valor ocorrido em 2011, com -132,7M€ (-4,4%).
- Com um peso de 13,1% nos proveitos totais surgem com algum significado, em 2012, os proveitos extraordinários. Ao longo do período estes proveitos apresentaram algumas oscilações. De 2011 para 2012 o montante registado variou em + 284,1 M€ (+42,7%). Não se dispõe de informação que possa identificar a origem essencial destes proveitos, contudo verificou-se que, em 2012, os mesmos provieram, essencialmente, dos municípios de Lisboa com 501,96 M€, Porto com 17,1 M€, Sintra com 16,3 M€, Almada com 14,1 M€, Paredes com 12,9 M€, Seixal com 10,8M€ e Castelo Branco com 10,1 M€.
- Outros proveitos de referir serão os obtidos através da **prestação de serviços**, cujo peso nos proveitos totais, em 2012, foi de 7,5%, registando um crescimento em relação a 2010 de 19,7% (+89,7 M€) e apresentando, entre 2007 e 2012, o aumento significativo de 124,8 M€ (+29,6%).

Quadro 3.37 – Evolução dos Proveitos, no período de 2007 a 2012

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Variação (M€) 09-12	Variação (%) 09-12
Vendas de Mercadorias	57,4	50,5	51,7	55,7	63	79,7		
Vendas de Produtos	143	153	137,2	131,4	115,3	89,8	-20,6	-10,8%
Variação da Produção	-1,8	0,9	0,9	3,5	-0,3	-0,3		
Prestação de Serviços	421,2	455	456,5	456,3	467,5	546	89,5	19,6%
Outras Situações	30,7	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	-35,5	-88,8%
Impostos e Taxas	2.924,9	2.737,0	2.583,8	2.662,8	2.470,1	2.450,7	-133,1	-5,1%
Transferências e Subsídios Obtidos	2.669,1	2.749,2	3.025,8	3.045,0	2.912,3	2.787,1	-238,7	-7,9%
Trabalhos para a própria entidade	26,9	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	-13,5	-35,3%
Proveitos Suplementares	75,1	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	20,9	42,3%
Outros Proveitos Operacionais	33,3	52	44,7	54,7	69,3	63,7	19,0	42,5%
Proveitos Financeiros	189,9	206,4	180,8	177	202,4	197,2	16,4	9,1%
Proveitos Extraordinários	433,1	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	458,8	93,4%
Total de proveitos	7.002,8	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5	163,2	2,3%



3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos

No quadro 3.38 é apresentada informação sobre custos, proveitos e resultados dos municípios de acordo com a sua dimensão e para os exercícios de 2011 e 2012.

Da análise do quadro 3.38 e gráfico 3.22 salienta-se o seguinte:

- Nos anos de 2011 e 2012, de uma maneira geral melhoraram os resultados económicos em todos os grupos de municípios. Na globalidade, em 2011 cresceram 41 M€ (+40,2%) e em 2012, cresceram 442 M€ (+309,1%). O grupo dos municípios de pequena dimensão, em 2012, apesar de apresentarem resultados económicos negativos (- 15 milhões de euros), revelou uma melhoria na ordem dos 34 milhões de euros em relação a 2011. É no grupo de municípios de grande dimensão, onde se verificou, em 2012 a maior subida de valor dos resultados do exercício ao aumentarem, na globalidade, 269 milhões de euros (+ 97,8%).
- A inclusão no gráfico anterior da linha evolutiva dos resultados económicos do sector autárquico, resulta da grande diferença de valor entre os resultados obtidos por Lisboa e pelos restantes municípios, desvirtuando o sentido da curva de registo dos mesmos em relação à globalidade do

sector. Anota-se que esta diferenciação se foi tornando cada vez maior a partir de 2010 e adquire uma importância extraordinária em 2012, fruto de proveitos extraordinários do município de Lisboa.

O quadro 3.39 apresenta evolução dos Resultados Económicos para 2007/2012, aferindo-se o valor médio por habitante. O gráfico 3.23 mostra como evoluíram as curvas de proveitos e de custos em comparação com a evolução da curva que representa os resultados económicos, constatando-se que em 2009 os custos ultrapassaram os proveitos, provocando a descida dos resultados económicos a um nível inferior a zero e que em 2012 se verifica uma recuperação extraordinária da situação económica global do sector autárquico¹⁷³.

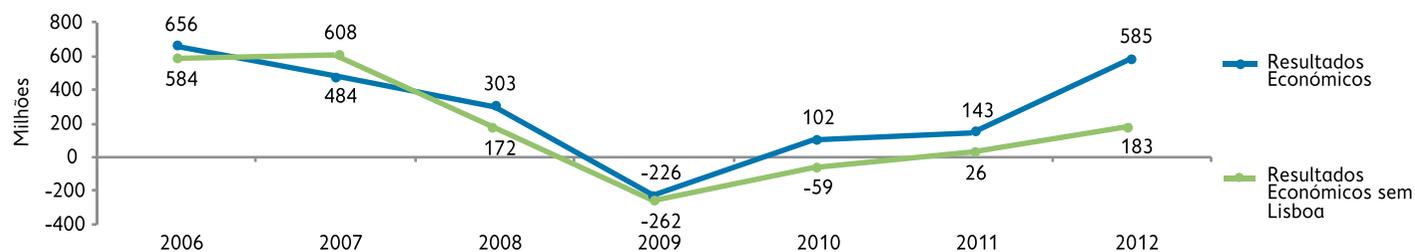
O quadro 3.40 mostra a distribuição do número de municípios por intervalos de valor de resultados líquidos obtidos. Verifica-se que 141 municípios em 2011 e 121 em 2012, apresentaram resultados líquidos inferiores a zero. O valor do resultado líquido do município de Lisboa é extraordinariamente alto.

¹⁷³ Excluindo conforme várias vezes referido, o sector empresarial local.

Quadro 3.38 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios

	Grandes		Médios		Pequenos		TOTAL	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Nº de municípios	24	24	103	101	181	183	308	308
População	4.553.311	4.528.137	4.388.443	4.325.138	1.620.424	1.634.014	10.562.178	10.487.289
Custos com Pessoal/custos totais	34,4%	31,7%	31,3%	30,8%	32,9%	31,3%	32,8%	31,3%
Resultados económicos	275 M€	544 M€	(82) M€	56 M€	(49) M€	(15) M€	143 M€	585 M€
Resultados económicos/ Proveitos	10,0%	18,1%	-3,1%	2,1%	-2,9%	-0,9%	2,0%	8,1%
Resultados económicos por habitante	60,4 €	120,2 €	-18,7 €	12,9 €	-30,5 €	-9,2 €	13,6 €	55,8 €
Nº de municípios com resultados negativos	4	4	54	37	83	80	141	121

Gráfico 3.22 – Evolução dos Resultados Económicos

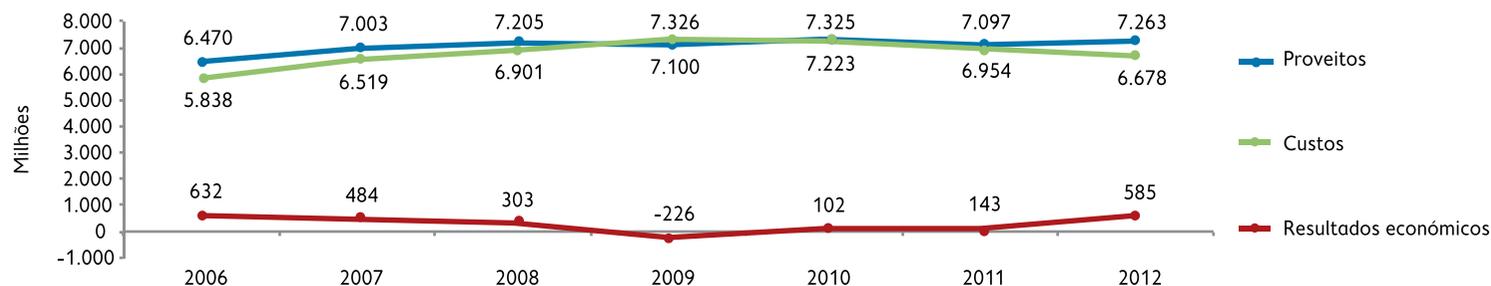


Quadro 3.39 – Resultados económicos

Unidade: euros

Custos	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Proveitos	7.002,8	7.204,6	7.100,3	7.325,1	7.097,3	7.263,5
Custos	6.518,7	6.901,3	7.326,3	7.223,2	6.953,9	6.678,4
Resultados económicos	484,0	303,4	-226,1	102,0	143,4	585,1
Nº de municípios com resultados negativos	85	115	159	140	141	121

Gráfico 3.23 – Evolução dos Resultados Económicos



Quadro 3.40 – Distribuição dos valores dos Resultados Líquidos

Valor de Resultados Líquidos	Número de municípios	
	2011	2012
Superior a 200 milhões de euros	0	1 (Lisboa com 402,5 M€)
Igual ou superior a 100 M€ e inferior ou igual a 200 M€	1 (Lisboa com 117,8 M€)	0
Igual ou superior a 50 M€ e inferior a 100M€	0	0
Igual ou superior a 30 M€ e inferior a 50 M€	0	0
Igual ou superior a 10 M€ e Inferior a 30 M€	7	8
Igual ou superior a 5M€ e Inferior a 10 M€	15	9
Igual ou superior a 1 M€ e Inferior a 5 M€	67	84
Igual ou superior a Zero M€ e Inferior a 1 M€	77	85
Inferior a Zero	141	121

Os *rankings* R58 e R59 apresentam os 50 municípios com melhores e piores resultados económicos, dos 3 anos de mandato dos atuais dirigentes dos municípios. Nele se incluem os resultados opera-

cionais, ou seja os resultados antes de considerados os resultados financeiros e os resultados extraordinários. Estão ordenados pelo total dos resultados líquidos acumulados em 2010, 2011 e 2012.

R58 - Municípios com Maiores Resultados Líquido* (valores absolutos)

Unidade: euros

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados líquidos			
			2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012	2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012
1	Lisboa	G	74.520.795	-23.676.737	-46.021.014	4.823.044	161.423.880	117.767.802	402.483.217	681.674.899
2	Sintra	G	21.304.966	20.357.110	17.312.951	58.975.027	13.455.121	16.421.386	29.228.396	59.104.903
3	Braga	G	27.755.373	36.048.187	24.408.596	88.212.155	14.150.015	24.398.218	14.596.043	53.144.275
4	Guimarães	G	11.427.767	11.047.571	28.823.116	51.298.455	8.762.646	9.281.158	27.317.534	45.361.338
5	Castelo Branco	M	14.885.328	8.939.353	8.442.152	32.266.833	13.190.049	13.597.111	17.659.899	44.447.060
6	Oeiras	G	8.836.158	3.341.863	8.777.170	20.955.191	12.415.405	7.431.859	12.099.360	31.946.624
7	Santa Maria da Feira	G	19.916.698	4.166.858	10.044.241	34.127.797	18.212.675	3.057.968	10.119.084	31.389.728
8	Seixal	G	15.701.017	12.588.747	11.954.280	40.244.044	10.754.906	12.598.548	7.001.019	30.354.474
9	Loures	G	14.557.586	12.345.636	4.212.187	31.115.409	12.315.353	9.673.393	5.758.142	27.746.889
10	VN Famalicão	G	7.013.325	12.164.353	17.220.075	36.397.754	4.854.618	8.940.077	13.267.621	27.062.316
11	Leiria	G	9.090.436	8.013.755	11.624.922	28.729.112	6.005.742	7.237.784	13.512.090	26.755.617
12	Amadora	G	5.530.975	3.247.212	2.305.307	11.083.493	8.494.743	10.140.186	7.021.770	25.656.699
13	Cascais	G	14.415.743	12.000.837	770.004	27.186.584	12.855.883	10.108.527	980.668	23.945.079
14	Pombal	M	11.233.337	10.060.814	7.641.190	28.935.342	7.604.258	8.795.228	5.827.852	22.227.338
15	Almada	G	2.894.063	5.278.590	2.758.806	10.931.458	6.014.140	9.227.040	4.515.881	19.757.061
16	Porto	G	1.061.277	-747.193	-9.215.766	-8.901.682	3.782.406	9.416.639	2.970.191	16.169.236
17	Ribeira Grande	M	5.086.023	4.833.475	5.168.191	15.087.688	4.555.040	4.800.124	4.959.116	14.314.280
18	Odivelas	G	3.336.309	7.691.061	-2.840.158	8.187.212	2.959.376	9.846.255	1.306.137	14.111.769
19	Câmara de Lobos	M	2.757.448	-1.350.938	327.092	1.733.602	2.864.402	7.664.775	3.339.372	13.868.549
20	Penafiel	M	3.111.349	6.488.136	2.835.289	12.434.773	2.992.709	6.483.645	3.363.363	12.839.717
21	Coimbra	G	-341.726	593.837	349.444	601.555	2.633.667	4.604.174	5.531.770	12.769.611
22	Viseu	M	1.472.793	2.630.863	2.763.316	6.866.971	-1.072.932	4.910.749	8.493.446	12.331.263
23	Marco de Canaveses	M	639.665	6.058.180	2.141.526	8.839.371	2.734.767	6.596.492	2.886.273	12.217.532
24	Setúbal	G	2.679.448	-572.622	7.359.268	9.466.094	6.072.528	-425.463	6.394.055	12.041.121
25	Vila Real	M	780.064	3.571.376	1.044.912	5.396.352	16.044	9.160.706	1.655.944	10.832.694
26	Vila Franca de Xira	G	8.196.576	2.595.125	79.731	10.871.432	4.847.138	5.957.797	-123.685	10.681.249
27	Ílhavo	M	3.870.987	4.042.747	4.001.422	11.915.156	3.114.429	3.759.294	3.474.558	10.348.281
28	Alcoçaba	M	4.403.862	5.996.362	5.025.083	15.425.308	2.152.700	3.528.534	4.222.965	9.904.199
29	Coruche	P	1.213.001	2.157.693	1.466.567	4.837.261	2.676.830	3.207.690	3.305.418	9.189.938
30	Amarante	M	4.869.074	3.985.779	3.330.467	12.185.321	4.334.513	2.567.917	2.121.872	9.024.301
31	Paredes	M	-3.368.181	-3.153.498	-4.754.204	-11.275.883	6.659.379	-2.946.306	5.158.695	8.871.768
32	Lousada	M	1.779.976	1.945.585	2.992.844	6.718.406	3.106.904	2.195.152	3.445.559	8.747.615
33	Vila do Conde	M	12.739.946	-2.911.451	848.583	10.677.078	11.613.285	-1.762.396	-1.105.878	8.745.011
34	Barreiro	M	1.702.486	2.248.931	5.351.891	9.303.307	4.626.012	-579.659	4.677.290	8.723.643
35	Arcos de Valdevez	M	2.059.220	867.263	466.115	3.392.598	2.566.432	2.869.373	2.667.649	8.103.455

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados líquidos			
			2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012	2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012
36	Arouca	M	3.849.356	4.036.035	3.534.747	11.420.138	3.307.647	2.576.388	2.210.816	8.094.851
37	Ponte de Sor	P	960.820	302.497	-116.806	1.146.511	2.505.402	2.256.135	3.071.552	7.833.090
38	Póvoa de Varzim	M	1.336.141	709.694	2.923.242	4.969.078	2.865.620	1.833.683	3.126.172	7.825.474
39	Mangualde	P	2.481.842	1.848.162	1.468.338	5.798.343	3.694.018	2.777.685	1.043.965	7.515.668
40	Moita	M	2.391.479	3.695.182	3.188.415	9.275.076	1.973.914	2.710.221	2.809.291	7.493.425
41	Ovar	M	1.482.371	1.920.920	2.785.084	6.188.375	1.397.298	2.908.779	3.036.291	7.342.368
42	Mértola	P	2.149.110	1.537.615	1.904.119	5.590.845	2.486.284	1.918.526	2.883.432	7.288.243
43	Gondomar	G	4.912.506	5.545.254	1.166.895	11.624.655	293.213	5.615.536	946.893	6.855.642
44	Fafe	M	3.463.600	4.996.363	3.505.301	11.965.265	2.184.863	2.964.105	1.263.912	6.412.880
45	Vimioso	P	3.596.468	2.237.297	388.773	6.222.538	3.619.600	2.182.473	587.189	6.389.262
46	Grândola	P	6.421.071	-877.764	-458.006	5.085.301	6.924.370	-633.818	-139.672	6.150.881
47	Cantanhede	M	4.216.216	1.630.628	1.416.820	7.263.664	3.415.347	1.735.254	931.254	6.081.856
48	Monção	P	1.484.231	1.433.623	1.509.839	4.427.693	1.707.347	1.792.679	2.484.842	5.984.868
49	Bragança	M	2.190.417	1.875.393	653.466	4.719.276	1.509.249	2.456.494	1.848.343	5.814.085
50	Odemira	M	1.639.117	2.596.671	917.822	5.153.611	1.482.959	2.503.048	1.659.462	5.645.469

* O município Ílhavo foi excluído do ranking, pois não apresenta amortizações no exercício de 2011, podendo deste modo, erradamente, aumentar os Resultados Económicos

R59 - Municípios com Menores Resultados Económicos

Unidade: euros

Município		Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos			
			2010	2010	2010	2010	2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012
1	Portimão	M	-35.587.664	-19.899.673	-352.834	-55.840.172	-36.342.688	-20.582.421	-11.986.674	-68.911.784
2	Évora	M	-14.181.718	-14.224.361	-9.034.871	-37.440.950	-15.651.235	-14.013.178	-10.703.160	-40.367.573
3	Matosinhos	G	-13.820.699	-13.085.307	-14.806.735	-41.712.741	-8.660.627	-9.141.544	-14.575.218	-32.377.389
4	VN Santo António	P	-12.120.838	-6.287.524	-4.450.869	-22.859.230	-10.899.262	-9.074.309	-4.791.377	-24.764.948
5	Olhão	M	-7.596.385	-5.853.093	-2.715.740	-16.165.218	-17.344.762	-2.203.264	-2.473.646	-22.021.672
6	Palmela	M	-10.458.289	-5.948.083	-5.231.068	-21.637.440	-10.701.458	-5.424.614	-5.132.779	-21.258.851
7	Valongo	M	-9.425.900	-7.886.750	-6.742.537	-24.055.188	-8.107.841	-7.006.033	-6.098.291	-21.212.164
8	Albufeira	M	-17.377.081	-11.342.311	-1.445.472	-30.164.864	-15.394.374	-7.240.574	1.441.049	-21.193.899
9	Lagos	M	-13.815.155	-3.757.942	4.323.619	-13.249.478	-15.474.440	-4.965.205	2.495.748	-17.943.897
10	Oleiros	P	-5.690.635	-5.620.984	-6.161.704	-17.473.324	-5.522.887	-5.456.253	-5.877.175	-16.856.315
11	Lourinhã	M	-5.758.615	-5.904.148	-4.719.425	-16.382.188	-5.534.557	-6.323.727	-4.867.431	-16.725.715
12	Barcelos	G	1.384.632	1.796.633	4.874.891	8.056.156	-3.797.123	-4.252.252	-8.436.477	-16.485.852
13	Espinho	M	-9.353.826	-4.814.995	-1.484.751	-15.653.572	-9.815.884	-5.014.766	-1.584.306	-16.414.956
14	Ourém	M	-3.399.115	-8.699.998	-5.989.029	-18.088.142	-4.816.456	-5.634.633	-5.510.278	-15.961.367

Município	Dim.	Resultados Operacionais				Resultados Líquidos				
		2010	2010	2010	2010	2010	2011	2012	Total de 2010 a 2012	
15	Tavira	M	-2.931.629	-6.020.015	-2.755.017	-11.706.661	-5.816.055	-6.602.225	-3.503.458	-15.921.738
16	Aveiro	M	-4.917.835	229.963	2.582.098	-2.105.773	-14.383.586	-3.325.170	2.030.172	-15.678.584
17	Covilhã	M	-4.699.562	-2.905.464	-3.282.122	-10.887.148	-5.602.764	-4.781.343	-4.293.721	-14.677.827
18	Felgueiras	M	-4.582.996	-4.603.283	-2.845.734	-12.032.013	-5.410.866	-5.161.961	-4.061.300	-14.634.127
19	Figueira da Foz	M	-5.611.544	-4.237.957	-2.201.256	-12.050.756	-7.239.996	-4.449.594	-2.874.392	-14.563.983
20	Vila Verde	M	-5.162.515	-6.875.122	-5.410.187	-17.447.824	-4.174.798	-6.634.014	-3.365.542	-14.174.354
21	Moura	P	-5.517.105	-4.898.165	-5.267.121	-15.682.391	-6.584.249	-4.740.033	-2.424.962	-13.749.245
22	Paços de Ferreira	M	-2.366.963	879.733	744.688	-742.542	-10.758.547	-1.809.631	-104.340	-12.672.517
23	Almeirim	M	-5.306.822	-4.570.074	-4.675.839	-14.552.735	-4.535.078	-3.300.122	-4.201.605	-12.036.805
24	Mafra	M	-11.966.711	-6.850.263	-4.700.704	-23.517.679	-4.739.356	-3.511.291	-3.290.118	-11.540.765
25	Santa Comba Dão	P	-2.959.648	-3.086.498	-2.893.767	-8.939.914	-3.923.042	-3.265.270	-3.636.877	-10.825.189
26	Peso da Régua	P	-332.096	-6.335.577	701.514	-5.966.159	-759.387	-9.332.496	-570.501	-10.662.383
27	Figueiró dos Vinhos	P	-4.210.767	-3.089.125	-2.841.073	-10.140.965	-4.319.757	-3.143.866	-2.775.852	-10.239.475
28	Santa Cruz	M	-4.490.852	-4.638.552	23.214	-9.106.190	-6.427.924	-4.384.863	851.436	-9.961.351
29	Lagoa (Algarve)	M	-4.630.433	-3.479.597	-349.970	-8.459.999	-5.006.193	-3.806.421	-1.138.892	-9.951.507
30	Montalegre	P	-5.186.887	-3.766.705	-4.619.368	-13.572.960	-4.297.424	-2.541.678	-2.990.864	-9.829.965
31	Chaves	M	1.020.476	-9.655.895	2.132.366	-6.503.053	-17.009	-12.442.552	3.165.724	-9.293.837
32	Vagos	M	-2.730.342	-3.113.877	-1.213.373	-7.057.593	-3.642.020	-3.784.368	-1.656.425	-9.082.813
33	Santarém	M	-2.551.345	-3.245.730	213.382	-5.583.692	-847.339	-9.479.784	1.346.646	-8.980.478
34	Vila do Bispo	P	-3.138.462	-3.320.687	-2.135.728	-8.594.877	-3.041.914	-3.197.219	-2.539.218	-8.778.351
35	Seia	M	-2.882.342	-1.221.836	-388.004	-4.492.181	-3.784.718	-2.801.158	-2.130.359	-8.716.236
36	Alvaiázere	P	-3.523.698	-3.727.559	-3.717.435	-10.968.692	-3.255.719	-3.000.956	-2.403.683	-8.660.357
37	Santo Tirso	M	-2.118.178	-1.801.408	-3.609.574	-7.529.159	-2.108.422	-2.359.381	-4.061.619	-8.529.422
38	Proença-a-Nova	P	-4.385.032	-3.731.503	-3.614.575	-11.731.110	-3.109.356	-2.299.142	-2.969.645	-8.378.143
39	Cartaxo	M	-4.147.839	-3.456.669	-1.436.725	-9.041.233	57.796	-5.394.117	-2.943.370	-8.279.691
40	Carregal do Sal	P	-2.705.285	-2.879.073	-3.222.647	-8.807.005	-2.679.587	-2.612.905	-2.936.247	-8.228.738
41	Ferreira do Zêzere	P	-3.940.866	-2.287.070	-1.684.951	-7.912.886	-3.961.794	-2.398.913	-1.658.460	-8.019.168
42	Sesimbra	M	-2.450.332	-5.151.407	-1.672.978	-9.274.717	-1.238.581	-5.604.411	-740.381	-7.583.373
43	Nelas	P	-2.232.591	-2.564.696	-1.499.699	-6.296.987	-2.263.317	-3.388.615	-1.858.853	-7.510.786
44	Trofa	M	-5.835.435	-2.671.169	444.271	-8.062.333	-6.044.040	-3.270.803	2.050.917	-7.263.926
45	Trancoso	P	-2.251.785	-2.166.941	-1.337.477	-5.756.203	-2.846.901	-2.393.095	-1.907.304	-7.147.300
46	Faro	M	-176.067	1.448.185	929.055	2.201.173	-2.686.305	-4.548.624	122.143	-7.112.785
47	Estremoz	P	-3.192.871	-3.155.161	-2.675.433	-9.023.465	-2.270.608	-2.424.986	-2.370.974	-7.066.567
48	Ribeira Brava	P	-1.904.393	-4.777.709	-2.867.827	-9.549.928	-650.411	-5.366.196	-997.113	-7.013.720
49	Tábua	P	-3.126.546	-2.297.108	-1.383.704	-6.807.358	-2.921.136	-2.171.509	-1.756.793	-6.849.439
50	Vouzela	P	-3.021.787	-2.943.995	-2.660.438	-8.626.220	-2.514.355	-2.488.833	-1.820.001	-6.823.189

CAPÍTULO 4.

O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS NO SETOR AUTÁRQUICO

Nota introdutória

Este anuário apresenta a informação relativa aos exercícios económicos de 2011 e 2012 dos 308 municípios portugueses. No que concerne o setor empresarial local (SEL) e serviços municipalizadas (SMs), a análise apenas será efetuada relativamente ao exercício de 2011 (com o comparação com os anos de 2009 e 2010). Esta situação é motivada pelo facto de até à data a publicação do anuário (junho de 2013), os autores não terem conseguido obter junto das diversas fontes de recolha da informação os documentos de prestação de contas relativos a 2012. Do universo das entidades, apenas se conseguiram cerca de 10% do total das empresas em 30 de maio de 2013.

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reportar-se-á ao período entre 2009 e 2011, considerando que, nesse período, a informação está apresentada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) permitindo o estabelecimento de comparações.

Para o ano de 2011, foi obtida e tratada informação de 293 Empresas Municipais¹⁷⁴ ou Entidades Empresariais Locais e de 29 Serviços Municipalizados¹⁷⁵, assim mais de 90% do setor empresarial autár-

¹⁷⁴ O anexo III apresenta uma listagem com “dados económicos dos Municípios” com todos os municípios e respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

¹⁷⁵ Em relação a 2010 foram extintos os SMAS de Albergaria a Velha.

quico¹⁷⁶ e a totalidade dos serviços municipalizados¹⁷⁷

No presente capítulo analisar-se-á separadamente as contas dos SMs¹⁷⁸ e das restantes entidades do SEL, dado o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos de ambos, uma vez que o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), é de aplicação obrigatória para todas as entidades do setor público empresarial, com exclusão dos serviços municipalizados que ainda utilizam o POCAL.

4.1. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada existem 29 SMs em 30 municípios (o município de Oeiras e Amadora partilham os mesmos serviços), estando 8 integrados em municípios de grande dimensão, 20 em municípios de média dimensão e 1 municípios de pequena dimensão. Claramente, a atividade predominante é a água e saneamento.

¹⁷⁶ Em relação ao setor empresarial, há 11 empresas que foram extintas e/ou que se fundiram e 3 relativamente às quais não foi possível recolher informação.

¹⁷⁷ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2011, e cuja existência é do nosso conhecimento.

¹⁷⁸ Apesar da Lei n.º 53-F/2006 que aprova o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, não enquadrar, expressamente, no SEL os serviços municipalizados, adotou-se para efeitos da presente análise a sua inclusão no mesmo, face à sua autonomia gestonária em relação aos restantes serviços autárquicos.

Municípios		Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água e Saneamento
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Anadia	M	SM de Água e Saneamento
5	Angra do Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
6	Aveiro	M	SM de Água e Saneamento
7	Barreiro	M	SM de Transportes Urbanos
8	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
9	Castelo Branco	M	SM de Água e Saneamento
10	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
11	Guarda	M	SM de Água e Saneamento
12	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
13	Loures	G	SM de Água e Saneamento
14	Maia	G	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
15	Mirandela	M	SM de Água
16	Montijo	M	SMAS do Montijo
17	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
18	Oeiras e Amadora	G	SM de Água e Saneamento
19	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
20	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
21	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
22	Santo Tirso	M	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
23	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
24	Tomar	M	SM de Água e Saneamento
25	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
26	Valongo	M	SM de Água, Saneamento e Eletricidade
27	Viana do Castelo	M	SM de Água e Saneamento
28	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
29	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

4.1.1. Estrutura do Ativo

No Quadro 4.01 apresenta-se a estrutura do ativo global dos 29 SMs, evidenciando-se, no mesmo mapa, o ativo agregado dos municípios a que pertencem os SMs, permitindo, assim, a comparação das respetivas estruturas do Balanço.

Da análise do quadro e do gráfico anterior, destaca-se que as **dívidas a receber** do conjunto dos SMs, no valor de 146,9 milhões de euros, corresponderam a 72,2% das dívidas a receber pelo total das autarquias que lhe correspondem (203,5 milhões de euros). Efetivamente, enquanto que as dívidas a receber pesavam 13,6% no ativo dos SMs, o peso homólogo no ativo das mesmas autarquias era de apenas 2,5%. Naturalmente, este facto terá um enorme impacto, com efeito de redução, no cálculo da dívida líquida dos SMs¹⁷⁹. O valor desta componente do ativo circulante diminuiu no triénio em apreço -18,9M€ (-5,0%).

Importará, ainda, analisar a estrutura das **dívidas a receber** dos SMs, uma vez que o seu valor representou, em 2011, 72,2% do valor considerado para a totalidade das autarquias que lhe correspon-

dem. Os quadros seguintes apresentam as principais componentes das dívidas a receber (Quadro 4.02 e Quadro 4.03)

Em 2011, os SMs não tinham dívidas a receber de médio e longo prazo, nem concederam empréstimos a terceiros. Detêm, contudo, um volume bastante representativo de **dívidas de clientes, contribuintes e utentes**, no valor de 102,1 milhões de euros, menos 0,3% que em 2010 e que representa 69,5% do total das dívidas a receber. Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros foi superior em +367,5% ao valor homólogo das autarquias correspondentes e representou 46,4% do valor da mesma natureza para o total do setor autárquico

O segundo crédito mais representativo que ao SMs detêm sobre terceiros é o **valor a receber da administração autárquica**, isto é, valores a receber, essencialmente, das próprias autarquias e que, na maior parte das vezes, se referem a indemnizações compensatórias. O total considerado, em 2011, foi de 35,1 milhões de euros. As dívidas do Estado¹⁸⁰ aos SMs, em 2011, tiveram um peso diminuto (1,2%) no total das dívidas a receber pois totalizaram 1,8 milhões de euros, menos 26% que o valor em dívida em 2010.

¹⁷⁹ Como veremos mais à frente o ativo circulante é, para a globalidade dos SMs, superior ao passivo exigível.

¹⁸⁰ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos.

Quadro 4.01 – Estrutura do ATIVO dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SMs		Serviços Municipalizados		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	14.145,5	34,9%	2.823,1	34,2%	79,1	7,3%	2,8%
Imobilizado incorpóreo	59,2	0,1%	18,6	0,2%	1,9	0,2%	10,3%
Imobilizado corpóreo	16.368,2	40,4%	3.455,9	41,8%	652,4	60,2%	18,9%
Imobilizado em Curso	5.494,1	13,6%	869,6	10,5%	75,2	6,9%	8,6%
Total do imobilizado	36.067,0	89,0%	7.167,2	86,8%	808,6	74,6%	11,3%
Investimentos Financeiros	1.712,5	4,2%	493,6	6,0%	7,6	0,7%	1,5%
Existências	135,9	0,3%	34,9	0,4%	8,6	0,8%	24,7%
Dívidas a Receber	1.327,9	3,3%	203,5	2,5%	146,9	13,6%	72,2%
Títulos Negociáveis	15,6	0,0%	1,0	0,0%	0,2	0,0%	16,0%
Depósitos e Caixa	666,0	1,6%	241,2	2,9%	97,8	9,0%	40,5%
Acréscimos de proveitos	479,3	1,2%	104,8	1,3%	13,8	1,3%	13,2%
Custos diferidos	104,7	0,3%	14,7	0,2%	0,6	0,1%	3,9%
Total	40.508,9	100%	8.260,9	100%	1.084,0	100%	13,1%



Quadro 4.02 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que corresponde

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SMs		Serviços Municipalizados		SMs / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a receber M/L prazo	130,2	9,8%	27,3	13,4%	0,0	0,0%	0,0%
Empréstimos concedidos (curto prazo)	6,2	0,5%	4,4	2,2%	0,0	0,0%	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes (curto prazo)	231,2	17,4%	27,8	13,7%	102,1	69,5%	367,5%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	28,7	2,2%	2,5	1,3%	1,8	1,2%	72,1%
Administração Autárquica (curto prazo)	66,4	5,0%	18,8	9,2%	35,1	23,9%	186,7%
Adiantamentos (curto prazo)	12,4	0,9%	5,2	2,6%	0,1	0,1%	1,9%
Outros devedores (curto prazo)	850,7	64,1%	116,9	57,5%	7,8	5,3%	6,7%
Outros curto prazo	2,1	0,2%	0,5	0,2%	0,0	0,0%	--
Total de dívidas a receber	1.327,9	100%	203,5	100%	146,9	100%	72,2%

Quadro 4.03 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Dívidas a receber	2009 (29)		2010 (29)		2011 (29)		Variação 2010 - 2011 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a receber M/L prazo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
Empréstimos concedidos (curto prazo)	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	--
Clientes, contribuintes e utentes (curto prazo)	105,3	63,5%	102,4	66,2%	102,1	69,5%	-0,3%
Estado e outros entes públicos (curto prazo)	2,5	1,5%	1,46	0,9%	1,84	1,2%	26%
Administração Autárquica (curto prazo)	51,3	30,9%	44,75	29,0%	35,10	23,9%	-22%
Adiantamentos (curto prazo)	0,0	0,0%	0,01	0,0%	0,08	0,1%	654%
Outros devedores (curto prazo)	6,4	3,9%	5,76	3,7%	7,84	5,3%	36%
Outros curto prazo	0,2	0,1%	0,19	0,1%	0,00	0,0%	-100%
Total de dívidas a receber	165,8	100%	154,5	100%	146,9	100%	-5%

4.1.2. Passivo dos SMs

Os quadros 4.04 e 4.05 apresentam, respetivamente, a estrutura e a evolução do Passivo do global dos SMs e a estrutura do passivo das autarquias, que lhe corresponderam.

Relativamente ao passivo, importará apreciar a componente relativa às dívidas a terceiros, já que os outros elementos, nomeadamente os “Proveitos diferidos”, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente obrigações para as autarquias.

O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SMs foi, em 2011, de **143,1 milhões de euros, representando 10,0% do valor homólogo dos municípios que tutelam os SMs. Baixaram, em 2011, 4,7 milhões de euros, isto é, -3,1%.**

Comparando a estrutura da dívida a terceiros das autarquias e dos

serviços municipalizados, verifica-se que as **dívidas de médio e longo prazo a terceiros** representaram, em 2011, 35,4% do total das suas dívidas a terceiros, ficando os restantes 64,6% a corresponder à dívida de curto prazo. No caso das respetivas autarquias a situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo foi, manifestamente, superior à dívida de curto prazo numa relação que, em 2011, foi de 64,6% para 34,4%. No global dos SMs, a dívida de médio e longo prazo baixou 5,1% (cerca de -2M€) entre 2009 e 2011.

Quanto à **dívida de curto prazo** dos SMs, no valor de 92,3 milhões de euros, verifica-se que a mesma tem vindo a decrescer apesar de ligeiramente desde 2009 (95 milhões), sendo que, em relação a 2010 (94,2 milhões), a mesma diminuiu 2% (-0,9M€).

Quadro 4.04 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

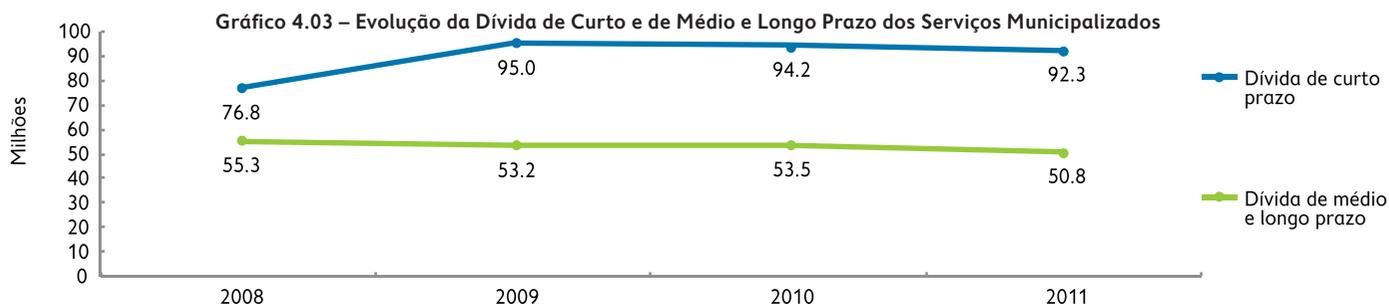
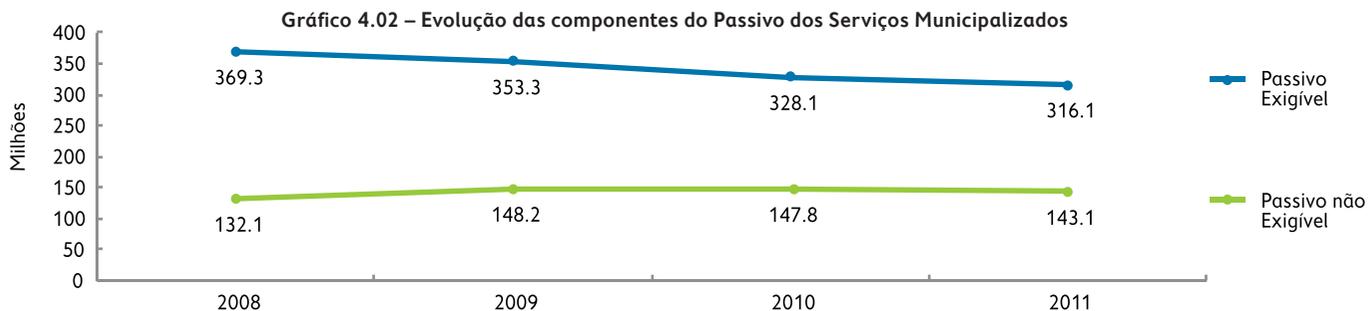
Unidade: milhões de euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/ SMs		Serviços Municipalizados		SM's / Municípios c/ SMs
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	4.997,1	32,6%	922,5	33,8%	50,8	11,1%	5,5%
Dívidas a Curto Prazo	3.189,4	20,8%	507,0	18,6%	92,3	20,1%	18,2%
Total de dívidas a terceiros	8.186,4	53,4%	1.429,5	52,3%	143,1	31,2%	10,0%
Provisões para riscos e encargos	768,4	5,0%	113,5	4,2%	5,5	1,2%	4,8%
Acréscimos de Custos	321,7	2,1%	64,4	2,4%	19,6	4,3%	30,4%
Proveitos diferidos	6.049,8	39,5%	1.124,7	41,2%	291,1	63,4%	25,9%
Total do Passivo	15.326,3	100%	2.732,2	100,0%	459,2	100,0%	16,8%

Quadro 4.05 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Passivo	2009 (29)		2010 (29)		2011 (29)		Variação 2010 - 2011 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dívidas a Médio e Longo Prazo	53,2	10,6%	53,5	11,2%	50,8	11,1%	-5,1%
Dívidas a Curto Prazo	95,0	18,9%	94,2	19,8%	92,3	20,1%	-2,0%
Total de dívidas a terceiros	148,2	29,6%	147,8	31,1%	143,1	31,2%	-3,1%
Provisões para riscos e encargos	1,6	0,3%	1,6	0,3%	5,5	1,2%	243,7%
Acréscimos de Custos	21,7	4,3%	22,5	4,7%	19,6	4,3%	-12,9%
Proveitos diferidos	330,0	65,8%	304,0	63,9%	291,1	63,4%	-4,3%
Total do Passivo	501,5	100%	475,9	100%	459,2	100,0%	-3,5%



4.1.3. Endividamento¹⁸¹ dos Serviços Municipalizados

A análise da estrutura dos custos e dos proveitos do ponto anterior, antevia a situação que agora se observa no Quadro 4.06. O endividamento líquido do global dos serviços municipalizados foi negativo no ano de 2011, isto é, o total das dívidas a pagar, no valor de 143,1 milhões de euros, era inferior à soma das dívidas a receber e das disponibilidades existentes, no montante de 244,9 milhões de euros. Assim, para o total dos 29 serviços municipalizados analisados, o endividamento líquido agregado foi de – 101,7 milhões de euros em 2011.

Já os municípios, que tutelam os serviços municipalizados, apresentaram uma dívida líquida total de 983,8 milhões de euros, que decorreu

de uma dívida bruta de 1 429,5 milhões de euros abatida de um ativo disponível no valor de apenas 445,6 milhões de euros.

Da informação dos quadros e gráficos anteriores pode-se concluir que:

- **Na sua globalidade, os SMs detêm meios financeiros para liquidarem as suas dívidas apresentando um endividamento líquido negativo;**
- Em 2011, a **dívida bruta** dos SMs, no valor de 143,1 milhões de euros (- 4,7 M€ que em 2010) representou apenas 10,0% da dívida dos municípios que os tutelam. No entanto, o total do ativo disponível dos SMs em relação ao das autarquias foi de 59,7%;
- A dívida de curto prazo dos SMs representou 18,2% da dívida homologa do total dos municípios de que dependem e apresentou o valor de 92,3 milhões de euros (- 1,9 M€ que em 2011);
- A **dívida de médio e longo prazo** dos SMs representou, em 2011, apenas, 5,5% da dívida homologa dos municípios a que correspondem e foi no valor de 50,8 milhões de euros.

O **ranking** R60 lista os 16 SMs que apresentaram endividamento líquido negativo, em 2011.

Apresenta-se, de seguida, a lista dos serviços municipalizados com maior endividamento líquido.

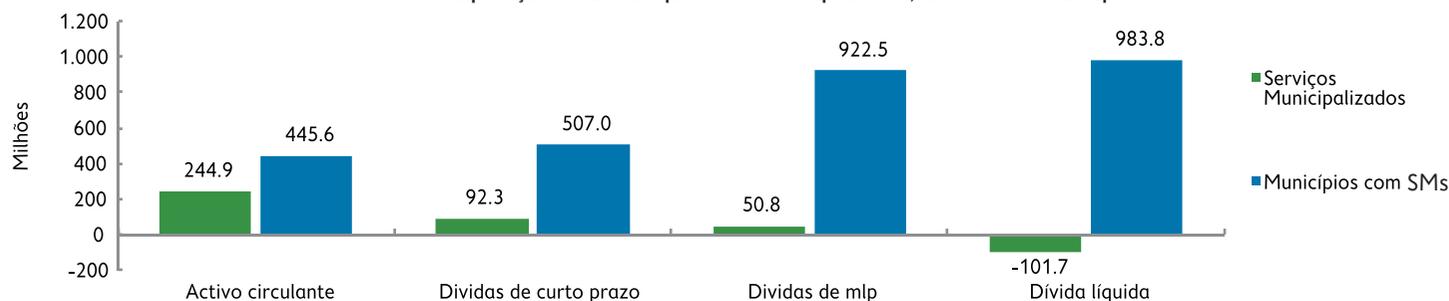
¹⁸¹ Devido à inexistência, na generalidade das situações, de balanços consolidados por grupo autárquico, prescindimos de apresentar indicadores agregados, por grupo municipal, que exigiriam a aplicação proporcional do peso da participação municipal nas respetivas empresas. É exemplo desta omissão, a impossibilidade de se apresentar o endividamento líquido agregado, por grupo municipal. Contudo, a Lei das Finanças Locais refere que, para efeitos do cálculo do endividamento líquido, só contam os passivos do setor empresarial local em caso de incumprimento, por parte dos municípios, da cobertura dos resultados operacionais negativos. Não tendo sido possível obter essa informação das contas dos municípios, não foi apurado o efetivo valor do contributo do setor empresarial para o peso do limite do endividamento líquido.

Quadro 4.06 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados e do Global dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

		Serviços Municipalizados	Municípios c/ SM's	Municípios
Activo	Dívidas a Receber	146,9	203,5	1.327,9
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	97,9	242,2	681,6
	Total (a)	244,9	445,6	2.009,5
Passivo	Dívidas a Pagar - curto prazo	92,3	507,0	3.189,4
	Dívidas a Pagar - médio e longo prazo	50,8	922,5	4.997,1
	Total (b)	143,1	1.429,5	8.186,4
Endividamento Líquido (b-a)		-101,7	983,8	6.177,0

Gráfico 4.04 – Comparação da dívida líquida e suas componentes, entre SMs e Municípios c/ SMs

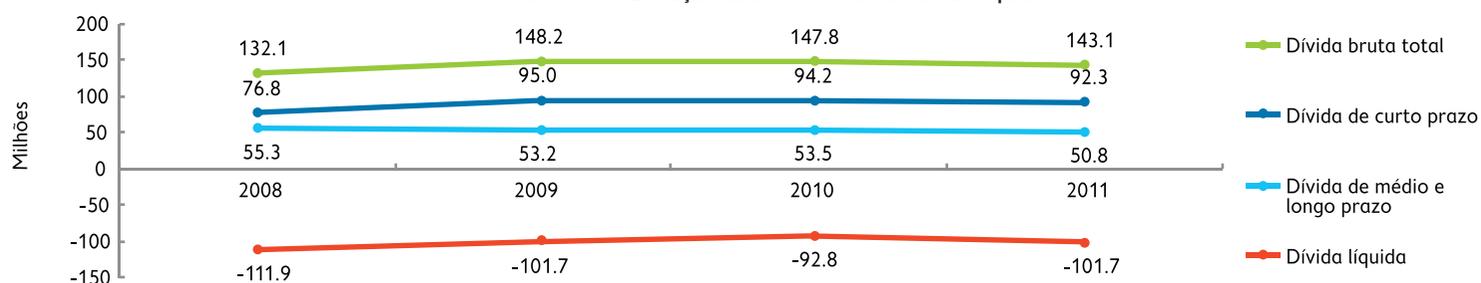


Quadro 4.07 – Endividamento Líquido dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

		2009	2010	2011
Activo	Dívidas a Receber	165,8	154,5	146,9
	Disponibilidades + Títulos Negociáveis	84,1	86,0	97,9
	Total (a)	250,0	240,5	244,9
Passivo	Dívidas a Pagar - curto prazo	95,0	94,2	92,3
	Dívidas a Pagar - médio e longo prazo	53,2	53,5	50,8
	Total (b)	148,2	147,8	143,1
Endividamento Líquido (b-a)		-101,7	-92,8	-101,7

Gráfico 4.05 – Evolução da dívida bruta e da dívida líquida



R60 - Serviços Municipalizados sem endividamento líquido no final do exercício de 2011

Unidade: euros

Serviços Municipalizados		Dimensão	Endividamento Líquido			Variação 2010 - 2011 %
			2009	2010	2011	
1	SMAS de Castelo Branco	M	-71.149.923	-71.056.545	-70.685.878	-0,5%
2	SMAS de Sintra	G	-19.243.661	-18.604.671	-23.718.139	27,5%
3	SMAS de Almada	G	-19.594.593	-20.894.675	-21.863.030	4,6%
4	SMAS de Oeiras e Amadora	G	-25.178.007	-16.001.840	-14.330.896	-10,4%
5	SMAS de Vila Franca Xira	G	-4.176.423	-4.515.103	-6.453.324	42,9%
6	SMAS de Caldas da Rainha	M	-2.950.296	-3.076.394	-3.405.661	10,7%
7	SMAS de Peniche	M	-2.743.400	-2.919.391	-3.175.194	8,8%
8	SMSBVC - S.M Saneamento Viana Castelo	M	-1.492.431	-3.368.834	-3.065.073	-9,0%
9	SMAS de Ponta Delgada	M	-	-2.588.997	-1.669.221	-35,5%
10	SMAS de Leiria	G	-370.335	-1.213.614	-1.522.424	25,4%
11	SMA - AMBIENTABRANTES (água, san e recolha res sól)	M	-2.684.240	-1.705.858	-1.420.759	-16,7%
12	SMEAS - Eletricidade, Água e San. de Santo Tirso	M	554.689	-289.865	-1.279.464	341,4%
13	SMAS de Loures	G	-3.191.128	1.869.807	-1.191.557	-163,7%
14	SMA de Mirandela	M	-926.903	-548.305	-701.324	27,9%
15	SMAS de Anadia	M	-430.415	-512.183	-553.402	8,0%
16	SMAT - Agua e Transporte de Portalegre	M	-435.448	-173.190	-26.276	-84,8%
Total			-153.850.729	145.654.246	-155.061.621	6,5%

R61 – Serviços Municipalizados com endividamento líquido no final do exercício de 2011

Unidade: euros

Serviços Municipalizados		Dimensão	Endividamento Líquido			Variação 2010 - 2011 %
			2009	2010	2011	
1	SMEAS - Eletricidade, Água e San. da Maia	G	17.358.520	16.472.350	15.993.369	-2,9%
2	SMAS da Guarda	M	8.381.642	8.780.224	10.027.191	14,2%
3	SMAS - Alcobaça	M	10.206.321	10.235.126	9.957.230	-2,7%
4	SMAS de Aveiro	M	5.903.570	4.645.232	4.599.819	-1,0%
5	SMTTC - Transp. Coletivos do Barreiro	M	3.357.589	3.575.555	4.139.861	15,8%
6	SMTTC - Transportes Urbanos de Coimbra	G	902.646	2.268.806	2.747.036	21,1%
7	SMEAS - Eletricidade, Água e San de Valongo	M	2.294.344	2.311.592	2.308.427	-0,1%
8	SMAS de Tomar	M	1.890.264	1.852.246	998.433	-46,1%
9	SMAS de Viseu	M	2.279.088	2.284.145	959.109	-58,0%
10	SMAS Torres Vedras	M	218.000	1.379.937	781.893	-43,3%
11	SM de Angra do Heroísmo (água e saneamento)	M	-110.121	-222.247	371.711	-267,3%
12	Serviços Municipalizados de Nazaré (água e san)	P	265.350	114.514	271.382	137,0%
13	SMAS do Montijo	M	-815.590	-820.901	173.331	-121,1%
Total			52.131.623	52.876.579	53.328.792	0,9%

Fórmula: (dividas a pagar) – (Dividas a Receber + Depósitos em caixa e em instituições financeiras + Títulos negociáveis)

4.1.4. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados

4.1.4.1. Custos dos SMs

O Quadro 4.08 e o Gráfico 4.06 apresentam a estrutura dos custos dos SMs, comparando-os com os custos homólogos das autarquias que lhes deram origem.

Da leitura do quadro e do gráfico abaixo, salienta-se que a maior componente de custos foram, em 2011, os **custos com o fornecimento de serviços externos** (30,1% dos custos totais), pese embora o diferencial para os custos com pessoal (27,%) tenha sido de apenas 3,1%. Trata-se

de uma situação análoga à verificada nos anos anteriores (2009 e 2010). Outro custo relevante relaciona-se com o **custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas**, as quais representaram 18,6% dos custos totais. O peso das amortizações é também relevante, pesando em média 16,4% na estrutura de custos dos SMs.

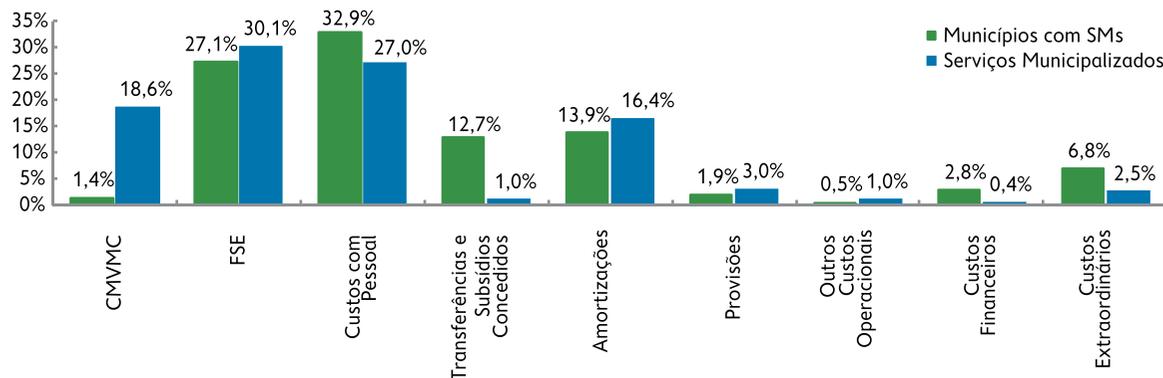
Para complemento da análise efetuada no Quadro 4.09, e o Gráfico 4.07 apresenta-se a evolução das diferentes componentes dos custos.

Quadro 4.08 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c/ SMs		Serviços Municipalizados		SMs / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	182,8	2,6%	18,0	1,4%	75,0	18,6%	417,2%
Fornecimentos e serviços externos	1.809,7	26,0%	359,6	27,1%	121,7	30,1%	33,9%
Custos com Pessoal	2.279,6	32,8%	436,5	32,9%	109,0	27,0%	25,0%
Transferências e Subsídios Concedidos	627,4	9,0%	168,5	12,7%	3,9	1,0%	2,3%
Amortizações	1.167,1	16,8%	184,5	13,9%	66,3	16,4%	35,9%
Provisões	158,4	2,3%	25,4	1,9%	12,0	3,0%	47,3%
Outros Custos Operacionais	29,8	0,4%	6,5	0,5%	4,0	1,0%	62,3%
Custos Financeiros	187,2	2,7%	36,8	2,8%	1,8	0,4%	4,9%
Custos Extraordinários	511,9	7,4%	90,6	6,8%	10,1	2,5%	11,1%
Total de custos	6.953,9	100%	1.326,3	100%	403,8	100%	30,4%

Gráfico 4.06 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Quadro 4.09 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Custos	2009 (29)		2010 (29)		2011 (29)		Variação 2010 - 2011 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	74,42	19,0%	76,50	18,7%	75,00	18,6%	-2,0%
Fornecimentos e serviços externos	114,18	29,2%	119,75	29,3%	121,74	30,1%	1,7%
Custos com Pessoal	115,03	29,4%	115,04	28,1%	109,00	27,0%	-5,2%
Transferências e Subsídios Concedidos	1,55	0,4%	3,78	0,9%	3,89	1,0%	2,9%
Amortizações	60,80	15,6%	65,29	16,0%	66,28	16,4%	1,5%
Provisões	6,52	1,7%	7,96	1,9%	12,02	3,0%	51,0%
Outros Custos Operacionais	4,13	1,1%	4,52	1,1%	4,04	1,0%	-10,7%
Custos Financeiros	1,61	0,4%	1,17	0,3%	1,80	0,4%	53,4%
Custos Extraordinários	12,77	3,3%	15,11	3,7%	10,07	2,5%	-33,4%
Total de custos	391,0	100%	409,1	100%	403,8	100,0%	-1,3%

Gráfico 4.07 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.2. Proveitos dos SMs

Os Quadros 4.10 e 4.11 bem e o Gráfico 4.08 apresentam a estrutura dos proveitos dos serviços municipalizados para o universo total dos mesmos, comparando-os com os proveitos homólogos das autarquias que lhes deram origem.

Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos para as autarquias e serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos SMs foram a **venda de produtos e a prestação de serviços**, respetivamente com o peso de 27,0% e 50,1% do total dos proveitos.

As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados, as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis¹⁸², prescindem elas próprias da recolha dos proveitos respetivos, pelo que a sua própria estrutura de proveitos será disso reflexo ao apresentar um peso pouco relevante, em comparação com os SMs, de venda de produtos e prestação de serviços.

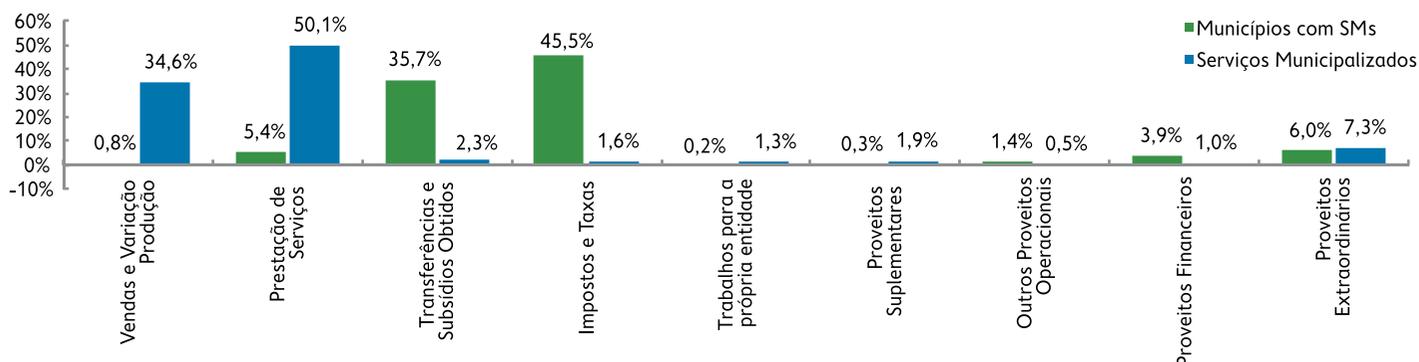
¹⁸² Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

Quadro 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/ SMs		Serviços Municipalizados		SMs / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas de Mercadorias	63,0	0,9%	7,4	0,5%	32,6	7,6%	1295,8%
Vendas de Produtos	115,3	1,6%	4,0	0,3%	115,5	27,0%	
Variação da Produção	-0,3	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Prestação de Serviços	467,5	6,6%	75,9	5,4%	214,1	50,1%	253,7%
Outras Situações	30,4	0,4%	8,4	0,6%	-0,3	-0,1%	
Impostos e Taxas	2.470,1	34,8%	639,7	45,5%	6,9	1,6%	1,1%
Transferências e Subsídios Obtidos	2.912,3	41,0%	501,0	35,7%	9,8	2,3%	2,0%
Trabalhos para a própria entidade	28,4	0,4%	4,1	0,3%	3,8	0,9%	92,6%
Proveitos Suplementares	72,9	1,0%	4,5	0,3%	8,1	1,9%	180,3%
Outros Proveitos Operacionais	69,3	1,0%	20,3	1,4%	2,0	0,5%	9,9%
Proveitos Financeiros	202,4	2,9%	55,0	3,9%	4,1	1,0%	7,5%
Proveitos Extraordinários	665,8	9,4%	84,2	6,0%	31,3	7,3%	37,1%
Total de proveitos	7.097,3	100%	1.404,5	100%	427,8	100%	30,5%

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

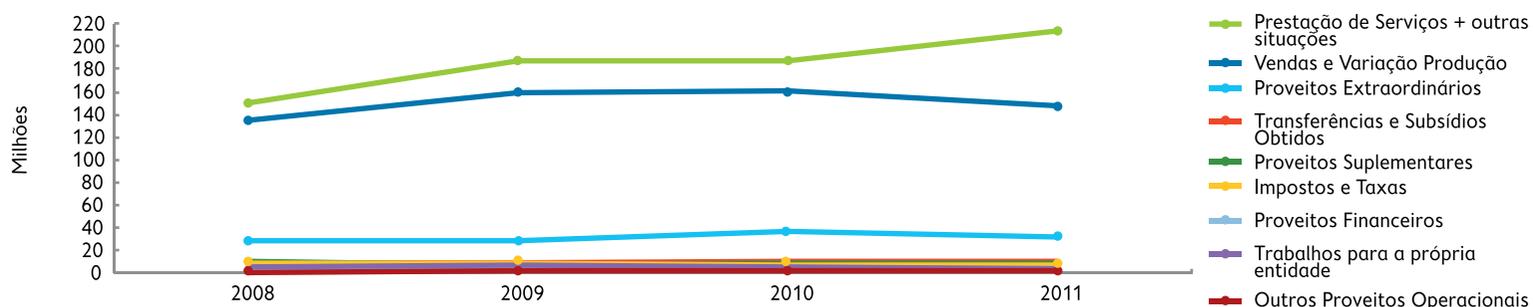


Quadro 4.11 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2009 (29)		2010 (29)		2011 (29)		Variação 2010 - 2011 %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Vendas de Mercadorias	61,6	15,0%	57,3	13,6%	32,6	7,6%	-7,8%
Vendas de Produtos	98,1	23,9%	103,3	24,5%	115,5	27,0%	
Variação da Produção	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Prestação de Serviços	187,9	45,7%	189,0	44,8%	214,1	50,1%	13,7%
Outras Situações	-0,6	-0,1%	-0,9	-0,2%	-0,3	-0,1%	
Impostos e Taxas	8,1	2,0%	6,9	1,6%	6,9	1,6%	0,0%
Transferências e Subsídios Obtidos	9,4	2,3%	10,0	2,4%	9,8	2,3%	-2,3%
Trabalhos para a própria entidade	6,5	1,6%	5,8	1,4%	3,8	0,9%	-34,2%
Proveitos Suplementares	6,9	1,7%	9,2	2,2%	8,1	1,9%	-11,8%
Outros Proveitos Operacionais	1,3	0,3%	1,5	0,4%	2,0	0,5%	33,0%
Proveitos Financeiros	3,9	0,9%	3,0	0,7%	4,1	1,0%	36,2%
Proveitos Extraordinários	28,0	6,8%	37,1	8,8%	31,3	7,3%	-15,8%
Total de proveitos	411,1	100%	422,2	100%	427,8	100%	1,3%

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados



4.1.4.3. Resultados económicos dos SMs

No Quadro 4.12 apresentam-se os resultados económicos dos SMs em 2011 e sua comparação com os dos municípios.

Da informação prestada no Quadro 4.13, anota-se que 9 SMs apresentaram, em 2011, resultados líquidos negativos e que 18 SMs apresentaram resultados operacionais negativos. No entanto, e ao contrário do verificado em 2010, os resultados operacionais globais dos 29 serviços municipalizados são positivos, totalizando 491.009 milhões de euros, aos quais acrescem encargos financeiros no montante de 1,8 milhões de euros. Esta situação é justificada porque três SMs apresentaram variação muito significativas nos seus resultados operacionais de 2010

para 2011¹⁸³. Nos termos da legislação em vigor, os resultados operacionais, quando negativos deveriam, ser cobertos por indemnizações compensatórias provenientes dos municípios de tutela. Não se dispõe de informação sobre o cumprimento desta obrigação, no entanto cabe aos responsáveis diligenciar o seu cumprimento.

Os rankings R62 e R63 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

¹⁸³ No SM de Loures, os resultados operacionais passaram de -478.358,17 em 2010 para 5.510.905,95 em 2011. Nos SMs de Oeiras e Amadora, os resultados operacionais, passaram de 6.766.293,02 em 2010 para 9.341.996,58 em 2011. Nos SM de Sintra, os resultados operacionais passaram de 252.930,20 em 2010 para 2.908.622,11 em 2011.

Quadro 4.12 – Informação sobre estrutura económica

Unidade: euros

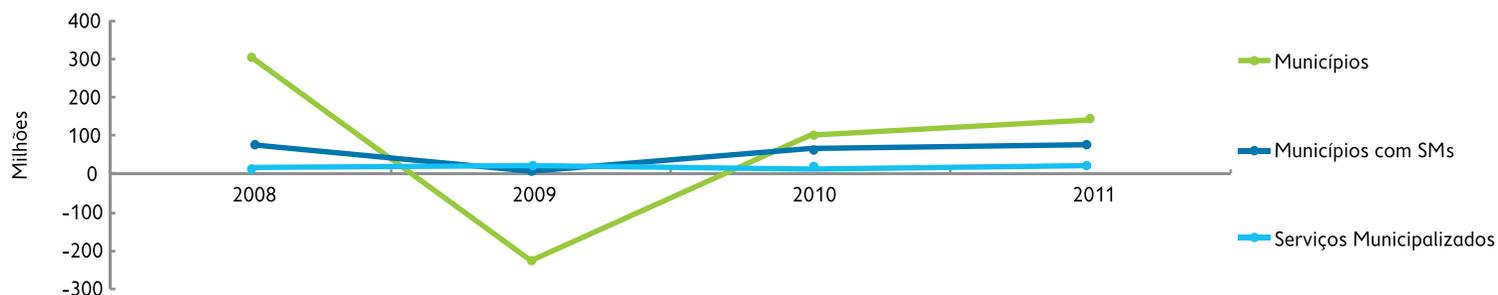
	Municípios	Municípios com SMs	Serviços Municipalizados	Municípios + SMs
Nº de entidades analisadas	308	30	29	337
População	10.562.178	2.800.074	2.800.074	--
Custos com Pessoal/custos totais	32,8%	32,9%	27,0%	29,9%
Resultados económicos	143.376.168	78.258.374	23.979.209	167.355.377
Resultados económicos/Proveitos	2,0%	5,6%	5,6%	3,8%
Resultados económicos por habitante	13,6 €	27,9 €	8,6 €	22,2 €
Nº de entidades com resultados negativos	141	11	9	150

Quadro 4.13 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados			Variação 2010 - 2011
	2009	2010	2011	
Nº de entidades analisadas	29	30	29	0
População	2.808.384,0	2.815.012	2.800.074	-14.938
Custos com Pessoal/custos totais	29,4%	28,1%	27,0%	-1,1%
Resultados económicos	20.075.828	13.103.401	23.979.209	10.875.808
Resultados económicos/Proveitos	4,9%	3,1%	5,6%	2,5%
Resultados económicos por habitante	7,1 €	4,7 €	8,6 €	3,9 €
Nº de entidades com resultados negativos	9	10	9	-1
Resultados Operacionais	2.613.738	-10.762.931	491.009	11.253.941
Custos Financeiros	1.610.107	1.173.591	1.800.475	626.884
N.º de entidades com(Resultados Operacionais + Custos Financeiros) negativos	18	19	18	-1

Gráfico 4.10 – Evolução dos Resultados Económicos



R62 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos positivos em 2011

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	Município	2009	2010	2011
1 SMAS de Oeiras e Amadora	Oeiras e Amadora	13.673.480	6.424.747	8.838.822
2 SMAS de Sintra	Sintra	40.583	1.753.181	3.567.043
3 SM de Loures	Loures	15.479	-3.662.924	2.729.229
4 SMAS de Vila Franca Xira	Vila Franca de Xira	751.211	204.196	2.467.652
5 SMAS de Castelo Branco	Castelo Branco	1.804.398	1.276.241	1.887.762
6 SMSBVC - S.M Saneamento Viana Castelo	Viana do Castelo	955.534	1.332.193	1.662.656
7 SMEAS - Eletricidade, Agua e San. da Maia	Maia	515.360	1.831.467	1.392.008
8 SMAS de Ponta Delgada	Ponta Delgada	-	1.280.358	1.162.685
9 SMAS de Viseu	Viseu	48.687	274.187	1.093.310
10 SMAS de Almada	Almada	2.082.002	1.805.803	729.711
11 SMEAS - Eletricidade, Água e San. de Santo Tirso	Santo Tirso	614.900	413.496	656.149
12 SMAS de Peniche	Peniche	239.241	317.147	580.528
13 SMAS Torres Vedras	Torres Vedras	587.983	269.572	399.616
14 SMAS de Tomar	Tomar	-82.564	-208.406	397.746
15 SMAS de Anadia	Anadia	150.357	170.444	197.413
16 SMAS - Alcobaça	Alcobaça	-260.450	-946.341	114.557
17 SM de Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo	-84.534	575.047	92.696
18 SMA - AMBIENTABRANTES	Abrantes	231.996	63.680	91.102
19 SMAT - Agua e Transporte de Portalegre	Portalegre	266.739	37.357	70.824
20 SMAS de Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	637.823	509.763	28.786

R63 - Serviços Municipalizados com Resultados Económicos negativos em 2011

Unidade: euros

Empresa ou Serviço	Município	2009	2010	2011
1 SMAS do Montijo	Montijo	-1.248.377	-229.344	-1.018.731
2 SMEAS – Eletricidade, Água e San de Valongo	Valongo	-643	-980.709	-934.345
3 SMAS de Aveiro	Aveiro	484.650	2.195.731	-829.073
4 SMTC - Transp. Coletivos do Barreiro	Barreiro	-768.605	-932.071	-525.493
5 SMAS de Leiria	Leiria	147.709	135.565	-357.741
6 SMTC - Transportes Urbanos de Coimbra	Coimbra	227.337	-520.848	-285.628
7 Serviços Municipalizados de Nazaré	Nazaré	-569.384	-444.948	-105.812
8 SMA de Mirandela	Mirandela	-155.601	-146.180	-72.508
9 SMAS da Guarda	Guarda	-528.823	-198.154	-51.755

4.2. Setor Empresarial Local

Analisa-se, de seguida, os valores e os indicadores associados à atividade financeira das entidades pertencentes ao SEL¹⁸⁴, reportados ao final do ano de 2011, para um universo de 293 entidades¹⁸⁵,

¹⁸⁴ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁸⁵ Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Con-

sendo que 167 são Empresas Municipais, 53 são Entidades Empresariais Locais, 37 Sociedades Anónimas, 17 Sociedades Unipessoais por quotas e 19 Entidades Intermunicipais. Assim, nestas 293 empresas não estão incluídas nesta análise as entidades listadas no quadro que a seguir se apresenta.

Das 293 entidades analisadas, sete¹⁸⁶ não apresentaram as de-

tabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

¹⁸⁶ TRATOSPITAL – Gestão e Tratamento de Resíduos Hospitalares, Unipessoal, LDA, do município de Cascais; VITRUS Ambiente, EM SA, do município de Guimarães;

Quadro 4.14 – Entidades que se extinguiram, fundiram ou das quais não foi possível recolher informação relativamente a 2011

Entidade	Município	Situação
1 EVORA VIVA SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana EEM	Évora	Extinta em 2011
2 MME – Mercado Municipal de Évora, SA	Évora	Extinta em 2011
3 SITEE – Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento de Évora EM	Évora	Extinta em 2011
4 Hotel Turismo da Guarda, Lda.	Guarda	Extinta em 2011
5 OCIDENTALMAIS – Emp. Pub. Mun. de Gestão e Equip. Económ. Cult. Desp. e de Lazer EM	Lajes das Flores	Em extinção
6 AMBIOUREM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais EEM*	Ourém	Em extinção
7 Centro de Negócios de Ourém, EM	Ourém	Em extinção
8 EMBARCA – Cultura, Desporto E Lazer, EM	Ponte da Barca	Extinta em 2011
9 POVOAINVEST – Empresa Municipal de Habitação Social, EM	Povoação	Em extinção
10 PROMOVICENTE – Gestão, Participações, Promoção e Divulgação Cultural, EM	São Vicente	Extinta em 2011
11 GAIASOCIAL – Entidade Empresarial Municipal de Habitação EEM	Vila Nova de Gaia	Fundiu com GAIARB
12 ÁGUAS DO CAIMA, EEM	Vale de Cambra	Sem informação
13 DOURONORTE Ambiente – Empresa Interm. Gestão Ambiental Do Vale Do Douro-Norte, EIM	**	Sem informação
14 LEMO – Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras, EIM	Oeiras, Cascais	Sem informação

* Apesar de estar extinta, foram recolhidos os dados relativos a 2011 desta empresa.

** Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, St.ª Marta de Penaguião, Vila Real

monstrações financeiras comparativas para 2010 e/ou 2009. Assim, **a análise comparativa objeto deste anuário respeita a 293 entidades do SEL para o período de 2011, e a 286 para o período de comparação evolutiva entre 2009, 2010 e 2011.**

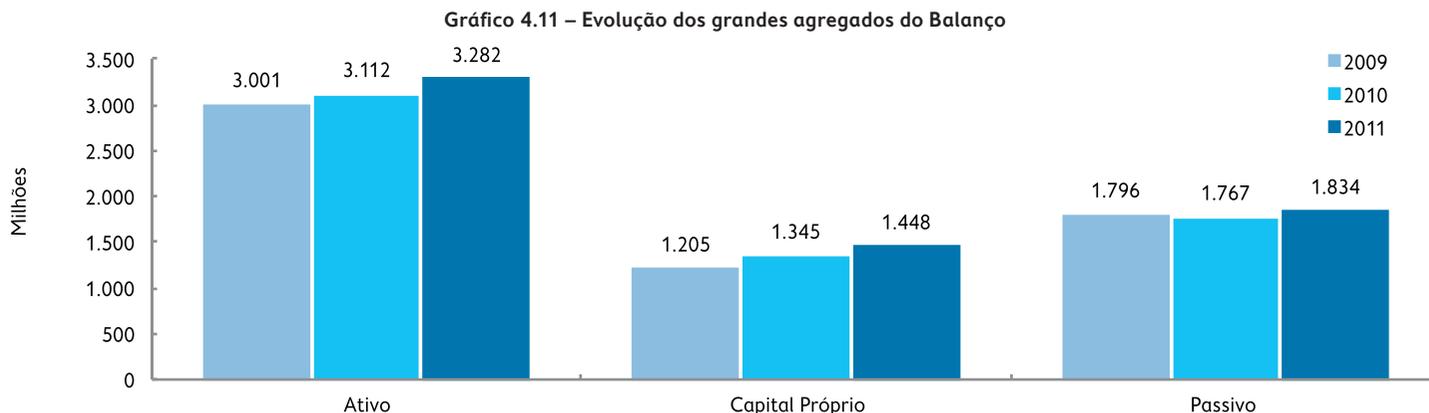
A metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos à totalidade das entidades empresariais objeto desta análise. Não foi possível comparar os respetivos valores com os montantes homólogos correspondentes aos municípios que os tutelam, devido à diferença de normativos contabilísticos utilizados pelas entidades empresariais (SNC) e pelos municípios (POCAL).

AMBIOLHÃO – Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM; Terra Cidade, EEM, do município de Santana; LT – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, do município de Santarém; STR-URBHIS – Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA; SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria, EEM, do município de Vila do Porto.

4.2.1. Balanço global das entidades do SEL: Entidades Empresariais (EELs) e Empresas Municipais (EMs)

O Gráfico 4.11 apresenta o volume total dos principais agregados do Balanço Global das 286 entidades do SEL, das quais foi possível recolher as contas dos três anos em análise, verificando-se, **em 2011, um aumento no ativo na ordem dos 280M€, que se repercutiu particularmente no aumento do capital próprio. O passivo agregado cresceu 38M€ de 2009 para 2011.**

A totalidade das 293 entidades do SEL apresenta em 2011, conforme Quadro 4.15, um ativo global de aproximadamente 3.319M€, constituído por cerca de ¾ de elementos ativos não correntes. O passivo, que atinge 56% do ativo para a globalidade do SEL, é constituído por elementos correntes e não correntes de uma forma quase equitativa, com uma ligeira preponderância do passivo não corrente que atinge 53% do total do passivo.



Quadro 4.15 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 293 entidades do SEL em 2011

Componentes do Ativo	2011 (293)	
	Valor	%
Ativo não corrente	2.415,5	73%
Ativo corrente	903,5	27%
Total Ativo	3.319,1	--
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	984,3	53%
Passivo corrente (curto prazo)	880,7	47%
Total Passivo	1.865,1	--
Capital Próprio	1.454,0	44%
Capital Próprio + Passivo	3.319,1	

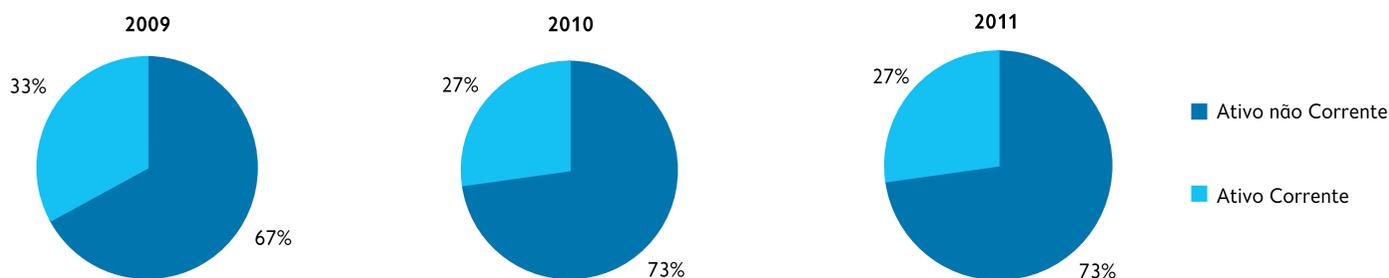
4.2.1.1. Estrutura e Evolução do Ativo

Os gráficos a seguir apresentados esquematizam o peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente verificando-se alterações relevantes nos respetivos valores apenas de 2009 para 2010. Efetivamente o ativo não corrente (ativo fixo, nomeadamente imobilizado) reforça a sua relevância em 6 pontos percentuais, passando a representar 73% do ativo total, em detrimento do ativo corrente que perde peso equivalente, passando a representar 27% do mesmo ativo total. Esta variação de peso reflete a simultaneidade de duas

situações: aumento do ativo não corrente em 12,5% (+251,9M€) e a diminuição do ativo corrente em 14,2%, (-140,6M€). De 2010 para 2011 aumentaram ambos o ativo não corrente e o ativo corrente em 5,45% (123,4M€) e 5,49% (46M€), respetivamente.

No Quadro 4.16 apresenta-se a estrutura do ativo não corrente para a totalidade das 286 entidades empresariais, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2009, 2010 e 2011.

Gráfico 4.12 – Estrutura do Ativo – 2009 a 2011 (286 entidades)



Quadro 4.16 – Evolução do ACTIVO NÃO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo não Corrente	2009		2010		2011		Variação 2010-2011
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Ativos Fixos Tangíveis	1.543,17	76,63%	1.636,32	72,22%	1.728,98	72,37%	5,66%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	9,61	0,48%	21,10	0,93%	0,06	0,00%	-99,74%
Propriedades de Investimento	182,86	9,08%	218,89	9,66%	221,63	9,28%	1,25%
Goodwill	10,10	0,50%	0,19	0,01%	0,22	0,01%	15,29%
Ativos Intangíveis	214,22	10,64%	322,70	14,24%	363,30	15,21%	12,58%
Ativos Biológicos	0,08	0,00%	0,07	0,00%	0,17	0,01%	131,91%
Participações Financeiras – MEP	23,08	1,15%	29,25	1,29%	32,08	1,34%	9,70%
Participações Financeiras – Outros	5,43	0,27%	3,61	0,16%	1,50	0,06%	-58,32%
Acionistas/Sócios	1,17	0,06%	11,24	0,50%	0,69	0,03%	-93,82%
Outros Ativos Financeiros	12,19	0,61%	9,56	0,42%	11,33	0,47%	18,46%
Ativos por Impostos Diferidos	9,09	0,45%	9,23	0,41%	10,71	0,45%	16,05%
Outras Contas a Receber	2,77	0,14%	3,55	0,16%	18,48	0,77%	421,26%
Total do ativo não corrente	2.013,78	100%	2.265,71	100%	2.389,16	100%	5,4%

Quadro 4.17 – Entidades que apresentam valores no “Ativos Fixos Tangíveis” superiores a 50M€ em 2011

Unidade: milhões de euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM	Porto	134,01
Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	123,55
AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	111,60
AC – Águas de Coimbra, EEM	Coimbra	70,11
ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM	Covilhã	64,92
Águas do Ribatejo, EIM	*	61,66
VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	52,90
LEIRISPORT – Desporto Lazer E Turismo, EM	Leiria	52,82

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

Quadro 4.18 – Entidades que apresentam valores no “Ativo Intangível” superiores a 20M€ em 2011

Unidade: milhões de euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	165,41
INDAQUA FEIRA – Indústria e Gestão de Águas, SA	Santa Maria da Feira	85,08
INDAQUA MATOSINHOS – Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	Matosinhos	44,63
VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	21,23
AGUAS E PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA, EEM	Vila Nova de Gaia	20,72

Da análise do quadro acima conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo não corrente das entidades constituintes do SEL:

- Em 2011, 72% do ativo não corrente era constituído por **ativos fixos tangíveis**, no total de 1.729M€. Este valor representou um acréscimo de 5,66% (+92,6M€) em relação a 2010. Em termos absolutos, este foi o ativo que mais aumentou em 2011. Mais se releva o facto de oito empresas municipais compreenderem 38,8% do valor dos ativos fixos tangíveis, apresentando valores superiores a 50M€. A entidade que apresenta maior valor em ativos fixos tangíveis é a CMPEA–Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 134M€ (ver Quadro 4.17).
- O investimento realizado com repercussões financeiras refletiu o aumento de 12,6% em **ativos intangíveis** (40,6M€) face a 2010, que passaram a representar 15,2% do total do ativo não corrente. Cinco entidades empresariais absorvem 92,8% do total dos ativos intan-

gíveis, sendo de anotar os valores registados na empresa TRATOLIXO–Tratamento de resíduos sólidos, EIM, de 165,41M€ (ver Quadro 1.18). Anote-se, ainda, que foi também esta empresa que apresentou maior aumento de valor neste item, em 2011, com +22,7M€ face ao ano anterior.

- Outros ativos não correntes com um peso significativo no total do ativo não corrente (9,3% e 1,34%, respetivamente), que apresentam uma evolução positiva, são as **“propriedades de investimento”** com +1,25% (+2,7M€) e as **participações financeiras–MEP** com +9,7% (+2,8M€).
- Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor, a constituição, por via indireta, de um subsidiário SEL, nomeadamente a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com maiores participações financeiras.

Quadro 4.19 – Entidades com “Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial)” em 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA	Vila Real	12.235.439
AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	7.668.026
ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM	Covilhã	4.125.754
VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	2.798.243
Fozcôainvest – Energia Turismo e Serviços, EM	Vila Nova de Foz Côa	2.062.312
EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	1.075.770
Coliseu Micaelense – Sociedade Prom. Eventos Culturais	Ponta Delgada	492.205
ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	403.135
TROFA PARK – Emp. de Reabilit. Urb. Desenv. Econ. Inovação Emp. e Gestão de Equip. EEM	Trofa	230.000
AIN – Agro-Industrial do Nordeste, SA	Mirandela	141.108
FUTURLAGOS – Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, EEM	Lagos	137.254
PAVIMAFRA – Infraestruturas e Rodovias EM	Mafra	101.461
VELASFUTURO – Emp. Pub. M. de Gestão de Equip. Culturais Desport. Econ. e de Lazer, EM	Velas	78.530
Culturpico, EM	Lajes do Pico	64.916
PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana, EM	Paços de Ferreira	54.104
PENAFIEL ACTIVA, EEM	Penafiel	51.700
Madalena Progresso, EEM	Madalena	50.000
RUMO 2020, EM	Cartaxo	46.585
Município, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA	*	44.761
ABTT – Aguiar da Beira Termas e Turismo, EEM	Aguiar da Beira	42.262
VFC Empreendimentos – Emp. M. de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, EM	Vila Franca do Campo	32.374
EML – Emp. M. Urbanização Requalific. Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa EM	Lagoa (R.A.A)	30.166
Espaço Povoação – Emp. M. de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas, EM	Povoação	28.125
PRAIA EM MOVIMENTO, EM	Vila da Praia da Vitória	24.756
SABUGAL MAIS – Emp. M. de Gestão Espaços Cult. Desportivos Turísticos e de Lazer , EM	Sabugal	19.482
TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM	Braga	19.384
Ribeira Grande Mais – Emp. M. de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, EM	Ribeira Grande	8.624
Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	6.254
ProRuris – Emp. M de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM	Vinhais	4.990
TEGEC Trancoso Eventos – Emp. M. de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, EEM	Trancoso	3.628
Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana E.M., S.A.	Portimão	1.914
Total		32.083.262

* Abrantes; Aguiar da Beira; Alvaizere; Arganil; Boticas; Bragança; Cabeceiras de Basto; Carregal do Sal; Cascais; Covilhã; Ferreira do Zêzere; Figueira da Foz; Fundão; Góis; Guarda; Lamego; Leiria; Loulé; Mafra; Maia; Mangualde; Mourão; Oeiras; Olhão; Oliveira do Hospital; Paços de Ferreira; Paredes; Penacova; Penamacor; Ponta Delgada; Ponte da Barca; Portalegre; Portimão; Santa Marta de Penaguião; Santiago do Cacém; São João da Madeira; São Pedro do Sul; Sernancelhe; Sesimbra; Sever do Vouga; Silves; Sines; Sintra; Tavira; Trofa; Vale de Cambra; Vieira do Minho; Vila de Rei; Vila do Conde; Viseu.

Quadro 4.20 – Entidades com “Outras Participações Financeiras” em 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Outras Part. Financeiras
EHATB – Empreend. Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA	Vila Real	716.975
ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	271.286
AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	271.100
Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA	Covilhã	114.195
PENAFIEL Verde Entidade Empresarial Local, EEM	Penafiel	55.000
TROFA PARK – Emp. de Reabilit. Urb. Desenv. Econ. Inovação Emp. e Gestão de Equip. EEM	Trofa	25.000
EIMRAM – Emp. Intermun. da Reg. A. Madeira - Investimentos e Serviços Intermunicipais, EIM	*	16.052
EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, E M	Alfândega da Fé	10.700
PROENÇATUR – Empresa de Turismo de Proença, EM	Proença-a-Nova	10.000
Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.	Maia	5.000
Resíduos do Nordeste, EIM	**	3.750
WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Coimbra	1.000
Matadouro Regional de Mafra, SA	Mafra	1.000
ECALMA – Emp. M. de Estacionamento e Circulação de Almada, EM	Almada	998
Ambisousa – Empresa Intermun. Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM	***	510
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM	Chaves	500
EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Sociedade Unipessoal, Lda.	Póvoa de Lanhoso	500
Fozcôainvest – Energia Turismo e Serviços, EM	Vila Nova de Foz Côa	275
Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda.	Vila Verde	130
	Total	1.503.971

* Porto Moniz, São Vicente, Santana, Porto Santo, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta.

** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

*** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

- Pelas mesmas razões apresenta-se a lista das entidades empresariais locais que subscreveram participações financeiras, que representam participações de capital em entidades que não são nem subsidiárias nem associadas ou em empreendimentos conjuntos.
- Porque a rubrica **acionistas/sócios** apresenta uma diminuição extraordinária de 2010 para 2011 (-93,8%) e traduz dívida dos municípios ao sector empresarial local por via da não realização das suas obrigações enquanto acionistas ou sócios, releva-se a lista das entidades empresariais que demonstram créditos sobre acionistas. Este item diminuiu 10,54M€, montante este quase totalmente da responsabilidade da empresa Portimão Urbis SGRU–Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana E.M., S.A., que apresenta um registo de 10,35M€ em 2010 contra valor zero em 2011.
- Considera-se ainda relevante o aumento de 18,5% (+1,76M€) verifica-

do em **outros ativos financeiros**, reconhecidos, essencialmente, como “outras aplicações financeiras”. Nesta rubrica incluem-se as quantias de ativos classificáveis como financeiros nos termos da NCRF 27 - Instrumentos financeiros, com carácter não corrente e que não sejam incluídas noutras rubricas do ativo não corrente, de acordo com as disposições inscritas no documento “Modelos de Demonstrações Financeiras - Observações e Ligação às NCRF”, como sejam investimentos financeiros que não correspondam a participações financeiras ou dívidas a receber cuja realização se espera que ocorra em momento que exceda 12 meses após a data do balanço, por exemplo. Apresenta-se a lista das empresas que contribuíram para este aumento, sendo de relevar a influência das empresas AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM, e GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM, que passaram de 0 em 2010, para 1,8M€ e 1,66M€ em 2011, respetivamente.

Quadro 4.21 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Acionistas/Sócios” em 2010 e 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios 2010	Acionistas/ Sócios 2011
PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, EM	Braga	884.031	674.031
NAZARE QUALIFICA, EM	Nazaré	0	20.941
Portimão Urbis SGRU – Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana E.M., S.A.	Portimão	10.352.684	0
VFC Empreendimentos – Emp. M. de Activ. Desportivas, Recreativas e Tur., EM	Vila Franca do Campo	800	0
Total		11.237.514	694.972

Quadro 4.22 – Entidades com valores inscritos na rubrica “Outros ativos financeiros” em 2010 e 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Outros Ativos Financeiros 2010	Outros Ativos Financeiros 2011
Fozcôainvest - Energia Turismo e Serviços, EM	Vila Nova de Foz Côa	2.750.281	2.444.970
AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	*	0	1.815.000
GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM	Lisboa	0	1.661.121
EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA	VILA REAL	1.125.594	1.113.594
ECOLEZIRIA – Emp. Intermun. Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	**	1.005.744	1.005.744
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Braga	868.506	949.324
LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	929.290	929.290
INFRAQUINTA – Emp. de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM	Loulé	500.000	500.000
VFC Empreendimentos – Emp. M. de Activ. Desport., Recreat. e Tur., EM	Vila Franca do Campo	0	231.653
Figueira Grande Turismo, EEM	Figueira da Foz	200.000	200.000
Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.	Maia	182.541	182.541
Resíduos do Nordeste, EIM	***	184.425	179.812
TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A. EM	Maia	50.000	50.000
Penafiel Verde, EEM	Penafiel	0	15.000
EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, EM	Barcelos	11.523	11.523
LOGICA – Sociedade Gestora do Parque Tecnológico de Moura, EM	Moura	0	10.350
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	0	7.902
CampoMaior XXI, EM	Campo Maior	6.713	3.315
PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana, EM	Paços de Ferreira	0	3.000
CMPEA – Empresa de Aguas do Município do Porto, EM	Porto	2.500	2.500
PRIMUS – Promoção E Desenvolvimento Regional, SA	Porto	0	2.494
Fundão Turismo, EM	Fundão	2.494	2.494
ALFANDEGATUR – Emp. Desenv. Turístico de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	500	500
Fundão Verde – Espaços e Jardins, EM	Fundão	500	500
TAVIRAVERDE – Emp. Municipal de Ambiente, EM	Tavira	500	500

Entidade	Município	Outros Ativos Financeiros 2010	Outros Ativos Financeiros 2011
EMSUAS – Empresa Municipal de Serv. Urbanos de Alcácer do Sal, E.M.	Alcácer do Sal	0	500
ESPROSER – Escola Profissional, SA	Sernancelhe	0	500
EPVL – Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	0	499
ENASEL – Turismo e Cinegética, SA	Sousel	0	250
GESRUDA – Gestão de Equip. Municipais e Prestação de Serviços, EM	Arruda dos Vinhos	0	200
PMUGESTE – Pombal Manutenção Urbana, EM	Pombal	7	7
Óbidos Requalifica, EEM	Óbidos	696.613	0
EMCEL – Emp. M. Celoricense - Gestão Espaços Culturais e Sociais, EM	Celorico da Beira	541.963	0
ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	271.286	0
SABUGAL – Emp. M Gestão Espaços Cult. Desportivos Tur. e Lazer, EM	Sabugal	110.000	0
AMIGAIA – Agência Municipal de Investimento de Vila Nova de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	103.815	0
EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, Lda.	Rio Maior	15.000	0
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EEM	Chaves	500	0
Total		9.560.295	11.325.083

* Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos.

*** Alfândega da Fé, Bragança, Carrizada de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

Quadro 4.23 – Evolução do ATIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Componentes do Ativo Corrente	2009		2010		2011		Variação 2010-2011
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Inventários	202,34	20,50%	194,02	22,92%	163,56	18,31%	-15,7%
Ativos Biológicos	0,12	0,01%	1,31	0,15%	0,17	0,02%	-86,8%
Clientes	176,46	17,87%	197,82	23,37%	221,22	24,8%	11,8%
Adiantamentos a fornecedores	7,62	0,77%	4,75	0,56%	3,74	0,42%	-21,3%
Estado e outros Entes Públicos	19,14	1,94%	19,81	2,34%	23,74	2,66%	19,8%
Acionistas/Sócios	5,93	0,60%	23,26	2,75%	29,13	3,26%	25,2%
Outras contas a receber	414,17	41,95%	237,88	28,10%	279,25	31,27%	17,4%
Diferimentos	43,09	4,36%	36,81	4,35%	35,43	3,97%	-3,8%
Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,02	0,00%	26707,9%
Outros ativos financeiros	1,15	0,12%	1,95	0,23%	0,57	0,06%	-70,8%
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00%	11,17	1,32%	17,29	1,94%	54,8%
Caixa e Depósitos Bancários	117,19	11,87%	117,80	13,91%	118,93	13,32%	1,0%
Total do ativo corrente	987,22	100%	846,59	100%	893,05	100%	5,5%

• Embora no ativo não corrente não esteja prevista a rubrica “**outras contas a receber**”, no âmbito do SNC as entidades podem admitir valores nesta rubrica sempre que se antecipe um recebimento numa data que ultrapasse os 12 meses a contar da data do balanço. Assim, há uma empresa que considerou créditos sobre terceiros neste agregado do balanço em 2011, a Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM, com 18,5M€. Em 2010 esta empresa não apresentou valor nesta rubrica, o que explica o seu aumento significativo.

No Quadro 4.23, apresenta-se a **estrutura do ativo corrente** das 286 entidades empresariais analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2009, 2010 e 2011.

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do ativo corrente da globalidade do SEL:

• O acréscimo dos créditos registados em outras contas a receber, no montante de +41,37M€ (+17,4%) foi determinante para o aumento do ativo corrente do SEL em +5,5% (+46,5M€) de 2010 para 2011. Trata-se de um considerável ativo disponível a curto prazo, cujo peso é o mais relevante na estrutura do ativo corrente (31,3% em

2011). No quadro seguinte apresentam-se as empresas com maior variação positiva nesta rubrica.

• Outro ativo corrente que apresentou uma variação positiva foi a rubrica de **Clientes**, que traduz os créditos de curto prazo existentes sobre os mesmos. Esta rubrica aumentou 11,8% de 2010 para 2011, isto é, +23,4M€ e apresenta em 2011 um peso relevante na estrutura do ativo corrente (24,8%). O quadro seguinte lista as empresas que tiveram variações positivas mais significativas na rubrica de Clientes.

• Outros dois ativos correntes que apresentaram aumentos significativos de valor, em 2011, foram os **acionistas/sócios** em +25,2% (+5,86M€) e **Estado e outros Entes Públicos** com +19,8% (+4M€). Em termos de variações negativas de elementos deste agregado do ativo, releva apontar para a diminuição do valor em inventários. Com um peso na estrutura do ativo de 18,3%, estes elementos do ativo corrente apresentaram em 2011 uma diminuição de 30,5M€ (-15,7%). Apresenta-se no quadro 4.26 a listagem das entidades empresariais que registam maior variação negativa em inventários.

Quadro 4.24 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em “Outras Contas a Receber”

Unidade: euros

Entidade	Município	Outras Contas a receber 2010	Outras Contas a receber 2011	Diferença
Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	961.208	20.645.543	19.684.335
GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	*	278.349	13.232.457	12.954.108
PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana, EM	Paços de Ferreira	809.230	11.550.564	10.741.335
GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM	Lisboa	7.795.107	17.274.300	9.479.193
GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM	Vila Nova de Gaia	368.266	7.379.369	7.011.104
PENAFIEL VERDE, EEM	Penafiel	1.989.784	6.037.302	4.047.517
PRAIA AMBIENTE, EM	Vila da Praia da Vitória	220.361	3.751.416	3.531.055
EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM	Tavira	35.458	3.501.483	3.466.024
GESPAÇOS - Gestão de Equipamentos Desportivos, EM	Paços de Ferreira	80	1.701.381	1.701.302
Nordeste Activo, EM	Nordeste	0	1.625.612	1.625.612
Águas de Santarém, EM, SA	Santarém	2.905.660	4.476.086	1.570.426

* Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

Quadro 4.25 – Entidades Empresariais com maior variação positiva em dívidas de “Clientes”

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes 2010	Clientes 2011	Diferença
Portimão Urbis SGRU – Soc. Gestão e Reabilit. Urbana E.M., S.A.	Portimão	1.325.634	11.264.171	9.938.538
EPUL – Empresa Pública Urbanização Lisboa	Lisboa	38.344.165	43.363.935	5.019.770
VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	5.134.232	7.774.694	2.640.462
ESUC – Empresa de Serviços Urbanos de Cascais EM	Cascais	2.982.708	5.155.131	2.172.422
FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos EM	Faro	3.551.771	5.388.505	1.836.734
AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	*	0	1.581.234	1.581.234
EMARP – EM de Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	3.158.004	4.461.712	1.303.707
Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	8.764.854	10.043.732	1.278.878
GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM	Vila Nova de Gaia	0	1.201.402	1.201.402
Águas de Santarém EM, SA	Santarém	1.734.641	2.756.466	1.021.825

* Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Quadro 4.26 – Entidades Empresariais com maior variação negativa em “Inventários”

Unidade: euros

Entidade	Município	Inventários 2010	Inventários 2011	Diferença
EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	119.219.712	98.427.626	-20.792.086
EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM	Tavira	13.496.871	5.277.796	-8.219.075
Figueira PARANOVA	Figueira da Foz	4.052.515	2.670.000	-1.382.515
Azores Parque, SA	Ponta Delgada	9.614.240	8.975.052	-639.189
Nova Covilhã, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Covilhã	1.901.378	1.487.337	-414.041
Coimbra Inovação Parque – Parque Inov. Ciência Tecnologia, Saúde, EM, SA	Coimbra	1.851.731	1.632.980	-218.750
INTERMINHO – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, EM	Valença	1.799.127	1.640.757	-158.370
UrbHorta – Construção, Gestão e Exploração de Proj. Desenv. Emp. EEM	Horta	1.748.406	1.591.986	-156.419
EMARP – EM de Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	714.253	558.564	-155.689
PISOESTE – Parque de Inertes e Serviços do Oeste, EEIM	*	366.959	214.722	-152.237

* Alcobça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja e Rio Maior.

Quadro 4.27 – Entidades com valores inscritos em “Ativos não correntes detidos para venda” em 2010 e 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos não corr. p/ venda 2010	Ativos não corr. p/ venda 2011
EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	0	10.119.348
TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	5.211.763	5.240.914
AMBIOUREM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais EEM	Ourém	0	1.793.022
AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	0	134.804
Porto Lazer, EM	Porto	5.554.976	0
AIN – Agro-Industrial do Nordeste, SA	Mirandela	399.899	0
Total		11.166.638	17.288.089

Um dos ativos disponíveis a curto prazo, que interessa relevar face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são **os ativos não correntes detidos para venda**, onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter). O total reconhecido no SEL com esta atribuição foi de 17,3M€ e o seu peso na estrutura do ativo não corrente foi de 1,9% em 2011. Pela especificidade desta conta importa apontar as entidades que a movimentam, estando estas identificadas no quadro seguinte.

- É ainda de notar o valor das disponibilidades em **Caixa e depósitos bancários**¹⁸⁷ no final do ano económico, tanto de 2009, como de 2010 e 2011, com pesos entre os 11,9% e os 13,3% no total do ativo corrente de todo o SEL.

4.2.1.2. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

O gráfico a seguir apresentado compara as componentes do **Capital Próprio** da totalidade das 286 empresas, constatando-se que a estrutura se mantém sem grande alteração de 2009 a 2011, sendo de realçar o peso elevado das rubricas “Outras variações no capital próprio” e “Excedentes de revalorização” que, em conjunto, pesam mais que 37%. É de notar uma inversão na tendência do Resultado Líquido do Exercício, para a globalidade do SEL, que em 2011 passou a positivo, ainda que muito baixo. No Quadro 4.28 apresenta-se em detalhe a estrutura do Capital Próprio bem como a sua evolução entre 2009, 2010 e 2011.

O quadro acima merece os seguintes comentários:

- A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do **Capital Próprio** das entidades do SEL, aumentando de forma

¹⁸⁷ Num momento em que o programa pagar a tempo e horas deu origem a legislação enquadradora dos prazos de pagamento dos serviços e institutos públicos, face aos constrangimentos criados na economia com o mau pagamento do sector público, estes saldos de disponibilidades não se ajustam ao facto de existir um volume significativo de dívidas a curto prazo, também no final de cada ano económico. No entanto, em várias empresas estes valores podem representar cauções ou garantias recebidas, que constituem, na realidade, meios líquidos “cativos”, ou melhor, não disponíveis.

significativa os seus capitais próprios, pela inclusão dos subsídios ao investimento nas rubricas respetivas (antes reconhecidos como proveitos diferidos), designadamente em **“outras variações do capital próprio”** que, em 2011, atingiram 34,5% do total do Capital Próprio. Para além deste facto, verifica-se um aumento significativo do **“capital realizado”** (+4,9% traduzido num aumento de 44,8M€ de 2010 para 2011 e +10,1% de 2009 para 2010). Esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, do saldo da conta 261 – **Acionistas c/ subscrição** ou 262 – **Quotas não liberadas**. Deste modo, esta rubrica de **Capital Próprio** evidencia apenas o valor do capital subscrito e realizado, contrariamente ao que acontecia no POC.

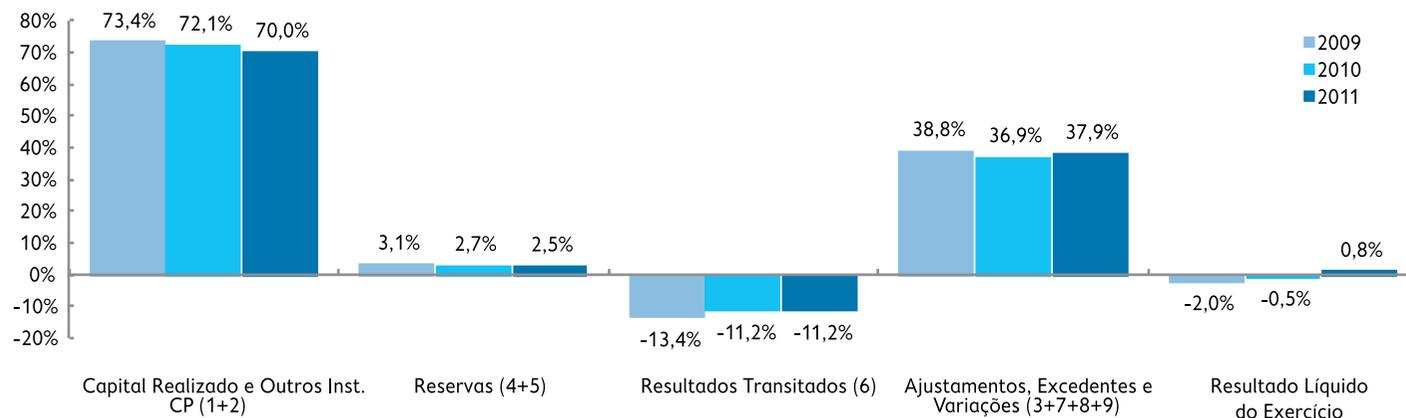
- Em termos relativos, excluindo do Resultado Líquido do Período, a componente **“Ajustamentos em ativos financeiros”** foi a que apresentou maior variação, ao crescer 74,4%, apresentando em termos absolutos o acréscimo de 3,6M€. Pela análise das contas verifica-se que só a empresa local AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM apresentou um aumento nesta rubrica de 2,52M€, sendo por isso a principal responsável pela variação positiva desta rubrica na totalidade do sector.

- Em termos absolutos, a rubrica **“Outras Variações no Capital Próprio”** foi a que apresentou maior variação, com um aumento de 50,5M€ (+11,2%), Como referido, com o SNC passou-se a reconhecer neste item os subsídios ao investimento atribuídos às EM que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos. Inclui ainda, com relevante impacto, os ajustamentos por impostos diferidos. As empresas que mais contribuiriam para esta variação foram: GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM, com um aumento de 13,7M€; PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana, EM, com um aumento de 11,6M€; e Águas do Ribatejo, EIM, com +7,2M€.

- Outra rubrica do Capital Próprio a relevar é a de **“Reservas Legais”** que aumentaram 35,4% (+3,2M€), em 2011.

- O **“Resultado Líquido do Período”** registou uma variação positiva de 262,6%, isto é, de +19 M€, tendo em 2011 registado um total positivo de 11,77M€, contrariamente ao que aconteceu em 2009 e 2010.

Gráfico 4.13 – Estrutura do Capital Próprio em 2009, 2010 e 2011



Quadro 4.28 – Evolução do Capital Próprio de 2009 para 2011

Unidade: milhões de euros

Componentes do Capital Próprio		2009		2010		2011		Variação 2010-2011
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
1	Capital Realizado	822,52	68,26%	905,85	67,35%	950,60	65,65%	4,9%
2	Outros Instrumentos Capital Próprio	62,35	5,17%	63,79	4,74%	62,54	4,32%	-2,0%
3	Prémios de Emissão	0,50	0,04%	0,49	0,04%	0,45	0,03%	-8,8%
4	Reservas Legais	8,37	0,69%	9,00	0,67%	12,19	0,84%	35,4%
5	Outras Reservas	28,73	2,38%	27,31	2,03%	24,35	1,68%	-10,8%
6	Resultados Transitados	-161,41	-13,40%	-150,13	-11,16%	-162,77	-11,24%	-8,4%
7	Ajustamentos em ativos financeiros	4,52	0,37%	4,83	0,36%	8,41	0,58%	74,4%
8	Excedentes de Revalorização	42,92	3,56%	42,37	3,15%	41,45	2,86%	-2,2%
9	Outras Variações no Capital Próprio	420,00	34,86%	448,66	33,36%	499,11	34,47%	11,2%
10	Resultado Líquido do Período	-23,54	-1,95%	-7,24	-0,54%	11,77	0,81%	262,6%
Total do Capital Próprio		1.204,94	100%	1.344,94	100%	1.448,10	100%	7,7%

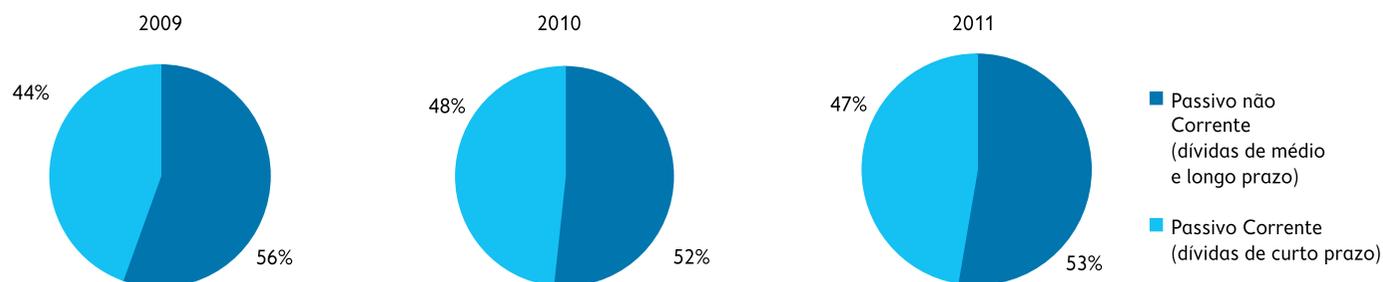
4.2.1.3. Estrutura e Evolução do Passivo

Os gráficos seguintes apresentam o peso do passivo corrente e não corrente no passivo total, verificando-se alterações mais relevantes nos respetivos valores de 2009 para 2010. O **passivo não corrente** diminui de relevância em 4 pontos percentuais de 2009 para 2010, mas aumenta 1 ponto de 2010 para 2011, passando a representar 53% do passivo total, em favor do passivo corrente que, em 2011, perde peso equivalente em 1 ponto, passando a representar 47% do mesmo pas-

sivo total. Esta variação de peso reflete a simultaneidade de duas situações: o aumento do passivo não corrente em 5,8% (+52,8M€) e o aumento inferior do passivo corrente em 1,6% traduzido em +13,95M€.

No Quadro 4.29 apresenta-se a estrutura do passivo não corrente das 286 entidades do SEL analisadas, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2009, 2010 e 2011.

Gráfico 4.14 – Estrutura do Passivo – 2009 a 2011 (286 entidades)



Quadro 4.29 – Evolução do PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo não Corrente	2009		2010		2011		Variação 2010-2011
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	0,21	0,02%	0,57	0,06%	0,11	0,0%	-80,4%
Provisões	54,88	5,50%	39,40	4,31%	32,76	3,4%	-16,9%
Financiamentos obtidos	795,34	79,70%	723,91	79,19%	751,62	77,7%	3,8%
Acionistas/ Sócios	10,23	1,02%	10,23	1,12%	0,00	0,0%	-100,0%
Estado e outros Entes Públicos	0,19	0,02%	0,60	0,07%	0,00	0,0%	-100,0%
Passivos por Impostos Diferidos	67,91	6,80%	95,11	10,41%	107,54	11,1%	13,1%
Outras Contas a Pagar	69,14	6,93%	44,28	4,84%	56,38	5,8%	27,3%
Diferimentos*	0,00	0,00%	0,00	0,00%	18,48	1,9%	--
Total do passivo não corrente	997,91	100%	914,09	100%	966,89	100%	5,8%

* O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

Quadro 4.30 – Entidades com maior amortização de financiamentos obtidos de MLP entre 2010 e 2011

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2010	Financ. obtidos 2011	Diferença
1	EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	50.000.000	40.000.000	-10.000.000
2	Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	45.787.577	38.001.587	-7.785.990
3	AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	47.532.772	44.868.572	-2.664.200
4	Vimágua – EIM de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	23.545.326	21.294.424	-2.250.902
5	LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo EM	Leiria	19.375.011	18.016.451	-1.358.561
6	ACLEM – Arte Cultura e Lazer Empresa Municipal EM	Felgueiras	3.298.466	1.951.604	-1.346.862
7	TECMAIA – Parque De Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	12.812.865	11.466.609	-1.346.256
8	CMPEA – Empresa de Aguas do Município do Porto, EM	Porto	1.875.000	625.000	-1.250.000
9	Nordeste Activo, EM	Nordeste	1.770.349	762.060	-1.008.290
10	EHATB – Empreend. Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA	Vila Real	6.202.443	5.248.221	-954.222
11	TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	10.367.394	9.418.342	-949.052
12	MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM	Bragança	939.157	0	-939.157
13	GIATUL – Emp. M. Gestão de Infraestrut. em Activ. Turísticas, EM	Mafra	6.451.882	5.627.802	-824.079
14	AC – Águas de Coimbra, EEM	Coimbra	11.072.491	10.251.613	-820.878
15	Coimbra Inovação Parque – Parque Inov. Ciência Tecno., Saúde, EM, SA	Coimbra	5.687.500	4.875.000	-812.500
16	TERMALISTUR TERMAS DE S PEDRO DO SUL, EM	São Pedro do Sul	12.577.264	11.924.828	-652.437
17	EMIA – EM de Infraestruturas de Azambuja, EM	Azambuja	8.672.190	8.111.768	-560.422
18	EIMRAM – Emp. Intermun. Reg. Aut. M. – Invest. Serviços Intermun., EIM	*	925.134	385.000	-540.134
19	Azores Parque, SA	Ponta Delgada	11.210.067	10.671.776	-538.291
20	EMAC – Empresa de Ambiente, EM	Cascais	1.998.378	1.468.803	-529.575
21	FIGUEIRA DOMUS – Emp. M. Gestão Habitação da Figueira da Foz EM	Figueira da Foz	8.035.959	7.518.421	-517.538
22	Cidade em Acção – Soc. Desenv. e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	15.675.715	15.188.571	-487.144
23	REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM	**	394.637	0	-394.637
24	VRS – Vila Real Social, Habitação e Transportes, EM	Vila Real	4.612.398	4.264.692	-347.707
25	TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM	Braga	1.482.066	1.135.520	-346.546
26	Portimão Urbis SGRU – Soc. de Gestão e Reabilitação Urbana E.M., SA	Portimão	9.095.718	8.752.348	-343.370
27	EAMB – E spouses Ambiente EEM	Esposende	5.062.146	4.723.677	-338.468
28	FLORES INVEST – Emp. Municipal de Desenvolvimento Municipal, SA	Santa Cruz das Flores	300.000	0	-300.000
29	Escola Profissional Amar Terra Verde, LDA.	Vila Verde	1.327.922	1.046.527	-281.395
30	Figueira Grande Turismo, EEM	Figueira da Foz	1.303.186	1.042.529	-260.657
31	Matadouro Regional de Mafra, SA	Mafra	388.007	139.400	-248.607
32	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre, SA	Portalegre	1.208.902	964.293	-244.610
33	Vieira Cultura e Turismo, EM	Vieira do Minho	202.212	0	-202.212
34	Ambisousa – Emp. Intermun. Tratamento e Gestão Resíduos Sól., EIM	***	281.370	90.258	-191.112
35	VIVERFUNDÃO – Prom. Gestão Cond. Estrut. e Infraestrut. Fundão EEM	Fundão	5.109.780	4.940.084	-169.696

* Porto Moniz, São Vicente, Santana, Porto Santo, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

** Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacem e Sines.

*** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel

Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do passivo não corrente do SEL, conclui-se que, em 2011, 77,7% do passivo não corrente era constituído por financiamentos obtidos, no total de 751,6M€. Este valor representou um aumento de 27,7M€ (+3,8%) em relação a 2010 que, com os acréscimos verificados, também, em diferimentos, passivos por impostos diferidos e outras contas a pagar respetivamente em +18,5M€ (0 em 2010), +12,4M€

(+13,1%) e +12,1M€ (+27,3%), foram determinantes para o aumento líquido total do passivo não corrente de 52,8M€ (+5,8%). Anota-se que 40 empresas apresentam dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos, e 94 entidades empresariais diminuiriam em 2011 o saldo de financiamentos obtidos.

No Quadro 4.30 listam-se as entidades com maior amortização de empréstimos de médio e longo prazo.

Quadro 4.31 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo Corrente	2009		2010		2011		Variação 2010-2011
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Fornecedores	196,05	24,56%	226,84	26,58%	219,43	25,30%	-3,3%
Adiantamentos de Clientes	80,48	10,08%	64,92	7,61%	53,46	6,16%	-17,7%
Estado e outros Entes Públicos	15,09	1,89%	16,98	1,99%	18,58	2,14%	9,4%
Acionistas/ Sócios	19,75	2,47%	16,78	1,97%	23,33	2,69%	39,0%
Financiamentos Obtidos*	204,98	25,68%	228,44	26,77%	240,10	27,69%	5,1%
Outras contas a pagar	214,87	26,92%	233,21	27,33%	237,80	27,42%	2,0%
Diferimentos	60,96	7,64%	57,28	6,71%	58,83	6,78%	2,7%
Outros passivos financeiros	5,97	0,75%	8,82	1,03%	15,69	1,81%	77,9%
Total do passivo corrente	798,14	100%	853,26	100%	867,22	100%	1,6%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

No Quadro 4.31 apresenta-se a estrutura do passivo corrente das 286 entidades empresariais com contas analisadas neste período, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes, entre 2009, 2010 e 2011.

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a constituição e evolução do **passivo corrente** do SEL:

- Contribuíram para o aumento do passivo corrente o acréscimo de valor das seguintes rubricas: **financiamentos obtidos** em +11,7M€ (+5,1%); **outros passivos financeiros** em +6,9M€ (+77,9%), **acionistas /sócios** em +6,6M€ (+39%); e outras contas a pagar em +4,6M€ (+2%).
- As componentes com maior peso no passivo corrente em 2011 foram: **financiamentos obtidos** com um impacto de 27,7%; **outras contas a pagar** com o peso de 27,4%, e **fornecedores** com um peso de 25,3%.

- Releva ainda apontar para a diminuição significativa de **adiantamentos de clientes** em -11,5M€ (-17,6%) e de dívidas a fornecedores em -7,4M€ (-3,3%).

Em geral, o aumento do **passivo exigível** em 40,9M€ foi ocasionado, essencialmente, pelo acréscimo de **financiamentos obtidos não correntes e correntes** em +27,7M€ (+3,8%) e em + 11,7M€ (+5,1%), respetivamente.

No Quadro 4.32 listam-se as entidades do SEL com maior aumento de empréstimos de curto prazo (financiamentos obtidos correntes).

Apresentam-se a seguir os *Rankings* R64 e R65 com a listagem das 35 entidades empresariais com menor passivo exigível e das 35 com maior passivo exigível. No anexo II os passivos de 2012 das empresas locais que foi possível obter essa informação.

Quadro 4.32 – Entidades com maiores aumentos na rubrica financiamentos obtidos de CP entre 2010 e 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Financ. obtidos 2010	Financ. obtidos 2011	Diferença
1 TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	7.547.543	19.696.936	12.149.393
2 EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	39.955.000	45.000.000	5.045.000
3 Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	26.908.150	30.213.566	3.305.416
4 Águas do Ribatejo, EIM	*	1.376.696	3.856.274	2.479.578
5 TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	4.210.018	5.248.092	1.038.075
6 GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM	Vila Nova de Gaia	603.783	1.561.249	957.467
7 Vimágua – EIM de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	951.378	1.825.837	874.459
8 MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM	Bragança	119.365	937.900	818.535
9 EGEC – Emp. Gestão Equip. e Animação Cultural, EM	Lisboa	1.925.000	2.603.189	678.189
10 LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	70.807	744.907	674.100
11 HPEM – Higiene Pública, EM	Sintra	139.861	760.000	620.139
12 BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Braga	617.293	1.196.252	578.959
13 Portimão Urbis SGRU – Soc. de Gest. e Reab. Urb., EM SA	Portimão	6.920.414	7.483.222	562.808
14 Nordeste Activo, EM	Nordeste	1.441.136	1.992.730	551.594
15 Culturangra, EEM	Angra do Heroísmo	246.000	769.706	523.706
16 REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM	**	1.203.100	1.690.797	487.697
17 VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S.A	Vila Real de Santo António	1.437.180	1.919.737	482.557
18 INFRAMOURA – Emp. de Infraestruturas de Vilamoura, EM	Loulé	223.969	668.822	444.853
19 TROFA PARK – E. R. Urb. D. Econ. Inov. Emp. Ges. Eq., EEM	Trofa	1.028.571	1.454.048	425.476
20 GIATUL – Emp. M. Gestão de Infraestrut. Activ. Turísticas, EM	Mafra	122.843	536.532	413.689
21 GESLOURES – Gestão de Equipamentos Sociais, EM	Loures	90.000	413.000	323.000
22 MS Matosinhos Sport – Emp. Mun. Gest. Eq. Desp. Lazer, EM	Matosinhos	13.003	328.498	315.496
23 ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	0	275.000	275.000
24 Praia Ambiente, EM	Vila da Praia da Vitória	586.868	856.871	270.004
25 EPMAR – Emp. P. Mun. de Aguas Publicas e Resíduos, EM	Vieira do Minho	0	198.938	198.938
26 ACLEM – Arte Cultura e Lazer Empresa Municipal EM	Felgueiras	4.305	163.000	158.695
27 FLORES INVEST – Emp. Mun. de Desenv. Municipal, SA	Santa Cruz das Flores	0	150.000	150.000
28 Teatro Aveirense, LDA	Aveiro	0	148.731	148.731
29 AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	1.115.116	1.262.742	147.627
30 PROVIVER, EM	Vila Verde	1.053.607	1.194.107	140.500
31 INTERMINHO – Soc. Gestora de Parques Empresariais, EM	Valença	869.100	991.100	122.000
32 INOVA – Emp. Desenv. Econom. e Social de Cantanhede, EM	Cantanhede	425.659	547.472	121.813
33 TC – Turismo de Coimbra, EM	Coimbra	0	120.000	120.000
34 AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	5.079.516	5.196.166	116.649
35 EMCR – Emp. Mun. Cultura e Recreio de Seia, EM	Seia	32.356	144.819	112.464

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

** Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacem e Sines.

R64 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível* (dívidas) em 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	2009	2010	2011
1 SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Olhão, EEM	Olhão	0	11	0
2 AMIGAIA – Agência Municipal de Investimento de Vila Nova Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	86.982	204.471	0
3 GEODESIS – Promoção Gestão Turística de Vila Rei, EM	Vila de Rei	720	666	817
4 Caça e Turismo de Terras de Vimioso, Lda.	Vimioso	329	615	3.464
5 ABTT – Aguiar da Beira Termas e Turismo, EEM	Aguiar da Beira	39.298	39.669	8.368
6 SPRLP – Sociedade Promoção e Requalificação das Lajes do Pico, SA	Lages do Pico	4.896	9.735	9.972
7 Sociedade Termal de Monção, Unipessoal, LDA.	Monção	11.125	9.956	10.458
8 MOBITRAL – Mobílias Tradicionais Alentejanas, EM	Ferreira do Alentejo	15.213	17.515	13.734
9 MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, EEM	Mértola	13.965	23.163	15.387
10 PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equip. Mun. Penacova, EM	Penacova	23.853	23.417	17.959
11 EEA – Empresa de Engenharia e Aeronáutica, SA	Maia	25.402	87.399	18.568
12 PERM – Parque Emp. Recup. Materiais Terras de Santa Maria, EIM	**	903	50.168	18.948
13 PEC-TSM – Parque Emp. da Cortiça Terras de Santa Maria, EM	Santa Maria da Feira	921	2.121	20.397
14 Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	25.196	18.450	23.098
15 AMBIOUREM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM	Ourém	844.149	817.207	24.500
16 Terra Cidade, EEM	Santana	--	38.466	24.831
17 Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM	Vimioso	3.029	26.723	28.199
18 Gondomar Coração de Ouro, EM	Gondomar	34.450	29.961	28.878
19 SERPOBRA SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Serpa	2.148	7.299	29.294
20 Santa Cruz XXI – Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv., EM	Santa Cruz	26.904	78.570	29.307
21 Nova Meda – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, EEM	Meda	23.025	96.537	36.131
22 RIBEIRAPERA – Soc. para Desenvolvimento Castanheira de Pera, SA	Castanheira de Pera	47.338	45.164	37.080
23 Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio, EM	Vila Franca do Campo	47.611	47.524	40.295
24 Madalena Progresso, EEM	Madalena	1.791	77.535	41.113
25 Fundão Verde – Espaços e Jardins, EM	Fundão	135.852	154.409	44.367
26 EMPDS – Emp. M. Promoção e Desenv. Social Concelho Belmonte, EM	Belmonte	51.997	50.640	45.226
27 CDN – Gestão e Promo. Parque Emp. Vila Nova da Barquinha, EM, SA	Vila Nova da Barquinha	16.423	33.016	46.375
28 ADL – Águas de Longroiva Exploração e Gestão de Aguas Termais, EM	Meda	27.739	36.706	49.866
29 MONTEGES – Gestão de Equipamentos Sociais, EM	Sobral de Monte Agraço	31.731	40.092	55.086
30 Turimontesinho – EM de Promoção Turística, EEM	Vinhais	116.136	125.237	56.036
31 FERIMO – Sociedade Imobiliária, SA	Seixal	45.450	25.111	56.338
32 PRODESO – Ensino Profissional, LDA.	Coimbra	245.620	413.040	56.434
33 EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM	Sintra	79.083	83.879	62.836
34 CampoMaior XXI, EM	Campo Maior	55.811	71.651	64.905
35 Fluvial de Mora, EEM	Mora	323.405	146.946	65.771

* Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos

** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

R65 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível (dívidas) em 2011

Unidade: euros

	Entidade	Município	2009	2010	2011
1	EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	214.555.653	205.534.767	189.392.756
2	TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	111.909.214	151.406.095	165.552.429
3	INDAQUA Feira – Indústria e Gestão de Águas, SA	Santa Maria da Feira	72.148.084	78.116.235	86.656.480
4	Águas de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	62.543.966	85.373.968	83.460.967
5	AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	61.690.747	59.640.996	58.351.445
6	INDAQUA Matosinhos – Gestão de Águas de Matosinhos, SA	Matosinhos	31.918.243	43.085.839	56.679.923
7	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA	Vila Real de Santo António	57.039.478	52.356.947	51.691.277
8	PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana EM	Paços de Ferreira	30.317.022	34.759.237	37.451.236
9	Portimão Urbis SGRU – Soc. Gestão e Reab. Urbana EM, SA	Portimão	11.676.120	25.445.107	34.547.494
10	Águas do Ribatejo, EIM	*	15.682.816	26.731.307	31.334.735
11	Vimágua – EIM de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães, Vizela	28.587.000	30.153.217	31.265.042
12	GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa EEM	Lisboa	33.646.971	34.705.977	30.568.936
13	CMPEA – Empresa de Aguas do Município do Porto, EM	Porto	28.174.394	28.076.085	28.038.103
14	AMBIOLHÃO – Empresa Municipal de Ambiente de Olhão, EM	Olhão	--	9.019.225	23.815.153
15	FUTURLAGOS – Ent. Emp. Mun. Desenvolvimento, EEM	Lagos	1.402.711	6.353.407	22.408.754
16	ADC – Águas da Covilhã, EM	Covilhã	21.287.251	22.977.570	21.429.496
17	EMEL – Emp. P. Municipal de Estacionamento de Lisboa, EMM	Lisboa	22.452.850	26.051.382	21.163.364
18	LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	22.621.015	22.247.794	21.086.128
19	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia aa Maia, SA EM	Maia	18.790.979	19.857.616	20.728.457
20	AC – Águas de Coimbra, EEM	Coimbra	26.177.066	24.551.037	20.639.222
21	GAIANIMA – Equipamentos Municipais, EEM	Vila Nova de Gaia	12.158.063	23.179.077	20.434.716
22	Cidade Em Acção – Soc. de Desenv. e Gestão de Equip. Urb.	Ponta Delgada	16.006.510	16.629.092	15.737.389
23	Águas de Santarém EM, SA	Santarém	2.012.131	4.878.388	15.682.117
24	FIGUEIRA DOMUS – Emp. M. Gestão de Habitação, EM	Figueira da Foz	18.621.747	16.811.343	15.481.561
25	TERMALISTUR – Termas de S. Pedro do Sul, EEM	São Pedro do Sul	16.016.670	15.416.275	14.122.707
26	Resíduos do Nordeste, EIM	**	6.144.728	13.305.106	13.866.737
27	TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	13.094.693	12.978.482	13.107.319
28	Mercado Municipal de Faro	Faro	13.048.244	12.213.359	12.349.380
29	EMAC – Emp de Ambiente, EM	Cascais	14.096.869	13.096.692	12.205.654
30	Praia em Movimento, EM	Vila da Praia da Vitória	3.602.338	10.449.459	12.191.344
31	TROFAGUAS Serviços Ambientais, EM	Trofa	9.451.118	10.307.110	11.966.941
32	Azores Parque, SA	Ponta Delgada	12.688.771	12.118.355	11.794.120
33	HABEVORA – Gestão Habitacional, EEM	Évora	11.792.632	11.777.471	11.685.845
34	ECOBEIRÃO – Soc. Trat. Res. Sólidos Planalto Beirão, SA	Santa Comba Dão	11.534.564	11.238.030	10.664.074
35	FAGAR – Faro Gestão de Águas e Resíduos, EM	Faro	7.364.966	9.846.360	10.557.751

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

4.2.2. Endividamento Líquido do Setor Empresarial Local

Neste ponto é analisado o endividamento do SEL de forma autónoma e relacionado com o número de municípios que lhes correspondem.

Os dois quadros seguintes mostram o endividamento líquido das entidades do SEL em relação ao global dos municípios que as tutelam, em 2011, bem como a evolução do valor desse endividamento para os últimos três anos.

Da informação dos quadros pode-se ainda concluir que em 2011:

- Para o global das 293 entidades analisadas, o endividamento líquido do SEL foi de 941,4M€ e representou 17,5% do endividamento líquido dos municípios que tutelam as respetivas entidades, o qual foi de 5.390M€.
- A dívida de curto prazo do setor empresarial autárquico, no montante de 821,85M€, representou 29% da dívida homóloga do total dos municípios de que depende, e a dívida de médio e longo prazo, por sua vez, no valor de 825,5M€, representou 19,3%.

- Na globalidade, o SEL diminuiu o seu endividamento líquido em 36,8M€ (-3,8%) em 2011, por via do aumento do seu ativo exigível em 77,7M€ (+12,6%), já que o total das dívidas a pagar aumentou 40,9M€ (+2,6%).

Da aplicação do processo de cálculo do endividamento líquido nos termos da LFL, verificou-se que **114 entidades do setor empresarial autárquico (aproximadamente 39%)**, mais 11 que em 2010 e menos 5 que em 2009, **não apresentaram endividamento líquido**. No Quadro 4.35 listam-se estas entidades, identificando-se os municípios a que pertencem.

Apresenta-se o *ranking* R66 das 35 entidades empresas municipais com maior endividamento líquido. No anexo II apresenta-se o endividamento líquido de 2012 das entidades que foi possível obter essa informação.

Quadro 4.33 – Endividamento Líquido das Entidades do SEL e do Global dos Municípios a que correspondem

Unidade: milhões de euros

		EELs / EMs (293)	Municípios (223)*
Ativo	Contas a Receber	581,75	1.206,95
	Meios Financeiros Líquidos + Instrumentos Financeiros detidos para negociação	124,23	533,12
	Total (a)	705,98	1.740,07
Passivo exigível	Contas a Pagar – correntes	821,85	2.843,85
	Contas a Pagar – não correntes	825,53	4.286,36
	Total (b)	1.647,37	7.130,21
	Endividamento Líquido (b-a)	941,39	5.390,14

* Nos municípios estão também incluídos os que participam em empresas intermunicipais.

Quadro 4.34 – Evolução do Endividamento Líquido das Entidades Empresariais Autárquicas (286 entidades)

Unidade: milhões de euros

		2009	2010	2011	Varição 10-11
Ativo	Contas a Receber	627,26	498,31	576,25	77,94
	Meios Financeiros Líquidos + Instrumentos Financeiros detidos para negociação	118,35	119,75	119,52	-0,23
	Total (a)	745,61	618,06	695,78	77,71
Passivo exigível	Contas a Pagar – correntes	737,19	795,99	808,39	12,40
	Contas a Pagar – não correntes	875,12	779,58	808,11	28,53
	Total (b)	1.612,31	1.575,57	1.616,50	40,93
	Endividamento Líquido (b-a)	866,70	957,50	920,72	-36,78

Quadro 4.35 – Entidades do SEL sem endividamento líquido no final do exercício de 2011

	Entidade	Município	Dimensão
1	Municípiã, SA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA	*	--
2	ABTT – Aguiar da Beira Termas e Turismo, EEM	Aguiar da Beira	P
3	GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	**	--
4	AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo	***	--
5	Resíduos do Nordeste, EIM	****	--
6	ECALMA – Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação de Almada, EM	Almada	G
7	ALMEIDA MUNICIPIA Emp. Reab. Urbana Desenv. Económico e Gestão de Equip., EEM	Almeida	P
8	ECOLEZIRIA – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	*****	--
9	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	*****	--
10	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	Amadora	G
11	GESRUDA – Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços, EM	Arruda dos Vinhos	P
12	AVEIRO EXPO Parque de Exposições, EM	Aveiro	M
13	EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	G
14	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, EM	Barcelos	G
15	IserBatalha – Gestão de Equipamentos Urb. Cultural e Inserção, EM	Batalha	P
16	EXPOBEJA – Sociedade Gestora do Parque de Feiras e Exposições de Beja, EM	Beja	M
17	BRAGAHABIT – EM de Habitação de Braga, EM	Braga	G
18	PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga, EM	Braga	G
19	EMUNIBASTO	Cabeceiras de Basto	P
20	CampoMaior XXI, EM	Campo Maior	P
21	ArCASCAIS – Emp. Gestora do Aeródromo de Cascais, EM	Cascais	G
22	EMGHA – Emp. de Gestão do Parque Habitacional de Cascais, EM	Cascais	G
23	Fortaleza de Cascais, EM	Cascais	G
24	ALBIGEC – Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais Desportivos e de Lazer, EM	Castelo Branco	M
25	NATURTEJO – Empresa de Turismo, EIM	*****	--
26	Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM	*****	--
27	NOVBAESURIS – Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana, EM, SA	Castro Marim	P
28	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães – Sociedade Unipessoal, LDA.	Cinfães	M
29	PRODESO – Ensino Profissional, LDA.	Coimbra	G
30	TC Turismo de Coimbra, EM	Coimbra	G
31	WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA	Coimbra	G

	Entidade	Município	Dimensão
32	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal LDA.	Cuba	P
33	TMF – Teatro Municipal de Faro, EM	Faro	M
34	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, LDA.	Felgueiras	M
35	ASTAQ TECNICA, EIM	Ferreira do Zêzere, Tomar, Ourém	--
36	Figueira Parques – Emp. Pub. Municipal de Estacionamento da Figueira da Foz, EM	Figueira da Foz	M
37	Sociohabitafunchal, Empresa Municipal de Habitação, EM	Funchal	G
38	Fundão Verde – Espaços e Jardins, EM	Fundão	M
39	Gondomar Coração de Ouro, EM	Gondomar	G
40	INFRATROIA – Infraestruturas de Tróia, EM	Grândola	P
41	CASFIG – EM de coordenação das habitações (Guimarães)	Guimarães	G
42	Lagos-em-Forma, Gestão Desportiva, EEM	Lagos	M
43	SPRLP – Sociedade Promoção e Requalificação das Lajes do Pico S.A	Lajes do Pico	P
44	GF – Gestão de Projectos e Fiscalização de Obras, SA	Lisboa	G
45	IMOHIFEN – Mediação Imobiliária, SA	Lisboa	G
46	Lisboa Ocidental SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Lisboa	G
47	INFRALOBO – Empresa de Infra-Estruturas de Vale do Lobo, EM	Loulé	M
48	INFRAQUINTA – Empresa de Infraestruturas da Quinta do Lago, EM	Loulé	M
49	Loulé Concelho Global, EM, Unipessoal, SA	Loulé	M
50	Loures Parque, Empresa Municipal de Estacionamento, EM	Loures	G
51	Madalena Progresso, EEM	Madalena	P
52	EEA - Empresa de Engenharia e Aeronáutica, SA	Maia	G
53	Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, EEM	Maia	G
54	MAIAMBIENTE, EEM	Maia	G
55	TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM	Marinha Grande	M
56	MATOSINHOSHABIT – MH – Ent. Emp. Municipal de Habitação de Matosinhos EEM	Matosinhos	G
57	EPVL – Escola Profissional da Mealhada, LDA.	Mealhada	M
58	ADL - Águas de Longroiva Exploração e Gestão de Aguas Termais, EM	Meda	P
59	MELSPORT – Melgaço Desporto e Lazer, EM	Melgaço	P
60	MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, EEM	Mértola	P
61	AIN – Agro-Industrial do Nordeste, SA	Mirandela	M
62	Sociedade Termal de Monção, Unipessoal, LDA.	Monção	P

Entidade		Município	Dimensão
63	Fluviário de Mora – Empresa Municipal, EEM	Mora	P
64	LOGICA – Sociedade Gestora do Parque Tecnológico De Moura, EM	Moura	P
65	HABITÁGUA – Serviços Domiciliários, LDA.	Oeiras	G
66	Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, EM	Oeiras	G
67	FESNIMA - Empresa Publica de Animação de Olhão, EM	Olhão	M
68	Mercados de Olhão, EPM	Olhão	M
69	SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Olhão, EEM	Olhão	M
70	AMBIOUREM – Gestão de Espaços e Equip. Municipais, EEM	Ourém	M
71	OVAR FORMA – Empresa Municipal Para o Ensino e Formação, EM	Ovar	M
72	PENAPARQUE 2 – Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, EM	Penacova	P
73	PMUGESTE – Pombal Manutenção Urbana, EM	Pombal	M
74	Anima Cultura – Soc Unip, LDA.	Ponta Delgada	M
75	P. Delgada Social - Const. Expl. Gest. Equip. Sociais, Soc. Unip. Quotas	Ponta Delgada	M
76	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre, SA	Portalegre	M
77	EMARP – EM de Águas e Resíduos de Portimão	Portimão	M
78	APOR – Agência para a Modernização do Porto, SA	Porto	G
79	DOMUSSOCIAL – Empresa de habitação e manutenção do município do Porto, EEM	Porto	G
80	Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, EEM	Porto	G
81	Porto Lazer, EMM	Porto	G
82	PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, SA	Porto	G
83	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Sociedade Unipessoal, LDA.	Póvoa de Lanhoso	M
84	Varzim Lazer, EM (Póvoa de Varzim)	Póvoa de Varzim	M
85	Ribeira Grande Mais – Emp. M. Habitação Social, Requalific. Urbana e Ambiental, EM	Ribeira Grande	M
86	MUSAMI – Operações Municipais do Ambiente, EIM	*****	--
87	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, LDA.	Rio Maior	M
88	Santa Cruz XXI – Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv., EM	Santa Cruz	M
89	PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça das Terras de Santa Maria, EM	Santa Maria da Feira	G
90	TERRA CIDADE, EEM	Santana	P
91	STR-URBHIS – Sociedade de Gestão Urbana de Santarém, EM, SA	Santarém	M
92	FERIMO – Sociedade Imobiliária, SA	Seixal	G
93	ESPROSER – Escola Profissional, SA	Sernancelhe	P

	Entidade	Município	Dimensão
94	SERPOBRA SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Serpa	P
95	EMES – Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, EM	Sintra	G
96	SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM	Sintra	G
97	MONTEGES – Gestão de Equipamentos Sociais, EM	Sobral de Monte Agraço	P
98	TURRISEPAÇOS – Emp. Mun. Gestão Equip. Culturais e Desportivos, EEM	Torres Novas	M
99	VELASFUTURO – Emp. P. M. Gestão de Equip. Cult. Desp. Económicos e de Lazer EM	Velas	P
100	GEODESIS – Promoção Gestão Turística de Vila Rei, EM	Vila de Rei	P
101	Fundação Escola Profissional V. F. Campo	Vila Franca do Campo	P
102	Marina da Vila – Indústrias de Marinas e Recreio, EM	Vila Franca do Campo	P
103	Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social, EM	Vila Franca do Campo	P
104	CDN – Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA	Vila Nova da Barquinha	P
105	AMIGAIA – Agência Municipal de Investimento de Vila Nova de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	G
106	GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM	Vila Nova de Gaia	G
107	VITAGUIAR – Apoio ao Desenvolvimento Agro-industrial, EM	Vila Pouca de Aguiar	P
108	CULTURVAL – Gestão de Equip Culturais de Vila Real, EM	Vila Real	M
109	Caça e Turismo de Terras de Vimioso, LDA.	Vimioso	P
110	Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM	Vimioso	P
111	ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais, EEM	Vinhais	P
112	Turimontesinho – EM de Promoção Turística, EEM	Vinhais	P
113	HABISOLVIS – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM	Viseu	M
114	WISEUNOVO-SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, SA	Viseu	M

* Abrantes, Aguiar da Beira, Alvaiázere, Arganil, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Cascais, Covilhã, Ferreira do Zêzere, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Guarda, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Mourão, Oeiras, Olhão, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta de Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila de Rei, Vila do Conde e Viseu.

** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

*** Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

**** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.

***** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos.

***** Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

***** Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

***** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

***** Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo.

R66 – Entidades do SEL com maior valor de endividamento líquido em 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	Endividamento líquido			Variação 10-11 %
		2009	2010	2011	
1 TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra	67.555.425	110.971.101	149.953.235	35,1%
2 EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa	Lisboa	160.650.381	137.225.272	114.712.203	-16,4%
3 INDAQUA FEIRA – Indústria e Gestão de Águas, SA	Santa Maria da Feira	53.972.802	59.808.004	74.653.749	24,8%
4 INDAQUA MATOSINHOS – Gestão de Águas, SA	Matosinhos	26.868.782	37.534.985	51.119.211	36,2%
5 AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	51.125.686	48.691.851	47.143.587	-3,2%
6 VRSA – Sociedade de Gestão Urbana, EM, SA	Vila Real de Santo António	48.857.286	46.863.778	42.833.413	-8,6%
7 Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	52.095.675	71.729.352	32.189.056	-55,1%
8 Águas do Ribatejo, EIM	*	10.968.683	17.336.704	23.302.255	34,4%
9 PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana EM	Paços de Ferreira	27.740.362	29.340.422	22.104.225	-24,7%
10 AMBIOLHÃO – Emp. Mun. de Ambiente de Olhão, EM	Olhão	0	8.969.296	20.212.311	125,4%
11 TECMAIA – Parque de Ciência e Tecn. Maia, SA EM	Maia	17.667.971	18.724.599	19.579.646	4,6%
12 Vimágua – EIM de Água e Saneamento, EIM	Guimarães, Vizela	21.537.444	19.962.898	18.731.399	-6,2%
13 LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	18.516.538	17.901.904	17.488.398	-2,3%
14 Cidade em Acção – Soc. Des. e Gestão de Equip. Urb.	Ponta Delgada	15.494.153	16.524.746	15.673.632	-5,2%
15 Figueira Domus – Emp. M. Gestão de Habitação, EM	Figueira da Foz	17.861.254	16.020.622	14.849.209	-7,3%
16 ADC – Águas da Covilhã, EM	Covilhã	16.104.628	15.859.448	14.277.120	-10,0%
17 TERMALISTUR – Termas de S. Pedro do Sul, EEM	São Pedro do Sul	15.926.338	14.939.885	13.990.297	-6,4%
18 Mercado Municipal de Faro	Faro	11.958.296	11.977.228	12.068.395	0,8%
19 EMEL – Emp. P. Mun. Estacionamento de Lisboa, EMM	Lisboa	20.095.905	21.190.540	12.055.401	-43,1%
20 TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	11.000.704	11.451.843	11.220.790	-2,0%
21 Azores Parque, SA	Ponta Delgada	8.292.016	9.185.919	10.398.101	13,2%
22 SATU-OEIRAS – Sist. Auto. Transporte Urb., EM, SA	Oeiras	8.430.819	9.288.835	10.106.313	8,8%
23 Gaianima – Equipamentos Municipais, EEM	Vila Nova de Gaia	349.796	10.969.901	10.073.075	-8,2%
24 Praia em Movimento, EM	Vila da Praia da Vitória	2.803.766	7.226.357	9.968.884	38,0%
25 TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM	Braga	7.832.527	7.783.820	9.302.931	19,5%
26 MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias, EM	Mafra	-13.027.656	7.247.568	8.138.927	12,3%
27 HABEVORA – Gestão Habitacional, EEM	Évora	7.123.183	7.306.625	7.366.021	0,8%
28 FUTURLAGOS – Ent. Emp. Mun. para o Desenv., EEM	Lagos	-14.159.479	-11.756.913	7.328.053	-162,3%
29 TROFAGUAS Serviços Ambientais, EM	Trofa	6.888.570	6.674.898	7.162.972	7,3%
30 AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	6.377.893	5.961.344	6.571.175	10,2%
31 EMIA – EM de Infraestruturas de Azambuja, EM	Azambuja	6.526.455	7.311.731	6.509.361	-11,0%
32 EMPET – Parques Empresariais de Tavira, EM	Tavira	13.120.322	12.833.750	6.242.877	-51,4%
33 BRAVAL – Valor. e Trat. de Resíduos Sólidos, SA	Braga	1.242.710	4.228.084	5.753.074	36,1%
34 INOVA – Emp. Desenv. Económico e Social, EM	Cantanhede	5.472.331	5.522.979	5.713.223	3,4%
35 GIATUL – Emp. M. Gestão Infraestrut. Activ. Turist. EM	Mafra	7.042.278	6.215.236	5.646.293	-9,2%

* Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.

4.2.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL

4.2.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

Nos Quadro 4.36 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das 285 entidades empresariais locais das quais foi possível recolher os valores obtidos através do mapa de Demonstração dos Resultados de 2009, 2010 e 2011.

Quadro 4.36 – Evolução de Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais, em 2009, 2010 e 2011

Unidade: milhões de euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2009	2010	2011	Varição 10-11
Vendas e Serviços Prestados	699,71	773,23	760,08	-13,1
Subsídios à Exploração	172,99	160,78	159,30	-1,5
Ganhos/Perdas Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos	0,61	0,76	3,28	2,5
Varição nos Inventários da Produção	1,33	-13,20	-24,99	-11,8
Trabalhos para a Própria Entidade	9,74	10,66	13,63	3,0
CMVMC	-63,91	-72,78	-65,72	7,1
Fornecimentos e Serviços Externos	-483,58	-477,64	-453,98	23,7
Gastos com o Pessoal	-254,93	-272,15	-259,34	12,8
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	-0,06	-0,60	-1,41	-0,8
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-5,13	-11,03	-10,13	0,9
Provisões (aumentos/reduções)	-4,34	-3,96	0,68	4,6
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis	-0,24	-0,18	-0,08	0,1
Aumentos/Reduções de Justo Valor	0,01	0,65	2,10	1,5
Outros Rendimentos e Ganhos	77,73	67,86	103,96	36,1
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	0,00	0,04	2,40	2,4
Outros Gastos e Perdas	-28,78	-25,13	-59,02	-33,9
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	0,00	-0,30	-0,23	0,1
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	121,17	136,99	170,52	33,5
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-97,86	-102,40	-102,73	-0,3
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-0,01	0,28	-0,24	-0,5
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	23,30	34,87	67,56	32,7
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	3,51	3,07	2,20	-0,9
Juros e Gastos Similares Suportados	-46,66	-43,52	-54,49	-11,0
Resultado Antes de Impostos	-19,85	-5,58	15,26	20,8
Imposto Sobre o Rendimento do Período	-3,72	-1,66	-3,49	-1,8
Resultado Líquido do Período	-23,58	-7,24	11,77	19,0

Da análise do quadro antecedente conclui-se o seguinte sobre a evolução dos **rendimentos e gastos**:

- O **Resultado Líquido do Período** em 2011 da globalidade do SEL melhorou em relação a 2010, passando de -7,24M€ para 11,77M€.
- Contribuíram para o aumento dos rendimentos, o acréscimo em **outros rendimentos e ganhos** em +36M€ (+53,2%), pese embora tenham diminuído as **vendas e serviços prestados** em 13,1M€ (-1,7%).
- Contribuiu, em grande medida, para o resultado positivo de 2011 a diminuição dos gastos com **fornecimento e serviços externos** em 23,7M€ (-5%), dos **gastos com pessoal** em 12,8M€ (-4,7%) e a diminuição do **custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC)** em 7,1M€ (-9,7%). Em conjunto com o aumento de outros rendimentos e ganhos, esta diminuição permitiu suportar o acréscimo nos gastos manifestado com o **aumento de outros gastos e perdas** em 33,9M€ (+134,8%).
- É ainda de relevar a diminuição registada em variação nos inventários da produção, de -11,8M€ e aumento de gastos com **juros e gastos similares suportados** em +11M€ (+25,2%).

4.2.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais

Nos Quadros 4.37, 4.38 e 4.39 comparam-se alguns indicadores económicos dos municípios e SEL.

Pelos indicadores apresentados no quadro 4.39, conclui-se que as **entidades do SEL demonstram uma boa rentabilidade, com resultados económicos positivos**. Em 2011, cerca de 32,8% das entidades empresariais apresentaram resultados negativos, tendo o mesmo acontecido a 45,8% dos municípios.

Observando o Quadro 4.38, conclui-se que a **situação económica das entidades empresariais melhorou bastante em 2011 relativamente a 2010 e 2009, com a obtenção de resultados económicos positivos. Contrariamente ao que aconteceu nos anos anteriores, e com entidades a melhorarem a sua performance. Efetivamente, 24 entidades empresariais passaram de resultados negativos em 2010 para resultados positivos em 2011.**

De salientar que a comparabilidade entre empresas municipais em

Quadro 4.37 – Informação sobre estrutura económica dos Municípios e das Entidades do SEL – 2011

Unidade: euros

	Municípios	Entidades Empresariais*	Municípios +EELs/EMs
Nº. de entidades analisadas	308	293	601
População	10.562.178	7.582.808	--
Resultados económicos	143.450.238 €	11.763.365 €	155.213.603 €
Resultados económicos / (Vendas + prestações de serviços)	22,2%	1,5%	23,7%
Resultados económicos por habitante	13,6 €	1,6 €	14,9 €
Nº de entidades com Resultados negativos	141	96	237

* Nesta análise estão incluídas as EIM, cuja população está incluída em municípios diversos.

Quadro 4.38 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

Unidade: euros

	Entidades Empresarias (286)			Variação 09-10	Variação 10-11
	2009	2010	2011		
População	7.586.446	7.587.162	7.582.808	716	-4.354
Resultados económicos	-23.504.522 €	-7.240.209 €	11.769.355 €	16.264.313 €	19.009.564 €
Resultados económicos / (Vendas + prestações de serviços)	-3,4%	-0,9%	1,5%	2,4%	2,5%
Resultados económicos por habitante	-3,1 €	-1,0 €	1,6 €	2,2 €	2,5 €
Nº de entidades com resultados líquidos negativos	135	118	94	-17	-24

função dos resultados operacionais tem um elevado grau de subjetividade. Por um lado, nem sempre é cumprido o definido na Lei nº 53-F/2006, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, relativamente ao nº 2 do artigo 31º que estipula: “o caso de o resultado de exploração anual operacional acrescido dos encargos financeiros se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção respetiva da participação social com vista a equilibrar os resultados de exploração.” Por outro lado, têm sido várias as interpretações ao estipulado. As diferentes interpretações têm originado tratamento contabilístico diferente para a mesma situação. Assim, verifica-se que existem empresas municipais que:

- Registam a obrigação dos sócios no próprio ano económico, como proveito do exercício. Esta opção leva a que a empresa apresente resultados económicos iguais a zero;
- Efetuam o mesmo registo mas no ano de aprovação das contas (ou seja no ano seguinte) tendo como consequência um aumento de proveitos nesse ano;
- Consideram essa obrigação como um proveito extraordinário e, consequentemente, não afeta o resultado operacional mas os resultados extraordinários e, consequentemente, o resultado líquido;

- Consideram esse valor como uma prestação suplementar ou reserva especial e consequentemente não tem efeitos nos resultados mas no aumento do capital próprio.
- Não procedem a qualquer transferência e registo contabilístico.
- Espera-se que a Comissão de Normalização Contabilística Pública clarifique e normalize o tratamento contabilístico a ser seguido.

Observando o Quadro 4.39, constata-se que 204 entidades empresariais (71,3%) obtiveram resultados operacionais positivos apresentando na sua globalidade o valor de 67,5M€. Este valor foi portanto suficiente para cobrir o total dos gastos em juros e outros encargos similares no montante de 54,5M€ para todo o SEL. **De 2010 para 2011 verificou-se uma melhoria global dos resultados operacionais em 94% (+32,7M€). Ao longo do triénio o nº de entidades com resultados antes de impostos negativos desceu consideravelmente, sendo cerca de 36% em 2011.**

Os *rankings* R67 e R68 apresentam em cada situação, as 35 entidades do SEL com melhores ou com piores resultados económicos.

Quadro 4.39 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local (286 entidades)

Unidade: euros

Entidades do SEL	2009	2010	2011
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	23.298.190 €	34.873.630 €	67.555.741 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-46.664.174 €	-43.516.138 €	-54.494.875 €
Nº de entidades com (Resultados Operacionais + Gastos Financeiros) negativos	141	122	102

R67 – Entidades com MELHORES Resultados Económicos em 2011

Unidade: euros

Entidade	Município	2009	2010	2011
1 EPUL – Empresa Publica Urbanização Lisboa, EM	Lisboa	204.977	5.170.941	5.477.092
2 AGERE – EM de Águas, Efluentes e Resíduos, EM	Braga	2.626.828	2.994.549	3.208.502
3 EHATB – Empreend. Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA	Vila Real	1.954.507	3.686.984	3.069.787
4 CMPEA – Empresa de Águas do Mun. do Porto, EM	Porto	536.133	1.191.690	2.751.309
5 GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM	Lisboa	-2.214.728	-2.444.615	1.235.623
6 EIMRAM – Emp. Intermun. da Região Autónoma da Madeira, EIM	*	546.602	174.007	1.176.834
7 Vimágua – Emp. Intermun. de Água e San. Guimarães e Vizela, EIM	**	93.796	917.938	1.026.642
8 EMEL- Emp. Municipal de Estacionamento de Lisboa, EM	Lisboa	107.939	536.856	929.199
9 Educa – Emp. Mun. Gestão e Manut. Equipamentos Educativos, EM	Sintra	-1.403.132	135.679	908.847
10 Águas de Santarém, EM, SA	Santarém	342.227	905.503	725.269
11 BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	Braga	181.373	579.973	703.925
12 GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM	***	483.660	691.870	693.225
13 Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM	****	963.719	755.033	637.688
14 ADC – Águas da Covilhã, EM	Covilhã	-974.655	-538.116	622.766
15 Águas do Ribatejo, EIM	*****	28.713	355.306	611.108
16 ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM	Covilhã	-389.836	68.461	594.041
17 GAIURB – Urbanismo e Habitação, EEM	Vila Nova de Gaia	-655.406	-361.832	554.226
18 AC – Águas de Coimbra, EEM	Coimbra	664.230	-1.469.834	534.404
19 Resíduos do Nordeste, EIM	*****	311.505	418.450	503.165
20 Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, EM	Oeiras	122.677	166.321	450.579
21 INOVA – Emp Desenv. Económico e Social de Cantanhede, EM	Cantanhede	68.788	465.376	435.740
22 Fagar – Faro Gestão de Águas e Resíduos, EM	Faro	-402.931	-718.005	427.432
23 Águas de S. João, EM, SA	São João da Madeira	263.375	349.408	368.989
24 Foz Coainvest – Energia, Turismo e Serviços, EM	Vila Nova de Foz Côa	-390.217	1.269.616	359.504
25 Vieira Cultura e Turismo, EM	Vieira do Minho	-15.610	23.191	301.102
26 Ecolezíria – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM	*****	290.922	421.206	289.068
27 Ambisousa – Emp. Intermun. Tratamento e Gestão Res. Sólidos, EIM	*****	402.720	396.508	229.023
28 Teatro Circo de Braga, SA	Braga	83.797	19.365	219.271
29 Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	619.875	150.042	213.914
30 TC Turismo de Coimbra, EM	Coimbra	14.516	-124.922	205.539
31 EGEAC – Emp. Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM	Lisboa	891.382	285.100	200.956
32 Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Púb., EM	Funchal	-167.368	-934.809	175.276
33 TAVIRAVERDE – Empresa Municipal de Ambiente, EM	Tavira	122.773	65.396	173.617
34 EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, EM	Barcelos	55.102	72.279	165.629
35 EMAC – Emp de Ambiente, EM	Cascais	42.359	178.407	157.598

* Porto Moniz, São Vicente, Santana, Porto Santo, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.; ** Guimarães e Vizela.; *** Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.; **** Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.; ***** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.; ***** Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais.; ***** Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos.; ***** Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

R68 – Entidades com PIORES Resultados Económicos, em 2010

Unidade: euros

Entidade	Município	2009	2010	2011
1 SATU-Oeiras – Sistema Automático de Transporte Urbano, EM, SA	Oeiras	-3.320.581	-2.988.901	-3.109.482
2 LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	-1.164.745	-1.397.601	-1.534.378
3 TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	*	-449.132	-429.043	-1.502.834
4 Figueira PARANOVA	Figueira da Foz	-38.358	-71.903	-1.492.689
5 Moveaveiro, EM	Aveiro	-1.002.606	-983.578	-1.412.579
6 HPEM – Higiene Pública, EM	Sintra	40.584	-2.201.443	-1.386.834
7 TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia SA, EM	Maia	-158.050	-1.183.038	-1.336.208
8 Futurlagos – Entidade Empresarial Municipal para o Desenvolvimento, EEM	Lagos	18.715	65.573	-770.494
9 Pisoeste – Parque de Inertes e Serviços do Oeste, EIM	**	11.477	-284.684	-697.718
10 Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM	Mafra	-2.653.239	840.663	-675.201
11 AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	-518.920	-748.661	-665.714
12 INDAQUA FEIRA – Indústria e Gestão de Águas, SA	Santa Maria da Feira	-270.089	-535.298	-584.243
13 GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Oliveira de Azeméis, EEM	Oliveira de Azeméis	-142.034	-285.839	-492.764
14 Coimbra Inovação Parque – Parque Inov. Ciência, Tecnologia, Saúde, EM, SA	Coimbra	-369.116	320.646	-427.944
15 TERNISA – Termas da Fadagosa de Nisa, EM	Nisa	-300.470	-523.014	-410.598
16 REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM	***	-346.853	-317.669	-398.522
17 AMIPAREDES – Agência Municipal de Investimento de Paredes, EM SA	Paredes	-21.159	-214	-357.623
18 Proençatur – Empresa de Turismo de Proença, EM	Proença-a-Nova	-298.457	-347.957	-337.187
19 VALICOM – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM	****	-35.677	-462.062	-303.949
20 MINHOCOM – Gestão de Infraestruturas de telecomunicações, EIM	*****	-24.409	-351.136	-273.402
21 EMCR – Empresa Municipal de Cultura e Recreio, E.M.C.R. de Seia, E.M.	Seia	-116.731	2.687	-272.235
22 MUNICIPALIA – Gestão de Equip. e Património do Município de Odivelas, EM	Odivelas	-282.382	-126.705	-249.036
23 Mercado Municipal de Faro	Faro	-989.752	-220.849	-240.663
24 Fortaleza de Cascais, EM	Cascais	74.826	-340.146	-215.173
25 TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	-23.953	-147.219	-211.396
26 ALFANDEGATUR – Emp. Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	-202.593	-339.992	-211.028
27 Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM	*****	-374.596	48.137	-202.196
28 SRUFATIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM	Ourém	-191.521	-208.157	-194.595
29 EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	-15.005	-175.477	-179.375
30 EPMAR – Empresa Pública Municipal de Águas Públicas e Resíduos, EM	Vieira do Minho	-246.243	-350.950	-166.391
31 Falcão Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel	-55.294	-144.178	-163.812
32 EMAFEL – Empresa Pública Municipal de Ambiente de Felgueiras, EM	Felgueiras	-82.348	-237.425	-162.828
33 Lousada Século XXI Actividades Desportivas e Recreativas, EM	Lousada	-230.087	-124.657	-162.173
34 EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	-127.043	-289.384	-152.057
35 AMIGAIA – Agência Municipal de Investimento de V. N. Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	58	2.592	-145.589

*Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.; **Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Azambuja e Rio Maior.; ***Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.; ****Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Monção, Caminha, Valença, Ponte da Barca, Melgaço, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira.; *****A Associação de Municípios do vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) detém 51% do capital social desta empresa e os restantes 49% foram subscritos pelos parceiros privados deste projeto.; *****Almodôvar, Barancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa.

4.2.4. Dissolução de Empresas do SEL

– aplicação do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

A 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que consagra o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE), revogando as Leis n.ºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.ºs 55/2011, de 15 de novembro. Este diploma aplica-se assim a todas as entidades empresariais locais em análise neste Anuário.

No seu capítulo VI o referido diploma regulamenta a Alienação, Dissolução, Transformação, Integração, Fusão e Internalização das empresas locais e, mais especificamente no seu n.º 1 do art.º 62, estabelece as situações que, uma vez verificadas, resultarão obrigatoriamente na deliberação de Dissolução da empresa, no prazo de seis meses.

Assim, define o n.º 1 do art.º 62:

Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

A análise desenvolvida nesta secção visa identificar as situações definidas neste diploma e estudar a sua aplicabilidade no âmbito das contas prestadas pelas entidades do SEL em apreciação nos últimos 3 anos (2009, 2010 e 2011). Para o efeito, efetuou-se análise aos documentos de prestação de contas destes três exercícios e elaboraram-

-se os quadros que refletem os valores obtidos no contexto das situações definidas no n.º 1 do art.º 62 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Pressupostos da análise:

- A deliberação de dissolução obrigatória resulta da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do n.º 1 do art.º 62.º, em relação a cada um dos três anos, isto é, basta que não se verifique num dos três anos para que não haja obrigação de dissolução da empresa.
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do n.º 1 do art.º 62.º, considerou-se como gastos totais o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas somados aos fornecimentos e serviços externos, aos gastos com o pessoal, aos outros gastos e perdas e aos juros e gastos similares suportados.
- Por sua vez, para efeitos de cálculo do disposto na alínea b), do n.º 1 do art.º 62.º, considerou-se como receitas totais as vendas e serviços prestados somadas aos subsídios à exploração, aos trabalhos para a própria entidade, aos outros rendimentos e ganhos e aos juros e rendimentos similares obtidos.

Pela análise do quadro 4.40, constata-se que a aplicação do n.º 1 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, **deverá resultar na extinção de 141 empresas municipais** (49,3%) das 286 em análise. Importa referir que este número não resulta da soma das empresas em incumprimento de acordo com cada alínea, dado que há entidades que se verificam em situações dispostas por mais do que uma alínea, havendo inclusive 8 entidades em incumprimento para com as quatro alíneas, estando estas identificadas no quadro 4.41.

Os quadros 4.42, 4.43, 4.44 e 4.45 listam as 107, 73, 43 e 54 entidades do SEL que se encontram nas situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012, respetivamente.

Quadro 4.40 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62.º da Lei n.º 50/2012

Situações	2009, 2010 e 2011
a) Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	107
b) Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	73
c) Entidades com Resultado Operacional negativo, nos três anos	43
d) Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	54
Total de entidades a serem dissolvidas	141

Quadro 4.41 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei n.º 50/2012

	Entidade	Município
1	Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EM	Maia
2	EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé
3	EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos
4	FALCÃO – Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel
5	FOZCOACTIVA – Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, EM	Vila Nova de Foz Côa
6	PROVIVER, EM	Vila Verde
7	TEGEC Trancoso Eventos – Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer, EEM	Trancoso
8	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro

Quadro 4.42 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

	Entidade	Município	VPS / Custos totais		
			2009	2010	2011
1	Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	0%	0%	0%
2	EMIA – EM de Infraestruturas de Azambuja, EM	Azambuja	0%	0%	0%
3	HABEVORA – Gestão Habitacional EEM	Évora	0%	0%	0%
4	VIVERFUNDÃO – Prom. e Gest..das Condições Estrut. e Infraestrut., EEM	Fundão	0%	0%	0%
5	SPRLP – Soc. Prom. e Requalificação das Lajes do Pico, SA	Lajes do Pico	0%	0%	0%
6	IMOHIFEN – Mediação Imobiliária, SA	Lisboa	20%	0%	0%
7	MAFRATLÂNTICO – Vias Rodoviárias EM	Mafra	0%	44%	0%
8	Sociedade Termal de Monção, Unipessoal, LDA.	Monção	0%	0%	0%
9	Cidade em Acção Soc. de Desenvolv. e Gestão de Equipamentos Urbanos	Ponta Delgada	0%	0%	0%
10	FLORES INVEST, Empresa Municipal de Desenvolvimento Municipal, SA	Santa Cruz das Flores	0%	0%	0%
11	PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça das Terras de Santa Maria, EM	Santa Maria da Feira	0%	0%	0%
12	CDR – Cooperação e Desenvolvimento Regional, EIM	Setúbal	39%	0%	0%
13	GEODESIS – Promoção Gestão Turística de Vila Rei, EM	Vila de Rei	0%	0%	0%
14	Fund. Esc. Profis. V. F. Campo	Vila Franca do Campo	0%	0%	0%
15	VFC Empreendimentos – Emp. M. Activ. Desp., Recreat. e Turísticas, EM	Vila Franca do Campo	2%	0%	0%
16	EIMRAM – Emp. Intermun. Reg. Aut. M. – Invest. Serviços Intermun., EIM	*	0%	0%	0%
17	PERM – Parque Emp. Recup. Materiais Terras de Santa Maria, EIM	**	0%	0%	0%
18	Vieira Cultura e Turismo, EM	Vieira do Minho	30%	20%	0%
19	OVAR FORMA – Empresa Municipal Para o Ensino e Formação, EM	Ovar	1%	1%	0%
20	PRODESO – Ensino Profissional, LDA.	Coimbra	1%	0%	0%
21	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, LDA.	Felgueiras	2%	0%	0%
22	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	Amadora	0%	0%	1%
23	ESPROSER – Escola Profissional, SA	Sernancelhe	1%	1%	1%
24	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, EM	Barcelos	2%	1%	1%
25	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal LDA.	Cuba	2%	2%	1%
26	PROFIACADEMUS – Escola Prof. de Santa Comba Dão, Unipessoal LDA.	Santa Comba Dão	1%	1%	1%
27	VELASFUTURO – Emp. P.M. Gest. Equip. Cult. Desport. Econ. e Lazer, EM	Velas	4%	4%	2%

	Entidade	Município	VPS / Custos totais		
			2009	2010	2011
28	Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EM	Maia	32%	19%	3%
29	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, LDA.	Rio Maior	5%	2%	3%
30	EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	5%	7%	3%
31	ACLEM – Arte Cultura e Lazer Empresa Municipal, EM	Felgueiras	4%	2%	3%
32	Escola Profissional Amar Terra Verde, LDA.	Vila Verde	2%	2%	4%
33	EPVL – Escola Profissional da Mealhada, Lda.	Mealhada	7%	6%	4%
34	ArealDourado – Eventos, EM	Porto Santo	0%	2%	4%
35	TC – Turismo de Coimbra EM	Coimbra	12%	2%	4%
36	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Sociedade Unipessoal, LDA.	Póvoa de Lanhoso	7%	5%	4%
37	Ribeira Grande Mais – Emp. M. Habit. Social, Requal. Urb. e Ambiental, EM	Ribeira Grande	7%	6%	5%
38	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães – Soc. Unipessoal, LDA.	Cinfães	4%	5%	5%
39	COMBANIMA – Espaços Municipais, EM	Santa Comba Dão	8%	10%	5%
40	Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social, EM	Vila Franca do Campo	8%	7%	6%
41	Anima Cultura, Soc. Unipessoal, LDA.	Ponta Delgada	4%	4%	6%
42	SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, EM, SA	Oeiras	6%	7%	6%
43	LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Lisboa	2%	7%	6%
44	Cais Invest, EM	São Roque do Pico	0%	8%	7%
45	H.S.N. – Emp. Mun. Habitação Social do Concelho de Nordeste, EM	Nordeste	5%	5%	7%
46	Madalena Progresso, EEM	Madalena	0%	0%	7%
47	Culturpico, EM	Lajes do Pico	16%	6%	7%
48	Figueira Grande Turismo, EEM	Figueira da Foz	22%	7%	8%
49	TEGEC Trancoso Eventos – Emp. M. Gestão de Equip. Cult. e Lazer, EEM	Trancoso	12%	11%	8%
50	Praia Em Movimento, EM	Vila da Praia da Vitória	16%	21%	9%
51	FALCÃO Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel	9%	10%	9%
52	FIGUEIRA Cultura e Tempos Livres, EM	Figueira de Castelo Rodrigo	9%	8%	10%
53	CULTURVAL – Gestão de Equip. Culturais de Vila Real, EM	Vila Real	9%	10%	10%
54	SAP – Serviço de Apoio a Praias, EM	Grândola	15%	15%	11%
55	FOZCOACTIVA Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, EM	Vila Nova de Foz Côa	3%	14%	11%
56	DLCG – Desporto Lazer e Cultura de Gouveia, EM	Gouveia	7%	7%	12%
57	Empresa de Melhoramentos de Alcanena, SA	Alcanena	0%	0%	12%
58	EMSUAS – Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Alcácer do Sal, EM	Alcácer do Sal	45%	14%	13%
59	AIN – Agro-Industrial do Nordeste, SA	Mirandela	38%	48%	13%
60	Fundão Turismo, EM	Fundão	15%	31%	14%
61	Fundão Verde – Espaços e Jardins, EM	Fundão	1%	1%	14%
62	ENASEL – TURISMO E CINEGETICA, SA	Sousel	16%	12%	14%
63	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	1%	2%	14%
64	Culturangra, EEM	Angra do Heroísmo	15%	21%	15%
65	FUTURLAGOS – Entidade Emp. Municipal para o Desenvolvimento, EEM	Lagos	2%	10%	16%
66	P. Delgada Social – Const. Expl. Gest. Equip. Sociais, Soc Unip Quotas	Ponta Delgada	11%	13%	16%
67	CampoMaior XXI, EM	Campo Maior	0%	0%	17%

CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL E OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS NO SETOR AUTÁRQUICO

Entidade	Município	VPS / Custos totais		
		2009	2010	2011
68 TUR AREGOS, EM, SA	Resende	0%	1%	17%
69 SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM	Sintra	15%	17%	18%
70 EMUNIBASTO, EM	Cabeceiras de Basto	20%	18%	18%
71 TURRISESPAÇOS – Empresa Mun. Gest. Equip. Cult. Desportivos, EEM	Torres Novas	14%	19%	20%
72 TMF – Teatro Municipal de Faro, EM	Faro	22%	24%	20%
73 MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, EEM	Mértola	24%	16%	21%
74 Óbidos Requalifica, EEM	Óbidos	17%	0%	21%
75 CULTURGUARDA – Gestão Sala Espetáculos e Activ. Culturais, EM (TMG)	Guarda	21%	18%	21%
76 ALMEIDA MUNICIPIA – Emp. Reab. Urb.Desenv.Econ. e Gest. Equip., EEM	Almeida	16%	21%	22%
77 EMCEL – Emp. Munic. Celoricense - Gest. Espaços Cult. e Sociais, EM	Celorico da Beira	30%	26%	23%
78 LAMEGO CONVIDA – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM	Lamego	18%	26%	23%
79 EMDB - Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	31%	30%	23%
80 Porto Santo Verde – Resíduos Sólidos e Limpeza, EM	Porto Santo	46%	41%	23%
81 EDUCA – Emp. M. Gestão e Manut. Equip. Educativos de Sintra, EEM	Sintra	19%	20%	24%
82 EML – Emp. Mun. Urban. Requal. Urbana e Amb. e Habit. Social, EM	Lagoa (R.A.A)	23%	25%	25%
83 NOVA MEDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, EEM	Meda	22%	20%	25%
84 Nova Covilhã, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Covilhã	0%	0%	25%
85 Figueira PARANOVA	Figueira da Foz	5%	12%	25%
86 AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	30%	19%	26%
87 Teatro Circo de Braga, SA	Braga	30%	24%	27%
88 Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM	Vimioso	40%	31%	27%
89 Guarda Cidade Desporto, EM	Guarda	30%	29%	28%
90 Turimontesinho – EM de Promoção Turística, EEM;	Vinhais	17%	15%	28%
91 SABUGAL MAIS – Emp. M. Gestão Espaços Cult. Desp. Tur. e Lazer, EM	Sabugal	9%	7%	29%
92 EMCR – Empresa Municipal de Cultura e Recreio, EM	Seia	20%	23%	29%
93 GAIANIMA – Equipamentos Municipais, EEM	Vila Nova de Gaia	18%	19%	29%
94 NOVBAESURIS – Emp. Mun.de Gestão e Reabilitação Urbana, EM, SA	Castro Marim	0%	28%	30%
95 GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM	Oliveira de Azeméis	36%	41%	31%
96 PROVIVER, EM	Vila Verde	31%	30%	32%
97 TERNISA – Termas da Fadagosa de Nisa, EM	Nisa	33%	31%	33%
98 TROFA PARK – E. Reabilit. Urb. Des. Econ. Inov. Emp. Ges. Equip., EEM	Trofa	34%	40%	36%
99 Caça e Turismo de Terras de Vimioso, LDA.	Vimioso	0%	0%	36%
100 HORTALUDUS – Gestão e Exploração de Equipamentos, EM	Horta	22%	37%	37%
101 AMIGAIA – Agência Municipal de Investimento de Vila Nova de Gaia, EEM	Vila Nova de Gaia	18%	13%	41%
102 MONTEGES Gestão de Equipamentos Sociais, EM	Sobral de Monte Agraço	46%	43%	41%
103 QUALIDADE DE BASTO – Emp. Desenv. do Tecido Económico Local, EM	Celorico de Basto	20%	13%	44%
104 MUNICIPALIA – Gestão de Equip. e Património de Odivelas, EM	Odivelas	48%	48%	45%
105 Empreendimentos SolCalheta, EM	Calheta (R. A. M.)	23%	20%	48%
106 VITAGUIAR, Apoio ao Desenvolvimento Agroindustrial, EM	Vila Pouca de Aguiar	38%	41%	48%
107 SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM	Santarém	42%	43%	49%

* Porto Moniz, São Vicente, Santana, Porto Santo, Machico, Santa Cruz, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Quadro 4.43 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

	Entidade	Município	Sub. à exploração / Receitas		
			2009	2010	2011
1	GEODESIS – Promoção Gestão Turística de Vila Rei, EM	Vila de Rei	100%	100%	100%
2	PRODESO – Ensino Profissional, LDA.	Coimbra	99%	98%	99%
3	OVAR FORMA – Empresa Municipal para o Ensino e Formação, EM	Ovar	97%	97%	99%
4	PROFIACADEMUS – Escola Prof. de Santa Comba Dão, Unipessoal LDA.	Santa Comba Dão	97%	98%	99%
5	Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora, EM	Amadora	98%	97%	98%
6	VFC Empreendimentos – Emp. Mun. Activ. Desport., Recreat. e Turist., EM	Vila Franca do Campo	90%	95%	98%
7	EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, LDA.	Felgueiras	98%	99%	98%
8	ArealDourado – Eventos, EM	Porto Santo	100%	93%	97%
9	Fundação Escola Profissional V. F. Campo	Vila Franca do Campo	93%	94%	96%
10	Quinta de Tuberais – Ensino Profissional Cinfães – Soc. Unipessoal, LDA.	Cinfães	96%	94%	95%
11	TC - Turismo de Coimbra, EM	Coimbra	87%	97%	95%
12	Vila Solidária – Empresa Municipal de Habitação Social, EM	Vila Franca do Campo	93%	93%	95%
13	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal LDA.	Cuba	94%	93%	95%
14	Anima Cultura – Soc. Unipessoal LDA.	Ponta Delgada	95%	96%	94%
15	H.S.N. – Empresa Mun. de Habitação Social do Concelho de Nordeste, EM	Nordeste	95%	95%	93%
16	Cais Invest, EM	São Roque do Pico	100%	92%	93%
17	EPRM – Escola Profissional de Rio Maior, LDA.	Rio Maior	89%	91%	93%
18	COMBANIMA – Espaços Municipais, EM	Santa Comba Dão	89%	86%	93%
19	ESPROSER – Escola Profissional, SA	Sernancelhe	97%	93%	92%
20	Escola Profissional Amar Terra Verde, LDA.	Vila Verde	80%	83%	92%
21	EMEC – Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, EM	Barcelos	91%	91%	91%
22	EPAVE – Escola Profissional do Alto Ave, Sociedade Unipessoal, LDA.	Póvoa de Lanhoso	93%	94%	90%
23	Figueira Cultura e Tempos Livres, EM	Figueira de Castelo Rodrigo	90%	89%	90%
24	Fundão Verde – Espaços e Jardins, EM	Fundão	98%	99%	90%
25	ACLEM – Arte Cultura e Lazer Empresa Municipal, EM	Felgueiras	93%	95%	88%
26	TEGEC Trancoso Eventos – Emp. M. Gestão de Equip. Cult. e Lazer, EEM	Trancoso	83%	82%	88%
27	Falcão, Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel	88%	86%	88%
28	Culturpico, EM	Lajes do Pico	86%	91%	87%
29	EPVL – Escola Profissional da Mealhada, LDA.	Mealhada	93%	85%	87%
30	DLCG – Desporto Lazer e Cultura de Gouveia, EM	Gouveia	93%	92%	86%
31	FOZCOACTIVA – Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, EM	Vila Nova de Foz Côa	94%	81%	85%
32	Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EM	Maia	56%	63%	84%
33	TURRISESPAÇOS – Emp. Mun. Gestão Equip. Culturais e Desportivos, EEM	Torres Novas	86%	80%	83%
34	Ponta Delgada Social – Const. Expl. Gest. Equip. Sociais, Soc Unip Quotas	Ponta Delgada	89%	85%	83%
35	Fundão Turismo, EM	Fundão	80%	68%	83%
36	EMSUAS – Empresa Municipal de Serviços Urbanos de Alcácer do Sal, EM	Alcácer do Sal	55%	86%	81%

	Entidade	Município	Sub. à exploração / Receitas		
			2009	2010	2011
37	CampoMaior XXI, EM	Campo Maior	88%	85%	81%
38	FUTURLAGOS – Ent. Empresarial Mun. para o desenvolvimento, EEM	Lagos	89%	78%	80%
39	CULTURGUARDA – Gestão da Sala de Espectáculos e Activ. Cult., EM	Guarda	78%	81%	80%
40	MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo, EEM	Mértola	79%	89%	80%
41	LAMEGO CONVIDA – Gestão de Equipamentos Municipais, EEM	Lamego	82%	77%	80%
42	Teatro Circo de Braga, SA	Braga	73%	77%	78%
43	EDEAF – Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	78%	52%	78%
44	ALMEIDA MUNICIPIA – Emp. Reab. Urb. Desenv. Econ. Gest. Equip., EEM	Almeida	81%	76%	78%
45	Praia Em Movimento, EM	Vila da Praia da Vitória	84%	79%	78%
46	Turimontesinho – EM de Promoção Turística, EEM	Vinhais	83%	83%	77%
47	Figueira Grande Turismo, EEM	Figueira da Foz	76%	68%	77%
48	CULTURVAL – Gestão de Equip. Culturais de Vila Real, EM	Vila Real	68%	66%	76%
49	Ribeira Grande Mais – Emp. M. Habit. Social, Requal. Urbana e Amb., EM	Ribeira Grande	75%	76%	76%
50	EML – Emp. M. Urbanização Requal. Urb. e Amb. e Habit. Social, EM	Lagoa (R.A.A)	68%	77%	76%
51	TMF – Teatro Municipal de Faro, EM	Faro	77%	57%	76%
52	Porto Santo Verde – Resíduos Sólidos e Limpeza, EM	Porto Santo	59%	67%	74%
53	NOVA MEDA – Empresa Gestora de Equipamentos Municipais, EEM	Meda	78%	76%	72%
54	Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM	Vimioso	52%	63%	71%
55	SINTRA QUORUM – Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, EEM	Sintra	68%	66%	70%
56	Culturangra, EEM	Angra do Heroísmo	70%	70%	70%
57	Caça e Turismo de Terras de Vimioso, LDA.	Vimioso	90%	100%	69%
58	LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	Lisboa	89%	85%	69%
59	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	94%	94%	68%
60	EMCR – Empresa Municipal de Cultura e Recreio, E.M.C.R. de Seia, EM	Seia	81%	80%	68%
61	GAIANIMA – Equipamentos Municipais, EEM	Vila Nova de Gaia	71%	63%	64%
62	EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	65%	61%	63%
63	SABUGAL MAIS – Emp. M. Gestão Espaços Cult. Desp. Tur. e de Lazer, EM	Sabugal	82%	86%	63%
64	MMPO – Mercado Municipal de Portalegre, SA «	Portalegre	54%	61%	62%
65	EDUCA – Emp. Mun. Gestão e Manut. de Equipamentos Educativos, EEM	Sintra	71%	69%	62%
66	Madalena Progresso, EEM	Madalena	100%	64%	61%
67	PROVIVER, EM	Vila Verde	57%	59%	60%
68	MELSPORT – Melgaço Desporto e Lazer, EM	Melgaço	53%	50%	58%
69	Empreendimentos SolCalheta, EM	Calheta (R. A. M.)	76%	79%	57%
70	MONTEGES – Gestão de Equipamentos Sociais, EM	Sobral de Monte Agraço	54%	57%	57%
71	HORTALUDUS – Gestão e Exploração de Equipamentos, EM	Horta	68%	57%	54%
72	SCALABISPORT – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, EM	Santarém	59%	55%	54%
73	TROFA PARK – E. Reabilit. Urb. Des. Econ. Inov. Emp. Ges. Equip., EEM	Trofa	63%	50%	53%

Quadro 4.44 – Entidades cujo resultado operacional, subtraído ao mesmo as amortizações e depreciações, é negativo nos últimos 3 anos (alínea c))

Unidade: euros

	Entidade	Município	Resultado Operacional		
			2009	2010	2011
1	SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, EM, SA	Oeiras	-2.127.073	-2.099.547	-2.061.552
2	MOVEAVEIRO, EM	Aveiro	-956.568	-940.275	-1.344.338
3	GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM	Oliveira de Azeméis	-142.034	-380.899	-397.040
4	AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	-383.949	-657.116	-396.723
5	TERNISA – Termas da Fadagosa de Nisa, EM	Nisa	-353.946	-601.700	-362.692
6	REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM	*	-355.454	-324.029	-346.315
7	PROENÇATUR – Empresa de Turismo de Proença, EM	Proença-a-Nova	-278.848	-333.157	-318.388
8	VALICOM – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM	Conc. de Viana do Castelo	-35.674	-323.457	-317.647
9	MINHOCOM – Gestão de Infraestruturas de telecomunicações, EIM	**	-24.407	-235.852	-291.496
10	MUNICIPALIA – Gestão Equipamentos e Património Mun. Odivelas, EM	Odivelas	-267.829	-109.340	-227.175
11	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	-23.848	-147.186	-211.331
12	EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	-30.668	-237.766	-192.277
13	SRUFATIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM	Ourém	-189.205	-205.570	-192.268
14	FALCÃO – Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel	-54.521	-140.868	-163.738
15	EMAFEL – Empresa Pública Municipal de Ambiente de Felgueiras, EM	Felgueiras	-77.813	-235.081	-162.245
16	LOUSADA SECULO XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, EM	Lousada	-232.932	-125.347	-161.707
17	EMPAR – Emp. Pub. Mun. de Águas Públicas e Resíduos, EM	Vieira do Minho	-225.992	-351.589	-152.296
18	ALFANDEGATUR – Empresa de Desenvolvimento Turístico, EM	Alfândega da Fé	-80.605	-284.422	-145.674
19	ECALMA – Emp. Mun. Estacionamento e Circulação de Almada, EM	Almada	-255.192	-240.220	-122.367
20	EDEAF – Emp. Mun.de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	-48.607	-231.741	-114.746
21	FOZCOACTIVA – Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, EM	Vila Nova de Foz Côa	-28.275	-84.468	-79.212
22	MERVAL – EM de Gestão de Merc e Promo de Proj de Des local	Vila Real	-77.327	-42.844	-74.486
23	TEGEC Trancoso Eventos – Emp. M. Gestão Equip. Cult. e Lazer, EEM	Trancoso	-331.984	-100.146	-72.661
24	INTERMINHO – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, EM	Valença	-74.040	-94.898	-70.509
25	APOR - Agência para a Modernização do Porto, SA	Porto	-40.452	-112.977	-69.296
26	CDR – Cooperação e Desenvolvimento Regional, EIM	Setúbal	-51.309	-249.024	-62.723
27	WISEUNOVO – SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, SA	Viseu	-85.629	-71.516	-54.115
28	EEA – Empresa de Engenharia e Aeronáutica, SA	Maia	-1.528	-16.388	-50.952
29	ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	-636.051	-74.924	-41.987
30	PROVIVER, EM	Vila Verde	-208.763	-279.411	-35.165
31	SAP – Serviço de apoio a Praias, EM	Grândola	-25.392	-23.845	-32.784
32	Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EM	Maia	-104.360	-150.544	-21.551
33	PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça das Terras de Stª Maria, EM	Santa Maria da Feira	-921	-1.400	-21.276
34	Miranda Cultural e Rural, EM	Miranda do Douro	-37.278	-27.076	-20.882
35	EXPOBEJA – Soc. Gestora Parque de Feiras e Exposições Beja, EM	Beja	-9.425	-27.217	-19.467

Entidade	Município	Resultado Operacional			
		2009	2010	2011	
36	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA	Mirandela	-169.774	-100.958	-16.692
37	Empresa Transportes Colectivos Stª Maria LDA.	Vila do Porto	-100.757	-54.337	-8.391
38	BRAGAHABIT – EM de Habitação de Braga, EM	Braga	-335.660	-261.212	-4.986
39	SPRLP – Sociedade Promoção e Requalificação das Lajes do Pico, SA	Lajes do Pico	0	-3.595	-3.234
40	MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM	Bragança	-944	-23.990	-3.032
41	PERM – Parque Emp. Recup. de Materiais das Terras de Stª Maria, EIM	***	-903	-1.500	-2.939
42	IMOHIFEN – Mediação Imobiliária, SA	Lisboa	-263.489	-5.035	-1.298
43	Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	-38.691	-27.092	-825

* Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

** A Associação de Municípios do vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) detém 51% do capital social desta empresa e os restantes 49% foram subscritos pelos parceiros privados deste projeto.

*** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

Quadro 4.45 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d))

Unidade: euros

Entidade	Município	Resultado Líquido do Exercício			
		2009	2010	2011	
1	SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, EM, S.A.	Oeiras	-3.320.581	-2.988.901	-3.109.482
2	LEIRISPORT – Desporto Lazer e Turismo, EM	Leiria	-1.164.745	-1.397.601	-1.534.378
3	TRATOLIXO – Tratamento de resíduos sólidos, EIM	Cascais, Mafra, Oeiras e Sint.	-449.132	-429.043	-1.502.834
4	Figueira PARANOVA	Figueira da Foz	-38.358	-71.903	-1.492.689
5	MOVEAVEIRO, EM	Aveiro	-1.002.606	-983.578	-1.412.579
6	TECMAIA – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, SA EM	Maia	-158.050	-1.183.038	-1.336.208
7	AVEPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, SA	Guimarães	-518.920	-748.661	-665.714
8	INDAQUA FEIRA – Indústria e Gestão e Águas, SA	Santa Maria da Feira	-270.089	-535.298	-584.243
9	GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM	Oliveira de Azeméis	-142.034	-285.839	-492.764
10	TERNISA – Termas da Fadagosa de Nisa, EM	Nisa	-300.470	-523.014	-410.598
11	REGI – Planeamento e Desenvolvimento Regional, EIM	*	-346.853	-317.669	-398.522
12	AMIPAREDES – Agência Mun.de Investimento de Paredes, EM SA	Paredes	-21.159	-214	-357.623
13	PROENÇATUR – Empresa de Turismo de Proença, EM	Proença-a-Nova	-298.457	-347.957	-337.187
14	VALICOM – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM	Mun. de Viana do Castelo	-35.677	-462.062	-303.949
15	MINHOCOM – Gestão de Infraestruturas de telecomunicações, EIM	**	-24.409	-351.136	-273.402
16	MUNICIPALIA – Gestão Equipamentos e Património Mun. Odivelas, EM	Odivelas	-282.382	-126.705	-249.036
17	Mercado Municipal de Faro	Faro	-989.752	-220.849	-240.663
18	TEMA – Teatro Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	-23.953	-147.219	-211.396
19	ALFANDEGATUR – Empresa de Desenvolvimento Turístico, EM	Alfândega da Fé	-202.593	-339.992	-211.028
20	SRUFATIMA – Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, EEM	Ourém	-191.521	-208.157	-194.595
21	EMDB – Empresa Municipal de Desportos de Barcelos, EM	Barcelos	-15.005	-175.477	-179.375

	Entidade	Município	Resultado Líquido do Exercício		
			2009	2010	2011
22	EPMAR – Emp. Publica Municipal de Aguas Publicas e Resíduos, EM	Vieira do Minho	-246.243	-350.950	-166.391
23	FALCÃO – Cultura Turismo e Tempos Livres, EM	Pinhel	-55.294	-144.178	-163.812
24	EMAFEL – Empresa Pública Municipal de Ambiente de Felgueiras, EM	Felgueiras	-82.348	-237.425	-162.828
25	LOUSADA SECULO XXI – Actividades Desportivas e Recreativas, EM	Lousada	-230.087	-124.657	-162.173
26	EDEAF – Emp. Mun. de Desenvolvimento de Alfândega da Fé, EM	Alfândega da Fé	-127.043	-289.384	-152.057
27	ECALMA – Emp. M. de Estacionamento e Circulação de Almada, EM	Almada	-273.370	-241.387	-131.532
28	PROVIVER, EM	Vila Verde	-285.547	-349.923	-128.686
29	INTERMINHO – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, EM	Valença	-101.234	-117.257	-120.408
30	ETE – Empresa de Turismo Estoril, EM SA	Cascais	-646.372	-100.344	-90.014
31	ACLEM - Arte Cultura e Lazer Empresa Municipal EM	Felgueiras	-18.079	-167.903	-89.243
32	TEGEC Trancoso Eventos – Emp. M. Gestão Equip. Cult. e Lazer, EEM	Trancoso	-334.781	-106.123	-84.476
33	FOZCOACTIVA – Gestão de Equipamentos Desportivos e Culturais, EM	Vila Nova de Foz Côa	-28.655	-84.910	-82.578
34	CDR – Cooperação e Desenvolvimento Regional, EIM	Setúbal	-57.982	-293.551	-82.134
35	MERVAL – EM de Gestão de Merc e Promo de Proj de Des local	Vila Real	-73.297	-38.880	-71.576
36	EEA – Empresa de Engenharia e Aeronáutica, SA	Maia	-1.528	-16.388	-51.755
37	Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA	Covilhã	-59.913	-120.014	-51.624
38	VISEUNOVO-SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, SA	Viseu	-69.361	-68.547	-50.438
39	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA	Mirandela	-195.814	-121.417	-41.793
40	SAP – Serviço de Apoio a Praias, EM	Grândola	-25.379	-23.845	-32.801
41	Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, EM	Maia	-106.908	-117.691	-24.133
42	MMB – Mercado Municipal de Bragança, EM	Bragança	-42.719	-48.104	-23.392
43	PEC-TSM – Parque Empresarial da Cortiça das Terras de Stª Maria, EM	Santa Maria da Feira	-921	-1.110	-21.566
44	Miranda Cultural e Rural, EM	Miranda do Douro	-37.301	-27.367	-20.882
45	EXPOBEJA – Soc. Gestora Parque de Feiras e Exposições Beja, EM	Beja	-9.432	-27.217	-19.467
46	GAIANIMA Equipamentos Municipais, EEM	Vila Nova de Gaia	-295.858	-778.189	-8.425
47	Emp Transp Colectivos Stª Maria LDA.	Vila do Porto	-103.148	-55.140	-8.418
48	MS Matosinhos Sport – Emp. Mun. Gestão e Equip. Desp. e Lazer, EM	Matosinhos	-27.689	-36.725	-6.505
49	EMA – Estádio Municipal de Aveiro, EM	Aveiro	-478.059	-294.711	-5.557
50	SPRLP – Soc. Promoção e Requalificação das Lajes do Pico, SA	Lajes do Pico	0	-3.595	-3.234
51	Guarda Cidade Desporto, EM	Guarda	-1.128	0	-2.871
52	PERM - Parque Emp. Recup. de Materiais das Terras de Stª Maria, EIM	***	-903	-1.200	-2.572
53	IMOHIFEN – Mediação Imobiliária, SA	Lisboa	-500.998	-5.333	-1.343
54	Terra de Paixão, EEM	Alcobaça	-38.699	-27.104	-838

* Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

** A Associação de Municípios do vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) detém 51% do capital social desta empresa e os restantes 49% foram subscritos pelos parceiros privados deste projeto.

*** Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados *rankings* que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais. Tal como já acontece desde 2006, é apresentado um *ranking* global que ordena os Municípios em função da eficiência na utilização dos recursos financeiros. Em 2006 e 2007 o *ranking* global era constituído por um conjunto de 10 indicadores, tendo a partir de 2008 o número de indicadores selecionados passado para 15.

Neste anuário de 2011 e 2012 é também apresentado um *ranking* global dos municípios elaborado com base no conjunto de 15 indicadores aplicados desde 2008 e que foram identificados como sendo os que melhor permitirão avaliar a gestão financeira, económica,

patrimonial e orçamental dos municípios.

Tal como nos anuários anteriores, foi seguida a seguinte metodologia: para cada indicador foi atribuída uma pontuação de 10 pontos aos 25 melhores municípios, 9 pontos do 26º ao 50º, 8 pontos do 51º ao 75º e assim sucessivamente. Deste modo foram pontuados 250 municípios por cada indicador 92. Aos 58 municípios com pior rácio não se atribui pontuação.

Cinco dos indicadores, por se entenderem mais relevantes, nomeadamente no que se refere às exigências da Lei das Finanças Locais, tiveram peso 2 e os outros peso 1. Deste modo, o máximo de pontuação de um município será de 200 pontos;

Os indicadores selecionados são os apresentados no Quadro 5.01.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global*

#	Indicador	Fonte de Informação	Rácio	Ordem de pontuação	Peso
1	Dívidas a terceiros por habitante	Balanço (passivo)	Dívidas totais a pagar	Menor dívida a terceiros por habitante	2
			Nº de habitantes		
2	Liquidez	Balanço (passivo e ativo)	Dívidas totais a pagar a curto prazo	Menor rácio	2
			Dívidas a receber a curto prazo + Disponibilidades		
3	Endividamento líquido por habitante	Balanço (passivo)	Dívidas totais a pagar – (Dívidas a receber + Disponibilidades)	Menor endividamento líquido por habitante	2
			Nº de habitantes		
4	Resultado operacional por habitante	DR*	Resultado operacional N	Maior resultado operacional por habitante	1
			Nº de habitantes		
5	Peso dos custos com pessoal nos custos operacionais	DR	Custos com pessoal	Menor rácio	1
			Custos operacionais		

* Demonstração de Resultados

#	Indicador	Fonte de Informação	Rácio	Ordem de pontuação	Peso
6	Diminuição das dívidas de curto prazo	Balanço (passivo)	Dívidas de curto prazo N- dívidas de curto prazo N-1	Maior diminuição	1
7	Diminuição dos Passivos Financeiros	Balanço (Passivo)	Dívidas a instituições de crédito N - Dívidas a instituições de crédito N-1	Maior redução dos empréstimos	2
8	Grau de execução da receita liquidada relativamente às despesas comprometidas	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	Receitas liquidadas - receitas anuladas Despesas comprometidas	Maior grau	1
9	Prazo médio de pagamentos	DGAL	Prazo médio de pagamentos	Menor prazo médio de pagamento	1
10	Saldo primário na ótica dos compromissos	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	[Receita total - ativos financeiros (receita) - passivos financeiros (receita)] -[Despesa total - ativos financeiros (despesa) - passivos financeiros (despesa)] + [Juros e outros encargos (despesa)]	Maior saldo primário	1
11	Índice de endividamento líquido	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívidas totais a pagar - (Dívidas a receber + Disponibilidades) Receitas Cobradas n-1 (impostos diretos, indiretos e taxas + transferências obtidas Estado)	Menor índice de endividamento líquido	1
12	Diminuição do endividamento líquido	Balanço	Endividamento líquido N – Endividamento líquido N-1	Maior diminuição	2
13	Peso das dívidas a instituições de crédito nas receitas n-1	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívidas a instituições de crédito Receitas Cobradas n-1 (impostos diretos, indiretos e taxas + transferências obtidas Estado)	Menor peso	1
14	Peso das dívidas a fornecedores nas receitas n-1	Balanço e Mapa de controlo orçamental da receita	Dívida a fornecedores (curto, médio e longo prazo) Receitas cobradas totais n-1	Menor peso	1
15	Grau de execução da receita cobrada relativamente à despesa paga	Mapas de controlo orçamental de despesa e da receita	Receita cobrada líquida Despesa paga (exercício + exercícios anteriores)	Maior grau	1

5.2. Evolução da Eficiência Financeira

Em bom rigor deveria integrar a análise da eficiência de um município, a avaliação e comparabilidade de indicadores de *outputs* como a qualidade dos serviços prestados e a utilidade dos investimentos, com indicadores de execução da receita e da despesa. Todavia, como o escopo deste trabalho se refere à análise de informação financeira obtida dos documentos de prestação de contas, dos quais não constam informação sobre a valoração de outros *outputs* relacionados com outras variáveis que não meramente financeiras, apresenta-se como critério de medida da eficiência financeira das autarquias o conjunto de rácios apresentados no ponto anterior.

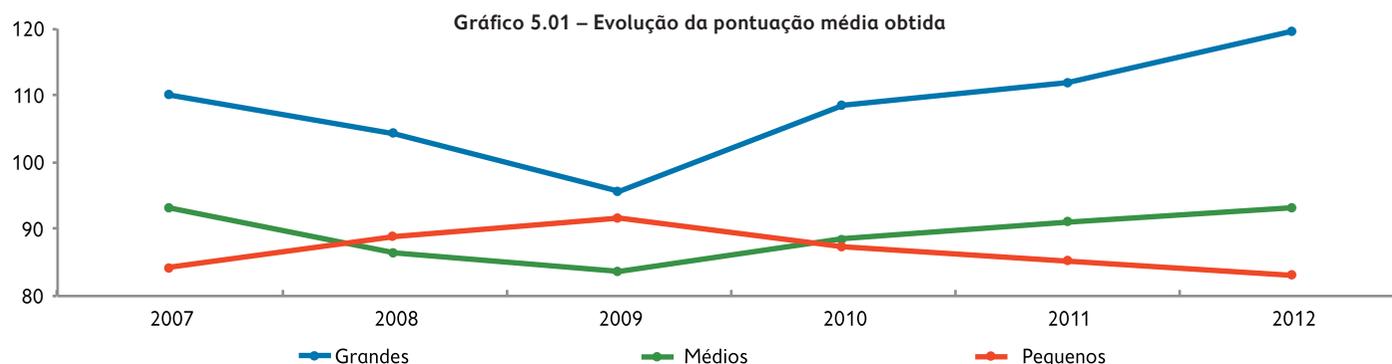
Com base nesses indicadores e analisando o quadro 5.02, onde se somou a pontuação de todos os municípios distribuídos pelos três grupos de

classificação em termos de dimensão (pequenos, médios e grandes), verifica-se que os grandes municípios têm uma pontuação média mais elevada em comparação com os municípios de média e pequena dimensão. No entanto, se analisarmos apenas os dez melhores municípios de cada um destes grupos (pequenos, médios e grandes), e conforme quadro 5.03, os municípios de média dimensão têm melhor pontuação, melhor eficiência financeira. Do quadro 5.02, e do gráfico 5.01 concluiu-se que no ano de 2012, em termos globais, os municípios apresentam pontuação mais elevada, isto é, maior eficiência financeira, que a verificada nos cinco anos anteriores. Já no ano de 2011, se verificou uma melhoria global da pontuação obtida através dos rácios em apreço.

Quadro 5.02 – Pontuação média* obtida pelos municípios por dimensão no período de 2008 a 2012

Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grandes	110,2	104,2	95,7	108,6	111,8	119,6
Médios	93,3	86,5	83,6	88,5	91,2	93,1
Pequenos	84,3	89,0	91,7	87,3	85,2	83,1
Média	95,9	93,2	90,3	94,8	96,1	98,6

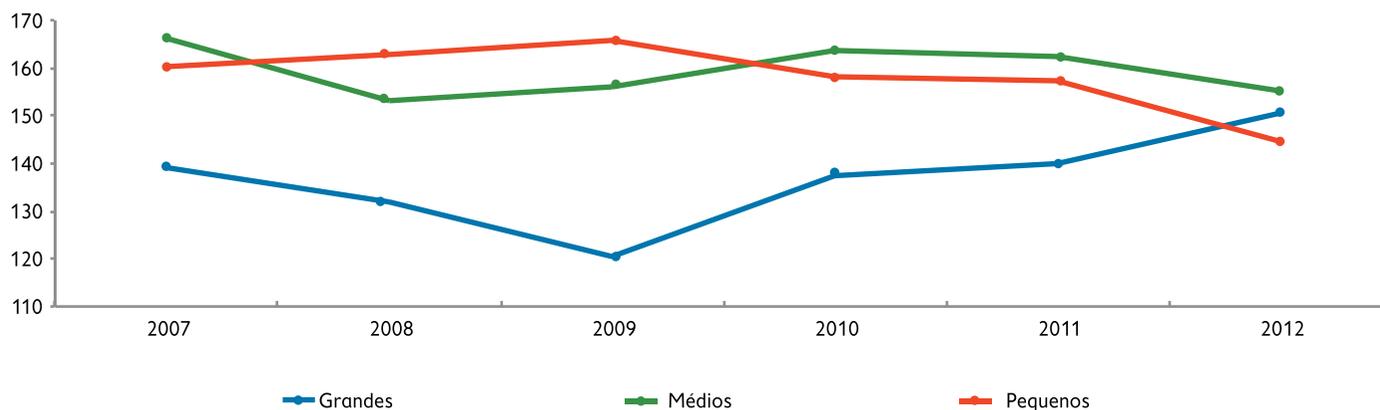
* Fórmula: Soma da pontuação obtida pelos municípios de cada dimensão / n.º de municípios de cada dimensão.



Quadro 5.03 – Pontuação média dos dez melhores municípios de cada dimensão

Dimensão	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grandes	139,2	131,9	120,3	137,4	140,0	150,8
Médios	166,1	153,2	155,9	163,9	162,6	155,1
Pequenos	160,3	162,8	165,9	158,4	157,5	144,6
Média	155,2	149,3	147,4	153,2	153,4	150,2

Gráfico 5.02 - Evolução da pontuação média dos dez melhores municípios



5.3. Ranking Global dos municípios

Com base na pontuação obtida pela aplicação dos rácios do quadro 5.01, são apresentados os municípios com pontuação mais elevada, concluindo-se daí pela melhor eficiência financeira.

Considerando que este anuário se refere a 2011 e a 2012 e porque para efeitos de comparabilidade interessa conhecer o ano anterior ao analisado, entendemos apresentar a pontuação para cada um dos três anos do triénio 2010 / 2012, bem como elaborar um *ranking* referente à performance de cada município no conjunto destes três anos. Mais se entendeu apresentar esta hierarquização de municí-

pios, por grupo de dimensão, resultando daí a apresentação de três listagens ordenadas.

No *ranking* R67.A são apresentados os 10 municípios de grande dimensão com melhores indicadores de eficiência financeira acumulada desde 2010. No *ranking* R67.B são apresentados os 25 primeiros municípios de média dimensão, também com melhores indicadores de eficiência financeira tendo em conta os anos de 2010, 2011 e 2012. E no *ranking* R67.C, apresentam-se os 35 primeiros municípios de pequena dimensão com melhor eficiência financeira.

R67.A – *Ranking* Global dos 15 melhores municípios de grande dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012

Município	Distrito	Pontuação			
		2010	2011	2012	2010 a 2012
1 Amadora	Lisboa	154	172	168	494
2 Vila Franca de Xira	Lisboa	154	179	153	486
3 Almada	Setúbal	153	126	147	426
4 Barcelos	Braga	136	129	160	425
5 Vila Nova de Famalicão	Braga	132	129	148	409
6 Oeiras	Lisboa	133	121	149	403
7 Maia	Porto	120	123	145	388
8 Porto	Porto	93	150	137	380
9 Braga	Braga	143	149	82	374
10 Loures	Lisboa	115	122	127	364

R67.B – Ranking Global 30 melhores municípios de média dimensão, em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012

	Município	Distrito	Pontuação			
			2010	2011	2012	2010 a 2012
1	Castelo Branco	Castelo Branco	171	180	178	529
2	Elvas	Portalegre	173	166	150	489
3	Anadia	Aveiro	180	179	124	483
3	Ovar	Aveiro	173	150	160	483
5	Mealhada	Aveiro	161	174	147	482
6	Tondela	Viseu	166	132	155	453
7	Fafe	Braga	166	135	144	445
8	Cinfães	Viseu	168	139	132	439
9	Albergaria-a-Velha	Aveiro	158	147	133	438
10	Ponte de Lima	Viana do Castelo	147	168	112	427
11	Caldas da Rainha	Leiria	117	159	150	426
12	Marinha Grande	Leiria	139	129	150	418
12	Viseu	Viseu	102	146	170	418
14	Pombal	Leiria	127	156	133	416
15	Amarante	Porto	138	131	136	405
16	Bragança	Bragança	144	147	111	402
17	Arouca	Aveiro	131	127	134	392
18	Águeda	Aveiro	115	145	123	383
19	Abrantes	Santarém	140	115	126	381
19	Porto de Mós	Leiria	116	133	132	381
21	Esposende	Braga	97	130	147	374
22	Salvaterra de Magos	Santarém	131	121	121	373
23	Marco de Canaveses	Porto	105	142	120	367
24	Benavente	Santarém	116	118	129	363
24	Mafra	Lisboa	110	130	123	363

**R67.C – Ranking Global dos 50 melhores municípios de pequena dimensão,
em termos de eficiência financeira – soma da pontuação obtida em 2010, 2011 e 2012**

Município	Distrito	Pontuação				
		2010	2011	2012	2010 a 2012	
1	Coruche	Santarém	155	157	158	470
2	Pampilhosa da Serra	Coimbra	159	159	151	469
3	Penalva do Castelo	Viseu	173	154	138	465
4	Mortágua	Viseu	137	167	147	451
5	Ponte de Sor	Portalegre	147	164	138	449
6	Castelo de Vide	Portalegre	159	146	143	448
7	Arronches	Portalegre	149	152	140	441
8	Marvão	Portalegre	145	152	140	437
9	Portel	Évora	158	148	129	435
10	Gavião	Portalegre	141	155	138	434
11	Penedono	Viseu	159	153	120	432
12	Aguiar da Beira	Guarda	156	144	126	426
13	Alcoutim	Faro	130	144	143	417
14	Idanha-a-Nova	Castelo Branco	119	160	136	415
15	Murtosa	Aveiro	145	138	127	410
15	Santa Cruz das Flores	Açores	143	142	125	410
15	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	118	154	138	410
18	Redondo	Évora	129	138	126	393
19	Vila do Porto	Açores	140	135	117	392
20	São Brás de Alportel	Faro	114	149	126	389
21	Alcácer do Sal	Setúbal	145	133	109	387
21	Oleiros	Castelo Branco	136	136	115	387
23	Sever do Vouga	Aveiro	135	132	113	380
23	Viana do Alentejo	Évora	148	118	114	380
25	Sátão	Viseu	131	115	133	379
26	Mértola	Beja	113	121	143	377
27	Condeixa-a-Nova	Coimbra	112	127	136	375
28	São Roque do Pico	Açores	119	134	118	371
29	Sernancelhe	Viseu	140	123	107	370
30	Carregal do Sal	Viseu	119	129	121	369
31	Carrazeda de Ansiães	Bragança	113	112	143	368
32	Penacova	Coimbra	111	125	128	364
33	Montalegre	Vila Real	102	136	123	361
34	Boticas	Vila Real	133	105	119	357
35	Horta	Açores	124	97	135	356

CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES

Da informação e análise apresentada nos pontos antecedentes deste anuário, destacam-se os apontamentos que a seguir se apresentam, organizados segundo o índice do mesmo.

6.1. A receita autárquica

- Em 2011 e 2012, continuou a verificar-se uma **taxa de execução das receitas** globalmente baixa, cobrando-se, apenas e respetivamente, 56% e 59,1% da receita estimada. Os montantes de receita orçada e cobrada, em 2011, foram de 12,6 mil milhões de euros e de 7,7 mil milhões de euros e, em 2012, foram de 11,6 mil milhões de euros e de 7,6 mil milhões de euros.
- Em 2011, 59 municípios apresentaram uma taxa de execução da receita igual ou superior a 75%. Em 2012, foram 92 os municípios que estiveram nesta situação, verificando-se uma melhoria no grau de fiabilidade do orçamento de receita. Destes, só 10 municípios, em 2011, e 18 municípios, em 2012, apresentaram um grau de execução da receita superior a 90%. Em ambos os anos, surgem municípios com execução de receita inferior a 50%: 50 municípios em 2011 e 41 em 2012.
- As **transferências** correntes e de capital continuaram a ser a receita mais representativa na estrutura da receita autárquica, representando, em média, 44,3% das receitas totais. Esta receita foi a única que apresentou crescimento contínuo entre 2007 e 2011. Em 2012, o montante recebido pelos municípios, proveniente de transferências, baixou 75,9 milhões de euros (-2,1%), totalizando um pouco mais que 3,5 mil milhões de euros.
- As **transferências do Estado** têm diminuído sucessivamente desde 2010, tendo os municípios, na sua globalidade, recebido menos 29,7 milhões de euros (-3,4%) nesse ano, menos 66,5 milhões de euros (-7,9%) em 2011 e menos 54,4 milhões de euros em 2012 (-7%),

ficando esta receita autárquica muito abaixo do valor médio dos últimos seis anos.

- A receita proveniente dos **fundos comunitários** apresentou um acréscimo, em 2011, de 194,9 milhões de euros (+46,7%) e, em 2012, de 70,8 milhões de euros (+11,6%)
- As receitas fiscais provenientes de **Impostos e Taxas** são a segunda receita mais importante dos municípios, apresentando, em 2011 e 2012, respetivamente, um decréscimo de 3,1% (-78,4 milhões de euros) e de 2,3% (-56,3 milhões de euros).
- O volume de **Empréstimos Bancários** (Passivos Financeiros) representou, entre 2007/2012, em média, 6,5% do total da receita arrecadada. A partir de 2009, a utilização de receita creditícia baixou progressivamente, tendo em 2010 apresentado uma diminuição de 46,5% (-448,6 milhões de euros), em 2011 e uma redução de 8,2% (-42,1 milhão de euros) e, em 2012 uma fortíssima redução de 53,8% (-254,2 milhões de euros). Neste último ano, o volume de receita creditícia baixou para níveis inferiores ao verificado em 2007.
- Há a assinalar, para a totalidade dos municípios, em 2011 e 2012, o aumento global do **IMI**, respetivamente de 5,4% e 5,2% e do **IUC**, em 8% e 13,1%, enquanto o **IMT** apresentou diminuição significativa de valor (respetivamente -18,6% e -23%) em cada um destes anos. A **Derrama** apresentou diminuição de valor em 2011 (-6,1%) e um ligeiro aumento em 2012 (+3,8%) que não foi suficiente para atingir, sequer, o montante arrecadado em 2010.
- Em 2011, 23 municípios apresentaram descida do IMI e 188 municípios descida do IMT, sendo que 17 municípios tiveram descida simultânea do IMI e IMT. Em 2012 o cenário foi mais gravoso para os municípios: 49 apresentaram descida do IMI, 228 municípios descida do IMT e 36 municípios apresentaram descida simultânea de IMI e IMT.

6.2. Despesa autárquica

- A despesa comprometida tem excedido, de forma significativa, a receita cobrada, provocando um excesso de despesa em relação a meios de pagamento disponíveis, que ultrapassou os 2,5 mil milhões de euros em 2011, embora tenha diminuído em relação a 2010. Em 2012, baixa significativamente para 1,8 mil milhões de euros. Este excedente de despesa em relação à receita cobrada coloca os municípios em risco de incumprimento financeiro.
- Os compromissos por pagar, que refletem o excesso de despesa realizada sobre a receita cobrada e que apresentaram sucessivos aumentos entre 2007 e 2010, começaram a diminuir em 2011, fruto da ligeira contração da despesa, iniciada a partir desse ano. Contudo, em 2011 e em 2012, apesar dessa diminuição, os montantes atingiram, respetivamente, os 2,7 mil milhões de euros e os 2,2 mil milhões de euros.
- Os municípios, na sua generalidade, assumiram, em cada ano económico, compromissos a pagar em exercícios futuros, de valor considerável. Estes encargos, a vencerem-se nos anos seguintes, têm crescido extraordinariamente, representando 52% das receitas a arrecadar, em 2011 e 63,9 % em 2012. Atingiram nestes dois anos, respetivamente, o valor de 4 mil milhões de euros e de 4,9 mil milhões de euros. Quando adicionado a estes compromissos para os anos futuros, o montante de compromissos líquidos por pagar no exercício e que transitam para o exercício seguinte, poder-se-á dizer que o ano de 2011 se iniciou, no sector autárquico, com um volume de encargos para pagar no valor de 5,6 mil milhões de euros (71,2% das cobranças prováveis) e o ano de 2012, começou com um volume de encargos assumidos e não pagos de 6,3 mil milhões de euros (82% das cobranças prováveis). Mais se conclui, que o ano económico de 2013 herdou, para orçamentar, um volume de despesa já compromissada e para pagar, no valor de 6,6 mil milhões de euros.
- Em 2011 foi pago 73,7% da despesa realizada, mas com diferentes graus de pagamento das despesas correntes e das despesas de capital. Das primeiras, foram pagas 82,3% e das segundas, foram pagas 61,3%. Em 2012 a situação foi similar, tendo sido pago 77,4% das despesas realizadas, com liquidação de 82,8% das despesas correntes e 69,6% das despesas de capital.
- A aquisição de bens e serviços correntes e as despesas com investimentos (aquisições de bens de capital) foram as despesas com

níveis médios de pagamento mais baixos. No ano 2011, estes níveis atingiram os valores, respetivamente de 68,6% e de 52,2% e em 2012, respetivamente de 71,2% e 58,7%.

- Em 2012, baixaram quase todas as despesas, com exceção das despesas que não dependem do livre arbítrio dos executivos municipais, como são as despesas com juros e outros encargos financeiros e as amortizações de empréstimos bancários. Neste ano, anota-se, pelo peso dos valores envolvidos, a descida de despesa com pessoal (-11,3%), aquisição de bens de capital (-18%), transferências correntes, de capital e subsídios (em conjunto, - 26,4%) e de aquisição de bens e serviços (-0,3%)
- A despesa corrente global, em 2011, cresceu 61 milhão de euros invertendo-se a descida verificada em 2010 de - 50 milhões de euros. Contudo, em 2012 volta a baixar e no valor significativo de - 310,4 milhões de euros (- 5,1%), por via, fundamentalmente, da diminuição das despesas com pessoal no montante de 275,2.
- A despesa de capital diminuiu em termos globais, 268 milhões de euros, em 2011, e 366,3 milhões de euros em 2012. Em 2012 a variação da despesa de capital deveu-se, fundamentalmente, à diminuição do investimento em 573,7 milhões de euros e à diminuição das transferências de capital em 74,1 milhões de euros.
- Em 2011, a soma do volume da despesa por pagar com investimentos e com a aquisição de bens e serviços, ultrapassou os 2,3 mil milhões de euros, num total de encargos por pagar de 2,7 mil milhões de euros. Em 2012, o somatório destas duas categorias de despesa por pagar, atingiu 1,8 mil milhões de euros, num total de encargos por pagar de 2,2 mil milhões de euros.

6.3. Saldos Orçamentais, Saldo Efetivo e Saldo Primário

- Em 2011, pela primeira vez, na globalidade do sector autárquico, o saldo corrente resultante da diferença entre as despesas assumidas e as receitas liquidadas foi negativo (-62 milhões de euros), não se mantendo o equilíbrio orçamental corrente na situação ex post. Em 2012, este saldo, voltou a revelar-se positivo e no montante de 224 milhões de euros. Em 2011, 126 municípios apresentaram saldo corrente positivo e em 2012, 157 municípios, estiveram nessa situação. Em cada um destes anos os restantes municípios apresentaram saldo corrente negativo, em sede de prestação de contas.

- O saldo global efetivo, que historicamente se tem apresentado negativo, começou a melhorar a sua performance partir de 2010, com decréscimos sucessivos do seu valor negativo. Em 2011, este saldo foi de -2,1 mil milhões de euros e, em 2012, de -964 milhões de euros apresentando um acréscimo positivo superior a 1,1 milhões de euros.
- Relativamente ao saldo primário, verificou-se que em 2011, apesar de uma ligeira melhoria do mesmo, se manteve um saldo negativo superior a 1,9 mil milhões de euros e que em 2012, o mesmo melhorou extraordinariamente, passando para -772 milhões de euros, embora se mantendo, ainda, negativo.

6.4. Ativos e Passivos

- A partir de 2010 a aquisição de participações de capital baixaram drasticamente tendo apresentado, em 2012, um decréscimo de 7,7 milhões de euros, eventualmente associado à liquidação e fusão de empresas municipais ou outras entidades afins.
- O valor das dívidas a receber apresentou o seu valor máximo em 2011 com o total de 1 328 milhões de euros, traduzindo um aumento de 10,9%. Em 2012, esta componente do ativo baixou 90 milhões de euros (-6,8%) totalizando o montante de 1 238 milhões de euros.
- As duas componentes mais significativas dos créditos sobre terceiros são as dívidas de curto prazo constituídas sobre Clientes contribuintes e utentes e Outros devedores. Em conjunto, representaram, em 2011, 81,6% do valor dos créditos a receber totalizando 1 084 milhões de euros e, em 2012, 83,2% e o total de 1 030,2 milhões de euros. Os créditos provenientes de clientes contribuintes e utentes, em 2011, cresceram 6,2% (+13,4 milhões de euros), e em 2012, 1,3 % (+ 2,9 milhões de euros).
- Há municípios que apesar das dificuldades financeiras subjacentes à diminuição da receita autárquica, ainda têm créditos a receber de terceiros por empréstimos concedidos. Verifica-se que embora não seja uma prática generalizada, 44 autarquias emprestaram dinheiro em 2011 e, 49 municípios fizeram o mesmo em 2012. Tratou-se, contudo, de um valor materialmente insignificante na estrutura global dos ativos, mas que adquire, formalmente, uma relevância a anotar.
- Em 2011 e em 2012 o passivo exigível baixou, respetivamente, 1,1% (- 89 milhões de euros) e 13,4% (-1 094,1 milhões de euros). Foram os dois primeiros anos de descida do passivo no sector autárquico desde 2006, tendo a descida, em 2012, representado um vo-

- lume considerado de abate à dívida das autarquias. Será este o número mais significativo da gestão municipal no biênio de 2011/2012.
- No final de 2011 o valor do passivo de médio e longo prazo era de 4 997,1 milhões de euros e, no final de 2012, era de 4 370,7 milhões de euros.
- O passivo de curto prazo, em 2011, apresentou uma taxa de crescimento de 1,1% (+34,3 milhões de euros) e em 2012, apresentou um decréscimo de 14,7% (-467,7 milhões de euros). O passivo de curto prazo era, no final do ano de 2011, de 3 189,4 milhões de euros e no final de 2012, de 2 721,7 milhões de euros.

6.5. Dívida bruta global, endividamento líquido e empréstimos bancários

- A dívida bruta global dos municípios cresceu até 2010. Em 2011 apresentou uma diminuição de 90 milhões de euros (-1,1%) e, em 2012, uma descida abrupta de 1 094 milhões de euros (-13,4%). Assim, a dívida global das autarquias que, no final de 2011 era de 8 186 milhões de euros, passou para 7 092 milhões de euros no final do ano económico de 2012. Anota-se que, 190 municípios em 2011 e 277 municípios em 2012 apresentaram descida da dívida bruta (passivo exigível)
- Em 2011, os municípios abateram à dívida bruta global 2 009 milhões de euros de ativos disponíveis e em 2012 abateram 2 015 milhões de euros com a mesma origem. Face ao aumento dos ativos disponíveis para pagamento e face ao decréscimo da contração de novas dívidas, a dívida líquida dos municípios, em 2011 e 2012, baixou respetivamente 4,5% e 17,8%, pelo que, no final de 2011, a dívida líquida autárquica era de 6.1770 milhões de euros (-293 milhões de euros) e no final de 2012 era de 5 078 milhões de euros (-1 099 milhões de euros). Em 2011 baixaram a dívida líquida 198 municípios e, em 2012, 264 municípios.
- A dívida líquida global dos 308 municípios relativamente ao correspondente volume de receita a considerar para efeitos do cálculo do limite de endividamento, representou 113,4% em 2011 e de 96,5% em 2012, pelo que, ficou abaixo do máximo (125%) permitido pela Lei das Finanças Locais, em cada um destes dois anos. Todavia, verificou-se que, em 2012, 103 Municípios apresentaram um índice de endividamento líquido superior a 125% e em 2011 estiveram nessa situação 111 municípios.

- Em 2011, o valor amortizado de crédito bancário de curto prazo foi inferior ao valor global de empréstimos utilizados. Em 2012, já foi superior, cobrindo valores transitados em débito do ano anterior. Todavia, no final desse ano, ainda permaneceu em dívida, transitando para o ano de 2013, o montante de 19,6 milhões de euros de volume e empréstimos de curto prazo, não amortizado.
- Em 2011, 29 municípios transitaram de ano económico com empréstimos de curto prazo por liquidar e em 2012 estiveram nessa situação, 21 municípios.
- Para a globalidade dos municípios, a dívida total bancária de médio e longo prazo em 2012, foi de 4.090 milhões de euros, tendo apresentado uma taxa de diminuição de 9,3% em relação a 2011.
- Em 2011 o volume total de amortizações foi de 476 milhões de euros e em 2012 foi de 773 milhões de euros, apresentando uma taxa de aumento de 62,3%. Por outro lado, o volume de utilização de crédito bancário de médio e longo prazo, em 2011 foi de 327,4 milhões de euros e em 2012 foi, apenas, de 110,9 milhões de euros, denotando uma taxa de diminuição de 66,1% de recurso a crédito bancário.
- Assim, no final do ano de 2012, o *stock* da dívida à banca de MLP diminuiu 662,2 milhões de euros fruto da conjugação do aumento do capital amortizado em 297,1 milhões de euros e a diminuição do recurso ao crédito em 216,5 milhões de euros.
- A análise das contas dos municípios permitiu obter a informação de que 240 municípios apresentaram, em dezembro de 2012, um *stock* da dívida bancária inferior ao limite legal de 100% das receitas próprias, tal como definido na LFL.

6.6. Liquidez

Em 2012, faltava liquidez a 58% dos municípios portugueses para pagarem as suas dívidas, pois 179 municípios apresentaram situação de liquidez negativa (208 em 2011).

6.7. Sobre as entidades do setor empresarial local

- A amostra objeto de análise comparativa do SEL respeita a 293 entidades do SEL para o período de 2011 e a 286 para o período de comparação evolutiva entre 2009, 2010 e 2011.
- No ativo corrente, o acréscimo dos créditos registados em outras contas a receber, no montante de +41,37 milhões de euros (+17,4%) foi determinante para o seu aumento em +5,5% (+46,5 milhões de

euros) em 2011, tratando-se este de um ativo considerável disponível a curto prazo, cujo peso é o mais relevante na estrutura do ativo corrente (31,3% em 2011).

- A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios, pela inclusão dos subsídios ao investimento nas rubricas respetivas (antes reconhecidos como proveitos diferidos), designadamente em “outras variações do capital próprio” que, em 2011, atingiram 34,5% do total do Capital Próprio.
- O “Resultado Líquido do Período” registou uma variação positiva de 262,6%, isto é, de +19 milhões de euros, tendo em 2011 registado um total positivo de 11,77 milhões de euros, contrariamente ao que aconteceu em 2009 e 2010.
- Em 2011, 77,7% do passivo não corrente era constituído por financiamentos obtidos, no total de 751,6 milhões de euros. Este valor representou um aumento de 27,7 milhões de euros (+3,8%) em relação a 2010 que, com os acréscimos verificados, também, em diferimentos, passivos por impostos diferidos e outras contas a pagar respetivamente em +18,5 milhões de euros (0 em 2010), +12,4 milhões de euros (+13,1%) e +12,1 milhões de euros (+27,3%), foram determinantes para o aumento líquido total do passivo não corrente de 52,8 milhões de euros (+5,8%).
- Contribuíram para o aumento do passivo corrente o acréscimo de valor das rubricas financiamentos obtidos em +11,7 milhões de euros (+5,1%) e cujo peso no passivo corrente é de 27,7%, outros passivos financeiros em +6,9 milhões de euros (+77,9%), acionistas /sócios em +6,6 milhões de euros (+39%) e outras contas a pagar em +4,6 milhões de euros (+2%), representando este último 27,4% do total do passivo corrente. Por sua vez, a dívida a fornecedores, cujo peso é de 25,3%, em 2011 diminuiu 7,4 milhões de euros (-3,3%).
- Em 2011 o passivo exigível teve um aumento de 40,9 milhões de euros, ocasionado, essencialmente, pelo acréscimo de financiamentos obtidos não correntes e correntes.
- Na globalidade, o SEL diminuiu o seu endividamento líquido em 36,8 milhões de euros (-3,8%) em 2011, por via do aumento do seu ativo exigível em 77,7 milhões de euros (+12,6%), já que o total das dívidas a pagar aumentou 40,9 milhões de euros (+2,6%). Da aplicação do processo de cálculo do endividamento líquido nos termos da LFL, verificou-se ainda que 114 entidades do setor empresarial

autárquico (aproximadamente 39%), mais 11 que em 2010 e menos 5 que em 2009, não apresentaram endividamento líquido.

- Contribuíram para o aumento dos rendimentos, o acréscimo em outros rendimentos e ganhos em +36 milhões de euros (+53,2%), pese embora tenham diminuído as vendas e serviços prestados em 13,1 milhões de euros (-1,7%).
- Contribuiu, em grande medida, para o resultado positivo de 2011 a diminuição dos gastos com fornecimento e serviços externos em 23,7 milhões de euros (-5%), dos gastos com pessoal em 12,8 milhões de euros (-4,7%) e a diminuição do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) em 7,1 milhões de euros (-9,7%). Em conjunto com o aumento de outros rendimentos e ganhos, esta diminuição permitiu suportar o acréscimo nos gastos manifestado com o aumento de outros gastos e perdas em 33,9 milhões de euros (+134,8%). É ainda de relevar a diminuição registada em variação nos inventários da produção, de -11,8 milhões de euros (-89,3%) e aumento de gastos com juros e gastos similares suportados em +11 milhões de euros (+25,2%).
- Em 2011, 24 entidades empresariais passaram de resultados líquidos negativos para resultados positivos.
- 204 Entidades empresariais (71,3%) obtiveram resultados operacionais positivos apresentando na sua globalidade o valor de 67,5 milhões de euros. Este valor foi portanto suficiente para cobrir o total dos gastos em juros e outros encargos similares no montante de 54,5 milhões de euros para todo o SEL. De 2010 para 2011 verificou-se uma melhoria global dos resultados operacionais em 94% (+32,7 milhões de euros). Ao longo do triénio o nº de entidades com resultados antes de impostos negativos desceu consideravelmente, sendo cerca de 36% em 2011.
- A aplicação do n.º1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, deverá resultar na extinção de 141 empresas municipais (49,3%) das 286 em análise. Importa referir que este número não resulta da soma das empresas em incumprimento de acordo com cada alínea, dado que há entidades que se verificam em situações dispostas por mais do que uma alínea, havendo inclusive 8 entidades em incumprimento para com as quatro alíneas.

ANEXO I: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2011

Unidade: euros

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	M	Abrantes	-605.826	1.687.401	21.744.031	12.068.880	65%	25%
SMA		Ambientabrantes	-171.110	91.102	459.918	-1.420.759	--	--
CM	M	Águeda	2.897.864	3.115.185	12.479.544	6.234.984	28%	11%
CM	P	Aguiar da Beira	-1.331.504	-1.909.502	4.594.763	-255.794	-4%	0%
EEM		ABTT - Aguiar da Beira, Termas e Turismo	-19.787	-18.538	8.368	-147.731	--	--
CM	P	Alandroal	-949.706	-1.295.966	19.840.812	17.674.726	255%	32%
CM	M	Albergaria-a-Velha	-2.120.459	-1.264.961	7.788.068	2.217.997	21%	4%
SMAS		Albergaria-a-Velha	0	0	0	0	--	--
CM	M	Albufeira	-11.342.311	-7.240.574	66.020.471	55.033.996	144%	53%
CM	P	Alcácer do Sal	-720.464	183.024	3.248.391	-502.050	-3%	12%
EM		EMSUAS - Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	17.090	9.533	329.621	45.375	--	--
CM	P	Alcanena	1.040.564	883.559	17.540.262	16.993.657	222%	11%
Soc.		Empresa de Melhoramentos de Alcanena	1.361	1.146	294.591	277.299	--	--
CM	M	Alcobaça	5.996.362	3.528.534	27.135.523	17.070.690	71%	54%
EEM		Terra de Paixão	-825	-838	23.098	5.579	--	--
SMAS		Alcobaça	-916.932	114.557	15.470.848	9.957.230	--	--
CM	P	Alcochete	-2.919.466	-2.072.656	14.181.801	12.300.802	124%	54%
CM	P	Alcoutim	1.369.936	1.091.268	1.978.454	544.781	8%	0%
CM	M	Alenquer	-1.584.743	-1.047.308	22.695.053	20.312.861	102%	39%
CM	P	Alfândega da Fé	1.882.646	661.354	19.975.320	18.150.928	281%	9%
EM		Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico	-145.674	-211.028	2.601.238	2.446.730	--	--
EM		EDEAF-Empresa Municipal de Desenvolvimento	-114.746	-152.057	876.127	518.298	--	--

* No caso dos municípios e dos serviços municipalizados, o passivo exigível é obtido através da soma das dívidas a terceiros de curto prazo com as dívidas a terceiros de médio e longo prazo. Por sua vez, nas empresas municipais considera-se o passivo exigível, o passivo não corrente e o passivo corrente subtraindo-se a este as provisões, os diferimentos e os passivos por impostos diferidos.

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Alijó	2.208.931	1.417.594	25.345.467	22.875.738	279%	86%
CM	P	Aljezur	37.842	548.931	6.023.706	5.695.891	81%	8%
CM	P	Aljustrel	-957.293	85.956	9.962.744	8.111.987	112%	26%
CM	G	Almada	5.278.590	9.227.040	51.136.044	9.444.468	16%	11%
EM		ECALMA-Estacionamento e Circulação	-122.367	-131.532	212.617	-360.348	--	--
SMAS		Almada	-802.885	729.711	8.911.995	-21.863.030	--	--
CM	P	Almeida	-257.821	116.512	7.930.183	6.489.749	74%	15%
EEM		Almeida Municipia-Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Gestão de Equipamentos	69.016	69.155	127.411	-100.484	--	--
CM	M	Almeirim	-4.570.074	-3.300.122	9.610.981	7.415.244	70%	9%
CM	P	Almodôvar	1.419.951	2.259.546	7.081.351	4.698.883	48%	0%
CM	P	Alpiarça	-2.532.038	-2.717.428	13.805.986	10.898.677	208%	18%
CM	P	Alter do Chão	-329.497	-363.542	3.372.385	2.299.411	47%	21%
CM	P	Alvaiázere	-3.727.559	-3.000.956	7.808.677	6.996.149	119%	43%
CM	P	Alvito	138.132	121.527	1.451.012	949.747	24%	4%
CM	G	Amadora	3.247.212	10.140.186	47.480.321	-17.350.687	-27%	5%
EM		Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	48.868	36.450	459.884	-3.453.479	--	--
CM	M	Amarante	3.985.779	2.567.917	12.387.790	9.290.842	41%	4%
CM	P	Amares	1.939.865	1.001.325	16.927.435	8.390.803	112%	45%
CM	M	Anadia	158.080	510.819	7.078.869	-16.326.072	-140%	2%
SMAS		Anadia	66.622	197.413	128.044	-553.402	--	--
SM		Angra do Heroísmo	-1.585.100	92.696	3.205.822	371.711	--	--
CM	M	Angra do Heroísmo	4.266.049	1.890.017	26.309.351	11.319.526	79%	9%
EEM		Culturangra	39.774	0	1.259.032	302.461	--	--
CM	P	Ansião	-167.131	129.466	16.242.382	15.550.722	213%	63%
CM	M	Arcos de Valdevez	867.263	2.869.373	20.796.218	19.511.691	122%	41%
CM	P	Arganil	121.192	718.531	9.055.284	6.804.558	80%	11%
CM	P	Armamar	1.163.223	397.248	10.889.591	10.258.467	154%	46%
CM	M	Arouca	4.036.035	2.576.388	5.628.229	4.206.218	36%	7%
CM	P	Arraiolos	-330.903	-324.538	9.448.323	8.337.209	108%	12%
CM	P	Arronches	1.265.667	1.411.564	1.989.542	-2.559.526	-52%	1%
CM	P	Arruda dos Vinhos	-845.560	-462.109	9.331.067	7.804.916	109%	47%
EM		Gesruda - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços	14.926	11.813	101.403	-6.136	--	--
CM	M	Aveiro	229.963	-3.325.170	146.687.456	137.993.763	447%	84%
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	106.281	73.577	822.166	-18.397	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM		EMA - Estádio Municipal de Aveiro	9.978	-5.557	5.268.515	4.605.470	--	--
EM		Moveaveiro	-1.344.338	-1.412.579	3.614.812	3.386.576	--	--
EM		TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	-211.331	-211.396	415.088	144.174	--	--
SMAS		Aveiro	-2.405.707	-829.073	6.750.347	4.599.819	--	--
Soc.		Teatro Aveirense, Lda	8.356	2.650	381.229	78.849	--	--
CM	P	Avis	-1.792.852	-1.993.032	5.507.555	4.545.775	66%	20%
CM	M	Azambuja	-962.744	-1.719.789	18.169.738	15.531.295	130%	32%
EM		EMIA - Infraestruturas de Azambuja	244.785	76.605	8.806.705	6.509.361	--	--
CM	M	Baião	1.031.977	801.328	6.743.661	5.798.867	51%	8%
CM	G	Barcelos	1.796.633	-4.252.252	39.285.640	27.948.578	63%	22%
EM		EMDB - Empresa Municipal de Desportos	-192.277	-179.375	265.127	-298.818	--	--
EM		EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	235.366	165.629	1.724.290	-1.637.104	--	--
CM	P	Barrancos	260.925	75.213	3.237.672	3.001.970	83%	12%
CM	M	Barreiro	2.248.931	-579.659	43.933.031	40.816.252	133%	55%
SMTC		Transp. Colectivos do Barreiro	-1.076.451	-525.493	5.619.526	4.139.861	--	--
CM	P	Batalha	-3.199.051	-2.773.838	4.556.164	3.381.162	43%	14%
EM		IserBatalha - Gestão de Equip. Urb., Cultural e Inserção	4.412	906	338.398	-29.227	--	--
CM	M	Beja	533.453	-862.867	25.575.464	24.713.709	145%	34%
EM		EMAS - Água e Saneamento	243.284	110.057	3.496.667	642.050	--	--
EM		Expobeja - Sociedade Gestora do Parque de Feiras e Exposições	-19.467	-19.467	129.542	-87.526	--	--
EM		Inovobeja - Empresa Municipal de Desenvolvimento	15.966	10.025	193.353	62.116	--	--
CM	P	Belmonte	-1.315.586	-994.704	4.046.098	2.844.357	51%	21%
EM		EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	1.251	1.392	45.226	23.820	--	--
CM	M	Benavente	-130.290	-519.904	5.470.909	4.616.754	36%	13%
CM	P	Bombarral	5.706	-444.271	9.675.365	9.187.061	152%	70%
CM	P	Borba	55.507	304.936	13.613.407	11.949.523	222%	92%
CM	P	Boticas	-986.450	-1.060.303	5.206.811	3.999.455	61%	16%
CM	G	Braga	36.048.187	24.398.218	81.778.613	68.480.238	94%	5%
EM		AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	5.586.123	3.208.502	58.351.445	47.143.587	--	--
EM		BRAGAHABIT - Habitação	-4.986	882	474.159	-345.431	--	--
EM		PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga	-9.445	18.436	891.432	-375.569	--	--
EM		TUB - Transportes Urbanos	227.174	37.830	10.483.382	9.302.931	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SA		BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	993.489	703.925	9.734.110	5.753.074	--	--
SA		Teatro Circo de Braga	257.344	219.271	946.909	496.690	--	--
CM	M	Bragança	1.875.393	2.456.494	13.551.638	8.363.064	39%	11%
EM		MMB - Mercado Municipal de Bragança	-3.032	-23.392	1.087.523	926.511	--	--
CM	P	Cabeceiras de Basto	2.407.116	1.870.944	13.284.038	6.871.022	64%	19%
EM		Emunibasto	122.778	108.261	273.403	-193.696	--	--
CM	P	Cadaval	-79.574	533.267	5.292.861	4.323.461	61%	24%
CM	M	Caldas da Rainha	-276.326	-40.484	9.105.509	4.807.169	24%	14%
SMAS		Caldas da Rainha	-348.907	28.786	922.887	-3.405.661	--	--
CM	P	Calheta (R. A. A.)	1.243.439	1.015.191	9.673.744	8.628.295	216%	19%
CM	P	Calheta (R. A. M.)	-589.638	80.585	14.668.861	12.033.704	152%	85%
EM		Empreendimentos Sol-Calheta	46.985	37.971	439.000	394.462	--	--
CM	M	Câmara de Lobos	-1.350.938	7.664.775	20.779.002	13.653.811	117%	67%
CM	P	Caminha	-2.740.913	-2.681.918	11.401.014	5.900.072	59%	13%
CM	P	Campo Maior	390.402	786.862	1.931.640	1.594.937	25%	16%
EM		CampoMaior XXI	53.407	53.407	64.905	-21.947	--	--
CM	M	Cantanhede	1.630.628	1.735.254	36.129.866	33.282.287	208%	25%
EM		INOVA - Emp. de Desenv Econom e Social de Cantanhede	586.529	435.740	6.656.857	5.713.223	--	--
CM	P	Carrazeda de Ansiães	3.373.695	4.266.737	7.465.952	4.540.181	58%	18%
CM	P	Carregal do Sal	-2.879.073	-2.612.905	5.716.306	4.039.929	72%	8%
CM	M	Cartaxo	-3.456.669	-5.394.117	44.607.728	28.858.699	301%	104%
EM		Rumo 2020	224.002	20.667	7.127.794	4.167.326	--	--
CM	G	Cascais	12.000.837	10.108.527	85.211.904	76.276.054	58%	29%
EM		Arcascais - Emp. Gestora do Aeródromo de Cascais	23.562	9.885	752.041	-409.331	--	--
EM		EMAC - Emp. de Ambiente	534.833	157.598	12.205.654	3.982.652	--	--
EM		EMGHA - Emp. de Gestão do Parque Habitacional de Cascais	138.025	86.806	323.159	-460.495	--	--
EM		Fortaleza de Cascais	-216.068	-215.173	133.466	-234.797	--	--
EM SA		Cascais Dinâmica - Gestão Economia, Comércio e Empreend.	-41.987	-90.014	3.652.610	1.155.510	--	--
EM SA		Cascais Próxima - Gestão Mob., Espaços Urb. e Energias	362.699	78.799	7.545.984	180.021	--	--
Soc.		Tratospital - Tratamento de Resíduos Hospitalares, Unipessoal, Lda	-43.695	-100.657	1.635.242	141.693	--	--
CM	P	Castanheira de Pêra	-841.280	-646.046	11.998.220	10.412.117	274%	119%

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM	Prazilandia -Turismo e Ambiente	-65.726	-76.680	993.574	576.988	--	--
SA	RIBEIRAPERA-Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	2.202	1.153	37.080	15.445	--	--
CM	M Castelo Branco	8.939.353	13.597.111	14.087.737	-19.195.403	-57%	3%
EM	ALBIGEC - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer	-54.264	-55.095	88.656	-89.981	--	--
SMAS	Castelo Branco	112.520	1.887.762	1.302.019	-70.685.878	--	--
CM	P Castelo de Paiva	303.326	-435.888	15.350.184	13.392.916	176%	22%
CM	P Castelo de Vide	771.823	944.133	1.363.995	121.025	3%	7%
CM	P Castro Daire	596.250	553.682	10.036.493	7.205.925	70%	39%
CM	P Castro Marim	-3.100.351	-3.129.328	8.105.612	5.386.717	60%	22%
EM SA	NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	3.030	716	258.624	-44.219	--	--
CM	P Castro Verde	1.266.660	1.647.662	5.971.310	2.808.856	31%	16%
CM	P Celorico da Beira	29.069	-537.184	24.799.040	22.991.710	296%	92%
EM	EMCEL - Empresa Municipal Celoricense - Gestão de Espaços Culturais e Sociais	73.388	6.089	1.810.847	1.446.859	--	--
CM	M Celorico de Basto	-1.117.814	-576.690	22.465.892	15.935.005	156%	18%
EM	Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local	22.816	3.737	3.719.531	3.415.671	--	--
CM	P Chamusca	1.335.214	579.839	10.972.809	9.944.610	108%	60%
CM	M Chaves	-9.655.895	-12.442.552	42.852.410	35.428.879	179%	86%
EEM	Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	135.645	110.652	584.790	289.324	--	--
CM	M Cinfães	1.961.480	1.087.095	1.789.308	-883.983	-8%	6%
EM	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	4.281	-391	207.656	-102.274	--	--
CM	G Coimbra	593.837	4.604.174	74.862.576	47.991.736	73%	19%
EEM	AC Aguas de Coimbra	667.181	534.404	20.639.222	3.955.239	--	--
EM	TC Turismo de Coimbra	169.666	205.539	359.983	-203.310	--	--
EM SA	Coimbra Inovação Parque - Parque de Inovação em Ciência em Tecnologia, Saúde	-400.334	-427.944	6.736.036	1.529.437	--	--
SA	PRODESO - Ensino Profissional	19.201	11.540	56.434	-1.379.675	--	--
SA	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	13.227	7.943	80.074	-118.698	--	--
SMTUC	Transportes Urbanos de Coimbra	-1.591.965	-285.628	4.256.154	2.747.036	--	--
CM	P Condeixa-a-Nova	-2.034.707	-1.341.886	5.911.828	4.599.237	62%	15%
CM	P Constância	-264.575	82.657	4.722.280	4.014.128	94%	7%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Coruche	2.157.693	3.207.690	6.634.493	2.337.327	15%	7%
CM	P	Corvo	417.615	552.071	1.566.209	1.260.232	78%	13%
CM	M	Covilhã	-2.905.464	-4.781.343	84.385.177	53.417.568	240%	24%
EEM		ICOVI - Infraestruturas e Concessões	649.033	594.041	1.694.961	487.019	--	--
EM		ADC - Aguas da Covilhã	1.101.049	622.766	21.429.496	14.277.120	--	--
EM		Nova Covilhã, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	18.175	-13.733	1.642.452	1.535.840	--	--
SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	24.923	-51.624	2.135.776	1.672.422	--	--
CM	P	Crato	263.123	706.370	5.943.307	3.849.248	61%	11%
CM	P	Cuba	325.182	699.839	3.895.229	3.166.272	73%	12%
Soc.		Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	36.722	19.344	126.614	-1.240.939	--	--
CM	M	Elvas	-1.089.759	559.101	2.759.877	-14.331.346	-112%	2%
CM	M	Entroncamento	-2.536.377	-2.303.862	17.776.067	6.152.853	70%	48%
CM	M	Espinho	-4.814.995	-5.014.766	44.209.874	40.582.519	243%	134%
CM	M	Esposende	1.309.137	698.699	13.600.564	11.221.601	78%	8%
EEM		EAMB - Esposende Ambiente	190.863	65.445	7.604.131	4.919.702	--	--
EEM		ESPOSENDE 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas	18.820	7.510	343.830	29.892	--	--
CM	M	Estarreja	1.094.532	2.068.141	17.917.328	14.115.938	123%	28%
CM	P	Estremoz	-3.155.161	-2.424.986	15.062.499	11.497.357	109%	58%
CM	M	Évora	-14.224.361	-14.013.178	78.656.308	71.742.765	239%	107%
EEM		HABEVORA - Gestão habitacional	56.391	17.908	11.685.845	7.366.021	--	--
CM	M	Fafe	4.996.363	2.964.105	9.143.303	7.263.400	30%	5%
CM	M	Faro	1.448.185	-4.548.624	67.732.266	63.018.824	228%	98%
EM		FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	733.922	427.432	10.557.751	3.437.624	--	--
EM		TMF - Teatro Municipal de Faro	156.689	152.601	331.306	-188.388	--	--
SA		Ambifaro-Agência par o Desenvolvimento Económico de Faro	-102.429	-103.263	1.512.956	1.353.599	--	--
SA		Mercado Municipal de Faro	249.184	-240.663	12.349.380	12.068.395	--	--
CM	M	Felgueiras	-4.603.283	-5.161.961	25.108.365	13.839.428	57%	24%
EM		ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	23.276	-89.243	2.398.973	678.518	--	--
EM		EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	-162.245	-162.828	176.833	24.152	--	--
Soc.		EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	49.961	27.366	803.686	-273.473	--	--
CM	P	Ferreira do Alentejo	556.883	929.327	7.622.252	5.680.431	63%	13%
EM		MOBITRAL - Móbilias Tradicionais Alentejanas	-12.413	-12.747	13.734	1.928	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Ferreira do Zêzere	-2.287.070	-2.398.913	10.841.337	10.444.806	156%	28%
CM	M	Figueira da Foz	-4.237.957	-4.449.594	59.827.675	54.202.385	216%	20%
EEM		Figueira Grande Turismo	131.173	7.400	1.681.680	1.136.446	--	--
EM		Figueira Domus - Gestão de Habitação	651.684	-77.998	15.481.561	14.849.209	--	--
EM		Figueira PARANOVA	-1.378.874	-1.492.689	4.981.366	4.817.047	--	--
EM		Figueira Parques - Estacionamento	-66.749	-78.600	115.263	-412.823	--	--
CM	P	Figueira de Castelo Rodrigo	550.122	-218.750	10.903.721	6.948.194	90%	28%
EM		Figueira Cultura e Tempos Livres	78.531	78.531	210.909	60.728	--	--
CM	P	Figueiró dos Vinhos	-3.089.125	-3.143.866	8.722.600	7.973.761	145%	9%
CM	P	Fornos de Algodres	-844.370	-1.243.462	34.949.808	33.760.359	675%	3%
CM	P	Freixo de Espada à Cinta	-277.539	84.358	16.424.838	15.131.079	255%	59%
CM	P	Fronteira	-218.128	148.152	3.492.101	2.291.059	60%	6%
CM	G	Funchal	456.967	544.537	112.146.946	85.966.547	178%	77%
EM		Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	237.215	175.276	2.002.432	1.163.046	--	--
EM		Sociohabitafunchal - Habitação	6.599	6.588	193.599	-57.319	--	--
CM	M	Fundão	3.131.749	1.161.966	81.350.491	64.503.149	406%	172%
EEM		Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestruturais	295.463	363	5.337.675	5.047.024	--	--
EM		Fundão Turismo	-66.211	-94.020	1.471.072	1.303.758	--	--
EM		Fundão Verde - Espaços e Jardins	82.721	75.151	44.367	-13.812	--	--
SA		Mercado Abastecedor da Cova da Beira	153.125	50.936	3.653.621	3.529.552	--	--
CM	P	Gavião	788.798	958.443	2.398.919	-16.320	0%	5%
CM	P	Góis	28.931	496.343	4.360.793	2.579.286	40%	16%
CM	P	Golegã	61.702	166.030	3.506.923	3.341.576	69%	23%
CM	G	Gondomar	5.545.254	5.615.536	125.726.610	118.193.091	220%	15%
EM		Gondomar Coração de Ouro	7.877	6.473	28.878	-44.594	--	--
CM	P	Gouveia	-256.719	-183.746	14.630.956	14.106.867	157%	60%
EM		DLCG - Desporto, Lazer e Cultura	20.141	13.015	428.330	20.251	--	--
CM	P	Grândola	-877.764	-633.818	14.235.864	8.928.143	40%	16%
EM		Infratroia - Infraestruturas	62.653	41.800	497.024	-199.362	--	--
EM		SAP - Serviço de Apoio a Praias	-32.784	-32.801	442.893	379.374	--	--
CM	M	Guarda	-4.126.876	-890.350	53.950.436	35.602.592	170%	88%
EM		Culturguarda - Gestão da Sala de Espectáculos e Actividades Culturais	81.927	58.295	3.265.000	2.583.806	--	--
EM		Guarda Cidade Desporto	-2.821	-2.871	813.736	395.147	--	--
SMAS		Guarda	-1.341.387	-51.755	11.791.201	10.027.191	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	G	Guimarães	11.047.571	9.281.158	83.075.495	76.344.400	120%	10%
EM		CASFIG - Coordenação das Habitações	39.850	32.623	131.691	-52.502	--	--
EM SA		Vitrus Ambiente	16.716	14.616	217.239	26.266	--	--
SA		AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	-396.723	-665.714	6.624.740	6.571.175	--	--
CM	P	Horta	-1.104.207	-1.626.950	8.552.245	6.204.938	84%	14%
EM		Hortaludus - Gestão e Exploração de Equipamentos	26.787	1.499	814.463	431.697	--	--
EM		Urbhorta - Const. Gest. Expl. Proj. Desenv. Emp.	53.488	5.062	2.939.252	1.950.967	--	--
CM	P	Idanha-a-Nova	952.390	1.189.448	5.134.967	2.938.153	22%	7%
CM	M	Ílhavo	4.042.747	3.759.294	30.955.750	25.349.898	158%	48%
CM	M	Lagoa (Algarve)	-3.479.597	-3.806.421	15.351.878	13.200.032	69%	36%
CM	P	Lagoa (R.A.A)	1.622.842	365.014	10.765.210	10.225.559	149%	11%
EM		EML - Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social	21.564	383	2.694.384	2.120.988	--	--
CM	M	Lagos	-3.757.942	-4.965.205	52.385.846	50.232.243	231%	95%
EEM		Futurlagos - Desenvolvimento	384.981	-770.494	22.408.754	7.328.053	--	--
EEM		Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	7.291	6.514	478.483	-18.161	--	--
CM	P	Lajes das Flores	-286.843	-246.229	1.925.633	872.132	29%	7%
CM	P	Lajes do Pico	-263.479	-871.229	8.141.765	6.670.378	153%	1%
EM		Culturpico	4.329	1.949	1.611.556	419.683	--	--
SA		SPRLP - Sociedade Promoção e Requalificação	-3.234	-3.234	9.972	-2.311	--	--
CM	M	Lamego	2.010.831	-3.967.906	32.533.412	29.726.016	222%	82%
EEM		Lamego Convida - Gestão de Equipamentos Municipais	20.285	8.590	525.627	264.699	--	--
CM	G	Leiria	8.013.755	7.237.784	70.746.494	64.885.434	136%	17%
EM		Leirisport - Desporto, Lazer e Turismo	-350.120	-1.534.378	21.086.128	17.488.398	--	--
SMAS		Leiria	-4.534.582	-357.741	8.611.003	-1.522.424	--	--
CM	G	Lisboa	-23.676.737	117.767.802	1.059.895.296	709.547.975	145%	90%
EEM		EMEL- Estacionamento de Lisboa	1.479.951	929.199	21.163.364	12.055.401	--	--
EEM		GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	2.950.297	1.235.623	30.568.936	5.099.844	--	--
EM		EGEAC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	154.973	200.956	4.960.226	1.018.685	--	--
EM		EPUL - Urbanização de Lisboa	9.283.762	5.477.092	189.392.756	114.712.203	--	--
EM		Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	-59.226	287	5.489.691	-2.543.439	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SA	GF - Gestão de Projectos e Fiscalização de Obras	-15.301	-15.794	138.606	-444.661	--	--
SA	Imohifen-Mediação Imobiliária	-1.298	-1.343	194.261	-470.840	--	--
CM	M Loulé	-3.661.480	-2.240.645	101.517.959	83.275.266	134%	43%
EM	Infralobo - Empresa de Infra-Estruturas	46.149	29.184	737.669	-59.683	--	--
EM	Inframoura - Empresa de Infra-Estruturas	199.258	78.344	3.125.690	2.237.749	--	--
EM	Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	80.396	34.467	1.018.860	-623.201	--	--
SA	Loulé Concelho Global	90.905	86.234	1.525.687	-385.881	--	--
CM	G Loures	12.345.636	9.673.393	81.976.315	64.031.186	71%	34%
EM	Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	-92.365	-111.092	817.051	687.649	--	--
EM	Loures Parque - Estacionamento	77.993	52.993	141.654	-257.342	--	--
SMAS	Loures	5.510.906	2.729.229	11.193.689	-1.191.557	--	--
CM	M Lourinhã	-5.904.148	-6.323.727	28.400.464	22.201.043	167%	38%
CM	P Lousã	-761.234	-155.652	8.619.937	7.351.919	84%	26%
CM	M Lousada	1.945.585	2.195.152	21.125.475	10.610.135	56%	21%
EM	Lousada Seculo XXI - Actividades Desportivas e Recreativas	-161.707	-162.173	256.634	215.862	--	--
CM	P Mação	1.114.951	1.193.171	3.410.937	3.057.488	41%	15%
CM	P Macedo de Cavaleiros	-2.170.917	-1.633.436	23.755.558	20.663.197	159%	46%
CM	M Machico	-1.131.088	-1.212.212	31.087.494	18.355.935	209%	158%
CM	P Madalena	555.849	1.309.017	5.191.004	5.012.430	103%	13%
EEM	Madalena Progresso	8.507	4.482	41.113	-346.364	--	--
CM	M Mafra	-6.850.263	-3.511.291	28.296.826	19.663.052	47%	31%
EM	Giatal - Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	271.798	82.088	6.269.560	5.646.293	--	--
EM	Mafratlântico - Vias Rodoviárias	-674.107	-675.201	8.878.353	8.138.927	--	--
EM	Pavimafra - Infra-Estruturas e Rodovias	415.608	33.848	3.153.009	635.849	--	--
SA	Matadouro Regional de Mafra	160.159	102.714	802.851	455.082	--	--
CM	G Maia	-501.807	-3.988.147	70.318.813	59.009.358	110%	24%
EEM	Empresa Metropolitana de Estacionamento	47.671	36.405	105.900	-207.270	--	--
EEM	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	118.399	101.576	3.174.546	2.549.463	--	--
EEM	Maiambiente	91.918	63.995	1.488.555	-388.444	--	--
EM	Academia de Artes da Maia - Produções Culturais	-21.551	-24.133	483.681	21.784	--	--
EM	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	-431.032	-1.336.208	20.728.457	19.579.646	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SA		EEA - Empresa de Engenharia e Aeronáutica	-50.952	-51.755	18.568	-2.191.123	--	--
SMEAS		Electricidade, Água e San. da Maia	384.388	1.392.008	22.471.001	15.993.369	--	--
CM	P	Mangualde	1.848.162	2.777.685	17.287.058	15.789.941	141%	48%
CM	P	Manteigas	-1.242.825	-850.890	7.104.413	5.587.960	133%	53%
CM	M	Marco de Canaveses	6.058.180	6.596.492	38.065.940	34.622.214	199%	7%
CM	M	Marinha Grande	106.983	2.650.586	8.138.975	5.983.985	45%	3%
EM		TUMG - Transportes Urbanos	26.275	24.845	500.337	-109.758	--	--
CM	P	Marvão	-1.195.083	-514.715	1.625.468	-732.744	-18%	2%
CM	G	Matosinhos	-13.085.307	-9.141.544	79.671.112	30.195.084	40%	26%
EEM		Matosinhohabit - Habitação de Matosinhos	129.685	75.093	772.402	-217.327	--	--
EM		MS Matosinhos Sport - Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer	66.897	-6.505	4.546.103	2.605.322	--	--
SA		Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas	2.164.598	-52.263	56.679.923	51.119.211	--	--
CM	M	Mealhada	-98.189	766.030	2.811.221	-4.343.678	-45%	2%
Soc.		EPVL - Escola Profissional da Mealhada	8.516	166	68.772	-815.619	--	--
CM	P	Meda	-720.387	-52.009	7.377.777	6.444.309	106%	44%
EEM		Nova Meda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais	18.639	18.590	36.131	12.149	--	--
EM		ADL Águas de Longroiva - Exploração e Gestão de Águas Termais	36.750	35.187	49.866	-66.515	--	--
CM	P	Melgaço	-636.263	825.149	17.255.706	15.323.273	206%	53%
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	1.866	1.535	179.766	-106.777	--	--
CM	P	Mértola	1.537.615	1.918.526	8.915.427	5.356.615	45%	5%
EEM		Merturis - Turismo	3.467	2.600	15.387	-37.186	--	--
CM	P	Mesão Frio	-163.322	-168.902	9.466.200	8.790.062	216%	6%
CM	P	Mira	330.528	366.971	6.857.732	6.011.354	76%	38%
CM	P	Miranda do Corvo	443.539	526.621	6.793.036	5.762.245	93%	31%
CM	P	Miranda do Douro	-1.705.093	-1.925.305	13.082.707	11.707.249	151%	70%
EM		Miranda Cultural e Rural	-20.882	-20.882	115.663	8.050	--	--
CM	M	Mirandela	3.422.364	1.967.536	28.856.596	25.170.163	163%	87%
SA		AIN - Agro-Indústria do Nordeste	111.072	71.431	692.738	-472.399	--	--
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	-16.692	-41.793	1.806.833	1.733.325	--	--
SMA		Mirandela	222.886	-72.508	22.110	-701.324	--	--
CM	P	Mogadouro	-1.849.276	-1.514.354	7.696.298	6.821.378	65%	2%
CM	P	Moimenta da Beira	639.875	1.068.245	12.218.971	10.495.924	135%	57%
CM	M	Moita	3.695.182	2.710.221	30.739.537	29.131.711	129%	23%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	P	Monção	1.433.623	1.792.679	15.662.881	14.652.748	118%	22%
EM		Matadouro Regional de Monção	6.876	3.069	244.117	101.019	--	--
Soc.		Sociedade Termal de Monção	-4.071	-4.083	10.458	-50.412	--	--
CM	P	Monchique	-2.082.569	-1.857.814	10.012.295	9.574.678	114%	25%
CM	P	Mondim de Basto	1.287.541	831.511	18.275.467	17.052.291	248%	3%
CM	P	Monforte	-1.418	204.261	4.843.319	4.410.655	91%	29%
CM	P	Montalegre	-3.766.705	-2.541.678	8.564.326	6.706.136	49%	5%
CM	P	Montemor-o-Novo	2.060.261	1.484.119	7.007.432	5.801.821	41%	18%
CM	M	Montemor-o-Velho	-1.951.629	-2.114.194	35.007.894	31.547.101	274%	38%
CM	M	Montijo	-457.799	-104.801	19.683.773	17.485.681	63%	16%
SMAS		Montijo	-1.331.812	-1.018.731	2.741.988	173.331	--	--
CM	P	Mora	-1.035.273	-769.701	4.712.913	2.479.981	44%	11%
EEM		Fluviário de Mora	-35.199	-37.045	65.771	-152.159	--	--
CM	P	Mortágua	932.203	1.758.944	4.606.311	-388.465	-5%	0%
CM	P	Moura	-4.898.165	-4.740.033	9.985.083	8.068.508	67%	26%
EM		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	112.467	72.494	622.954	-495.197	--	--
CM	P	Mourão	-2.033.500	-186.806	11.090.068	9.431.845	210%	29%
CM	P	Murça	-1.046.930	-1.279.162	12.213.318	11.228.254	217%	2%
CM	P	Murtosa	1.754.844	1.967.505	2.956.500	1.471.578	26%	11%
CM	P	Nazaré	-1.669.751	-559.500	42.791.716	32.606.432	363%	193%
EM		Nazare Qualifica	22.552	14.531	682.445	26.411	--	--
SM		Nazare	-81.569	-105.812	819.265	271.382	--	--
CM	P	Nelas	-2.564.696	-3.388.615	16.954.990	16.552.826	210%	30%
CM	P	Nisa	-421.801	-280.843	10.914.735	8.288.059	101%	26%
EM		TERNISA - Termas da Fadagosa de Nisa	-362.692	-410.598	1.016.622	195.272	--	--
CM	P	Nordeste	43.856	589.895	18.537.477	16.786.471	345%	167%
EM		HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	7.603	4.192	109.327	104.094	--	--
EM		Nordeste Activo	138.917	638	3.681.078	1.512.642	--	--
CM	P	Óbidos	1.839.027	4.498.082	12.667.727	-632.241	-6%	30%
EEM		Óbidos Património - Gestão e Produção Actividades Equip. Culturais, Educação Projectos Valorização Turística	24.992	6.998	779.793	279.733	--	--
EEM		Óbidos Requalifica	56.164	1.262	1.509.800	1.376.330	--	--
CM	M	Odemira	2.596.671	2.503.048	17.282.086	13.817.477	68%	12%
CM	G	Odivelas	7.691.061	9.846.255	54.752.818	46.723.275	92%	28%
EM		Município - Gestão de Equipamentos e Património	-227.175	-249.036	343.520	98.176	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	G	Oeiras	3.341.863	7.431.859	56.437.633	48.478.083	51%	18%
EM		Oeiras Viva-Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos	111.629	99.343	1.149.289	449.981	--	--
EM		Parques Tejo - Parques de Oeiras	630.626	450.579	534.460	-1.670.673	--	--
EM SA		SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano	-2.061.552	-3.109.482	10.206.933	10.106.313	--	--
Soc.		HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	40.484	31.125	599.785	-124.531	--	--
SMAS		Oeiras e Amadora	9.341.997	8.838.822	7.131.359	-14.330.896	--	--
CM	P	Oleiros	-5.620.984	-5.456.253	3.310.453	455.251	6%	11%
CM	M	Olhão	-5.853.093	-2.203.264	34.386.893	20.907.452	103%	39%
EEM		SRU-Reabilitação Urbana de Olhão	-2.870	-2.870	0	-47.174	--	--
EM		Ambiolhão - Ambiente de Olhão	564.351	12.029	23.815.153	20.212.311	--	--
EM		Fesnima - Animação de Olhão	6.657	4.573	98.468	-105.664	--	--
EM		Mercados de Olhão	10.313	7.809	224.360	-153.595	--	--
CM	M	Oliveira de Azeméis	3.335.835	1.220.151	47.685.633	40.945.937	164%	23%
EEM		Gedaz - Gestão de Equipamentos Desportivos	-397.040	-492.764	400.185	380.708	--	--
CM	P	Oliveira de Frades	135.428	467.286	7.609.006	6.000.269	87%	29%
CM	M	Oliveira do Bairro	2.078.864	921.023	16.501.039	10.686.407	96%	15%
CM	M	Oliveira do Hospital	391.875	150.571	7.171.445	4.532.943	41%	10%
CM	M	Ourém	-8.699.998	-5.634.633	36.006.737	28.350.327	114%	39%
EEM		Ourém Viva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos	52	-11.645	1.555.830	53.433	--	--
EEM		SRU-Fátima - Sociedade de Reabilitação Urbana	-192.268	-194.595	1.435.519	300.555	--	--
CM	P	Ourique	1.242.480	1.418.938	12.817.425	12.535.098	159%	41%
CM	M	Ovar	1.920.920	2.908.779	12.172.565	-2.128.812	-11%	9%
EM		Ovar Forma - Ensino e Formação	62.174	45.606	202.300	-168.562	--	--
CM	M	Paços de Ferreira	879.733	-1.809.631	64.014.081	44.409.068	221%	120%
EM		Gespaços - Gestão de Equipamentos Desportivos	54.310	6.981	2.195.816	43.358	--	--
EM		PFR Invest - Gestão Urbana	1.202.535	9.882	37.451.236	22.104.225	--	--
CM	M	Palmela	-5.948.083	-5.424.614	28.454.076	23.364.293	80%	22%
EM		Palmela Desporto - Gestão de Espaços e Equipamentos Desportivos	14.405	3.411	206.898	26.207	--	--
CM	P	Pampilhosa da Serra	938.452	1.289.125	1.431.501	-659.462	-9%	3%
CM	M	Paredes	-3.153.498	-2.946.306	60.660.202	46.296.040	142%	88%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornece. / Receitas n-1
EM SA		Amiparedes - Agência Municipal de Investimento	-333.829	-357.623	615.802	13.121	--	--
CM	P	Paredes de Coura	1.473.518	766.960	10.517.985	9.565.623	114%	51%
CM	P	Pedrógão Grande	-50.620	8.657	4.113.492	3.309.623	74%	10%
CM	P	Penacova	1.140.281	1.328.051	2.640.265	1.948.921	24%	17%
EM		Prnparque 2 - Gesrtão e Promoção de Equipamentos	-18.235	-18.239	17.959	-26.368	--	--
CM	M	Penafiel	6.488.136	6.483.645	34.597.425	29.012.642	105%	53%
EEM		Penafiel Activa	35.082	10.031	694.703	58.534	--	--
EEM		Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	158.223	85.391	9.330.539	2.431.880	--	--
CM	P	Penalva do Castelo	1.249.770	964.664	3.156.381	613.616	10%	1%
CM	P	Penamacor	1.940.438	1.851.812	11.554.303	10.810.714	142%	82%
CM	P	Penedono	652.761	444.310	213.999	-4.009.742	-87%	3%
CM	P	Penela	-1.970.624	-1.385.917	8.465.331	7.495.657	145%	56%
CM	M	Peniche	1.109.805	1.232.755	12.540.419	10.115.663	92%	40%
SMAS		Peniche	-395.884	580.528	388.084	-3.175.194	--	--
CM	P	Peso da Régua	-6.335.577	-9.332.496	18.628.792	14.440.122	140%	43%
CM	P	Pinhel	-558.279	-763.991	10.460.017	9.491.862	102%	31%
EM		Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres	-163.738	-163.812	178.550	151.431	--	--
CM	M	Pombal	10.060.814	8.795.228	11.745.695	4.313.972	19%	10%
EM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	27.854	20.460	319.829	-290.022	--	--
CM	M	Ponta Delgada	-337.103	150.361	30.627.279	26.716.143	94%	9%
SA		Azores Parque	760.115	9.004	11.794.120	10.398.101	--	--
SA		Cidade em Acção - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos	114.551	28.712	15.737.389	15.673.632	--	--
SA		Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	102.207	9.865	4.982.787	4.700.619	--	--
SMAS		Ponta Delgada		1.162.685	820.129	-1.669.221	--	--
Soc.		Anima Cultura	5.428	4.898	68.032	-176.323	--	--
Soc.		P. Delgada Social - Const. Expl. Gest. Equip. Sociais	4.547	4.066	97.685	-90.730	--	--
CM	P	Ponta do Sol	232.882	450.553	4.550.306	3.356.002	62%	30%
CM	P	Ponte da Barca	347.641	304.616	11.021.410	7.794.014	98%	28%
CM	M	Ponte de Lima	-1.570.202	-506.130	4.612.259	-21.325.466	-98%	8%
CM	P	Ponte de Sor	302.497	2.256.135	2.503.980	-10.319.374	-84%	10%
CM	M	Portalegre	-3.154.750	-1.730.787	48.328.238	34.210.208	242%	65%
SA		MMPO - Mercado Municipal de Portalegre	133.898	54.622	1.038.931	-258.858	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SMAT		Água e Transporte de Portalegre	-194.597	70.824	679.158	-26.276	--	--
CM	P	Portel	-404.327	-66.071	3.134.042	-1.475.655	-19%	2%
CM	M	Portimão	-19.899.673	-20.582.421	159.119.756	153.844.357	512%	277%
EM		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	-533.952	91.916	2.829.237	-7.598.791	--	--
EM SA		Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	1.161.736	149.559	34.547.494	5.292.471	--	--
CM	G	Porto	-747.193	9.416.639	121.837.785	105.564.580	76%	4%
EEM		DOMUSSOCIAL - Empresa de Habitação e Manutenção	1.647	88.927	6.352.908	-469.157	--	--
EEM		Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	11.473	39.542	1.998.554	-1.225.155	--	--
EM		CMPEA - Águas do Porto	3.575.679	2.751.309	28.038.103	4.889.380	--	--
EM		Porto Lazer	99.156	21.406	1.164.766	-1.507.714	--	--
CM	M	Porto de Mós	1.628.497	1.521.483	6.006.798	4.889.426	41%	8%
CM	P	Porto Moniz	1.608.428	1.126.621	5.096.532	3.605.897	87%	34%
EM		AM - Aquário da Madeira	19.200	0	1.930.382	1.679.647	--	--
CM	P	Porto Santo	-1.717.647	-2.092.563	9.862.954	9.062.536	210%	154%
EM		ArealDourado - Eventos	103.986	99.960	175.437	36.912	--	--
EM		Porto Santo Verde - Resíduos Sólidos e Limpeza	-81.004	-105.542	751.804	626.245	--	--
CM	M	Póvoa de Lanhoso	106.208	647.777	12.470.695	11.083.659	106%	44%
Soc.		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	-18.604	-31.586	449.428	-116.744	--	--
CM	M	Póvoa de Varzim	709.694	1.833.683	33.339.841	28.432.982	98%	37%
EM		Varzim Lazer	3.854	39	221.617	-187.411	--	--
CM	P	Povoação	748.966	1.636.608	31.832.421	31.589.791	676%	317%
EM		Espaço Povoação - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	21.232	14.372	573.141	201.413	--	--
CM	P	Proença-a-Nova	-3.731.503	-2.299.142	5.482.659	3.339.563	44%	8%
EM		Proençatur - Empresa de Turismo	-318.388	-337.187	1.131.254	1.002.819	--	--
CM	P	Redondo	-2.689.953	-1.808.664	1.136.958	-2.690.268	-46%	2%
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-1.174.487	-800.731	18.433.176	15.522.383	182%	66%
CM	P	Resende	337.137	471.066	11.574.423	9.766.215	110%	33%
EM SA		Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	13.336	2.617	427.737	254.412	--	--
EM SA		Tur Arêgos	17.685	13.612	595.811	366.332	--	--
CM	P	Ribeira Brava	-4.777.709	-5.366.196	21.246.214	16.057.021	264%	121%
CM	P	Ribeira de Pena	-2.349.831	-1.699.965	11.704.123	8.104.716	133%	41%
CM	M	Ribeira Grande	4.833.475	4.800.124	18.404.098	16.460.592	131%	24%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM		Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	109.239	79.213	286.969	-274.950	--	--
CM	M	Rio Maior	-190.700	355.326	23.043.076	21.036.572	166%	15%
EM		DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	3.790	5.769	422.070	192.336	--	--
SQ		EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	180.669	140.561	288.971	-353.470	--	--
CM	P	Sabrosa	-1.092.665	-992.512	7.721.751	6.451.380	98%	24%
CM	P	Sabugal	-961.760	-1.184.775	10.030.384	6.419.210	52%	12%
EM		Sabugal - Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer	-168.771	-132.915	295.610	100.700	--	--
CM	M	Salvaterra de Magos	-84.064	353.723	5.476.941	4.127.701	46%	16%
CM	P	Santa Comba Dão	-3.086.498	-3.265.270	20.022.159	18.073.169	308%	73%
EM		Combanima - Espaços Municipais	88.243	74.702	486.780	423.293	--	--
Soc.		Profiacademus - Escola Profissional	89.779	66.122	572.888	252.535	--	--
CM	M	Santa Cruz	-4.638.552	-4.384.863	43.482.692	34.112.173	272%	157%
EM		Santa Cruz XXI - Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv.	25.460	18.242	29.307	-109.792	--	--
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	389.510	201.131	2.612.757	2.423.928	73%	1%
Soc.		Emp Transp Colectivos Graciosa	7.170	6.542	117.023	19.463	--	--
CM	P	Santa Cruz das Flores	742.297	486.392	1.056.527	293.791	11%	0%
SA		Flores Invest	4.733	-14.989	306.000	279.103	--	--
CM	G	Santa Maria da Feira	4.166.858	3.057.968	78.962.630	69.776.565	158%	47%
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	3.018	19.400	1.708.598	1.463.008	--	--
EM		PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça	-21.276	-21.566	20.397	-26.403	--	--
SA		Indaqua Feira - Indústria e Gestão de Águas	2.084.234	765.624	47.519.989	5.671.578	--	--
SA		Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	-58.260	-71.205	356.292	337.387	--	--
CM	P	Santa Marta de Penaguião	-1.429.198	-1.333.109	4.367.412	4.061.281	71%	1%
CM	P	Santana	0	0	14.898.665	13.254.673	205%	83%
EEM		Terra Cidade	5.780	5.563	24.831	-90.488	--	--
CM	M	Santarém	-3.245.730	-9.479.784	99.670.659	95.044.012	317%	115%
EM		LT - Sociedade de Reabilitação Urbana	31.525	26.366	257.476	103.194	--	--
EM		Scalabisport - Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas	89.172	57.654	1.145.804	55.245	--	--
EM SA		Águas de Santarém	1.175.122	725.269	15.682.117	4.401.840	--	--
EM SA		STR-URBHIS - Sociedade de Gestão Urbana	10.769	7.603	141.715	-272.928	--	--
CM	M	Santiago do Cacém	-1.471.289	-1.517.623	21.138.758	18.810.308	102%	30%
CM	M	Santo Tirso	-1.801.408	-2.359.381	34.443.877	27.543.993	93%	24%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
SMEAS		Electricidade, Água e San. de Santo Tirso	386.940	656.149	5.144.590	-1.279.464	--	--
CM	P	São Brás de Alportel	-2.641.735	-2.196.601	3.758.948	2.766.798	32%	2%
CM	M	São João da Madeira	-786.531	420.623	16.362.487	-10.356.603	-99%	21%
EEM		Habitar S. João - Habitação	484	384	75.133	1.522	--	--
EM SA		Águas de S. João	518.015	368.989	1.389.632	654.918	--	--
CM	P	São João da Pesqueira	2.561.003	1.784.730	6.581.162	6.377.923	85%	1%
CM	P	São Pedro do Sul	-1.118.094	353.089	15.155.714	14.107.940	127%	49%
EEM		Termalistur - Termas	478.932	92.869	14.122.707	13.990.297	--	--
CM	P	São Roque do Pico	-498.808	-763.092	1.497.352	588.027	16%	1%
EM		Cais Invest	1	-24	4.058.174	3.874.414	--	--
CM	P	São Vicente	721.328	599.496	9.955.524	5.270.116	105%	82%
SA		Grutas de São Vicente - Madeira	1.427	-1.391	73.997	32.173	--	--
CM	P	Sardoal	359.988	1.520.739	7.581.116	5.897.395	124%	30%
CM	P	Sátão	1.147.219	1.124.739	4.544.322	3.952.465	54%	16%
CM	M	Seia	-1.221.836	-2.801.158	57.850.776	56.780.556	399%	32%
EM		EMCR - Cultura e Recreio	-255.026	-272.235	599.394	436.962	--	--
CM	G	Seixal	12.588.747	12.598.548	100.464.374	43.103.433	65%	67%
SA		FERIMO - Sociedade Imobiliária	7.990	8.975	56.338	-27.052	--	--
CM	P	Sernancelhe	-128.576	241.738	3.127.102	2.628.230	42%	2%
SA		ESPROSER - Escola Profissional	54.949	42.372	67.580	-183.283	--	--
CM	P	Serpa	1.280.787	959.732	10.757.730	10.527.502	86%	10%
EM		Serpobra SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	7.252	6.346	29.294	-161.031	--	--
CM	P	Sertã	-1.625.597	-1.413.815	8.665.915	7.953.808	69%	39%
CM	M	Sesimbra	-5.151.407	-5.604.411	36.161.482	30.913.550	120%	50%
CM	G	Setúbal	-572.622	-425.463	85.881.084	63.431.845	148%	51%
SA		CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional	-62.723	-82.134	1.099.095	984.317	--	--
CM	P	Sever do Vouga	1.471.836	1.684.886	5.075.159	2.853.983	42%	23%
EM		Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação	-46.803	-115.827	3.434.943	148.243	--	--
CM	M	Silves	-3.524.967	-1.450.937	28.015.571	23.923.897	117%	32%
CM	P	Sines	-1.567.954	-930.916	26.398.588	22.782.654	141%	43%
CM	G	Sintra	20.357.110	16.421.386	158.556.367	111.349.153	89%	13%
EEM		EDUCA - Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos	272.462	908.847	9.345.451	4.147.608	--	--
EEM		Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	20.282	9.720	689.551	-552.303	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM		EMES - Estacionamento	189.355	134.252	62.836	-503.729	--	--
EM		HPEM - Higiene Pública	-1.357.307	-1.386.834	10.557.274	4.201.117	--	--
SMAS		Sintra	2.908.622	3.567.043	7.461.646	-23.718.139	--	--
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-2.237.289	-2.255.131	7.391.492	6.515.570	118%	48%
EM		Monteges - Gestão de Equipamentos Sociais	-7.132	-8.194	55.086	-32.243	--	--
CM	P	Soure	2.545.231	1.620.081	11.469.957	11.270.222	120%	22%
CM	P	Sousel	-951.787	194.787	5.796.291	4.520.692	87%	20%
SA		ENASEL - Turismo e Cinegética	22.364	9.874	247.402	182.636	--	--
CM	P	Tábua	-2.297.108	-2.171.509	10.501.517	9.115.588	119%	52%
CM	P	Tabuaço	1.809.770	1.429.198	15.527.268	14.324.528	208%	30%
CM	P	Tarouca	-1.071.077	-1.367.172	15.190.129	13.885.208	200%	18%
CM	M	Tavira	-6.020.015	-6.602.225	27.202.713	24.792.665	115%	25%
EM		EMPET - Parques Empresariais	430.984	107.736	9.817.687	6.242.877	--	--
EM		Tavira Verde - Ambiente	556.495	173.617	13.107.319	11.220.790	--	--
CM	P	Terras de Bouro	211.079	250.049	5.447.151	4.862.406	64%	4%
CM	M	Tomar	-1.681.769	-1.903.199	38.686.495	32.448.849	170%	58%
SMAS		Tomar	-123.677	397.746	2.488.117	998.433	--	--
CM	M	Tondela	749.760	1.217.234	11.854.937	6.171.120	39%	15%
CM	P	Torre de Moncorvo	468.173	-1.204.698	20.937.624	16.732.516	169%	16%
CM	M	Torres Novas	-1.906.064	534.146	37.320.216	33.574.971	183%	61%
EEM		Turriespaços - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	4.910	2.696	798.282	-218.619	--	--
CM	M	Torres Vedras	2.951.523	139.895	43.046.954	36.609.175	121%	51%
EM		Promotorres - Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	4.992	2.851	746.242	217.787	--	--
SMAS		Torres Vedras	-1.284.166	399.616	4.822.039	781.893	--	--
CM	P	Trancoso	-2.166.941	-2.393.095	12.706.953	11.936.822	142%	67%
EEM		TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	-72.661	-84.476	776.292	551.780	--	--
CM	M	Trofa	-2.671.169	-3.270.803	44.045.223	42.427.103	252%	46%
EEM		Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	139.862	63.410	5.078.842	936.563	--	--
EM		Trofaguas - Serviços Ambientais	508.057	46.646	11.966.941	7.162.972	--	--
CM	M	Vagos	-3.113.877	-3.784.368	19.783.098	12.824.917	119%	82%
CM	M	Vale de Cambra	1.674.052	2.167.771	20.419.054	17.746.390	155%	36%
CM	P	Valença	-515.630	299.530	10.194.288	9.282.414	90%	28%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
EM		Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	-70.509	-120.408	1.029.852	697.727	--	--
CM	M	Valongo	-7.886.750	-7.006.033	65.768.679	63.805.505	230%	108%
EM		Vallis Habita - Gestão de Empreendimentos Habitacionais	57.509	50.592	782.921	96.522	--	--
SMEAS		Electrecidade, Água e San de Valongo	-2.007.510	-934.345	2.495.397	2.308.427	--	--
CM	P	Valpaços	-2.598.413	-1.889.713	15.685.018	14.241.465	124%	57%
CM	P	Velas	556.813	436.431	9.406.498	8.470.570	184%	16%
EM		Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	31.700	31.372	375.136	-14.358	--	--
CM	P	Vendas Novas	-1.562.570	-1.565.420	7.604.544	6.883.212	125%	39%
CM	P	Viana do Alentejo	-379.697	-384.112	1.443.379	-599.059	-12%	7%
CM	M	Viana do Castelo	1.228.212	437.090	35.579.288	33.554.766	91%	15%
SMSB		Viana Castelo	1.563.341	1.662.656	2.003.765	-3.065.073	--	--
CM	P	Vidigueira	399.483	38.465	4.658.014	4.458.635	67%	7%
CM	P	Vieira do Minho	-1.051.102	-900.637	14.207.814	12.638.795	147%	59%
EM		EPMAR - Águas Públicas e Resíduos	-152.296	-166.391	1.645.062	594.654	--	--
EM		Vieira Cultura e Turismo	301.133	301.102	155.337	78.077	--	--
CM	M	Vila da Praia da Vitória	-1.330.508	-1.799.627	17.886.819	15.451.526	175%	19%
EM		Praia Ambiente	148.039	6.893	5.784.462	1.632.163	--	--
EM		Praia em Movimento	436.239	5.466	12.191.344	9.968.884	--	--
CM	P	Vila de Rei	44.598	312.328	3.928.337	3.395.806	68%	24%
EM		GEODESIS - Promoção Gestão Turística de Vila Rei	1.301	1.099	817	-6.649	--	--
CM	P	Vila do Bispo	-3.320.687	-3.197.219	12.873.557	11.915.807	162%	98%
CM	M	Vila do Conde	-2.911.451	-1.762.396	67.965.450	62.471.051	164%	56%
CM	P	Vila do Porto	456.675	-74.715	1.290.681	952.185	22%	7%
EEM		SDMSA - Sociedade Desenvolvimento Municipal	36.732	30.539	4.781.709	548.725	--	--
Soc.		Emp. Trans.p Colectivos Stª Maria	-8.391	-8.418	76.529	54.056	--	--
CM	P	Vila Flor	1.773.983	1.353.354	5.285.764	3.757.177	51%	21%
CM	G	Vila Franca de Xira	2.595.125	5.957.797	33.167.582	9.838.978	19%	4%
SMAS		Vila Franca Xira	1.527.537	2.467.652	586.030	-6.453.324	--	--
CM	P	Vila Franca do Campo	-2.425.132	-1.493.395	30.004.274	27.849.995	504%	43%
EM		Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	10.943	7.994	40.295	-69.213	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornece. / Receitas n-1
EM	VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	54.500	9.766	2.926.236	2.567.499	--	--
EM	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	-19.420	-33.964	610.480	-294.284	--	--
Fund. (EM)	Fundação Escola Profissional V. F. Campo	102.900	54.615	516.739	-126.997	--	--
SA	Atlântico Vila	7.477	-5.488	281.128	39.779	--	--
CM	P Vila Nova da Barquinha	943.292	769.242	11.847.638	9.267.567	146%	58%
EM SA	CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha	4.045	4.045	46.375	-30.272	--	--
CM	P Vila Nova de Cerveira	672.559	757.655	8.919.739	7.184.706	90%	8%
CM	G Vila Nova de Famalicão	12.164.353	8.940.077	43.284.562	37.344.348	83%	15%
CM	P Vila Nova de Foz Côa	2.362	49.449	5.529.832	5.188.912	66%	24%
EM	Fozcoactiva - Gestão Equipamentos Desportivos e Culturais	-79.212	-82.578	76.268	33.863	--	--
EM	Fozcoinvest - Energia, Turismo e Serviços	349.553	359.504	201.991	118.461	--	--
CM	G Vila Nova de Gaia	10.190.634	10.358.425	238.532.901	150.904.987	158%	57%
EEM	Águas de Gaia	3.666.820	213.914	83.460.967	32.189.056	--	--
EEM	Amigaia - Investimento	-139.547	-145.589	0	-245	--	--
EEM	Gaianima	712.376	-8.425	20.434.716	10.073.075	--	--
EEM	Gaiaurb - Gestão Urbanística e da Paisagem	582.122	554.226	5.987.975	-4.453.175	--	--
CM	P Vila Nova de Paiva	625.515	954.157	8.177.452	7.434.648	143%	35%
CM	P Vila Nova de Poiares	-1.002.119	-1.062.319	19.690.380	18.382.246	343%	27%
CM	P Vila Pouca de Aguiar	915.484	1.697.841	9.845.555	7.078.389	66%	22%
EM	Vitaguair - Apoio ao Desenvolvimento Agro Industrial	17.265	12.215	215.214	-28.266	--	--
CM	M Vila Real	3.571.376	9.160.706	25.021.163	23.012.476	115%	17%
EM	CULTURVAL - Gestão de Equipamentos Culturais	137.760	135.448	207.959	-199.322	--	--
EM	EMARVR - Água e Resíduos de Vila Real	457.497	130.825	7.956.519	4.552.515	--	--
EM	MERVAL - Gestão de Merc. e Prom. de Proj. de Des. local	-74.486	-71.576	151.576	43.305	--	--
EM	VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	85.395	8.588	4.766.258	4.527.471	--	--
CM	P Vila Real de Santo António	-6.287.524	-9.074.309	67.036.666	53.508.262	413%	106%
EM SA	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	1.771.212	63.769	51.691.277	42.833.413	--	--
CM	P Vila Velha de Ródão	594.858	922.209	1.393.505	321.320	6%	2%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
CM	M	Vila Verde	-6.875.122	-6.634.014	29.225.135	20.111.459	103%	61%
EM		Proviver	-35.165	-128.686	2.733.742	1.075.752	--	--
Soc.		Escola Profissional Amar Terra Verde	19.123	-145.241	4.818.936	1.234.650	--	--
CM	P	Vila Viçosa	-1.296.503	-1.307.063	6.525.140	4.960.365	88%	31%
CM	P	Vimioso	2.237.297	2.182.473	5.005.525	4.083.664	60%	5%
EM		Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	8.355	8.355	28.199	-69.765	--	--
Soc.		Caça e Turismo de Vimioso	4.150	3.598	3.464	-6.890	--	--
CM	P	Vinhais	1.151.084	695.279	5.063.206	2.268.611	22%	16%
EEM		ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	17.840	14.631	98.000	-43.163	--	--
EEM		Turimontesinho – Promoção Turística	94.714	76.519	56.036	-149.341	--	--
CM	M	Viseu	2.630.863	4.910.749	34.421.598	21.746.156	55%	8%
EM		Habisolvis - Habitação Social	15.541	18.914	82.116	-112.973	--	--
SA		Viseunovo - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	-54.115	-50.438	81.598	-396.609	--	--
SMAS		Viseu	-1.705.198	1.093.310	4.420.975	959.109	--	--
CM	M	Vizela	298.584	-138.869	16.473.229	15.144.457	147%	95%
CM	P	Vouzela	-2.943.995	-2.488.833	14.166.561	12.665.681	189%	9%
EIM		Águas do Ribatejo, EIM	1.610.321	611.108	31.334.735	23.302.255	--	--
EIM		Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo	750.391	637.688	2.957.506	-1.817.636	--	--
EIM		Ambisousa - Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	-67.748	229.023	1.532.686	-5.215.874	--	--
EIM		Astaq Técnica	-29.446	-29.930	163.138	-87.099	--	--
EIM		Douronorte Ambiente - Gestão Ambiental	0	0	0	0	--	--
EIM SA		ECOBELRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	21.649	1.849	10.664.074	2.462.962	--	--
EIM		Ecolezíria - Tratamento de Resíduos Sólidos	362.766	289.068	2.216.356	-1.098.985	--	--
SA		EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	3.343.157	3.069.787	7.173.386	5.297.104	--	--
EIM		EIMRAM - Investimentos e Serviços Inter-municipais	1.101.483	1.176.834	942.996	675.955	--	--
EIM		GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	954.798	693.225	6.331.171	-13.959.840	--	--
EIM		Lemo Laboratório de Ensaios de Materiais de Obras	0	0	0	0	--	--
EIM		MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	-291.496	-273.402	149.893	36.789	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível*	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Forneced. / Receitas n-1
S.A	Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	108.081	5.566	3.075.145	-1.029.655	--	--
EIM	MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	6.920	6.246	110.480	-63.622	--	--
EIM	Naturtejo - Empresa de Turismo	22.294	2.878	452.760	-249.741	--	--
EIM	PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais	-2.939	-2.572	18.948	13.553	--	--
EIM	PISOESTE - Parque de Inertes e Serviços do Oeste	-495.054	-697.718	3.334.871	1.023.958	--	--
EIM	REGI - Planeamento e Desenvolvimento Regional	-346.315	-398.522	1.864.823	1.585.340	--	--
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	-200.895	-202.196	769.795	-2.492.011	--	--
EIM	Resíduos do Nordeste	647.865	503.165	13.866.737	-461.113	--	--
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	11.461.760	-1.502.834	165.552.429	149.953.235	--	--
EIM	VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	-317.647	-303.949	1.394.713	73.244	--	--
EIM	Vimáguas - Água e Saneamento	2.290.306	1.026.642	31.265.042	18.731.399	--	--

ANEXO II: DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2012*

Unidade: euros

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	M	Abrantes	-798.153	2.285.891	17.332.702	7.088.329	37,2%	7,7%
SMA		Ambientabrantés	192.498	374.349	434.629	-1.501.928	--	--
CM	M	Águeda	53.110	216.323	14.258.521	5.001.777	23,1%	11,6%
CM	P	Aguiar da Beira	-1.890.361	-1.160.174	4.625.358	-1.160.693	-19,9%	0,8%
EEM		ABTT - Aguiar da Beira, Termas e Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Alandroal	-1.595.579	-1.465.572	20.447.356	19.013.321	288,7%	70,5%
CM	M	Albergaria-a-Velha	-2.104.181	-1.322.785	7.053.226	1.742.230	16,3%	4,4%
CM	M	Albufeira	-1.445.472	1.441.049	56.485.644	43.698.035	117,3%	45,6%
CM	P	Alcácer do Sal	-2.830.873	-1.759.448	2.106.808	-655.019	-5,0%	7,5%
EM		EMSUAS - Serviços Urbanos de Alcácer do Sal	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Alcanena	1.853.098	1.209.352	16.232.933	15.208.219	200,3%	7,6%
Soc.		Empresa de Melhoramentos de Alcanena	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Alcobaça	5.025.083	4.222.965	19.405.744	11.184.857	47,8%	24,7%
SMAS		Alcobaça	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Terra de Paixão	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Alcochete	-1.382.213	-804.946	13.905.669	12.365.385	153,7%	57,5%
CM	P	Alcoutim	1.130.028	958.912	1.657.557	-987.594	-14,3%	3,7%
CM	M	Alenquer	-369.554	221.529	17.790.070	15.777.306	83,2%	34,7%
CM	P	Alfândega da Fé	1.723.013	361.954	19.348.790	17.716.950	277,5%	33,4%
EM		Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		EDEAF-Empresa Municipal de Desenvolvimento	Si	Si	Si	Si	--	--

* EM 2012 foram extintas as seguintes empresas: GF - Gestão de Projectos e Fiscalização de Obras, SA; Imohifen-Mediação Imobiliária, SA; Pavimafra - Infra-Estruturas e Rodovias, EM; Sociedade Termal de Monção, Soc.; CDR - Cooperação e Desenvolvimento Regional, SA; AMIGALIA - Agência Munic. de Investimento de Vila Nova de Gaia, EEM; GEODESIS - Promoção Gestão Turística de Vila Rei, EM.. Mais se refere que as empresas Arcascais - Emp. Gestora do Aeródromo de Cascais, EM e Fortaleza de Cascais, EM se fundiram à Cascais Dinâmica, EM e a empresa SPRLP - Sociedade Promoção e Requalificação das Lajes do Pico, SA se fundiu com a CulturPico, EM.

** No caso dos municípios e dos serviços municipalizados, o passivo exigível é obtido através da soma das dívidas a terceiros de curto prazo com as dívidas a terceiros de médio e longo prazo. Por sua vez, nas empresas municipais considera-se o passivo exigível, o passivo não corrente e o passivo corrente subtraindo-se a este as provisões, os diferimentos e os passivos por impostos diferidos.

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	P	Alijó	1.704.859	1.090.729	23.878.109	21.724.201	277,7%	81,3%
CM	P	Aljezur	-130.092	504.125	5.621.392	4.622.541	67,8%	6,7%
CM	P	Aljustrel	-1.041.829	542.225	9.220.624	6.829.201	97,0%	34,6%
CM	G	Almada	2.758.806	4.515.881	48.144.526	6.861.621	11,5%	10,7%
SMAS		Almada	433.243	1.858.054	7.951.025	-13.098.325	--	--
EM		ECALMA-Estacionamento e Circulação	5.346	917	173.411	-136.726	--	--
CM	P	Almeida	-279.883	161.973	6.110.727	3.843.165	44,7%	7,3%
EEM		Almeida Município-Reabilitação Urbana, Desenvolvimento	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Almeirim	-4.675.839	-4.201.605	9.211.313	6.363.234	53,3%	6,5%
CM	P	Almodôvar	1.298.858	1.471.002	7.209.690	4.303.909	44,4%	3,4%
CM	P	Alpiarça	-2.589.123	-2.751.062	12.136.810	10.469.096	195,2%	2,9%
CM	P	Alter do Chão	-21.660	17.712	2.582.092	1.674.547	34,8%	8,4%
CM	P	Alvaiázere	-3.717.435	-2.403.683	7.846.784	7.577.206	134,4%	43,7%
CM	P	Alvito	202.386	182.244	1.149.901	387.210	10,8%	1,3%
CM	G	Amadora	2.305.307	7.021.770	43.245.947	-31.225.402	-49,4%	3,9%
EM		Escola Intercultural das Profissões e do Desporto	78.945	57.674	342.300	-1.223.956	--	--
CM	M	Amarante	3.330.467	2.121.872	11.888.107	7.839.118	34,9%	1,1%
CM	P	Amares	1.131.130	254.788	11.644.419	9.119.640	125,0%	14,7%
CM	M	Anadia	-2.055.505	-756.158	8.126.124	-673.980	-5,9%	0,4%
SMAS		Anadia	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Angra do Heroísmo	3.189.367	2.964.099	23.441.233	10.317.696	77,2%	5,4%
SM		Angra do Heroísmo	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Culturangra	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Ansião	495.726	1.052.453	14.404.442	12.928.791	175,0%	46,9%
CM	M	Arcos de Valdevez	466.115	2.667.649	16.763.747	15.653.629	103,7%	32,3%
CM	P	Arganil	187.225	1.304.462	7.969.227	6.567.420	81,3%	8,1%
CM	P	Armamar	1.250.545	406.272	10.109.019	9.340.948	144,7%	42,2%
CM	M	Arouca	3.534.747	2.210.816	5.628.009	2.262.971	20,1%	7,8%
CM	P	Arraiolos	-699.560	-297.931	7.952.404	6.960.405	94,5%	9,1%
CM	P	Arronches	988.725	1.192.920	1.770.958	-3.550.533	-82,6%	0,8%
CM	P	Arruda dos Vinhos	165.710	432.159	8.395.885	7.223.214	104,2%	41,2%
EM		Gesruda - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços	1.032	232	48.447	-26.760	--	--
CM	M	Aveiro	2.582.098	2.030.172	130.627.247	122.159.477	399,3%	46,1%
SMAS		Aveiro	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM		EMA - Estádio Municipal de Aveiro	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Moveaveiro	Si	Si	Si	Si	--	--
Soc.		Teatro Aveirense	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	-165.395	-165.490	338.198	99.586	--	--
CM	P	Avis	-1.797.539	-1.618.506	5.299.009	3.858.740	61,1%	22,8%
CM	M	Azambuja	1.110.978	203.719	14.777.271	12.639.004	131,7%	30,8%
EM		EMIA - Infraestruturas de Azambuja	-647.617	-779.084	8.451.940	7.987.483	--	--
CM	M	Baião	471.946	104.705	7.016.304	5.805.146	51,4%	12,5%
CM	G	Barcelos	4.874.891	-8.436.477	29.733.218	-2.845.087	-6,7%	12,1%
EM		EMDB - Empresa Municipal de Desportos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		EMEC - Empresa Municipal de Educação e Cultura	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Barrancos	213.458	72.356	2.677.036	2.451.387	71,3%	8,3%
CM	M	Barreiro	5.351.891	4.677.290	38.429.970	34.635.748	126,2%	59,5%
SMTC		Transp. Colectivos do Barreiro	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Batalha	-2.721.106	-2.034.928	3.585.051	2.116.043	30,3%	7,2%
EM		IserBatalha - Gestão de Equip. Urb., Cultural e Inserção	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Beja	1.682.437	614.390	21.935.838	20.438.149	122,3%	29,8%
EM		EMAS - Água e Saneamento	597.504	414.145	4.745.664	2.299.381	--	--
EM		Expobeja - Sociedade Gestora do Parque de Feiras e Exposições	-4.573	-4.573	54.216	-103.588	--	--
EM		Inovobeja - Empresa Municipal de Desenvolvimento	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Belmonte	-951.064	-829.553	3.666.451	1.745.843	36,2%	32,3%
EM		EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Benavente	-314.788	-277.052	3.557.642	2.830.398	22,9%	6,3%
CM	P	Bombarral	1.531.549	2.098.330	7.997.782	7.251.025	118,0%	44,8%
CM	P	Borba	-123.625	-448.064	12.878.334	11.019.360	212,0%	83,5%
CM	P	Boticas	-1.085.786	-570.620	3.694.947	2.367.492	36,4%	5,6%
CM	G	Braga	24.408.596	14.596.043	78.468.535	73.540.725	100,7%	8,5%
EM		AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	5.004.591	2.717.582	60.370.390	50.672.200	--	--
EM		BRAGAHABIT - Habitação	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	329.840	102.783	10.768.512	-3.169.830	--	--
EM		PEB - Empresa Parque de Exposições de Braga	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
SA		Teatro Circo de Braga	175.148	145.704	745.734	265.272	--	--
EM		TUB - Transportes Urbanos	710.206	357.103	8.886.453	8.088.111	--	--
CM	M	Bragança	653.466	1.848.343	12.317.337	7.810.657	38,4%	12,3%
EM		MMB - Mercado Municipal de Bragança	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Cabeceiras de Basto	1.934.906	1.154.257	12.037.296	5.839.952	54,7%	15,4%
EM		Emunibasto	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Cadaval	197.116	944.929	4.059.995	2.778.059	39,4%	11,3%
CM	M	Caldas da Rainha	-800.856	632.570	7.177.941	552.180	2,9%	11,7%
SMAS		Caldas da Rainha	-193.028	161.978	553.704	-3.719.742	--	--
CM	P	Calheta (R. A. A.)	746.069	881.745	8.244.981	7.581.980	206,3%	4,5%
CM	P	Calheta (R. A. M.)	390.307	180.689	13.046.063	11.140.901	142,4%	62,9%
EM		Empreendimentos Sol-Calheta	67.407	42.198	239.715	216.818	--	--
CM	M	Câmara de Lobos	327.092	3.339.372	18.730.202	14.504.671	140,3%	82,5%
CM	P	Caminha	633.738	2.212.576	10.464.205	4.097.356	39,8%	14,4%
CM	P	Campo Maior	581.699	583.759	1.815.447	939.159	14,1%	13,8%
EM		CampoMaior XXI	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Cantanhede	1.416.820	931.254	33.082.715	29.757.879	186,7%	33,9%
EM		INOVA - Emp. de Desenv. Economia	607.929	503.965	8.720.260	5.137.072	--	--
CM	P	Carrazeda de Ansiães	3.332.233	3.397.741	5.028.462	1.520.841	20,8%	2,6%
CM	P	Carregal do Sal	-3.222.647	-2.936.247	5.046.050	3.302.698	61,0%	4,8%
CM	M	Cartaxo	-1.436.725	-2.943.370	44.668.647	28.888.295	266,6%	119,7%
EM		Rumo 2020	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Cascais	770.004	980.668	98.979.242	88.838.317	75,1%	34,0%
EM		EMAC - Emp. de Ambiente	689.640	11.133	15.027.143	4.586.406	--	--
EM		EMGHA - Emp. de Gestão do Parque Habitacional de Cascais	188.354	137.453	392.717	-680.435	--	--
EM SA		Cascais Próxima	Si	Si	Si	Si	--	--
EM SA		Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Comércio e Empreended.	85.824	232.980	4.552.366	857.947	--	--
Soc.		Tratospital - Tratamento de Resíduos Hospitalares	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Castanheira de Pêra	-871.630	-1.198.347	10.535.488	9.382.084	249,7%	4,8%
SA		RIBEIRAPERA-Sociedade para o Desenvolvimento de Castanheira de Pera	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Brasilândia -Turismo e Ambiente	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Castelo Branco	8.442.152	17.659.899	10.910.574	-29.210.972	-96,6%	2,9%
SMAS		Castelo Branco	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM		ALBIGEC - Empresa de Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e Laser	-17.231	-17.992	93.348	-131.145	--	--
CM	P	Castelo de Paiva	1.307.353	1.046.736	13.183.943	11.166.984	151,1%	6,6%
CM	P	Castelo de Vide	621.942	823.963	799.227	-360.922	-7,8%	1,0%
CM	P	Castro Daire	76.775	783.026	6.202.228	4.710.943	47,9%	13,1%
CM	P	Castro Marim	-2.526.638	-1.841.131	6.557.824	4.652.331	57,1%	12,5%
EM SA		NOVBAESURIS - Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Castro Verde	1.162.497	955.663	4.804.670	2.007.685	26,3%	7,0%
CM	P	Celorico da Beira	573.831	291.851	22.915.121	21.829.160	292,2%	119,7%
EM		EMCEL - Empresa Municipal Celoricense - Gestão de Espaços	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Celorico de Basto	-517.157	369.722	20.285.027	14.920.166	146,0%	10,9%
EM		Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Chamusca	1.276.141	456.391	8.021.915	7.550.678	86,4%	47,7%
CM	M	Chaves	2.132.366	3.165.724	41.220.000	31.450.829	163,0%	88,7%
EEM		GEMC - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Cinfães	1.374.429	981.568	1.465.773	-988.412	-11,9%	1,7%
EM		Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Coimbra	349.444	5.531.770	71.647.655	43.916.695	65,9%	14,7%
SMTUC		Transportes Urbanos de Coimbra	-1.142.014	-87.648	3.246.401	2.676.971	--	--
EEM		AC Aguas de Coimbra	416.087	317.414	17.469.450	194.457	--	--
EM SA		Coimbra Inovação Parque - Parque de Inovação em Ciência Tecnologia	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		PRODESO - Ensino Profissional	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		TC - Turismo de Coimbra	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	13.901	4.044	103.951	-163.254	--	--
CM	P	Condeixa-a-Nova	-1.877.575	-927.195	4.478.691	2.545.342	36,5%	8,3%
CM	P	Constância	-465.770	-314.740	4.324.400	3.552.909	82,1%	3,8%
CM	P	Coruche	1.466.567	3.305.418	5.473.606	-1.430.935	-9,2%	3,0%
CM	P	Corvo	358.386	469.860	1.217.545	762.231	49,4%	0,4%
CM	M	Covilhã	-3.282.122	-4.293.721	74.123.708	49.556.233	215,3%	56,9%
EM		ADC - Aguas da Covilhã	1.303.647	841.572	21.073.818	12.483.634	--	--
EEM		ICOVI - Infraestrut.	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM	Nova Covilhã, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
SA	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Crato	-194.498	201.933	5.812.155	3.656.504	61,5%	8,6%
CM	P Cuba	351.604	622.018	3.240.598	2.770.236	72,7%	5,6%
Soc.	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Elvas	-4.434.008	-1.212.896	2.443.311	-16.001.963	-136,4%	1,5%
CM	M Entroncamento	-192.786	1.051.238	14.998.887	3.514.166	51,2%	42,3%
CM	M Espinho	-1.484.751	-1.584.306	46.771.812	42.067.136	257,2%	148,7%
CM	M Esposende	1.978.915	3.262.872	10.539.859	7.415.223	54,4%	7,6%
EEM	EAMB - Esposende Ambiente	199.537	46.130	6.493.856	4.830.227	--	--
EEM	ESPOSENDE 2000 - Atividades Desportivas e Recreativas	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Estarreja	-646.297	89.331	15.091.802	9.748.267	68,8%	10,3%
CM	P Estremoz	-2.675.433	-2.370.974	11.683.280	9.787.295	106,6%	40,5%
CM	M Évora	-9.034.871	-10.703.160	74.356.526	68.253.821	236,6%	127,6%
EEM	HABEVORA - Gestão habitacional	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Mercado Municipal de Évora	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Fafe	3.505.301	1.263.912	7.001.212	5.221.613	22,5%	2,3%
CM	M Faro	929.055	122.143	62.830.501	57.820.094	184,1%	75,4%
SA	Ambifaro-Agência par o Desenvolv. Económico de Faro	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	Si	Si	Si	Si	--	--
SA	Mercado Municipal de Faro	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	TMF - Teatro Municipal de Faro	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Felgueiras	-2.845.734	-4.061.300	20.992.022	12.117.565	52,4%	11,7%
EM	ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	EMAFEL - Ambiente	Si	Si	Si	Si	--	--
Soc.	EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Ferreira do Alentejo	193.631	195.392	6.459.797	3.651.178	43,2%	11,7%
EM	MOBITRAL - Mobílias Tradicionais Alentejanas	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Ferreira do Zêzere	-1.684.951	-1.658.460	9.670.997	9.201.486	143,9%	22,5%
CM	M Figueira da Foz	-2.201.256	-2.874.392	54.946.371	48.845.370	179,3%	9,4%
EM	Figueira Domus - Gestão de Habitação	673.872	46.324	14.783.910	14.301.250	--	--
EEM	Figueira Grande Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM	Figueira Paraindustria - Gestão de Parques	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Figueira PARANOVA	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Figueira Parques - Estacionamento	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Figueira de Castelo Rodrigo	141.016	135.362	9.023.573	5.974.854	80,7%	25,3%
EM	Figueira Cultura e Tempos Livres	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Figueiró dos Vinhos	-2.841.073	-2.775.852	8.212.024	7.450.840	137,1%	6,4%
CM	P Fornos de Algodres	-589.764	-809.836	34.523.570	33.336.267	683,0%	16,6%
CM	P Freixo de Espada à Cinta	-31.086	-778.376	17.183.464	16.464.738	292,5%	70,8%
CM	P Fronteira	114.697	654.881	3.284.528	2.091.257	58,4%	7,2%
CM	G Funchal	-3.350.126	1.494.474	109.199.966	80.121.995	162,9%	85,2%
EM	Frente MarFunchal, Gestão e Exploração de Espaços Públicos	273.504	190.447	1.810.264	792.029	--	--
EM	Sociohabitafunchal, Empresa Municipal de Habitação	21.726	21.235	223.420	-88.058	--	--
CM	M Fundão	5.077.575	1.280.939	81.720.871	64.023.661	401,9%	168,3%
EM	Fundão Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Fundão Verde - Espaços e Jardins	27.525	20.410	41.192	-6.954	--	--
SA	Mercado Abastecedor da Cova da Beira	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infra.	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Gavião	792.294	865.044	2.148.087	-811.181	-15,7%	3,7%
CM	P Góis	579.377	971.593	4.474.132	2.749.654	47,2%	17,3%
CM	P Golegã	-81.249	56.437	3.133.866	3.042.971	65,0%	19,7%
CM	G Gondomar	1.166.895	946.893	115.668.684	108.848.840	197,6%	7,6%
EM	Gondomar Coração de Ouro	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Gouveia	225.707	709.434	11.901.019	11.357.881	129,0%	48,2%
EM	DLCG - Desporto, Lazer e Cultura	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Grândola	-458.006	-139.672	14.066.564	11.009.632	81,1%	25,8%
EM	Infratroia - Infraestruturas	48.461	23.764	600.118	-195.362	--	--
EM	SAP - Serviço de Apoio a Praias	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Guarda	-5.278.737	-3.934.552	48.324.437	33.560.172	166,0%	67,6%
SMAS	Guarda	-484.358	-143.588	11.593.377	10.244.796	--	--
EM	Culturguarda - Gestão da Sala de Espetáculos e Atividades Culturais	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Guarda Cidade Desporto	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G Guimarães	28.823.116	27.317.534	75.738.242	66.018.299	104,8%	11,1%

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
SA	AVEPARK - Parque de Ciência e Tecnologia	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	CASFIG - Coordenação das Habitações	64.207	49.489	206.449	-132.058	--	--
EM SA	Vitrus Ambiente	134.061	97.160	348.924	32.081	--	--
CM	P Horta	-393.154	-706.300	7.019.772	2.330.654	32,1%	11,1%
EM	Hortaludas - Gestão e Exploração de Equipamentos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Urbhorta - Const Gest. Expl. Proj. Desenv. Emp.	75.662	7.332	2.898.414	1.883.265	--	--
CM	P Idanha-a-Nova	363.258	145.657	4.612.249	1.768.294	13,7%	7,1%
CM	M Ílhavo	4.001.422	3.474.558	29.540.083	21.245.511	130,6%	33,8%
CM	M Lagoa (Algarve)	-349.970	-1.138.892	10.983.166	9.039.286	48,8%	24,2%
CM	P Lagoa (R.A.A)	3.645.767	1.356.034	9.441.188	9.057.656	141,5%	8,2%
EM	EML - Empresa Municipal Urban. Requalif. Urbana e Ambiental e Habit. Social	101.947	-1.115	2.596.358	2.215.332	--	--
CM	M Lagos	4.323.619	2.495.748	51.820.195	48.618.932	198,5%	94,2%
EEM	Futurlagos - Desenvolvimento	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM	Lagos-em-Forma - Gestão Desportiva	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Lajes das Flores	-107.319	-93.905	2.220.162	1.639.679	57,9%	23,2%
CM	P Lajes do Pico	-328.949	-689.650	7.610.674	6.582.180	154,3%	7,7%
EM	Culturpico	-79.199	-83.054	1.682.626	1.572.165	--	--
CM	M Lamego	3.126.217	-122.724	32.056.172	30.756.315	236,6%	79,9%
EEM	Lamego Convida - Gestão de Equip. Municipais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G Leiria	11.624.922	13.512.090	56.965.971	49.009.342	105,2%	6,4%
SMAS	Leiria	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Leirisport - Desporto, Lazer e Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G Lisboa	-46.021.014	402.483.217	659.766.180	308.814.884	70,8%	51,8%
EM	EGEAC - Gestão de Equipamentos e Animação Cultural	775.145	692.208	4.501.636	425.379	--	--
EEM	EMEL- Estacionamento de Lisboa	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	EPUL - Urbanização de Lisboa	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	3.304.997	1.358.975	28.943.604	1.036.779	--	--
EM	Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Loulé	4.786.301	7.622.647	83.239.339	67.083.890	114,3%	34,3%
EM	Infraalbo - Empresa de Infra-Estruturas	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM		Inframoura - Empresa de Infra-Estruturas	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		Loulé Concelho Global	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Loures	4.212.187	5.758.142	69.388.661	54.654.451	66,4%	29,3%
SMAS		Loures	9.650.274	3.549.157	7.138.744	-7.483.093	--	--
EM		Gesloures - Gestão de Equipamentos Sociais	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Loures Parque - Estacionamento	184.312	131.677	162.527	-411.416	--	--
CM	M	Lourinhã	-4.719.425	-4.867.431	25.063.491	16.207.797	130,1%	27,9%
CM	P	Lousã	-1.468.630	-886.534	7.691.208	5.982.339	69,5%	23,0%
CM	M	Lousada	2.992.844	3.445.559	15.522.428	9.943.884	51,8%	8,9%
EM		Lousada Seculo XXI - Atividades Desportivas e Recreativas	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mação	-2.040.015	-2.016.152	2.785.248	2.354.923	32,7%	6,7%
CM	P	Macedo de Cavaleiros	715.699	1.384.975	22.164.773	19.185.796	148,9%	52,7%
CM	M	Machico	2.840.501	2.375.695	27.629.504	15.321.168	179,7%	116,0%
EEM		Viver Machico	-60.969	-46.058	85.128	40.130	--	--
CM	P	Madalena	628.862	790.080	4.374.151	4.255.067	90,4%	9,1%
EEM		Madalena Progresso	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Mafra	-4.700.704	-3.290.118	23.643.378	17.213.854	49,4%	27,9%
EM		Giatal - Gestão de Infra-Estruturas em Atividades Turísticas	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Mafratlântico - Vias Rodoviárias	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		Matadouro Regional de Mafra	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Maia	3.453.084	-380.934	58.700.521	42.377.418	82,9%	20,3%
SMEAS		Electricidade, Agua e San. da Maia	56.897	1.585.798	21.693.771	13.931.074	--	--
EM		Academia de Artes da Maia - Produções Culturais	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		EEA - Empresa de Engenharia e Aeronáutica	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Empresa Metropolitana de Estacionamento	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Maiambiente	86.824	57.836	1.471.287	-1.192.916	--	--
EM		TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mangualde	1.468.338	1.043.965	16.988.429	15.280.456	142,0%	48,4%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	P	Manteigas	-882.988	-133.279	6.207.651	5.074.289	123,2%	53,3%
CM	M	Marco de Canaveses	2.141.526	2.886.273	35.677.497	32.027.567	154,3%	6,9%
CM	M	Marinha Grande	1.044.999	1.941.679	6.373.655	3.036.083	23,6%	4,0%
EM		TUMG - Transportes Urbanos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Marvão	-1.403.200	-1.437.079	1.423.792	-1.696.766	-43,8%	0,3%
CM	G	Matosinhos	-14.806.735	-14.575.218	60.430.552	12.953.685	17,4%	11,5%
SA		Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Matosinhoshabit - Habitação de Matosinhos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		MS Matosinhos Sport - Gestão de Equipam. Desp. e de Lazer	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Mealhada	391.380	2.366.855	2.427.507	-6.561.124	-68,2%	3,5%
Soc.		EPVL - Escola Profissional da Mealhada	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Meda	-688.131	-698.057	5.868.968	4.717.322	80,7%	24,5%
EM		ADL Águas de Longroiva – Explor. e Gestão de Águas Termais	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Nova Meda - Empresa Gestora de Equipamentos Municipais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Melgaço	-618.458	341.516	16.305.707	15.011.590	207,7%	48,4%
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mértola	1.904.119	2.883.432	6.239.354	3.739.098	33,0%	1,4%
EEM		Merturis - Turismo	15.641	14.605	8.628	-54.727	--	--
CM	P	Mesão Frio	-852.307	-709.300	8.994.003	8.243.347	236,8%	9,1%
CM	P	Mira	624.446	837.983	4.465.762	3.568.249	46,5%	20,8%
CM	P	Miranda do Corvo	-102.166	464.603	4.417.964	3.460.048	57,9%	15,8%
CM	P	Miranda do Douro	-450.760	-709.161	11.216.214	9.668.379	132,4%	52,8%
EM		Miranda Cultural e Rural	6.035	4.162	97.107	-25.436	--	--
CM	M	Mirandela	1.527.929	-1.920.454	28.457.046	24.927.743	181,9%	107,0%
SMA		Mirandela	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		AIN - Agro-Indústria do Nordeste	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mogadouro	-1.664.434	-912.085	6.480.834	5.645.600	56,1%	3,5%
CM	P	Moimenta da Beira	764.144	435.255	11.055.423	9.477.143	128,9%	58,4%
CM	M	Moita	3.188.415	2.809.291	26.583.981	24.137.238	109,2%	17,0%
CM	P	Monção	1.509.839	2.484.842	13.127.208	11.998.769	102,5%	12,9%
EM		Matadouro Regional de Monção	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Monchique	-1.757.221	-1.519.163	8.041.651	7.627.670	97,2%	16,3%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	P	Mondim de Basto	1.015.149	754.129	17.032.419	15.358.318	251,9%	3,4%
CM	P	Monforte	-46.465	80.944	4.040.115	3.866.427	84,7%	19,1%
CM	P	Montalegre	-4.619.368	-2.990.864	7.551.276	4.784.033	36,1%	4,9%
CM	P	Montemor-o-Novo	1.465.342	1.869.507	6.304.794	4.183.425	31,4%	20,5%
CM	M	Montemor-o-Velho	-985.351	-871.695	29.242.905	27.909.845	258,0%	27,7%
CM	M	Montijo	3.090.125	2.798.125	14.641.227	11.935.903	56,8%	9,2%
SMAS		Montijo	-656.011	-249.338	1.737.196	70.766	--	--
CM	P	Mora	-797.009	-608.810	3.683.235	2.316.666	43,7%	2,2%
EEM		Fluviário de Mora	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mortágua	809.569	1.300.391	4.286.588	-1.720.179	-23,8%	0,4%
CM	P	Moura	-5.267.121	-2.424.962	9.675.663	5.117.836	42,9%	15,5%
EM		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Mourão	-2.943.189	-2.764.290	10.320.097	10.251.093	250,8%	43,0%
CM	P	Murça	365.598	104.943	11.176.006	10.302.749	218,2%	1,4%
CM	P	Murtosa	1.733.651	1.676.641	2.658.512	1.052.541	19,8%	8,6%
CM	P	Nazaré	-533.172	-1.086.793	39.895.921	29.084.218	339,3%	233,3%
SM		Nazaré	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Nazare Qualifica	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Nelas	-1.499.699	-1.858.853	15.407.269	14.982.883	195,4%	40,9%
CM	P	Nisa	-1.139.113	-368.967	8.413.451	5.198.020	63,2%	9,8%
EM		TERNISA - Termas da Fadagosa de Nisa	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Nordeste	567.886	441.804	17.061.334	15.696.968	338,9%	200,3%
EM		HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	12.667	8.183	2.264.578	2.058.503	--	--
EM		Nordeste Activo	228.325	2.763	3.545.570	1.116.769	--	--
CM	P	Óbidos	-1.990.605	-2.922.271	11.008.737	589.402	5,3%	28,8%
EEM		Óbidos Patrimonium - Gestão e Prod. Act. Equip. Culturais, Educ. Projectos Val. Turística	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Óbidos Requalifica	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Odemira	917.822	1.659.462	14.689.151	10.054.162	51,2%	6,3%
CM	G	Odivelas	-2.840.158	1.306.137	47.758.547	38.376.886	78,7%	27,4%
EM		Municipália - Gestão de Equipamentos e Património	-274.424	-296.447	395.190	125.834	--	--
CM	G	Oeiras	8.777.170	12.099.360	49.296.850	36.899.387	40,1%	13,7%
Soc.		HABITÁGUA - Serviços Domiciliários	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM	Oeiras Viva-Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos	17.554	-11.572	1.195.864	503.393	--	--
EM	Parques Tejo - Parques de Oeiras	Si	Si	Si	Si	--	--
EM SA	SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano	Si	Si	Si	Si	--	--
SMAS	Oeiras e Amadora	10.436.758	9.831.645	9.342.798	-9.309.228	--	--
CM	P Oleiros	-6.161.704	-5.877.175	3.076.020	846.153	12,4%	8,6%
CM	M Olhão	-2.715.740	-2.473.646	30.513.917	16.440.929	86,5%	32,8%
EM	AMBIOLHÃO-Empresa Municipal de Ambiente de Olhão	835.976	9.164	26.848.260	19.652.748	--	--
EM	Fesnima - Animação de Olhão	14.455	10.618	50.316	-131.820	--	--
EM	Mercados de Olhão	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM	SRU-Reabilitação Urbana de Olhão	-708	-708	0	-49.336	--	--
CM	M Oliveira de Azeméis	4.486.481	4.114.404	39.570.503	33.295.732	134,4%	14,1%
EEM	Gedaz - Gestão de Equipamentos Desportivos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Oliveira de Frades	100.393	184.952	6.325.587	5.185.665	79,0%	21,8%
CM	M Oliveira do Bairro	2.013.615	1.206.881	16.280.168	11.021.999	103,0%	16,8%
CM	M Oliveira do Hospital	195.525	-80.107	6.937.266	4.916.827	43,8%	10,5%
CM	M Ourém	-5.989.029	-5.510.278	32.830.934	21.862.921	92,9%	35,9%
EEM	Ourém Viva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos	118.085	72.695	1.777.167	-50.439	--	--
EEM	SRU-Fátima - Sociedade de Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Ourique	2.271.953	2.144.719	10.945.058	10.503.029	141,4%	35,5%
CM	M Ovar	2.785.084	3.036.291	9.788.681	-1.964.064	-9,8%	8,4%
EM	Ovar Forma - Ensino e Formação	65.644	43.699	110.306	-400.912	--	--
CM	M Paços de Ferreira	744.688	-104.340	60.874.382	43.014.136	216,9%	107,0%
EM	Gespaços - Gestão de Equipamentos Desportivos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	PFR Invest - Gestão Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Palmela	-5.231.068	-5.132.779	29.770.101	23.264.438	81,0%	27,4%
EM	Palmela Desporto - Gestão de Espaços e Equipamentos Desportivos	1.216	155	225.114	28.500	--	--
CM	P Pampilhosa da Serra	372.792	528.236	977.181	-1.161.036	-17,6%	2,7%
CM	M Paredes	-4.754.204	5.158.695	64.816.221	52.144.663	157,6%	72,1%
EM SA	Amiparedes - Agência Municipal de Investimento	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	P	Paredes de Coura	2.351.994	768.485	9.754.989	8.345.411	103,1%	44,2%
CM	P	Pedrógão Grande	131.573	159.148	3.775.763	2.103.396	46,1%	7,0%
CM	P	Penacova	960.749	1.204.791	1.337.160	376.307	4,9%	9,8%
EM		Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Penafiel	2.835.289	3.363.363	29.263.750	25.582.770	90,0%	40,1%
EEM		Penafiel Activa	16.884	1.407	530.054	9.862	--	--
EEM		Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Penalva do Castelo	1.098.053	1.206.103	3.217.148	-306.561	-5,3%	1,3%
CM	P	Penamacor	1.889.639	1.490.436	8.993.778	8.418.179	112,6%	57,6%
CM	P	Penedono	780.971	953.530	218.080	-4.090.733	-92,4%	3,0%
CM	P	Penela	-1.789.081	-1.383.498	7.083.213	6.474.257	134,9%	20,1%
CM	M	Peniche	1.332.319	1.445.906	10.882.736	9.405.032	92,2%	28,1%
SMAS		Peniche	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Peso da Régua	701.514	-570.501	17.821.265	12.620.888	125,0%	46,0%
CM	P	Pinhel	-1.126.645	-838.061	9.022.948	8.102.273	87,1%	22,0%
EM		Falcão Cultura, Turismo e Tempos Livres	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Pombal	7.641.190	5.827.852	12.205.214	2.228.259	10,0%	7,2%
EM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Ponta Delgada	1.532.096	1.586.310	27.393.361	22.650.663	84,0%	4,5%
SMAS		Ponta Delgada	Si	Si	Si	Si	--	--
Soc.		Anima Cultura	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		Azores Parque	767.085	44.545	11.240.057	10.159.776	--	--
SA		Cidade em Acção - Sociedade de Desenv. e Gestão de Equipamentos Urbanos	543.311	26.211	15.280.991	14.550.615	--	--
SA		Coliseu Micaelense - Soc. Prom. Eventos Culturais	376.658	251.918	4.442.124	4.284.256	--	--
Soc.		P. Delgada Social - Const. Expl. Gest. Equip. Sociais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Ponta do Sol	186.118	275.060	2.883.773	1.339.117	27,6%	13,9%
CM	P	Ponte da Barca	3.502.346	841.059	9.473.558	8.375.810	110,0%	19,7%
CM	M	Ponte de Lima	-3.261.519	-2.121.435	3.920.617	-18.601.755	-87,9%	4,6%
CM	P	Ponte de Sor	-116.806	3.071.552	2.003.120	-8.969.728	-78,4%	5,4%
CM	M	Portalegre	-3.357.477	-2.128.481	45.508.373	33.615.058	259,7%	49,6%
SMAT		Água e Transporte de Portalegre	Si	Si	Si	Si	--	--
SA		MMPO - Mercado Municipal de Portalegre	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Portel	-790.556	-352.422	2.904.070	-1.551.055	-20,6%	2,1%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	M	Portimão	-352.834	-11.986.674	166.560.019	147.910.327	471,6%	302,6%
EM		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	Si	Si	Si	Si	--	--
EM SA		Portimão Urbis SGRU - Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana	-419.749	-1.802.801	41.833.023	6.603.067	--	--
CM	G	Porto	-9.215.766	2.970.191	111.049.636	87.862.685	65,0%	3,4%
EM		CMPEA - Águas do Porto	2.627.544	2.125.155	23.544.675	-3.652.705	--	--
EEM		DOMUSSOCIAL - Empresa de Habitação e Manutenção	10.484	90.429	5.768.095	-584.810	--	--
EEM		Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto	63	25.634	2.093.918	-1.268.418	--	--
EM		Porto Lazer	-8.668	22.776	824.716	-2.074.292	--	--
CM	M	Porto de Mós	1.705.050	1.986.813	5.175.890	3.816.872	32,4%	4,3%
CM	P	Porto Moniz	1.726.074	1.505.922	4.210.868	2.374.049	60,0%	32,9%
EM		AM - Aquário da Madeira	24.179	-3.500	1.666.751	1.483.992	--	--
CM	P	Porto Santo	-862.809	-764.897	8.873.070	6.253.162	151,6%	122,8%
EM		ArealDourado - Eventos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Porto Santo Verde - Resíduos Sólidos e Limpeza	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Póvoa de Lanhoso	1.104.489	1.631.357	10.989.971	9.451.045	96,7%	38,7%
Soc.		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	11.366	2.762	151.310	-97.133	--	--
CM	M	Póvoa de Varzim	2.923.242	3.126.172	26.456.161	23.086.254	83,2%	28,3%
EM		Varzim Lazer	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Povoação	869.673	760.124	21.157.169	20.983.038	502,0%	33,8%
EM		Espaço Povoação - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		POVOAINVEST - Empresa Municipal de Habitação Social, EM	63.723	6.266	3.381.775	2.376.631	--	--
CM	P	Proença-a-Nova	-3.614.575	-2.969.645	4.928.393	3.444.086	44,5%	5,6%
EM		Proençatur - Empresa de Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Redondo	-2.467.601	-1.466.962	859.995	-3.395.308	-59,4%	1,6%
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-2.575.410	-2.080.337	18.455.237	16.935.286	218,3%	68,2%
CM	P	Resende	19.277	319.061	10.221.917	8.781.171	94,1%	23,3%
EM SA		Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM SA		Tur Arêgos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Ribeira Brava	-2.867.827	-997.113	20.005.798	13.047.322	223,0%	102,6%
CM	P	Ribeira de Pena	-1.454.160	-931.698	10.385.285	8.734.412	150,4%	40,2%
CM	M	Ribeira Grande	5.168.191	4.959.116	15.891.087	12.761.582	106,5%	16,1%

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM	Ribeira Grande Mais - Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental	195.540	172.222	216.429	-617.907	--	--
CM	M Rio Maior	-729.843	365.450	20.668.047	18.249.267	157,0%	15,4%
EM	DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	26.626	16.330	429.641	146.776	--	--
Soc.	EPRM - Escola Profiss. de Rio Maior	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Sabrosa	-1.641.101	-1.410.292	5.816.382	4.492.422	67,4%	17,1%
CM	P Sabugal	-274.282	-172.366	9.273.577	5.335.451	45,3%	9,3%
EM	Sabugal - Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer	11.088	10.970	153.620	-61.743	--	--
CM	M Salvaterra de Magos	296.214	942.904	4.471.147	2.837.024	34,9%	7,3%
CM	P Santa Comba Dão	-2.893.767	-3.636.877	17.650.531	16.467.850	272,5%	64,7%
EM	Combanima - Espaços Municipais	Si	Si	Si	Si	--	--
Soc.	Profiacademus - Escola Profissional	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M Santa Cruz	23.214	851.436	41.111.506	34.303.372	284,0%	163,7%
EM	Santa Cruz XXI - Gestão de Equip. Munic. e Prest. Serv.	7.819	2.091	41.932	-62.209	--	--
CM	P Santa Cruz da Graciosa	99.803	93.038	2.372.078	2.168.564	66,8%	2,5%
Soc.	Emp Transp Colectivos Graciosa Lda	-21.949	-33.275	39.490	-72.356	--	--
CM	P Santa Cruz das Flores	115.650	670.927	796.832	94.992	3,3%	1,0%
SA	FLORES INVEST, Empresa Municipal de Desenvolvimento Municipal, S.A	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G Santa Maria da Feira	10.044.241	10.119.084	66.720.253	58.263.943	127,8%	35,1%
EEM	Feira Viva Cultura e Desporto	59.380	33.368	1.618.950	1.429.729	--	--
SA	Indaqua Feira - Indústria e Gestão de Águas	2.772.615	-852.909	95.720.261	84.812.892	--	--
EM	PEC-TSM - Parque Empresarial da Cortiça	-1.824	-1.838	0	0	--	--
SA	Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P Santa Marta de Penaguião	-1.297.400	-1.252.308	4.061.394	3.659.643	65,9%	2,1%
CM	P Santana	-791.179	-1.255.890	10.838.114	8.692.881	142,4%	49,2%
EEM	Terra Cidade	31.317	28.682	41.373	-127.330	--	--
CM	M Santarém	213.382	1.346.646	92.076.150	86.160.397	293,2%	155,5%
EM SA	Águas de Santarém	1.297.401	523.419	16.236.615	6.479.571	--	--
EM	LT - Sociedade de Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
EM	Scalabisport - Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas	Si	Si	Si	Si	--	--
EM SA	STR-URBHS - Sociedade de Gestão Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	M	Santiago do Cacém	-963.202	-224.347	19.082.677	17.217.037	95,2%	22,1%
CM	M	Santo Tirso	-3.609.574	-4.061.619	34.603.991	31.257.557	108,5%	24,2%
SMEAS		Electricidade, Água e San. de Santo Tirso	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	São Brás de Alportel	-1.828.121	-1.424.929	3.395.765	1.978.129	27,7%	2,8%
CM	M	São João da Madeira	-811.894	111.481	14.427.959	-9.307.951	-91,5%	21,0%
EM SA		Águas de S. João	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Habitar S. João - Habitação	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	São João da Pesqueira	1.900.109	799.725	6.470.722	6.297.360	92,2%	4,2%
CM	P	São Pedro do Sul	-1.253.163	266.422	13.625.943	12.197.960	120,4%	51,9%
EEM		Termalstur - Termas	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	São Roque do Pico	-695.479	-994.267	1.201.197	913.497	26,6%	1,3%
EM		Cais Invest	167.904	30.691	3.858.281	3.839.535	--	--
CM	P	São Vicente	1.053.922	-18.734	7.490.160	5.451.187	113,8%	55,3%
SA		Grutas de São Vicente - Madeira	5.337	1.916	61.203	20.355	--	--
CM	P	Sardoal	322.663	406.914	6.315.427	5.085.917	108,2%	19,7%
CM	P	Sátão	1.511.931	2.127.001	3.257.469	2.279.736	32,2%	6,6%
CM	M	Seia	-388.004	-2.130.359	58.112.669	56.641.509	386,2%	8,6%
EM		EMCR - Empresa Municipal de Cultura e Recreio	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Seixal	11.954.280	7.001.019	104.770.339	68.935.086	121,4%	86,9%
SA		FERIMO - Sociedade Imobiliária	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Sernancelhe	-334.426	18.140	3.229.704	2.166.234	35,5%	8,3%
SA		ESPROSER - Escola Profissional	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Serpa	1.317.389	1.747.272	11.576.195	10.823.345	87,3%	16,3%
EM		Serpobra SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Sertã	-2.378.047	-904.769	6.941.569	5.944.687	53,4%	27,7%
CM	M	Sesimbra	-1.672.978	-740.381	37.357.075	16.432.146	73,2%	52,2%
CM	G	Setúbal	7.359.268	6.394.055	85.366.312	58.651.348	135,0%	56,1%
CM	P	Sever do Vouga	1.152.164	1.966.013	7.275.704	3.330.914	49,3%	13,0%
EM		Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação	-259.757	-345.425	3.359.720	1.298.417	--	--
CM	M	Silves	338.723	2.752.525	17.286.003	12.931.587	66,2%	6,8%
CM	P	Sines	-275.488	829.110	22.745.875	16.971.749	150,9%	43,6%
CM	G	Sintra	17.312.951	29.228.396	100.652.752	77.985.691	65,0%	3,8%
SMAS		Sintra	570.529	2.268.515	5.857.468	-21.360.151	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EEM		EDUCA - Gestão e Manutenção de Equipamentos Educativos	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		EMES - Estacionamento	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		HPEM - Higiene Pública	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Sintra Quorum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-1.865.079	-1.656.017	6.156.860	5.230.863	96,8%	38,8%
EM		Monteges - Gestão de Equipamentos Sociais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Soure	2.016.004	1.366.435	9.753.223	9.545.668	102,4%	22,9%
CM	P	Sousel	-634.594	-674.589	5.270.982	4.389.962	91,9%	11,7%
SA		ENASEL - Turismo e Cinegética	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Tábua	-1.383.704	-1.756.793	9.936.151	9.581.984	131,5%	48,2%
CM	P	Tabuaço	2.659.887	2.211.698	14.590.193	13.705.911	208,4%	40,6%
CM	P	Tarouca	-872.485	-815.950	14.488.276	13.802.124	194,5%	19,7%
CM	M	Tavira	-2.755.017	-3.503.458	22.772.255	18.542.821	102,8%	17,9%
EM		EMPET - Parques Empresariais	296.281	151.590	7.934.936	6.164.931	--	--
EM		Tavira Verde - Ambiente	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Terras de Bouro	-48.076	433.945	5.043.524	4.456.270	60,0%	8,4%
CM	M	Tomar	1.878.663	2.312.685	34.461.278	28.492.579	149,5%	42,8%
SMAS		Tomar	25.342	482.698	1.863.073	192.056	--	--
CM	M	Tondela	1.830.206	2.155.185	8.859.570	2.451.135	16,3%	13,4%
CM	P	Torre de Moncorvo	329.380	-1.618.919	19.708.993	16.939.522	178,9%	10,3%
CM	M	Torres Novas	-3.269.878	-2.191.854	35.022.824	31.038.152	171,2%	53,6%
EEM		Turriespaços - Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Torres Vedras	4.642.245	2.827.018	35.954.280	31.939.685	110,3%	29,7%
SMAS		Torres Vedras	-419.276	1.034.206	4.396.897	-1.089.025	--	--
EM		Promotorres - Promoção de Eventos e Gestão de Equipamentos	24.558	5.125	364.678	106.016	--	--
CM	P	Trancoso	-1.337.477	-1.907.304	10.964.575	10.296.632	127,5%	49,0%
EEM		TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	-599.816	-610.819	1.003.546	442.793	--	--
CM	M	Trofa	444.271	2.050.917	40.756.181	37.848.482	247,9%	51,5%
EEM		Trofa Park - Reabilitação Urbana, Desenvolvimento Económico e Inovação	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Trofaguas - Serviços Ambientais	568.625	63.705	13.224.887	7.071.957	--	--
CM	M	Vagos	-1.213.373	-1.656.425	18.278.383	12.597.382	127,6%	71,2%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	M	Vale de Cambra	775.918	126.845	18.001.164	15.089.143	133,3%	33,3%
CM	P	Valença	705.627	1.546.278	9.135.463	7.052.518	72,4%	23,3%
EM		Interminho - Sociedade Gestora de Parques Empresariais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Valongo	-6.742.537	-6.098.291	60.679.906	57.856.269	213,9%	111,7%
SMEAS		Electrecidade, Água e San de Valongo	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Vallis Habita - Gestão de Empreendimentos Habitacionais	104.656	85.006	730.142	-139.018	--	--
CM	P	Valpaços	-2.066.700	-1.561.571	13.205.652	11.145.739	100,0%	48,8%
CM	P	Velas	429.483	507.958	7.585.473	6.883.094	155,1%	85,7%
EM		Velasfuturo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos Económicos e Lazer	-11.596	-12.051	1.788.526	1.720.829	--	--
CM	P	Vendas Novas	-609.156	-338.360	6.218.368	5.259.745	95,3%	36,4%
CM	P	Viana do Alentejo	-564.895	-566.280	1.052.254	-595.916	-11,8%	6,6%
CM	M	Viana do Castelo	2.155.899	2.478.633	34.401.279	32.573.257	86,9%	16,8%
SMSB		Viana Castelo	931.060	1.093.531	1.587.264	-3.462.894	--	--
CM	P	Vidigueira	-789.408	-167.763	4.562.432	3.920.503	71,0%	7,0%
CM	P	Vieira do Minho	-466.897	-748.869	15.671.345	13.760.529	168,0%	79,0%
EM		EPMAR - Águas Públicas e Resíduos	-427.863	-430.400	1.896.075	892.370	--	--
EM		Vieira Cultura e Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Vila da Praia da Vitória	-435.124	-1.615.828	16.608.749	14.527.600	169,4%	18,3%
EM		Praia Ambiente	204.960	2.137	5.188.012	1.112.593	--	--
EM		Praia em Movimento	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila de Rei	3.301	587.835	2.397.119	1.973.942	40,5%	1,6%
CM	P	Vila do Bispo	-2.135.728	-2.539.218	11.443.849	9.739.713	143,7%	98,1%
CM	M	Vila do Conde	848.583	-1.105.878	66.506.125	60.852.751	155,3%	59,6%
CM	P	Vila do Porto	177.803	-230.793	1.129.066	771.798	17,9%	6,7%
Soc.		Emp Transp Colectivos Stª Maria	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		SDMSA- Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria	25.069	2.755	5.396.554	3.131.682	--	--
CM	P	Vila Flor	1.204.430	1.757.258	4.264.928	2.395.126	32,8%	12,9%
CM	G	Vila Franca de Xira	79.731	-123.685	32.647.079	3.770.029	8,3%	2,7%
SMAS		Vila Franca Xira	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Franca do Campo	239.061	387.604	29.460.370	26.909.790	502,3%	1,1%
SA		Atlântico Vila	-107.890	-115.383	313.003	178.454	--	--
Fund.		Fundação Escola Profissional V. F. Campo	333.582	249.519	379.661	-271.259	--	--

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EM		Marina da Vila - Indústrias de Marinas e Recreio	3.904	871	28.456	-39.663	--	--
EM		VFC Empreendim. - Empresa Municipal de Actividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	172.344	155.128	25.809	-369.109	--	--
CM	P	Vila Nova da Barquinha	689.649	761.978	6.116.972	5.228.579	94,3%	13,4%
EM SA		CDN - Gestão e Promoção do Parque Empresarial de Vila Nova da Barquinha, EM, SA	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Nova de Cerveira	1.298.309	1.442.471	8.334.728	6.059.105	74,2%	5,6%
CM	G	Vila Nova de Famalicão	17.220.075	13.267.621	38.150.988	26.905.375	56,6%	9,7%
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	22.014	550.274	4.642.516	4.290.717	56,1%	15,7%
EM		Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	-227.926	-220.013	888.115	805.114	--	--
EM		Fozcoactiva - Gestão Equipamentos Desportivos e Culturais	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	G	Vila Nova de Gaia	11.163.533	1.387.627	217.937.818	144.743.834	154,9%	45,6%
EEM		Águas de Gaia	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Gaianima	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Gaiaurb - Gestão Urbanística e da Paisagem	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Nova de Paiva	471.823	706.860	7.056.773	6.492.884	130,7%	24,2%
CM	P	Vila Nova de Poiares	-68.257	-733.146	19.037.373	18.199.610	358,8%	13,2%
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	1.539.421	2.748.583	9.293.940	4.573.772	44,2%	32,5%
EM		Vitaguiar - Apoio ao Desenvolvimento Agro Industrial	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Vila Real	1.044.912	1.655.944	19.873.108	17.430.913	85,2%	2,7%
EM		CULTURVAL - Gestão de Equip Culturais de Vila Real	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		EMARVR - EM de Água e Resíduos de Vila Real	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		MERVAL - EM de Gestão de Merc e Promo de Proj de Des local	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		VRS - Vila Real Social, Habitação e Transportes	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Real de Santo António	-4.450.869	-4.791.377	69.703.805	57.149.021	485,8%	241,7%
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Velha de Ródão	295.868	733.652	1.148.796	-266.448	-4,6%	1,6%

Tipo		Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
CM	M	Vila Verde	-5.410.187	-3.365.542	25.256.970	19.332.799	104,2%	52,3%
Soc.		Escola Profissional Amar Terra Verde	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Proviver	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vila Viçosa	-1.276.831	-1.381.422	6.226.728	5.045.577	95,9%	24,1%
CM	P	Vimioso	388.773	587.189	4.748.126	2.564.947	38,3%	7,9%
Soc.		Caça e Turismo de Vimioso	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Vimioso 2003 - Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	P	Vinhais	1.130.563	666.408	3.746.930	1.063.097	10,8%	9,6%
EEM		ProRuris – EM de Desenvolvimento Rural de Vinhais	Si	Si	Si	Si	--	--
EEM		Turimontesinho – EM de Promoção Turística	Si	Si	Si	Si	--	--
CM	M	Viseu	2.763.316	8.493.446	29.702.276	9.277.594	23,6%	4,0%
SMAS		Viseu	Si	Si	Si	Si	--	--
EM		Habisolvis - Habitação Social	10.996	11.960	30.786	-128.212	--	--
SA		WISEUNOVO - SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu	-93.397	-91.814	229.650	-149.843	--	--
CM	M	Vizela	815.382	569.593	20.479.030	18.846.611	186,1%	116,4%
CM	P	Vouzela	-2.660.438	-1.820.001	12.361.532	11.177.873	171,7%	2,7%
EIM		Águas do Ribatejo	3.006.366	1.504.323	32.227.007	19.355.437	--	--
EIM		AMBILITAL - INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		Astaq Técnica	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		Ecoleziria -Tratamento de Resíduos Sólidos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		EIMRAM - Investimentos e Serviços Intermunicipais	-29.124	-157.369	392.475	362.739	--	--
EIM		Empresa de Conceção e Gestão do Parque das cidades Loulé/Faro	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		MINHOCOM - Gestão de Infraestruturas de telecomunicações	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM		MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	31.432	25.617	90.733	-87.213	--	--

Tipo	Designação	Resultados Operacionais	Resultados Líquidos	Passivo Exigível**	Endividamento Líquido	Índice de Endivid. líquido	Índice Fornecedores /Receitas n-1
EIM	Naturtejo - Empresa de Turismo	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	PERM - Parquem Empresarial de Recuperação de Materiais	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	PISOESTE - Parque de Inertes e Serviços do Oeste	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	REGI - Planeamento e Desenvolvimento Regional	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	Resíduos do Nordeste	1.550.713	554.436	9.020.415	-2.529.229	--	--
EIM	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	Si	Si	Si	Si	--	--
EIM	Vimágua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	2.100.614	998.809	29.023.902	19.869.145	--	--
EIM SA	ECOBELRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	Si	Si	Si	Si	--	--
SA	Municípa, SA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação	Si	Si	Si	Si	--	--
SA	EHATB - Empreendimentos Hidroeléct. do Alto Tâmega e Barroso	Si	Si	Si	Si	--	--

ANEXO III: LISTAGEM DOS MUNICÍPIOS POR NÚMERO DE HABITANTES

Municípios de Grande Dimensão

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1	Lisboa	Lisboa	53	6.435,5	499.700	489.562	479.884	469.509	547.733	524.282
2	Sintra	Lisboa	20	1.187,7	437.471	445.872	454.188	461.981	377.835	379.963
3	Vila Nova de Gaia	Porto	24	1.792,0	310.086	312.742	315.382	317.711	302.295	303.149
4	Porto	Porto	15	5.710,2	221.800	216.080	210.558	204.788	237.591	227.535
5	Cascais	Lisboa	6	2.124,5	186.947	188.244	189.606	190.625	206.479	208.321
6	Loures	Lisboa	18	1.213,8	196.467	195.035	193.630	192.171	205.054	208.042
7	Braga	Braga	62	990,3	175.063	176.154	177.183	177.940	181.494	182.110
8	Amadora	Lisboa	11	7.370,9	173.413	172.110	170.828	169.475	175.136	175.631
9	Matosinhos	Porto	10	2.807,7	169.122	169.261	169.303	169.228	175.478	175.321
10	Oeiras	Lisboa	10	3.750,2	171.472	172.021	172.609	172.948	172.120	172.822
11	Almada	Setúbal	11	2.476,5	166.148	166.103	165.991	165.758	174.030	172.206
12	Gondomar	Porto	12	1.271,6	172.904	173.910	174.878	175.625	168.027	168.016
13	Seixal	Setúbal	6	1.659,8	173.406	175.837	178.332	180.741	158.269	161.436
14	Guimarães	Braga	69	655,3	162.618	162.636	162.592	162.313	158.124	157.214
15	Odivelas	Lisboa	7	5.499,6	151.358	153.584	155.827	158.143	144.549	148.791
16	Santa Maria da Feira	Aveiro	31	644,6	146.347	147.406	148.449	149.337	139.312	140.066
17	Coimbra	Coimbra	31	449,3	137.212	135.314	133.426	131.446	143.396	139.151
18	Vila Franca de Xira	Lisboa	11	430,9	140.091	142.163	144.123	146.052	136.886	138.710
19	Maia	Porto	17	1.630,5	138.226	140.859	143.371	145.791	135.306	136.017
20	Vila Nova de Famalicão	Braga	49	662,7	134.336	134.969	135.536	135.959	133.832	133.974
21	Leiria	Leiria	29	224,7	127.919	128.537	129.191	129.745	126.897	126.348
22	Barcelos	Braga	89	317,3	124.498	124.555	124.576	124.395	120.391	120.084
23	Setúbal	Setúbal	8	526,0	123.564	124.459	125.293	126.013	121.185	119.799
24	Funchal	Madeira	10	1.461,6	99.214	98.583	97.793	98.543	111.892	109.149

Municípios de Média Dimensão

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
25	Viseu	Viseu	34	195,6	98.619	99.016	99.470	99.737	99.274	98.778
26	Valongo	Porto	5	1249,6	95.706	97.138	98.522	99.852	93.858	94.884
27	Viana do Castelo	V. Castelo	40	277,1	91.390	91.362	91.460	91.319	88.725	87.896
28	Paredes	Porto	24	554,1	86.810	87.142	87.417	87.632	86.854	87.020
29	Vila do Conde	Porto	30	533,2	77.052	77.320	77.553	77.784	79.533	79.808
30	Torres Vedras	Lisboa	20	195	77.203	77.556	77.997	78.262	79.465	79.426
31	Mafra	Lisboa	17	263,4	68.709	70.867	73.061	75.277	76.685	79.297
32	Barreiro	Setúbal	8	2157,4	78.277	77.893	77.529	77.130	78.764	77.941
33	Aveiro	Aveiro	14	397,1	73.347	73.100	72.919	72.601	78.450	77.675
34	Penafiel	Porto	38	340,1	71.984	71.841	71.648	71.465	72.265	71.848
35	Santo Tirso	Porto	24	521,7	70.427	69.920	69.377	68.745	71.530	70.996
36	Loulé	Faro	11	92,4	64.798	65.444	66.085	66.646	70.622	69.824
37	Ponta Delgada	Açores	24	296,1	64.246	64.092	63.933	63.709	68.809	68.876
38	Oliveira de Azeméis	Aveiro	19	424,2	71.322	71.210	71.075	70.885	68.611	68.186
39	Moita	Setúbal	6	1195,1	71.374	71.596	71.844	71.955	66.029	65.831
40	Palmela	Setúbal	5	134,9	61.758	62.820	63.861	64.946	62.831	63.694
41	Póvoa de Varzim	Porto	12	770,5	66.463	66.655	66.919	67.105	63.408	63.282
42	Faro	Faro	6	320,2	58.739	58.698	58.675	58.625	64.560	62.281
43	Figueira da Foz	Coimbra	18	163,2	63.229	63.135	63.023	62.879	62.125	61.505
44	Santarém	Santarém	28	110,7	63.878	63.630	63.435	63.149	62.200	61.222
45	Felgueiras	Porto	32	501	58.954	58.976	58.995	58.895	58.065	57.904
46	Paços de Ferreira	Porto	16	793,8	55.985	56.333	56.603	56.870	56.340	56.929
47	Alcobaça	Leiria	18	138,4	55.643	55.641	55.617	55.480	56.693	56.037
48	Amarante	Porto	40	185,9	61.514	61.582	61.677	61.620	56.264	55.677
49	Évora	Évora	19	43,3	55.114	54.780	54.469	54.111	56.596	55.624
50	Portimão	Faro	3	306,1	49.330	49.881	50.454	50.989	55.614	55.209
51	Ovar	Aveiro	8	374,3	57.730	57.983	58.205	58.359	55.398	55.094
52	Castelo Branco	Castelo Branco	25	38,8	54.254	53.909	53.626	53.270	56.109	55.005
53	Pombal	Leiria	17	87,9	59.764	59.858	59.968	59.934	55.217	54.624
54	Marco de Canaveses	Porto	31	264,6	55.041	55.275	55.508	55.685	53.450	53.273
55	Montijo	Setúbal	8	147,1	41.210	41.432	41.623	41.779	51.222	53.233
56	Caldas da Rainha	Leiria	16	201,7	52.587	52.823	53.017	53.212	51.729	51.793
57	Vila Real	Vila Real	30	136,5	50.296	50.131	50.015	49.897	51.850	51.417

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º / km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
58	Covilhã	Castelo Branco	31	92,8	52.553	52.101	51.635	51.145	51.797	50.486
59	Fafe	Braga	36	230,3	53.696	53.600	53.603	53.493	50.633	50.249
60	Sesimbra	Setúbal	3	253,2	50.236	52.371	54.525	56.641	49.500	50.214
61	Vila Verde	Braga	58	208,6	49.021	49.171	49.379	49.441	47.888	47.901
62	Lousada	Porto	25	493	47.429	47.723	48.022	48.225	47.387	47.450
63	Águeda	Aveiro	20	141,9	49.892	49.857	49.742	49.698	47.729	47.371
64	Ourém	Santarém	18	110	50.606	50.890	51.133	51.284	45.932	45.638
65	Olhão	Faro	5	347,1	43.828	44.319	44.795	45.254	45.396	45.216
66	Santa Cruz	Madeira	5	527,3	35.985	37.121	38.269	37.837	43.005	43.529
67	Ponte de Lima	Viana do Castelo	51	135,2	44.618	44.527	44.421	44.258	43.498	43.283
68	Alenquer	Lisboa	16	142,2	45.687	46.536	47.396	48.180	43.267	43.194
69	Guarda	Guarda	55	59,6	44.191	44.121	44.030	43.834	42.541	41.549
70	Chaves	Vila Real	51	69,3	44.192	44.039	43.897	43.645	41.243	40.903
71	Albufeira	Faro	5	291,7	38.175	38.966	39.809	40.612	40.828	40.190
72	Tomar	Santarém	16	115,1	42.295	41.951	41.689	41.386	40.677	39.666
73	Trofa	Porto	8	540,8	40.338	40.680	41.022	41.333	38.999	38.843
74	Marinha Grande	Leiria	3	206,4	38.533	38.599	38.697	38.762	38.681	38.709
75	Ílhavo	Aveiro	4	524,2	40.819	41.271	41.711	42.117	38.598	38.502
76	Abrantes	Santarém	19	54,7	40.349	39.987	39.623	39.212	39.325	38.201
77	Silves	Faro	8	54,4	35.931	36.165	36.443	36.677	37.126	36.724
78	Cantanhede	Coimbra	19	93,3	38.931	38.920	38.953	38.844	36.595	36.389
79	Torres Novas	Santarém	17	135,4	37.101	36.968	36.814	36.698	36.717	36.338
80	Beja	Beja	18	31,2	34.610	34.387	34.193	33.952	35.854	35.319
81	Angra do Heroísmo	Açores	19	148,1	35.116	35.065	34.993	34.858	35.402	35.189
82	Câmara de Lobos	Madeira	5	683	35.969	36.119	36.279	36.419	35.666	35.025
83	Bragança	Bragança	49	30	34.489	34.375	34.259	34.081	35.341	34.983
84	Esposende	Braga	15	358,9	35.358	35.552	35.716	35.807	34.254	34.286
85	Ribeira Grande	Açores	14	179	30.447	30.852	31.226	31.608	32.112	32.513
86	Espinho	Aveiro	5	1502,3	30.065	29.481	28.866	28.227	31.786	30.929
87	Lagos	Faro	6	146	28.502	28.890	29.298	29.714	31.049	30.776
88	Santiago do Cacém	Setúbal	11	28	29.698	29.482	29.311	29.076	29.749	29.833
89	Benavente	Santarém	4	55,8	27.719	28.312	28.890	29.459	29.019	29.683
90	Anadia	Aveiro	15	133,9	31.559	31.422	31.284	31.133	29.150	28.656

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
91	Fundão	Castelo Branco	31	41,4	31.062	30.867	30.701	30.462	29.213	28.560
92	Tondela	Viseu	26	77,4	30.852	30.698	30.546	30.325	28.946	28.488
93	Peniche	Leiria	6	356,4	28.595	28.615	28.656	28.668	27.753	27.404
94	Estarreja	Aveiro	7	248,4	28.300	28.195	28.110	28.010	26.997	26.710
95	Lamego	Viseu	24	160,5	26.177	25.863	25.550	25.175	26.691	26.293
96	Montemor-o-Velho	Coimbra	14	113,9	24.820	24.766	24.699	24.628	26.171	26.048
97	Odemira	Beja	17	15,1	25.510	25.365	25.221	25.089	26.066	25.835
98	Tavira	Faro	9	42,9	25.410	25.394	25.412	25.388	26.167	25.753
99	Lourinhã	Lisboa	11	174,6	25.377	25.616	25.786	25.928	25.735	25.705
100	Albergaria-a-Velha	Aveiro	8	158,6	26.101	26.279	26.414	26.560	25.252	24.907
101	Cartaxo	Santarém	8	154,2	25.030	25.156	25.286	25.387	24.462	24.504
102	Portalegre	Portalegre	10	55,5	24.028	23.731	23.448	23.128	24.930	24.230
103	Porto de Mós	Leiria	13	92,8	25.089	25.153	25.216	25.257	24.342	24.154
104	Seia	Guarda	29	56,3	27.082	26.844	26.634	26.433	24.702	24.121
105	Vizela	Braga	7	959,9	24.274	24.477	24.676	24.840	23.736	23.851
106	Almeirim	Santarém	4	105,2	22.826	22.937	22.985	23.013	23.376	23.479
107	Oliveira do Bairro	Aveiro	6	263	23.244	23.504	23.741	23.953	23.028	23.356
108	Mirandela	Bragança	37	36	25.559	25.458	25.350	25.218	23.850	23.324
109	Vagos	Aveiro	11	138,5	23.933	24.107	24.247	24.371	22.851	22.880
110	Lagoa	Faro	6	260,3	24.390	24.875	25.383	25.874	22.975	22.783
111	Elvas	Portalegre	11	36,5	22.279	22.118	21.978	21.852	23.078	22.566
112	Vale de Cambra	Aveiro	9	154,3	24.482	24.360	24.270	24.128	22.864	22.558
113	Arcos de Valdevez	Viana do Castelo	51	50,4	24.413	24.251	24.081	23.861	22.847	22.426
114	Azambuja	Lisboa	9	82,9	21.800	21.841	21.890	21.913	21.814	22.306
115	Salvaterra de Magos	Santarém	6	90,6	21.398	21.491	21.582	21.672	22.159	22.196
116	Arouca	Aveiro	20	67,6	23.773	23.663	23.559	23.418	22.359	22.002
117	Póvoa de Lanhoso	Braga	29	164,1	24.175	24.230	24.312	24.407	21.886	21.889
118	São João da Madeira	Aveiro	1	2724	21.741	21.762	21.797	21.780	21.713	21.685
119	Vila da Praia da Vitória	Açores	11	130,6	20.728	20.858	20.919	20.999	21.035	21.451
120	Machico	Madeira	5	317,7	21.115	21.032	20.923	20.823	21.828	21.336
121	Rio Maior	Santarém	14	77,6	21.807	21.822	21.842	21.860	21.192	21.110
122	Oliveira do Hospital	Coimbra	21	88,5	21.714	21.627	21.509	21.354	20.855	20.519
123	Entroncamento	Santarém	2	1473,2	21.329	21.751	22.169	22.536	20.206	20.421

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
124	Mealhada	Aveiro	8	184,6	22.099	22.215	22.313	22.398	20.428	20.343
125	Baião	Porto	20	116,9	20.911	20.686	20.436	20.138	20.522	20.119

Municípios de Pequena Dimensão

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
126	Cinfães	Viseu	17	84,9	20.494	20.198	19.889	19.567	20.427	19.953
127	Celorico de Basto	Braga	22	110,4	19.871	19.767	19.652	19.508	20.098	19.952
128	Mangualde	Viseu	18	90,3	21.220	21.155	21.141	21.083	19.880	19.633
129	Coruche	Santarém	8	17,8	19.898	19.624	19.356	19.087	19.944	19.503
130	Vila Real de Santo António	Faro	3	311,9	18.444	18.539	18.587	18.650	19.156	19.067
131	Monção	Viana do Castelo	33	90,1	19.646	19.530	19.408	19.257	19.230	19.025
132	Soure	Coimbra	12	72,1	20.579	20.470	20.406	20.278	19.245	18.740
133	Amares	Braga	24	229,5	19.756	19.853	19.963	20.017	18.889	18.709
134	Alcochete	Setúbal	3	137	16.813	17.464	18.113	18.764	17.569	18.175
135	Lousã	Coimbra	6	127,2	18.786	19.245	19.721	20.181	17.604	17.439
136	Condeixa-a-Nova	Coimbra	10	123,2	17.422	17.737	18.058	18.353	17.078	17.320
137	Montemor-o-Novo	Évora	10	14,1	18.494	18.407	18.326	18.228	17.437	17.073
138	Peso da Régua	Vila Real	12	179,7	17.258	16.992	16.708	16.450	17.131	16.793
139	São Pedro do Sul	Viseu	19	47,9	19.224	19.188	19.169	19.173	16.851	16.521
140	Cabeceiras de Basto	Braga	17	68,7	17.701	17.635	17.523	17.412	16.710	16.520
141	Caminha	Viana do Castelo	20	121,4	16.743	16.630	16.577	16.447	16.684	16.512
142	Castelo de Paiva	Aveiro	9	145,1	16.858	16.785	16.660	16.529	16.733	16.432
143	Valpaços	Vila Real	31	30,4	18.730	18.541	18.319	18.071	16.882	16.407
144	Ponte de Sor	Portalegre	7	19,8	17.203	17.078	16.915	16.755	16.722	16.366
145	Batalha	Leiria	4	152,7	15.918	15.993	16.056	16.123	15.805	15.820
146	Sertã	Castelo Branco	14	35,3	15.841	15.663	15.512	15.359	15.880	15.612
147	Serpa	Beja	7	14	15.660	15.455	15.270	15.044	15.623	15.467
148	Macedo de Cavaleiros	Bragança	38	22,3	16.897	16.766	16.624	16.455	15.776	15.426
149	Horta	Açores	13	86,6	15.527	15.629	15.691	15.784	14.994	15.013
150	Castro Daire	Viseu	22	40,2	16.618	16.503	16.390	16.248	15.339	14.976
151	Grândola	Setúbal	5	17,9	14.089	13.979	13.845	13.682	14.826	14.954
152	Penacova	Coimbra	11	70	16.893	16.857	16.817	16.756	15.251	14.887
153	Nazaré	Leiria	3	183,3	14.581	14.480	14.383	14.261	15.158	14.813
154	Moura	Beja	8	15,8	16.233	16.120	16.022	15.884	15.167	14.809
155	Lagoa (R.A.A)	Açores	5	316,8	15.367	15.583	15.777	16.000	14.442	14.605

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
156	Cadaval	Lisboa	10	80,8	14.595	14.638	14.694	14.733	14.228	14.105
157	Sines	Setúbal	2	70,2	13.681	13.681	13.691	13.695	14.238	14.076
158	Estremoz	Évora	13	27,7	14.658	14.500	14.324	14.141	14.318	13.944
159	Arruda dos Vinhos	Lisboa	4	172	12.064	12.314	12.586	12.849	13.391	13.936
160	Valença	Viana do Castelo	16	119,6	14.305	14.308	14.295	14.295	14.127	13.933
161	Nelas	Viseu	9	111,2	14.719	14.740	14.732	14.718	14.037	13.798
162	Gouveia	Guarda	22	46,3	15.505	15.334	15.162	14.983	14.046	13.655
163	Alcanena	Santarém	10	108,4	14.699	14.657	14.588	14.522	13.868	13.567
164	Miranda do Corvo	Coimbra	5	103,2	13.686	13.755	13.830	13.864	13.098	13.048
165	Ribeira Brava	Madeira	4	203	12.599	12.600	12.583	12.546	13.375	13.032
166	Bombarral	Leiria	5	143,7	13.858	13.809	13.819	13.757	13.193	13.011
167	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real	18	29,9	14.930	14.837	14.735	14.634	13.187	12.912
168	Ansião	Leiria	8	74	13.591	13.495	13.427	13.310	13.128	12.897
169	Vieira do Minho	Braga	21	59,1	14.193	14.077	13.936	13.806	12.997	12.719
170	Alcácer do Sal	Setúbal	6	8,7	13.191	13.017	12.836	12.707	13.046	12.716
171	Mira	Coimbra	4	100	13.269	13.295	13.302	13.295	12.465	12.324
172	Sátão	Viseu	12	61,2	13.556	13.528	13.509	13.462	12.444	12.261
173	Sabugal	Guarda	40	15	13.533	13.261	13.002	12.738	12.544	12.146
174	Sever do Vouga	Aveiro	9	94,6	12.733	12.643	12.547	12.427	12.356	12.125
175	Tábua	Coimbra	15	59,9	12.331	12.307	12.240	12.162	12.071	11.931
176	Ponte da Barca	Viana do Castelo	25	65,8	13.038	13.004	12.978	12.921	12.061	11.889
177	Arganil	Coimbra	18	35,9	12.799	12.667	12.525	12.382	12.145	11.851
178	Vendas Novas	Évora	2	53,1	12.225	12.288	12.352	12.387	11.846	11.827
179	Óbidos	Leiria	9	82,9	11.332	11.377	11.397	11.427	11.772	11.757
180	Alijó	Vila Real	19	39,8	13.595	13.453	13.315	13.149	11.942	11.641
181	Calheta (R.A.M.)	Madeira	8	102,5	11.939	11.907	11.864	11.828	11.521	11.372
182	Santa Comba Dão	Viseu	9	102,9	12.310	12.263	12.209	12.134	11.597	11.317
183	Vila Franca do Campo	Açores	6	144,4	11.135	11.164	11.177	11.183	11.229	11.308
184	Resende	Viseu	15	91,7	11.681	11.561	11.439	11.301	11.364	11.083
185	Reguengos de Monsaraz	Évora	5	23,3	11.551	11.557	11.594	11.604	10.828	10.721
186	São Brás de Alportel	Faro	1	69,1	12.232	12.569	12.902	13.223	10.662	10.552
187	Murtosa	Aveiro	4	143,9	9.850	9.847	9.881	9.883	10.585	10.488
188	Vouzela	Viseu	12	54	11.723	11.660	11.580	11.500	10.564	10.341
189	Oliveira de Frades	Viseu	12	70,4	10.630	10.640	10.635	10.609	10.261	10.207
190	Sobral de Monte Agraço	Lisboa	3	193,6	10.346	10.525	10.694	10.879	10.156	10.193
191	Montalegre	Vila Real	35	12,9	11.610	11.402	11.216	10.999	10.537	10.163
192	Moimenta da Beira	Viseu	20	46,1	10.985	10.941	10.900	10.845	10.212	10.106
193	Chamusca	Santarém	7	13,5	11.073	10.976	10.896	10.801	10.120	9.967

N.º	Município	Distrito	N.º de Freguesias	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes					
				N.º / km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
194	Carregal do Sal	Viseu	7	83,5	10.633	10.599	10.606	10.577	9.835	9.711
195	Trancoso	Guarda	29	27,1	10.422	10.338	10.264	10.140	9.878	9.666
196	Mortágua	Viseu	10	37,9	10.217	10.153	10.079	10.003	9.607	9.439
197	Idanha-a-Nova	Castelo Branco	17	6,8	10.352	10.147	9.952	9.703	9.716	9.339
198	Pinhel	Guarda	27	19,7	10.009	9.840	9.672	9.498	9.627	9.334
199	Mogadouro	Bragança	28	12,4	10.460	10.289	10.182	10.049	9.542	9.247
200	Vila Nova de Cerveira	Viana do Castelo	15	84,7	8.723	8.686	8.645	8.611	9.253	9.166
201	Paredes de Coura	Viana do Castelo	21	66	9.315	9.257	9.224	9.167	9.198	9.086
202	Aljustrel	Beja	5	20	9.576	9.460	9.333	9.225	9.257	9.031
203	Melgaço	Viana do Castelo	18	38,2	9.485	9.396	9.301	9.176	9.213	8.943
204	Ponta do Sol	Madeira	3	191,1	8.352	8.359	8.397	8.428	8.862	8.798
205	Vinhais	Bragança	35	12,9	9.573	9.388	9.232	9.019	9.066	8.764
206	Ferreira do Zêzere	Santarém	9	44,9	9.170	9.126	9.046	8.969	8.619	8.460
207	Campo Maior	Portalegre	3	34,2	8.291	8.295	8.294	8.246	8.456	8.389
208	Torre de Moncorvo	Bragança	17	15,9	8.981	8.829	8.685	8.544	8.572	8.373
209	Vila Viçosa	Évora	5	42,5	8.694	8.656	8.627	8.586	8.319	8.235
210	Ferreira do Alentejo	Beja	6	12,6	8.252	8.132	8.031	7.934	8.255	8.218
211	Proença-a-Nova	Castelo Branco	6	20,8	8.977	8.849	8.710	8.566	8.314	8.116
212	Tarouca	Viseu	10	79,8	8.360	8.323	8.312	8.276	8.048	7.959
213	Penalva do Castelo	Viseu	13	59	8.571	8.482	8.378	8.260	7.956	7.795
214	São João da Pesqueira	Viseu	14	29,3	8.115	7.997	7.908	7.805	7.874	7.666
215	Alpiarça	Santarém	1	80,3	8.258	8.266	8.263	8.245	7.702	7.593
216	Celorico da Beira	Guarda	22	30,9	8.643	8.572	8.514	8.421	7.693	7.512
217	Santana	Madeira	6	79,9	8.326	8.277	8.198	8.119	7.719	7.404
218	Mondim de Basto	Vila Real	8	43,2	8.322	8.229	8.171	8.105	7.493	7.401
219	Miranda do Douro	Bragança	17	15,2	7.397	7.295	7.159	7.029	7.482	7.400
220	Arraiolos	Évora	7	10,7	7.242	7.182	7.102	7.047	7.363	7.341
221	Vila Nova da Barquinha	Santarém	5	147,5	8.122	8.170	8.228	8.283	7.322	7.334
222	Almodôvar	Beja	8	9,5	7.319	7.163	7.045	6.909	7.449	7.311
223	Castro Verde	Beja	5	12,7	7.785	7.782	7.767	7.726	7.276	7.290
224	Borba	Évora	4	50,3	7.447	7.380	7.338	7.272	7.333	7.245
225	Vila Nova de Poiares	Coimbra	4	86,2	7.491	7.562	7.618	7.672	7.281	7.207
226	Nisa	Portalegre	10	12,8	7.710	7.536	7.419	7.277	7.450	7.163
227	Alvaiázere	Leiria	7	45	7.827	7.716	7.617	7.531	7.287	7.155
228	Santa Marta de Penaguião	Vila Real	10	105,1	8.168	8.075	7.997	7.926	7.356	7.152
229	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	17	18,1	8.024	7.905	7.815	7.703	7.312	7.102
230	Mação	Santarém	8	18,1	7.253	7.061	6.916	6.715	7.338	7.089
231	Terras de Bouro	Braga	17	25,8	7.631	7.506	7.365	7.215	7.253	7.000

N.º	Município	Distrito	N.º de Freguesias	Densidade Pop. 2011	N.º de Habitantes					
				N.º/ km ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
232	Mértola	Beja	9	5,6	7.514	7.332	7.178	7.025	7.274	6.978
233	Redondo	Évora	2	19	6.747	6.676	6.607	6.528	7.031	6.922
234	Almeida	Guarda	29	13,8	7.213	7.015	6.844	6.627	7.242	6.835
235	Belmonte	Castelo Branco	5	57,5	7.735	7.733	7.737	7.745	6.859	6.723
236	Castro Marim	Faro	4	22,2	6.497	6.472	6.461	6.441	6.747	6.588
237	Vila Flor	Bragança	19	24,9	7.546	7.432	7.343	7.275	6.697	6.531
238	Ribeira de Pena	Vila Real	7	29,9	7.117	7.049	6.953	6.870	6.544	6.419
239	Portel	Évora	8	10,6	7.107	7.108	7.084	7.057	6.428	6.326
240	Tabuaço	Viseu	17	47,1	6.271	6.204	6.132	6.041	6.350	6.301
241	Sabrosa	Vila Real	15	40,3	6.640	6.571	6.495	6.421	6.361	6.256
242	Povoação	Açores	6	59,5	6.795	6.818	6.843	6.839	6.327	6.253
243	Carrazeda de Ansiães	Bragança	19	22,6	6.895	6.744	6.621	6.476	6.373	6.173
244	Figueira de Castelo Rodrigo	Guarda	17	12,2	6.638	6.542	6.459	6.362	6.260	6.162
245	Armamar	Viseu	19	53,2	7.153	7.071	7.002	6.911	6.297	6.150
246	Madalena	Açores	6	40,9	6.297	6.316	6.353	6.384	6.049	6.055
247	Figueiró dos Vinhos	Leiria	5	35,3	6.901	6.824	6.752	6.676	6.169	6.031
248	Murça	Vila Real	9	31,3	6.219	6.109	6.014	5.925	5.952	5.861
249	Vidigueira	Beja	4	18,6	5.922	5.886	5.864	5.819	5.932	5.844
250	Penela	Coimbra	6	44	6.287	6.235	6.191	6.143	5.983	5.821
251	Monchique	Faro	3	15,1	6.141	6.024	5.916	5.801	6.045	5.755
252	Aljezur	Faro	4	18,1	5.336	5.323	5.333	5.330	5.884	5.724
253	Alandroal	Évora	6	10,7	6.123	6.039	5.968	5.899	5.843	5.687
254	Sernancelhe	Viseu	17	24,7	6.060	6.011	5.975	5.928	5.671	5.634
255	Vila do Porto	Açores	5	57,3	5.565	5.574	5.569	5.557	5.552	5.632
256	Viana do Alentejo	Évora	3	14,6	5.707	5.702	5.696	5.687	5.743	5.623
257	Boticas	Vila Real	16	17,7	5.829	5.736	5.666	5.570	5.750	5.591
258	Oleiros	Castelo Branco	12	12	5.872	5.754	5.626	5.512	5.721	5.544
259	São Vicente	Madeira	3	71,7	6.121	6.117	6.099	6.074	5.723	5.518
260	Penamacor	Castelo Branco	12	9,9	5.783	5.632	5.522	5.376	5.682	5.443
261	Golegã	Santarém	2	71	5.567	5.533	5.475	5.431	5.465	5.389
262	Velas	Açores	6	45,7	5.614	5.616	5.619	5.609	5.398	5.357
263	Porto Santo	Madeira	1	128	4.390	4.401	4.378	4.387	5.483	5.346
264	Aguiar da Beira	Guarda	13	26,2	6.225	6.161	6.108	6.062	5.473	5.308
265	Vila do Bispo	Faro	5	29,5	5.447	5.421	5.437	5.452	5.258	5.223
266	Ourique	Beja	6	8	5.551	5.426	5.331	5.236	5.389	5.221
267	Vila Nova de Paiva	Viseu	7	29,3	6.399	6.399	6.399	6.391	5.176	5.079
268	Meda	Guarda	16	18	5.788	5.712	5.642	5.556	5.202	5.026
269	Nordeste	Açores	9	48,6	5.291	5.307	5.330	5.323	4.937	4.996
270	Sousel	Portalegre	4	18	5.370	5.317	5.234	5.158	5.074	4.935

Nº	Município	Distrito	Nº de Freguesias	Densidade Pop. 2011	Nº de Habitantes					
				N.º/ km²	2007	2008	2009	2010	2011	2012
271	Alfândega da Fé	Bragança	20	15,7	5.446	5.368	5.299	5.199	5.104	4.922
272	Fornos de Algodres	Guarda	16	37,7	5.317	5.237	5.173	5.080	4.989	4.920
273	Cuba	Beja	4	28,2	4.705	4.674	4.656	4.613	4.878	4.887
274	Mora	Évora	4	11,1	5.295	5.231	5.152	5.062	4.978	4.790
275	Lajes do Pico	Açores	6	30,2	4.732	4.681	4.654	4.631	4.711	4.708
276	Avis	Portalegre	8	7,5	4.968	4.931	4.871	4.804	4.571	4.529
277	Vimioso	Bragança	14	9,6	4.914	4.857	4.801	4.730	4.669	4.518
278	Santa Cruz da Graciosa	Açores	4	72,2	4.879	4.910	4.938	4.950	4.391	4.410
279	Pampilhosa da Serra	Coimbra	10	11,2	4.416	4.283	4.161	4.035	4.481	4.314
280	Mesão Frio	Vila Real	7	165,4	4.432	4.357	4.274	4.182	4.433	4.311
281	Góis	Coimbra	5	15,9	4.446	4.380	4.321	4.236	4.260	4.120
282	Constância	Santarém	3	50,5	3.775	3.751	3.726	3.716	4.056	4.053
283	Gavião	Portalegre	5	13,8	4.142	4.027	3.928	3.844	4.132	3.977
284	Sardoal	Santarém	4	42,6	3.858	3.808	3.759	3.704	3.939	3.913
285	Pedrógão Grande	Leiria	3	30,1	4.111	4.069	4.028	3.963	3.915	3.761
286	Freixo de Espada à Cinta	Bragança	6	15,3	3.892	3.834	3.789	3.734	3.780	3.677
287	Crato	Portalegre	6	9,2	3.766	3.707	3.621	3.553	3.708	3.593
288	Calheta (R.A.A.)	Açores	5	29,9	3.878	3.857	3.829	3.794	3.773	3.569
289	Alter do Chão	Portalegre	4	9,8	3.499	3.442	3.364	3.302	3.562	3.501
290	Vila de Rei	Castelo Branco	3	17,8	3.131	3.080	3.041	2.988	3.452	3.453
291	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	4	10,5	3.534	3.450	3.371	3.295	3.521	3.432
292	Marvão	Portalegre	4	22,5	3.556	3.489	3.413	3.328	3.512	3.428
293	São Roque do Pico	Açores	5	23,9	3.811	3.853	3.879	3.908	3.388	3.380
294	Manteigas	Guarda	4	28	3.714	3.650	3.579	3.509	3.430	3.347
295	Castelo de Vide	Portalegre	4	12,7	3.739	3.701	3.677	3.646	3.407	3.297
296	Fronteira	Portalegre	3	13,6	3.230	3.160	3.088	3.000	3.410	3.295
297	Monforte	Portalegre	4	7,9	3.129	3.087	3.052	3.013	3.329	3.270
298	Arronches	Portalegre	3	9,7	3.231	3.211	3.201	3.174	3.165	3.124
299	Castanheira de Pêra	Leiria	2	47,5	3.250	3.176	3.110	3.038	3.191	3.026
300	Penedono	Viseu	9	22	3.322	3.286	3.265	3.226	2.952	2.876
301	Alcoutim	Faro	5	5	3.186	3.104	3.033	2.967	2.917	2.725
302	Mourão	Évora	3	9,5	3.384	3.387	3.395	3.395	2.663	2.622
303	Porto Moniz	Madeira	4	32,3	2.679	2.645	2.616	2.564	2.711	2.582
304	Alvito	Beja	2	9,3	2.724	2.720	2.706	2.704	2.504	2.533
305	Santa Cruz das Flores	Açores	4	32,2	2.570	2.583	2.609	2.625	2.289	2.258
306	Barrancos	Beja	1	10,8	1.730	1.697	1.670	1.634	1.834	1.782
307	Lajes das Flores	Açores	7	21,4	1.529	1.534	1.535	1.543	1.504	1.528
308	Corvo	Açores	1	25	479	488	500	507	430	448

JOÃO CARVALHO

jbccarvalho@gmail.com

Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

Professor na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Doutoramento em Ciências Empresarias, e agregação em Contabilidade pela Universidade do Minho.

Co-autor de diversos livros, entre os quais: «POCAL Comentado»; «POC-Educação Explicado»; «Casos práticos de Contabilidade Pública».

Membro do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.

Membro do Comité da Normalização Contabilística Público da CNC, em representação das Escolas Superiores.

MARIA JOSÉ FERNANDES

mjfernandes@ipca.pt

Professora coordenadora principal da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA).

Doutorada em Ciências Empresarias e agregada em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) Leciona unidades curriculares na área da Contabilidade Pública e pós-graduação. Autora de diversas publicações nacionais e internacionais, sendo a sua área de investigação a Contabilidade Pública.

Diretora do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA.

PEDRO CAMÕES

pedroc@eeg.uminho.pt

Professor auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Doutorado em Administração Pública pela Universidade da Carolina do Sul, EUA.

Leciona unidades curriculares de Finanças Públicas e Finanças Locais ao nível da licenciatura, e Administração Autárquica ao nível da pós-graduação. Autor de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais.

Investigador do Núcleo de Estudos em Administração e Políticas Públicas (NEAPP) da Universidade do Minho. Atualmente desempenha as funções de Administrador da Universidade do Minho.

SUSANA JORGE

susjor@fe.uc.pt

Professora auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Doutorada em Contabilidade e Finanças, na especialidade de Contabilidade dos Governos Locais, pela Universidade de Birmingham, Inglaterra. Leciona as unidades curriculares de Contabilidade Pública e Contabilidade Financeira, aos níveis de graduação e pós-graduação.

Autora de diversas publicações e comunicações nacionais e internacionais e editora do livro «*Implementing Reforms in Public Sector Accounting*».

Membro do Conselho Científico da rede internacional de investigação CIGAR – *Comparative International Governmental Accounting Research*. Membro do Comité de Normalização Contabilística Público da CNC.



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS



Centro de Investigação em
Contabilidade e Fiscalidade
Research Centre on Accounting and Taxation

Centro reconhecido pela **FCT**

